

ISSN 0103-4979

Salvador, v. 32, n. 85, p. 1-216

Jan./Abr. 2019

publicação quadrimestral

Caderno CRH

Universidade Federal da Bahia
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades



Caderno CRH é uma publicação quadrimestral do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH centro de pesquisas em ciências sociais, vinculado à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia.

Este periódico está classificado no Qualis-Capes - base 2013, no Estrato A1.
Portal de periódicos da Capes - www.periodicos.capes.gov.br

Indexação/Indexed in: Redalyc, Sociological Abstracts (ProQuest), CLASE - Citas Latinoamericanas en Sociologia y Economía, Oasis.br, SciELO-Brasil, Scopus, CLACSO, IRESIE, Google Acadêmico, IBICT Oásis.br

Caderno CRH: revista do Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA.
n.1 (1987) - Salvador, UFBA, 2019.

Quadrimestral
ISSN 0103-4979

1. Desigualdades sociais 2. Raça 3. Políticas sociais 4. Participação social
I. Universidade Federal da Bahia II. Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades - CRH/UFBA
CDU: 3(05)

REITOR UFBA:

João Carlos Salles

DIRETOR FFCH:

Maria Hilda Baqueiro Paraíso

COORDENAÇÃO INTERINA CRH:

Jacqueline Samagaia

EDITOR CIENTÍFICO:

Iracema Brandão Guimarães

EDITORES DE RESENHA:

Jair Batista da Silva

Henrique Amorim

EDITOR ASSISTENTE:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

Lucia Alvares Pedreira

SECRETARIA EXECUTIVA:

Maria Auxiliadora dos Santos Alencar

A coordenação editorial do Dossiê desse número é de responsabilidade de *Angela Randolpho Paiva e Patrícia Mattos*

CONSELHO DE REDAÇÃO:

Graça Druck, Inaiá Maria Moreira de Carvalho, Iracema Brandão Guimarães, Jacqueline Samagaia, Jair Batista da Silva, Paulo Fabio Dantas Neto

CONSELHO EDITORIAL:

Afrânio Garcia (EHESS-FR), Alda Britto da Motta (UFBA-BA), Beatriz Heredia (UFRJ-RJ), Benício Viero Schmidt (UnB-DF), Carlos Benedito Martins (UnB-DF), César Barreira (UFCE-CE), Claudia Fonseca (UFRGS-RS), Emilio Horacio Taddei (UBA-CONICET-AR), Francisco de Oliveira (USP-SP), Helena Hirata (CNRS-FR), Ilse Scherer-Warren (UFSC-SC), Jacob Carlos Lima (UFSCar-SP), José Crisóstomo de Souza (UFBA-BA), José Ricardo Ramalho (UFRJ-RJ), José Vicente Tavares dos Santos (UFRGS-RS), Júlia Silva Guivant (UFSC-SC), Lia Zanotta Machado (UnB-DF), Lícia Valladares (Univ. Lille-FR/URBANDATA), Luiz Antônio Machado da Silva (UFRJ-RJ), Marcello Musto (York University-CA), Renato Boschi (IUPERJ-RJ), Sérgio Azevedo (UENF-RJ), Silke Weber (UFPE-PE), Vanda Sá Barreto (CEAO/UFBA), Vera da Silva Telles (USP-SP)

EDIÇÃO

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO:

Dadá Marques

NORMALIZAÇÃO BIBLIOGRÁFICA:

Keite Birne de Lira, Letícia Oliveira de Araújo

REVISÃO DE LINGUAGEM:

Ana Maria de Carvalho Luz

CAPA:

Ilustração (sem título) de *Hiram Ney*, publicada no Calendário BRASIL/ARTES - 1978, editado pela Colorama Propaganda Fototécnica e Artes Gráficas Ltda - Rio de Janeiro.

A revista conta com o corpo de funcionários do CRH/UFBA, nas suas diversas áreas de competências.

Aceita-se permuta / *Exchanges desired*

Tiragem: 500 exemplares

Circulação: Abril 2019

Correspondência e Assinatura:

Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – CRH/FFCH/UFBA
Editoria “*Caderno CRH*”

Estrada de São Lázaro, 197 – Federação

40.210-730 Salvador – Bahia – Brasil

Fone: 55 (71) 3283-5857 Fax: 55 (71) 3283-5851

www.cadernocrh.ufba.br

www.scielo.br/ccrh

revcrh@ufba.br



Programa de Apoio



Beneficiário de auxílio financeiro da CAPES



Aldon D. Morris Doutor em Sociologia pela State University of New York, Stony Brook. Professor do Departamento de Sociologia e diretor do African American Studies da Northwestern University. Pesquisa raça, movimentos sociais; sociologia e política de W.E.B. Du Bois. Ganhou vários prêmios por sua atuação acadêmica e ensino. Em 2017 teve um filme feito sobre sua vida e trabalho – “The Scholar Affirmed”. Suas mais recentes publicações são: *The Scholar Denied: W.E.B. Dubois and the Birth of Modern Sociology*. Seu livro, *The Origins of the Civil Rights Movement: Black community organizing for change*, é uma das principais pesquisas sobre o Movimento dos Direitos Civis nos EUA. Tem várias publicações sobre raça, teoria social, movimentos sociais.

Angela Randolph Paiva Doutora em sociologia pelo IUPERJ, com pós-doutorado na UNICAMP. Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Departamento de Ciências Sociais (PPGCIS) da PUC-Rio. Desenvolve pesquisas nas áreas de direitos humanos e cidadania, relações raciais, ação afirmativa e movimentos sociais. Os resultados de suas pesquisas estão publicados em artigos em periódicos e livros, dentre esses últimos *Juventude, cultura cívica e cidadania* (Garamond) e *Ação Afirmativa em questão – Brasil, África do Sul, Estados Unidos e França* (Pallas). É também a coordenadora central de cooperação internacional da PUC-Rio.

Arthur Leandro Alves da Silva Doutor em Ciência Política. Professor-Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFPE e pesquisador do Grupo Opinião Pública da UFMG.

Camila Arruda Vidal Bastos Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco, desenvolveu pesquisas na área de Sociologia, Opinião Pública. Já trabalhou com temas relacionados ao Sistema de Justiça e Opinião Pública. Atualmente trabalha como Psicanalista Clínica.

Daniel de Mendonça Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e estágio pós-doutoral em Ideology and Discourse Analysis na University of Essex. Professor Associado e docente permanente no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas. Interessa-se e pesquisa sobre os seguintes temas: pós-estruturalismo e o político, teoria do discurso, ideologia e populismo. Principal publicação: O momento do político: evento, indecidibilidade e decisão. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, p. 745-771, 2014. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9251787953915517>

Danúbia Zanetti Doutoranda em Ciência Política na UFMG. Trabalha com temas relacionados à gestão, implementação e execução de políticas públicas, particularmente, a política de assistência social: estudos comparados sobre a institucionalização das políticas de assistência social na América Latina. Publicou entre outros textos, o livro em coautoria com Isabella Dias Cunha: *A Institucionalização Estadual da Política de Assistência Social: o caso brasileiro*, Novas Edições Acadêmicas – International Book Market Service Ltd., member of OmniScriptum Publishing, em 2017.

- Dora Vianna Vasconcellos* Pós-doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)). Trabalha com temas relacionados a mudança social, desenvolvendo pesquisas na área da teoria social, do pensamento social brasileiro e da literatura. Publicação recente: *O imaginário como algo inimaginável: a sociologia rez de chaussée de Roger Bastide*. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. v 49, p. 1-30, 2018.
- Emil A. Sobottka* Doutor em sociologia e ciência política pela Westphälische Wilhelms-Universität, Münster, Alemanha. Professor da Escola de Humanidades na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) em Porto Alegre, RS, Brasil. Coordena o *Grupo de Pesquisa Emancipação e Cidadania: Estado, Organizações e Políticas Públicas* no CNPq, desenvolvendo pesquisas na área de direitos de cidadania, movimentos sociais, democracia, políticas públicas, participação política e teoria social. Suas mais recentes publicações são: *Reconhecimento: novas abordagens em teoria crítica* (São Paulo: Annablume, 2015); *Democratisation of work and economy through participation. Is it possible to relaunch this utopia in neoliberal times* (*Ijar*, v. 13, p. 97-99, 2017); *From social to cyber justice: critical views on justice, law, and ethics* (ed. com Marec Hrubek e Nythamar de Oliveira. Praga: Filosofia, 2018).
- Helcimara Telles* Doutora em Ciência Política com estágio pós-doutoral nas universidades de Salamanca e Complutense de Madrid. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais. Coordenou a avaliação nacional com comunidades assistidas e não assistidas, médicos e gestores do Programa Mais Médicos do Brasil. Diretora da Regional Sudeste da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP). Principais publicações: *Mais médicos: vozes dos atores e impactos do programa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019 (No prelo); LAVAREDA, Antonio; TELLES, Helcimara de Souza (Org.). *A lógica das eleições municipais*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2016. v. 1, 420p.; TELLES, Helcimara de Souza; LAVAREDA, Antonio (Org.). *Voto e estratégias de comunicação política na América Latina*. Curitiba: Appris, 2015. v. 1, 280p.
- Josué Pereira da Silva* Doutor em Sociologia.pela New School for Social Research, New York, USA, Professor do Departamento de Sociologia, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Integra, como um dos líderes, o Núcleo de Pesquisa.Teoria Crítica e Sociologia (HTTP://www.tcesociologia.ifch.unicamp.br), desenvolvendo pesquisas na área de Teoria social crítica e Sociologia contemporânea. Publicações recentes: *Por que renda básica?* (Annablume, 2014); *Trabalho, cidadania e reconhecimento* (Annablume, 2008); *André Gorz: trabalho e política, 2ª. Edição*, (Annablume, 2011). É também um dos organizadores, junto com Silvio Camargo, do livro *Teoria crítica na multiplicidade de suas vozes*, (Annablume, 2017).
- Luiz Fábio S. Paiva* Doutor pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS-UFC). Professor de Sociologia do Departamento de Ciências Sociais e do PPGS-UF Pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV). Publicação recente: *As dinâmicas do mercado ilegal de cocaína na tríplice fronteira entre Brasil, Peru e Colômbia*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, n. 99, São Paulo, out. 25, 2018.
- Maria da Glória Gohn* Doutora em Ciência Política pela USP. Pós-doutora em Sociologia na New School University, N. York. Professora do Titular do Departamento de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Profa. Visitante Sênior da UFABC. Bolsista PQ CNPq nível 1A. Tem 20 livros publicados sobre os temas da participação social, movimentos sociais, ONGs, políticas públicas e participação, e educação não formal. <http://orcid.org/0000-0001-5791-6114>

- Natália G. D. Sátyro* Doutora em Ciência Política. Professora Associada do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFMG e do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas (GIPP) no âmbito da Associação Latinoamericana em Ciência Política (ALACIP) e sub-coordenadora do RC39 Welfare State and Developing Countries da International Political Science Association (IPSA). Publicações recentes: *The coexistence of different welfare regimes in the same country: a comparative analysis of the Brazilian Municipalities Heterogeneity*. *Journal of Comparative Policy Analysis*, v. 20, p. 1-25, 2018, em co-autoria com Pedro Cunha; *The transformative capacity of the Brazilian federal government in building a social welfare bureaucracy in the municipalities*. *Revista de Administração Pública*, v. 52, p. 363-385, 2018, em co-autoria com Eleonora Cunha.
- Patrícia Mattos* Doutora em sociologia pela Universidade de Brasília, com pós-doutorados na Fachhochschule Bielefeld (Alemanha) e na PUC-Rio. Professora do Programa de Pós-graduação em História da UFSJ. Desenvolve pesquisas nas áreas de teoria sociológica, desigualdades sociais e estudos de gênero. Publicou o livro *A sociologia política do reconhecimento* (Editora Annablume) e organizou, junto com Jessé Souza, o livro *A teoria crítica no século XXI* (Editora Annablume).
- Pedro M. R. Barbosa* Doutorando em Ciência Política no IESP-UERJ. Trabalha com temas relacionados à políticas sociais e Estado de bem-estar comparado. Publicação recente: *Desenvolvimento conceitual e teórico na literatura dos regimes de bem-estar latino-americanos*. *Administração Pública e Gestão Social*. UFV. Viçosa (Prelo)
- Rosiene Freitas* Doutora em Ciência Política. Trabalha com temas relacionadas à política de saúde, especialmente para o planejamento e organização de serviços de saúde. Publicou, entre outros textos, o livro intitulado *Desafios e inovações na gestão do SUS em Belo Horizonte: a experiência de 2003 a 2008*, Mazza Edições, 2010, como autora e na editoração em parceria com Magalhães Júnior, Helvécio Miranda (org); Carmo, M.; Vasconcelos, L. L. C. O artigo mais recente publicado, em 2017, é intitulado *Distribuição espacial de equipamentos de mamografia no Brasil*, em co-autoria com Amaral, Pedro; Luz, Luciana; Cardoso, Francisco.
- Sérgio Costa* Doutor em sociologia pela Freie Universität Berlin, Alemanha. Professor titular desde 2008. Dirige o Maria Sybilla Merian Center Conviviality-Inequality in Latin America, desenvolvendo pesquisas sobre desigualdades sociais, diferenças e convivência, teoria social, estudos pós-coloniais. Entre suas publicações mais recentes, contam-se: *The research on modernity in Latin America: lineages and dilemmas*. In: *Current Sociology*, nov. 2018; *Estrutura Social e Crise Política no Brasil*. In: *Dados* no. 4, 2018; *Global Entangled Inequalities. Conceptual Debates and Evidence from Latin America*. Londres: Routledge, editado com Elizabeth Jelin e Renata Motta.
- Vilna Bashi Treitler* Doutora em Sociologia pela Universidade de Wisconsin-Madison. Professora do Departamento de Sociologia da Universidade da Califórnia, Santa Barbara. Diretora do Centro de Estudos Afro-Americanos da Universidade da Califórnia, SB. Desenvolve pesquisas sobre desigualdades raciais, racismo, globalização e estratificação. Suas mais recentes publicações são: *The Ethnic Project: Transforming Racial Fiction into Ethnic Factions and Survival of the Knitted: Immigrant Social Networks in a Stratified World*. Organizou um dossiê para *Current Sociology* intitulado *Dynamics of Inequality in a Global Perspective*, além de inúmeros artigos.

9	QUESTÕES TEÓRICAS NA DESIGUALDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA - INTRODUÇÃO <i>Angela de Randolpho Paiva, Patrícia Mattos</i>
15	O ESTADO RACIAL DA UNIÃO: compreendendo raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da América <i>Aldon Morris, Vilna Bashi Treitler</i>
33	DESIGUALDADE, DIFERENÇA, ARTICULAÇÃO <i>Sergio Costa</i>
47	CONSTELAÇÕES PÓS-NACIONAIS E A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL <i>Emil A. Sobottka</i>
63	TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais <i>Maria da Glória Gohn</i>
83	WHAT IS LEFT? Nota crítica sobre desigualdade e justiça <i>Josué Pereira da Silva</i>
101	PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO BRASIL: a centralidade da relação médico-usuário para a satisfação com o programa <i>Helcimara Telles, Arthur Leandro Alves da Silva, Camila Bastos</i>
125	COMPARANDO POLÍTICAS SOCIAIS EM GOVERNOS DE ESQUERDA <i>Natália G. D. Sátyro, Rosiene Freitas, Danúbia Zanetti, Pedro M. R. Barbosa</i>
149	NOTAS SOBRE A CONSCIÊNCIA DAS CLASSES SUBALTERNAS EM ALGUNS ESTUDOS BRASILEIROS <i>Dora Vianna Vasconcellos</i>
165	“AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil <i>Luiz Fábio S. Paiva</i>
185	DEMOCRATAS TÊM MEDO DO POVO? O populismo como resistência política <i>Daniel de Mendonça</i>
	RESENHA
203	CAMINHOS DA ESQUERDA: elementos para uma reconstrução de Ruy Fausto <i>Rafael Marino, Daniela Costanzo</i>
209	A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta de Ladislau Dowbor <i>Arnaldo José França Mazzei Nogueira, Ricardo Lebbos Favoreto</i>
215	TABLE OF CONTENTS
216	TABLE DES MATIÈRES

QUESTÕES TEÓRICAS NA DESEIGUALDADE SOCIAL CONTEMPORÂNEA

INTRODUÇÃO

Angela de Randolpho Paiva*
Patrícia Mattos**

Em tempos de profundo mal-estar com as transformações sociais ocorridas nas últimas décadas por conta de uma economia de mercado capitalista desregulada globalmente, o presente dossiê busca problematizar as novas agendas da teoria social contemporânea, para discutir as desigualdades sociais características dessa conjuntura. A proposta parte do pressuposto da relevância de trazer novos debates sobre o tema, não apenas no que diz respeito à validade heurística das teorias sociais existentes, como também explorar os desafios teóricos e políticos postos diante das drásticas mudanças sociais ocorridas.

A literatura acadêmica tem apontado o crescimento das desigualdades sociais no mundo globalizado (Dowbor, 2017; Fraser; Jaeggi, 2018; Lind, 2017; Piketty, 2014; Savage et al., 2017; Streeck, 2016). O livro de Thomas Piketty, *O capital no século XXI*, tornou-se uma

importante referência no debate intelectual, ao indicar a concentração cada vez maior de renda e riqueza e o perigo iminente do estabelecimento de “desigualdades insustentáveis e arbitrárias” que ameaçam os valores democráticos. Muito além do otimismo em relação à individualização dos estilos de vida e das inovações tecnológicas incessantes, condição para esse capitalismo globalizado, a teoria social contemporânea cumpre o papel de compreender as ambiguidades, dilemas e desafios ora postos na atual conjuntura. As mudanças nas condições do trabalho (Gorz, 1988, 1991; Boltanski; Chiapello, 2009; Sennett, 2011), a perda de direitos sociais já conquistados (Bourdieu, 2003; Castel, 1999), a erosão das capacidades de resolução de conflitos sociais pelo Estado-Nação, o enfraquecimento da democracia e o questionamento da política partidário-representativa (Castells, 2018; Fraser, 2017; Santos, 1998; Streeck, 2016), além do “desaparecimento de energias utópicas”, para usar a expressão de Axel Honneth (2017), são exemplos emblemáticos dessas transformações sociais em tempos de globalização econômica acelerada e adoção acirrada de políticas neoliberais.

* Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Departamento de Ciências Sociais. Rua Marquês de São Vicente, 225. Cep: 22.451-900. Gávea – Rio de Janeiro – Brasil. apaiva@puc-rio.br

** Universidade Federal de São João Del-Rei (UFSJ). Departamento de Ciências Sociais. Praça Dom Helvécio, 74, Fábricas. Cep: 36301-160. São João Del-Rei – Minas Gerais – Brasil. pamattos@uol.com.br

Paralelamente, tem-se presenciado um alargamento da esfera pública com o advento das redes digitais, ainda que essa esfera se torne cada vez mais excludente para grupos desfilia- dos, estigmatizados e precarizados (Canclini, 2007), sendo a esquerda incapaz de apresentar agendas emancipatórias para o combate das crescentes injustiças sociais. Ainda que os movimentos sociais, nas sociedades ocidentais, a partir da década de 60, tenham ampliado significativamente as lutas para muito além dos conflitos de classe, incorporando novos grupos sociais ao debate político (Melucci, 2001; Touraine, 2009), esses movimentos também têm a limitação de representar apenas uma parte das experiências de exclusão social.

Nesse contexto, faz-se necessário que a teoria social contemple inovações conceituais e novas abordagens para discutir as formas de dominação social injustas, adotando a perspectiva crítica para a transformação da ordem social existente. Seguindo o espírito da teoria crítica, nosso objetivo é apontar a tensão permanente entre a tendência de reprodução das desigualdades sociais e os potenciais emancipatórios em latência para a mudança social. As transformações sociais, na era globalizada, pedem uma constante revisão teórica sobre o alcance e os limites das análises consagradas, para que possam surgir inovações conceituais e novas abordagens na teoria social.

Avançar na discussão da importância das teorias sociais que respondem a essas mudanças do nosso tempo, buscando tanto prover diagnósticos sobre os problemas e desafios contemporâneos existentes como revelar as potencialidades emancipatórias, é a grande motivação deste dossiê. Nossa preocupação, no sentido macrossociológico, é trazer reflexões teóricas que possam também contribuir para análises empíricas do contexto internacional e da realidade brasileira. No plano microssociológico, nosso interesse é atentar para as especificidades e dilemas produzidos pela crescente desigualdade do novo arranjo global, com especial atenção para o enfraquecimento das demo-

cracias existentes no que se refere à impossibilidade de integração de grupos sociais junto à sistemática exclusão de parcelas significativas da sociedade, a despeito da constante luta da sociedade civil organizada, especialmente de movimentos sociais. Ao mesmo tempo em que há aprendizados morais coletivos relacionados à chave dos direitos humanos nas sociedades ocidentais, uma ideia forte como potencial de luta, há também o declínio nos níveis de solidariedade social identificado por vários autores e autoras, traduzido no crescimento da insensibilidade social consubstanciado sob as mais diversas formas de xenofobia, racismo, sexismo, homofobia, dentre outras tantas formas de intolerância. Além disso, não é por outro motivo que se identifica, tanto no cenário nacional quanto internacional, o crescimento de uma direita neoliberal regressiva, que coloca em xeque várias conquistas no que se refere à fruição de direitos conquistados.

Alguns desses temas são tratados no presente dossiê: a) a persistência do racismo na sociedade americana; b) o debate sobre desigualdade e diferença; c) os dilemas da integração de estrangeiros em tempos de migração transnacional; d) as potencialidades e limites da participação da sociedade civil; e) a relação entre desigualdade e justiça e a necessidade de a esquerda repensar os fundamentos de sua agenda para que possa ser porta-voz das lutas por justiça social. Os autores e as autoras convidados para participar desta discussão são intelectuais reconhecidos por suas contribuições para a teoria social contemporânea, com aportes acadêmicos significativos em cada um de seus campos de atuação. Cada um, à sua maneira, traz contribuições originais, relevantes e diversas para pensar as desigualdades sociais e as agendas que se impõem para a teoria social.

Abre este dossiê o artigo de Aldon Morris e Vilna Bashi Treitler, cujo título sugestivo é “The Racial State of the Union: Understanding Race and Racial Inequality in the United States of America”, mostrando que, em seus quase 250 anos de existência como nação, as

elites brancas americanas deliberadamente construíram uma sociedade baseada na supremacia branca. Os autores trazem a discussão sobre a desigualdade racial americana em várias dimensões. Problematizam teoricamente a construção social da raça, pois, apesar de ser consenso a não existência de categorias raciais científicas, elas são organizadas hierarquicamente e levam a categorias raciais opacas. Para demonstrar tal processo, trazem dados sobre as desigualdades raciais persistentes, questionando as lutas contra a opressão racial desde o sistema escravocrata e contra a segregação racial do *Jim Crow*, ao mostrarem que o sistema de dominação racial se manteve inalterado apesar do Movimento dos Diretos Civis e do movimento *black power*. Hoje, ele está presente nas práticas sociais do *racial profiling*, que são traduzidas pela violência de policiais (brancos) contra negros, cuja face dramática é difícil de ser denunciada numa sociedade que procura não ver a questão racial depois de décadas de ação afirmativa. Os autores ainda apostam no ativismo do século XXI, de grupos como *Dreamers* ou *Black Lives Matter*, que têm o desafio de gerar mudança social em novas concertações, e afirmam: “... if the past is prologue, American racism will continue to face vigorous resistance with each victory leading to a more perfect union”.

Na sequência, Sérgio Costa, no artigo “Inequality, Difference, Articulation”, examina as limitações conceituais do paradigma reconhecimento-redistribuição desenvolvido por Axel Honneth e Nancy Fraser, a abordagem das desigualdades categoriais de Charles Tilly e a abordagem das desigualdades horizontais-verticais desenvolvida por Frances Stewart, para discutir teórica e politicamente a correlação entre diferença e desigualdade sem subsumir uma categoria na outra. Reconhecendo que a discussão sobre diferença e desigualdade vem sendo posta desde os autores clássicos e se tornou uma necessidade política, Sérgio Costa identifica como déficit nessas teorias a tendência a tratar como fixas e binárias categorias

(branco-negro, homem-mulher, mestiço-indígena etc.) que são móveis, repletas de nuances e continuamente negociadas. Tais teorias, aponta ele, caem na armadilha das explicações economicista e culturalista, que não conseguem correlacionar apropriadamente desigualdade e diferença, isto é, não dão conta de explicar por que determinadas diferenças emergem como politicamente relevantes e outras não. Para além do economicismo e do culturalismo, o autor advoga que a abordagem da articulação de Homi Bhabha e Stuart Hall permite pensar como as diferenças se tornam politicamente relevantes dentro de um contexto histórico e de circunstâncias conjunturais, demonstrando como “desigualdade e diferença se constituem mutuamente, sem precedência de uma sobre a outra”. Como base empírica de sua reflexão sobre o caráter contingente da politização das diferenças, o autor analisa o processo de constituição política das populações quilombolas no Brasil.

Já Emil Sobbotka demonstra, em seu artigo “Constelações pós-nacionais e a questão da integração social”, a atualidade do debate entre Charles Taylor e Jürgen Habermas, desenvolvido nos anos 90, para pensar as tensões da integração de estrangeiros em tempos de intensas migrações transnacionais. O crescimento do nacionalismo e da preocupação com a questão da unidade na comunidade política volta ao centro das discussões na arena pública nas sociedades europeias, trazendo à tona a pertinência de repensar e rever as análises feitas por Taylor e Habermas. Em face das medidas adotadas pela União Europeia – fechamento de fronteiras, crescente rigidez na seletividade dos migrantes e patrulhamento do Mediterrâneo –, bem como do surgimento de partidos nacionalistas fortes nas sociedades afluentes, o autor examina alguns desafios políticos e teóricos que se colocam para a teoria sociológica contemporânea.

Em seu texto “Teorias sobre a participação social: desafios para a compreensão das desigualdades sociais”, Maria da Glória Gohn

analisa dez abordagens teóricas reconhecidas no que diz respeito à participação social, com o intuito de debater a contribuição dessas teorias para tratar das desigualdades sociais. A autora reconhece que a maioria das abordagens subestima a dimensão econômica das desigualdades sociais, dando especial ênfase ao plano sociocultural, de inclusão cultural a partir das diferenças. Dessa forma, identifica um déficit nessas abordagens para a reflexão mais acurada sobre as mudanças estruturais necessárias para se pensar em formas de superação das desigualdades no plano econômico. Mesmo identificando as limitações dos movimentos sociais para dar conta das variadas experiências de injustiça social, Maria da Glória Gohn acredita que o movimento feminista e as teorias feministas podem servir de inspiração, uma vez que as feministas têm logrado êxito em estabelecer diálogo com diferentes formas – simbólicas e econômicas – de manifestação das desigualdades sociais.

Para finalizar, Josué Pereira da Silva em seu artigo “What is Left? Nota crítica sobre desigualdade e justiça”, recorre, provocativamente, à ambivalência da expressão *What is Left* para discutir, tanto a definição de esquerda apresentada na teoria política, quanto o que se perdeu ou sobrou da agenda política de esquerda nos dias de hoje. Seu objetivo é identificar, no debate político e teórico contemporâneo, temas e propostas que possam revigorar a agenda da esquerda. Apoiando-se na definição de Norberto Bobbio de que o fundamento da esquerda é a luta contra a desigualdade social, o autor aponta as propostas de combate às desigualdades sociais implementadas ao longo do século XX por governos socialdemocratas e socialistas, indicando as variações internas nos modelos de socialdemocracia e socialismo, para discutir a crise atual da esquerda e os erros da esquerda ortodoxa. Tomando o caso brasileiro como exemplo empírico dessa crise, o autor analisa o fracasso dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) na luta pelo combate às desigualdades sociais. Advoga que,

apesar das políticas de transferência de renda adotadas pelos governos do PT, o programa de reformas instituído pelo partido ficou aquém de realizar transformações mais profundas, capazes de atacar as persistentes desigualdades sociais no Brasil, sendo muito mais uma “política de social-liberalismo com viés populista”, limitada à “redução de danos”. Para reatualizar a agenda da esquerda, Josué Pereira da Silva apresenta as características principais de um programa de esquerda, dialogando com autores que veem a radicalização da democracia, a crítica ao capitalismo, a defesa da ecologia e da ética como bases desse projeto. Inspirado no diagnóstico feito por Alain Caillé, que considera a desigualdade social e a corrupção endêmica como os principais problemas a serem tratados por aqueles que “lutam por emancipação”, o autor argumenta que a esquerda não deve ter seu foco exclusivamente nas desigualdades sociais, sendo condescendente com os desvios éticos e a corrupção.

Assim, convidamos os leitores e leitoras a apreciarem os textos descritos acima. Os artigos apresentados demonstram inquietação epistemológica e empírica a respeito das novas agendas para a teoria social contemporânea. Tomando emprestada a citação de Isaac Newton usada no final do texto de Maria Glória Gohn, reforçamos a convicção da importância do diálogo acadêmico:

“Se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes”.

Recebido para publicação em 22 de agosto de 2018
Aceito em 03 de dezembro de 2018

REFERÊNCIAS

- BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, È. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, P. *A miséria do mundo*. 5ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CANCLINI, N. G. *Diferentes, desiguais e desconectados*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- CASTELLS, M. *Ruptura. A crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DOWBOR, L. *A era do capital improdutivo. A nova arquitetura do poder, sob dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
- FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Cambridge: Polity Press, 2018.
- _____. From progressive neoliberalism to Trump – and beyond. *American Affairs, Denville*, v. I, n. 4, p. 46-64, 2017.
- GORZ, A. *Métamorphoses du travail: Quête du Sens. Critique de la raison économique*. Paris: Galilée, 1988.
- _____. *Capitalisme, socialisme, ecologie: désorientations, orientations*. Paris: Galilée, 1991.
- HONNETH, A. *A ideia de socialismo. Tentativa de atualização*. Lisboa: Edições 70, 2017.
- LIND, M. The new class war. *American Affairs, Denville*, v. 1, n. 2 (Summer), p. 19-44, 2017.
- MELUCCI, A. *A invenção do presente. Movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- SANTOS, B. de S. *Reinventar a democracia*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- SAVAGE, M et al. *New Direction in Elite Studies*. Routledge, 2017.
- SENNETT, R. *A cultura do novo capitalismo*. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2011.
- STREECK, W. *How will capitalismo end?* London/New York: Verso, 2016.
- TOURAINÉ, A. *Pensar outramente. O discurso interpretativo dominante*. Petrópolis: Vozes, 2009.

O ESTADO RACIAL DA UNIÃO: compreendendo raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da América

*Aldon Morris**
*Vilna Bashi Treitler***

Este artigo investiga o papel da raça e do racismo nos Estados Unidos da América. Ele trata de raça como conceito, explorando, primordialmente, o motivo da existência de categorias raciais e da desigualdade racial. Também, nele, examinamos a atual situação da raça nos Estados Unidos ao expor suas manifestações sociais, econômicas e políticas. Após explorar a magnitude da desigualdade racial nos Estados Unidos, trabalhamos para desvendar os mecanismos que perpetuam e sustentam, tanto estrutural quanto culturalmente, as disparidades raciais. Em razão de ações e crenças racistas terem sempre sofrido resistências por parte dos movimentos sociais, atos coletivos, e resistência individual, nós analisamos a natureza e os resultados dos esforços da luta contra o racismo norte-americano. Concluímos com uma análise das perspectivas atuais relativas à transformação racial e das possibilidades para a emergência da igualdade racial. Assim, neste artigo, trazemos uma análise abrangente da situação atual das dinâmicas raciais nos Estados Unidos e das forças determinadas a combater o racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Racismo. Regimes raciais. Movimentos negros. Desigualdade.

INTRODUÇÃO

Apesar da retórica contrária, e da linguagem de liberdade e igualdade em seus documentos fundacionais, os Estados Unidos da América adotaram o racismo desde sua fundação. Em 2017, a primeira negra a ocupar o cargo de Secretária de Estado, Condoleezza Rice, afirmou: “Esquecemos, nos Estados Unidos, como demoramos a fazer com que ‘Nós, o povo’ significasse pessoas como eu [...] E, realmente, penso que os Estados Unidos surgiram com um defeito de nascença: a escravidão” (Condoleezza Rice, Programa “Sunday Morning”, da CBS, de 7 de maio de 2017).

Decerto, ao longo dos quase 250 anos de existência da nação, as elites brancas, nos Estados Unidos, deliberadamente construíram e sustentaram uma sociedade baseada na supremacia branca. Os primeiros colonos vindos da Europa desenvolveram uma nação colonizada

através do genocídio contra os povos indígenas da América do Norte, confiscando forçosamente suas terras, bem como, de forma engenhosa, roubando-as e destruindo nações. Esse foi o destino daqueles que chamávamos de “índios” (Cf. os horrendos erros de navegação do infame Cristóvão Colombo) bem como dos mexicanos, que tiveram porções do México forçadamente anexadas por colonos europeus. Tais terras roubadas foram, aos poucos, incluídas na “nova” nação, ainda que as pessoas de tais terras não fossem bem-vindas, exceto se pudessem ser escravizadas e forçadas a trabalhar em prol dos colonizadores. Assim, eles passaram a chamar a si mesmos de brancos e a criar raças para os outros, cuja exclusão de seu regime desejavam. Além disso, africanos foram transformados em negros ao serem retirados de seu continente e transportados para a América em navios negreiros, acorrentados e forçados a trabalhar como escravos sem qualquer compensação – e isso continuou por dois séculos e meio. A riqueza da nação foi constituída à medida que as elites brancas exploravam econômica, social e politicamente aqueles definidos como não brancos. Precisamente, foi o trabalho negro que fez com

* Universidade Northwestern. Departamento de Sociologia. 1810 Chicago Avenue, Evanston, Illinois, 60208, EUA. amorris@northwestern.edu

** Universidade da Califórnia. Departamento de Estudos Negros. 3631 South Hall. Santa Barbara, Santa Barbara, CA. 93106, USA. vbashitreitler@ucsb.edu

que os Estados Unidos passassem de uma economia muito parecida com a de um país pobre atual para uma economia gigante com uma pujante economia agrícola (Steinberg, 2001), tendo tal trabalho não branco levado o país a seu estado atual, que rivaliza com o de outros impérios brancos da Europa Ocidental, os quais têm um histórico colonial.

Em suma, os colonizadores europeus cunharam raças, para si mesmos e para outros seres humanos, criando sua própria supremacia branca, à medida que construíam uma hierarquia racial, sujeitando a ela todos os demais (Mills, 1999). Colonizadores brancos asseguraram a dominação, a supremacia branca e o privilégio com a categorização de fenótipos ou tons de pele e com a exploração – todos esses atos entrelaçados, apesar de terem sido criados de modo inconsistente e ilógico. Assim, alguns europeus do Norte e seus descendentes mantiveram-se no topo da hierarquia racial, elaborando sistemas de classificação racial e criando crenças raciais juntamente com sistemas de sanção para aqueles que não cumprissem tal lógica racial. Como os brancos estruturaram a vida social para que pudessem continuar como a “raça” dominante? O que é raça? Como categorias raciais incorporam não brancos, especialmente quando novas pessoas surgem através de processos de conquista, imigração ou movimentos identitários? Como um grupo dominante, criando hierarquias de seres humanos e sistemas de lógica racial que garantem a dominação racial branca, persiste por séculos? Se quisermos compreender o contexto racial dos Estados Unidos, responder tais perguntas é crucial. As ciências (ambas, naturais e sociais) deram passos importantes ao dar respostas a tais questões incômodas. Na próxima seção, revisitaremos essas respostas.

O QUE É RAÇA E COMO ELA OPERA NOS EUA?

Raça é um sistema de classificação humana que objetiva classificar humanos em

categorias distintas de acordo com uma constelação de traços físicos, cognitivos e culturais, cuja existência se acredita ser hereditária, distintiva e largamente inescapável (Bashi Treitler, 2016). Contudo os seres humanos não podem ser classificados dessa maneira. Não vivemos o suficiente em nosso planeta para terem surgido as diferentes subespécies que atualmente chamamos de raças (Gould, 1994). Não há traço biológico ou genético que marque definitivamente um indivíduo como membro de um grupo racial em detrimento de outro; tampouco há qualquer outra característica que identifique todos os membros de um único grupo racial como distintos de todos os outros grupos raciais (King, J., 1981). De fato, mais de 100 anos de evidência científica demonstraram que raças humanas (por exemplo, subespécies raciais atreladas a um fenótipo e outras características genéticas ou biológicas) não existem. A crença na possibilidade de se categorizar cientificamente seres humanos (por exemplo, o racismo) deriva da fé no positivismo (a crença que o conhecimento advém de métodos científicos que podem ser aplicados, de modo preciso e empírico, ao comportamento humano). Todavia o positivismo é apenas uma crença, tal como o é o racismo; nenhum desses sistemas de crenças pode apresentar a ideia de raça como cientificamente válida.

Nos Estados Unidos, tendemos a pensar que possuímos quatro grupos raciais: brancos, asiáticos, hispânicos ou latinos e negros. Esse esquema classificatório acaba por considerar pessoas com o cabelo cacheado como brancas ou negras; pessoas com pele morena ora como asiáticas, ora como negras; enquanto todos os grupos possuem pessoas com lábios grandes e pequenos. Materiais genéticos são parecidos com nossos olhos no que diz respeito à definição de raças, mas há cientistas naturais que ainda buscam por uma ferramenta confiável para a classificação racial, e muitos têm a esperança de que o esclarecimento quanto ao genoma humano finalmente nos levará até lá.

Cientes de que não há meio científica-

mente válido para classificar humanos em raças, cientistas sociais estão cada vez mais certos de que raça é uma construção social. Significa dizer que raças são ficções criadas pelo Homem, criações da mente humana baseadas em fatores que não têm significado, embora lhe seja atribuído um significado por construções feitas por nós e que com as quais (alguns de nós) concordamos. O esquema classificatório mais comum emprega o fenótipo: racialistas (e racistas) acreditam que pessoas com certas características físicas (textura ou curvatura capilar, grau ou ausência de melanina na pele, cor da íris, espessura dos lábios) podem ser associadas a uma “raça”. Atores sociais decidem utilizar características fenotípicas para atribuir pessoas a raças, declarando pessoas como racialmente parecidas. Contudo, quando fazemos tais atribuições, ignoramos, de modo incoerente, a enorme lista de elementos que distinguem tais pessoas, incluindo naturalidade, língua, cultura, parentalidade e ancestralidade. Por exemplo, nos EUA, illogicamente, acreditamos que a prole de uma pessoa “branca” com uma pessoa “negra” necessariamente será “negra”, devido à aderência a uma regra de hipodescendência aplicada a pessoas com qualquer grau de “negritude” – exceto se tal indivíduo for “branco” o suficiente e viver de modo a evitar sua detecção como uma pessoa negra. Categorias raciais estão em constante uso nos EUA, ainda que mudem com o tempo. Nesse país, a identificação racial consta de formulários cotidianos: candidaturas para empregos, questionários médicos, matrículas escolares, e até no acesso a edifícios em seu controle de visitantes! Como já foi mencionado, a maioria das pessoas, nos EUA, diria que há por volta de quatro categorias: brancos, asiáticos (e ilhéus do Pacífico), latinos e negros. O que é crucial quanto à raça (diferentemente de etnia ou outras formas de se classificarem seres humanos) é que categorias raciais são organizadas de modo hierárquico, com brancos na posição mais alta e negros na mais baixa. Ainda que raça seja proclamada como uma “construção social”, tal

construção tem consequências consideráveis. Norte-americanos partilham um conjunto comum de ideias sobre como rotular uma pessoa como membro de uma determinada categoria social, ou, caso se prefira, há um senso comum racial. Tal senso comum não apenas é aplicado na forma como se rotula alguém, como também dita expectativas sobre seu comportamento, e define como tais pessoas devem se comportar diante de pessoas racialmente diversas. Quando expectativas sobre comportamento racial não são cumpridas, surgem sanções raciais. Elas podem ser brandas – por exemplo, quando o membro de uma família desaprova a escolha, por parte de um ente querido, de um amigo ou parceiro fora da linha divisória racial –, ou podem ser rigorosas e duras – por exemplo, quando alguém se encontra nas mãos de membros de um grupo de ódio, que constitui uma milícia racial destinada a defender uma ordem racial estrita. Esses fundamentos que organizam a ordem racial – categorias raciais, hierarquias, senso comum, e sanção – são vistos como estruturantes do paradigma racial dos Estados Unidos (Bashi Treitler, 2016).

De forma geral, nos EUA, pessoas que acreditam em raças acabaram por se afastar de ideias atreladas a noções antigas da biologia ou das ciências naturais relativas à raça. Essas pessoas passaram a crer que designações raciais se relacionam com o caráter de um grupo. Trata-se de um progresso relativo, pois os norte-americanos não deixaram de lado todas as noções biológicas. A maior parte dos norte-americanos – incluindo cientistas – pensa de uma forma muito mais racializada do que podemos esperar, e o essencialismo biológico é muito mais prevalente do que a ideia de que raça é uma mera construção social (Morning, 2011). Ao examinarem ancestralidade e etnicidade, os norte-americanos determinam (com ações e palavras) que tais conceitos também são relacionados à ideia de raça (Bashi Treitler, 1996, 2014). Aderimos à crença de que raça tem um sentido real (talvez no que diz respeito à produção de aptidões e propensões para o

sucesso econômico, habilidades parentais, ou comportamento criminal) que pode ser aplicado a grupos raciais, ainda que a forma de se classificarem os seres humanos seja variada e desorganizada (primeiro através da aparência física e do sangue e, mais recentemente, através dos genes), levando a categorias raciais em constante mutação e que são nebulosas (Morning, 2011). Por certo, os antirracistas necessitam lutar contra todas essas desigualdades e as crenças que as sustentam (Kendi, 2016).

Em 1860, o Senador Jefferson Davis fez seu infame discurso no senado, opondo-se às verbas federais para educação de negros e declarando que a indiferença racial existia desde o início em um governo que “não foi fundado por negros nem para negros, [...] mas por homens brancos para homens brancos” (Kendi, 2016, p. 2). A Guerra Civil Americana começaria no ano seguinte e terminaria em 1865, com a libertação daqueles tornados escravos pela escravidão racial. As ficções raciais que historicamente tornaram a escravidão uma realidade continuaram a moldar inequidades raciais contemporâneas. Decerto, as desigualdades raciais e as crenças que as justificam assombram a história dos EUA, moldando nossas políticas socioeconômicas e nossos comportamentos até a data de hoje. Elas informam como compreendemos um ao outro como seres étnicos, formando nosso conhecimento quanto a quem pertence à nação e quem nunca será incluído, também contribuindo para nosso julgamento quanto a se devemos culpar a hierarquia racial ou os socialmente excluídos pela situação difícil desses últimos. A seguir, examinaremos, brevemente, até onde essa falácia de pensamento racial nos levou, dois séculos após a declaração de Davis.

O ESTADO ATUAL DAS RELAÇÕES RACIAIS NOS EUA

As inequidades raciais norte-americanas são evidentes quando a vida começa e continuam presentes ao longo da vida dos se-

res racializados. Logo, faz sentido começar a tratar das desigualdades raciais no nascimento e na morte. Os EUA são notoriamente pobres entre os países mais desenvolvidos no que tange aos cuidados com os recém-nascidos e com as recém-mães, tendo caído no *ranking* do 6º ao 26º lugar nos últimos 50 anos (Matoba; Collins, 2017). A cada ano, 23.000 recém-nascidos morrem nos EUA, antes de seu primeiro aniversário. Os resultados têm influência de questões raciais, uma vez que a maior parte dessas mortes envolve não brancos. Na capital do país, Washington DC, o distrito mais pobre (Ward 8, onde residentes negros são maioria) tem uma taxa de mortalidade infantil que é 10 vezes maior que aquela observada no distrito mais rico (Ward 3, com residentes predominantemente brancos). Na costa oposta, em São Francisco, mães negras têm 8 vezes mais chances de sofrer com a morte de seu filho recém-nascido do que as mães brancas. Tem se tornado claro que a razão de tal disparidade se vincula a uma questão de racismo, não sendo apenas decorrente do fato de elas se situarem em classificações raciais distintas (Carpenter, 2017). Em que pese a taxa de mortalidade infantil geral ter caído desde 1950, a diferença entre a mortalidade infantil de negros e brancos, em verdade, cresceu nas quatro décadas subsequentes (Singh; Yu, 1995) e chega, agora, à situação na qual um número 50% maior de crianças negras morre no primeiro ano de vida, em comparação com o de crianças brancas (Firger, 2017). Quando negros norte-americanos sobrevivem à infância, eles têm a menor expectativa de vida (74,6 anos) dentre todos os grupos raciais, enquanto asiáticos e latinos têm a maior expectativa, no patamar de 86,5 e 82,8 anos, respectivamente, e brancos têm a expectativa de 78,9 anos (Kaiser Foundation, 2009).

A qualidade de vida de uma pessoa, entre seu nascimento e sua morte, varia de forma enormemente desigual entre as “raças”. A título de exemplo, negros e indígenas (“indígenas norte-americanos” e nativos do Alasca) têm uma performance muito pior do que brancos

na maioria dos indicadores de saúde, enquanto latinos e asiáticos (particularmente certos grupos étnicos asiáticos) têm um desempenho pior em alguns e melhor em outros. Pessoas adultas não brancas têm mais chances de estar sem seguro de saúde para promover melhores condições de assistência (Artiga et al., 2016). Contudo

Disparidades raciais e étnicas existem mesmo quando há similaridades em termos de cobertura por seguro de saúde, renda, idade, e gravidade de condições médicas. Por ser a taxa de mortalidade de câncer, doenças cardíacas e diabetes significativamente maior entre minorias raciais e étnicas do que entre brancos, tais disparidades são inaceitáveis (Nelson, 2002, p. 6).

Nos EUA, raças têm vidas segregadas, e todas as grandes cidades nos EUA são hipersegregadas, significando dizer que a segregação racial é claramente evidente, independentemente de como seja medida. A segregação é um fator que contribui para uma série de problemas, dentre eles o não menos importante racismo do meio ambiente, uma vez que, quando comparados aos brancos, os negros sofrem com maiores níveis de exposição a toxinas, tanto em razão da segregação geográfica, quanto pelo fato de empresas poluírem mais em áreas habitadas por pessoas negras (Newkirk, 2018).

Os Estados Unidos também se tornaram infames em razão da sua posição global como os maiores encarceradores de seu próprio povo, uma posição que têm mantido desde 2002 (Tsai; Scommegna, 2012). Homens correspondem a 90% dos presos. A situação chega a tal ponto que uma entre quatro mulheres americanas possui um ente querido preso – para mulheres negras, o número é significativamente maior, no patamar de 44%, enquanto apenas 12% das mulheres brancas e 6% dos homens brancos se encontram na mesma situação (Lee et al., 2015). Homens jovens negros com idades entre 18 e 34 anos têm seis vezes mais chances de ser presos do que seus pares brancos (Tsai; Scommegna, 2012). O número desproporcional de não brancos presos en-

carcerados e jogados nas amarras do sistema de justiça criminal tem efeitos devastadores nas comunidades dessas pessoas (Alexander, 2010). A existência de ficha criminal torna o acesso ao mercado de trabalho excessivamente difícil para ex-detentos não brancos (Pager, 2003). A alta taxa de encarceramento diminui enormemente as possibilidades de matrimônio para mulheres não brancas, afetando negativamente a renda e a estabilidade familiares (Wilson, 1987). Além disso, o encarceramento, muitas vezes, leva à exclusão política de pessoas negras, a tal ponto que acadêmicos começam a considerá-la a reencarnação do regime de opressão de Jim Crow (Alexander, 2010). É justo concluir que o encarceramento em massa, tendente à prisão de pessoas não brancas, eleva a opressão racial nos Estados Unidos a níveis alarmantes, na contemporaneidade.

Outros indicadores de qualidade de vida demonstram disparidades raciais similares. O relatório publicado pelo Centro de Pobreza (CPI) e Desigualdade da Universidade de Stanford no ano de 2017 se concentrou em 10 áreas de desigualdade (emprego, pobreza, uso de seguridade social, moradia, educação, encarceramento, saúde, renda, riqueza e mobilidade), tendo concluído que profundas desigualdades existem e persistem em muitos desses setores, e que as diferenças entre brancos dominantes e não brancos são substanciais e sua diminuição vem ocorrendo de forma mais lenta ou deixando de ocorrer por completo. O emprego de homens negros norte-americanos tem sido mais baixo do que o de outros homens desde o início do registro desses dados; o emprego dos primeiros atualmente se encontra em patamar de 11 a 15% menor do que o de homens brancos, e tem sido esse o cenário todos os meses, desde janeiro do ano 2000. A recuperação total no emprego, após a Grande Recessão de 2008, alcançou todas as áreas da população, exceto homens negros (Hout, 2017). A retenção do emprego também é permeada por disparidades raciais: enquanto apenas 1 em 18 brancos tem medo de perder o emprego no prazo de um

ano, 1 em 9 negros e 1 em 6 hispânicos têm o mesmo receio. Negros empregados sofrem com desigualdade salarial, e a pobreza marca o grupo como um todo. Logo após o Movimento dos Direitos Civis, alguns ganhos foram obtidos no que diz respeito à disparidade salarial, mas ainda hoje a renda média de homens negros é 32% menor que a de homens brancos – em quatro décadas, a disparidade salarial teve uma redução de apenas 7%. Paralelamente, a diferença salarial média entre homens brancos e hispânicos foi de 29% a 42%, essencialmente em razão de a legislação anti-imigração ter aumentado a desigualdade (Grusky et al., 2017).

Paralelamente, brancos e asiáticos possuem as menores taxas de pobreza na nação (de 11,5% e 11,2%, respectivamente), enquanto negros, indígenas e hispânicos têm taxas de, respectivamente, 24%, 27% e 21% (Grusky et al., 2017). Tais grupos altamente afetados pela pobreza dependem mais da rede de seguridade social do país. Os gastos com a casa própria correspondem à maior despesa das famílias norte-americanas, levando à ativação de benefícios sociais como deduções dos juros de hipoteca, isenções tributárias relativas a imóveis, e outros subsídios. Famílias negras, hispânicas e indígenas têm chances 57%, 51% e 41% menores de ter casa própria hipotecada, respectivamente, se comparadas às famílias brancas. O ônus de se pagar pela moradia, considerando-se as diferenças de empregabilidade e salário, é considerável: 20% dos locatários negros e hispânicos gastam mais de metade da sua renda com moradia e correm maior risco de despejo. Em contraste, 1 em 6 negros ou hispânicos com casa própria despendem metade da sua renda com moradia, enquanto o dado para proprietários brancos é de 1 em 12 (Grusky et al., 2017).

Não brancos e brancos não apenas vivem vidas completamente diferentes, como também possuem visões antagônicas sobre o que tem acontecido por aqui. Um estudo da Tufts University (Norton; Sommers, 2011, p. 215) demonstrou que “Branco acreditam que

substituíram os negros como vítimas de discriminação racial nos Estados Unidos contemporâneos”. Além disso, para eles, os ganhos obtidos por pessoas negras são associados com uma tendência antibranca, em um jogo racial no qual um só ganha se o outro perder (“jogo de soma zero”). Por certo, brancos veem os ganhos de não brancos como “racismo reverso” e creem que esse é um problema maior do que o racismo contra negros! As percepções dos negros são bastante diversas – pessoas negras nos EUA não veem a existência de um jogo de soma zero, e acreditam que as supostas perdas não ocorrem quando obtêm vitórias em lutas pela igualdade.

O que veio antes, a ação racista ou o pensamento racial? Isso pode ser debatido. Alguns sustentam que nem mesmo teríamos raças se seres humanos não insistissem na desigualdade entre eles e aqueles vistos como racialmente inferiores. Em outras palavras, alguns acadêmicos sugerem que a desigualdade racial *causa* nossa percepção de existência e visibilidade de diferenças raciais entre seres humanos (Fields; Fields, 2014). Se eles estiverem certos, tornar as “raças” iguais ajudaria muito a resolver os problemas raciais dos EUA. Faz sentido, portanto, examinar a luta contra “disparidades raciais [que são] mais antigas que a vida dos Estados Unidos” (Kendi, 2016, p. 2). Na próxima seção, nós analisaremos a narrativa de uma história dos movimentos antirracistas dos EUA e suas conquistas.

REGIMES RACIAIS E RESISTÊNCIA: escravidão, Jim Crow, opressão racial contemporânea

Como já foi mencionado, a ideia de raça foi inventada por europeus, os quais se autodenominavam brancos e colocavam a si mesmos numa posição de supremacia, criando, por outro lado, negros, os quais subordinavam através da escravidão racial. O regime escravagista norte-americano se aproximou de uma jaula

de ferro de dominação humana (Morris, 1993). Pesquisadores da escravidão norte-americana (Aptheker, 1974; Franklin, 1967) concordam que a escravidão racial foi um complexo sistema de sujeição. O sistema escravagista utilizava medidas duras – assassinato, castigo com chicote, formas brutais de punição, restrições ao deslocamento e a relações sexuais, ignorância imposta, violência ideológica e mental e monitoração constante – para que se manter. A escravatura norte-americana durou por mais de dois séculos, pois, como notou Aptheker (1974, p. 67), “Atrás do dono e seus agentes pessoais, existia um sistema elaborado e complexo de controle militar [...] praticamente todos os homens adultos brancos eram responsáveis pelo serviço de patrulhamento”. O sistema também se manteve devido ao uso, pela aristocracia, das classes trabalhadoras brancas como controladoras e vigilantes, as quais eram recompensadas com rendas escassas e um *status* modesto com base na ideia de que eram melhores do que os escravos negros (Du Bois, 1935). Assim, através da exploração brutal de escravos, a aristocracia branca sulista acumulou enorme riqueza e construiu um elaborado império fundado na produção de algodão, tabaco e outras *commodities*. As elites europeias também dependiam da escravidão negra, na América e em outros lugares, para alimentar seus gananciosos impérios. Sob a escravidão, a pele negra e a dominação branca se tornaram entrelaçadas, o que levou a uma característica duradoura de uma sociedade estadunidense que provocou terrorismo racial sobre não brancos, enquanto proclamava: “[...] consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade” (Jefferson, 1776).

Negros norte-americanos sempre participaram de protestos individuais e coletivos contra a opressão racial. A resistência negra à escravidão teve início dentro de navios negreiros, durante a passagem transatlântica. Nos navios,

traficantes de escravos e seus vigilantes tinham de se manter sempre alertas para prevenir rebeliões e controlar aquelas que se iniciavam em condições desafiadoras. Em muitos casos, escravos rebelados tomavam os navios negreiros, matavam traficantes brancos e retornavam à África. Alguns navios vagavam eternamente no mar quando rebeliões os tiravam de curso. Também era comum que escravos se jogassem no mar, optando pela morte em vez da escravidão em uma terra desconhecida. Decerto, o protesto negro contra a escravidão nasceu dentro de navios negreiros, pois sua carga humana lutou implacavelmente pela liberdade.

Escravos que chegavam ao solo norte-americano se rebelavam, apesar da brutalidade hostil e da intensa vigilância que acompanhava sua condição de escravos. Através de protestos, escravos aumentaram os custos da sua subordinação racial e do terror que era utilizado para mantê-los subordinados, transformando a instituição cruel em um negócio arriscado e perigoso, o que levou, posteriormente, à sua derrubada. Escravos negros, nos EUA, frequentemente interrompiam os mecanismos da escravidão através de atos individuais de resistência, que incluíam automutilação, suicídio, abortos indetectáveis, envenenamento de senhores e a provocação de incêndios.

Com o acúmulo de anos de servidão, os escravos ensinaram a si mesmos a construir organizações comunitárias, muitas vezes utilizando disfarces com várias camuflagens, como árvores na floresta. Especialmente importante foi a emergência da igreja negra, inicialmente invisível ao olho não convertido. Através dos tempos, a igreja se tornou uma instituição de tijolo e argamassa, mas, mesmo nessa forma modificada, continuou a apresentar diferentes disfarces ao mestre e aos congregantes de escravos. A resistência coletiva organizada emergiu da igreja e de outras formas de organização de escravos. Essa resistência se manifestou por meio da redução no ritmo do trabalho, na complexa Ferrovia Subterrânea, pela qual escravos escapavam para serem livres, e de revoltas de

escravos organizadas que ameaçavam as fundações do terrível regime. Aptheker, ao comentar sobre a relevância das revoltas de escravos, afirmou: “Rebelião e conspiração para rebelar refletem a maior forma de protesto [...] [e também refletem] uma profunda e ampla inquietação: a insurreição ou o plano correspondiam ao clarão de luz que mostrava o profundo distúrbio atmosférico que o criava” (Aptheker, 1974 apud Morris, 1993, p. 34). Revoltas de escravos negros continuaram a balançar o regime da supremacia branca, criando instabilidade e possibilitando, eventualmente, que a escravidão fosse frontalmente atacada.

Em seu livro clássico, *Black Reconstruction* (1935), W. E. B. Du Bois elucidou como os escravos negros libertaram a si mesmos, no contexto da Guerra Civil Americana, a qual correspondeu a um conflito entre os estados nortistas (“a União”), que temiam uma dominação da economia escravagista e mais robusta do Sul, e os estados escravagistas sulistas (“a Confederação”). Os escravos foram bem sucedidos na interrupção da economia sulista com enormes greves, participando dos esforços de guerra e provendo serviços de apoio essenciais, bem como lutando como soldados que derramavam seu sangue em prol da liberdade. Du Bois demonstrou que a Confederação teria provavelmente ganhado a guerra, não fosse pelas determinadas insurreições de escravos e os danos que elas causaram ao Sul. Através dos anos de aparentemente interminável servidão, os protestos de escravos enfraqueceram a instituição, levando à sua completa queda. Eles provaram que Frederick Douglas estava correto: “Aquele que seria livre deve dar o primeiro golpe” (Douglass, 1863).

Mesmo após a libertação, contudo, a autodeterminação provou ser algo difícil, uma vez que as severas construções raciais da Era Jim Crow substituíram a escravidão, colidindo com os sonhos de liberdade dos ex-escravos. Como afirmou Du Bois, o regime Jim Crow era a escravidão com um novo nome. No breve período da Reconstrução Pós-Guerra Civil (de

1863 a 1877), um enorme número de ex-escravos foi deixado indefeso, sem armas, terras, riqueza, renda ou abrigo. Após a guerra, o governo nacional retirou as forças que protegiam os escravos, deixando a aristocracia branca sualista perdedora livre para recapturar ex-escravos e forçá-los ao trabalho com novas formas de extrema exploração econômica, política e social (Morris, 1984). O regime Jim Crow permitiu que brancos capitalistas do Sul levassem os negros de volta às plantações, forçando-os a trabalhar em troca de uma compensação que mal gerava uma renda de subsistência, num sistema de débito servil. Como possuidores de fração da terra cultivada, os antigos escravos ficavam endividados perante seus antigos senhores, presos num sistema de contabilidade que tornava impossível o acúmulo de dinheiro suficiente para se tornarem economicamente independentes ou providenciarem abrigo e comida de forma adequada às suas famílias. Sob o regime Jim Crow, as elites brancas prosperaram, e as classes trabalhadoras brancas continuaram a servir como intermediárias raciais, possuindo uma renda um pouco maior do que aquela obtida por negros. Tais disparidades raciais de renda e o bônus do privilégio racial foram suficientes para desencorajar a união entre trabalhadores brancos e negros em uma classe (Du Bois, 1935). O regime em questão correspondia a um sistema tripartite de dominação (Morris, 1984), uma vez que controlava os negros política, social e economicamente. Durante as nove décadas do regime Jim Crow, os negros do Sul não possuíam direitos políticos que os brancos devessem respeitar. A exclusão dos negros significava que eles não podiam participar como jurados em júris populares, nem eleger membros da classe política. Sem direitos políticos, as pessoas negras não podiam proteger seus interesses. Além disso, elas eram constantemente restringidas, política e socialmente, por ameaças constantes de terror, inclusive linchamento.

A dominação racial que os negros vivenciaram sob o regime Jim Crow foi pessoal e

humilhante. O sistema estabelecia uma rígida segregação racial entre brancos e negros. Ao analisar tal forma de dominação, Morris (1999, p. 518) concluiu:

O sistema Jim Crow trabalhou para estampar nos negros a ideia de que estes constituíam uma população subordinada, ao forçá-los a viver em uma sociedade separada e inferior [...] os negros tinham de utilizar banheiros separados, frequentar escolas separadas, sentar-se no fundo de ônibus e trens, dirigir-se a brancos enquanto eram tratados de forma desrespeitosa, jurar com bíblias diferentes em um tribunal, comprar roupas sem experimentá-las antes, passar por mesas ‘apenas para brancos’ após adquirirem comida, e viajar sem dormir, pois hotéis não os hospedavam.

Economicamente, trabalhos de “brancos” e “negros” eram divididos em termos de ocupações e remuneração. As ocupações negras eram as mais sujas, mais perigosas, tinham as piores remunerações e eram desprotegidas por sindicatos, os quais tinham uma postura discriminatória com os negros. Quando Du Bois examinou as dificuldades econômicas dos negros sob a égide do regime Jim Crow, ele concluiu que, “ser um homem pobre é difícil, mas ser uma raça pobre numa terra de dólares é a mais profunda das dificuldades” (Du Bois, 1903, p. 6).

Assim, a vigência formal do regime Jim Crow, que perdurou por nove décadas, correspondeu a um sistema brutal de dominação racial, legitimado pela lei, pela violência e pelos costumes. Por conta dele, em meados do século XX, as enormes populações negras nos Estados Unidos eram pobres, sem teto, tinham baixo índice de escolaridade e batalhavam contra a intimidação produzida pela violência. Ainda assim, tal como fizeram durante a escravidão, os negros nos EUA resistiram ao regime Jim Crow desde o princípio. Tal resistência teve início no final do século XIX e persistiu durante o século XX. Boicotes, ações judiciais, marchas e outras formas de resistência, incluindo a proliferação de organizações de protesto, avançaram o ataque contra a segregação e as desigualdades raciais.

A evidência da longa história de protesto negro, que teve início antes da introdução da negritude, passando pelo movimento moderno de direitos civis, levou Morris (1984) a concluir que a comunidade negra é parte de uma duradoura tradição de protesto. A partir de tal tradição, emergiram grandes organizações de protesto, incluindo o Movimento Niágara, em 1905, a Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor, em 1909, a Associação Unida de Melhoria, em 1914, e o Movimento da Marcha em Washington, em 1941. Em meados do Século XX, numerosas vitórias em pequena escala começaram a deteriorar as fundações do regime Jim Crow. De toda sorte, para que o regime caísse, um grande movimento de massa era necessário. Em 1950, ele seria confrontado e viria a ruir.

Um sistema de dominação pode perder, pois monopoliza o poder enquanto rende os dominados, os não empoderados. Na metade da década de 1950, a segregação de Jim Crow era a ordem social suprema no Sul, mantendo os negros na posição mais inferior da hierarquia racial. Ainda assim, os desafios ao regime Jim Crow tornavam-se visíveis. A Suprema Corte dos Estados Unidos decidiu, em maio de 1954, que escolas racialmente segregadas eram inconstitucionais – e isso deu esperança às pessoas negras de que a segregação racial estava no leito de morte. Todavia, em agosto do ano seguinte, Emmett Till, de quatorze anos, foi linchado na cidade de Money, no Mississippi. A brutalidade do assassinato, a bravura da mãe de Till (que deixou o caixão aberto, para que todos pudessem ver os horrores sofridos pelo seu filho), e a absolvição de dois homens brancos, que eram obviamente culpados pelo crime racista, deixaram a comunidade negra agitada. Contudo, um momento de virada ocorreu em 1º de dezembro de 1955, quando se iniciou um boicote a um ônibus em Montgomery, Alabama, após a detenção de Rosa Parks, que havia se recusado ceder seu assento num ônibus para um homem branco. O Movimento dos Direitos Civis moderno havia ali começado.

Na década de 1950, a comunidade negra havia passado por considerável urbanização em razão da migração de negros do Sul para as cidades do Norte, e instituições urbanas, em especial a igreja, eram mais fortes e mais capazes de mobilizar e apoiar um movimento de massa contra o regime Jim Crow (Morris, 1984). O boicote ao ônibus em Montgomery teve como base essas instituições e organizações comunitárias negras e logo evoluiu para um movimento de massa. Liderado pelo carismático líder Martin Luther King Jr., o movimento escolheu o método de ação direta não violenta como uma tática principal para derrotar o regime Jim Crow. Também nova para o movimento foi a mobilização em massa. Em tempos anteriores à ação de Montgomery, as lutas antirracistas tendiam a ser iniciadas por indivíduos ou travadas por poucos litigantes e advogados na justiça. O boicote ao ônibus se diferenciou enormemente de tais esforços: ele envolveu as massas negras diretamente numa atividade organizada que pretendia perturbar o *status quo*. O Reverendo James Lawson, um grande estrategista do movimento, explicou a diferença que fez a ação direta de massa não violenta: “Muitas pessoas, quando sofrem e veem seu povo sofrendo, querem participação direta. Então, você põe nas mãos de todos os tipos de pessoas comuns uma alternativa positiva à impotência e à frustração. Essa é uma das grandes coisas da ação direta” (Lawson, 1978 apud Morris, 1984, p. 124).

Martin Luther King, concordando com Lawson, explicou como o poder da perturbação foi utilizado para a obtenção da mudança: “A ação direta não violenta objetiva criar uma crise e estabelecer uma tensão criativa, de modo que uma comunidade que sempre se recusou a negociar é forçada a confrontar a questão” (King JR., 1963, p. 1).

Assim, o boicote ao ônibus mudou inteiramente a lógica da resistência antirracista, e o sucesso de tal ação foi confirmado com o término da segregação nos ônibus de Montgomery. Partindo de tal vitória, grandes ações

diretas não violentas passaram a incluir outros boicotes, grandes marchas, *sit-ins*, detenções em massa, demonstrações em massa e outras técnicas deliberativamente criadas para incomodar a ordem do regime Jim Crow. A ação direta não violenta modificou a distribuição de poder entre os dominadores e os dominados em razão da sua capacidade de perturbar a ordem social de forma simples e eficiente. Sistemas de dominação perduram, pois monopolizam o poder nas mãos daqueles em posições altas e impõem uma ausência de poder aos dominados. Os movimentos sociais podem gerar a força necessária para a mudança através da mobilização; uma comunidade faz um pacto para explicitamente recusar que as coisas funcionem como sempre. Os participantes do Movimento dos Direitos Cívicos aperfeiçoaram o uso efetivo de ações diretas não violentas a partir de meados da década de 1950 e na década de 1960. Quando grandes mobilizações forçaram o governo federal a passar a Lei de Direitos Cívicos de 1964, a qual baniu todas as formas de segregação racial, uma grande vitória contra o regime de Jim Crow foi finalmente alcançada. Outras mobilizações, em 1965, fomentaram a adoção, pelo governo federal, da Lei de Direitos de Voto, a qual trouxe a inclusão dos negros do Sul e retirou outro pilar do regime Jim Crow, que vedava a participação política de pessoas negras.

Se, por um lado, tais conquistas foram notáveis, por volta de 1955 ficava claro que a remoção das barreiras estabelecidas pelo regime Jim Crow não excluiria os efeitos de séculos de opressão econômica e social que debilitara pessoas negras, suas economias e comunidades. Uma intervenção direta, na forma de ação afirmativa, era necessária para que fosse endereçada essa privação e, em 1965, o Presidente Johnson apoiou sua adoção para que fossem remediadas as dificuldades sofridas pelas pessoas negras, tendo afirmado:

Mas Liberdade não é suficiente. Não se podem varrer as cicatrizes de séculos ao dizer: ‘Agora vocês estão livres para ir para onde quiserem, fazer o que

quiserem, e escolher os líderes que lhes agradam'. Não se pega uma pessoa que, por anos, ficou acorrentada e a liberta, trazendo-a para a linha de início de uma corrida, dizendo: 'Você está livre para competir com todos os outros', acreditando-se que tal situação é justa. Assim, não é suficiente apenas abrir os portões da oportunidade. Todos os nossos cidadãos precisam ter a possibilidade de caminhar por esses portões (Johnson, 1965).

Em apenas uma década, o Movimento dos Direitos Civis tinha derrubado o regime formal de Jim Crow e aberto a possibilidade de execução de medidas tangíveis que eram necessárias para a equalização da qualidade de vida entre as raças. A queda do regime certamente abriu a oportunidade para novas possibilidades, incluindo a eleição de Barack Obama, o primeiro presidente negro dos Estados Unidos, quatro décadas mais tarde.

Como resta claro a partir da seção anterior, que descreve as diferenças entre a vida de não brancos e brancos, os EUA ainda sofrem com dimensões relevantes de racismo que continuam intocadas, apesar do sucesso dos movimentos. Europeus e pessoas brancas de ascendência europeia oficialmente rotularam os negros americanos como uma raça inferior, ao implementarem a escravidão na América do Norte, e tal rótulo perdura. Essa marca se tornou útil para justificar séculos de opressão contra homens e mulheres negros em uma terra que alegava sustentar os ideais de democracia e liberdade (Morris, 2015). De fato, a dominação racial persistiu, tal como a ideia de inferioridade negra. Confrontando tal questão, Martin Luther King comentou: "Pessoas negras vêm sendo mantidas sob opressão e privação por uma cortina de fumaça envenenada [...] a lógica torta propagava que, se o homem negro era inferior, ele não era oprimido – seu lugar na sociedade era apropriado para seu escasso talento e intelecto" (King JR., 1968, p. 1).

Um resultado danoso da tese de inferioridade negra foi a internalização de tal mentira por muitas pessoas negras nos EUA. Era difícil para os negros, de fato, escapar de tal interna-

lização, devido à grande abrangência da tese em questão em várias instituições norte-americanas, incluindo a mídia, o mercado de trabalho, as escolas e universidades, concursos de beleza, sendo que visões da supremacia branca estavam presentes em cada um desses contextos. Mas um novo movimento – o Movimento *Black Power* – surgiu no final da década de 1960 e no início da década de 1970, para erradicar a tese de inferioridade negra e para buscar o poder, em vez de uma mera integração racial. Esse Movimento defendia um novo modo de se olhar para a negritude: "Negro é lindo" ("Black is beautiful"). Tal tema já se fazia presente nas obras de acadêmicos negros anteriores, incluindo Du Bois, Jessie Fauset e o historiador Carter G. Woodson. Também era um tema central na arte e na literatura do movimento de Renascimento do Harlem, na década de 1920. Similarmente, o Movimento Garvey, da década de 1920, contribuiu para essa perspectiva empoderada, ao promover o orgulho negro. O Movimento *Black Power* popularizou essa perspectiva nas massas, lutando pelo estabelecimento de Estudos Negros ("Black Studies"), especialmente em universidades, explorando nobres heranças negras presentes na Diáspora Africana.

O Movimento *Black Power* defendia o controle comunitário da polícia e o empoderamento econômico como parte de sua luta para o ganho real de poder e para levá-lo às comunidades negras. De tal forma, bem como de outras, ele era diferente de movimentos anteriores e, de modo específico, contrastava significativamente com o Movimento de Direitos Civis, não violento, pois o *Black Power* insistia na ideia de autodefesa. Durante esse período, um grande número de rebeliões urbanas (negativamente rotuladas por brancos como "motins") ocorreu, geralmente em resposta à brutalidade policial perpetrada contra vítimas desarmadas. O assassinato de líderes do movimento, incluindo Malcolm X, King, e boa parte da liderança do Partido das Panteras Negras, também serviu para incendiar o protesto negro. Posteriormente, o Movimento *Black*

Power revelou a grande magnitude das disparidades raciais no Norte. Formalmente, o regime Jim Crow pode não ter afetado o Norte, mas a segregação racial e a opressão, de fato, encontram-se espalhadas pelas cidades nortistas. Tal como no movimento sulista não violento, o Movimento *Black Power* obteve concessões do governo, apesar de ser difícil traçar sua origem diretamente do movimento.

Nos Estados Unidos do século XXI, a escravidão e a opressão legal do regime de Jim Crow estão rigidamente proibidas por lei. De fato, a discriminação racial é amplamente considerada como politicamente incorreta, mesmo no contexto atual, no qual a direita intolerante tem tido mais espaço, em razão do apoio explícito e tácito do 45º Presidente dos Estados Unidos. A maioria dos brancos nos EUA acredita que o racismo é uma coisa do passado e crê que ser chamado de “racista branco” é algo inexprimível e horrível. Mesmo no ambiente mais gentil dos anos de Obama, vimos negros ficarem bem atrás de brancos no que diz respeito às chances de uma melhor qualidade de vida. Em outros termos, a desigualdade racial institucionalizada é prevalente nos EUA, e talvez seja até óbvia. Ainda assim, nos Estados Unidos, não é fácil tratar do racismo de forma aberta. A desigualdade, o ânimo e a violência racistas são amplamente difundidos, mas falar do assunto não é algo tolerado. Parece inaceitável para uma sonora parcela da população que alguém ajoelhe em silêncio, enquanto o hino nacional é tocado antes de uma partida esportiva, para dar atenção ao silêncio do próprio governo quanto aos homicídios frequentes de pessoas negras e desarmadas, cometidos por policiais (Branch, 2017). E aparentemente não importa que a face do movimento tenha sido considerada a “Pessoa do Ano de 2017” pela revista *Time* (Gregory, 2017). Contradições entre atos claramente racistas e um maior silêncio da sociedade quanto à injustiça racial têm desafiado acadêmicos a compreenderem o que parece ser um novo regime de opressão racial. Acadêmicos têm atribuído vários nomes a

tal fenômeno, incluindo “racismo simbólico” (Kinder; Sears, 1981), “racismo *laissez faire*” (Bobo; Kluegel; Smith, 1996), “racismo sem distinção de cor” (Bonilla-Silva, 2006) e “novo Jim Crow” (Alexander, 2010). Todas essas perspectivas concordam que o racismo continua sendo uma clara realidade nos EUA contemporâneos, que se faz presente num amplo discurso público somente de formas mais furtivas.

A pobreza concentrada em bairros negros e em áreas degradadas, as quais lembram colônias internas, continua a ser um problema perturbador e persistente. Em tais localidades, residentes negros e pessoas de cor vivenciam altos índices de desemprego, escolas inferiores, alta criminalidade, intensa violência e altos níveis de encarceramento. Essas áreas das cidades dos EUA lembram favelas da América do Sul e de outras localidades do mundo onde se concentram os pobres. O problema assustador é que não há soluções óbvias à vista que possam imediatamente transformar tais cidades negras devastadas nos EUA. Do ponto de vista do poderoso, essas favelas estão “fora da vista” e “fora da mente”, não merecendo qualquer atenção ou injeção de recursos aptos a transformá-las. Ainda assim, mesmo as pessoas de cor com uma boa qualidade de vida vivenciam o racismo rotineiramente e estão bem atrás de seus pares brancos, especialmente no que diz respeito à riqueza, uma vez que são incapazes de transferir recursos através das gerações, devido a uma inexistência de heranças, gerada pelo legado da escravidão e pelo regime Jim Crow.

Atualmente, encontros violentos com a polícia advindos da sujeição criminal racial (*racial profiling*) ocorrem diariamente durante atividades rotineiras, havendo problemas relevantes raciais que necessitam ser resolvidos nos EUA do século XXI. A fim de proteger os interesses de grupos dominantes, a vigilância e o policiamento dos pobres e oprimidos constituem altas prioridades. Atividades criminosas baseadas em uma economia subterrânea compensam a inexistência de empregos viáveis,

mas também justificam (nas mentes dos brancos dominantes) os altos índices de vigilância policial em comunidades negras e de cor, onde tais pessoas sofrem com a sujeição criminal, e incessantes abordagens para revista (*stop-and-frisk*). Essas práticas, conduzidas muitas vezes por policiais brancos, criam interações hostis e até mesmo violentas entre agentes de controle social e pessoas de cor. Ademais, levam a detenções em massa, ferimentos e até mesmo à morte. O número de assassinatos de jovens negros – e, cada vez mais, também de mulheres negras – tem se tornado um barômetro pelo qual o clima racial é medido (Crenshaw, 1989). Independentemente da existência de evidências, raramente há condenações de policiais que causam ferimentos ou matam pessoas negras e de cor. Cada uma das absolvições causa revolta, pois elas revelam a injustiça e o caráter tendencioso do sistema de justiça criminal e da sociedade em si (Van Cleve, 2016).

Novos movimentos sociais, incluindo o Dream Defenders, o *Black Lives Matter* e o *#SayHerName* foram organizados para a confrontação do moderno regime racista norte-americano, dando nomes às vítimas e perpetradores, compartilhando notícias de violência antinegra e de desigualdade racial, e educando o público para que todos nós tomemos nota do que ocorre. Tais movimentos foram desenvolvidos como uma resposta ao grande número de assassinatos de jovens negros nas mãos de policiais absolvidos pela justiça, ainda que houvesse ampla evidência para condenar tais agentes. Os assassinatos de Trayvon Martin, Michael Brown, Sandra Bland e dezenas de outros jovens negros levaram diretamente à formação de tais novos movimentos, os quais diferem substancialmente de movimentos anteriores havidos durante a escravidão e o regime Jim Crow. Nos movimentos atuais, a liderança feminina é central, uma característica não usualmente encontrada em movimentos pretéritos, que foram liderados por figuras simbolizadas por King e Malcolm X. Esses novos movimentos também incluem lideranças gays e *queer*, contrastando

com movimentos anteriores, os quais tinham fortes elementos homofóbicos ou temiam que a participação gay pudesse deslegitimar sua luta. Os novos movimentos antirracistas também optaram pela descentralização da liderança no lugar da burocratização e de processos decisórios formais; eles resistem a estratégias “de cima para baixo” e utilizam amplamente as redes sociais para a mobilização e para a organização de suas estratégias (Fleming; Morris, 2015). Finalmente, os novos movimentos antirracistas tendem a ter objetivos limitados, buscando, por exemplo, o fim da violência policial e do encarceramento em massa.

A questão que perdura é se tais movimentos serão bem sucedidos. Eles enfrentam assustadores desafios, incluindo o de poderem sustentar a si próprios, devido à sua organização ser solta e suas práticas decisórias serem informais. A situação racial nos EUA também atinge acadêmicos e ativistas de cor, que têm dificuldades para tratar de questões de raça e racismo em instituições de ensino superior que são predominantemente brancas. Eles sofrem mais com o esgotamento (*burnout*) e com a “fadiga da batalha racial”, devido à complexidade de seu trabalho e do seu senso de urgência sobre o estado de injustiça racial (Gorski, 2018). Talvez o grande desafio enfrentado por ativistas contemporâneos, tanto de dentro quanto de fora da academia, seja a possibilidade de movimentos antirracistas, amplamente organizados através das redes sociais, obterem, em comunidades negras e comunidades aliadas, a solidariedade e a confiança necessárias para impulsionar o ativismo de alto risco. Compete a cada geração de ativistas enfrentar novas demandas e desafios que precisam ser endereçados suficientemente para que mudanças sociais ocorram. Somente o tempo nos dirá se essa nova geração, constituída de jovens negros ativistas e seus apoiadores, vai derrubar mais um regime de racismo norte-americano. Se o passado é um prólogo, o racismo norte-americano continuará a ser vigorosamente objeto de resistência, com cada vitória levando a uma união mais perfeita.

CONCLUSÕES

Neste artigo, expusemos um panorama e uma análise do estado das relações raciais nos Estados Unidos da América. Enquanto existem aqueles que, na academia norte-americana, tendem a sustentar a ideia de que raça é uma construção social, demonstramos que muitos norte-americanos, especialmente pessoas de cor, enfrentam a realidade da desigualdade racial. Negros, latinos e asiáticos vivem de forma desigual, se comparados aos brancos, os quais creem que perdem quando ocorrem ganhos para os não brancos. Tais brancos se opõem às ações afirmativas, alegando que elas promovem “discriminação reversa”. A ironia é que a ação afirmativa beneficiou, de forma desproporcional, brancos norte-americanos, em especial mulheres brancas (Crenshaw, 2006). Mas, como demonstramos, são os não brancos que sofrem com as dinâmicas raciais que permeiam as instituições centrais norte-americanas – economia, política, família, sistema de justiça criminal, cultura e interações sociais –, produzindo enormes desigualdades sociais e sofrimento humano.

Nos EUA, as disparidades raciais em termos de renda, riqueza, bairros de residência, educação, pobreza, encarceramento, saúde e expectativa de vida são gritantes. Ao observarmos os dados, chegamos à conclusão de que a realidade de raças desiguais, enraizada na escravidão racial, ainda permeia a sociedade norte-americana. Ainda assim, muitos brancos contemporâneos, especialmente aqueles em posições de elite, veementemente negam a existência do racismo nos Estados Unidos, pois, para eles, a sociedade se tornou indistinta quanto às cores das pessoas, tal como desejava Martin Luther King. Pessoas de cor, por outro lado, continuam a sofrer economicamente, vivenciam exclusão de registros eleitorais, sofrem com negativas para votar em cabinas de votação, morrem nas ruas nas mãos da polícia e do seu próprio povo, e se encontram presas nas amarras da pobreza e do desespero. A

eleição de Donald Trump para a presidência dos EUA estimulou brancos racistas a emergirem de cada canto da sociedade, resistindo a quaisquer propostas que promovam mudança na questão racial. Por certo, a violência racial branca e a intolerância são agora abertamente demonstradas de modo jamais visto no passado recente. Em razão de o sistema atual de opressão racial, nos Estados Unidos, ter tais deletérios efeitos sobre pessoas de cor, um acadêmico, totalmente ciente dos efeitos opressores da escravidão e do regime Jim Crow, descreveu-o como produtor de uma nova baixa nas relações raciais norte-americanas (Cha-Jua, Sundiata, prestes a ser publicado).

Contudo sistemas racialmente opressivos não são naturais, tampouco inevitáveis. A resistência ao racismo ocorreu durante a escravidão racial, no regime Jim Crow e ocorre no período contemporâneo no qual a opressão é menos formal, mas, de qualquer maneira, formidável. Subalternos raciais podem resistir, resistiram, desconstruíram o racismo, e continuarão a fazê-lo. Suas experiências de vida contam a verdade sobre as desigualdades raciais, e eles se organizam para localizar recursos, energia e conhecimentos necessários para resistir e derrubar, de forma efetiva, a opressão. Com recursos, organização e perspicácia, a ação coletiva antirracista é possível. Historicamente, a resistência negra pela liberdade efetivamente derrubou a escravidão e o regime Jim Crow. Ao fazê-lo, inspirou movimentos globais de pessoas que buscam seus sonhos de liberdade. Os desafios da população negra continuam a existir nos EUA, estimulando-a a lutar pela sua liberdade em um dos períodos mais obscuros da nação. Esperamos que Dr. King (“Our God is marching on” march 25, 1965) esteja certo: “O arco do universo moral é longo, mas ele se inclina em direção à justiça”.

Recebido para publicação em 27 de agosto de 2018
Aceito em 13 de novembro de 2018

REFERÊNCIAS

- ALEXANDER, M. *The new Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness*. Nova York: The New Press, 2010.
- APTHEKER, H. *American negro slave revolts*. Nova York: International Publishers, 1974.
- ARTIGA, S. et al. *Key facts on health and health care by race and ethnicity*. 2016. Disponível em: <<https://www.kff.org/disparities-policy/report/key-facts-on-health-and-health-care-by-race-and-ethnicity/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- BASHI TREITLER, V. Racial categories matter because racial hierarchies matter: a commentary. *Ethnic and racial studies*, v. 21, n. 5, p. 959-968, set. 1996.
- _____. *The ethnic project: transforming racial fictions into ethnic factions*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- _____. Social Agency and white supremacy in immigration studies. *Sociology of race and ethnicity*, v. 1, n. 1, p. 153-165, 2015.
- _____. Racialization and its paradigms: from Ireland to North America. *Current sociology monograph*, v. 64, n. 2, p. 213-227, 2016.
- BOBO, L.; KLUEGEL, J. R.; SMITH, R. A. Laissez-Faire racism: the crystallization of a kinder, gentler, antiblack ideology. In: TUCH, S. A.; MARTIN, J. K. (Ed.). *Racial attitudes in the 1990s: continuity and change*. Westport: Praeger, 1996.
- BONILLA-SILVA, E. *Racism without Racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. Lanham: Rowman & Littlefield publishers, 2006.
- BRANCH, J. The Awakening of Colin Kaepernick. *The new york times*. 2017. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/2017/09/07/sports/colin-kaepernick-nfl-protests.html>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- CARPENTER, Z. What's Killing America's Black Infants? Racism is fueling a national health crisis. *The nation*, mar. 2017. Disponível em: <<https://www.thenation.com/article/whats-killing-americas-black-infants/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- CHA-JUA, S. The changing same: black racial formation and transformation as a Theory of the African American Experience. In: KODITSCHKEK, T.; CHA-JUA, S. K.; NEVILLE, H. A. (Ed.). *Race Struggles*. Urbana: University of Illinois Press, 2009.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago legal forum*, n. 1, p. 139-167, 1989.
- _____. *Framing Affirmative Action*. Mich. L. rev. first impressions, v. 105, n. 123, 2006.
- DOUGLASS, F. *Men of Color to Arms!*. North Star, Rochester, mar. 1863.
- DU BOIS, W. E. B. *Souls of black folk*. Chicago: A. C. McClurg, 1903.
- _____. *Black Reconstruction in America*. Nova York: Henry Holt, 1935.
- FIELDS, K.; FIELDS, B. *Racecraft: the soul of inequality in american life*. London: Verso, 2014.
- FIRGER, J. Black and white infant mortality rates show wide racial disparities still exist. *Newsweek*. 2017. Disponível em: <<https://www.newsweek.com/black-women-infant-mortality-rate-cdc-631178>>. Acesso em: 31 jul. 2018.
- FLEMING, C. M.; MORRIS, A. Theorizing Ethnic and Racial Movements in the Global Age: Lessons from the Civil Rights Movement. *Sociology of race and ethnicity*, jan. 2015.
- FRANKLIN, J. H. *From slavery to freedom*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1967.
- GORSKI, P. C. Racial battle fatigue and activist burnout in racial justice activists of color at predominately white colleges and universities. *Race ethnicity and education*, p. 1-20, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1080/13613324.2018.1497966>>. Acesso em: out. 2018.
- GOULD, S. J. The geometer of race. *Discover magazine*, nov. 1994. Disponível em: <<http://discovermagazine.com/1994/nov/thegeometerofrac441>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- GREGORY, S. The short list: no. 6, person of the year 2017: Colin Kaepernick, The quarterback who upended the NFL without taking a snap. *Time magazine*. 2017. Disponível em: <<http://time.com/time-person-of-the-year-2017-colin-kaepernick-runner-up/>>.
- Acesso em: 1º ago. 2018.
- GRUSKY, D. et al. (Ed.). State of the Union 2017. Pathways: a magazine on poverty, inequality, and social policy. Stanford, CA: Stanford Center on Poverty and Inequality (CPI), 2017. A special issue on racial and ethnic.
- JEFFERSON, T. United States Declaration of Independence, Philadelphia, 1776.
- JOHNSON, L. B. Commencement Address at Howard University: "To Fulfill These Rights", June 4, 1965.
- KAISER FOUNDATION. *State Health Facts*, table on "Life Expectancy at Birth (in years) by Race/Ethnicity", 2009. Disponível em: <<https://www.kff.org/other/state-indicator/life-expectancy-by-re/?currentTimeframe=0&sortModel=%7B%22colId%22:%22Location%22,%22sort%22:%22asc%22%7D>>. Acesso em: 23 jul. 2018.
- KENDI, I. X. *Stamped from the beginning: the definitive history of racist ideas in America*. Nova York: Nation Books, 2016.
- KINDER, D. R.; SEARS, D. O. Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of personality and Social Psychology*, v. 40, p. 414-431, 1981.
- KING, J. *The Biology of race*. Oakland: University of California Press, 1981.
- KING JR., M. L. Letter from a Birmingham Jail. *Liberation: an independent monthly*, v. 8, n. 4, 1963.
- _____. *Honoring Dr. Du Bois*. *Freedomways*, v. 8, n. 2, spring 1968.
- LAWSON, J. Interview with Aldon Morris, Los Angeles, oct. 1978.
- LEE, H. et al. Racial Inequalities in Connectedness to Imprisoned Individuals in the United States. *Du Bois review*, v. 12, n. 2, p. 269-282, 2015.
- MATOBBA, N.; COLLINS JR., J. W. Racial disparity in infant mortality. *Seminars in perinatology*, v. 41, n. 8, p. 354-359, 2017.
- MILLS, C. W. *Racial contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- MORNING, A. *The nature of race: how scientists think and teach about human difference*. Oakland: University of California Press, 2011.
- MORRIS, A. *Origins of the civil rights movement: Black Communities Organizing for Change*. Nova York: The Free Press, 1984.
- _____. Centuries of black protest: its significance for America and the world. In: HILL, H.; JONES, J. E. (Ed.). *Race in America: the struggle for equality*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993. cap. 2, p. 19-69.

- _____. A retrospective on the Civil Rights Movement: political and intellectual landmarks. *Annual review of Sociology*, v. 225, p. 517-539, 1999.
- _____. *The scholar denied: W. E. B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology*. Oakland: University of California Press, 2015.
- NELSON, A. Unequal treatment: confronting racial and ethnic disparities in health care. *Journal of the national medical association*, Washington, v. 94, n. 8, p. 666-668, mar. 2002.
- NEWKIRK, Vann R. Trump's EPA concludes environmental racism is real. *The atlantic*, 28 feb. 2018. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/politics/archive/2018/02/the-trump-administration-finds-that-environmental-racism-is-real/554315/>>. Acesso em: 20 jul. 2018.
- NORTON, M. I.; SOMMERS, S. R. Whites see racism as a zero-sum game that they are now losing. *Perspectives on Psychological science*, v. 6, p. 205-218, maio 2011.
- PAGER, D. The mark of a criminal record. *American journal of Sociology*, v. 108, n. 5, p. 937-975, mar. 2003.
- SINGH, G.; YU, S. Infant mortality in the United States: trends, differentials, and projections, 1950 through 2010. *American journal of public health*, v. 85, n. 7, p. 957-964, July 1995.
- STEINBERG, S. *The ethnic myth: race, ethnicity, and class in America*. 3. ed. Nova York: Beacon Press, 2001.
- TSAI, T.; SCOMMEGNA, P. U. S. Has World's Highest Incarceration Rate. *Population reference Bureau*, 2012. Disponível em: <<https://www.prb.org/us-incarceration/>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- VAN CLEVE, N. G. *Crook county: racism and injustice in America's largest criminal court*. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- WILSON, W. J. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1987.

**THE RACIAL STATE OF THE UNION:
understanding race and racial inequality in the
United States of America**

*Aldon Morris
Vilna Bashi Treitler*

This paper interrogates the role of race and racism in the United States of America. The paper grapples with race conceptually as it explores why racial categories and racial inequality exist in the first place. We also examine the current state of race in North America by laying bare its social, economic and political manifestations. After exploring the magnitude of racial inequality in the United States, we labor to unravel the mechanisms both structurally and culturally that perpetuates and sustains racial disparities. Because racist actions and beliefs have always been resisted by social movements, collective action, and resistance at the personal level, we assess the nature and outcomes of struggles to overthrow North American racism. We conclude by assessing the current prospects for racial transformation and the possibilities for the emergence of racial equality. Thus, in this paper, we provide an overarching analysis of the current state of racial dynamics in the United States and the forces determined to dismantle racism.

KEY WORDS: Race. Racism. Racial regimes. Black movements. Inequality.

**ÉTAT RACIAL DE L'UNION: comprendre la race et
les inégalités raciales aux États-Unis d'Amérique**

*Aldon Morris
Vilna Bashi Treitler*

Notre article évaluera le rôle de la race et du racisme en Amérique. Le document aborde conceptuellement la race en explorant pourquoi les catégories raciales et l'inégalité raciale existent en premier lieu. Le document passe à l'examen de l'état actuel de la race en Amérique en mettant à nu les manifestations sociales, économiques et politiques. Étant donné l'ampleur de l'inégalité raciale aux États-Unis, le document cherche à démêler les mécanismes à la fois structurels et culturels qui perpétuent et maintiennent les disparités raciales. Parce que le mouvement raciste a toujours été combattu en Amérique par des mouvements sociaux, des actions de collecte et de résistance au niveau personnel, le journal évaluera la nature et les résultats des luttes pour renverser le racisme américain. Ainsi, l'article fournira une analyse de l'état actuel de la dynamique raciale aux États-Unis ainsi que des forces déterminées à démanteler le racisme.

MOTS-CLÉS: Race. Racisme. Régimen racial. Mouvement nègre. Inégalité.

THE RACIAL STATE OF THE UNION: understanding race and racial inequality in the United States of America

*Aldon Morris**
*Vilna Bashi Treitler***

This paper, “The Racial State of the Union,” interrogates the role of race and racism in the United States of America. The paper grapples with race conceptually as it explores why racial categories and racial inequality exist in the first place. We also examine the current state of race in North America by laying bare its social, economic and political manifestations. After exploring the magnitude of racial inequality in the United States, we labor to unravel the mechanisms both structurally and culturally that perpetuate and sustain racial disparities. Because racist actions and beliefs have always been resisted by social movements, action, and resistance at the personal level, we assess the nature and outcomes of struggles to overthrow North American racism. We conclude by assessing the current prospects for racial transformation and the possibilities for the emergence of racial equality. Thus, in “The Racial State of the Union” we provide an overarching analysis of the current state of racial dynamics in the United States and the forces determined to dismantle racism.

KEYWORDS: Race. Racism. Racial regimes. Black movements. United States.

INTRODUCTION

Despite rhetoric to the contrary, and the language of liberty and equality in the nation’s founding documents, the United States of America embraced racism from its inception. In 2017, the former first black Secretary of State, Condoleezza Rice, stated, “We forget in the United States how long it has taken us to make ‘We the People’ mean people like me, [...] And indeed, I do think that America was born with a birth defect: it was slavery” (Condoleezza Rice, CBS’s “Sunday Morning”, 2017).

Indeed, throughout the nation’s nearly 250-year existence, white elites in the United States deliberately constructed and sustained a society based on white supremacy. The first settlers from Europe developed a white settler nation by genocide against the indigenous people living in North America, forcefully seizing and through trickery stealing their lands and

destroying their nations. This was the fate of those we called “Indians” (Cf. the horrendous navigation errors of the infamous Christopher Columbus/Cristóvão Colombo) as well as Mexicans who had portions of Mexico forcefully annexed by European settlers. These stolen lands were slowly included in their “new” nation even as the peoples on those lands were unwelcome, unless they could be enslaved and forced to work for the benefit of colonizers who began to call themselves white and invent races for others who they wanted to exclude from their polity. Further, Africans were made black by being ripped from their continent, transported to America on slave ships, chained and forced to labor as slaves receiving no compensation – and this continued for two and a half centuries. The wealth of the nation was established as white elites exploited economically, socially and politically those others they defined as nonwhite. Indeed, black labor is what transformed the United States from an economy that looked much like today’s poorest countries, into an economic giant with a booming agricultural economy (Steinberg, 2001), and nonwhite labor has brought it to its

* Northwestern University, Department of Sociology. 1810 Chicago Avenue, Evanston, Illinois, 60208, EUA. amorris@northwestern.edu

** University of California. Department of Black Studies. 3631 South Hall, Santa Barbara, Santa Barbara, CA 93106, USA. vbashitreitler@ucsb.edu

current state where its economy rivals other white empires in Western Europe with colonial histories.

In sum, European colonizers fashioned races of themselves and other humans, creating their own white supremacy as they built a racial hierarchy and subjected us all to it (Mills, 1999). White settlers ensured that domination, white supremacy and privilege, phenotype and skin color categorization, and exploitation, all intertwined, however sloppily or illogically. Thus, certain Northern Europeans and their descendants retained their place at the top of the racial hierarchy, elaborated systems of racial classification and created racial beliefs along with systems of sanction for those who failed to comply with racial logics. How did whites arrange social life so that they would stand as the dominant “race”? What is race anyway? And how do racial categories incorporate nonwhite others, especially as new peoples emerge through conquest, migration, or identity movements? How does a dominant group, creating hierarchies of humans and systems of racial logics that ensures white racial domination, endure for centuries? If we are to make sense of the contemporary racial landscape in the United States, addressing these questions are crucial. The sciences (both natural and social) have made great strides in providing answers to these vexing issues. In this next section, we review the answers.

WHAT IS RACE AND HOW DOES IT OPERATE IN THE USA?

Race is a system of human classification meant to sort humans into distinct categories according to a constellation of physical, cognitive, and cultural traits believed to be hereditary, distinctive, and largely inescapable (Bashi Treitler, 2016). But humans logically cannot be sorted in this way. We have not lived long enough on the planet to make biologically different subspecies that we can call races

(Gould, 1994). There is no biological or genetic trait that definitively marks an individual as a member of one racial group and no other; nor is there any marker that clearly identifies all the members of a single racial groups as distinct from all other racial groups (King, J., 1981). Indeed, more than 100 years of scientific evidence has shown that human races (i.e., racial subspecies denoted by phenotype and other genetic/biological characteristics) do not exist. The belief in the ability to scientifically categorize humans (i.e., racialism) derives from faith in positivism (the belief that knowledge comes from scientific methods that can be accurately, empirically applied to human behavior). However, positivism is simply a belief, as is racialism; neither belief system can render the idea of race and racialism scientifically valid.

In the United States, we tend to think that we have four racial groups: White, Asian, Hispanic/Latino, and Black. That classification scheme means somehow kinky haired people are classifiable as White, or as Black; dark skinned people are sometimes Asian and sometimes Black; and each group has people with thick lips and people with thin lips. Genetic material fares no better at sorting races than our own eyes are, but some natural scientists are still searching for a reliable tool for racial sorting and many hope that the sorting of human genomes will finally get us there.

Knowing that there is no scientifically valid way to sort humans into races, social scientists are increasingly concluding that race is a social construction. This means that races are human-made fictions, creations of the human mind based on factors having no meaning independent of those we construct and (some of us) agree upon. The most common classification schemes employ phenotype: racialists (and racists) believe that people with certain physical characteristics (hair texture or curl, degree/absence of melanin in the skin, color of the eye’s iris, thick-/thinness of lip) can be assigned to a “race.” Social actors decide to

use phenotypic characteristics to assign people to races as they declare those sorted to be racially alike. Nevertheless, in making racial assignments among people we must nonsensically ignore the overwhelming list of things that divide them, including their nation of birth, language, culture, parentage and ancestry. (For example, in the USA, we illogically claim the offspring of a “White” person and a “Black” person must be “Black” because of our adherence to a rule of racial hypodescent for anyone with any degree of “blackness” – that is, unless they look “white” enough and simply live their lives as such to avoid detection as a black person.) Racial categories are in constant use in the USA, even as they change over time. In the US, racial identification is asked on paper forms in daily life: job applications, health questionnaires, admission applications for schooling, even access to buildings on visitors’ logs! As mentioned, most in the US would say there are around four categories: White, Asian (and Pacific Islander), Latino/Latina, and Black. What is critical about race (as opposed to ethnicity or other ways of sorting humans) is that racial categories are organized hierarchically, with whites in the highest position and blacks in the lowest.

Even as race is proclaimed a “social construction,” this construction has major consequences. North Americans have a common set of ideas about how to label a person as a member of a given racial category, a racial commonsense, if you will. That commonsense not only provides information about how to racially read someone, but dictates expectations about their behavior, and how they believe they should behave toward racial others. Should expectations about racial comportment be unmet, racial sanctions ensue. These can be mild – as when a family member disapproves of a loved one’s choice to reach across the racial divide to make a friend or choose a lover – or they can be strict and costly – as when someone finds themselves in the grasp of members of a hate group who see themselves as mem-

bers of a racial militia meant to uphold a strict racial order. These tenets that organize racial order – racial categories, hierarchies, commonsense, and sanction – can be said to make up the US racial paradigm (Bashi Treitler, 2016).

Generally, people in the US who believe in races have largely gravitated away from the tenets of early biological or natural science notions of race. They, instead, have moved toward the belief that racial designations signal group character. This is only progress of a sort because North Americans have not moved away from biological notions altogether. Most North Americans – including scientists – are far more deeply invested in racialized thinking than we might expect, and biological essentialism is even more prevalent than is the idea that race is merely a social construction (Morning, 2011). As North Americans examine ancestry and ethnicity, they determine (in actions and words) that these concepts, too, are race-bound (Bashi Treitler, 1996, 2014). We embrace the belief that race has real meaning (perhaps in producing aptitudes and propensities for attaining economic success, parenting skill, or criminal behavior) that can be applied to racial groups despite the varied and messy ways of sorting humans (first through physical appearance, blood, and more recently, genes) into ever changing and nebulous racial categories (Morning, 2011). To be sure, antiracists must fight against all these inequalities and the beliefs that undergird them (Kendi, 2016).

In 1860, Senator Jefferson Davis’s delivered his infamous speech on the senate floor, which argued against federal funding for Black education, declaring that racial difference was stamped from the beginning by a government “not founded by negroes nor for negroes [but] by white men for white men” (Kendi, 2016, p. 2). The US Civil War would begin the next year, and end in 1865 with the manumission of those made black by racial slavery. The historic racial fictions that made racial slavery a reality continue to shape contemporary race inequalities. Indeed, racial inequalities and the beliefs that

justify them haunt US history and shape our socioeconomic policy and behaviors to this day. They inform how we understand each other as ethnic beings, molding our knowledge of who belongs in the nation and who will never be included, and fashioning our judgements about whether we can blame racial hierarchy or the socially excluded for their plight (Bashi Treitler, 2014, 2016). Let us briefly examine where this fallacy of racial thought has left us, two centuries after Davis's declaration.

THE CURRENT STATE OF RACIAL AFFAIRS IN THE USA

North American racial inequalities are evident when human life begins, and remain throughout the lives of racialized beings in the USA. Thus, it makes sense to begin by talking about racial inequalities in birth and death. The USA is notoriously poor among the world's more economically developed nations in caring for its newborns and new mothers, having fallen in rank from 6th to 26th over the last 50 years (Matoba; Collins, 2017). Each year, 23,000 infants in the US die before they reach their first birthday. This outcome is racially influenced because overwhelming numbers of these deaths are nonwhite. In the nation's capital, Washington DC, the poorest district (Ward 8, where black residents predominate) has an infant mortality rate that is 10 times that of the wealthiest (Ward 3 overwhelmingly white). On the opposite coast, in San Francisco, black mothers are 8 times more likely to suffer the death of their infant than their white counterparts – and it has become clear that it is racism, and not just the fact of living in separate racial categories, that cause these disparities in risk of early death (Carpenter, 2017). Although the overall rate of infant mortality has declined since 1950, the gap between mortality rates for white and black children actually increased over the subsequent four decades (Singh; Yu, 1995) and now is at the point where 50% more black children

than white children die in the first year of life (Firger, 2017). Should African Americans survive childhood, they have the fewest years of life expectancy (74.6) of all racial groups, where Asian and Latino Americans are expected to live the longest, at 86.5 and 82.8 years respectively, and whites 78.9 years (Kaiser Foundation, 2009).

The quality of life one lives between birth and death is severely unequally distributed among the “races.” For example, Black and indigenous (“American Indians” and Alaska Natives) fare far worse than whites on the majority of measures of health, while Latinos and Asians (particularly certain Asian ethnic groups) fare worse on some measures and better on others. Nonelderly nonwhites are far more likely to be without health insurance coverage that might promote better health (Artiga et al., 2016). However,

Racial and ethnic disparities in health care exist even when insurance status, income, age, and severity of conditions are comparable. And because death rates from cancer, heart disease, and diabetes are significantly higher in racial and ethnic minorities than in whites, these disparities are unacceptable (Nelson, 2002, p. 6).

In the USA, races live segregated lives, and all major cities in the US are hyper-segregated, meaning that racial segregation is glaringly evident no matter how it is measured. Segregation is a contributing factor to a host of problems, not least of which is environmental racism, meaning that compared to whites black people suffer from higher levels of exposure to toxins both because of geographic segregation and companies that actually pollute more areas where blacks live (Newkirk, 2018).

The United States has also made itself infamous in its global position as the world's top jailer of its own people, a position it has held since 2002 (Tsai; Scommegna, 2012). Men make up 90 percent of those jailed, to the degree where one of every four US women has an imprisoned loved one – and for black women the number is significantly higher, at 44%,

whereas only 12% of white women and 6% of white men have the same fate (Lee et al., 2015). Young black men between the ages of 18 and 34 were six times more likely to be imprisoned than their white counterparts (Tsai; Scomegna, 2012). The disproportionate numbers of nonwhites incarcerated and caught in the clutches of the criminal justice system have devastating effects on their communities (Alexander, 2010). Having a criminal record makes it exceedingly difficult for ex-inmates of color to attain employment (Pager, 2003). The high incarceration rate severely limits the marriageable pool for women of color negatively affecting family income and family stability (Wilson, 1987). Moreover, incarceration often leads to political disenfranchisement of black people to such an extent that scholars are beginning to label it as the reincarnation of a new Jim Crow regime of oppression (Alexander, 2010). It is fair to conclude that racially biased mass incarceration of people of color in America exacerbates racial oppression in the contemporary United States to appalling levels.

Other quality of life measures show similarly skewed racial disparities. Stanford University's Center on Poverty and Inequality (CPI)'s 2017 annual report focused on 10 areas of inequality (employment, poverty, safety net use, housing, education, incarceration, health, earnings, wealth, and mobility) and concluded that (1) profound inequalities exist and persist in many of these domains, (2) the gaps between dominant whites and nonwhites are substantial, and declines in the magnitudes of these gaps are slowing or ceasing altogether. African American employment among men has been lower than for all other men for as long as records of employment have been collected; their employment currently registers at 11 to 15 percent lower than for white men, and this has been the case for every month since January 2000. Full recovery in employment after the 2008 Great Recession reached all areas of the population except for African American men (Hout, 2017). The staying power of employ-

ment also marks racial disparities: while only 1 in 18 whites fear job losses within a year, 1 in 9 African Americans and 1 in 6 Hispanic Americans have those fears. Those African Americans who are employed face inequality in wages, and poverty marks the group as a whole. Right after the Civil Rights Movement, some gains were made in narrowing the earnings gap, but even now, median earnings for black males are 32 percent lower than for white males – in four decades the earnings gap narrowed only 7 percent. At the same time, the median earnings gap between white and Hispanic males actually grew from 29 percent to 42 percent, mainly because anti-immigrant legislation actually increased inequality (Grusky et al., 2017).

Meanwhile, whites and Asians face the lowest rates of poverty in the nation (at 11.5% and 11.2% respectively), while black, indigenous and Hispanic rates of poverty are 24%, 27%, and 21% respectively (Grusky et al., 2017). These high poverty groups rely more upon the country's social safety net. Homeownership is the North American family's bank account, storing most of family wealth, and activating welfare benefits like mortgage interest deductions, real estate and property tax exclusions, and other homeowner subsidies. Black, Hispanic and indigenous families are respectively 57%, 51% and 41% less likely than white families to own a mortgaged home. The burden of paying for housing under employment and wage gaps is considerable: 20% of black and Hispanic renters spend over half their income on housing, and are at comparably greater risk of eviction. By contrast, 1 in 6 black or Hispanic homeowners spend half their income on housing, whereas the comparable figure for white homeowners is 1 in 12 (Grusky et al., 2017).

Nonwhites and whites not only live wholly different lives, but have polar opposite views of what is going on here. A Tufts University study (Norton; Sommers, 2011, p. 215), showed that "Whites believe that they have replaced blacks as the primary victims of ra-

cial discrimination in contemporary America”. Moreover, for them, gains by black persons are associated with perceived anti-white biases in a racial zero-sum game. Indeed, whites see nonwhite gains as “reverse racism” and believe it to be a bigger problem than anti-black racism! Black perceptions are quite different - black people in the US do not perceive a zero-sum game at play, and they believe that no such losses occur should they make gains in their struggles for equality.

Which came first, racist action or racial thought? That is up for debate. Some argue that we would not even have races if humans did not insist on inequality between themselves and those they believe to be racially beneath them – in other words, some scholars suggest that racial inequality *causes* us to believe in and see racial differences among humans (Fields; Fields, 2014). If they are right, making “races” equal would go a long way in solving America’s racial problems. It makes sense, then, to examine the fight against “racial disparities [that] are older than the life of the United States” (Kendi, 2016, p. 2). In this next section, we survey that fight by chronicling a history of U.S. anti-racist movements and their achievements.

RACE REGIMES AND RESISTANCE: Slavery, Jim Crow, Contemporary Racial Oppression

As noted, race was invented by Europeans who called themselves white and placed themselves in a position of supremacy, and conversely created blacks who they subordinated into racial slavery. The American slave regime closely approximated an iron cage of human domination (Morris, 1993). Scholars of American slavery (Aptheker, 1974; Franklin, 1967) concur that racial slavery was a comprehensive system of human bondage. The slave system utilized harsh measures – murder, whippings, brutal forms of punishments, restricted travel

and social intercourse, imposed ignorance, ideological and mental violence, and constant monitoring – to maintain the slave regime. American slavery endured for over two centuries because as Aptheker (1974, p. 67) argued “Behind the owner, and his personal agents, stood an elaborate and complex system of military control [...] practically all adult white men were liable for patrol service”. The system also endured because the aristocracy used the white working classes as controlling overseers whom they rewarded with meager incomes and a modest status based on the claim they were better than Nigger slaves (Du Bois, 1935). Thus, through the brutal exploitation of slaves, the southern white aristocracy amassed enormous wealth and built an elaborate empire rooted in cotton, tobacco, and other valuable commodities. European elites also relied on black slavery in America and elsewhere, to feed their greedy developing empires. Under slavery, black skin and white domination became commingled, culminating in an enduring feature of an American society that inflicted racial terror on nonwhites while proclaiming that “We hold these truths to be self-evident: that all men are created equal; that they are endowed by their Creator with certain unalienable rights; that among these are life, liberty, and the pursuit of happiness” (Jefferson, 1776).

African Americans have always engaged in individual and collective protests against racial oppression. Black resistance to slavery began on slave ships during the Middle Passage across the Atlantic Ocean. On ships, slave catchers and their overseers had to be forever watchful to prevent rebellions and control those that exploded under challenging circumstances. In many cases, rebellious slaves took over slave ships, killed white captors, and sailed back to Africa. Some ships were forever lost at sea when slave rebellions threw them off course. It was also common for slaves to leap overboard choosing death rather than endure slavery in a strange land. Indeed, black protest against slavery was born on slave ships

because their human cargo fought relentlessly for their freedom.

Landed slaves rebelled on North America soil despite the hostile brutality and intense surveillance that accompanied their slave condition. Through protests, slaves raised the costs of their racial denigration and the terror it took to keep them subordinated, rendering the cruel institution a risky and dangerous business and ultimately ushering in its overthrow. Black slaves in the US often disrupted the machinery of slavery through individual acts of resistance including self-mutilation, suicide, undetected abortions, poisoning of masters, and arson.

As the years of bondage accumulated, slaves taught themselves to build indigenous organizations, often disguising them beneath various camouflages such as trees in the forest. Especially important was the emergence of the black church, at first largely invisible to the uninitiated eye. Over time, the church became a brick and mortar institution, but even in this changed form it continued to present different guises to the master and slave congregants. Organized collective resistance emerged from the church and other forms of slave organization. This resistance manifested through work slowdowns, an intricate Underground Railroad through which slaves escaped to freedom, and organized slave revolts that challenged the foundation of the vicious regime. Aptheker, commenting on the significance of the slave revolt, said “Rebellion and conspiracy to rebel reflect the highest form of protest [...] [and they also reflect] deep and widespread unrest: the insurrection or the plot was, as it were, the flash of lightning that told of the profounder atmospheric disturbance creating it” (Aptheker, 1974 apud Morris, 1993, p. 34). Black slave revolts continued to rock the white supremacist regime, creating instability and the ultimate day of reckoning when slaves would attack chattel slavery head-on.

In his classic book, *Black Reconstruction* (1935), W. E. B. Du Bois explained how black

slaves freed themselves in the context of the U.S. Civil War which was fought between the northern states (“the Union”) that feared domination by the stronger southern slave-fueled economy and the southern pro-slavery states (“the Confederacy”). Slaves succeeded in disrupting the southern economy through massive strikes, joining the war effort and providing crucial support services, and fighting as soldiers willing to shed their blood for freedom. Du Bois demonstrated that the Confederacy likely would have won the War were it not for fierce slave insurrections and the damage they caused to the south. Throughout seemingly endless years of bondage, slave protests weakened the peculiar institution, finally leading to its complete collapse. They proved Frederick Douglass correct: “He who would be free must himself strike the first blow” (Douglass, 1863).

But even after manumission, self-determination proved elusive as the severe racial constructions of the Jim Crow era replaced slavery, dashing ex-slaves’ freedom dreams. As Du Bois argued, the Jim Crow regime was slavery under a new name. In the brief period of post-Civil War Reconstruction (1863 to 1877), masses of ex-slaves were left defenseless, with neither weapons, land, wealth, income nor shelter. After the war, the national government withdrew those military forces protecting slaves leaving the defeated southern white aristocracy free to recapture ex-slaves and force them to labor in new forms of extreme economic, political, and social exploitation (Morris, 1984). Jim Crow enabled southern white capitalists to drag blacks back to plantations, forcing them to labor at levels of compensation designed to generate barely subsistence wages in an economic system of peonage debt. As sharecroppers, the former slaves remained indebted to former masters, trapped by accounting systems that ensured they never had money sufficient to become economically independent nor to provide adequate food or shelter for their families. Under Jim Crow, white elites thrived, and the white working

classes continued to serve as racial intermediaries earning a wage slightly above that of blacks. These racial disparities in wages and a racial premium in privilege proved enough to discourage white workers from uniting with black workers as a class (Du Bois, 1935). Jim Crow proved to be a tripartite system of domination (Morris, 1984) as it controlled blacks politically, socially, and economically. During nine decades of Jim Crow, southern blacks had no political rights whites were required to respect. Black disenfranchisement meant that they could neither serve on juries nor elect members of the political class. Without political rights, black people could not protect their interests. Further, they were politically and socially restricted by constant threats of terror, including lynching.

The social domination blacks experienced under Jim Crow was personal and demeaning. The system called for strict legal segregation between blacks and whites. Analyzing this personal form of domination, Morris (1999, p. 518) concluded:

The Jim Crow system went to great lengths to impress on Blacks that they were a subordinate population by forcing them to live in a separate inferior society [...] Blacks had to use separate toilets, attend separate schools, sit at the back of buses and trains, address whites with respect while being addressed disrespectfully, be sworn in on different bibles in the court room, purchase clothes without first trying them on, pass by 'white only' lunch counter seats after purchasing food, and travel without sleep because hotels would not accommodate them.

Economically, "white" and "black" jobs segregated occupations and pay. Black occupations were the dirtiest, most dangerous, and unprotected by labor unions because they discriminated against blacks, and black jobs paid the least. When Du Bois examined the economic plight of blacks under Jim Crow, he concluded, "to be a poor man is hard, but to be a poor race in a land of dollars is the very bottom of hardships" (Du Bois, 1903, p. 6).

Thus, formal Jim Crow, which lasted for

nine decades, was a brutal system of racial domination buttressed by law, violence and customs. Because of it, by mid-twentieth century, the masses of black people in the United States were poor, landless, poorly educated and battled intimidation produced by violence. Yet, just as they did under slavery, blacks in the US resisted the Jim Crow regime from the outset. Resistance against the American Jim Crow regime began in the late nineteenth century and persisted during the twentieth century. Boycotts, legal cases, marches and other forms of resistance including the proliferation of protest organizations advanced the attack against racial segregation and racial inequality.

Evidence from the long history of black protest predating from the inception of blackness onward to and through the modern civil rights movement caused Morris (1984) to conclude that the black community is the home of a long-sustained protest tradition. Out of this tradition, major protest organizations have emerged including the Niagara Movement in 1905, the National Association for the Advancement of Colored People in 1909, Garvey's United Improvement Association in 1914, and the March on Washington Movement in 1941. By mid-century, numerous small-scale victories had chipped away at the foundations of Jim Crow. Nevertheless, for Jim Crow to fall, a large disruptive mass movement would be required. When in the 1950s they would confront it head-on, it too, would come tumbling down.

A system of domination is able to persevere because it monopolizes power while rendering the dominated powerless. By mid-1950s, Jim Crow segregation stood as the supreme social order across the south keeping blacks at the bottom of the racial hierarchy. Nevertheless, major challenges to Jim Crow were becoming visible. The United States Supreme Court ruled in May 1954 that racially segregated schools were unconstitutional – this gave boundless hope to black people that racial segregation was on its deathbed. Nevertheless, in August of the following year fourteen-year-old

Emmett Till was lynched in Money, Mississippi. The brutality of the murder, the bravery of Till's mother (who left his casket open so that all could see the horrors her son suffered), and acquittals of two white men who were obviously guilty of the racist crime, all galvanized the black community. But a key turning point was on December 1, 1955 the bus boycott was launched in Montgomery, Alabama following the arrest of Rosa Parks for refusing to give up her seat on the bus to a white man. The modern civil rights movement had begun.

By the 1950s, the black community had undergone considerable urbanization as African Americans left the southern US for northern cities, and urban institutions, especially the church, were soon far stronger and more capable of mobilizing and supporting a mass-based movement against Jim Crow (Morris, 1984). The Montgomery bus boycott was based in these black community institutions and organizations, and soon developed into a mass movement. Championed by its charismatic leader Martin Luther King, Jr., the movement chose the method of nonviolent direct action as its main tactic to slay Jim Crow. Also new to the movement was its mass mobilization. In times preceding the Montgomery action, antiracist struggles tended to be initiated by individuals or litigated by a few litigants and lawyers in the courts. The bus boycott deviated sharply from these efforts: it involved black masses directly in organized activity designed to disrupt the racial status quo. Rev. James Lawson, a major strategist of the movement, explained the difference mass nonviolent direct action made:

Many people, when they are suffering and they see their people suffering, they want direct participation. So you put into the hands of all kinds of ordinary people a positive alternative to powerlessness and frustration. That's one of the great things about direct action (Lawson, 1978 apud Morris, 1984, p. 124).

Martin Luther King, concurring with Lawson, explained how the power of disruption was used to achieve change when he

wrote, "Nonviolent direct action seeks to create such a crisis and establish such creative tension that a community that has constantly refused to negotiate is forced to confront the issue" (King JR., 1963, p. 1).

Thus, did the bus boycott change the entire logic of antiracist struggle, and the success of that action was proven with the overthrow of segregation on busses in Montgomery. Building on that victory, major forms of nonviolent direct action came to include other boycotts, mass marches, sit-ins, mass arrests, mass demonstrations and other techniques deliberately designed to disrupt the Jim Crow order. Nonviolent direct action shifted the power differential between dominators and the dominated because of its capacity to simply and effectively disrupt social order. Systems of domination endure because they monopolize power for those in high ranked positions and impose a lack of power on the dominated. Social movements are able to generate power to achieve change via disruption; a community makes a pact to explicitly refuse to allow business as usual. Civil Rights movement participants perfected their effective use of nonviolent direct action across southern cities and rural locales throughout the mid-1950s and '60s. When massive disruptions forced the federal government to pass the 1964 Civil Rights Bill banning all forms of racial segregation, a great victory against Jim Crow was finally achieved. Additional mass disruptions in 1965 spurred the federal government to pass the Voting Rights Bill, which enfranchised southern blacks and removed another crucial pillar of Jim Crow, the barring of black people from political participation.

While the gains made had been notable, by 1955 it was becoming clear that removing Jim Crow barriers would not erase the effects of centuries of economic and social oppression that crippled black people and their economies and communities. Direct intervention in the form of affirmative action was needed to address the deprivation, and in 1965 US President Johnson endorsed affirmative action to address the black predicament, stating:

But freedom is not enough. You do not wipe away the scars of centuries by saying: Now you are free to go where you want, and do as you desire, and choose the leaders you please. You do not take a person who, for years, has been hobbled by chains and liberate him, bring him up to the starting line of a race and then say, 'you are free to compete with all the others', and still justly believe that you have been completely fair. Thus, it is not enough just to open the gates of opportunity. All our citizens must have the ability to walk through those gates (Johnson, 1965).

In a single decade, the civil rights movement had overthrown formal Jim Crow and opened the possibility that the implementation of tangible measures would be required to equalize the quality of life among the races. Indeed, the fall of Jim Crow surely signaled prospects of new possibilities, including the election of Barack Obama as America's first black president four decades.

As is clear from the preceding section describing gaping differences between the lives of nonwhites and whites, the USA still suffers from important dimensions of racism that remain untouched despite movement successes. Europeans and Euro-descended whites had successfully branded Africans Americans an inferior race when they began racial slavery in North America, and the brand has endured. This label proved useful in justifying centuries of oppression against black men and women in a land claiming to uphold democracy and freedom as ideals (Morris, 2015). Indeed, racial domination prevailed, as did the profligation of an ideology of black inferiority. Confronting this issue, Martin Luther King commented, "Black people have been kept in oppression and deprivation by a poisonous fog of lies [...] The twisted logic ran, if the black man was inferior he was not oppressed – his place in society was appropriate to his meager talent and intellect" (King JR., 1968, p. 1).

A pernicious outcome of the black inferiority thesis was the internalization of this lie by many black people in the USA. It was difficult, indeed, for blacks to escape its inter-

nalization given its infusion throughout North American institutions including the media, labor market, schools and universities, and beauty pageants, that each promoted white supremacists visions of how the USA should operate. But a new movement – The Black Power Movement – arose in the late 1960s and early 1970s to eradicate the black inferiority thesis and to seek power rather than mere racial integration. The Black Power movement advocated a new way of looking at blackness: "Black is Beautiful." To be sure, this theme was prevalent in scholarship of earlier black scholars including Du Bois, Jessie Fauset, and historian Carter G. Woodson. It was also a central trope in the art and literature of the Harlem Renaissance movement of the 1920s. Similarly, the Garvey Movement of the 1920s contributed to this empowering perspective by championing black pride. The Black Power movement popularized this view among the masses by fighting for Black Studies, especially in college and universities that explored noble heritages of Black folk throughout the Diaspora.

The Black Power movement advocated for community control of the police and economic empowerment as part of their struggle to gain real power and bring it into black communities. In this, and in other ways, the Black Power movement differed from preceding movements. Specifically, in significant contrast to the nonviolent civil rights movement, the Black Power movement insisted on the right of self-defense. During this period, a number of urban rebellions (negatively labeled by whites as "riots") erupted, usually in response to police brutality against unarmed victims. The assassination of movement leaders including Malcolm X, King, and much of the leadership of the Black Panther Party also served to galvanize black protest. Further, The Black Power movement revealed the startling magnitude of racial disparities in the north: formal Jim Crow may not have afflicted it, but *de facto* racial segregation and oppression were widespread in northern cities. Like the

southern nonviolent movement, the Black Power movement extracted concessions from the government although they were more difficult to trace directly to the movement.

In twenty-first century America, slavery and legal Jim Crow oppression are strictly prohibited by law. In fact, overt racial discrimination is largely considered politically incorrect, even in the current era where right wing bigotry is given greater license because of the approvals both tacit and explicit given to racists by the 45th President of the United States. Most whites in the US believe racism is a relic of an unfortunate past and think that to be labeled a “white racist” is an unspeakably and inaccurate and horrible identification. Even in the kinder, gentler, racial environment of the Obama years we saw blacks continue to lag far behind whites in securing good chances for a high quality of life. Stated differently, institutionalized racial inequality is prevalent in the US, and perhaps it is even obvious – yet in the US it is not easy to speak about racism openly. Racial inequality, animus, and violence is widespread, but talking about it is not tolerated. It seems intolerable to a vocal proportion of the polity for someone to kneel in silence while the national anthem is being played before sporting events to bring attention to the government’s own silence about the too-frequent murders of unarmed black people at the hands of police officers (Branch, 2017); it apparently does not matter that the face of that movement was named one of *Time Magazine’s* 2017 Persons of the Year (Gregory, 2017). Contradictions between blatant racist acts and larger society’s silence about racial injustice challenge scholars to come to grips with what appears to be a new regime of race oppression. Scholars float various names for the phenomenon, including “symbolic racism” (Kinder; Sears, 1981), “laissez faire racism” (Bobo; Kluegel; Smith, 1996), “colorblind racism” (Bonilla-Silva, 2006) and the “new Jim Crow” (Alexander, 2010). All of these approaches agree that racism remains a stark reality in contemporary America that is

present in the wider public discourse only in more surreptitious forms.

Concentrated poverty in black inner-city neighborhoods resembling internal colonies remains a troubling and persistent problem. In these settings, black and brown residents experience high unemployment, inferior schools, high levels of crime, intense violence and extremely high levels of incarceration. In these respects, poor inner cities in the USA resemble favelas in South America and other locales across the globe where the poor are concentrated. The daunting problem is that there are no obvious solutions in sight that could readily transform these wretched inner cities of color in America. From the point of view of the powerful, these slums are “out of sight” and “out of mind”, requiring no attention or infusion of transformative resources. Yes, black middle and upper classes fare better in contemporary America enjoying stable occupations and superior resources. Yet even these relatively well-off people of color experience racism on a daily basis and lag far behind their white counterparts especially regarding wealth because they are unable to transmit resources across generations giving the lack of inheritances generated by the legacy of slavery and Jim Crow.

Today, violent encounters with police stemming from racial profiling occur during normal daily activities “while black” stand out as prodigious race problems yet to be solved in 21st century North America. To protect the interests of dominant groups, surveillance and policing of the poor and oppressed are high priorities. Criminal activities based in a violent underground economy compensates for the lack of viable employment, but also seems to justify (in the minds of dominant whites) unusually high rates of police surveillance in black and brown communities where people of color experience racial profiling, and incessant “stop-and-frisk” detainment. These practices often undertaken by white police officers create hostile and even violent interactions be-

tween social control agents and people of color. Further, they lead to mass arrests, injuries and even deaths. High profile killings of young black men, and increasingly black women, have become barometers through which to measure the racial climate (Crenshaw, 1989). Irrespective of evidence, rare are the convictions for police officers who maim or kill black and brown people. Each acquittal causes outrage because they reveal the unfairness and race biases inherent in the criminal justice system and society writ large (Van Cleve, 2016).

New social movements including Dream Defenders, Black Lives Matter and #SayHerName were organized to confront the modern regime of American racism by naming victims and perpetrators, sharing the news of anti-black violence and racial inequality, and educating the public so we all take notice. These movements were developed to respond to highly visible murders of young black people at the hands of the police who were set free by the courts despite what appeared to be ample evidence that should have led to convictions. The murders of Trayvon Martin, Michael Brown, Sandra Bland and dozens of other young black people directly led to the formation of these new movements. These differ substantially from previous movements during slavery and Jim Crow. In the current movements, women's leadership is central, a characteristic not usually found in past movements that were led by figures epitomized by King and Malcolm X. These new movements also embrace gay and queer leadership in contrast to previous movements that had strongly homophobic elements or that feared gay leadership would delegitimize the struggle. New anti-racist movements also choose decentralization of leadership over bureaucratization and formal processes of decision-making; they resist top-down strategizing and greatly utilize social media in mobilizing and organizing movement strategies (Fleming; Morris, 2015). Finally, new antiracist movements tend to have limited goals, seeking for example to end police violence and mass incarceration.

The verdict is out on whether these new movements are likely to succeed. They face daunting challenges including whether they will be able to sustain themselves given their loose organizational structures and informal decision-making practices. The racial situation in the US strains even faculty and activists of color who strain to educate about race and racism in predominately white higher education institutions in the US – they face greater rates of burnout and “racial battle fatigue” because of the high-stake nature of the work and their sense of urgency about the state of racial injustice (Gorski, 2018). Perhaps the greatest challenge facing contemporary activists both inside and outside of the academy is the extent to which anti-racist movements, largely organized through social media, can develop across the black community and among allied and accomplice communities the solidarity and trust necessary to propel high-risk activism. It is left to each generation of activists to face new demands and challenges that must be addressed sufficiently enough to generate social change. Only time will tell us whether this new generation of young black activists and their supporters will topple yet another regime of American racism. If the past is prologue, American racism will continue to face vigorous resistance with each victory leading to a more perfect union.

CONCLUSIONS

In this paper, we have provided an overview and analysis of the state of racial affairs in the United States of America. While those in the US academy tend to stand on the idea that race is a social construction, we have shown that many Americans, especially people of color, live with the realities of racial inequality. Black, Latino/a, and Asian people live lives unequal to those of whites, who themselves believe that the nonwhite gain only at the loss of whites. These whites oppose affirmative ac-

tion arguing that it promotes “reverse discrimination.” The irony is that affirmative action has disproportionately benefited white Americans, especially white women (Crenshaw, 2006). But, as we have shown, it is nonwhites who suffer from the racial dynamics that permeate American core institutions-economy, polity, family, criminal justice system, culture and social interactions-producing huge social inequalities and human suffering.

In the USA, racial disparities in income, wealth, neighborhoods, education, poverty, incarceration, health and life expectancy are glaring. As we examined the data, it compelled us to conclude that the reality of unequal races, rooted in racial enslavement, still permeates North American society. Even still, many contemporary whites, especially those in elite positions, vehemently deny racism exists in modern America because, in their view, the society has become colorblind just like Martin Luther King desired. People of color on the other hand, continue to suffer economically, experience purging from voter registration rolls and denial of access to voting booths, die in the streets at the hands of the police and from their own people, and find themselves trapped in poverty and despair. The election of Donald Trump to the US presidency has encouraged racist whites to emerge from every nook and corner of society to resist any measures to initiate racial change. Indeed, white racial violence and bigotry are now committed openly to extent not seen in the recent past. Because the current system of racial oppression in America is having such deleterious effects on people of color, one scholar, fully aware of the oppressive effects of slavery and Jim Crow, has described it as producing a new nadir in US race relations (Cha-Jua, Sundiata, forthcoming).

But racially oppressive systems are neither natural nor inevitable. Resistance to racism occurred throughout racial slavery, Jim Crow, and the contemporary period where oppression is less formal but formidable nonetheless. Racial subalterns can and have collectively resisted

and deconstructed racism, and will continue to do so. Their lived experiences tell the truth about racial inequalities, and they organize to discover the resources, energy, and knowledge needed to successfully resist and dismantle oppression. With resources, organization and insight, collective antiracist action is possible. The historic black freedom struggle successfully overthrew slavery and Jim Crow. In so doing, it has inspired worldwide movements for people seeking to realize their freedom dreams. The black struggle continues to challenge people in America to fight for freedom in one of the nation’s darkest periods. Let us hope that Dr. King (“Our God is marching on” march 25, 1965) was right: “The arc of the moral universe is long, but it bends towards justice”.

Received for publication on August 27, 2018
Accepted on November 13, 2018

BIBLIOGRAPHY

- ALEXANDER, M. *The new Jim Crow: mass incarceration in the age of colorblindness*. New York: The New Press, 2010.
- APTHEKER, H. *American negro slave revolts*. New York: International Publishers, 1974.
- ARTIGA, S. et al. *Key facts on health and health care by race and ethnicity*. 2016. Available in: <<https://www.kff.org/disparities-policy/report/key-facts-on-health-and-health-care-by-race-and-ethnicity/>>. Accessed: 23 July 2018.
- BASHI TREITLER, V. Racial categories matter because racial hierarchies matter: a commentary. *Ethnic and racial studies*, v. 21, n. 5, p. 959-968, Sept. 1996.
- _____. *The ethnic project: transforming racial fictions into ethnic factions*. Stanford: Stanford University Press, 2014.
- _____. Social Agency and white supremacy in immigration studies. *Sociology of race and ethnicity*, v. 1, n. 1, p. 153-165, 2015.
- _____. Racialization and its paradigms: from Ireland to North America. *Current sociology monograph*, v. 64, n. 2, p. 213-227, 2016.
- BOBO, L.; KLUEGEL, J. R.; SMITH, R. A. Laissez-Faire racism: the crystallization of a kinder, gentler, antiblack ideology. In: TUCH, S. A.; MARTIN, J. K. (Ed.). *Racial attitudes in the 1990s: continuity and change*. Westport: Praeger, 1996.
- BONILLA-SILVA, E. *Racism without Racists: color-blind racism and the persistence of racial inequality in America*. Lanham: Rowman & Littlefield publishers, 2006.
- BRANCH, J. The Awakening of Colin Kaepernick. *The new york times*. 2017. Available at: <<https://www.nytimes.com/2017/09/07/sports/colin-kaepernick-nfl-protests.html>>. Accessed: 31 July 2018.

- CARPENTER, Z. What's Killing America's Black Infants? Racism is fueling a national health crisis. *The nation*, mar. 2017. Available at: <<https://www.thenation.com/article/whats-killing-americas-black-infants/>>. Accessed: 30 July 2018.
- CHA-JUA, S. *The changing same: black racial formation and transformation as a Theory of the African American Experience*. In: KODITSCHKEK, T.; CHA-JUA, S. K.; NEVILLE, H. A. (Ed.). *Race Struggles*. Urbana: University of Illinois Press, 2009.
- CRENSHAW, K. W. Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics. *University of Chicago legal forum*, n. 1, p. 139-167, 1989.
- _____. *Framing Affirmative Action*. *Mich. L. rev. first impressions*, v. 105, n. 123, 2006.
- DOUGLASS, F. *Men of Color to Arms!*. North Star, Rochester, Mar. 1863.
- DU BOIS, W. E. B. *Souls of black folk*. Chicago: A. C. McClurg, 1903.
- _____. *Black Reconstruction in America*. New York: Henry Holt, 1935.
- FIELDS, K.; FIELDS, B. *Racecraft: the soul of inequality in american life*. London: Verso, 2014.
- FIRGER, J. Black and white infant mortality rates show wide racial disparities still exist. *Newsweek*. 2017. Available at: <<https://www.newsweek.com/black-women-infant-mortality-rate-cdc-631178>>. Accessed: 31 July 2018.
- FLEMING, C. M.; MORRIS, A. Theorizing Ethnic and Racial Movements in the Global Age: Lessons from the Civil Rights Movement. *Sociology of race and ethnicity*, Jan. 2015.
- FRANKLIN, J. H. *From slavery to freedom*. New York: Alfred A. Knopf, 1967.
- GORSKI, P. C. Racial battle fatigue and activist burnout in racial justice activists of color at predominately white colleges and universities. *Race ethnicity and education*, p. 1-20, 2018. Available at: <<https://doi.org/10.1080/13613324.2018.1497966>>. Accessed: Oct. 2018.
- GOULD, S. J. The geometer of race. *Discover magazine*, nov. 1994. Available in: <<http://discovermagazine.com/1994/nov/thegeometerfrac441>>. Access in: 23 July 2018.
- GREGORY, S. The short list: no. 6, person of the year 2017: Colin Kaepernick, The quarterback who upended the NFL without taking a snap. *Time magazine*. 2017. Available in: <<http://time.com/time-person-of-the-year-2017-colin-kaepernick-runner-up/>>. Access in: 1st aug. 2018.
- GRUSKY, D. et al. (Ed.). State of the Union 2017. Pathways: a magazine on poverty, inequality, and social policy. Stanford: Stanford Center on Poverty and Inequality (CPI), 2017. A special issue: The poverty and inequality report.
- JEFFERSON, T. United States Declaration of Independence, Philadelphia, 1776.
- JOHNSON, L. B. Commencement Address at Howard University: "To Fulfill These Rights", June 4, 1965.
- KAISER FOUNDATION. *State Health Facts*, table on "Life Expectancy at Birth (in years) by Race/Ethnicity", 2009. Available at: <<https://www.kff.org/other/state-indicator/life-expectancy-byre/?currentTimeframe=0&sortModel=%7B%22colId%22:%22Location%22,%22sort%22:%22asc%22%7D>>. Accessed: 23 July 2018.
- KENDI, I. X. *Stamped from the beginning: the definitive history of racist ideas in America*. New York: Nation Books, 2016.
- KINDER, D. R.; SEARS, D. O. Symbolic racism versus racial threats to the good life. *Journal of personality and Social Psychology*, v. 40, p. 414-431, 1981.
- KING, J. *The Biology of race*. Oakland: University of California Press, 1981.
- KING JR., M. L. Letter from a Birmingham Jail. *Liberation: an independent monthly*, v. 8, n. 4, 1963.
- _____. *Honoring Dr. Du Bois*. *Freedomways*, v. 8, n. 2, spring 1968.
- LAWSON, J. Interview with Aldon Morris, Los Angeles, Oct. 1978.
- LEE, H. et al. Racial Inequalities in Connectedness to Imprisoned Individuals in the United States. *Du Bois review*, v. 12, n. 2, p. 269-282, 2015.
- MATOBA, N.; COLLINS JR. J. W. Racial disparity in infant mortality. *Seminars in perinatology*, v. 41, n. 8, p. 354-359, 2017.
- MILLS, C. W. *Racial contract*. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- MORNING, A. *The Nature of race: how scientists think and teach about human difference*. Oakland: University of California Press, 2011.
- MORRIS, A. *Origins of the civil rights movement: Black Communities Organizing for Change*. New York: The Free Press, 1984.
- _____. Centuries of black protest: its significance for America and the world. In: HILL, H.; JONES, J. E. (Ed.). *Race in America: the struggle for equality*. Madison: University of Wisconsin Press, 1993. chap. 2, p. 19-69.
- _____. A retrospective on the Civil Rights Movement: political and intellectual landmarks. *Annual review of Sociology*, v. 225, p. 517-539, 1999.
- _____. *The scholar denied: W. E. B. Du Bois and the Birth of Modern Sociology*. Oakland: University of California Press, 2015.
- NELSON, A. Unequal treatment: confronting racial and ethnic disparities in health care. *Journal of The National medical association*, Washington, v. 94, n. 8, p. 666-668, Mar. 2002.
- NEWKIRK, Vann R. Trump's EPA concludes environmental racism is real. *The atlantic*, 28 feb. 2018. Available at: <<https://www.theatlantic.com/politics/archive/2018/02/the-trump-administration-finds-that-environmental-racism-is-real/554315/>>. Accessed: 20 July 2018.
- NORTON, M. I.; SOMMERS, S. R. Whites see racism as a zero-sum game that they are now losing. *Perspectives on Psychological science*, v. 6, p. 205-218, May 2011.
- PAGER, D. The mark of a criminal record. *American journal of Sociology*, v. 108, n. 5, p. 937-975, Mar. 2003.
- SINGH, G.; YU, S. Infant mortality in the United States: trends, differentials, and projections, 1950 through 2010. *American journal of public health*, v. 85, n. 7, p. 957-964, July 1995.
- STEINBERG, S. *The ethnic myth: race, ethnicity, and class in America*. 3. ed. New York: Beacon Press, 2001.
- TSAI, T.; SCOMMEGNA, P. U. S. Has World's Highest Incarceration Rate. *Population Reference Bureau*, 2012. Available at: < <https://www.prb.org/us-incarceration/>>. Accessed: 30 July 2018.
- VAN CLEVE, N. G. *Crook county: racism and injustice in America's largest criminal court*. Stanford: Stanford University Press, 2016.
- WILSON, W. J. *The truly disadvantaged: the inner city, the underclass, and public policy*. [S.l.]: University of Chicago Press, 1987.

**O ESTADO RACIAL DA UNIÃO: compreendendo
raça e desigualdade racial nos Estados Unidos da
América**

*Aldon Morris
Vilna Bashi Treitler*

Este artigo investiga o papel da raça e do racismo nos Estados Unidos da América. Ele trata de raça como conceito, explorando, primordialmente, o motivo da existência de categorias raciais e da desigualdade racial. Também, nele, examinamos a atual situação da raça nos Estados Unidos ao expor suas manifestações sociais, econômicas e políticas. Após explorar a magnitude da desigualdade racial nos Estados Unidos, trabalhamos para desvendar os mecanismos que perpetuam e sustentam, tanto estrutural quanto culturalmente, as disparidades raciais. Em razão de ações e crenças racistas terem sempre sofrido resistências por parte dos movimentos sociais, atos coletivos, e resistência individual, nós analisamos a natureza e os resultados dos esforços da luta contra o racismo norte-americano. Concluímos com uma análise das perspectivas atuais relativas à transformação racial e das possibilidades para a emergência da igualdade racial. Assim, neste artigo, trazemos uma análise abrangente da situação atual das dinâmicas raciais nos Estados Unidos e das forças determinadas a combater o racismo.

PALAVRAS-CHAVE: Raça. Racismo. Regimes raciais. Movimentos negros. Desigualdade.

**ÉTAT RACIAL DE L'UNION: comprendre la race et
les inégalités raciales aux États-Unis d'Amérique**

*Aldon Morris
Vilna Bashi Treitler*

Notre article évaluera le rôle de la race et du racisme en Amérique. Le document aborde conceptuellement la race en explorant pourquoi les catégories raciales et l'inégalité raciale existent en premier lieu. Le document passe à l'examen de l'état actuel de la race en Amérique en mettant à nu les manifestations sociales, économiques et politiques. Étant donné l'ampleur de l'inégalité raciale aux États-Unis, le document cherche à démêler les mécanismes à la fois structurels et culturels qui perpétuent et maintiennent les disparités raciales. Parce que le mouvement raciste a toujours été combattu en Amérique par des mouvements sociaux, des actions de collecte et de résistance au niveau personnel, le journal évaluera la nature et les résultats des luttes pour renverser le racisme américain. Ainsi, l'article fournira une analyse de l'état actuel de la dynamique raciale aux États-Unis ainsi que des forces déterminées à démanteler le racisme.

MOTS-CLÉS: Race. Racisme. Régimen racial. Mouvement nègre. Inégalité.

*Sergio Costa**

Neste artigo, estudam-se as tensões e superposições entre desigualdade e diferença a partir de duas questões complementares: Quando diferenças se tornam politicamente relevantes? Como desigualdades e diferenças se correlacionam? O argumento é desenvolvido, primeiramente, mediante a discussão crítica de três abordagens influentes nos debates acadêmicos e políticos contemporâneos, a saber: o paradigma do reconhecimento-redistribuição, como é desenvolvido por N. Fraser e A. Honneth, a abordagem das desigualdades categoriais de C. Tilly e a abordagem das desigualdades horizontais-verticais de F. Stewart. A despeito de suas divergências, essas três abordagens apresentam uma limitação conceitual comum, que é tratar diferenças dinâmicas como categorias binárias e fixas: brancos-negros, homens-mulheres, mestiços-indígenas, etc. Para superar esse déficit, com base no conceito de articulação, desenvolve-se uma matriz analítica segundo a qual diferenças representam posicionalidades ou lugares de enunciação no âmbito de relações sociais hierárquicas. O nexos entre diferenças e desigualdades é ilustrado por meio da articulação recente dos quilombolas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Diferença. Desigualdade. Articulação. Posicionalidade. Quilombolas.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre desigualdade e diferença têm, pelo menos, a idade da própria sociologia, visto que já se encontravam esboçados em textos de Karl Marx ou Max Weber.¹ Hoje, essas discussões continuam relevantes. De certo modo, ganharam nova atualidade diante da diversificação sem precedentes das lutas contemporâneas por justiça e a institucionalização de políticas públicas baseadas em critérios de pertença definidos pelas atribuições identitárias próprias ou adscritas.

Do ponto de vista analítico, o desafio mais difícil é saber quando diferenças contam politicamente, isto é, porque diferenças como, por exemplo, aquelas entre brancos e negros ou entre homens e mulheres ganham força política, enquanto outras diferenças permane-

cem invisibilizadas. Dizer que diferenças politicamente relevantes são aquelas que expressam desigualdades seria simplificar, inadequadamente, a questão. Afinal, desigualdades entre brancos e negros ou entre homens e mulheres, ainda que acompanhem sociedades como a brasileira por séculos, só muito recentemente entraram pra valer na ordem do dia como problema e injustiça a ser combatida. Ao mesmo tempo, as diferenças que explicam a maior parte das desigualdades contemporâneas – de cidadania ou pertença nacional – continuam sendo nada ou muito pouco problematizada. Em resumo, questões sobre o caráter político das diferenças ou sobre a correlação entre diferença e desigualdade permanecem não respondidas.

Para estudar as tensões e superposições entre desigualdade e diferença, no presente texto, primeiramente, discutem-se três abordagens que se tornaram muito influentes nos debates contemporâneos por, de algum modo, vincularem as discussões sobre desigualdade, mais próprias da sociologia e da economia, às discussões sobre diferença, mais extensivamente tratada pela filosofia, pela antropologia, e por áreas interdisciplinares, como os

* Freie Universität Berlin. Lateinamerika-Institut. Rüdeshheimer Str. 54-56. 14197 Berlin. sergio.costa@fu-berlin.de

¹ Vale, como exemplo, a conhecida resenha publicada por Marx sobre a questão judaica (Marx 1976 [1844]). Menos conhecido no Brasil, mas igualmente relevante, dado seu caráter construtivista, em oposição aos essencialismos de sua época, é o capítulo de Weber sobre as bases étnicas da vida comunitária, incorporando as discussões sobre raça, etnia, povo e nacionalidade (Weber 1980 [1922]).

estudos de gênero ou os estudos raciais. São elas: o paradigma do reconhecimento-redistribuição como é desenvolvido por Fraser e Honneth (2003),² a abordagem das desigualdades categoriais³ desenvolvida por Tilly (1998) e a abordagem das desigualdades horizontais-desigualdades verticais desenvolvida por Stewart (2000). A despeito de suas nuances e divergências, essas três abordagens apresentam uma limitação conceitual comum, que é tratar diferenças flutuantes e dinâmicas como categorias binárias e fixas: brancos-negros, homens-mulheres, cristãos-muçulmanos, indígenas-mestiços, etc.

Com o intuito de superar esse déficit, desenvolve-se, no presente artigo, a partir do conceito de articulação, uma matriz analítica de acordo com a qual diferenças com referência a gênero, etnicidade, religião, raça, etc. representam posicionalidades ou lugares de enunciação no âmbito de relações sociais hierárquicas. Seguindo essa linha de argumentação, aqueles que reclamam para si mesmos certa posicionalidade ou atribuem uma posicionalidade específica a outros se encontram em luta para conservar ou remover as hierarquias sociais existentes. Diferenças não se constroem, portanto, independentemente da estrutura social em algum lugar anterior ou fora da política. As diferenças são articuladas, politicamente, à luz da estrutura de desigualdades existentes.

Além desta introdução, o presente artigo está estruturado em três seções e uma breve conclusão. A primeira seção apresenta e discute criticamente as abordagens que tratam da

diferença e da desigualdade de Nancy Fraser e Axel Honneth, Charles Tilly e Frances Stewart. A seção seguinte oferece o modelo da articulação como alternativa às deficiências das abordagens discutidas. Em seguida, busca-se ilustrar o processo de articulação contingente de diferenças com o fim de superar desigualdades através de um exemplo específico, qual seja, a história recente de constituição política das populações quilombolas no Brasil.

RECONHECIMENTO-REDISTRIBUIÇÃO, DESIGUALDADES CATEGORIAIS, DESIGUALDADES VERTICAIS E HORIZONTAIS

Publicado primeiramente em alemão e inglês em 2003, o livro *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*, escrito em coautoria por Nancy Fraser e Axel Honneth (2003), já nasceu como um clássico. Concebido como um diálogo entre os dois representantes mais renomados da teoria crítica hoje, as posições assumidas pelos dois autores, no livro, estão longe de ser consensuais. A contribuição de Honneth ao livro reafirma, em linhas gerais, a tese central de seu *Magnum Opus* “Kampf um Anerkennung” de 1994 (Honneth, 1994), segundo a qual “todas as lutas por justiça podem ser entendidas como lutas por reconhecimento” (Franco Elizando, 2015, p. 81). De acordo com a tese de Honneth, o reconhecimento adequado, nas três esferas relevantes – amor, direito e solidariedade social –, constitui condição ao mesmo tempo necessária e suficiente para a boa vida. Questões materiais e pecuniárias não vêm aqui ao caso, já que, para Honneth, um mínimo de segurança material é pressuposto de vida decente. Nesse sentido, desigualdades não contam na reflexão teórica de Honneth, dado que o suprimento das necessidades materiais está, por definição, dado previamente.⁴

⁴ A reflexão de Honneth tem como pressuposto a existência de um estado de bem-estar tão consolidado e abrangente, que questões de sobrevivência material simplesmente estão fora do horizonte. Dado esse pressuposto, é surpre-

² Ao fazer referência, aqui, a um paradigma, não se quer desconsiderar as diferenças fundamentais entre as leituras de Honneth e Fraser sobre a maneira como interação desigualdades e diferenças. Os desacordos profundos entre os dois autores são mencionados mais abaixo. Não obstante, como o diálogo entre os dois autores funda, de certa maneira, um campo de estudos específico, faz-se essa referência a um paradigma.

³ São comuns as traduções da expressão original de Tilly *categorical inequalities* tanto para o português como para o espanhol como *desigualdades categóricas* (ver p.e. Tilly, 2006). A despeito da semelhança fônica, a expressão “categórica” carrega, no português e no espanhol, o sentido de absoluto, irremediável, e não a conotação de próprio ou derivado de uma categoria. Daí a preferência aqui pelo adjetivo categorial (categoriais).

Assim, ao discutir no livro, em coautoria com Fraser, sobre lutas de redistribuição, como, por exemplo, lutas sindicais, Honneth se refere a tais embates como disputas pela implementação de direitos sociais ou pela modificação dos parâmetros dominantes de valorização do trabalho. Nesse sentido, mesmo conflitos distributivos têm, em última instância, para o autor, uma motivação moral e cultural, na medida em que tais conflitos só ocorrem quando são frustradas expectativas de valorização e reconhecimento social daqueles que reclamam melhores salários ou a extensão de seus direitos sociais. Portanto, lutas por redistribuição seriam, antes de tudo, lutas por reconhecimento.

Fraser discorda de Honneth e argumenta que sociedades vão muito além de um acordo ético entre seus membros: elas são constituídas também por imperativos sistêmicos. Nesse caso, injustiças vinculadas à distribuição desigual de bens em uma sociedade não são exatamente consequência da falta de reconhecimento: elas são, na verdade, “intrínsecas àquela ordem de relações econômicas especializadas, cuja razão de ser é muito mais o acúmulo de ganhos” (Fraser; Honneth, 2003, p. 35).⁵

Fraser identifica uma polarização nos debates filosóficos àquela altura, envolvendo, de um lado, abordagens liberais, como as teorias de justiça de J. Rawls e R. Dworkin, que tendem a reduzir todos os reclamos por justiça a lutas redistributivas e, de outro, abordagens baseadas na ideia de identidade, como as teorias de C. Taylor, W. Kymlicka e A. Honneth, as quais insistem na necessidade de novos instrumentos de reconhecimento de diferenças, especialmente, diferenças culturais. A contribuição particular de Fraser compreende o esforço de combinar essas duas formas de justiça no âmbito da concepção de justiça que a autora chama de paridade de participação. Argumenta que “a justiça requer arranjos sociais que

permitam que todos os membros (adultos) da sociedade interajam com seus pares” (Fraser; Honneth, 2003, p. 36). Para isso, é necessário satisfazer certas condições objetivas e subjetivas. As condições objetivas implicam a provisão de recursos materiais que assegurem a todos os participantes do processo independência e voz. As condições subjetivas referem-se à necessidade de que os “modelos institucionalizados de valores culturais expressem igual respeito para com todos os participantes e assegurem a todos as mesmas chances de alcançar o respeito social” (Fraser; Honneth, 2003, p. 36).

Após esta breve e certamente insuficiente incursão em um debate muito amplo e complexo, podem-se inferir as respostas que ambos os autores oferecem às questões que norteiam o presente artigo: Como diferenças politicamente relevantes emergem? Como diferenças e desigualdades se correlacionam? Se aceitarmos a primazia da esfera do reconhecimento sobre as demais, como quer Honneth, devemos conceber diferenças de gênero, étnicas, raciais e culturais como constituídas em um nível pré-político, isto é, dentro da esfera moral ou cultural. Consequentemente, as reivindicações políticas pelo reconhecimento das diferenças são reações contra violações e frustrações de expectativas ancoradas na gramática moral das sociedades. Fraser, ao contrário, assume uma posição mais ambivalente: em alguns trechos, ela se refere a gays, mulheres e negros como se essas categorias se referissem a grupos claros e estáveis, constituídos em um nível pré-político. Ao mesmo tempo, ela enfatiza o caráter político e dinâmico desses marcadores, revelando sua inspiração pós-estruturalista. No que tange à correlação entre diferenças e desigualdades, as posições dos dois autores também diferem amplamente. Enquanto Honneth propõe subsumir a desigualdade social na diferença, isto é, na dimensão do reconhecimento, o modelo dual de Fraser preserva a independência das dimensões cultural ou moral e econômica da justiça. A partir da separação dessas duas esferas de justiça, ela elabora seu argumento para combinar reconhecimento e redistribuição.

endente e mesmo inexplicável que seu trabalho tenha encontrado um uso empírico tão disseminado no Brasil.

⁵ Esta e todas as citações em idiomas estrangeiros foram traduzidas livremente pelo autor deste artigo para o português.

Com isso, passa-se para a segunda abordagem discutida neste artigo: a abordagem das desigualdades categoriais desenvolvida por Charles Tilly (1998). Tilly busca estudar as desigualdades não apenas entre indivíduos, mas também entre grupos de indivíduos constituídos com base em pares categoriais antitéticos: brancos–negros, homens–mulheres, etc. Na medida em que organizações como famílias, empresas e partidos políticos, entre outros, alimentam essas distinções categoriais, elas se tornam difundidas e institucionalizadas nas sociedades como um todo e contribuem para moldar comportamentos, estratégias e práticas cotidianas de instituições e indivíduos (Tilly, 1998, p. 22). Apesar do papel pioneiro que desempenhou na pesquisa sobre desigualdade, a teoria de desigualdades categoriais de Tilly, se vista a partir do estado da arte contemporâneo, apresenta várias limitações e inconsistências. Primeiramente, assume uma classificação clara de grupos e indivíduos em torno de pares categoriais bipolares, ignorando que as adscrições e autoidentificações sempre englobam inúmeras categorias intermediárias situadas entre os polos dicotômicos: negro-branco, homem-mulher, cidadão nacional-migrante, etc.. Além disso, adscrições e autoidentificações, como nos ensina a pesquisa sobre interseccionalidade (por exemplo, Anthias, 2016), nunca obedecem à lógica de um único eixo de classificação, pois elas combinam posições relativas a gênero, classe, etnicidade, raça, etc.

Uma deficiência adicional na abordagem de Tilly está relacionada à indagação sobre o surgimento de diferenças politicamente relevantes e sua correlação com as desigualdades. Se Honneth deriva desigualdades de diferenças, Tilly comete o erro oposto, isto é, deduz diferenças de desigualdades (categoriais). Para Tilly, as duplas categoriais existentes não apenas moldam as estruturas sociais: elas são, em grande parte, aprendidas e assimiladas por instituições e indivíduos e, portanto, também moldam identidades sociais e culturais. Nesse sentido, pode-se argumentar que Tilly,

realmente, não nos oferece um modelo capaz de explicar a interação entre diferenças e desigualdades; em seu relato, as diferenças são apenas um subproduto das desigualdades.

Depois de identificados esses problemas tanto nas abordagens de Honneth e Fraser quanto no modelo das desigualdades categoriais de Tilly, discute-se a abordagem das desigualdades horizontais e verticais. Segundo a economista de desenvolvimento Frances Stewart (Stewart, 2000, 2010; Stewart; Brown; Mancini, 2005), as posições sociais individuais, em uma determinada sociedade, correspondem à soma das desigualdades verticais e horizontais. As primeiras se referem às distâncias entre indivíduos na estrutura social considerando-se variáveis como renda, riqueza, etc. As desigualdades horizontais referem-se às distâncias sociais entre grupos de indivíduos. Ao focar as desigualdades horizontais, Stewart pretende ampliar a perspectiva convencional, que tende a reduzir a análise das desigualdades à desigualdade econômica. Assim, ela distingue os grupos não apenas usando fatores econômicos, mas também aplicando critérios políticos, religiosos, étnicos, raciais e específicos de gênero. Diferentemente dos pares categoriais de Tilly, que são estabelecidos com base na persistência histórica, a abordagem de desigualdades horizontais procura, em cada investigação específica, aquelas categorias que são pertinentes para explicar as desigualdades sociais num caso dado. Seguindo essa lógica, estudos empíricos realizados em consonância com a abordagem de desigualdades horizontais identificaram uma multiplicidade de grupos relevantes em diferentes regiões, como mostra, por exemplo, a investigação realizada por Thorp e Paredes (2010) no Peru. Essas autoras consideram três grupos principais em seu estudo: brancos, mestiços e indígenas. Segundo as autoras, em combinação com outros eixos significativos de estratificação – em particular o local de residência (rural, urbano, etc.), gênero e classe –, o pertencimento de um indivíduo a um dos três grupos (brancos, mestiços e indígenas) configura sua posição na estrutura social peruana.

Os estudiosos vinculados à abordagem das desigualdades verticais e horizontais defendem uma perspectiva multidimensional no momento de identificar os fatores determinantes de as diferenças se tornarem politicamente relevantes. Não obstante, quando se trata de tema crucial para a articulação entre diferenças e desigualdades, qual seja, quais são as diferenças que definem grupos, a abordagem tende ao economicismo, abandonando variáveis explicativas não econômicas:

Até certo ponto, então, as fronteiras que conferem contornos a um grupo são endógenas às desigualdades entre grupos. Assim, se pessoas sofrem discriminação (isto é, experimentam desigualdade horizontal), elas tendem a se sentir mais fortemente identificadas com o grupo cultural discriminado, particularmente se outras pessoas as categorizarem em grupos com o propósito expresso de exercer discriminação (criando ou impondo, dessa maneira, HIs [desigualdades horizontais]). (Stewart; Brown; Mancini, 2005, p. 9)

No final das contas, a abordagem de desigualdades verticais–desigualdades horizontais, apesar de sua adaptabilidade a diferentes contextos empíricos, apresenta deficiências muito semelhantes às da teoria de Tilly, quando se trata de explicar o surgimento de diferenças politicamente relevantes e sua correlação com as desigualdades. A abordagem deriva, linearmente, diferenças das desigualdades existentes, argumentando que as hierarquias socioeconômicas levam, automaticamente, à identidade do grupo. Portanto, fica evidente que essa interpretação se mostra teoricamente reducionista e empiricamente implausível, uma vez que exclui o caráter contingente que marca a correlação entre desigualdades e diferenças. Ou seja, desigualdades, mesmo que muito profundas e claramente agrupáveis a partir de diferenças raciais, étnicas ou de gênero, às vezes levam – mas, às vezes, não levam! – a que os grupos se valham dessas mesmas diferenças para se constituírem como grupos.

A avaliação das contribuições dadas por Fraser, Honneth, Tilly e Stewart para entender as tensões entre desigualdades e dife-

renças leva à conclusão de que nenhuma delas oferece uma resposta satisfatória às questões que nos interessam mais diretamente, neste artigo: como surgem diferenças politicamente relevantes e qual sua correlação com as desigualdades existentes. Na breve revisão dos modelos desenvolvida até aqui, encontramos respostas culturalistas, como no caso de Honneth, que reduzem as desigualdades às diferenças, ou respostas economicistas, que subsumem diferenças às desigualdades, como no caso das contribuições de Tilly e Stewart. O modelo dual de Fraser apresenta abertura importante na medida em que trata diferenças como construções políticas. Não obstante, ao defender a existência de duas esferas separadas de justiça –, a esfera do reconhecimento e da redistribuição –, a autora quebra o nexo indissociável entre diferença e desigualdade, pouco contribuindo para o entendimento da inseparabilidade lógica e dos processos de constituição desses dois termos e das esferas sociais que lhes são afeitas.

ARTICULANDO DIFERENÇAS E DESIGUALDADES

Desde os anos 1990, os teóricos pós-estruturalistas e pós-coloniais vêm afeiando seus instrumentos teórico-analíticos no intuito de iluminar os laços complexos que associam desigualdades e diferenças. No centro dessas reflexões está o conceito de articulação, conforme é delineado especialmente por Homi Bhabha (1994) e Stuart Hall (1996) em programas de pesquisa separados, mas complementares. Ambos os autores usam o termo articulação seguindo seus dois significados coloquiais: como o ato de falar e como uma conexão entre dois elementos. Articulação, nesses dois sentidos, é contingente. Isso significa, primeiramente, que não se pode definir, *a priori*, que diferença se articula nem quando e como isso ocorrerá discursivamente, devido ao fato de que as diferenças não têm existência anterior ou além dos

discursos: elas emergem com sua articulação discursiva, como aponta Bhabha:

A representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços étnicos ou culturais previamente estabelecidos, presos ao tabuleiro fixo da tradição. A articulação social da diferença, a partir da perspectiva minoritária, é uma negociação complexa e processual que procura autorizar as hibridações culturais que emergem em momentos de transformação histórica. O “direito” de significar a partir da periferia do poder autorizado e privilegiado não depende da persistência da tradição; tal significação se vale de recursos de poder conferidos pela tradição para ser reinscrita sob as condições de contingência e contradição que regem as vidas daqueles que estão “em minoria” (Bhabha, 1994, p. 2).

O caráter contingente da articulação é também encontrado no segundo significado do termo. Ou seja, é impossível prever os elementos que serão conectados discursivamente e quando. Portanto, estudar articulações é uma maneira de se perguntar por que certos discursos se tornam relevantes para a constituição de certos sujeitos sob certas circunstâncias, como Hall resume:

[A] teoria da articulação pergunta como uma ideologia descobre seu sujeito e não como o sujeito descobre os pensamentos necessários e inevitáveis que lhe pertencem. Esta teoria nos permite pensar a situação histórica destes sujeitos, sem reduzir essas formas de inteligibilidade à sua posição socioeconômica, social ou de classe. (Hall, 1996, 141f.)

Aplicada à discussão anterior sobre a correlação entre desigualdades e diferenças, a teoria da articulação oferece argumentos poderosos para superar tanto o culturalismo quanto o economicismo, como também para criticar a combinação de economicismo e culturalismo no modelo dual de Fraser. Assim, as lutas por justiça existentes são sempre uma articulação contingente de certa posição na estrutura social com certo discurso sobre a diferença. Ser contingente não significa ser aleatório ou arbitrário. Pesquisadores sociais são capazes de reconstruir as circunstâncias que levaram um dado discurso a encontrar um determinado sujeito num contexto e numa ocasião dados. No entan-

to, analistas sociais não se encontram na condição afortunada de serem capazes de prever articulações que se formarão no futuro devido à infinita multiplicidade de posições estruturais e posições de discurso existentes, e também devido à multiplicidade de combinações possíveis entre posições estruturais e discursivas.

Para dar sentido ao tipo de articulação entre diferenças e desigualdades que se propõe aqui, é necessário elaborar uma definição ampla de desigualdade social, como foi desenvolvido em outros contextos (Costa, 2013, 2017; Jelin; Motta; Costa, 2017). Conforme tal definição, desigualdades sociais correspondem a distâncias entre posições ocupadas por indivíduos ou grupos de indivíduos na estrutura social em âmbito local, nacional ou global. Essa definição diz respeito a posições econômicas (definidas por renda, riqueza, controle de recursos, etc.) e assimetrias de poder em termos de direitos políticos, sociais e existenciais, influência política e também capacidades epistemológicas (Costa, 2017).

Os grupos que podem ser considerados para descrever as desigualdades são incontáveis. Indivíduos distribuídos ao longo de quintis de renda e denominados, não por si mesmos, mas por estudiosos da estratificação social, classes ou estratos constituem os grupos mais comumente encontrados – pelo menos na literatura acadêmica. Além disso, as comparações entre as posições ocupadas, em âmbito nacional, principalmente por homens e mulheres, negros e brancos, migrantes e cidadãos nacionais, crianças, adultos e idosos tornaram-se cada vez mais disseminadas.

Neste artigo, *diferenças* se referem a esses múltiplos grupos constituídos no processo de articular (no sentido de enunciar) as desigualdades, seja para defender suas próprias posições nas hierarquias sociais, seja para exigir uma mitigação das desigualdades. Isso não implica, de forma alguma, crenças economicistas, como se diferenças pudessem emanar de posições sociais. Não são as posições estruturais em si, mas sim sua avaliação cultural e

política – como justa ou injusta – que conta no processo de articular diferenças. O culturalismo também não tem lugar nesse entendimento. É claro que inclinações morais ou culturais anteriores desempenham um papel importante na mobilização a favor ou contra as desigualdades; entretanto, tais disposições constituem um amplo e sempre mutável repertório de possibilidades contingentemente articuladas de acordo com variáveis contextuais.

Empiricamente, isso fica muito evidente nos estudos que se debruçam sobre o renascimento recente das identidades étnicas na América Latina, por exemplo. De acordo com esses estudos, as autoidentidades reivindicadas por algumas populações rurais latino-americanas têm variado historicamente, mudando, durante o século XX, de indígenas ou negros para camponeses mestiços, e de camponeses para comunidades ancestrais, nas últimas décadas. Essas variações não podem ser explicadas simplesmente por movimentos na estrutura social, uma vez que essa estrutura não mudou substancialmente durante esse período. As variações parecem refletir mais claramente a recente disseminação da legislação multicultural na região, abrindo para as populações rurais novos canais de acesso à propriedade da terra — ainda que tratada como território ancestral — e outros direitos culturais (para uma discussão mais aprofundada ver Gonçalves; Costa, 2016). O exemplo da articulação quilombola, discutido a seguir, serve para ilustrar o argumento aqui desenvolvido.

A ARTICULAÇÃO QUILOMBOLA⁶

A constituição brasileira de 1988 foi promulgada, como se sabe, no contexto da euforia política desencadeada pela democratização,

⁶ O objetivo desta breve seção não é certamente reconstituir o extenso debate sobre a questão quilombola no Brasil. Trata-se tão-somente de recontar em linhas gerais o processo recente de articulação do ator quilombola de sorte a evidenciar como, neste exemplo, desigualdades e diferenças estão associadas e correlacionadas. Retoma-se, nesta seção, argumentos desenvolvidos mais extensamente em trabalhos anteriores (ver, particularmente, Costa, 2012, 2015).

depois de 21 anos de ditadura (1964-1985). O texto constitucional é, por isso, progressista e aberto à extensão dos direitos políticos, sociais e culturais dos diferentes grupos da população. Entre as muitas garantias estabelecidas, a constituição define, no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos” (Brasil, 1988).

Conforme a acurada reconstrução de Arruti (2000, p.103s), a categoria quilombo, empregada no texto constitucional, é “caudatária de uma legislação repressiva de origem colonial que para ser eficaz se fazia genérica e exterior àqueles a quem designava, remete a um tipo de formação social histórica que, a princípio, teria desaparecido com a própria escravidão e que se caracterizou justamente pela busca de invisibilidade frente ao Estado”.

De acordo com Arruti, não se encontravam, por ocasião da promulgação da Constituição, grupos, na sociedade brasileira, que reivindicassem a condição de *remanescente de quilombo*. Havia uma mobilização ainda muito incipiente de *comunidades negras rurais* nos Estados do Pará e do Maranhão. Não obstante, dois movimentos paralelos explicam a inclusão do artigo 68 na Constituição de 1988, ainda conforme Arruti. Por um lado, movimentos de trabalhadores rurais e órgãos do governo identificavam a existência de diferentes formas de posse de terras rurais sem um estatuto legal claro e que deveriam ser regularizadas. Entre essas, incluíam-se terras adquiridas ou ocupadas por ex-escravos e nas quais continuavam vivendo seus descendentes. Por outro lado, os quilombos ocuparam (e continuam ocupando) um lugar de destaque no repertório político do movimento negro no Brasil, na medida em que simbolizam a resistência à exploração e à escravidão. É, portanto, a conjunção entre a necessidade difusa de regularização fundiária e a influência do movimento negro que explica a

inclusão da referência aos “remanescentes de quilombos” na Constituição de 1988.

O artigo 68 desencadeou um conjunto importante de mobilizações políticas e de reconfigurações identitárias naquelas comunidades rurais que contavam com a presença expressiva de população negra. Muitas delas, em parte assessoradas por antropólogos, religiosos e ativistas do movimento de remanescentes de quilombos que vai se formando, começam a identificar, no artigo 68, a possibilidade de resolução de conflitos fundiários e de garantia legal da posse da terra na qual viviam.

Em 2003, um decreto presidencial deu a forma definitiva para a implementação da regularização das terras de remanescentes de quilombos. Conforme o decreto, o critério de reconhecimento das comunidades é a autoidentificação, isto é, são os próprios beneficiários que se autodefinem como remanescentes quilombos.⁷ O decreto define ainda que a titulação das terras de quilombos beneficia não indivíduos, mas a associação representativa da comunidade em questão. No decreto, como observa Arruti (2009, p. 85), a terra ganha a conotação de território:

... nela se incluem não só a terra diretamente ocupada no momento específico da titulação, mas todos os espaços que fazem parte de seus usos, costumes e tradições e/ou que possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitem perpetuar a memória.

Em 2004, foi criado o Programa Brasil Quilombola, o qual articulou as ações de 23 ministérios e órgãos federais que vinham desenvolvendo ações voltadas para as comunidades remanescentes de quilombos. Conforme a

atualização, concluída em dezembro de 2017 pela Fundação Palmares, responsável pela certificação de quilombos, havia, até aquela data, 3051 comunidades quilombolas certificadas, a maior parte delas nos estados da Bahia, Maranhão, Minas Gerais e Pará, nessa ordem, as quais, potencialmente, são beneficiárias das ações previstas no programa Brasil Quilombola (Fundação Palmares, 2018). Entre essas ações, incluem-se a regularização do acesso à terra e a assistência nas áreas da educação, saúde, moradia, desenvolvimento local, etc. Desde que Michel Temer assumiu a presidência do Brasil em 2016, a situação do Programa Brasil Quilombola e a própria regularização das terras de quilombo se tornaram mais incertas, devido à desarticulação de ministérios e agências dedicadas à questão, como também pela decisão da Casa Civil de abril de 2017, que suspendeu os processos de regularização. O argumento usado para sustentar a suspensão era o de que as titulações geravam insegurança jurídica, visto que a Ação Direta de Inconstitucionalidade, movida pelo partido DEM (então PFL) em 2003, encontrava-se ainda em julgamento pelo Supremo Tribunal Federal (STF). O partido questionava os ritos de regularização e o critério de autoidentificação dos quilombos (Fellet, 2017). Em fevereiro de 2018, o STF rejeitou, com apenas um voto contrário, a ação do DEM, afirmando a constitucionalidade do processo de reconhecimento dos quilombos e aceitando o critério da autoidentificação (Fellet, 2018). Até o momento em que este artigo foi concluído, em julho de 2018, faltavam, contudo, evidências de que o governo Temer pudesse contribuir para fazer avançar a regularização das terras quilombolas, devido à sua vulnerabilidade política e sua proximidade de empresários do agronegócio e de mineradoras, interessados em simplesmente ocupar ou integrar ao mercado de terras os territórios quilombolas.

O antropólogo José Maurício Arruti (2006) e a antropóloga Jan Hoffman French (2009) estudam, em dois livros muito diferentes, mas igualmente sólidos, o processo de

⁷ A definição do critério de autorreconhecimento, em substituição a uma perícia antropológica, para definir se um grupo era remanescente de quilombo ou não, representa uma etapa importante no processo que French (2009, 6) denomina “negociação pós-legislativa” do artigo 68. O critério do autorreconhecimento está em consonância com a convenção 169 da ILO e com a interpretação da Associação Brasileira de Antropologia, que criou, em 1995, um grupo de trabalho especial denominado “Terra de Quilombo”, insistindo na necessidade de “incorporar o ponto de vista dos grupos sociais que pretendem, em suas ações, a vigência do direito atribuído pela Constituição Federal” (O’Dwyer, 2005, p. 94, 2011).

regularização fundiária de terra de quilombo na localidade de Mocambo, no estado de Sergipe. O caso é muito instrutivo para demonstrar como a mudança constitucional introduzida pelo artigo 69 desencadeia, no âmbito local, a construção de uma nova etnicidade.

A história da comunidade de Mocambo é indissociável da trajetória da comunidade indígena Xocó, sua vizinha. Ambos os grupos viviam, desde muitas décadas, uma situação fundiária instável, sendo permanentemente ameaçados de expulsão das terras que ocupavam. Nos anos 1940 e 1950, chegaram mesmo a participar, conjuntamente, como trabalhadores rurais, dos movimentos de mobilização camponesa na região.⁸ Muitas famílias eram também constituídas por matrimônios de membros das duas comunidades, dificultando o estabelecimento de fronteiras étnicas ou culturais entre os dois grupos. A partir dos anos 1970 e 1980, os indígenas Xocó, apoiados pelo Conselho Indigenista Missionário, entidade vinculada à Igreja Católica, foram assumindo mais claramente sua identidade indígena, o que lhes permitiu, por meio das prerrogativas oferecidas pelo direito indígena, regularizar a propriedade fundiária coletiva dos territórios que ocupavam (French, 2009, p. 49ss).

Enquanto isso, a situação dos habitantes de Mocambo continuava precária. É nesse momento que os agentes pastorais atuantes nessa comunidade, atentos aos avanços da regularização fundiária de terras remanescentes de quilombos em outras regiões do país a partir da prerrogativa constitucional introduzida em 1988, buscaram convencer os moradores de Mocambo das vantagens dessa opção legal.

⁸ Conforme Hoffman French, as identidades assumidas pelos membros das duas comunidades ao longo dos anos variam muito: "... as pessoas haviam sido identificadas e se autoidentificavam, em ambas comunidades, ao longo do anos, por uma variedade de formas: camponeses, trabalhadores rurais, caboclos, negros, católicos, pobres, sertanejos, sergipanos, nordestinos, meeiros, posseiros, índios, remanescentes e quilombolas, às vezes simultaneamente, outras vezes, subseqüentemente, na medida em que o estado, seus agentes, as próprias pessoas e seus assessores levavam em conta ou ignoravam uma ou outra identidade social." (French, 2009, p. 13, os itálicos do original aplicados nas expressões em português e a explicação em inglês dos termos originais em português foram removidos da citação original)

Esta alternativa foi, contudo, a princípio rejeitada pela comunidade, uma vez que

... a ideia de uma identificação como 'remanescentes de quilombos' não fazia parte do tipo de representação que as famílias do Mocambo tinham ou gostariam de produzir sobre si mesmas. A resistência daquelas famílias à sugestão de se pensarem como "quilombolas" era tão grande, que se chegou a discutir a possibilidade de alteração do nome da comunidade, de "Mocambo" [sinônimo de quilombo] para "Mundo Novo" (Arruti, 2000, p.110).

As vantagens legais, contudo, prevaleceram, levando os moradores de Mocambo, depois de muitas discussões e disputas políticas, a se assumirem, publicamente, como comunidade remanescente de quilombo. Essa reconversão política foi acompanhada da ampliação dos interlocutores externos e da introdução de novas práticas culturais. Antropólogos, ativistas do movimento de remanescentes de quilombos e agentes do Estado envolvidos na titulação das terras passam a frequentar Mocambo. Internamente, a memória de resistência à escravidão e à opressão racial foi sendo (re) descoberta, mediante a seleção e a ressignificação das danças e canções tradicionalmente cantadas na comunidade, conforme documenta French (2009, p. 149 ss.). Coube também um papel fundamental a uma peça teatral montada pelos adolescentes da comunidade e apresentada todos os anos durante a comemoração do reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, processo concluído em 2000. Ao longo dos últimos anos, a peça, que conta a história de uma família local, foi se modificando até se transformar em "uma narrativa fundante daqueles que, em Mocambo, passam a identificar a si mesmos como pessoas negras descendentes de escravos fugitivos" (French, 2009, p. 154).

O processo de introdução da legislação de reconhecimento dos territórios remanescentes de quilombos – tanto quando é observado da perspectiva das negociações políticas para sua implementação, como quando é reconstruído a partir de seus impactos locais

em Mocambo – oferece um rico material para o estudo das inter-relações entre direito, desigualdade, diferença e política nos âmbitos nacional e transnacional.

Em primeiro lugar, a legislação brasileira se dá em pleno contexto da expansão do multiculturalismo na agenda internacional e é reformulada em 2003, adaptando-se aos critérios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho. As referências transnacionais são observadas também no repertório político e cultural que orienta a formulação da lei e sua aplicação até mesmo no contexto local. As alusões à diáspora africana, à história global da escravidão moderna e à solidariedade e resistência transnacional à opressão racial são recorrentes tanto no repertório político dos movimentos sociais envolvidos no processo quanto no próprio vocabulário utilizado pelos programas do governo brasileiro dirigido à população remanescente de quilombo.

Facilmente identificável é também o papel dos novos direitos culturais para induzir a reidentificação étnica das populações envolvidas. Grupos que, antes, se identificavam como trabalhadores rurais ou posseiros se redescobrem como remanescentes de quilombos. Os nexos entre desigualdade social e diferença cultural são óbvios. A situação de privação do direito à terra e a posição desvantajosa na estrutura social, em última instância, motivam cidadãos brasileiros a reivindicarem a proteção do Estado como remanescentes de quilombos. O papel dos mediadores culturais e políticos é evidente. No plano nacional, o movimento negro, ativistas políticos, a Associação Brasileira de Antropologia e órgãos do Estado contribuem para dar a forma e os sentidos que a legislação vai adquirindo ao longo do tempo. No plano local, assessores vinculados à igreja, antropólogos individuais, militantes políticos e técnicos do estado permitem que a lei seja interpretada e traduzida para o grupo-alvo potencial.

CONCLUSÕES

Em face das políticas de identidade adotadas não apenas por movimentos sociais, mas também pelo Estado como orientação de políticas públicas, discutir a correlação entre desigualdade e diferença, tema que acompanha a sociologia desde sua constituição como campo profissional, tornou também necessidade política. No presente artigo, procurou-se, primeiro, identificar três diferentes paradigmas que continuam influenciando o debate acadêmico e político sobre as tensões e aproximações entre desigualdade e diferença: o paradigma reconhecimento-redistribuição, a abordagem das desigualdades categoriais e abordagem das desigualdades horizontais-verticais. Buscou-se mostrar que nenhuma dessas contribuições oferece respostas adequadas a duas questões centrais desse amplo debate: O quanto diferenças contam politicamente? Como se correlacionam desigualdades e diferenças? As abordagens das desigualdades categoriais e das desigualdades horizontais-verticais não buscam responder à primeira questão, pois a tomam como um dado histórico. Com relação à segunda questão, ambas as abordagens são estruturalistas, isto é, afirmam que desigualdades determinam a percepção e a constituição de diferenças, como se pessoas tratadas desigualmente, mais cedo ou mais tarde, descobrissem as desigualdades que as unem e as constituem como grupo e como atores políticos.

A resposta encontrada no paradigma reconhecimento-redistribuição às duas perguntas é mais matizada. Enquanto Honneth afirma que diferenças que contam politicamente são aquelas inscritas na gramática moral mais profunda de uma sociedade ou grupo específico, Fraser mostra-se aberta a aceitar o caráter contingente da politização das diferenças, de forma muito similar àquela defendida neste artigo. Com relação à segunda pergunta, a resposta de Honneth é clara: diferenças se sobrepõem, logica e ontologicamente, às

desigualdades, isto é, desigualdades são entendidas unicamente como assimetrias nos níveis de reconhecimento de diferenças. A resposta de Fraser é dupla. Ela distingue duas esferas de justiça, a do reconhecimento e a da redistribuição, dissociando diferenças de desigualdades. A interpretação baseada na teoria da articulação, que este artigo adota, diverge diametralmente da leitura de Fraser. Postula-se que diferença e desigualdade são duas faces de uma mesma medalha. Ambas correspondem à maneira como sujeitos individuais ou coletivos se posicionam no mundo. De certo modo, diferença é a articulação discursiva, portanto sempre contingente e mutável, da posição dos sujeitos no interior das hierarquias sociais.

Nos termos do presente artigo, diferenças se tornam politicamente relevantes na medida em que o contexto histórico e circunstâncias conjunturais permitem frasear, através delas, o desejo de preservar ou abolir as hierarquias e as desigualdades existentes. Esse entendimento orienta também a resposta à pergunta sobre a correlação entre desigualdade e diferença: ambas constituem-se mutuamente, sem precedência de uma sobre outra.

A breve incursão sobre o exemplo dos quilombolas no Brasil buscou dar corpo e materialidade a esse argumento abstrato. Em primeiro lugar, o exemplo põe em evidência o caráter contingente da politização das diferenças. Recorde-se que contingente não significa arbitrário ou aleatório. Isto é, a constituição de quilombos, ao longo da história do Brasil, é um fato documentado pela historiografia e inscrito na memória coletiva de muitas comunidades. Contudo, a politização da diferença quilombola – e não de outra diferença possível, como ser negro, trabalhador rural sem terra, pobre, ribeirinho, etc. – só pôde emergir no contexto de mudanças no contexto político e na legislação internacional e nacional bem como em função da ação de intermediadores, como a igreja, ativistas, etc. O exemplo deixa clara também a correlação de co-constituição de diferença e desigualdade. Como relação, desigualdades podem ser formuladas de

formas muito diversas: desigualdades entre 1% da população, os mais ricos, e os 99% restantes como articulou o movimento *Occupy*; desigualdades entre homens e mulheres, como fraseiam os movimentos feministas; desigualdades entre o norte global e o sul global, como preferem os movimentos antiglobalização. No caso específico dos quilombolas, as desigualdades entre latifundiários e aqueles que não possuíam terras devidamente tituladas foram articuladas, historicamente, de diversas maneiras: camponeses *versus* fazendeiros, pobres contra ricos, etc. A emergência das lutas quilombolas que, como se mostrou no caso de Mocambo, distinguiu quilombolas de fazendeiros, mas também de indígenas e de outros camponeses pobres, dos quais quilombolas antes não se distinguiam, é histórica e contingente, isto é, não é produto único da desigualdade no acesso à terra, mas da articulação circunstancial entre discurso e sujeito, desigualdade e diferença.

Recebido para publicação em 22 de agosto de 2018
Aceito em 13 de novembro de 2018

REFERÊNCIAS

- ANTHIAS, F. Interconnecting boundaries of identity and belonging and hierarchy-making within transnational mobility studies: framing inequalities. *Current Sociology*, [s.l.], v. 64, n. 2, p. 172-190, 2016.
- ARRUTI, J. M. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. *Horizontes antropológicos*, [s.l.], v. 6, n. 14, p. 93-123, 2000.
- _____. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006. 370 p.
- _____. Políticas públicas para quilombos. Terra, saúde e educação. 2009. In: Paula, M. & Heringer, R. (Org.) *Caminhos Convergentes. Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung/ action!aid, p. 75-110.
- BHABHA, H. *The location of culture*. Londres: Routledge, 1994. 440 p.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm#adct. Acesso em: 31.07. 2018.
- COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. *Contemporânea*, v. 5, n. 1, p.145-165, 2015.
- _____. Entangled inequalities in Latin America: addressing social categorisations and transregional

- interdependencies. In: Céleri, D.; Schwarz, T.; Wittger, B. (Orgs.) *Interdependencies of Social Categorisations*. Frankfurt/M: Iberoamericana/Vervuert, 2013. p. 41-64.
- _____. Entangled Inequalities, State, and Social Policies in Contemporary Brazil. In: Ystanes, M.; Strønen, I. A. (Orgs.) *The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America*. Cham, CH: Springer, 2017. p. 59-80.
- _____. Freezing Differences. Law, Politics, and the Invention of Cultural Diversity in Latin America. In: Araujo, K.; Mascareño, A. (Orgs.) *Legitimization in World Society*. Farnham: Ashgate, 2012. p. 139-156.
- FELLET, J. Governo Temer trava demarcações de áreas quilombolas. 2017. News BBC Brasil. Disponível em <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39625624>. Acesso em: 31.07.2018.
- _____. STF mantém regras para demarcação de quilombos e rejeita 'marco temporal'. News BBC Brasil. 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42995309>. Acesso em: 31.07.2018.
- FRANCO ELIZONDO, A. *Theorie der Globalen Gerechtigkeit: Zwischen Anerkennung und Umverteilung*. Würzburg: Egon, 2015. FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: Verso, 2003.
- FRENCH, J. H. *Legalizing Identities. Becoming Black or Indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2009.
- FUNDAÇÃO PALMARES. Quadro Geral das Comunidades Remanescentes de Quilombola. 2018. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/file/2018/01/QUADRO-GERAL-29-01-2018.pdf>. Acesso em: 25.07.2018.
- GONÇALVES, L.; COSTA, S. The global constitutionalization of human rights: overcoming contemporary injustices or juridifying old asymmetries? *Current Sociology*, v. 64, p. 311-331, 2016.
- HALL, S. On postmodernism and articulation. Interview. In: Morley, D.; Chen, K.H. (Orgs.) *Stuart Hall. Critical dialogues in cultural studies*. Londres: Routledge, 1996. p. 131-150.
- HONNETH, A. *Kampf um Anerkennung - Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1994.
- JELIN, E.; MOTTA, R.; COSTA, S. (Orgs.) *Global Entangled Inequalities. Conceptual Debates and Evidence from Latin America*. Londres: Routledge, 2017.
- MARX, K. Die Judenfrage. 1 edição [1843]. In: Marx.; Engels, F. W. Berlim (RDA): Dietz, 1976. p. 347-377. v. 1.
- O'DWYER, E. C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Iberoamericana*, [s.l.], v. 42, p. 111-125, 2011.
- _____. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica*, [s.l.], v. 19, p. 91-111, 2005.
- STEWART, F. Crisis Prevention: tackling horizontal inequalities. *Oxford Development Studies*, Abingdon, v. 28, n. 3, p. 245-262, 2000.
- _____. Por qué persisten las desigualdades de grupo? Las trampas de la desigualdad horizontal. In: Jiménez, F. (Org.) *Teoría económica y desigualdad social. Exclusión, desigualdad y democracia*. Homenaje a Adolfo Figueroa. Lima: Fondo Editorial de la PUC-Perú, 2010. p. 269-298.
- STEWART, F.; BROWN, G.; MANCINI, L. Why horizontal inequalities matter: some implications for measurement. Oxford: *CRISE Working Paper* 19, 2005.
- THORP, R.; PAREDES, M. *Ethnicity and the Persistence of Inequality. The Case of Peru*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010. 238 p.
- TILLY, C. O acesso desigual ao conhecimento científico. *Tempo social*, [s.l.], v. 18, n. 2, p. 47-63, 2006.
- _____. *Durable Inequality*. Los Angeles & London: University of California Press, 1998.
- WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. 5 edição [1922]. Tübingen: Mohr, 1980. p. 234-244.
- WIMBAUER, C. *Umverteilung oder Anerkennung? Und wenn: Wovon und durch wen? Theoretische Überlegungen zur aktuellen Debatte um Anerkennung oder Umverteilung*. Berlin: WZB, Projekt 'Liebe', (Erwerbs-)Arbeit, *Anerkennung* 2004. (Working Paper 1).

INEQUALITY, DIFFERENCE, ARTICULATION

Sergio Costa

This article studies the tensions and overlaps between inequality and difference starting from two complementary questions: When do differences become politically relevant? How do inequalities and differences correlate? The argument is first developed through a critical discussion of three influential approaches in contemporary academic and political debates: the recognition-redistribution paradigm, as developed by N. Fraser and A. Honneth, the categorical inequalities approach of C. Tilly and the horizontal-vertical inequalities approach of F. Stewart. In spite of their divergences, these three approaches present a common conceptual limitation, which is to treat dynamic differences as binary and fixed categories: black-whites, men-women, mestizos-indigenous, etc. To overcome this deficit, I develop in the present article, starting from the concept of articulation, an analytical matrix according to which differences represent positionalities or sites of enunciation within hierarchical social relations. The nexus between differences and inequalities is illustrated by the recent articulation of the quilombolas in Brazil.

KEY WORDS: Difference. Inequality. Articulation. Positionality. Quilombolas.

INÉGALITÉ, DIFFÉRENCE, ARTICULATION

Sergio Costa

Cet article étudie les tensions et les chevauchements entre inégalités et différences à partir de deux questions complémentaires: Quand les différences deviennent-elles politiquement pertinentes? Quel est la corrélation entre les inégalités et les différences? L'argument est d'abord développé à travers une discussion critique de trois approches influentes dans les débats académiques et politiques contemporains: le paradigme reconnaissance-redistribution, tel que développé par N. Fraser et A. Honneth, l'approche d'inégalité catégorielle de C. Tilly et l'approche des inégalités horizontale-verticale de F. Stewart. Malgré leurs divergences, ces trois approches présentent une limitation conceptuelle commune, qui consiste à traiter les différences dynamiques comme catégories binaires et fixes: blanc-noir, hommes-femmes, métis-indigènes, etc. Pour surmonter ce déficit, le présent article développe, à partir du concept d'articulation, une matrice analytique selon laquelle les différences représentent des positionalités ou des sites d'énonciation dans des relations sociales hiérarchisées. Le lien entre les différences et les inégalités est illustré par la récente articulation des quilombolas au Brésil.

MOTS-CLÉS: Différence. Inégalité. Articulation. Positionnalité. Quilombolas.

INEQUALITY, DIFFERENCE, ARTICULATION¹

*Sergio Costa**

This article studies the tensions and overlaps between inequality and difference starting from two complementary questions: When do differences become politically relevant? How do inequalities and differences correlate? The argument is first developed through a critical discussion of three influential approaches in contemporary academic and political debates: the recognition-redistribution paradigm, as developed by N. Fraser and A. Honneth, the categorical inequalities approach of C. Tilly and the horizontal-vertical inequalities approach of F. Stewart. In spite of their divergences, these three approaches present a common conceptual limitation, which is to treat dynamic differences as binary and fixed categories: black-whites, men-women, mestizos-indigenous, etc. To overcome this deficit, I develop in the present article, starting from the concept of articulation, an analytical matrix according to which differences represent positionalities or sites of enunciation within hierarchical social relations. The nexus between differences and inequalities is illustrated by the recent articulation of the quilombolas in Brazil.

KEY WORDS: Difference. Inequality. Articulation. Positionality. Quilombolas.

INTRODUCTION

The debates about inequality and difference are at least the age of sociology itself, since they were already outlined in texts by Karl Marx ([1844] 1976) or Max Weber ([1922] 1980).² Today, these discussions remain relevant. In a way, they have gained new relevance in the face of the unprecedented diversification of contemporary struggles for justice and the institutionalization of public policies based on criteria of belonging defined by their own or by ascribed identity attributes.

From an analytical point of view, the most difficult challenge is to know when differences politically matter, that is, when diffe-

rences such as those between whites and blacks or between men and women gain political strength, while other differences remain invisible. To say that politically relevant differences are those that express inequalities would be to simplify, inadequately, the issue. After all, inequalities between whites and blacks or between men and women, even if they accompany societies such as the Brazilian society for centuries, only very recently have they entered the agenda as a problem and an injustice to be fought against. At the same time, the difference that explains most of the contemporary inequalities – that is nationality or citizenship – remains not at all or very little problematized. In sum, questions about the political character of differences or about the correlation between difference and inequality remain unanswered.

In order to study the tensions and overlaps between inequality and difference, in the present text, I first discuss three approaches that have become very influential in contemporary debates because they link the discussions about inequality, that are typical of sociology and economics, to the discussions about difference, more extensively treated by philoso-

* Freie Universität Berlin. Lateinamerika-Institut. Rüdeshheimer Str. 54-56. 14197 Berlin. sergio.costa@fu-berlin.de

¹ Translated by Natasha Maria Wangen Krahn.

² The well-known review essay published by Marx on the Jewish Question (Marx, 1976 [1844]) is an example. Less known, but equally relevant, given its constructivist character, as opposed to the essentialisms of its time, is Weber's chapter on the ethnic basis of community life, incorporating the discussion of race, ethnicity, people, and nationality (Weber 1980 [1922]).

phy, anthropology, and interdisciplinary fields such as gender studies or racial studies. They are: the recognition-redistribution paradigm as developed by Fraser and Honneth (2003),³ the categorical inequalities approach developed by Tilly (1998) and the horizontal-vertical inequalities approach developed by Stewart (2000). Despite their nuances and divergences, these three approaches present a common conceptual limitation, which is to treat fluctuating and dynamic differences as binary and fixed categories: black-white, male-female, Muslim-Christian, indigenous-mestizo, etc.

In order to overcome this deficit, I develop in the present article, starting from the concept of articulation, an analytical matrix according to which differences with reference to gender, ethnicity, religion, race, etc. represent positions or sites of enunciation within hierarchical social relations. Following this line of argument, those who claim for themselves some positionality or attribute a specific positionality to others are struggling to preserve or remove existing social hierarchies. Therefore, differences are not built independently from the social structure somewhere before or outside politics. Differences are articulated, politically, in the light of the structure of existing inequalities.

In addition to this introduction, this article is structured in three sections and a brief conclusion. The first section presents and critically discusses Nancy Fraser's, Axel Honneth's, Charles Tilly's and Frances Stewart's approaches for addressing questions of difference and inequality. The following section introduces the articulation model as an alternative to the limitations of the discussed approaches. Then, I seek to illustrate the process of contingent articulation of differences, with the purpose of overcoming inequalities through a

specific example, that is, the recent history of the political constitution of the quilombola populations in Brazil.⁴

RECOGNITION-REDISTRIBUTION, CATEGORICAL INEQUALITIES, VERTICAL AND HORIZONTAL INEQUALITIES

First published in German and in English in 2003, the book *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*, co-authored by Nancy Fraser and Axel Honneth (2003), was already born a classic. Conceived as a dialogue between the two most renowned representatives of critical theory today, the positions assumed by the two authors in the book are far from consensual. Honneth's contribution to the book broadly reaffirms the central thesis of his 1994 *Magnum Opus* "Kampf um Anerkennung" (Honneth, 1994), according to which "all struggles for justice can be understood as struggles for recognition"⁵ (Franco Elizondo, 2015, p. 81). According to Honneth's thesis, proper recognition in the three relevant spheres - love, law and social solidarity - is both a necessary and a sufficient condition for the good life. Material and pecuniary issues are not relevant here, since, for Honneth, a minimum of material security is a presupposition of a decent life. In this sense, inequalities do not matter in Honneth's theoretical reflection, since the supply of material needs is, by definition, given previously.⁶

Accordingly, in the book co-authored

⁴ Slavery of African and Afro-descendants was introduced in Brazil during the Portuguese colonial rule and was legally abolished in 1888, 66 years after the Brazilian independence. Quilombos are settlements created by former enslaved persons who escaped from slavery. Quilombolas are the inhabitants of these settlements (Costa, 2012).

⁵ All citations in foreign languages were translated freely by the author and/or translator.

⁶ Honneth's reflection presupposes the existence of a welfare state so consolidated and comprehensive, that matters of material survival are simply out of the horizon. Given this assumption, it is surprising and even inexplicable that his work has found a widespread empirical use in countries such as Brazil.

³ In referring here to a paradigm, I do not want to disregard the fundamental differences between Honneth's and Fraser's readings on how inequalities and differences interact. The deep disagreements between the two authors are mentioned below. Nonetheless, since the dialogue between the two authors inaugurates a specific field of study, I refer here to a single paradigm.

by Fraser, Honneth refers to struggles for redistribution, such as union struggles, as disputes over the implementation of social rights or over the modification of the dominant parameters of labor valorization. In this sense, even distributive conflicts ultimately have for the author a moral and cultural motivation, insofar as such conflicts only occur when expectations of valorization and social recognition of those who demand better wages or the extension of their social rights are frustrated. Therefore, struggles for redistribution would, above all, be struggles for recognition.

Fraser disagrees with Honneth and argues that societies go far beyond an ethical agreement among their members: they are also constituted by systemic imperatives. In this case, injustices linked to the unequal distribution of goods in a society are not exactly a consequence of the lack of recognition: they are, in fact, “intrinsic to an order of specialized economic relations whose *raison d’être* is the accumulation of profits” (Fraser; Honneth, 2003, p. 35).

Fraser identifies a polarization in philosophical debates at that time, involving, on the one hand, liberal approaches, such as theories of justice of J. Rawls and R. Dworkin, which tend to reduce all claims for justice to redistributive struggles and, on the other hand, approaches based on the idea of identity, such as the theories of C. Taylor, W. Kymlicka and A. Honneth, which insist on the need for new instruments for recognition of differences, especially cultural differences. Fraser’s particular contribution is the effort to combine these two forms of justice within the conception of justice that the author calls parity of participation. She argues that “justice requires social arrangements that permit all (adult) members of society to interact with one another as peers.” (Fraser; Honneth, 2003, p. 36). For this, certain objective and intersubjective conditions need to be met. The objective conditions imply the provision of material resources that assure all participants in the process independence and voice. The intersubjective conditions refer to the need

for “institutionalized patterns of cultural value express equal respect for all participants and ensure equal opportunity for achieving social esteem.” (Fraser; Honneth, 2003, p. 36).

After this brief and certainly insufficient incursion into a very broad and complex debate, one can infer the answers that both authors offer to the questions that guide this article: How do politically relevant differences emerge? How do differences and inequalities correlate? If we accept the primacy of the recognition sphere over other spheres, as Honneth wants, we must conceive gender, ethnic, racial, and cultural differences as constituted on a pre-political level, that is, within the moral or cultural sphere. Consequently, political claims for the recognition of differences are reactions against violations and frustrations of expectations anchored on the moral grammar of societies. Fraser, on the contrary, assumes a more ambivalent position: in some passages, she refers to gays, women and blacks as if these categories referred to clear and stable groups, constituted on a pre-political level. At the same time, she emphasizes the political and dynamic character of these markers, revealing her poststructuralist inspiration. As for the correlation between differences and inequalities, the positions of the two authors also differ widely. While Honneth proposes to subsume social inequality in difference, that is, in the recognition dimension, Fraser’s dual model preserves the independence of the cultural or moral and economic dimensions of justice. From the separation of these two spheres of justice, she elaborates her argument to combine recognition and redistribution.

Following, we move to the second approach discussed in this article: the categorical inequalities approach developed by Charles Tilly (1998). Tilly seeks to study inequalities not only among individuals, but also among groups of individuals constituted on the basis of pairs of antithetic categories: black-white, male-female, etc. To the extent in which organizations such as families, corporations, and political parties,

among others, emulate these categorical distinctions, they become widespread and institutionalized in societies as a whole and contribute to molding everyday behaviors, strategies, and practices of institutions and individuals (Tilly, 1998, p. 22). Despite Tilly's innovative contribution to research on inequality, his theory of categorical inequalities, viewed from the contemporary state of the art, has several limitations and inconsistencies. First, it assumes a clear classification of groups and individuals around dual categorical pairs, ignoring that the ascriptions and self-identifications always encompass numerous intermediate categories located between the dichotomous poles: black-white, male-female, national-migrant citizen, etc. In addition, ascriptions and self-identifications, as research on intersectionality teaches us (Anthias, 2016), never obey the logic of a single axis of classification, since they combine positions relating to gender, class, ethnicity, race, etc.

An additional deficiency in Tilly's approach is related to the inquiry about the emergence of politically relevant differences and their correlation with inequalities. If Honneth derives inequalities from differences, Tilly commits the opposite error, that is, deduces differences from (categorical) inequalities. For Tilly, the existing categorical pairs not only shape social structures: they are largely learned and assimilated by institutions and individuals and thus also shape social and cultural identities. In this sense, it can be argued that Tilly does not really offer us a model capable of explaining the interaction between differences and inequalities; in his account, differences are only a by-product of inequalities.

Having identified these problems both in Honneth's and Fraser's approaches as well as in Tilly's categorical inequalities model, I discuss the horizontal and vertical inequalities approach. According to development economist Frances Stewart (Stewart, 2000, 2010; Stewart; Brown; Mancini, 2005), individual social positions, in a given social structure, correspond to the sum of vertical and hori-

zontal inequalities. The former refers to the distances between individuals in the social structure considering variables such as income, wealth, etc. Horizontal inequalities refer to social distances between groups of individuals. By focusing on horizontal inequalities, Stewart intends to broaden the conventional perspective, which tends to reduce the analysis of inequalities to economic inequality. Thus, she distinguishes groups not only by using economic factors, but also by applying political, religious, ethnic, racial and gender-specific criteria. Unlike Tilly's categorical pairs, which are established on the basis of historical persistence, the horizontal inequality approach, in each specific research, seeks the categories that are relevant for explaining social inequalities in a given case. Following this logic, empirical studies carried out in accordance to the horizontal inequalities approach have identified a multiplicity of relevant groups in different regions, as shown by, for example, Thorp and Paredes's (2010) research in Peru. These authors consider three main groups in their study: whites, mestizos and indigenous. According to the authors, in combination with other significant stratification axes - in particular, the place of residence (rural, urban, etc.), gender and class, - the belonging of an individual to one of the three groups (whites, mestizos and indigenous) configures its position in the Peruvian social structure.

The scholars linked to the vertical and horizontal inequalities approach defend a multidimensional perspective while identifying the determining factors for differences to become politically relevant. Nevertheless, concerning a crucial issue for the articulation between differences and inequalities, that is, what are the differences that define groups, the approach tends to economism, abandoning non-economic explanatory variables:

To some extent, then, group boundaries become endogenous to group inequality. If people suffer discrimination (i.e. experience horizontal inequality) they may then feel cultural identity more strongly,

particularly if others categorise them into groups for the express purpose of exercising discrimination (thereby creating or enforcing HIs [horizontal inequalities]) (Stewart; Brown; Mancini, 2005, p. 9).

In the end, the vertical inequalities-horizontal inequalities approach, despite its adaptability to different empirical contexts, presents very similar deficiencies to those of Tilly's theory when it comes to explaining the emergence of politically relevant differences and their correlation to inequalities. The approach derives, linearly, differences from existing inequalities, arguing that socioeconomic hierarchies automatically lead to group identity. Therefore, this interpretation is theoretically reductionist and empirically implausible, since it excludes the contingent character that characterises the correlation between inequalities and differences. That is, inequalities, even if very deep and clearly grouped through racial, ethnic, or gender differences, sometimes lead – but sometimes do not! – to populations using these differences to constitute themselves as groups.

The evaluation of the contributions given by Fraser, Honneth, Tilly, and Stewart to understand the tensions between inequalities and differences lead us to the conclusion that none of them offer a satisfactory answer to the questions that more directly interest us in this article: how do politically relevant differences arise and what is their correlation with existing inequalities. In the brief review of the models developed so far, we find culturalist responses, as in Honneth's case, that reduce inequalities to differences, or economicist responses, that subsume differences to inequalities, as in the case of Tilly and Stewart's contributions. Fraser's dual model presents important openness insofar as it treats differences as political constructs. Nevertheless, while defending the existence of two separate spheres of justice - the recognition and the redistribution spheres - the author breaks the close nexus between difference and inequality, contributing little to the understanding of the logical inseparability and the co-consti-

tution processes of these two terms and of the social spheres associated with them.

ARTICULATING DIFFERENCES AND INEQUALITIES

Since the 1990s, post-structuralist and postcolonial theorists have been sharpening their theoretical-analytical tools in order to illuminate the complex ties that link inequalities and differences. At the center of these reflections is the concept of articulation, as outlined especially by Bhabha (1994) and Hall (1996) in separate but complementary research programs. Both authors use the term articulation considering its two colloquial meanings: as the act of speaking and as a connection between two elements. Articulation, in these two senses, is contingent. This means that, first of all, it is not possible to define, *a priori*, what difference is articulated or when and how this will occur discursively, due to the fact that differences do not exist before or beyond discourses: they emerge with their discursive articulation, as Bhabha points out:

The representation of difference must not be hastily read as the reflection of *pre-given* ethnic or cultural traits set in the fixed tablet of tradition. The social articulation of difference, from the minority perspective, is a complex, on-going negotiation that seeks to authorize cultural hybridities that emerge in moments of historical transformation. The 'right' to signify from the periphery of authorized power and privilege does not depend on the persistence of tradition; it is resourced by the power of tradition to be reinscribed through the conditions of contingency and contradictoriness that attend upon the lives of those who are 'in the minority' (Bhabha, 1994, p.3).

The contingent character of articulation is also found in the second meaning of the term. That is, it is impossible to predict the elements that will be connected discursively and when. Therefore, studying articulations is a way of questioning why certain discourses become relevant to the constitution of certain subjects under certain circumstances, as Hall summarizes:

[T]he theory of articulation asks how an ideology discovers its subject rather than how the subject thinks the necessary and inevitable thoughts which belong to it; it enables us to think how an ideology empowers people, enabling them to begin to make some sense or intelligibility of their historical situation, without reducing those forms of intelligibility to their socio-economic or class location or social position (Hall, 1996, p.: 142).

Applied to the earlier discussion of the correlation between inequalities and differences, the articulation theory offers powerful arguments for overcoming both culturalism and economism, as well as for criticizing the combination of economism and culturalism in Fraser's dual model. Thus, existing struggles for justice are always a contingent articulation of a certain position in the social structure with a certain discourse on difference. Being contingent does not mean being random or arbitrary. Social researchers are able to reconstruct the circumstances that led a given discourse to find a particular subject in a given context and occasion. However, social analysts are not in the fortunate condition of being able to predict articulations that will form in the future due to the variety of existing structural positions and discourse positions, and also because of the multiplicity of possible combinations between structural and discursive positions.

In order to give meaning to the type of articulation between differences and inequalities proposed here, it is necessary to elaborate a broad definition of social inequality, as was developed in other contexts (Costa, 2013, 2017; Jelin; Motta; Costa, 2017). According to this definition, social inequalities correspond to the distances between positions occupied by individuals or groups of individuals in the social structure at the local, national or global level. This definition concerns economic positions (defined by income, wealth, control over resources, etc.) and power asymmetries in terms of political, social and existential rights, political influence and, also, epistemological capacities (Costa, 2017).

The groups that can be considered to describe the inequalities are countless. Individuals distributed over income quintiles and denominated classes or strata, not by themselves, but by scholars that study social stratification, constitute the groups most commonly found – at least in the academic literature. In addition, comparisons between the positions held at a national level mainly by men and women, blacks and whites, migrants and national citizens, children, adults and the elderly have become increasingly widespread.

In this article, *differences* refer to features associated with the multiple groups constituted in the process of articulating (in the sense of enunciating) inequalities, either to defend their own positions in social hierarchies, or to demand a mitigation of inequalities. This in no way implies economistic beliefs, as if differences could emanate from social positions. It is not a structural position itself but its cultural and political assessment – as just and unjust – that counts in the process of articulating differences. Culturalism also has no place in this understanding. It is clear that previous moral or cultural inclinations play an important role in mobilizing for or against inequalities; however, such provisions constitute a broad and ever-changing repertoire of possibilities that are contingently articulated according to contextual variables.

Empirically, this becomes evident in studies that focus on the recent revival of ethnic identities in Latin America, for example. According to these studies, the self-identities claimed by some Latin American rural populations have historically varied, shifting, during the twentieth century, from indigenous or blacks to mestizo peasants and from peasants to ancestral communities in the last decades. These variations can not be explained simply by shifts in the social structure, since this structure did not change substantially during this period. The variations seem more clearly to reflect the recent spread of multicultural legislation in the region, opening new access

channels to land ownership for rural populations - even if treated as ancestral territory - and other cultural rights (for a more in-depth discussion see Gonçalves, Costa, 2016). The example of the quilombola articulation, discussed below, serves to illustrate the argument developed here.

THE QUILOMBOLA ARTICULATION⁷

As is well known, the Brazilian constitution of 1988 was promulgated in the context of political euphoria triggered by democratization, after 21 years of dictatorship (1964-1985). The constitutional text is therefore progressive and open to the extension of political, social and cultural rights of different groups of the population. Among the many established guarantees, the constitution defines, in article 68 of the Transitory Constitutional Provisions Act, that: "Final ownership shall be recognized for the remaining members of the ancient runaway slave communities who are occupying their lands and the State shall grant them the respective title deeds." (Brazil, [1988] 2010, p. 184).

According to Arruti's (2000, p. 103s) accurate reconstruction, the quilombo category, used in the constitutional text, is "a 'train-bearer' of a repressive legislation of colonial origin that, to be effective was made generic and exterior to the ones it concerns, it refers to a kind of historical social formation that, at first, would have disappeared with slavery itself and that was characterized precisely by the pursuit for invisibility vis-a-vis the State."

According to Arruti, on the occasion of the promulgation of the Constitution, there were no groups in Brazilian society clearly claiming to be *quilombo remnants*. There was a still very incipient mobilization of *rural bla-*

⁷ The purpose of this brief section is certainly not to reconstitute the extensive debate on the quilombola issue in Brazil. It is simply a retelling of the recent process of articulation of the quilombola actor in order to show how, in this example, inequalities and differences are associated and correlated. In this section, we return to arguments developed more extensively in previous works (see, in particular, Costa, 2012, 2015).

ck communities in the states of Pará and Maranhão. Nevertheless, two parallel movements explain the inclusion of article 68 in the Constitution of 1988, still according to Arruti. On the one hand, rural workers' movements and government agencies identified the existence of different forms of rural land ownership without a clear legal status and that should be regularized. Among these, there were lands acquired or occupied by ex-slaves and on which their descendants continued to live. On the other hand, the quilombos occupied (and continue to occupy) a prominent place in the political repertoire of the black movement in Brazil, insofar as they symbolize resistance to exploitation and slavery. It is, therefore, the conjunction between the diffuse necessity of land regularization and the influence of the black movement that explains the inclusion of the reference to the "quilombo remnants" in the 1988 Constitution.

Article 68 unleashed an important set of political mobilizations and of identity reconfigurations in those rural communities that had a significant presence of black population. Many of them, in part assisted by anthropologists, religious people and activists from the quilombo remnants' movement that started to develop, begin to identify, in article 68, the possibility of resolving land conflicts and conflicts of legal guarantee of ownership of the land on which they lived.

In 2003, a presidential decree gave the definitive form for the implementation of the regularization of the lands of the quilombo communities. According to the decree, the criterion of recognition of communities is self-identification, that is, it is the beneficiaries themselves who define themselves as quilombo communities.⁸ The decree also defines that

⁸ The definition of the self-recognition criterion, instead of an anthropological report, to define whether a group was quilombo remnant or not, represents an important step in the process that French (2009, p. 6) calls the "post-legislative negotiation" of article 68. The criterion of self-recognition is in line with the 169th Convention of ILO [International Labor Organization] and the interpretation of the Brazilian Association of Anthropology, which in 1995 created a special working group called "Terra de Quilombo"

the titling of the quilombo lands benefits not individuals, but the representative association of the community in question. In the decree, as Arruti (2009, p.85) observes, the land gains a territory connotation:

... it includes not only the land directly occupied at the specific time of the titling, but all the spaces that are part of its uses, customs and traditions and/or that possess the environmental resources necessary for its maintenance and the historical reminiscences that allow the perpetuation of memory.

In 2004, the Brasil Quilombola Program was created, which articulated the actions of 23 ministries and federal agencies that had been developing actions directed to the remaining communities of quilombos. According to the update, completed in December of 2017 by the Palmares Foundation, responsible for the certification of the quilombos, up to that date there were 3051 certified quilombola communities, most of them in the states of Bahia, Maranhão, Minas Gerais and Pará, in that order, who are, potentially, beneficiaries of the actions foreseen in the Brasil Quilombola Program (Fundação Palmares, 2018). These include regularization of access to the land and assistance in the areas of education, health, housing, local development, etc. Since Michel Temer assumed the presidency of Brazil in 2016, the situation of the Brasil Quilombola Program and the regularization of the quilombo lands have become more uncertain, due to the disarticulation of ministries and agencies dedicated to the issue, as well as the decision of the Civil Office in April of 2017, which suspended the regularization processes. The argument used to support the suspension was that the titling generated legal uncertainty, since the Direct Action of Unconstitutionality, filed by the DEM party (then PFL) in 2003, was still in the process of judgment by the Federal Supreme Court (Supremo Tribunal Federal - STF). The

[Quilombo Land], insisting on the need to “incorporate the point of view of the social groups that, in their actions, seek to validate the legal right granted by the Federal Constitution” (O’Dwyer, 2005, p. 94; see also O’Dwyer, 2011).

party questioned the rites of regularization and the criterion of self-identification of quilombos (Fellet 2017). In February of 2018, the STF rejected, with only one dissenting vote, the action of DEM, affirming the constitutionality of the process of recognition of quilombos and accepting the criterion of self-identification (Fellet, 2018). By the time this article was completed in July of 2018, however, evidence was lacking that the Temer government could contribute to advancing the regularization of quilombola lands due to its political vulnerability and its proximity to the agribusiness entrepreneurs and the mining companies interested in simply occupying or integrating the quilombola territories into the land market.

The anthropologist José Mauricio Arruti (2006) and the anthropologist Jan Hoffman French (2009) study the process of land regularization of quilombo lands in the town of Mocambo, in the state of Sergipe, in two very different but equally solid books. The case is very instructive to demonstrate how the constitutional change introduced by Article 68 triggers at the local level the construction of a new ethnicity.

The history of the Mocambo community is inseparable from the trajectory of the Xocó indigenous community, its neighbor. Both groups had lived, for many decades, an unstable land situation and were permanently threatened with expulsion from the lands they occupied. In the 1940s and 1950s, peasant mobilization movements in the region joined together as rural workers.⁹ Many families were also constituted by marriages of members of both communities, making it difficult to esta-

⁹ According to French Hoffman, the members of the two communities “[...] have been identified and have self-identified over the years in a variety of ways: as *camponeses* (peasants), *trabalhadores rurais* (rural workers), *caboclos* (mixed race with indigenous ancestry), *negros* (blacks), *católicos* (Catholics), *pobres* (poor folk), *sertanejos* (backlanders), *sergipanos* (residents of Sergipe), *nordestinos* (northeasterners), *meeiros* (sharecroppers), *posseiros* (squatters), *índios* (Indians), *remanescentes* (descendants of fugitive slaves), and *quilombolas*, sometimes simultaneously and other times sequentially, as the state, its agents, the people themselves, and their advisers took up or ignored one or another of these sociolegal identities.” (French, 2009, p. 13)

blish ethnic or cultural boundaries between the two groups. From the 1970s and 1980s, the indigenous Xocó, supported by the Missionary Indian Council, an entity linked to the Catholic Church, were more clearly assuming their indigenous identity, which allowed them, through the prerogatives offered by the indigenous law, to regularize land ownership of the territories they occupied (French, 2009, p. 49ss).

Meanwhile, the situation of the population of Mocambo remained precarious. It is at this moment that the pastoral agents working in this community, attentive to the progress of the land regularization of the remaining quilombo lands in other Brazilian regions after the constitutional prerogative introduced in 1988, sought to convince the residents of Mocambo of the advantages of this legal option. However, this alternative was, at first, rejected by the community, since

... the idea of identification as 'quilombo remnants' was not part of the kind of representation that Mocambo families had or would like to produce about themselves. The resistance of these families to the suggestion to think of themselves as "quilombolas" was so great that the possibility of changing the name of the community from "Mocambo" [synonym of quilombo] to "Mundo Novo" [New World] was discussed (Arruti, 2000, p. 110).

The legal advantages, however, prevailed, leading the residents of Mocambo, after much discussion and political disputes, to publicly assume themselves as a remaining quilombo community. This political reconversion was accompanied by the expansion of external interlocutors and the introduction of new cultural practices. Anthropologists, activists from the quilombo remnants movement and state agents involved in titling the lands begin to often visit Mocambo. Internally, the memory of resistance to slavery and racial oppression has been (re-) discovered, through the selection and re-signification of dances and songs traditionally sung in the community, as documented by French (2009, p. 149ss.). A theatre play performed by the adolescents of the commu-

nity and presented each year during the commemoration of the community's recognition as a quilombo community, a process completed in 2000, also played a fundamental role. Over the years, the play, which tells the story of a local family, was modified until it became "the foundational narrative of those in Mocambo who came to identify themselves as black people descended from fugitive slaves." (French, 2009, p. 154).

The process of introducing legislation to recognize quilombo remaining territories - both when viewed from the perspective of political negotiations for its implementation and when reconstructed from its local impacts in Mocambo - provides rich material for the study of inter- relations between law, inequality, difference and politics at the national and transnational levels.

Firstly, Brazilian legislation was developed in the context of the expansion of multiculturalism in the international agenda and is reformulated in 2003, in consonance with the criteria of the 169th Convention of the International Labor Organization. Transnational references are also observed in the political and cultural repertoire that guides the formulation of the law and its application even in the local context. Allusions to the African diaspora, to the global history of modern slavery, and to solidarity and transnational resistance to racial oppression are recurrent both in the political repertoire of the social movements involved in the process and in the very vocabulary used by the Brazilian government programs directed to the remaining quilombo population.

The role of new cultural rights to induce ethnic re-identification of the involved populations is also easily identifiable. Groups that previously identified themselves as rural workers or squatters rediscover themselves as quilombo remnants. The nexus between social inequality and cultural difference is obvious. The situation of deprivation of the right to land and the disadvantageous position in the social structure ultimately motivate Brazilian citizens

to claim the protection of the State as quilombo remnants. The role of cultural and political mediators is evident. At the national level, the black movement, political activists, the Brazilian Association of Anthropology and state agencies contribute to give the form and the meanings that the legislation is acquiring over time. At the local level, church-based advisors, individual anthropologists, political activists, and state officials allow the law to be interpreted and translated to the potential target group.

CONCLUSIONS

In view of the identity politics adopted not only by social movements, but also by the State as a guideline for public policies, discussing the correlation between inequality and difference, a theme that has accompanied sociology since its establishment as a professional field, has also become a political necessity. In the present article, I first sought to identify three different paradigms that continue to influence the academic and political debate about the tensions and complementarities between inequality and difference: the recognition-redistribution paradigm, the categorical inequalities approach and the horizontal-vertical inequalities approach. It was sought to show that none of these contributions offer adequate answers to two central questions within this broad debate: When do differences politically matter? How do inequalities and differences correlate? The categorical inequalities approach and the horizontal-vertical inequalities approach do not seek to answer the first question, since they consider it as a historical fact. Regarding the second question, both approaches are structuralist, that is, they affirm that inequalities determine the perception and the constitution of differences, as if people treated unequally, sooner or later, discover the inequalities that unite them and constitute them as a group and as political actors.

The answer found in the recognition-re-

distribution paradigm for the two questions is more nuanced. While Honneth asserts that differences that count politically are those inscribed in the deeper moral grammar of a society or specific group, Fraser is open to accepting the contingent character of the politicization of differences, similar to the way I advocate in this article. Regarding the second question, Honneth's answer is clear: differences overlap, logically and ontologically, with inequalities, that is, inequalities are understood only as asymmetries in the levels of recognition of differences. Fraser's answer is twofold. She distinguishes two spheres of justice, that of recognition and that of redistribution, separating differences from inequalities. The interpretation based on the theory of articulation, adopted in this article, diverges diametrically from Fraser's reading. It is postulated that difference and inequality are two sides of the same medal. Both correspond to the way individual or collective subjects position themselves in the world. In a way, difference is the discursive articulation of the position of the subjects within the social hierarchies. As a product of discursive articulations, these positions are always contingent and changeable.

Under the terms of this article, differences become politically relevant insofar as the historical context and conjunctural circumstances make it possible to phrase through them the desire to preserve or abolish existing hierarchies and inequalities. This understanding also guides the answer to the question about the correlation between inequality and difference: both constitute one another, without precedence over one another.

The brief incursion into the example of the quilombolas in Brazil sought to give body and materiality to this abstract argument. First, the example highlights the contingent character of the politicization of differences. Remember that contingent does not mean arbitrary or random. That is, the constitution of quilombos, throughout the history of Brazil, is a fact documented by historiography and inscribed

in the collective memory of many communities. However, the politicization of the quilombola difference – and not another possible difference, such as being black, a rural worker without land, poor, *ribeirinho* (riverine), etc. – could only emerge in the context of changes in the political context and in the international and national legislation as well as because of the actions of brokers, such as the church, activists, etc. The example also makes clear the correlation of co-constitution of difference and inequality. As a relation, inequalities can be formulated in very different ways: inequalities between 1% of the population, the richest, and the remaining 99% as articulated by the *Occupy* movement; inequalities between men and women, as the feminist movements put it; inequalities between the global north and the global south, as anti-globalization movements prefer. In the specific case of the quilombolas, the inequalities between landowners and those who did not have duly titled lands were historically articulated in several ways: peasants *versus* farmers, poor against rich, and so on. The emergence of the quilombola struggles, as shown in the case of Mocambo, distinguished quilombolas from farmers, but also from indigenous and other poor peasants, from whom quilombolas previously did not distinguish themselves. This process is historical and contingent, that is, it is not a single product of inequality in the access to land, but of the circumstantial articulation between discourse and subject, inequality and difference.

Received for publication on August 22, 2018
Accepted on November 13, 2018

BIBLIOGRAPHY

- ANTHIAS, F. Interconnecting boundaries of identity and belonging and hierarchy-making within transnational mobility studies: Framing inequalities. *Current Sociology*, v. 64, n. 2, p. 172–190, 2016.
- ARRUTI, J. M. Direitos étnicos no Brasil e na Colômbia: notas comparativas sobre hibridização, segmentação e mobilização política de índios e negros. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 6, n. 14, p. 93-123, 2000.
- _____. *Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola*. Bauru: Edusc, 2006. 370 p.
- _____. Políticas públicas para quilombos. Terra, saúde e educação. In: PAULA, M.; HERINGER, R. (ed.) *Caminhos Convergentes. Estado e Sociedade na Superação das Desigualdades Raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Heinrich Böll Stiftung/ action!aid, 2009. p. 75-110.
- BHABHA, H. *The location of culture*. London: Routledge, 1994. 440 p.
- BRAZIL. *Constitution of the Federative Republic of Brazil*. 3rd edition. [1988]. Brasília: Câmara do Deputados. 2010. Available in <http://english.tse.jus.br/arquivos/federal-constitution>. Access in: 31 July 2018.
- COSTA, S. Da desigualdade à diferença: direito, política e a invenção da diversidade cultural na América Latina. *Contemporânea*, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 145-165, 2015.
- _____. Entangled inequalities in Latin America: addressing social categorizations and transregional interdependencies. In: CELLERI, D.; SCHWARZ, T.; WITTEGER, B. (ed.) *Interdependencies of Social Categorizations*. Frankfurt/M: Iberoamericana/Vervuert, 2013. p. 41-64.
- _____. Entangled Inequalities, State, and Social Policies in Contemporary Brazil. In: YSTANES, M.; STRØNEN, I. Å. (ed.) *The Social Life of Economic Inequalities in Contemporary Latin America*. Cham, CH: Springer, 2017. p. 59-80.
- _____. Freezing Differences. Law, Politics, and the Invention of Cultural Diversity in Latin America. In: ARAUJO, K.; MASCARENO, A. (ed.) *Legitimization in World Society*. Farnham: Ashgate, 2012. p. 139-156.
- FELLET, J. *Governo Temer trava demarcações de áreas quilombolas*. News BBC Brasil, 2017. Available in: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39625624>, Access in 31 July 2018
- _____. *STF mantém regras para demarcação de quilombos e rejeita 'marco temporal'*. News BBC Brasil, 2018. Available in: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-42995309>. Access in 31 July 2018).
- FRANCO ELIZONDO, A. *Theorie der Globalen Gerechtigkeit: Zwischen Anerkennung und Umverteilung*. Würzburg: Egon, 2015.
- FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition? A Political-Philosophical Exchange*, London: Verso, 2003.
- FRENCH, J. H. *Legalizing Identities. Becoming Black or Indian in Brazil's Northeast*. Chapel Hill: Univ. of North Carolina Press, 2009.
- FUNDAÇÃO PALMARES. *Quadro Geral das Comunidades Remanescentes de Quilombola*. 2018. Available in: <http://www.palmares.gov.br/file/2018/01/QUADRO-GERAL-29-01-2018.pdf>. Access in: 31 July 2018.
- GONÇALVES, G. L.; COSTA, S. The Global Constitutionalization of Human Rights: Overcoming Contemporary Injustices or Juridifying Old Asymmetries? *Current Sociology*, v. 64, p. 311-331, 2016.
- HALL, S. On postmodernism and articulation. Interview. In: MORLEY, D.; CHEN, K.H. (ed.) *Stuart Hall. Critical dialogues in cultural studies*. London: Routledge, 1996. p. 131-150.
- HONNETH, A. *Kampf um Anerkennung - Zur moralischen Grammatik sozialer Konflikte*. Frankfurt/M: Suhrkamp, 1994.
- JELIN, E.; MOTTA, R.; COSTA, S. (ed.) *Global Entangled Inequalities. Conceptual Debates and Evidence from Latin America*. London et al.: Routledge, 2017.

- MARX, K. Die Judenfrage. In: *Marx, Karl/ Engels, Friederich - Werke*. [1843]. Berlim (RDA): Dietz, 1976. v. 1. p. 347-377.
- O'DWYER, E. C. Etnicidade e direitos territoriais no Brasil contemporâneo. *Iberoamericana*, v. 42, p. 111-125, 2011.
- _____. Os quilombos e as fronteiras da antropologia. *Antropolítica*, v. 19, p. 91-111, 2005.
- STEWART, F. Crisis Prevention: tackling horizontal inequalities. *Oxford Development Studies* v. 28, n. 3, p. 245-262, 2000.
- _____. Por qué persisten las desigualdades de grupo? Las trampas de la desigualdad horizontal. In: JIMENEZ, F. (ed.) *Teoría económica y desigualdad social. Exclusión, desigualdad y democracia*. Homenaje a Adolfo Figueroa. Lima: Fondo Editorial de la PUC-Perú, 2010. p. 269-298.
- STEWART, F.; BROWN, G.; MANCINI, L. Why Horizontal Inequalities Matter: Some Implications for Measurement. Oxford: *CRISE Working Paper* 19, 2005.
- THORP, R.; PAREDES, M. *Ethnicity and the Persistence of Inequality. The Case of Peru*. Houndmills: Palgrave Macmillan, 2010. 238 p.
- TILLY, C. *Durable Inequality*. Los Angeles & London: University of California Press. 1998. WEBER, M. *Wirtschaft und Gesellschaft*. 5th edition. [1922]. Tübingen: Mohr, 1980. p. 234-244.
- WIMBAUER, C. *Umverteilung oder Anerkennung? Und wenn: Wovon und durch wen? Theoretische Überlegungen zur aktuellen Debatte um Anerkennung oder Umverteilung*. Berlin: WZB, *Projekt „Liebe“, (Erwerbs-)Arbeit, Anerkennung*, 2004. (Working Paper 1).

DESIGUALDADE, DIFERENÇA, ARTICULAÇÃO

Sergio Costa

Neste artigo, estudam-se as tensões e superposições entre desigualdade e diferença a partir de duas questões complementares: Quando diferenças se tornam politicamente relevantes? Como desigualdades e diferenças se correlacionam? O argumento é desenvolvido, primeiramente, mediante a discussão crítica de três abordagens influentes nos debates acadêmicos e políticos contemporâneos, a saber: o paradigma do reconhecimento-redistribuição, como é desenvolvido por N. Fraser e A. Honneth, a abordagem das desigualdades categoriais de C. Tilly e a abordagem das desigualdades horizontais-verticais de F. Stewart. A despeito de suas divergências, essas três abordagens apresentam uma limitação conceitual comum, que é tratar diferenças dinâmicas como categorias binárias e fixas: brancos-negros, homens-mulheres, mestiços-indígenas, etc. Para superar esse déficit, com base no conceito de articulação, desenvolve-se uma matriz analítica segundo a qual diferenças representam posicionalidades ou lugares de enunciação no âmbito de relações sociais hierárquicas. O nexa entre diferenças e desigualdades é ilustrado por meio da articulação recente dos quilombolas no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Diferença. Desigualdade. Articulação. Posicionalidade. Quilombolas.

INÉGALITÉ, DIFFÉRENCE, ARTICULATION

Sergio Costa

Cet article étudie les tensions et les chevauchements entre inégalités et différences à partir de deux questions complémentaires: Quand les différences deviennent-elles politiquement pertinentes? Quel est la corrélation entre les inégalités et les différences? L'argument est d'abord développé à travers une discussion critique de trois approches influentes dans les débats académiques et politiques contemporains: le paradigme reconnaissance-redistribution, tel que développé par N. Fraser et A. Honneth, l'approche d'inégalité catégorielle de C. Tilly et l'approche des inégalités horizontale-verticale de F. Stewart. Malgré leurs divergences, ces trois approches présentent une limitation conceptuelle commune, qui consiste à traiter les différences dynamiques comme catégories binaires et fixes: blanc-noir, hommes-femmes, métis-indigènes, etc. Pour surmonter ce déficit, le présent article développe, à partir du concept d'articulation, une matrice analytique selon laquelle les différences représentent des posicionalités ou des sites d'énonciation dans des relations sociales hiérarchisées. Le lien entre les différences et les inégalités est illustré par la récente articulation des quilombolas au Brésil.

MOTS-CLÉS: Différence. Inégalité. Articulation. Positionnalité. Quilombolas.

CONSTELAÇÕES PÓS-NACIONAIS E A QUESTÃO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL¹

*Emil A. Sobottka**

A preservação da identidade cultural coletiva, em sua tensão com a integração de novos membros, foi objeto de discussão entre Taylor e Habermas em seus textos sobre política de reconhecimento. Para ambos, a ideia de nação deixou de ter força agregadora suficiente em estados modernos. Face à diversidade fática, surge a dupla pergunta: o que pode manter a unidade de uma comunidade política nas atuais sociedades e como novos membros podem ser nela integrados? O texto trata dessa questão, reconstruindo aquele debate e as alternativas propostas pelos dois autores, levando em consideração tanto a crescente individualização das formas de vida como a migração transnacional.

PALAVRAS-CHAVE: Reconhecimento. Migrações. Integração social. Cidadania.

INTRODUÇÃO

Charles Taylor (1995, p. 241), em seu texto *A política do reconhecimento*, defende a tese de que “nossa identidade é moldada em parte pelo reconhecimento ou por sua ausência, frequentemente pelo reconhecimento errôneo por parte dos outros”. Ao destacar o caráter relacional da formação identitária, o autor se coloca em sintonia com debates contemporâneos que questionavam concepções essencialistas, como a da descendência étnica comum (Parekh, 1995). A interação com outros possibilita ver a si próprio como por meio de um espelhamento e acompanhar as implicações de cada gesto, contribuindo, assim, para a formação e a constante adaptação da imagem de si. A integração mediante a socialização e a formação da identidade de cada indivíduo são vistas como concomitantes. Craig Calhoun (2000, p. 19), analisando a concepção de Taylor

nesse particular, enfatiza que “as concepções de nação e indivíduo cresceram juntas na história do Ocidente e continuam a influenciar uma a outra”. Para reforçar sua tese sobre a importância do reconhecimento, Taylor (1995) afirma que ele não é uma simples cortesia que se poderia conceder ou não aos outros, mas uma necessidade vital. A implicação ética dessa asserção é que, em sendo uma necessidade vital do Outro, o reconhecimento, de modo algum, pode ser negado: quem o recusa ou faz de modo errôneo, tornando-se cúmplice do dano que sua atitude causa.

A ênfase que Taylor (1995) dá à dimensão coletiva da afecção e ao efeito deformador que o reconhecimento errôneo tem para a identidade da coletividade afetada pode se tornar produtiva, por exemplo, em situações de convivência de grupos étnicos em que pelo menos um deles demarca claramente a diferença. Em situações como essa, o racismo e a xenofobia podem se desenvolver – mas podem também se desenvolver movimentos sociais de resistência e de luta contra a discriminação.

Mas, em seu texto, Taylor (1995) também trata, ainda que secundariamente, da

* Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Escola de Humanidades. Av. Ipiranga, 6681. Cep: 90619-900. Porto Alegre – Rio Grande do Sul – Brasil. sobottka@puccrs.br

¹ Agradeço ao parecerista que avaliou o texto e fez excelentes sugestões.

integração de imigrantes em sociedades já estabelecidas. A perspectiva adotada pelo autor em sua argumentação sobre os imigrantes é a da coletividade estabelecida, que teme a descharacterização de sua identidade. Esse temor, para Taylor (1995), não apenas justificaria medidas defensivas da coletividade, mas explicaria também a imposição de exigências de integração cultural dos imigrantes.

Jürgen Habermas, em *A luta por reconhecimento no estado democrático de direito* (1995), um dos poucos textos em que tematiza a questão do reconhecimento de forma explícita, se coloca diametralmente contrário essa tese. Sua perspectiva de abordagem leva em consideração sociedades em que a unidade não é dada por uma identidade cultural coletiva, mas pela formação de uma comunidade de jurisconsortes que tem, na adesão ao marco legal, a dimensão primeira de sua unidade. Esta unidade é, então, flanqueada por outras dimensões integradoras, em especial a cultura política local, sem implicar a necessidade de um nivelamento das formas de vida. Enquanto Taylor (1995) dá ênfase à coletividade como detentora e portadora de identidade digna de ser preservada, em Habermas, o foco é o indivíduo que forma e precisa renovar sempre sua identidade. Quando se trata de imigrante, esse indivíduo pode, inclusive, desafiar a cultura e as formas de vida predominantes até então na comunidade que o acolhe.

O presente texto toma como ponto de partida a proposição de Taylor e a defesa que ele faz de medidas protetivas da identidade francófona no Québec. Num segundo momento, analisa a resposta de Habermas à política de reconhecimento defendida por Taylor, colocando em destaque tanto a diferença na conformação da coletividade como na questão de quem é o sujeito portador da identidade.² Em seguida, busca-se destacar três possíveis modos de integração em sociedades atuais. Partindo da distinção feita por Habermas (1995)

entre integração ético-cultural e política, propõe-se designar como integração espacial um terceiro modo de presença do estrangeiro, quando ele compartilha o território, mas não ingressa na comunidade política nem assume como sua a cultura local. Por fim, destaca-se como, em diferentes situações, os países vêm reagindo ao desafio da integração face à intensificação da migração internacional.

A COMUNIDADE PORTADORA DE IDENTIDADE E A QUESTÃO DA AUTENTICIDADE

Logo no início de seu texto, Taylor (1995) faz uma breve recapitulação sobre o devir do discurso sobre reconhecimento e a familiaridade por ele adquirida. Para tanto, o autor recorda que, nas sociedades modernas, a antiga noção de honra, que pressupõe uma sociedade desigual e hierárquica, com distribuição altamente seletiva dessa distinção, foi sobrepujada pela noção de dignidade, atribuída universalmente a todo ser humano, ou a todo cidadão, considerada como a única concepção compatível com uma sociedade democrática. Essa nova concepção, ainda segundo o autor, teria sido associada a uma identidade individualizada, que passa a exigir do sujeito formas de agir coerentes com impulsos morais que brotam de seu interior. Corresponder a esses impulsos internos substituiria as fontes externas da moralidade e se constituiria no novo ideal de autenticidade, assim sintetizado:

Há um certo modo de ser humano que é *meu* modo. Sou chamado a levar minha vida assim, e não imitando a vida de outrem. Mas essa noção dá uma nova relevância ao ser fiel a mim mesmo. Se não o for, perderei o sentido de minha vida, ficarei privado do que é ser humano para *mim*. [...] Ser fiel a mim mesmo significa ser fiel à minha própria originalidade, que é algo que somente eu posso articular e descobrir. Ao articulá-la, estou também definindo a mim mesmo, realizando uma potencialidade que é propriamente minha (Taylor, 1995, p. 245, grifo do autor).

² Sobre o debate entre Taylor e Habermas, ver Gutmann (1994), Cooke (1997) e Mattos (2004).

O autor associará a consolidação desse novo ideal de autenticidade em especial com Jean-Jacques Rousseau e Herder. De grande relevância para os propósitos de Taylor, Herder teria aplicado essa sua concepção de originalidade não apenas ao nível pessoal, que destacaria o indivíduo entre seus pares, “mas também ao povo dotado de sua cultura entre outros povos” (Taylor, 1995, p. 245). A consequência seria que também os povos deveriam ser fiéis a si mesmos, deveriam manter sua autenticidade (Taylor, 1992; Vannini; Franzese, 2008).

Mas, enquanto autores como Rousseau e Herder estavam presos a uma concepção “monológica” do ser humano, considerando-o capaz de ser tanto mais autêntico quanto menos vulnerável a influências de outros, a transformação dessa concepção solipsista em direção à valorização da inserção relacional, nas últimas décadas, colocou, na pauta da teoria social, a centralidade da intersubjetividade. Segundo Taylor (1995, p. 248-249), será precisamente a descoberta da importância dos interlocutores e de “relações dialógicas com os outros”, na formação e manutenção da identidade, que dá centralidade ao reconhecimento, tanto em nível individual como social ou coletivo (Cf. Mendonça, 2009). Numa sociedade democrática moderna, segundo o autor, o reconhecimento adequado torna-se crucial. Ao mesmo tempo, sua negação, ou o reconhecimento distorcido, vão muito além do descumprimento de um dever para com o outro, considerando-se que a imagem inferiorizada pode ser interiorizada, afetando crucialmente a identidade. A despeito de dificuldades com sua implementação na vida cotidiana, o reconhecimento da igual dignidade de todos teria consagrado o que o autor denomina uma política do universalismo como impulso questionador da desigualdade e de hierarquias supostamente naturais entre os concidadãos. Essa implicação democratizadora é apoiada pelo autor.

Mas sua percepção é que o universalismo igualitário acabou eclipsando a diferença. Taylor (1995, p. 251) a descreve com as seguin-

tes palavras dramáticas: “essa assimilação é o pecado capital contra o ideal de autenticidade”. Por isso, ele se soma aos que consideram que o verdadeiro reconhecimento universal consiste em reconhecer a especificidade dos grupos sociais. Diversas lutas sociais contemporâneas, como a das mulheres e as de questões de gênero, dentre outras, têm sido ancoradas nessa emergente sensibilidade para especificidades.

A nova sensibilidade para a diferença, em especial para as consequências de discriminações históricas que levam determinados grupos a concorrerem, já de saída, em desvantagem, teve uma implicação prática bastante disseminada. Para além da exigência moral de uma atitude individual, essa nova compreensão da relação entre diferenças historicamente desprezadas e a universalidade da dignidade humana levaria a que fossem necessárias políticas que, precisamente para não reforçar a discriminação, deveriam prover tratamento diferenciado aos que são diferentes. Foi essa nova visão que impulsionou as políticas de discriminação positiva cujas medidas temporárias deveriam compensar as desvantagens historicamente constituídas.

Para Taylor (1995), no entanto, há uma orientação de fundo nesse tipo de políticas que ele rejeita: as políticas compensatórias, que, via de regra, são concebidas como compensação temporária para discriminações do passado. Se elas forem eficazes, tornar-se-ão desnecessárias assim que se retorne a um equilíbrio das condições, e ninguém mais seja injustamente colocado em desvantagem. Com isso, elas permaneceriam presas a concepções universais, de um *potencial* humano universal, por exemplo. No limite, essa postura da igual dignidade do potencial humano exigiria que as culturas minoritárias se adaptassem aos padrões vigentes, impostos pelas sociedades historicamente dominantes. Essa exigência seria desumana porque roubaria a identidade das culturas minoritárias. Na interpretação de Taylor, por suas consequências, ficaria claro que essa forma de expressão da nova sensibilidade estaria emba-

sada em reconhecimento errôneo. Ela seria, pois, promotora de “um particularismo mascarado de universalismo” (Taylor, 1995, p. 254).

Em contraposição a essas políticas, Taylor (1995) expõe uma forma mais exigente de reconhecimento: para além da dignidade ou do potencial igual de todos, ela exige o reconhecimento “do *igual valor* daquilo que estes possam ter feito concretamente desse potencial” (Taylor, 1995, p. 253, grifo nosso). Sua referência empírica é a disputa em torno do francês no Québec.³ A língua e, por extensão, a cultura dos francófonos daquela província seriam bens tão valiosos que eles deveriam ser preservados. Provavelmente, pouca objeção haveria a esse objetivo coletivo daquela comunidade, se sua implicação fosse a não discriminação e a correspondente liberdade para que a escolha da língua pelos indivíduos ou pelas famílias fosse facilitada em condições de razoável igualdade. Política semelhante já havia sido defendida anteriormente por Will Kymlicka (1992, 2003; Cf. Creighton, 2016) para a população francófona do Québec e para os aborígenes canadenses – e tem sido praticada como política compensatória ou de discriminação positiva em vários países.

A política implementada, em certo momento, no Québec, e secundada por Taylor (1995), no entanto, é bem mais exigente. Ela não se limita a colocar a língua francesa à disposição de quem quiser preferi-la ou tê-la como idioma adicional numa política de bilinguismo. O objetivo coletivo foi assegurar “que haja uma comunidade de pessoas no futuro que deseje aproveitar a oportunidade de usar a língua francesa” naquela província (Taylor, 1995, p. 264). Ou seja: para os impulsionadores daquela política não bastaria disponibilizar a língua para os interessados; seria preciso implementar medidas que assegurassem, no tempo, a reprodução de uma comunidade de interessados nessa língua e nesta cultura. Taylor (1995) quer garantir, no longo prazo, a

reprodução da comunidade que tem como natural para si a língua francesa e a cultura com ela associada, porque ambas – língua e cultura – seriam dignas de terem *seu valor* reconhecido por todos.

Dentre as medidas adotadas à época, no Québec, uma regulava o tipo de escola que as famílias poderiam eleger para seus filhos. Ela pode ser destacada como ilustrativa. Segundo aquela regulamentação, famílias de origem francófona e famílias de origem estrangeira seriam obrigadas a colocar seus filhos em escolas francesas. Taylor não desconhece que, com uma imposição como essa, algum direito interpretado como liberdade tenha sido restringido em nome de um bem coletivo. Mas essa não seria uma das *liberdades fundamentais*, “que nunca podem ser feridas” e devem ser “incessantemente protegidas”. Tratar-se-ia de tipos de “privilégios e imunidades que, embora importantes, podem ser revogados ou restringidos por razões de política pública” (Taylor, 1995, p. 265).

De modo geral, o liberalismo se considera neutro e enfatiza, na política, a democracia procedimental. Mais recentemente, ele se apresenta como defensor do multiculturalismo. Mas, na leitura de Taylor (1995), ele seria tão somente mais “um credo em luta”, como o são outros tantos, sendo por vezes, inclusive, colonizador. Em oposição a esse particularismo disfarçado de universalismo, o autor advoga enfaticamente a necessidade de reconhecimento do *igual valor* das culturas. A enumeração das diferenças e as políticas em favor da sobrevivência cultural seriam maneiras legítimas e adequadas de superar reconhecimentos errôneos e de preservar a identidade e a autenticidade dos diferentes num contexto multicultural. Elas não constituiriam direitos que poderiam ser exigidos pelas minorias e cumpridos ou denegados pelas majorias. Taylor transfere a questão ao plano da ética, das *obrigações de reciprocidade* que todos têm e que se realizam através de atitudes, ou, nas palavras de Taylor (1995, p. 273), “a maneira como deveríamos nos relacionar com os outros”.

³ Sobre a situação dos diferentes grupos sociais e sua acolhida no marco legal no Canadá, ver Kymlicka (1996).

A LIVRE ESCOLHA ENTRE FORMAS DE VIDA EM DISPUTA

Em uma resposta a Taylor, Habermas defende que a exigência de reconhecimento tem por objetivo a “defesa da integridade de formas de vida e tradições com as quais os membros de grupos discriminados possam identificar-se” (Habermas, 1995, p. 232) (Cf. Gutmann, 1994). Sua ênfase está no fato de que esse reconhecimento deve ocorrer dentro do marco do estado democrático de direito, cujo escopo são os direitos subjetivos. Ou seja: para ele, o direito moderno tem, dentre outras características importantes, a de ser formal, procedimental e focado no indivíduo.⁴

Habermas (1995) contesta a construção de Taylor, segundo a qual os direitos individuais universais colidiriam com o reconhecimento das formas específicas de vida,⁵ e que, em determinadas situações, seria necessário decidir qual deles priorizar. Seu argumento acolhe a possibilidade de a ordem jurídica proteger concepções específicas do bem viver, mas ele deriva essa possibilidade de uma construção procedimental que combina autonomia e participação política. Com isso, Habermas se vê na necessidade de explicitar logo duas questões-chave: (a) como uma ordem jurídica dessas se coaduna com a exigência liberal de neutralidade valorativa e (b) como a ordem jurídica de uma comunidade política construída sobre direitos dos indivíduos pode proteger formas de vida construídas coletivamente.

Um ponto de partida é a tese segundo a qual, numa democracia, para que ela possa ser legitimamente considerada como tal, os juriconsortes devem ser, simultaneamente, autores e destinatários do direito. Para Habermas, a participação de cada concidadão na vida política precisa ser livre e pode se dar de diversas

formas. Mas o lugar por excelência da participação política é a esfera pública (Arato; Cohen, 1994; Gripsrud; Eide, 2010; Habermas, 1997; Cf. Rosenfeld; Arato, 1998). Ali seria o lugar para que os próprios afetados, como indivíduos ou organizados em movimentos sociais e em organizações da sociedade civil, busquem entender-se sobre como querem reger sua vida coletiva, sobre aquilo que deve receber tratamento diferenciado e o que deve receber tratamento igualitário. Nessa busca pública e aberta, nada impede que os juriconsortes aprovelem como preferíveis formas específicas de vida culturalmente herdadas, inclusive aquelas etnicamente vinculadas.

Com essa construção, Habermas (1995) detalha sua concepção de que a referência das normas jurídicas é o contexto específico das interações. Nele, tanto objetivos gerais como fins coletivos específicos, que expressam formas de vida em particular e se afirmam através de lutas por reconhecimento, podem resultar da configuração democrática específica. Não há uma necessidade inerente à ordem jurídica para que ela seja eticamente neutra. Formando-se consensos na esfera pública entre os concidadãos, a ordem jurídica poderia proteger formas de vida coletivamente construídas e particulares daquela comunidade política.

Esse procedimento não poderia, no entanto, resultar no privilégio de uma forma de vida em detrimento de outras igualmente representadas no interior da circunscrição jurídica. Ainda que não use expressamente essa formulação, Habermas defende que, para ser democrática, uma comunidade de juriconsortes não pode fazer prevalecer o critério simples de maiorias, a temida tirania das maiorias (Cf. Triadafilopoulos, 2011). Necessária seria a busca de entendimento sobre temas controversos na esfera pública, para que se alcancem decisões políticas que reconhecem e respeitam a diversidade. As lutas políticas levadas a cabo na esfera pública pelos movimentos sociais e por outras organizações da sociedade civil, como espaço privilegiado de articulação

⁴ Uma análise da tese de Habermas pode ser vista em Delanty (1996). Lacroix (2009) argumenta que Habermas mudou de postura recentemente nessa questão. Rasmussen (2014), ao analisar as questões mais recentemente tratadas por Habermas, não secunda Lacroix.

⁵ Sobre as diferentes formas de vida e uma crítica a elas, ver Jaeggi (2014).

dos indivíduos, seriam modos de assegurar, ao mesmo tempo, a autonomia dos indivíduos e o reconhecimento das formas coletivas de vida que dão suporte à sua identidade. Segundo Habermas (1995, p. 249):

Pois se é possível garantir a integridade da pessoa de direito em particular, de um ponto de vista normativo, isso não pode ocorrer sem a defesa dos contextos vitais e experienciais compartilhados intersubjetivamente, nos quais a pessoa foi socializada e nos quais se formou sua identidade. A identidade do indivíduo está entretecida com identidades coletivas e só pode estabilizar-se numa rede cultural.

Mas Habermas contesta um ponto central da tese de Taylor sobre o reconhecimento do *valor* das culturas. Ele adverte que das lutas sociais podem resultar obrigações jurídicas de reconhecimento, mas não a obrigação ética de uma apreciação positiva do valor da cultura como tal. Sua convicção é de que a convivência multicultural e multiétnica deve ser regrada no marco jurídico feito “para atender a pessoas individuais” (Habermas, 1995, p. 250).

Em sociedades atuais, diversificadas e estruturadas como constelações pós-nacionais, esse procedimento muito provavelmente resultará na coexistência de diversas formas culturais particulares de vida numa mesma circunscrição. A proeminência de uma, num processo democrático, não poderá implicar a negação, o cerceamento, ou o desmerecimento das demais. A decisão de proteger determinada forma de vida, no entanto, não a congela para sempre. Habermas (1995) ressalta que a própria composição do conjunto de membros de uma ordem jurídica estatal é contingente e se altera por diversos fatores como migrações, secessões, evoluções internas etc. Isso pode levar a mudanças nas proporcionalidades ou mesmo inversão na relação entre minorias e maioria.

Essas contestações de ordem teórico-normativa tornariam desnecessário, ou melhor, impossível que, num estado democrático de direito, objetivos coletivos servissem de justificação, como é preconizado por Taylor

(1995), para a imposição de restrições na autonomia de indivíduos (ou famílias) para escolherem sua forma preferida de vida. A integração baseada na aceitação de um marco legal formal distingue claramente entre a aceitável e necessária convivência com formas diferenciadas de vida nas sociedades de constelações pós-nacionais e pretensões de imposição de uma forma de vida específica em detrimento de outras.

Em oposição à defesa da precedência de objetivos coletivos sobre a autonomia individual feita por Taylor, Habermas apresenta sua concepção sobre como culturas poderiam conviver em uma sociedade plural (Cf. Cooke, 1997; Delanty, 1996). Sua visão é que culturas não seriam um bem pronto a ser transmitido ou herdado. Elas precisam se manter sempre em transformação para permanecerem vivas, não podendo ser objeto de esforços de conservação, como podem ser espécies ameaçadas do mundo biológico. Mais que isso: para Habermas, em sociedades plurais, multiculturais, as formas de vida de uma cultura específica seriam *ofertas* feitas a cada membro da comunidade, seriam formas de vida à disposição de cada indivíduo. Esses membros têm a liberdade de apropriar-se ou não dessa herança, de adaptá-la e transformá-la. Assim, caberia a cada cultura particular, para perpetuar-se no tempo e através de gerações sucessivas, apresentar-se como suficientemente atrativa no conjunto das ofertas disponíveis aos indivíduos a fim de ser apropriada e duradouramente reproduzida. Na medida em que se apropria de ofertas culturais, mesclando-as, adaptando-as e transformando-as, a pessoa seria simultaneamente socializada e tornada indivíduo autônomo. Com isso, a relação entre indivíduo e coletividade deixa de ser uma contradição e passa a constituir, simultaneamente, os dois lados da equação: individualização e integração. Por meio de posicionamentos reflexivos dos indivíduos, as culturas particulares estariam expostas a “uma disputa civilizada entre diversas convicções” (Habermas, 1995, p. 253), da qual resultaria

um intercâmbio renovador, tanto das culturas como das identidades dos membros da comunidade política.

TRÊS MODOS DE INTEGRAÇÃO

Há uma diferença profunda entre as formas como Taylor e Habermas concebem as possibilidades de sobrevivência da cultura de coletividades. Elas estão intimamente vinculadas com a respectiva visão do vínculo que une a comunidade portadora da cultura. Taylor (1995) concebe a comunidade a partir de sua dimensão étnico-cultural, como portadora de uma identidade que se formou historicamente e que a caracteriza inconfundivelmente. A língua constitui, para ele, o vínculo mais central de transmissão e cultivo dessa herança entre as gerações. Não havendo mais pessoas dispostas a falar essa língua no cotidiano, a cultura morrerá. E o fato de querer falar a língua estaria vinculado à aceitabilidade social, expressa, sobretudo, num número significativamente grande de outras pessoas falantes do mesmo idioma, que sirvam de referência. A morte da cultura de origem, por sua vez, seria a perda de autenticidade, o que equivaleria a uma vida fracassada. A comunidade política e o marco jurídico teriam um papel relativamente secundário para os laços de pertinência, se forem comparados com a cultura oralmente expressa através da língua comum.

Habermas (1995, p. 257) concorda com a necessidade de certo grau de lealdade internalizada pelas pessoas para que os cidadãos possam “manter vivas as instituições da liberdade”. Para que o vínculo que une os membros da comunidade possa ser duradouro, um conjunto mínimo de direitos e de obrigações recíprocas necessitaria estar bastante assimilado, de modo a poder servir de âncora motivacional dos membros da comunidade, independentemente de formalizações jurídicas. Mas, em claro distanciamento da posição de Taylor, Habermas defende que, na convivência multi-

cultural ou multiétnica, haveria dois planos de inserção a considerar.

No primeiro, que ele denomina de *integração política*, os cidadãos definiriam o regramento abstrato de sua convivência, dotando sua cidadania com direitos e deveres recíprocos. Dos membros da comunidade se requer a concordância com aquilo que resultar da discussão pública em termos de ordenamento constitucionalizado. As disputas democráticas, na esfera pública, permitiriam a argumentação ética ancorada em valores locais da respectiva comunidade, uma vez que esse conjunto de valores é que fundamenta o regramento jurídico. E o regramento jurídico, por sua vez, assegura aos indivíduos a escolha livre entre as formas coletivas de vida em disputa. Assim, cada constituição reflete, em algum grau, a cultura política vigente quando de sua elaboração, e a interpretação constitucional acompanha as mudanças na autocompreensão dos que vivem na respectiva circunscrição. De novos membros que entram nessa comunidade seria legítimo esperar a concordância com tal regramento, mesmo sem uma adesão aos valores mais profundos que o inspiraram.

Portanto, nesse modo de integração, o que forma a comunidade política e assegura sua unidade é o vínculo estabelecido pelo marco jurídico, do qual a constituição é a expressão central. Pessoas livres e iguais se associam através e em torno da constituição de sua comunidade política e asseguram, por meio de um consenso procedimental, como direitos e deveres que compõem a cidadania serão distribuídos e os objetivos coletivos que serão perseguidos. Aqueles que nascem dentro dessa comunidade política são a ela integrados pela socialização, comumente sem que possam indicar um momento ou um ato que explicita sua concordância. Eles concordam tacitamente. Já o ingresso pela naturalização é uma manifestação explícita da adesão à comunidade: através de um gesto formal e consciente, é tornada pública a concordância com o regramento existente, ao mesmo tempo em que se adquire o di-

reito de poder postular, publicamente, futuras mudanças. As regras para a naturalização de estrangeiros, por sua vez, expressam o desejo de proteção mais ou menos restritiva dos membros da comunidade política em relação às formas de vida já estabelecidas e com as quais eles melhor se identificam. Patriotismo constitucional é a designação que Habermas (1995) dá a esse vínculo (Cf. Müller, 2006; Pinzani, 2002).

Um segundo modo, mais forte, que Habermas designa de *integração ética*, seria aquele em que ocorreria uma proteção explícita de formas de vida construídas coletivamente. Quem quiser se integrar à comunidade, nesse nível, deverá ir bem além de uma conformação externa e descrita acima como integração política. Deve estar disposto a aculturar-se, assumindo, em certo grau, o modo de vida, as práticas e os costumes locais. Também, nesse modo de integração, a socialização das pessoas nativas tende a ocorrer gradativamente e num baixo nível de explicitação. Mas, para quem vem de fora, na prática, essa integração significará um rompimento com a comunidade anterior e com a sua cultura. A convicção de Habermas é que colocar como exigência esse modo de integração para imigrantes seria incompatível com o estado democrático de direito, porquanto atropelaria a autonomia dos indivíduos. Ou, em referência à autenticidade defendida por Taylor (1995, p. 245), pode-se dizer que tamanha exigência implicaria, para o imigrante, a necessidade de ele renegar “o sentido de [sua] vida”. A ênfase na integração ética seria, ademais, um risco para a integridade da própria comunidade, pois elevaria a probabilidade de segmentação, ou mesmo de movimentos separatistas, na medida em que subsistissem subculturas resistentes a essa assimilação.

O debate desses dois autores mostra, em uma situação concreta, a do Québec, como a homogeneidade de uma sociedade composta por uma só nação não pode mais servir de referência para a teoria sociológica atual. A pluralidade de constelações pós-nacionais, em que, numa mesma comunidade política, convivem

pessoas e grupos vinculados a formas de vida muito distintas, tornou-se normalidade. No caso do Canadá, essa pluralidade tem longínqua origem histórica, cujas raízes remontam ao processo de colonização. Tal como em outros países, ali “subculturas” se confrontam há anos. Mas a integração política não foi capaz de consolidar um patriotismo constitucional capaz de dar sustentação ao consenso procedimental no longo prazo e em toda a extensão da comunidade. A província do Québec e suas diferentes lutas por separação ou por autonomia e as lutas dos aborígenes expressam isso.

Mas, dentre os fatores responsáveis pela pluralidade cultural e dos modos de vida no Canadá, pode-se citar também a migração transnacional de anos recentes, com os desafios que ela coloca no que diz respeito à integração e à unidade. O país tem se destacado internacionalmente tanto por políticas de acolhimento de refugiados como de atração de migrantes que ali queiram se estabelecer (Cf. Simmons, 2011). A fase de acolhida e abertura ao multiculturalismo estendeu-se, pelo menos, desde 1945 até a virada do século, quando, segundo Ofelia B. Scher (2017), teria sido iniciada uma fase de “mal-estar da diversidade”, substituindo-se a abertura e a receptividade pela preocupação com a segurança.

Segundo os pressupostos defendidos por Taylor (1995), o desafio no Québec, em meio à fase de abertura ao multiculturalismo, era o de assegurar que a imigração não contribuísse para uma mudança na posição hegemônica da comunidade francófona. Dentre as medidas adotadas à época, naquela província, e secundada pelo autor, uma visava a que, mediante a escolarização obrigatória em francês, pelo menos as novas gerações se integrassem culturalmente e assumissem amplamente a forma de vida dos francófonos locais. Nesse sentido, Taylor (1995) expressa dificuldade em aceitar a perspectiva de uma pluralidade tão significativa que a identidade coletiva e o modo de vida típico da cultura tradicional local pudessem vir a ter sua hegemonia questionada ou mesmo obliterada.

Já a distinção que Habermas faz entre integração ético-cultural e política lhe permitiu uma diferenciação entre dois graus distintos de assimilação de novos membros. A assimilação política se daria através da concordância dos neófitos com os princípios fixados pela constituição, tida como a expressão sintética da compreensão ético-política dos cidadãos. Indiretamente ela veicularia a cultura política estabelecida na sociedade em tela. A assimilação ético-cultural, por sua vez, seria muito mais exigente e implicaria a disposição de aculturar-se, de assumir o modo de vida, práticas e costumes locais. Por óbvio, essa última afetaria profundamente a identidade dos migrantes, porquanto implicaria a necessidade de um rompimento, em certas circunstâncias inclusive bem radical, com a cultura e a forma de vida pregressas – o que cada migrante pode eleger, se assim desejar, mas que, em um estado democrático de direito, nunca lhe poderia ser imposto como condição de acolhimento. Essa exigência seria um atentado à dignidade da pessoa recém-chegada.

Mas foi precisamente essa segunda forma de integração que se exigiu, à época, no Québec, pelo menos para a segunda geração dos migrantes, com a legislação que lhes impunha um tipo específico de escola. Habermas (1995, p. 258), por sua vez, está convencido de que, numa comunidade política unida pelo patriotismo constitucional, “só é preciso esperar dos imigrantes que eles se disponham a arranjar-se na cultura política de sua nova pátria”, sem precisar renunciar à sua cultura de origem. Contrastam-se, aqui, a expectativa de transformação em uma espécie de nativo local e a tese da suficiência da aceitação externa das regras procedimentais.

Para além dos dois modos de integração definidos por Habermas (política e ético-cultural), a intensificação das migrações internacionais dá maior visibilidade a um terceiro tipo. Talvez seja impreciso qualificá-lo de integração em sentido estrito. Por isso, pode-se designá-lo como *integração espacial*. Em seu

clássico texto sobre o estrangeiro, Georg Simmel (2002) já havia anotado que as relações concernentes ao espaço são também o símbolo das relações entre os seres humanos. O autor refere-se àquele que está numa comunidade, mas não pertence imediatamente a ela, não é seu membro. O compartilhamento do espaço físico concomitante com a distância nas relações, com o estranhamento, torna sua integração apenas espacial. Espera-se do estrangeiro que ele seja *móvel*. Não tanto como o turista que hoje vem e amanhã terá ido, mas muito mais do que do imigrante que tenha como horizonte a naturalização e, por conseguinte, sua integração formal na comunidade política.

É bem verdade que esse não é um fenômeno novo, pois seria possível encontrá-lo “na história inteira da economia”, como, por exemplo, na figura do comerciante, nos representantes diplomáticos, dentre outros. Presentes no cenário político-social das décadas recentes, os estrangeiros migrantes estão fundamentalmente em duas modalidades de status: como trabalhador temporário ou hóspede, que vem para vender temporariamente sua força de trabalho em troca de ganhos a serem usufruídos, de modo geral, na terra de origem, ou como refugiado, que espera uma acolhida humanitária para vencer uma adversidade via de regra tida como temporária (Cf. Castles; Haas; Miller, 2014). O estrangeiro com integração apenas espacial aciona mecanismos de proteção contra a aculturação e só aceita externamente e em grau limitado o regramento jurídico constitucional, o suficiente para viabilizar sua estância sem conflitos significativos. Ele não interioriza a cultura política nem desenvolve o patriotismo constitucional essencial para a integração política. Mas também a comunidade hospedeira não lhe oferece um conjunto de direitos e deveres capazes de evocar nele o ancoramento motivacional considerado por Habermas como indispensável para a integração política.

MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E OS DESAFIOS DA INTEGRAÇÃO

A questão da integração, em geral, dos migrantes (Papastergiadis, 2000; Treibel, 2011) e a atual explosão da procura por acolhimento têm colocado diversos países diante de grandes dilemas políticos (Geddes, 2016; Triadafilopoulos, 2011). A tendência ao encastelamento da União Europeia – com diversos países advogando por maior fechamento de fronteiras e com o patrulhamento militarizado do Mediterrâneo como formas de afugentar a vinda de forâneos – sinaliza que os termos do debate entre Taylor e Habermas seguem atuais. Enquanto nos anos 1990 a concepção comunitarista defendida por Taylor, por vezes com foco num romântico ideal de nação, parecia em declínio frente à pluralização das sociedades pós-nacionais, hoje há um crescente retorno de ideais de homogeneidade nacional em um número crescente de países.

O Grupo de Visegrado, que reúne Hungria, Polônia, República Checa e Eslováquia e tem, no governo da Áustria, um forte aliado, assim como o surgimento de partidos nacionalistas fortes em França, Itália, Holanda e Alemanha, dentre outros, exemplificam essa virada. Há um crescente rigor na seletividade daqueles que podem vir a ser aceitos como membros temporários (refugiados, estudantes, trabalhadores, investidores) ou permanentes (naturalizados) e uma declinante confiança na capacidade de criação de laços pós-nacionais de integração, como é preconizado no patriotismo constitucional. No cotidiano da política de crescente número de países, o medo da perda de identidade, devida ao menos em parte ao afluxo de migrantes, e a busca de maior integração cultural estão sobrepujando a confiança na integração política. Em alguns casos, tais países estão tentando restringir o acolhimento a uma simples integração espacial, com ênfase na precariedade e na temporalidade da estância. E o nacionalismo está eclipsando constelações pós-nacionais. Parece que a Winston Par-

va, descrita por Norbert Elias e John Scotson (2010), e a conflituosa relação entre os estabelecidos e os novatos recém-chegados se reproduz de modo ampliado.

Por mais evidente que seja essa tendência no cotidiano político, parece bem discutível a tese de Justine Lacroix (2009) de que Habermas estivesse se aproximando de Taylor na defesa de valores substantivos como fatores de agregação e integração. Tanto Habermas como outros teóricos críticos têm buscado enfrentar o desafio teórico que a integração coloca refletindo sobre mais e não sobre menos autonomia para os indivíduos escolherem sua forma preferida de vida.

Chama a atenção que tanto no debate entre Taylor e Habermas, como em boa parte da literatura atual sobre migrações, o ponto de vista predominante entre os participantes tem sido o dos *estabelecidos*. Pergunta-se o que a comunidade local pode exigir, como poderia se proteger, e como a cultura local deveria se manter viva. Pouca tem sido a reflexão na outra perspectiva: o que os recém-chegados podem legitimamente esperar, o que se deveria oferecer a eles para que a prerrogativa de escolha por um modo de integração pudesse ser deles, e que tal escolha pudesse ser bem fundamentada. Poucas são as vozes que se perguntam em que, para além de dimensões econômicas, os novos jurisconsortes podem contribuir para manter vivas e renovar as formas de vida até então estabelecidas.

Se a consequência lógica da formação de constelações pós-nacionais for o surgimento de uma sociedade civil mundial e uma cidadania transnacional, como por um tempo se discutiu (Cf. Grimson, 2018; Merenson, 2018), todo ser humano, toda pessoa será portadora de direitos e todos os demais serão os demandados. Sheila Benhabib (2006) discute o mandato de hospitalidade defendido por Kant, no contexto da paz perpétua, como um princípio de cosmopolitismo *legal*. Em sendo assim, o vetor da discussão teria de se inverter. A pergunta fundamental não seria mais como

as culturas locais poderiam se defender para sobreviver e manter sua autenticidade, nem o quanto se pode exigir dos novos membros em termos de adesão e internalização da cultura política local. Caberia à comunidade hospedeira a responsabilidade de encontrar os meios para melhor realizar o acolhimento.⁶

Porém, como bem observa Benhabib (2004), não havendo, no âmbito internacional, um grau de formalização de um *status* legal comparável à cidadania, de modo a que o direito pudesse ser eficazmente reclamado, tornam-se necessárias mediações institucionais que acolham a norma cosmopolita no ordenamento local. Essas mediações dependerão da comunidade de jurisconsortes locais já estabelecidos. Dependerão de sua maior ou menor sensibilidade para com o dever ético-moral da hospitalidade. Sua maior abertura para o acolhimento poderá ser estimulada por apelos, críticas ou pressões externas, mas dependerá, em última instância, da vontade política local (Cf. Benhabib, 2004). Com isso, migrantes, refugiados e estrangeiros em geral podem ter, na hospitalidade, apenas um direito em sentido fraco. A contribuição da política migratória para a justiça social, como Paolo Gomarasca (2017) mostrou em relação à União Europeia, será pouca enquanto permanecer divorciada do *status* de cidadania. Ou, o que é o reverso da moeda, enquanto a regulamentação dos direitos dos seres humanos migrantes permanecerem vinculados, de modo determinante, à sua cidadania de origem, uma limitação paralisante travará o acesso aos direitos, permitindo que os países de destino justifiquem, assim, sua recusa ou restrição ao dever de hospitalidade (Cf. Morales Vega, 2016).

Mas há também situações em que, por sobre essa vinculação, se estende um gesto de acolhida e hospitalidade culturalmente anorado. Países como Alemanha e Itália têm acolhido generosamente descendentes de ex-emi-

grantes, com a justificativa de que haveria um pertencimento nacional já dado. O conjunto de direitos e deveres vinculados à cidadania passa a ser atribuído ao novo membro como expressão da integração étnico-cultural, na expectativa de que a socialização progrida posteriormente. Portugal e Espanha também desenvolveram discursos e políticas de acolhimento de latino-americanos, com a argumentação fundada em supostos laços históricos que assegurariam grande afinidade (Padilla; Cuberos-Gallardo, 2016).⁷ Subsiste, nessas políticas, a concepção de nação que inspirou, nos anos 1980, as reformas constitucionais no Québec. Uma grande diferença, porém, está no fato de as políticas desses países não se expressarem em exigências altamente restritivas à acolhida do imigrante, mas na romântica idealização de laços históricos de afinidade e pertinência.

Num estudo interessante, com o título *A invenção do passaporte*, John Torpey (2000) descreve a íntima vinculação criada entre a ideia de estados-nação e sua institucionalização por meio do desenvolvimento de sistemas de regulação e controle da mobilidade das pessoas simbolizada no passaporte, na Europa e nos Estados Unidos da América. A razão para que tenha feito o recorte nesse conjunto de estados, segundo o próprio autor, foi porque “a imposição do caminho trilhado pelo Ocidente à maior parte do restante do mundo tem sido uma das características mais marcantes de nossa era” (Torpey, 2000, p. 3). O autor defende que, ao instituir a distinção entre nacionais e não nacionais – ou entre cidadãos e não cidadãos – e o correspondente conjunto de documentos, aqueles estados criaram para si o “monopólio legítimo dos meios de movimento” (Torpey, 2000, p. 1). Eles criaram distinções que incluem e excluem simbolicamente e se constituem em eficazes rastreadores da movimentação das pessoas.

⁷ Uma clara exceção nesse tipo de política é representada pelo Japão, onde barreiras formais e, sobretudo, a discriminação no cotidiano, mesmo para filhos de descendentes de emigrantes já nascidos no Japão, são relatadas como sendo bastante ostensivas (Cf. Matsue; Pereira, 2017; Tashima; Torres, 2018).

⁶ A pergunta pelas causas e, em especial, pelos causadores dos impulsos migratórios não pode ser abordada aqui. Ela exigiria uma abordagem histórica diferenciada e a conexão fundamentada desses achados com a normatividade ética.

Torpey (2000) chama a atenção para o fato de que, com a institucionalização desses documentos, os estados construíram também um sistema de cercas em torno de seus próprios cidadãos, para poder extrair deles os recursos necessários para sua manutenção. Sem dúvida, este “sistema de cercas” viabilizou os sistemas nacionais de tributação. Mas a mobilidade que o capital financeiro internacional adquiriu recentemente, desvincilhando-se de sua “nacionalidade” e também de seu vínculo com o capital produtivo, expressa uma crescente incapacidade de as instituições estatais manterem esse sistema de cercas voltado para significativos contingentes de pessoas e capital para a extração dos recursos. Por outro lado, aquelas cercas também poderiam ser compreendidas como um “abraço” inclusivo. Durante os regimes de bem-estar, foi tal sistema que deu suporte ao conjunto de direitos de partilha, os quais proporcionaram a muitos habitantes, em especial a trabalhadores, suas famílias e pessoas em situação de necessidade, a superação da miséria. A crise dos regimes de bem-estar social, porém, levou a que esse abraço seja cada vez menos inclusivo na perspectiva da garantia de direitos de cidadania.

O passaporte é, nas sociedades modernas, uma proeminente expressão materializada do *status* de cidadão conferido aos membros de determinada comunidade. Mas, enquanto para Thomas Marshall (1992) a cidadania agregava um conjunto de direitos e deveres que a comunidade atribuía a seus membros plenos, sendo, portanto, a expressão da integração por excelência, Jürgen Mackert e colaboradores (2004) mostram o lado excludente que a cidadania adquire, justo no momento em que a migração se torna mais intensa. No lugar de expressar a pertinência, ela expressaria, segundo esses autores, o fechamento da respectiva comunidade em si mesma, isolando-se de intrusões. Talvez Héctor Cárcamo (2016) tenha razão quando coloca em destaque que a cidadania, como construto, opera tanto a inclusão como a exclusão. E quanto mais as comunidades se tornam te-

meras de que o compartilhamento de sua cultura, de seu espaço físico e de seus recursos possa empobrecê-las, tanto mais o fechamento excludente predomina sobre a capacidade de inclusão.

Daiva Stasiulis (2008) discute a reorganização e a reespecialização da cidadania por meio da migração de diferentes grupos sociais. Ela não vincula a discussão a uma noção universal de direitos humanos ou de dignidade humana, de onde se derivariam obrigações éticas, mas realça como a dimensão social da cidadania, quando transnacionalizada sob as premissas neoliberais, não torna a cidadania inclusiva, mas hierárquica e excludente. Pessoas, serviços e assistência são comodificados em similaridade à força de trabalho, e sobre os indivíduos recai a responsabilidade de buscar formas de suplementar os serviços sociais essenciais, que são crescentemente esvaziados de sua condição de direito, seja dos cidadãos locais, seja dos cidadãos extraterritoriais. Assim, tanto os sistemas locais de assistência quanto o mercado especializado de trabalho podem incrementar sua seletividade: os primeiros colocando entraves ao acesso e, com isso, incentivando a busca de serviços no mercado transnacional, e os segundos externalizando, para os países mais pobres, os custos de formação de sua força especializada de trabalho, por meio do incentivo à fuga de cérebros (Cf. Özden; Schiff, 2006).

A partir da análise da situação da Grã-Bretanha, Schierup, Hansen e Castles (2006) chamam a atenção para outro tipo de desenvolvimento na relação entre migração e trabalho: a formação de guetos ocupacionais. Segundo eles, diferentemente da capacidade empreendedora de muitos imigrantes e da oferta generosa de janelas de oportunidade por sociedades afluentes, frequentemente propaladas, pode-se observar a formação crescente de um empreendedorismo étnico vinculado à migração de pessoas com qualificações e recursos intermediários, sem o capital econômico e social para uma integração plena. As sociedades

afluentes oferecem a elas nichos específicos para se fixarem como autônomos ou pequenos empreendedores no mercado de serviços pessoais ou domésticos e, em menor grau, na pequena manufatura, áreas nas quais os cidadãos locais têm pouco interesse. Ao se formarem como guetos ocupacionais de empreendedorismo étnico, esses mercados suprem a demanda por serviços pouco atraentes para a população historicamente estabelecida e oferecem aos recém-chegados a possibilidade de se fixarem, ao menos temporariamente, e obterem sustento, mas, ao mesmo tempo, reforçam o cordão de isolamento que barra a integração política, restando aos imigrantes tão somente a integração espacial.

Em muitos casos, há, inclusive, redes clandestinas, incentivadas pelos potenciais demandantes da força de trabalho ou dos serviços, como o mostra o estudo de Izcarra-Palacios (2018) relativo à migração de mexicanos para os Estados Unidos, e o estudo de Magalhães, Bógus e Baeninger (2018) relativo à migração de haitianos e bolivianos para São Paulo. O emprego informal, o trabalho autônomo ou a criação de pequenas empresas não representa um *status* elevado para os imigrantes. E só muito raramente se abre, para essas pessoas, uma oportunidade de integração política na forma de naturalização. Sua situação ocupacional serve para sustentar-se e fugir da alternância entre subocupação e desemprego (Cf. Perocco, 2017; Schierup; Hansen; Castles, 2006).⁸ Com isso, os autores contestam a tese, por vezes difundida, de que, em tais sociedades, haveria boas chances de mobilidade social para imigrantes dispostos a se integrar economicamente.

⁸ Uma questão complexa, nessa temática, diz respeito à relação que se estabelece entre os migrantes que prioritariamente querem buscar renda temporariamente, para depois regressar a seu país de origem. Em diversos países eles se constituem em um fator econômico importante (Cf. Özden; Schiff, 2006). Mas, por sua presença ser, em tese, temporária por decisão do próprio migrante, a integração é mantida num nível mínimo por ambas as partes.

CONCLUSÃO

Tanto o debate entre Taylor e Habermas como as múltiplas situações de correntes de migrações internacionais brevemente colocadas em discussão deixam claro que as sociedades atuais têm crescente dificuldade em lidar com sua própria autocompreensão e com sua relação face ao estranho, ao estrangeiro. Cresce a tensão entre o desejo de preservação da identidade cultural coletiva e a necessidade ineludível de integração de novos membros.

Partindo de uma diferenciação sugerida inicialmente por Habermas, tentou-se diferenciar entre três possíveis modos de integração de novos membros em comunidades já estabelecidas: desde uma copresença na forma de *integração espacial*, passando pela aceitação pelo menos formal e externa do ordenamento constitucional como *integração política*, o grau de exigências da comunidade para com os imigrantes pode tornar-se gradualmente maior, até culminar na expectativa de uma *integração ético-cultural* mediante uma aculturação completa, expressa por meio de valores, hábitos e práticas. Mas a excessiva atenção à perspectiva das comunidades estabelecidas, não só na política, mas também nos debates acadêmicos, corre o risco de não fazer justiça a situações, necessidades e expectativas dos migrantes.

A posição defendida por Taylor, quanto à legitimidade da defesa da identidade cultural coletiva como autenticidade e à necessidade do reconhecimento do igual valor das culturas concretas, atualmente corre o risco de arremetimento por nacionalismos emergentes e movimentos xenofóbicos. Se a tese de Habermas nesse debate, de que, em constelações pós-nacionais atuais, a integração política seria o suficiente ponto de equilíbrio para uma inclusão de novos membros permanentes for aliada a uma sensibilização maior para com as implicações positivas que a acolhida e a hospitalidade daqueles que querem permanecer apenas temporariamente em terras estranhas pode ter para todos envolvidos,

então o debate pode deixar o plano da cultura como autenticidade, e passar para a invenção de novos modelos expressão da pertinência. A exigência de integração ético-cultural, como postura defensiva de coletividades, tornar-se-ia supérflua e até mesmo despropositada. A já clássica sugestão de Thomas Marshall, de que a pertinência se expresse como uma agregação de direitos e deveres recíprocos definidos por todos os afetados certamente corresponderá melhor à situação atual do que o esforço por revitalizar ideais de nação, que são, por natureza, excludentes. E, para aqueles migrantes que, por qualquer razão, quiserem uma presença menos envolvente, a integração espacial se oferece como alternativa adequada para o encontro entre a expectativa do migrante e o cumprimento do dever ético de hospitalidade da comunidade acolhedora, em constelações pós-nacionais com baixa institucionalização, capazes de dar suporte a uma sociedade civil e a uma cidadania universais, sem alimentar o temor da perda de identidade.

Recebido para publicação em 17 de agosto de 2018
Aceito em 08 de janeiro de 2019

REFERÊNCIAS

- ARATO, A.; COHEN, J. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte: Ed. Del Reiz, 1994.
- BENHABIB, S. *The rights of others aliens, residents, and citizens*. Cambridge: New York: Cambridge University Press, 2004.
- _____. *Another cosmopolitanism*. Oxford: New York: Oxford University Press, 2006.
- CALHOUN, C. *Charles Taylor on identity and the social imaginary*. London, 2000. Disponível em: <eprints.lse.ac.uk/48046>. Acesso em: 11 jan. 2019.
- CÁRCAMO, H. El sujeto como categoría de análisis de la ciudadanía. *Cinta de moebio*, n. 56, p. 231-242, 2016.
- CASTLES, S.; HAAS, H. de; MILLER, M. J. *The age of migration: international population movements in the modern world*. 5. ed. Basingstoke: Palgrave Macmillan, 2014.
- COOKE, M. Authenticity and Autonomy: Taylor, Habermas, and the politics of recognition. *Political theory*, v. 25, n. 2, p. 258-288, 1997.
- CREIGHTON, M. J. Prominence and exclusivity: identity and opposition to immigration in a multinational context. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 42, n. 3, p. 458-479, 2016.
- DELANTY, G. Habermas and post-national identity: theoretical perspectives on the conflict in Northern Ireland. *Irish political studies*, v. 11, n. 1, p. 20-32, 1996.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2010.
- GEDDES, A. *The politics of migration & immigration in Europe*. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publication, 2016.
- GOMARASCA, P. Direito de excluir ou dever de acolher? A migração forçada como questão ética. *REMHU: Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, v. 25, n. 50, p. 11-24, 2017.
- GRIMSON, A. Social anthropology and transnational studies in Latin America: introduction. *Etnográfica*, v. 22, n. 1, 2018.
- GRIPSRUD, J.; EIDE, M. (Eds.). *The idea of the public sphere: a reader*. Lanham: Lexington Books, 2010.
- GUTMANN, A. (Ed.). *Multiculturalism: examining the politics of recognition*. Princeton: Princeton University Press, 1994.
- HABERMAS, J. A luta por reconhecimento no estado democrático de direito. In: _____. *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 229-267.
- _____. *Faktizität und Geltung: Beiträge zur Diskurstheorie des Rechtes und des demokratischen Rechtsstaates*. 5. ed. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1997.
- IZCARA-PALACIOS, S. P. Los empleadores estadounidenses y la migración irregular. *Ciencia UAT*, v. 12, n. 2, p. 90-103, 2018.
- JAEGGI, R. *Kritik von Lebensformen*. Berlin: Suhrkamp, 2014.
- KYMLICKA, W. *Liberalism, community and culture*. Oxford: Clarendon Press, 1992.
- _____. Three forms of group-differentiated citizenship in Canada. In: BENHABIB, S. (Ed.). *Democracy and difference: contesting boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 153-170.
- _____. *Multicultural citizenship: a liberal theory of minority rights*. Oxford: Clarendon Press, 2003.
- LACROIX, J. Does Europe need common values? Habermas vs Habermas. *European journal of political theory*, v. 8, n. 2, p. 141-156, 2009.
- MACKERT, J. (Ed.). *Die Theorie sozialer Schließung: Tradition, Analysen, Perspektiven*. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2004.
- MAGALHÃES, L. F. A.; BÓGUS, L. M. M.; BAENINGER, R. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *REMHU: Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, v. 26, n. 52, p. 75-94, 2018.
- MARSHALL, T. H. Citizenship and social class. In: MARSHALL, T. H.; BOTTOMORE, T. (Eds.). *Citizenship and social class*. London: Pluto, 1992. p. 3-51.
- MATSUE, R. Y.; PEREIRA, P. P. G. “Quem se diferencia apanha” (Deru kui ha watareru): experiência etnográfica, afeto e antropologia no Japão. *Mana*, v. 23, n. 2, p. 427-454, 2017. Disponível em: <10.1590/1678-49442017v23n2p427>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- MATTOS, P. O reconhecimento, entre a justiça e a identidade. *Lua nova: Revista de cultura e política*, v. 63, p. 143-160, 2004.
- MENDONÇA, R. F. Dimensão intersubjetiva da auto-realização: em defesa da teoria do reconhecimento. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 143-154, 2009.

- MERENSON, S. Political community and transnational citizenship: ethnographic perspectives on a heterogeneous articulation. *Etnográfica*, v. 22, n. 1, p. 149-167, 2018.
- MORALES VEGA, L. G. Las migraciones, al amparo del régimen internacional de los Derechos Humanos. Utopías concurrentes. *Colombia internacional*, v. 88, p. 213-229, 2016.
- MÜLLER, J.-W. On the origins of Constitutional Patriotism. *Contemporary political theory*, v. 5, n. 3, p. 278-296, 2006.
- ÖZDEN, Ç.; SCHIFF, M. (Eds.). *International migration, remittances and the brain drain*. Washington: World Bank, 2006.
- PADILLA, B.; CUBEROS-GALLARDO, F. J. Deconstruyendo al inmigrante latinoamericano: las políticas migratorias ibéricas como tecnologías neocoloniales. *Horizontes antropológicos*, v. 22, n. 46, p. 189-218, 2016.
- PAPASTERGIADIS, N. *The turbulence of migration: globalization, deterritorialization, and hybridity*. Cambridge: Polity Press ; Malden: Blackwell Publishers, 2000.
- PAREKH, B. The concept of national identity. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 21, n. 2, p. 255-268, 1995.
- PEROCCO, F. Precarización del trabajo y nuevas desigualdades: el papel de la inmigración. *REMHU: Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, v. 25, n. 49, p. 79-94, 2017.
- PINZANI, A. Patriotismo e responsabilidade na época da globalização. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, v. 2, n. 1, p. 211-228, 2002.
- RASMUSSEN, D. M. Legitimacy, sovereignty, solidarity and cosmopolitanism: on the recent work of Jürgen Habermas. *Philosophy & Social Criticism*, v. 40, n. 1, p. 13-18, 2014.
- ROSENFELD, M.; ARATO, A. *Habermas on law and democracy: critical exchanges*. Berkeley: University of California Press, 1998.
- SCHER, O. B. La problemática inmigrante en Canadá en perspectiva. *Mouseion*, n. 27, p. 39, 2017.
- SCHIERUP, C.-U.; HANSEN, P.; CASTLES, S. *Migration, citizenship, and the European welfare state: a European dilemma*. Oxford: Oxford University Press, 2006.
- SIMMEL, G. *Sobre la individualidad y las formas sociales*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 2002.
- SIMMONS, A. B. *Economic globalization and immigration policy: Canada compared to Europe*. Berg en Dal, 2011.
- STASIULIS, D. The migratin-citizenship nexus. In: ISIN, E. F. (Ed.). *Recasting the social in citizenship*. Toronto: University of Toronto, 2008. p. 134-161.
- TASHIMA, J. N.; TORRES, C. V. Percepções de brasileiros acerca do processo de adaptação cultural ao Japão. *Remhu: Revista interdisciplinar da mobilidade humana*, v. 26, n. 52, p. 223-241, 2018. Disponível em: <10.1590/1980-85852503880005213>. Acesso em: 13 jan. 2019.
- TAYLOR, C. *The ethics of authenticity*. Cambridge: Harvard University Press, 1992.
- _____. A política do reconhecimento. In: _____. *Argumentos filosóficos*. São Paulo: Loyola, 1995. p. 241-274.
- TORPEY, J. *The invention of the passport: surveillance, citizenship, and the state*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- TREIBEL, A. *Migration in modernen Gesellschaften: soziale Folgen von Einwanderung, Gastarbeit und Flucht*. 5. ed. Weinheim: Juventa, 2011.
- TRIADAFILOPOULOS, T. Illiberal Means to Liberal Ends? Understanding Recent Immigrant Integration Policies in Europe. *Journal of ethnic and migration studies*, v. 37, n. 6, p. 861-880, 2011.
- VANNINI, P.; FRANZESE, A. The authenticity of self: conceptualization, personal experience, and practice. *Sociology compass*, v. 2, n. 5, p. 1621-1637, 2008.

POST-NATIONAL CONSTELLATIONS AND THE QUESTION OF SOCIAL INTEGRATION

Emil A. Sobottka

The preservation of collective cultural identity in tension with the integration of new members was the topic of a discussion between Taylor and Habermas in their texts on recognition policy. For both the idea of nation *per se* no longer has enough aggregating force in modern states. Faced with factual diversity, two questions arise: What could help to maintain the unity of the political community in the given society? And second, how can new members be socially integrated? The text addresses these questions, reconstructing that debate and the alternatives proposed by the two authors, taking into account both the increasing individualization of life forms and transnational migration.

KEYWORDS: Recognition. Migrations. Social integration. Citizenship.

LES CONSTELLATIONS POST-NATIONALES ET LA QUESTION DE L'INTÉGRATION SOCIALE

Emil A. Sobottka

La préservation de l'identité culturelle collective dans sa tension avec l'intégration de nouveaux membres, a été un objet des discussions entre Taylor et Habermas dans leurs textes sur les politiques de reconnaissance. Pour les deux auteurs, l'idée de nation n'a plus assez de force d'agrégation dans les États modernes. Face à la diversité des faits, se posent deux questions: qu'est-ce qui peut maintenir l'unité d'une communauté politique dans les sociétés d'aujourd'hui? Comment peut-on y intégrer de nouveaux membres? Le texte aborde ces questions en reconstruisant le débat et les alternatives proposées par les deux auteurs en tenant compte à la fois de l'individualisation croissante des formes de vie et de la migration transnationale.

MOTS-CLÉS: Reconnaissance. Migrations. Intégration sociale. Citoyenneté.

TEORIAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL: desafios para a compreensão das desigualdades sociais

Maria da Glória Gohn*

O artigo focaliza o tema da participação social e política, teorizado na academia e presente na realidade brasileira tanto na sociedade civil – via movimentos, coletivos e outras organizações – como no estado – via políticas públicas. Faz-se um resgate do conceito e das principais abordagens teóricas sobre a participação. Identificam-se dez abordagens, focalizando como elas têm sido aplicadas na análise de diferentes formas de participação sociopolítica e cultural, advindas tanto de grupos sociais como de instituições estatais. As questões centrais que orientam a análise são: Como essas abordagens têm tratado o tema das desigualdades sociais? Como essas correntes têm contribuído para o entendimento, ou para dar subsídios, à participação da sociedade civil, nos processos de luta pela inclusão, contra discriminações e pela igualdade social? Que agendas podem ser construídas a partir das abordagens?

PALAVRAS-CHAVE: Participação social. Teorias. Desigualdade social.

APRESENTAÇÃO

O tema da desigualdade social consta da pauta de estudos e pesquisas de inúmeros autores brasileiros há décadas. Eles nos apresentam um cenário desolador e nos oferecem análises sobre suas causas e consequências na sociedade (ver Ivo, 2001 e 2008). A imprensa nacional e internacional também tem pautado o tema.¹ Entre as principais causas que têm sido apontadas para a desigualdade social no Brasil estão: a falta de acesso à educação de qualidade, o desemprego e os baixos salários, a política fiscal injusta e a dificuldade de acesso aos serviços públicos básicos (saúde, transpor-

te público e saneamento básico, segurança pública, lazer e cultura, entre outros). Segundo a OXFAM (2017), nas duas últimas décadas, apesar do avanço quanto à retirada de centenas de pessoas da pobreza, “... o ritmo foi muito lento e o Brasil ainda está na lista dos países mais desiguais do planeta. O atual contexto nacional, marcado por uma grave crise econômica e política, também revela que as conquistas alcançadas são frágeis e estão ameaçadas” (<https://www.oxfam.org.br/o-que-fazemos/os-numericos-das-desigualdades-no-brasil>. Acesso 20/06/2018).

Nesse cenário, várias indagações relevantes despontam: Como os teóricos da academia têm tratado as questões das desigualdades nas abordagens sobre os processos de mobilização social? Como os mais pobres têm se organizado para lutar contra as desigualdades e as discriminações e como essas lutas têm sido teorizadas? Na cena das políticas públicas a principal indagação é: O que tem sido construído em termos da participação dos cidadãos? Tudo isso remete ao campo da participação civil, social e política, no âmbito da sociedade e do estado, o que, neste artigo, é tomado como foco principal, objeti-

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Departamento de Educação.

Cidade Universitária Zeferino Vaz. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil. mgohn@uol.com.br

¹ Matéria recente publicada no jornal espanhol *El País* noticiou: “Uma família brasileira pode levar até nove gerações para deixar a faixa dos 10% mais pobres e chegar à de renda média do país, segundo estudo sobre mobilidade social elaborado pela *Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico* (OCDE). [...] De acordo com o levantamento da OCDE, 35% dos filhos de pais posicionados no um quinto mais pobre do Brasil termina a vida nesse mesmo estrato social.” (<https://brasil.elpais.com/brasil/2018/06/15/economia>. Acesso 20/06/2018). J. Mais pobres podem levar até nove gerações para atingir renda média no Brasil.

vando contribuir com o presente dossiê sobre as novas agendas para a teoria social contemporânea. Em trabalhos anteriores, já contemplamos as análises teóricas de temáticas correlatas à da participação, tratando os movimentos sociais e suas ações coletivas (Gohn, 2014a, 2017a). Neste momento, a temática da participação se impõe por ser ela mais ampla, possibilitando-nos o olhar sobre as ações da sociedade e do Estado. Trata-se de um campo de análise vasto, que pode ser observado tanto do ponto de vista das práticas civis efetivas, como do ponto de vista de estudos e pesquisas dos analistas. Esse último ponto é contemplado neste artigo, visando a dar conta de uma das dimensões da problemática apontada, considerando-se as diferentes abordagens que nos levam a observar como a participação tem sido teorizada ao focalizar a sociedade civil, seja por meio de vias e canais institucionais de participação e controle social dos cidadãos, seja a partir das teorizações sobre o estado e suas instituições, ou por meio de políticas de controle social dos governantes sobre os cidadãos.

Três questões-chave são norteadoras na análise do tema da participação neste texto. Primeira – como tem sido pensado esse tema por diferentes autores representativos de vários paradigmas e correntes teóricas, ao analisarem a luta de segmentos da sociedade para resolver seus problemas materiais (lutas mais econômicas), ou simbólicos e culturais (lutas contra discriminações). Segunda – como essas correntes têm contribuído para o entendimento, ou para dar subsídios, no desenrolar dos acontecimentos participativos, sociopolíticos e culturais no Brasil, nas últimas décadas. Terceira – Que agendas podem ser construídas a partir dessas correntes e de suas abordagens?

Sabe-se que o tema da participação se mantém em uma longa tradição de estudos e análises nas ciências sociais. No plano da realidade, a participação pode ser observada nas práticas cotidianas da sociedade civil, quer seja nos sindicatos, nos movimentos ou em outras organizações sociais, quer seja nos

discursos e práticas das políticas estatais, situados no campo das ações das instituições participativas, com sentidos e significados completamente distintos.

Concordamos com o entendimento de Milani (2008) sobre a localização dos processos participativos no processo social:

... a participação é parte integrante da realidade social na qual as relações sociais ainda não estão cristalizadas em estruturas. Sua ação é relacional; ela é construção da/na transformação social. As práticas participativas e suas bases sociais evoluem, variando de acordo com os contextos sociais, históricos e geográficos. (Milani, 2008, p. 560).

Segundo o *Dicionário do Pensamento Social do Século XX*, organizado por Outhwaite e Bottomore, participação

... é um conceito ambíguo nas ciências sociais, pode ter um significado forte ou fraco. [...] o princípio da participação é tão antigo quanto a própria democracia, mas se tornou imensamente mais difícil em consequência da escala de abrangência do governo moderno, bem como pela necessidade de decisões precisas e rápidas – como omissão e motivo de protesto por parte dos que exigem maior participação Diani (2004, apud Outhwaite; Bottomore, 1993, p. 558-559).

Participação é também uma das palavras mais utilizadas no vocabulário político, científico e popular da modernidade. Dependendo da época e da conjuntura histórica, ela aparece associada a outros termos como democracia, representação, direitos, organização, conscientização, cidadania, solidariedade, exclusão etc. Vários foram os teóricos que fundamentaram o sentido atribuído à participação. Segundo Laval:le:

“Participação” é, a um tempo só, categoria nativa da prática política de atores sociais, categoria teórica da teoria democrática com pesos variáveis segundo as vertentes teóricas e os autores, e procedimento institucionalizado com funções delimitadas por leis e disposições regimentais. A multidimensionalidade ou polissemia dos sentidos práticos, teóricos e institucionais torna a participação um conceito fugidio, e as tentativas de definir seus efeitos, escorregadias. Não apenas em decorrência de que a aferição de efeitos é operação sabidamente complexa, mas devido ao fato de sequer existirem consensos quan-

to aos efeitos esperados da participação, ou, pior, quanto à relevância de avaliá-la por seus efeitos. (Lavalle, 2011, p. 33)

No passado, já publicamos texto afirmando que se pode analisar a participação segundo três níveis básicos:

... o conceptual, o político e o da prática social. O primeiro apresenta um alto grau de ambiguidade e varia segundo o paradigma teórico em que se fundamenta. O segundo, dado pelo nível político, usualmente é associado a processos de democratização (em curso, ou em lutas para sua obtenção), mas ele também pode ser utilizado como um discurso mistificador em busca da mera integração social de indivíduos, isolados em processos que objetivam reiterar os mecanismos de regulação e normatização da sociedade, resultando em políticas sociais de controle social. O terceiro, as práticas, relaciona-se ao processo social propriamente dito; trata-se das ações concretas, engendradas nas lutas, movimentos e organizações, para realizarem algum intento, ou participar de espaços institucionalizados na esfera pública, em políticas públicas. Aqui a participação é um meio viabilizador fundamental (Gohn, 2016, p.16-17).

Considerando-se os objetivos deste dossiê, este artigo focalizará o primeiro nível – o teórico conceptual –, visando a resgatar os fundamentos das teorias utilizadas pelos pesquisadores, tanto para explicar a temática da participação na sociedade civil, via movimentos e coletivos sociais, como os sentidos utilizados para explicar a participação da sociedade nas políticas públicas, na interação com o Estado e seus órgãos de gestão.

Antes de entrar no debate contemporâneo sobre as abordagens da participação, devemos registrar alguns antecedentes históricos que nos possibilitam localizar e entender as fontes de vários referenciais da atualidade sobre o tema.

PARTICIPAÇÃO: dos clássicos às abordagens correntes nas ciências sociais

Em termos cronológicos, a rigor, temos de localizar na Grécia as origens do tema da participação do cidadão, de modo direto, ideal.

Mas o estudo científico sobre o tema remonta ao século XVIII, com as formulações de J.J. Rousseau, de teóricos do liberalismo, como John Stuart Mill, G.D.H. Cole e A. de Tocqueville, seguidas, no século XIX, pelos socialistas utópicos (em especial Owen e Fourier), os socialistas libertários (principalmente Proudhon e Kropotkin). Marx e Engels deram origem a uma tradição analítica que gerou um dos paradigmas sobre a participação política. No século XX, o leque de autores que seguiram essa última corrente ampliou-se, destacando-se Rosa de Luxemburgo, ao teorizar sobre a participação das massas, e Antonio Gramsci, ao analisar os conselhos de fábrica da Itália. Após 1950, Gorz, Mandel, Poulantzas e outros deram continuidade àquele paradigma.

Mas os primeiros intelectuais que se interessaram pelo tema da participação, em termos da atuação dos indivíduos em associações, foram os pluralistas ingleses do início do século XX, tais como G. D. H. Cole, H. Laski, J. N. Figgis e, mais tarde, Paul Hirst, na década de 1990. A teoria de Cole se assenta sobre pressupostos de Rousseau, ou seja, a vontade, e não a força, é a base da organização social e política. Ele preconiza a necessidade de os homens atuarem via associações para satisfazer suas necessidades. Cole sustentava que apenas por essa via, em âmbito local e em associações locais, o indivíduo poderia aprender a democracia. Ele propôs, já em sua época, a criação de uma série de instrumentos de participação de âmbito local, como cooperativas de consumidores, conselhos de utilidades (para o abastecimento de gás, por exemplo), guildas cívicas para cuidar de educação, saúde etc. Cole formulou ainda a proposta de uma estrutura política para desenvolver os processos participativos, que ia da comuna local à comuna nacional, passando pelo nível regional (ver Cole, apud Pateman, 1992, p. 55). É bom recordar também que as associações foram incluídas entre os direitos fundamentais da pessoa humana. Nos tempos modernos, quem primeiro se utilizou desse direito foi a incipiente bur-

guesia do século XIII. As camadas populares tiveram de lutar para adquirir a extensão desse direito. Em 1791, a Lei Chapelier, na França, proibiu as associações, por temer a força dos grupos subordinados que participavam de sua organização. Somente no século XIX esse direito foi obtido e incorporado em várias constituições no mundo.

Alexis de Tocqueville em sua obra *A democracia na América*, exaltou a comuna como a grande força dos homens livres, onde “o povo é a força dos poderes sociais” (Tocqueville, 1998, p. 72). Entretanto, mesmo se referindo a um sistema que existiu nos Estados Unidos no século XIX, o que se observa é um intrincado sistema de participação representativo, que ia da comuna ao poder central, passando pelos condados. Acreditando na democracia como uma maneira de ser da sociedade e um poder do “império da lei”, a soberania do povo é vista como uma forma de governo, e o estado social democrático como inevitável. Para evitar a centralização, o despotismo e o individualismo, Tocqueville recomenda um esforço na “formação dos próprios cidadãos como portadores de um caráter livre [...] uma nova ciência política que inclua em suas tarefas educar, [tendo] a democracia, mediante a formação de homens independentes e capazes, no pleno sentido do termo, o sentido de autogoverno” (apud Gabriel Cohn, 2000, p. 256, 258, 259).

Na sociologia, o tema da participação é encontrado como noção, categoria ou conceito desde os primórdios de seu desenvolvimento. Isso porque se trata de uma formulação clássica na teoria da ação social, tanto na versão weberiana, como na parsoniana. Essas vertentes tiveram grande importância entre os pesquisadores latino-americanos até os anos de 1960. Sua presença foi mais forte no período da Teoria da Modernização e o tipo de participação preconizado era a participação comunitária. Nos anos de 1970, em função dos regimes político-militares vigentes em grande número de países latinos, a participação voltou a ser teorizada no sentido de participação popular da

sociedade civil. A partir do final da década de 1980, a participação ganhou, ao longo das décadas, o estatuto de uma medida de cidadania e está associada a outra categoria, que é a da exclusão social. “Algumas vezes, ‘participação’ é olhada como um componente da definição de integração. Se alguém é apto a participar, ele está integrado. Ao contrário, para não participantes, é sugerido o signo da exclusão. Em outros casos, ‘participação’ é considerada como um fator de integração.” Aprendendo a participar, um indivíduo pode ser integrado.

Nessa segunda abordagem, participação adquire o significado de “luta contra a exclusão” (Stassen, 1999). Segundo esse autor, resulta que temos duas posições: participação como um componente de definição, em que os termos são participação e não participação; e participação como fator de integração, em que se destacam os termos integração e exclusão. A exclusão é definida como não participação e se torna fator de não exclusão. Stassen conclui que não concorda com essas abordagens e procura demonstrar a tese de que há participação quando há um sentimento de valorização dos indivíduos, que são considerados necessários para alguém, quando eles percebem sua própria contribuição, e que têm lugar na sociedade, que são úteis e valorizados. Para tal, eles necessitam de um meio ambiente consistente do ponto de vista de relacionamentos, contatos e laços sociais.

A área da ciência política fez da participação, desde os anos de 1960, um tema clássico. Cumpre registrar os estudos de Pizzorno sobre o tema. Para ele, “a participação política é uma ação em solidariedade para com o outro, no âmbito de um estado ou de uma classe, em vista a conservar ou modificar a estrutura do sistema de interesses dominante” (Pizzorno, 1971, p. 21). Usualmente, considera-se a participação política como um processo que se relaciona ao número e à intensidade de indivíduos envolvidos na tomada de decisões. Isso porque, desde o tempo dos antigos gregos, a participação consistiu, idealmente, no encontro de cidadãos livres, que debatem publica-

mente e votam sobre decisões de governo. Ela se articula com a questão da democracia em suas formas direta e indireta (representativa).

O *Dicionário de Política* organizado por Bobbio, Matteucci e Pasquino (1991) reconhece uma gama variada de atividades – do voto às reuniões de apoio a candidatos políticos – que são designadas como “participação política”. Entretanto, alerta-se que o substantivo e o adjetivo que compõem a expressão participação política se prestam a interpretações diversas. E, nesse alerta, encontramos certo entendimento sobre o que é participação quando se afirma que “o termo participação se acomoda também a diferentes interpretações, já que se pode participar, ou tomar parte em alguma coisa, de modo bem diferente, desde a condição de simples espectador mais ou menos marginal à de protagonista de destaque” (Bobbio et al., 1986, p. 888).

Em termos de manifestações concretas, o tipo de participação política mais citado e valorizado pela ciência política, até poucos anos atrás, era o voto. Segue-se a participação nas atividades político-partidárias. Entretanto, teóricos como Giacomo Sani reconheceram, décadas atrás, que “têm adquirido certo relevo formas novas e menos pacíficas de participação, nomeadamente as manifestações de protesto, marchas, ocupação de edifícios, etc. Segundo alguns observadores, encontramos aqui, em face de uma revitalização da participação política que, abandonados os velhos esquemas, se articularia agora em outros canais” (Sani, apud Bobbio, Matteucci e Pasquino, 1986, p. 888). Autores como Almond e Verba (1963 e 1989) se destacaram também na ciência política aliando a temática da participação com a formação da cultura política de uma sociedade. Robert Dahl (1982), também representante da ciência política, retoma o tema da importância da vida associativa por meio das organizações independentes, pois “elas são necessárias para o funcionamento dos próprios processos democráticos, para minimizar a coerção governamental, para a liberdade política e para o bem-estar humano” (Dahl, 1982, p. 1).

Ele trata a participação em termos de “pluralismo social”, definido como a impossibilidade de que algum grupo social possa dominar os demais por meio do acesso exclusivo aos recursos existentes na sociedade, sejam eles econômicos, sociais ou políticos.

Observa-se, no resgate das concepções acima, que a participação objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações, etc. O pluralismo é a marca dessa concepção de participação, segundo a qual, os partidos políticos não são os únicos atores importantes, pois há de se considerar, também, os movimentos sociais e os agentes de organização da participação social, os quais são múltiplos. Uma gama variada de experiências associativas é considerada relevante no processo participativo, como grupos de jovens, de idosos, de moradores de bairros etc. Por isso, tem-se de aliar as análises da ciência política com as análises sociológicas para o entendimento da participação. Os entes principais que compõem os processos participativos são vistos como “sujeitos sociais”. Não se trata, portanto, de indivíduos isolados nem de indivíduos membros somente de uma dada classe social. A participação tem caráter plural em termos de classes, camadas sociais e perfis político-ideológicos. Nos processos que envolvem a participação popular, os indivíduos são considerados como “cidadãos”. A participação se articula, nessa concepção, com o tema da cidadania, envolvendo também lutas pela divisão das responsabilidades dentro de um governo. Essas lutas possuem várias frentes, como a constituição de uma linguagem democrática não excludente nos espaços participativos criados ou existentes, o acesso dos cidadãos a todo tipo de informação que lhes diga respeito e o estímulo à criação e ao desenvolvimento de meios democráticos de comunicação.

Milani (2008) destaca uma de suas formas, a participação social cidadã, assinalando:

... a participação social cidadã é aquela que configura formas de intervenção individual e coletiva, que supõem redes de interação variadas e complexas determinadas (provenientes da “qualidade” da cidadania) por relações entre pessoas, grupos e instituições como o Estado. A participação social deriva de uma concepção de cidadania ativa. A cidadania define os que pertencem (inclusão) e os que não se integram à comunidade política (exclusão); logo, a participação se desenvolve em esferas sempre marcadas, também, por relações de conflito e pode comportar manipulação. (Milani, 2008, p. 560)

ABORDAGENS SOBRE A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE CIVIL A PARTIR DA DO SÉCULO XX

Nas ciências sociais o cenário e os tipos de abordagem sobre a participação social e política são muitos e seguem paradigmas teórico-metodológicos distintos, gerando correntes explicativas diferenciadas. Uma indagação recorrente nas abordagens é a questão do engajamento. Como e porque as pessoas participam ou se engajam em ações coletivas? O tema das desigualdades é um dos fundamentos explicativos básicos nessas indagações. Há diferentes respostas porque elas têm abordagens distintas, que levam a enfoques e a conclusões distintas. Neste tópico, destacaremos abordagens situadas a partir das últimas décadas do século XX porque elas têm sido as que influenciaram a produção brasileira e latino-americana sobre o tema da participação. Faremos breves pontuações sobre como essas abordagens fundamentaram e influenciaram as demandas, movimentos e políticas públicas a respeito da desigualdade social ao longo das últimas décadas no Brasil.

Podem-se sistematizar dez abordagens explicativas mais usadas sobre o tema da participação política dos cidadãos: 1, escolha racional; 2, proximidade dos centros de poder e da posição social dos indivíduos na sociedade; 3, mobilização política institucional; 4, identidade

de coletiva; 5, teoria crítica e reconhecimento de direitos; 6, engajamento militante ou neo-marxista; 7, decolonial; 8, abordagem relacional ou do cyberativismo; 9, de gênero, a partir de grupos de mulheres; e 10, autonomistas. A ordem numérica não corresponde à ordem cronológica de seu surgimento. Pontuaremos algumas de suas características e alguns de seus autores. Iremos nos deter mais nas abordagens que estão mais próximas do objeto deste artigo: a participação da sociedade civil no processo de luta pela inclusão, contra discriminações e pela igualdade social.

A primeira abordagem, a da escolha e cálculo racional, tem suas origens entre pesquisadores norte-americanos e entende a participação como um cálculo entre custos e benefícios, ou seja, o indivíduo participa na esfera pública segundo os custos e os benefícios que poderá obter. Ela foi importante nas décadas de 1960 e 1970, especialmente na América do Norte (McCarthy; Zald, 1977; McAdam; McCarthy; Zald, 1996; Olson, 1999). No Brasil, ela foi utilizada por alguns analistas no estudo de sindicatos, na década de 1970. Já na década de 2010, está sendo retomada e modernizada na prática social de algumas organizações movimentistas, a exemplo do Movimento Brasil Livre (MBL), e do Vem Pra Rua (VPR), como forma de organização de bases estruturais que organizam, via *on line*, os protestos e manifestações nas ruas. As organizações movimentistas se inspiram em ideais neoliberais ou conservadores. Parte delas tem pautas que retrocedem em relação a direitos sociais adquiridos, aprofundando as desigualdades sociais, a exemplo das propostas para não se abordarem questões de gênero nas escolas básicas do país.

Alguns autores aprofundaram a corrente da escolha racional, levando à segunda abordagem, que prioriza a posição social dos indivíduos. Inicialmente, uma vertente dessa abordagem priorizou a posição dos indivíduos em relação às estruturas de poder, sendo que essa posição depende de renda, escolaridade, sexo, etnia, profissão etc. (Brady; Verba; Schlozman,

1995; Milbraith, 1965). Tal abordagem deixa de ter caráter exclusivamente economicista para incorporar aspectos sociais, fundamentando vários estudos sobre a teoria da modernização na América Latina na década de 1960. Uma vertente mais contemporânea focaliza a posição social dos indivíduos na sociedade, seus atributos, suas características, e trajetórias, o que os tornaria propensos ou não ao engajamento, como a trajetória familiar ou escolar e a socialização política nesses espaços. Outros autores dessa mesma corrente entendem que, na sociedade contemporânea, os espaços de socialização dos indivíduos são diversos e, por isso, outros fatores poderiam explicar a participação para além de recursos oriundos da socialização política familiar e escolar (Silva; Ruskowski, 2016). Recentemente, dentro dessa abordagem, há ainda autores que destacam as redes de compartilhamento e solidariedade, porém afirmam que as retribuições pessoais são condicionantes do engajamento (Fillieule, 2001; Gaxie, 2015; Sawicki; Siméant, 2011). Nesse sentido, retomam Olson e os custos *versus* benefícios.

Nas últimas três décadas do século XX, críticas diretas à primeira abordagem, do cálculo racional levaram a uma terceira abordagem, a da mobilização política institucional, que focaliza os repertórios de grupos e de indivíduos e suas articulações com aspectos macro, devido a certa estrutura de oportunidades políticas existentes em dados contextos. A combinação de repertórios com estruturas de oportunidade políticas viabiliza que demandas ganhem a cena pública (Diani, 2003; Tarrow, 1994; Tilly, 1978). As oportunidades políticas, os símbolos e os códigos construídos no processo de mobilização são vistos como recursos, instrumentos, meios para certos fins, num ambiente onde há oportunidades e constrangimentos. Esse ambiente tem força de configuração nos processos de litígios e contenções.

Charles Tilly, expoente máximo dessa abordagem, afirmou que a ênfase na análise institucional e no papel das organizações e instituições junto aos movimentos sociais é im-

portante, menos como organizações de movimentos, e mais como redes de articulações que suportam e criam as estruturas de oportunidades. Para ele, as ações estatais, ao impactarem o nível local, geram resistências, legitimando ou deslegitimando o repertório das disputas. Tilly, ao longo de sua carreira acadêmica, redefiniu o conceito de repertório no plano da luta política afirmando:

A palavra repertório identifica um conjunto limitado de rotinas que são aprendidas, compartilhadas e postas em ação por meio de um processo relativamente deliberado de escolha. Repertórios são criações culturais aprendidas, mas eles não descendem de filosofia abstrata ou tomam forma como resultado da propaganda política; eles emergem da luta (Tilly, 1995, p. 26).

Vários autores denominam essa abordagem como a do processo político ou dos institucionalistas, porque coloca grande ênfase no papel das instituições, na participação institucional. O fator gerador básico das mudanças está no sistema político institucionalizado e, por isso, essa abordagem irá polemizar com a de outros autores, adeptos de correntes que destacavam mais aspectos culturais e identitários de grupos mobilizados da sociedade civil, críticos das abordagens estruturais. É importante destacar que essa abordagem tem sido muito utilizada na América Latina e no Brasil, influenciando e formando vários pesquisadores. Após a Constituição Brasileira de 1988, com os processos de gestão participativa na fase de redemocratização, até 2010, essa abordagem predominou no estudo das instituições participativas criadas. Recentemente, tem-se destacado o ativismo institucionalizado construído, focalizando nas instituições públicas o papel do ativista institucional – aquele indivíduo que poderá atuar dentro ou fora das instituições, como funcionário ou não, como fomentador da ação coletiva. Essas mudanças políticas deram vigor à abordagem dos “institucionalistas”. Toda sua base conceptual teórica está ancorada, na atualidade, à teoria do confronto político – “*Contentious Politics*” –,

tendo como autores referenciais os já citados Tilly, Tarrow, Doug McAdam (2006) e Diani (2004). Destacam-se, na produção recente, vários pesquisadores brasileiros, dentre eles: Fungarik e Wright (1999); Luchmann e Borba (2008); Oliveira (2010); Abers (2016); Avritzer (2012, 2013); Carlos, Dowbor e Albuquerque (2017). A quarta abordagem foca a identidade coletiva e dá centralidade aos fatores culturais, à identidade dos participantes, às suas redes de pertencimento e compartilhamento de valores, ao engajamento militante, institucional ou extrainstitucional, de indivíduos e grupos. Destaca a inserção do indivíduo em redes de solidariedade ou engajadas, como fator explicativo da participação. As trajetórias dos indivíduos – familiar, escolar, profissional etc. – são consideradas como espaços de socialização política. A ênfase em aspectos da cultura leva ao aprendizado nas lutas e confrontos, ao desenvolvimento de identidades e a um acúmulo de suas forças sociopolíticas e culturais. As teorias decorrentes dessas abordagens foram nomeadas como “Novos Movimentos Sociais”, destacando-se autores como Touraine (1997), Melucci (1980), Cohen, (1985), Cohen e Arato (1992) e Klaus Eder (1992).

Melucci conceitua a identidade coletiva como “uma definição interativa e compartilhada produzida por um número de indivíduos (ou grupos em um nível mais complexo) preocupados com a orientação de suas ações em um campo de oportunidades e restrições nas quais a ação toma lugar.” (Melucci, 1996, p. 70). Portanto, a identidade é relacional e construída, no tempo e no espaço. Ela representa a identificação do “nós” e do “outro”, e, dentro de um conflito social, permite se autoidentificar e identificar o inimigo. Nesse sentido, ele retoma conceituação de Touraine sobre os movimentos sociais, constituindo uma abordagem que teve ampla repercussão na América Latina, especialmente no Brasil, na década de 1980, quando emergem, na cena pública, inúmeros novos movimentos sociais. Esses movimentos pautarão questões de gênero, raça, idade etc. Ou

seja, as desigualdades serão questionadas mais do ponto de vista das diferenciações e discriminações sociais e menos sob o aspecto socioeconômico. E é essa abordagem que nos auxilia na análise dos avanços das lutas de mulheres, negros e homoafetivos nas décadas de 2000 e 2010 no Brasil. Para avaliar o vigor da abordagem da identidade, tem-se de incluir outra teoria fundamental – a do reconhecimento (Fraser, 2001; Honneth, 2003) –, pois foram políticas de reconhecimento que fortaleceram os movimentos supracitados (ver também Paiva, 2012).

Na quinta abordagem, a da teoria crítica e do reconhecimento de direitos, a temática da participação surge vinculada ao eixo da justiça social, especialmente em Axel Honneth. Destacam-se as questões do reconhecimento de direitos sociais a grupos e povos discriminados em dois campos básicos: o de diferenças, diversidades sociais, desigualdades, injustiças sociais etc.; e o campo relativo a questões da redistribuição (de bens ou direitos), como forma de compensar as injustiças historicamente acumuladas. Registre-se também que a teoria crítica destaca, na temática da participação, a contribuição de Habermas, ao tratar da ação comunicativa e da noção de esfera pública. Para Habermas, a democracia não deve ser entendida apenas em termos descritivos, como governo da maioria, eleições livres, concorrência entre partidos ou prescrições normativas do estado de direito. Ele destaca, na esfera pública, outros ambientes como bares, cafés, praças, teatros, escolas, e outros espaços de convivência, onde há abertura para interação comunicativa.

Ao definir o que seria processo democrático e o conceito de democracia deliberativa, Habermas preconiza a ampliação da participação da sociedade em processos decisórios para o desenvolvimento da cultura democrática, propondo um modelo político de mediação entre as esferas informais – que ele denomina como mundo da vida –, e as esferas formais – de decisão institucional. Para ele, no processo de formação da opinião e da vontade política, devem-se considerar as relações intersubjeti-

vas do mundo da vida e conteúdos normativos do Estado democrático. A participação – tanto nas esferas públicas informais como nas institucionalizadas – é, portanto, um elo importante na formação da própria opinião pública, campo fundamental de atuação das redes e mídias sociais, a ser tratada adiante, na oitava abordagem. Este dossiê apresenta artigos específicos sobre a teoria crítica, e não nos detemos muito nela (ver mais em Habermas, 2011).

A sexta abordagem é conhecida como engajamento militante. Aqui temos duas versões quase opostas. Fillieule (2001), baseada no interacionismo simbólico, cuja meta é a de avaliar o engajamento dos indivíduos em suas carreiras como militantes, e a abordagem do engajamento militante de fundamento marxista, a mais antiga das correntes até aqui apresentadas. Ela pode ser observada na abordagem de pensadores marxistas contemporâneos, especialmente seguidores de E. Hobsbawm. Sabe-se que, na abordagem marxista, o conceito de participação não é encontrado de forma isolada, mas articulado a duas outras categorias de análise: lutas de classes e movimentos sociais. A análise dos movimentos sociais sob o prisma do marxismo refere-se a processos de lutas sociais voltadas para a transformação das condições existentes na realidade social, de carências econômicas e (ou) opressão sociopolítica e cultural. Não se trata do estudo das revoluções em si, também tratado por Marx e alguns marxistas, mas do processo de luta histórica das classes e camadas sociais em situação de subordinação. As revoluções são pontos desse processo, quando há ruptura da “ordem” dominante, quebra da hegemonia do poder das elites e confrontação das forças sociopolíticas em luta, ofensivas ou defensivas.

A produção inicial de Manuel Castells, Jordi Borja, Jean Lojkin e outros se inseria nessa abordagem, porque eles partiam das crises suscitadas devido a carências no plano da oferta de meios coletivos de consumo na área social, gerando contradições urbanas e movimentos sociais. Posteriormente, esses autores

alteraram seus referenciais, especialmente Castells, a ser retomado na abordagem número sete. A corrente dos historiadores, liderada por Hobsbawm, E.P. Thompson e G. Rudé e outros, constituiu uma linha contemporânea de estudos sobre a participação em movimentos sociais na Europa. Nessa abordagem, os fatores macroeconômicos e políticos têm centralidade, e a política passou a ser enfocada do ponto de vista de uma cultura política resultante das inovações democráticas relacionadas com as experiências nos movimentos sociais. No século XXI, o marxismo ressurge renovado com destaques para as lutas contra a globalização e a participação de novos movimentos sociais (Harvey; Zizek, 2012; Linera, 2009), a participação em lutas contra o sistema-mundo (Wallerstein, 2014), ou aliado à luta ecológica (Lowy, 2011), ou ainda, a lutas contra-hegemônicas e à participação institucionalizada, como assinala Gaventa (2006): “Does this new terrain represent a real shift in power? Do its open spaces where participation and citizen voice can have an influence? Will increased engagement within them risk simply re-legitimizing the status quo, or will it contribute to transforming patterns of exclusion and social injustice and to challenging power relationships?” (Gaventa, 2006, p. 23 apud Alund; Schierup, 2018). A abordagem marxista é uma das poucas, dentre as apresentadas neste texto, que assinala a importância do nível econômico, das forças econômicas do mercado, do poder do sistema financeiro, todos eles elementos fundamentais para se compreenderem os níveis de desigualdade socioeconômica na sociedade brasileira, assim como em outros países capitalistas.

A sétima corrente a destacar o tema da participação se inspira nas abordagens da descolonização ou decolonização, destacando-se as obras de Quijano (2005), Escobar (2004), Tapia (2010), Svampa (2008) e outros. Segundo Ballestrin (2013), a perspectiva de análise decolonial assume uma miríade ampla de influências teóricas, atualizando a tradição crítica do pensamento latino-americano e oferecendo

releituras históricas que problematizam velhas e novas questões para o continente. A “opção decolonial apresenta contribuições epistêmica, teórica e política – para compreender e atuar no mundo, marcado pela permanência da colonialidade global nos diferentes níveis da vida pessoal e coletiva” (Ballestrin, 2013, p. 92). Trata-se de uma visão em que o relato da história colonial e das formas de exploração ocorridas na América Latina se faz a partir da versão do colonizado, ou dos “condenados da terra” – expressão de Frantz Fanon criada no século passado ao analisar o processo de colonização na África, na América Central e na Martinica, sua ilha de origem. Essa abordagem será retomada com vigor a partir da década de 2000 na América Latina como a teoria pós-colonial, neocolonial ou decolonial. Ela teve sua elaboração inicial na Europa em relação ao tema da colonização, especialmente na África e das formas coloniais ainda lá existentes (ver Spivak, 2008).

Embora mais ampla, pois, não é uma teoria específica sobre participação, ou sobre movimentos sociais, as várias abordagens da teoria neo ou decolonial transformaram-se em eixo central de pesquisas e várias frentes de produção intelectual que conferem especificidade à América Latina, especialmente na temática da luta dos povos indígenas (ver Quijano, *in* Lander, 2005). Segundo essa abordagem, a colonialidade é a face oculta da modernidade eurocêntrica, que impôs sentimentos de inferioridade. Ser “moderno” foi inculcado como o ser do indivíduo “civilizado”, e os nativos da colônia seriam “bárbaros” e “atrasados”. Com isso, para os teóricos dessa corrente, o problema central da América Latina seria a descolonização do saber e do ser (como repositório de práticas e valores que mantêm e reproduzem subjetividades e conhecimentos). Tais saberes “são mantidos por um tipo de economia que alimenta as instituições, os argumentos e os consumidores” (Mignolo, 2009, p. 254). Na mesma linha de argumentos, Sirvent (2008) afirma que um dos grandes problemas sociais contemporâneos é o fenômeno da naturaliza-

ção da injustiça, a exploração e a pobreza nas mentes da população, inibindo o desenvolvimento do pensamento crítico. Com isso, o poder dominante foi se transformando em nosso sentido comum. Sirvent preconiza a necessidade de se construir poder por meio do conhecimento, e isso implica “construir categorias para pensar a realidade que possam gerar ações de mobilização coletiva em confrontação com os significados que desmobilizam e paralisam” (Sirvent, 2008, p. 22). E construir categorias é tarefa e desafio para os cientistas sociais. Na América Latina, a CLACSO será uma das grandes incentivadoras das abordagens neocoloniais. No Brasil, essa abordagem influenciará decisivamente o debate denominado Sul-Sul, já no século XXI.

A oitava abordagem é a relacional, presente nos estudos sobre redes e cyber ativismo. A questão relacional nas redes e mídias sociais demarcou novos rumos e abordagens na temática da participação social e política dos indivíduos, tendo em vista seu potencial de alavancar as relações entre grupos e indivíduos. Ela tem bases no interacionismo simbólico, desenvolvido desde as décadas de 1920 e 1930. Mas ela transformou completamente o foco nas relações diretas, face a face, dado pelos interacionistas, para o foco nas relações virtuais, *on line*, das redes e mídias sociais. Embora, já em 1932, Moreno definisse que uma rede social pode apresentar um conjunto de vínculos entre os atores, será no final do século XX que a questão das redes se politiza, adentrando o espaço da política e potencializando uma força social e política na esfera pública, para muito além das teias de relações comunitárias e de solidariedade de que falava Moreno. Embora o fator agregador dos indivíduos nas redes continue sendo a base de valores morais compartilhados, Bruno Latour diz que o “social [das redes] normalmente constituído é agrupado com participantes já aceitos, chamados de atores sociais, membros de uma mesma sociedade” (Latour, 2012, p. 352). As microrrelações ganharam plano de destaque na formação das

opiniões, na estruturação das ações coletivas na esfera privada e na esfera pública. Segundo Gindre (2016),

O cyberativismo, ativismo online ou ativismo digital, é uma forma de ativismo pela internet caracterizada pela defesa de causas, reivindicações e mobilizações. Muitos autores o consideram uma nova fronteira para a participação política, pois, a partir de um computador, os indivíduos rapidamente conseguem agregar pessoas à causa que defendem. Inicialmente, era uma estratégia muito utilizada por ONGs e entidades civis, hoje, com a expansão do acesso à internet, é cada vez mais utilizado pelo cidadão comum (Gindre 2016, p. 11).

A abordagem relacional das novas mídias teve precedente não só no interacionismo simbólico das primeiras décadas do século XX. Também teve a contribuição da teoria crítica, citada acima, na teoria da ação comunicativa de Habermas.

Cumprir registrar autores contemporâneos, como Manuel Castells, que foram fundamentais nas pesquisas e na fundamentação teórica sobre a participação da sociedade civil, nas décadas de 1960 e 1980 na Europa e na América Latina, transformando-se em pilares para o entendimento do potencial das redes e mídias sociais nas novas formas de relações comunicacionais. Castells, na década de 1970, ancorava-se na abordagem estrutural marxista. Suas pesquisas sobre as contradições urbanas foram relevantes para o entendimento da emergência de novos ciclos de movimentos sociais na América Latina. Mas as mudanças no cenário global ao longo das décadas de 1980 e 1990, com o desenvolvimento das novas tecnologias, levaram Castells a priorizar o estudo das redes comunicacionais. Os antigos estudos sobre as redes, do final dos anos 1970, focalizando as estruturas internas dos sistemas de comunicação, especialmente dentro de organizações, foram revolucionados por Castells ao aliar essas redes ao plano das novas tecnologias de informação e comunicação. Entre 1997 e 1999, Castells publicou a famosa tríade sobre o “poder da identidade” e a importância da Internet e das

novas tecnologias de informação e comunicação no estudo do associativismo civil, especialmente, nos movimentos sociais que atuam e se articulam no que ele denomina de “sociedade em rede” (Castells, 1996, 1997, 1998).

Portanto, as redes sociais, ao passarem a ter centralidade nas pesquisas que Castells desenvolve a partir da década de 1990, demarcam a agregação de novos aportes teórico-metodológicos. Paulatinamente, ele passou a atentar para a importância dos processos de subjetividade na participação dos cidadãos, na construção dos protestos coletivos, focando as redes e mídias sociais. As emoções – estudadas por clássicos das ações coletivas ou teóricos da psicologia social, ou contemporâneos como Maturana e Varela – ganharam destaque nas análises de Castells, que continuou a atentar para os fatores macros, sem descuidar dos micros.

De fato, o que se observa, nesse último autor e em outros estudiosos do tema da participação, via movimentos, protestos, revoltas etc., é o destaque de fatores relacionais. O poder das mídias e das redes de comunicação aguçou o interesse pelo entendimento das relações pessoais entre os indivíduos e grupos, as relações cotidianas, para muito além de relações profissionais, de solidariedade classista, ou outras no plano macroestrutural. Nas interações e na subjetividade, estudando a dinâmica interna das diversas redes, identificam-se inter-relações que podem atribuir força, dinamismo e intensidade às ações de um grupo. Os movimentos sociais constituem redes, e eles também modificam sua estrutura e funcionamento. Cumprir registrar ainda a importante contribuição que Melucci deu à abordagem relacional, quanto às interações via redes. Mische, por exemplo, afirmou que os estudos de Melucci “focavam no intenso comprometimento e solidariedade gerados pela localização dentro de determinados *clusters* ou redes” (Mische, 2008, p. 86).

Concordando com o suposto de Castells de que a rede mundial de computadores é uma tecnologia “maleável, suscetível a ser profun-

damente alterada por sua prática social, com uma série de resultados potenciais” (Castells, 2003, p. 10), concluímos que as comunicações virtuais acabaram transformando profundamente a forma como as pessoas do século XXI se comunicam, se organizam e interagem social, cultural, política e economicamente. Isso tudo influenciará as formas de participação social e política existentes, dando margem a várias questões que estão para ser decifradas nesse mundo novo, que o uso das novas tecnologias está desenvolvendo e diz respeito às novas formas de cidadania digital. Um mundo onde, em princípio, todos podem participar e todas as formas políticas e culturais de expressão têm espaço, das mais progressistas às mais conservadoras e repressoras. O uso e o controle das redes e mídias sociais, seus efeitos e impactos na sociedade, constituem uma questão posta no debate atual sobre os rumos e possibilidades da participação virtual.

Cumpramos registrar o alerta de Stassen (1999) de que a participação virtual pode se tornar um caminho para fortalecer os excluídos, emancipando-os da condição de desiguais na sociedade. Diz Stassen que, para participar, os indivíduos têm de desenvolver a autoestima, mudar sua própria imagem e as representações sobre sua vida. Ter apenas um emprego não resolve o problema da participação, porque os indivíduos devem ter também motivações. Para tal, eles precisam estar articulados às redes societárias, desenvolver interações frequentes e contínuas com seus pares. Stassen diz ainda que os mecanismos informais de integração social nas redes societárias, que criam identidades, são mais importantes que as políticas sociais de empregos precários e assistencialistas. A dimensão sociorrelacional é fundamental para motivar a participação e combater a exclusão dos excluídos – definidos nas estatísticas como aqueles com determinadas rendas mínimas, ou sem rendas. Eles não se tornam incluídos ou mais participativos via a mera integração em uma nova frente de trabalho.

As medidas preconizadas por vários ana-

listas, inclusive nos projetos governamentais, usualmente estão baseadas em concepções técnicas que dependem de crescimento ou comportamento da economia, redução do custo da força de trabalho, aumento da flexibilização dos empregos e da organização do trabalho, treinamentos, pesquisas, financiamento de serviços etc. Trata-se de medidas de caráter institucional, todas centradas no campo da inserção profissional, no mercado da produção. A qualquer oscilação dos mercados, os empregos so- mem, os incluídos se tornam excluídos, porque sempre estiveram na condição de desiguais.

A nona abordagem, a de gênero, a partir do grupo de mulheres também denominadas de “feministas”, teve antecedentes desde o século XIX, mas foi a partir da década de 1960 que ela construiu um arcabouço teórico-conceptual, tanto no exterior como no Brasil. Ela passou por várias etapas e teve várias ênfases – a luta pela libertação das convenções sociais e a moral tradicional dos anos 60 (Saffioti, 2003), a luta contra a discriminação das mulheres no mercado de trabalho (Souza-Lobo, 1991), as discussões sobre o papel da mulher na sociedade (Scott; Tilly, 1994), a mulher no campo da educação (Louro, 1997), a questão de gênero (Castro, 1992; Costa; Bruschini, 1992), a mulher na política (Alvarez, 2004; Avelar, 2002; Perrot, 1998; Young, 1996), a violência contra as mulheres (Lima, 2013), as reivindicações do próprio corpo (Butler, 1993), o problema do reconhecimento com ética (Fraser, 2001), a luta contra o assédio moral e sexual (Eluf, 1999) etc.. A participação das mulheres foi além das lutas pela identidade, porque criou novos sujeitos políticos e históricos (Pinto, 1992) que demandaram identidade e novos direitos (em todos os campos). A participação das mulheres não se resumiu à entrada nas universidades, no mercado de trabalho, ou ao exercício de atividades até então exclusivas dos homens. Ela clamou por igualdade de gênero, não só para as mulheres, mas para todas as formas de ser humano, para todas as possibilidades de ser mulher. Abriu as portas para a participação e

para as demandas de todos os homoafetivos, e lutou para quebrar barreiras de raça e cor.

De todos os movimentos sociais que participaram da cena pública nos últimos cinquenta anos, o das mulheres foi um dos que mais avançou, no sentido de combate às desigualdades, talvez o que mais questionou as diferenças sociais e exigiu respeito às diferenças culturais. Ainda que dados da Unesco de 2018 registrem que a igualdade de gênero não foi conquistada em nenhum país do mundo ainda – e, no Brasil, além de discriminações advindas de heranças de culturas do machismo, haja uma grande sub-representação das mulheres na política – teóricos de algumas das abordagens sobre a participação, tratadas acima, como Hobsbawm (1995) e Touraine (2007), reconhecem que o século XX foi o século da mulher, e elas são a grande esperança de avanços nas lutas pela igualdade. Em junho de 2018, a ONU comemorou os 25 anos da Declaração de Ação de Viena, um tratado dos países-membros que estabelece os direitos das mulheres como “uma parte indivisível dos direitos humanos”. (<https://universa.uol.com.br/noticias/redação/2018/06/25>).

A décima abordagem sistematizada neste artigo sobre a participação não é nova, mas tem sido reelaborada e ganhou muitos adeptos na última década em várias partes do mundo. Trata-se da abordagem sobre a participação adotada pelos autonomistas (Day, 2005; Di Cintio, 2010). Ela tem como suporte, teorias e ideais advindos de outros aportes, como o socialismo libertário (mencionado a seguir), e no novo humanismo holístico (Dussel, 2002; Hessel, 2011; Spivak, 2008; Walsh, 2010). O pensamento autonomista bebe também no humanismo, que cresceu e se espalhou entre os ativistas da cibercultura. Machado (2007) afirma que os movimentos sociais que atuam em rede constituem uma categoria específica, porque a horizontalidade, a não hierarquização e a interconexão entre várias redes e seus atores sociais se distinguem de outros formatos já conhecidos de organizações coletivas. Essa

característica potencializou os grupos autonomistas que têm a horizontalidade nas relações como um pressuposto fundamental.

A abordagem centrada no tema da autonomia e do socialismo libertário ressurgiu com vigor em práticas coletivas, em junho de 2013 no Brasil, mas ela é também uma bandeira histórica do movimento dos povos indígenas – o mais amplo e intenso em termos de América Latina. As teorias do autonomismo ou do socialismo libertário – já presentes na história das lutas sociais no Brasil desde o início do século XX, em associações anarquistas – foram denominadas como anarcossindicalismo. Em um período com poucos sindicatos formais, os protestos dos autonomistas foram denominados “contracultura” e minimizados na década de 1960. Já na década de 1980, quando ocorreu o ciclo dos “novos movimentos sociais” – no campo popular, com os movimentos de bairros urbanos, com demandas locais, e, no campo dos movimentos por identidades, como sexo, raça, etnia etc. –, o tema da autonomia também esteve presente (vide Sader, 1988). Mas se tratava de autonomia em relação aos partidos (tanto os que dominavam o *status quo* como os partidos de esquerda, então tidos como clandestinos) e em relação ao Estado de plantão – o governo militar vigente. Por isso, alguns analistas o denominaram “De costas para o Estado” (Evers, 1983). Essa “estratégia” da autonomia não tem nada a ver com a matriz do autonomismo que atualmente tem forte presença entre inúmeros movimentos e coletivos sociais advindos do anarquismo, do socialismo utópico ou do individualismo do século XIX e início de XX (Proudhon, Kropotkin, Nietzsche e outros), acrescidos de elaborações da década de 1960 de G. Debord e proposições de Foucault da década de 1970.

Na realidade, as matrizes discursivas dos autonomistas podem ser localizadas desde Erasmo e Thoreau, com a desobediência civil, em La Boétie e o discurso da servidão voluntária, até em Rousseau, quando ele aborda a questão do bem comum e os efeitos educati-

vos da participação, a partir do desejo de liberdade, igualdade, justiça e independência. Para Proudhon a reorganização de sociedade deveria ocorrer através de associações livres. As mudanças econômicas deveriam ter primazia em relação às políticas. As “Sociedades de Ajuda Mútua” seriam os principais meios de realizar a mudança social sem violência, dado o seu caráter. Seu objetivo deveria ser a ação e a cooperação econômica, e não a associação para a propaganda política. O sistema que caracterizaria essa nova sociedade foi denominado por Proudhon de mutualista.

Além do mutualismo, outras correntes do anarquismo também estão presentes nas atuais manifestações, como a da desobediência civil, acima citada. Sabe-se que o anarquismo e o socialismo libertário têm várias correntes. E não são só existem os anarquistas clássicos; há os libertários e autonomistas de maio de 68, como Castoriadis e Daniel Cohn-Bendit, ou da Internacional Situacionista de G. Debord (1995), ou ainda o pensamento de Marcuse. Também Foucault, Giorgio Agambem, Antonio Negri, N. Chomsky e outros tratam ou dão subsídios para o entendimento das multidões nas ruas e seus anseios de liberdade. No Brasil, não se pode esquecer de Eder Sader (1988), que, seguindo a trilha de Castoriadis, afirma que o sujeito autônomo é aquele capaz de reelaborar determinações externas em função daquilo que define como sua vontade. Entram, aqui, dimensões do imaginário dos sujeitos em cena, que reelaboram, mediante representações construídas sobre suas experiências, algo além daquilo que está dado ou posto. Nesse sentido, esses sujeitos são agências de construção do novo, pois os significados atribuídos às suas condições de vida são exercícios de interpretação fundamentais para mudanças na realidade social e em si mesmos.

Portanto, neste novo século, os autonomistas ganharam foco. Apesar de sua heterogeneidade em termos de tendências e correntes internas, observa-se que são muito atuantes, na prática e na produção teórica, e não podem

ser excluídos dos estudos sobre a participação sociopolítica, quer seja sobre os movimentos sociais, quer seja sobre os impactos que geram sobre as formas de participação institucionalizada (vide Day, 2005; Augusto, Rosa E. Resende, 2016; Williams, 2017; Fitzgerald; Rodgers, 2005; entre outros).

CONCLUSÕES

Retomamos a questão inicial deste texto: como se colocam as diferentes abordagens face ao tema ou problema das desigualdades sociais? Estamos de acordo com as organizadoras deste dossiê quando afirmam:

Ainda que os movimentos sociais nas sociedades ocidentais a partir da década de 60 tenham ampliado significativamente as lutas para muito além dos conflitos de classe, incorporando novos grupos sociais ao debate político, esses movimentos também têm a limitação de representar apenas uma parte das experiências de injustiça e exclusão social.

Pôde-se observar, nas diferentes abordagens aqui apresentadas, que o tema da participação tem sido fundamental para explicar processos de inclusão social, contra as injustiças, pelo reconhecimento de direitos (antigos e novos) advindos tanto de lutas, movimentos, campanhas, protestos etc. de setores da sociedade civil, como de processos engendrados no interior do Estado, operacionalizados por instituições que promulgam determinadas políticas públicas. Dentre esses processos, no Brasil, nas últimas três décadas, destacam-se as abordagens feministas, e as conquistas dos movimentos das mulheres, dos coletivos de mulheres afrodescendentes e vários avanços nas questões do universo dos homoafetivos. Não obstante a obtenção dessas conquistas, a sociedade brasileira, especialmente os jovens, dá sinais de descrença na política e nos políticos. A via autonomista, retratada na oitava abordagem, tende a crescer entre os jovens. Práticas e estratégias de sobrevivência para o bem comum estão longe das preocupações da

maioria, e os teóricos da decolonização têm alertado para isso.

De uma forma geral, a maioria das abordagens sobre a participação e as teorias tratadas neste artigo não focalizam, direta ou prioritariamente, a questão da desigualdade social gerada pela desigualdade econômica. A maioria focaliza o plano sociocultural, de inclusão social a partir de diferenças, confundindo diferença com desigualdade. A luta contra as desigualdades deve ter como foco, as políticas de igualdade (de renda, acesso à educação, condições de saúde, de vida, trabalho etc.), porque igualdade não se opõe a diferença, mas sim a desigualdade. Valença e Gomes (2002) também corroboram essas análises quando afirmam: “a desigualdade não é o mesmo que diferença. A diferença reflete a diversidade da espécie e de suas formas de organização política e de expressão cultural. A diferença, que pode ser bem-vinda, difere, assim, da desigualdade”. Souza Santos (2003) aprofunda a análise articulando as categorias desigualdade e exclusão. Ele afirma que elas têm, na modernidade, significados distintos, porque a desigualdade implica um sistema de integração hierárquico, de integração social.

Portanto, observa-se que a maioria das análises não apresenta caminhos para uma agenda que indique formas de superação das desigualdades sociais no plano econômico, porque a questão vai além da vontade do ato de participar, protestar, ou ser incluído em uma instituição participativa, como ativista ou beneficiário de algum programa ou projeto social. O cerne desse tema incide em questões estruturais, diretamente no plano econômico – a forma de apropriação ou distribuição da renda gerada na sociedade – e, no plano político, do poder – a vontade efetiva de governar priorizando as necessidades básicas, e não os interesses de poucos. A abordagem neomarxista do ativismo de classes foca questões estruturais, macroeconômicas, mas praticamente não dialoga com outras abordagens. Há, na realidade, uma disputa de poder entre as diferentes

narrativas advindas das abordagens. Essa conclusão nos remete também à responsabilidade dos acadêmicos, de produzir abordagens que focalizem o tema das desigualdades sociais no plano econômico, que estabeleçam diálogos transversais e conexões explicativas, e não sejam tão autocentradas, contemplando apenas a realidade segundo seus pontos de vista.

No Brasil, falta também articular as teorias às especificidades locais. Pela bibliografia apresentada, pode-se observar que a maioria das abordagens foi desenvolvida em outros países, em outros contextos. Mesmo a decolonial, que surgiu na análise de problemas da colonização na África (Spivak, 2008), foi desenvolvida na América Latina, tendo como sujeitos e protagonistas básicos os povos indígenas. Na história do Brasil, embora os povos originários também fossem de nações indígenas, a escravidão dos povos africanos foi muito forte e deixou marcas profundas. As políticas de inclusão dos negros – cotas raciais, resgate de direitos culturais, combate ao racismo, reconhecimento de identidades originárias etc., – têm proporcionado avanços históricos. Entretanto, elas, por si só, não resolvem completamente as desigualdades sociais. Para um país com população de maioria negra, essa especificidade não pode ser ignorada ou subvalorizada.

Resta-nos a esperança de amplificação da atuação das mulheres para todos os cidadãos, independentemente de gênero, especialmente, quando essa atuação estimula a participação em coletivos culturais, movimentos etc. Elas têm conseguido estabelecer diálogos e inter-relações entre várias formas de manifestação das desigualdades – de gênero, raça, etnia, geracional, nacionalidade, religião etc. –, a exemplo da proliferação de coletivos de mulheres negras em regiões periféricas de S. Paulo. Castells (2018) também nos dá uma esperança ao afirmar: “a experiência histórica mostra que do fundo da opressão e do desespero surgem, sempre, movimentos sociais de diferentes formas que mudam as mentes e, através delas, as instituições”. Oxalá este tex-

to, que buscou, em vários teóricos clássicos, a análise sobre o tema da participação, possa gerar algumas idéias para novas agendas sobre como tratar as desigualdades socioeconômicas. Não só meu texto, mas todo este dossiê. Se isso vier a ser possível, devemos nos lembrar do que disse Newton: “Se vi tão longe foi porque me ergui nos ombros de gigantes” (*If I have seen further it is by standing on the holders of Giants (Isaac Newton, 1676)*).

Recebido para publicação em 15 de agosto de 2018
Aceito em 08 de janeiro de 2019

REFERÊNCIAS

- ABERS, R. *Conflitos, mobilizações e participação institucionalizada: a relação entre a sociedade civil e a construção de grandes obras de infraestrutura*. IPEA, 2016. (Texto para Discussão 2231). Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/041>>. Acesso em: 20 set 2018.
- ALMOND, G.; VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- _____. *The civic culture revisited*. London: Sage, 1989.
- ALVAREZ, S. Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares. In: GODINHO, T.; SILVEIRA, M.L. (Org.) *Políticas públicas e igualdade de gênero*. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/Friedrich Ebert Stiftung, 2004. (Caderno 8).
- COHEN, J.; ARATO, A. *Civil society and political theory*. Cambridge: The MIT Press, 1992.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *Journal of the American Institute of Planners*, v. 35, n. 4, p. 216-224, July 1969.
- AVELAR, L. M. *Mulheres na elite política brasileira*. São Paulo: Ed. UNESP/Konrad-Adenauer, 2002.
- AVRITZER, L. “Conferências Nacionais: ampliando e redefinindo os padrões de participação social no Brasil”. Rio de Janeiro: IPEA. 2012.
- _____. Um balanço da participação social no Brasil pós-constituição de 1988. In: AVRITZER, L. (Org.) *Experiência democrática, sistema político e participação popular*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.
- BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BOBBIO, N.; MATTEUCCI, H.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. Brasília: Ed. UM, 1991.
- BORJA, J. *A participação cidadina*. São Paulo: Cortez, 1988. (Espaço e Debates, n. 24).
- BOTTOMORE, T.H.; OUTHWAITE, W.(Ed.) *The Blackwell Dictionary Twentieth-Century Social Thought*. London: Blackwell, 1993.
- BRADY, H. E.; VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L. “Beyond ses: a resource model of political participation”. *The American Political Science Review*, Washington, v. 89, p.271-294, 1995.
- BUTLER, J. *Bodies that matter: on the discursive limits of sex*. New York: Routledge, 1993.
- CARLOS, E.; DOWBOR, M.; ALBUQUERQUE, M. do C. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio/ago. 2017.
- CASTELLS, M. *A Galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- _____. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.
- _____. “La nueva estructura de la dependencia y los procesos políticos de cambio social en América Latina” In: PIZZORNO, A.; KAPLAN, M.; CASTELLS, M. *Participación y cambio social en la problemática contemporánea*. Buenos Aires: SIAP, 1975. p. 141-173.
- _____. *The Rise of the Network Society*. The Information age: economy, society and culture. Oxford: BlackellPubl, 1996. VI.
- _____. *The Rise of the Network Society*. Oxford: BlackellPubl, 1997. VII.
- _____. *The Rise of the Network Society*. Oxford: BlackellPubl, 1998, VIII.
- _____. *Ruptura*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- CASTRO, M. G. O conceito de gênero e as análises sobre mulher e trabalho: notas sobre impasses teóricos. *Caderno CRH*, Salvador, n. 17, jul./dez. 1992.
- COHN, G. “Tocqueville y la pasión bien comprendida” In: Boron, A. (Org.) *La filosofía política moderna –de Hobbes a Marx*. Buenos Aires: Clacso/Eudeba, 2000. p. 247-267.
- COLE, G.D.H. *Social theory*. Londres: Methuen, 1920.
- _____. The social theory. In: HIRST, P. *The pluralist theory of the state*. New York: Routledge, 1993. p. 51-108.
- COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. São Paulo: Rosa dos Tempos, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- DAHL, R. *Dilemmas of pluralist democracy*. 1982
- DAY, R. J. F. *Gramsci is dead: anarchist currents in the newest social movements*. Londres: Pluto Press, 2005.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1995.
- DIANI, M.; MACADAM, D. (Orgs). *Social movements and networks: relational approaches collective actions*. Oxford, Oxford Univ Press, 2003.
- DIANI, M. “Networks and participation”. In: SNOW, D.; SOULE, S.; KRIESI, H. *The Blackwell companion to social movements*. Oxford: Blackwell Publishing, 2004.
- DI CINTIO, C. *Petit traité de désobéissance civile*. Paris: ResPublica Ed, 2010.
- DUSSEL, E. *A ética da libertação na idade da exclusão*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- EDER, K. “Culture and Politics”. In: HONNETH, A. et al., *Cultural Political Interventions in the Unfinished Project of Enlightenment*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- ELUF, L. N. *Crimes contra os costumes e assédio sexual*. São Paulo: Ed Jurídica Brasileira, 1999.
- ESCOBAR, A. Beyond the third world: imperial

- globality, global coloniality and anti-globalization social movements". *Third World Quarterly*, [s.l.], v. 25, n.1, p. 207-230, 2004.
- EVERS, T. "De costas para o Estado, longe do parlamento". *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2, n. 1, 1983.
- FALS BORDA, O. *Historia doble de La costa. Retorno a la tierra*. Bogotá: Carlos valencia, 1986. Tomo IV.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- FILLIEULE, O. Propositions pour une Analyse Processuelle de l'Engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-215, 2001.
- FITZGERALD, K.; RODGERS, D. M. Radical Social Movement Organizations: A Theoretical Model. *Sociological Quarterly*, Estados Unidos, v. 41, n. 4, p. 573-592, 2005.
- FRASER, N. Recognition without Ethics. *Theory, Culture and Society*, [s.l.], n.18, 2001.
- FUNGERIK, A.; WRIGHT, O. Experimentos em democracia deliberativa. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 2, p. 100-143, 1999.
- GAXIE, D. "Retribuciones de la militancia y paradojas de la acción colectiva. *Intersticios: Revista Sociológica de Pensamiento Crítico*, Madrid, v. 9, n. 2, p.131-153, 2015.
- GAVENTA, J. Finding the spaces for change. In: ÅLUND, A.; SCHIERUP, Carl-Ulrik, S. Making or unmaking a movement? Challenges for civic activism in the global governance of migration, *Globalizations*, 2018. 2006.DOI: 10.1080/14747731.2018.1446599.
- GINDRE, G. Internet e Redes sociais como ferramentas de Mobilização. In: *Oficina Redes Sociais e Mobilização*. Rio de Janeiro: Rede de Mobilizadores. Laboratório Herbert de Souza Tecnologia e Cidadania, 2016.
- GOHN, M. da G. *Conselhos gestores e participação sociopolítica*. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2016.
- _____. *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo: Ed Cortez, 2017b.
- _____. *Manifestações de Junho de 2013 no Brasil e Praças dos Indignados no Mundo*. 2ª edição. Petrópolis: Vozes, 2014 b.
- _____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. 5ª edição. São Paulo: Loyola, 2014a.
- _____. *Teoria dos movimentos sociais*. 12ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 2017a.
- GRAMSCI, A.; BORDIGA, A. *Conselhos de fábrica*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- GUÉRIN, D. (Org.). *Escritos*. Porto Alegre: LPM, 1981.
- HABERMAS, J. *Direito e Democracia entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011. V.II.
- _____. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Multidão*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- HARVEY, B.; ZIZEK, S. In: TARIQ, A. *Occupy. Movimentos de protestos que tomaram as ruas*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- HOBBSAWM, E. *A era dos extremos*. Companhia das Letras: São Paulo, 1995.
- HONNETH, A. *Luta por reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003.
- IVO, A. B.L. *Metamorfoses da Questão social*. Buenos Aires: Clacso, 2001.
- _____. *Viver por um fio: pobreza e políticas sociais*. S. Paulo: Annablume, 2008.
- KROPOTKIN, P. "Sobre o governo representativo ou parlamentarista". In: GUÉRIN, D. (Org.) *Anarquismo e democracia burguesa*. São Paulo: Global, 1979.
- LAVALLE, A. G. Participação: valor, utilidade, efeitos e causa. In: PIRES, R. R. (Org.) *Efetividade nas instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea, 2011. p. 33-43.
- LATOURE, B. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede*. Salvador: EDUFBA-Edusc, 2012.
- LIMA, P. F. *Violência Contra a Mulher. O Homicídio Privilegiado e a Violência Doméstica*. São Paulo: Atlas, 2013.
- LINERA, A. *García sociologia dos movimentos sociais*. São Paulo: Boitempo, 2009.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, M. (Org.) *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997. p. 443-481.
- LÖWY M. *Ecosocialismo: la alternativa radical a la catástrofe ecológica c capitalista*. Herramienta, 2011.
- LUCHMANN, L. H. H.; BORBA, J. Participação, desigualdades e novas institucionalidades: uma análise a partir de instituições participativas em Santa Catarina. *Ciências Sociais Unisinos*, Rio Grande do Sul, v.44, p.58-68, 2008.
- MCADAM, D.; MCCARTHY, J.; ZALD, M. *Comparative perspectives on social movements - Political opportunities, mobilizing structures, and cultural framings*. United Kingdom: Cambridge University Press, 1996.
- MCCARTHY, J.; ZALD, M. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American journal of sociology*, Chicago, p. 1212-1241, 1977.
- MELUCCI, A. *Challenging codes: collective action in the information age*.United Kingdom: Cambridge University Press, 1996.
- _____. The New social movements: a theoretical approach. *Social Science Information*, [s.l.], n.19, 199-226, 1980.
- MIGNOLO, W. D. *Histórias locais, projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- MILANI, C. R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. *RAP-Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 551-579, maio/jun. 2008.
- MILL, J. S. *An essay on government*. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1937.
- MILBRAITH, L. *Political participation: how and why do people get involved in politics?* Chicago: Rand McNally and Company, 1965.
- MISCHE, A. *Partisan publics: Communication and Contention Across Brazilian Youth Activist Networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MOTTA, A. B. da. Dossiê: Gênero, idade e gerações. *Caderno CRH, Salvador*, v. 17, n.42, 2004.
- NEGRI, A.; COCCO, G. *Global: biopoder e luta em uma América Latina globalizada*. São Paulo: Record, 2005.
- OLIVEIRA, W. Posição de classe, redes sociais e carreiras militantes no estudo dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 3, p. 49-77, 2010.
- OLSON, M. *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Edusp,1999.

- OWEN, R.; FOURRIER, C. In: SICCA, P. *Storiadélla urbanística: l'ottocento*. Roma: Laterzae F. Spa, 1977.
- PAIVA, A. R. (Org.) *Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos*. Rio de Janeiro: Ed Pallas/PUC Rio, 2012.
- PATEMAN, C. *Participação e teoria democrática*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PINTO, C. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro/São Paulo, Rosa dos Tempos/Fundação Carlos Chagas, 1992. p. 127-150.
- PERROT, M. *Mulheres públicas*. São Paulo: Unesp, 1998.
- PIZZORNO, A. *Introduzioneallostudiodellapartecipazione politica*. Apostila DCP. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 1971.
- PROUDHON, P. J. "A Velha e a nova sociedade". In: _____. *Anarquistas*. Porto Alegre: LPM, 1981.
- QUIJANO, A. El laberinto de América Latina: ¿hay otras salidas? *Revista OSAL*, Buenos Aires, v.5, n.13, 2004.
- _____. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: ANDER, E. (Org.) *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*, Buenos Aires, CLACSO, 2005.
- ROUSSEAU, J. J. *The social contract*. Nova York: M. Penguin books, 1968.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SAFFIOTI, H. I. B. Conceituando gênero. Coordenadoria Especial da Mulher, Secretaria Municipal de Educação. *Gênero e Educação*, São Paulo, p. 53-65, 2003.
- SANTOS, B. de S.; AVRITZER, L. *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. *La caída del angelus novus: ensayos para una nueva teoría social y una nueva práctica política*. Bogotá: ILSA, 2003.
- SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. "Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses". *Sociologias*, Porto Alegre, v.13, n. 28, p. 200-255, 2011.
- SIRVENT, M. T. *Educación de adultos: investigación, participación, desafíos y contradicciones*. 2ª edição. Buenos Aires: Minó Dávila, 2008.
- SOUZA-LOBO, E. *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- SPIVAK, G. C. Estudios de La subalternidad. In: SPIVAK, I. et al. *Estudios postcoloniales-Ensayosfundamentales*. Madri: QueimadasGraficas, 2008.
- STASSEN, Jean-François. *Exclusion and participation: can the excluded become able to participate*. Belgium: Université de Liège, 1999.
- SVAMPA, M. *Cambio de época. Movimientos sociales y poder político*. Buenos Aires: CLACSO/SigloXXI, 2008.
- TAPIA, L. *Movimientos sociales, movimientos societales y los no lugares de la política*. Buenos Aires: CLACSO, 2009. (Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano, n° 11).
- TARROW, S. *New transnational activism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- _____. *Power in Movement*. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.
- TILLY, C. *Citizenship, identity and social history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- _____. *From mobilization to revolution*. Michigan: University of Michigan, 1978.
- _____. TARROW, S. *Contentious politics Paradigm*, 2006.
- THOMPSON, E. P. *A miséria da teoria*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.
- THOREAU, H. D. *A desobediência civil*. São Paulo: Cultrix, 1975.
- TOURAINÉ, A. *¿Podremos vivir juntos?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.
- _____. *O mundo das mulheres*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- TOCQUEVILLE, A. de. *Democracia na América*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- VALENÇA, M. M.; GOMES, R.C.C. (Orgs.) *Globalidade e desigualdade*. Natal: A. A S. Editores, 2002.
- WALSH, C. Desenvolvimento como Buenviver: arranjos institucionais e laços (dês) coloniais. In: *Revista Nueva América*, n. 126, p.27-31, abril/jun. 2010.
- WALLERSTEIN, I. Antisystemic Movements, Yesterday and Today. *Journal of World-Systems Research*, [s.l.], v. 20, n. 2, p.158-172, 2014.
- WILLIAMS, D. *Black Flags and social movements: a sociological analysis of movement anarchism*. Manchester University Press, 2017.
- WOODCOCK, G. 1983. *Anarquismo*. Porto Alegre: LPM, 1983.
- YOUNG, I. M. Communication and the Other: beyond deliberative democracy. In: BENHABID, S. *Democracy and difference: contesting the boundaries of the political*. Princeton: Princeton University Press, 1996. p. 120-256.

**THEORIES ON SOCIAL PARTICIPATION:
challenges to understanding social inequalities**

Maria da Glória Gohn

The article focuses on the subject of social and political participation, theorized in academia and present in Brazilian reality in both civil society – by social movements, collectives and other organizations – as in the state – by public policies. A rescue of the concept and the main theoretical approaches to participation is made. Ten approaches are identified as they have been applied in the analysis of different forms of socio and cultural participation, coming from both social groups and state institutions. The central issues that guide the analysis are: How have these approaches dealt with the subject of social inequalities? As these chains have contributed to the understanding, or to give subsidies, to the participation of civil society in the process of fighting for inclusion, discrimination and social equality? What agendas can be built from the approaches?

KEYWORDS: Social participation. Theories. Social inequality.

**THÉORIES SUR LA PARTICIPATION SOCIALE:
défis pour la compréhension des inégalités
sociales**

Maria da Glória Gohn

L'article se concentre sur le thème de la participation sociale et politique, théorisé dans le milieu universitaire et présent dans la réalité brésilienne à la fois dans la société civile-par des mouvements, des collectifs et d'autres organisations-comme dans l'État-par des politiques publiques. Un sauvetage du concept et des principales approches théoriques de la participation est fait. Identifier dix approches, axées sur la manière dont elles ont été appliquées dans l'analyse des différentes formes de participation sociopolitique et culturelle, émanant des groupes sociaux et des institutions étatiques. Les questions centrales qui guident l'analyse sont les suivantes: comment ces approches ont-elles abordé le thème des inégalités sociales? Comment ces courants ont contribué à la compréhension, ou à donner des subventions, La participation de la société civile, dans les processus de lutte pour l'inclusion, contre la discrimination et l'égalité sociale? Quels agendas peuvent être construits à partir des approches?

MOTS-CLÉS: Participation sociale. Théories. Inégalités sociales.

Josué Pereira da Silva *

O artigo começa com uma definição do conceito de esquerda a partir de sua luta histórica contra a desigualdade social, para discutir, em seguida, a crise contemporânea da esquerda, relacionando-a com os temas da igualdade e da justiça. Por fim, com base na literatura contemporânea pertinente, articula uma agenda de temas capazes de resgatar a esquerda da crise atual.

PALAVRAS-CHAVE: Esquerda. Crise. Igualdade. Justiça. Brasil.

INTRODUÇÃO

A questão que dá título ao artigo, formulada em língua inglesa, é ambivalente de propósito. Mas não é apenas um trocadilho. Sua proposital ambivalência objetiva lidar, ao mesmo tempo, mas não simultaneamente, com dois problemas: *o que é esquerda* (*Left*, com maiúscula) e *o que restou* (ou *resta*) dela depois de sua atual crise (*left*, com minúscula).² Na verdade, a segunda acepção da pergunta título poderia também ser explicitada por meio de seu desdobramento em duas questões: *O*

que se perdeu? O que resta? Essas duas últimas questões, somadas à primeira, que dá título ao artigo, servirão para me guiar na estruturação do argumento que pretendo desenvolver aqui, tendo como referência os temas do subtítulo. Assim, à luz do debate sobre a crise da esquerda, o artigo pretende, conforme sugere o subtítulo, discutir também a relação entre desigualdade e justiça.

Igualdade é uma categoria cara às teorias da justiça social.³ Junto com liberdade e fraternidade, ela forma a tradicional tríade consagrada pela Revolução Francesa. Com pouca variação na terminologia, essa tríade está presente em importantes teorias contemporâneas da justiça social, como as do inglês David Miller e do alemão Axel Honneth, que usam o termo necessidade em lugar de fraternidade (Honneth, 2003a, 2015; Miller, 1976, 1999).⁴

* Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Departamento de Sociologia.
Rua Cora Coralina, 100. Cidade Universitária Zeferino Vaz. Barão Geraldo. Cep: 13083-896. Campinas – São Paulo – Brasil.
josueps@unicamp.br

¹ Tive a oportunidade de discutir uma primeira versão deste texto com meus colegas do grupo de pesquisa “Teoria Crítica e Sociologia”, dos quais recebi importantes críticas e sugestões. Embora não tenha podido incorporar todas elas aqui, deixo registrados meus agradecimentos a todos os participantes da discussão, extensivos também aos que me enviaram comentários por escrito. Da mesma forma, agradeço aos pareceristas anônimos pelas críticas e sugestões.

² Ao se referir a um seminário sobre a crise da esquerda que teve lugar em Turim, Itália, em dezembro de 1992, Norberto Bobbio também escreve a respeito do duplo significado da expressão *What is Left?* (Bobbio, 2011).

³ Sobre teorias da justiça centradas no tema da igualdade, ver, por exemplo: Rawls (1971); Walzer (1983). Ver também Turner (1986), para o conceito de igualdade; e Wühl (2002), para uma comparação entre as teorias de Rawls (igualdade simples) e de Walzer (igualdade complexa). Therborn (2006), por outro lado, chama a atenção para a complexidade das formas de desigualdade.

⁴ De maneira geral, o termo fraternidade deveria remeter mais diretamente a solidariedade; mas, no modelo de Honneth, visto em conjunto, é a noção de necessidade que

Embora, em suas teorias, ambos deem certa primazia à liberdade, contemplada em seus modelos de justiça pela ideia de merecimento, uma apreensão de conjunto de cada uma das teorias deixa bem clara a importância do tema da igualdade para suas teorias de justiça (Silva, J., 2017a). Creio que se pode dizer o mesmo em relação ao lugar do tema desigualdade em tais teorias, já que desigualdade é a outra face (negativa) da igualdade (Silva, J., 2015). Por outro lado, a luta por igualdade social é sabidamente um tema caro às vertentes políticas de esquerda, para não dizer que está na base da própria ideia de socialismo, cuja história se vincula estreitamente à luta por igualdade social.⁵ A propósito, Norberto Bobbio, que funda a distinção entre esquerda e direita, no par igualdade e desigualdade, associa a primeira com a persistente luta por igualdade social e a segunda com a defesa permanente das diversas formas de desigualdade (Bobbio, 2011; Mello, 2003), remetendo a primeira ao socialismo e a segunda ao liberalismo. Por isso, sua formulação é uma referência importante para minha discussão da desigualdade social à luz do debate atual sobre a crise da esquerda.

A partir do exposto acima e tendo em vista os temas referidos no subtítulo, o artigo será dividido em três partes. Na primeira, apoiando-me no debate contemporâneo, lido com a questão título, que se refere ao conceito de esquerda. A despeito da intenção de me limitar a uma análise conceitual, desenvolvo-a tendo em conta as recentes experiências de governos autodenominados de esquerda, com atenção ao caso brasileiro (I). Na segunda parte, abordarei mais diretamente o que se convencionou chamar de crise da esquerda, especulando em torno de algumas ações ou posturas que estão, a meu ver, na base dessa crise, a saber: natureza dos programas de reformas, alianças pouco ortodoxas e desvios éticos (II). mais parece se aproximar da clássica ideia de fraternidade.

⁵ Sobre a ideia de socialismo nos anos recentes, ver: Gorz (1991a, 1991b), Habermas (1991), Fraser (1989, 1995), Santos (2000), Wright (2006a, 2006b), Caillé (2011a), Honneth (2017).

Feito isso, meu próximo passo é, conforme a terceira questão acima, identificar, no debate teórico e político contemporâneo, temas e propostas que possibilitem a formulação de uma agenda política de esquerda que faça jus aos desafios da atualidade (III).

I

As décadas finais do século XX presenciaram o renascimento de um grande debate sobre a chamada crise da esquerda que, de certa forma, fazia parte de um contexto mais amplo, marcado também por debates sobre outras crises: do marxismo, do trabalho, do Estado de bem-estar e assim por diante (Cf. Castel, 1995; Gorz, 1980, 1983, 1988, 1997; Habermas, 1975, 1989, 1991, 2001; Offe, 1984, 1985). Embora todas elas estejam inter-relacionadas e vinculadas ao contexto de rápidas mudanças, denominado por muitos como globalização, o desmonte do chamado bloco socialista – simbolizado pela queda do muro de Berlim – contribuiu ainda mais para aumentar a sensação de crise.⁶ É nesse contexto que ganha força o debate sobre a crise da esquerda, que tem como uma característica marcante o contraponto entre as posições que postulam a superação da distinção entre esquerda e direita e aquelas que insistem na pertinência da diáde.⁷

Meu foco principal aqui não é, porém, a alegada distinção entre direita e esquerda, mas sim a busca de uma definição de esquerda que contenha, em si própria, alguma substância. Por isso mesmo, após uma rápida vista d'olhos sobre o debate a respeito da pertinência ou não da distinção atual entre esquerda e direita, apoio-me na definição elaborada por Norberto Bobbio, fundada na histórica relação da es-

⁶ O livro *After de fall: the failure of communism*, uma coletânea formada por contribuições de diversos autores e organizada por Robin Blackburn, é um bom exemplo desse debate (Blackburn, 1991).

⁷ Nesse caso, os dois lados de debate me parecem bem contemplados, respectivamente, pelos livros *Beyond Left and Right: the future of radical politics*, de Anthony Giddens, e *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*, de Norberto Bobbio, ambos publicados em 1994.

querda com a luta por igualdade social. Além de ser substantiva, sua definição de esquerda tem, para mim, a vantagem de se basear em tema – igualdade e desigualdade – de interesse direto para o presente artigo.

A distinção entre esquerda e direita tem uma história de mais de dois séculos. O final do século XX parece, no entanto, representar um ponto de inflexão nessa história, em razão da emergência de um debate, no qual alguns autores colocavam em causa a pertinência ou relevância de se continuar a usar a distinção entre esquerda e direita, termos que consideravam obsoletos (Giddens, 1994). Na contramão desse tipo de diagnóstico, a contribuição de Bobbio procura, ao contrário, demonstrar a pertinência e validade da díade esquerda–direita para a organização do espaço político atual. Para fundamentar sua posição, Bobbio reconstrói o debate que então se travava sobre o tema.

Sérgio Cândido de Mello, estudioso de sua obra, escreve que Bobbio retorna à origem histórica da distinção, afirmando que a oposição entre esquerda e direita emerge da Revolução Francesa, “referida, no essencial, à dicotomia igualdade–desigualdade” (Mello, 2003, p. 126). Ainda segundo Mello, “Bobbio baseia-se na persistência desse conflito [...] para construir uma definição substantiva da esquerda e da direita, tal como elas existem nos dias de hoje, resgatando a importância da dicotomia igualdade/desigualdade ainda nos dias atuais” (Mello, 2003, p. 126). Ademais, citando Marco Aurélio Nogueira, tradutor e autor do texto que compõe as orelhas da edição brasileira do livro de Bobbio, Mello diz ainda que a definição da díade preserva também, como um de seus elementos-chave, uma carga emotiva, remetendo para isso ao próprio testemunho de Bobbio que, na conclusão do livro, fala de suas memórias de infância, quando percebia a desigualdade das condições de vida dele – filho de uma família burguesa – e as dos filhos dos camponeses com quem brincava durante as férias de verão. Dessa forma, Mello conclui que, na base da definição de esquerda do autor italiano, há não só um elemento factual, objetivo, mas

também uma dimensão subjetiva.

De fato, em seu livro, Bobbio reconstrói, sobretudo, o debate italiano, indicando os principais argumentos utilizados pelos oponentes da dicotomia entre esquerda e direita. Bobbio reconhece, ademais, que a mencionada díade se baseia em critério descritivo, mas também prescritivo. Para tornar sua definição mais precisa, Bobbio afirma também que existem díades antitéticas ou divergentes e díades complementares ou convergentes, sendo que esquerda e direita são exemplos do primeiro caso. Além disso, ele acrescenta que esquerda e direita são termos antitéticos num duplo sentido: eles são excludentes porque nenhum movimento ou doutrina pode ser simultaneamente de esquerda e de direita; e são exaustivos porque, em contrapartida, podem ser apenas de esquerda ou de direita. Por outro lado, ainda segundo Bobbio, os dois termos podem ser usados em sentido descritivo (como representação sintética de duas partes em conflito), axiológico (para exprimir valoração, positiva ou negativa, sobre uma ou outra), e histórico (para descrever a passagem de uma fase a outra da vida política), sendo que, nesse último caso, pode ser descritivo ou avaliativo (Bobbio, 2011).

Feitas essas considerações, Bobbio arrola alguns dos motivos encontrados no debate para o alegado desaparecimento da oposição entre esquerda e direita. Para começo de conversa, ele considera uma simplificação reduzir a discussão à crise das ideologias. E, embora reconheça alguma pertinência da proposição de substituir o par esquerda e direita pelo par progressistas e conservadores, com base na alegação de que o conflito atual se dá em torno de temas, muitos deles transversais, ele acha que ela não é decisiva, porque a díade esquerda e direita não exclui um contínuo de posições intermediárias entre os extremos, de forma que a antítese originária permanece. Basta ver, por exemplo, os alinhamentos de movimentos ecológicos e feministas no amplo arco contemplado pela díade direita e esquerda, incluindo-se aí as posições de centro. Ou seja, há verdes e

feministas de esquerda, de centro e, quiçá, de direita. Essa última observação vale também como resposta a proposições como a conhecida terceira via, que, alegando a perda de valor descritivo da clássica tríade, ambiciona superá-la por meio de uma síntese das proposições políticas de esquerda e de direita (Giddens, 1998, 2000).

Na verdade, para Bobbio (2011, p. 61), “a razão principal pela qual a clássica tríade foi posta em discussão é outra, de relevância histórica e política bem maior. Os dois termos de uma tríade governam-se um ao outro: onde não há direita não há mais esquerda, e vice versa”. É preciso, pois, levar em conta a força relativa de cada uma delas em determinados momentos históricos; por isso, ele chama a atenção para o fato de esse questionamento da pertinência da clássica distinção entre as duas ocorrer num momento de fraqueza política da esquerda e ter vindo justamente de “grupos ou movimentos que se autoproclamaram de esquerda, ou assim foram considerados” (Bobbio, 2011, p. 63).

Conforme escreve Mello (2003, p. 133, grifo do autor):

Na linha desse raciocínio e retomando uma longa lista de eventos e textos produzidos em torno do que se convencionou chamar a *crise da esquerda*, Bobbio conclui que a associação dessa crise com a crise do sistema soviético não explica o fim da esquerda, mas sim o fim de uma determinada esquerda, historicamente delimitada, o que abre necessariamente a possibilidade de se adentrar o nascente debate sobre a existência de muitas esquerdas e muitas direitas, reafirmando a *tese tradicional de que deve existir um critério para distinguir a esquerda da direita*.⁸

Ao insistir na necessidade de um critério

⁸ Vale conferir outras tentativas de definir esquerda, como, por exemplo, a de Leszek Kolakowski (1968), como um movimento revolucionário, que nega o *status quo*, orientado por alguma noção de utopia; André Gorz (1991a, 1991b), por sua vez, centra sua definição de esquerda pela capacidade de, com base em diagnósticos no presente, explorar temas com potencialidades emancipatórias. Embora a definição do primeiro pareça conceitualmente mais abstrata que a do segundo, que é mais atenta à emergência de temas concretos, elas não se contradizem, tampouco negam a definição mais sistemática de Bobbio. Conferir também com as definições mostradas na próxima nota de rodapé.

para distinguir a esquerda da direita, Bobbio introduz no debate o contraponto entre radicalismo e moderantismo, com o último expressando a posição de centro no espaço político. Mas, para ele, há pelo menos *duas noções de centro*, guiadas pela ideia de compromisso ou pela ideia de superação. No primeiro caso, que ele denomina *terceiro incluído*, o centro ocupa, no espaço político, um lugar intermediário entre esquerda e direita, exercendo um papel moderador – de compromisso – entre as duas, sem a pretensão de eliminá-las. Trata-se aqui, para Bobbio, de uma práxis sem doutrina. No segundo caso, denominado *terceiro inclusivo*, ao invés de ocupar um lugar intermediário entre esquerda e direita, o centro ambiciona eliminar as duas, por meio de uma síntese que as absorva – com superação. Esse é, segundo Bobbio, o caso da chamada terceira via, a qual ele considera uma doutrina sem práxis. Ademais, acrescenta ele, a tríade esquerda-direita se organiza em torno de programas que definem os fins a serem alcançados, e a dupla extremistas-moderados refere-se a estratégias empregadas para se chegar aos fins desejados; ou seja, enquanto o programa visa aos fins, a estratégia é método. Assim, um determinado espaço político pode ser formado por diversas posições que preenchem os espaços entre a extrema esquerda e a extrema direita: esquerda, centro-esquerda, centro, centro-direita e direita.⁹

⁹ Ainda a respeito da definição de esquerda, vale confrontar a posição de Bobbio com as posições de dois autores brasileiros, cujas definições diferem da do autor italiano. Vladimir Safatle (2013), por exemplo, escreve que “talvez a posição atual mais decisiva do pensamento de esquerda seja a *defesa radical do igualitarismo*. Juntamente com a defesa da soberania popular, a defesa radical do igualitarismo fornece a pulsação fundamental do pensamento de esquerda”. Ele afirma também que “por ‘igualitarismo’ devemos entender duas coisas. Primeiro, que a luta contra a desigualdade social e econômica é a principal luta política. Ela submete todas as demais”. Ademais, ele acrescenta, “por outro lado, ‘igualitarismo’ refere-se também a uma política ligada às demandas de reconhecimento. Ela significa que a esquerda deve ser ‘indiferente às diferenças’. De certa forma, a força atual da esquerda só pode ser uma política da indiferença” (Safatle, 2013, p. 21). Ruy Fausto (2017a), por sua vez, aponta três características para definir a esquerda. Inicialmente, a “posição política dos que defendem os interesses dos não detentores de capital, em oposição aos interesses dos que dispõem dele”; em segundo lugar, a posição “que encarna o desejo de liberdade e de igualdade (não absoluta) e a luta pelo bem-estar dos humanos no planeta”; por fim, acrescenta que a posição de esquerda “não despreza nem o mérito, nem o esforço

Após contestar diversas outras tentativas de fundamentar a díade esquerda–direita e dizer que todas as tentativas de defini-la parecem girar em torno “da contraposição entre visão horizontal ou igualitária e visão vertical ou desigualitária” (Bobbio, 2011, p. 110), ele decide fundamentar sua definição de esquerda na luta pela igualdade, como “único critério que resiste à usura do tempo” (Bobbio, 2011, p. 110). Assim ele conclui “que o critério mais frequentemente adotado para distinguir a direita da esquerda é a diversa postura diante do ideal da igualdade” (Bobbio, 2011, p. 110-111).¹⁰

Entretanto, pondera ele, “o conceito de igualdade é relativo”; ou seja, a ideia de igualdade precisa levar em conta, pelo menos, as três seguintes variáveis: “a) os *sujeitos* entre os quais se trata de repartir os bens e os ônus; b) os *bens* e os ônus a serem repartidos; c) o *critério* com base no qual fazer a repartição”. Assim, qualquer projeto de política distributiva deve responder às perguntas: “Igualdade sim, mas entre quem, em relação a que e com base em quais critérios?” (Bobbio, 2011, p. 112-113). Para tornar o problema ainda mais complexo, ele acrescenta:

Combinando estas três variáveis, pode-se obter, como é fácil imaginar, uma variedade enorme de tipos de repartição, todos passíveis de serem chamados de igualitários apesar de serem muito diversos entre si. Os *sujeitos* podem ser todos, muitos ou poucos, até mesmo um só; os *bens* a serem distribuídos podem ser direitos, vantagens ou facilidades econômicas, posições de poder; os *critérios* podem ser a necessidade, o mérito, a capacidade, a posição social, o esforço e outros mais; e no limite a ausência de qualquer critério, que caracteriza o princípio maximamente igualitário, que proponho chamar de ‘igualitarista’: ‘A todos a mesma coisa’ (Bobbio, 2011, p. 113, grifo nosso).

peçoal, nem o talento; não supõe que ‘somos todos iguais’ (todos igualmente matemáticos, bons pianistas, bons poetas, etc.)” (Fausto, 2017a, p. 109-110).

¹⁰ A propósito, Mello observa que, embora Bobbio considere esquerda e direita conceitos relativos, eles não são “caixas vazias passíveis de serem preenchidas com qualquer mercadoria” (Mello, 2003, p. 153). Por isso, acrescenta Mello, Bobbio argumenta em favor de uma definição substantiva de esquerda “baseada na ideia da luta política pela igualdade” (Mello, 2003, p. 151).

Ele pondera ainda, mais adiante, que “afirmar que a esquerda é igualitária não quer dizer que ela também é igualitarista” (Bobbio, 2011, p. 116).¹¹ O que, em outras palavras, significa dizer que, em sua concepção, não dá para se definir esquerda sem recorrer a algum critério, como, aliás, ele fez. Essas últimas palavras de Bobbio a respeito dos *sujeitos*, dos *bens* e dos *critérios* constituem-se, a meu ver, num importante ponto de partida para se estabelecer um diálogo crítico com teorias da justiça social, como as de Miller e de Honneth, mencionadas acima. Para tanto, retornarei a elas mais adiante.

Para fechar minha discussão sobre a definição de esquerda, procuro analisar como essas variáveis apontadas por Bobbio – sujeitos, bens, critérios – se encaixariam no esquema de posições programáticas, conforme ele mesmo sugere, formado por esquerda, centro e direita, e por suas variações específicas. Limito minha análise, porém, às posições de esquerda, mas sem deixar de me referir aos movimentos sociais, cujas pautas são quase sempre transversais em relação ao arco político que engloba a díade esquerda–direita.

A variável *sujeitos* que, na definição de Bobbio, parece remeter principalmente aos *destinatários* das políticas de igualdade, deve também ser concebida para se referir aos potenciais *protagonistas* dessas políticas. A história dos movimentos sociais mostra que as políticas de igualdade resultam mais das lutas em torno delas do que de ações voluntárias dos governantes. Em relação a quem são os destinatários, Bobbio escreve que podem ser poucos, muitos ou todos, isto é, as políticas de igualdade podem ser focadas ou universalizadas. Em geral, a universalização, ao instituir direitos iguais para todos, apela mais claramente à comum humanidade dos beneficiários do que às políticas focadas, mais voltadas para a proteção de setores vulneráveis da população, reduzindo desigualdades sociais extremas, sem alterar

¹¹ Pode-se ver aqui que, em relação à compreensão de igualitarismo, as posições de Bobbio e de Safatle não coincidem.

as estruturas que as produzem. Cabe acrescentar que ao apelarem para a comum humanidade, as políticas de universalização são também mais afeitas às políticas de esquerda, embora a profundidade das políticas de igualdade e a estratégia para alcançá-las possam variar conforme o maior ou menor radicalismo de cada tendência de esquerda: extrema-esquerda, esquerda e centro-esquerda. O mesmo vale para a atitude de cada uma dessas tendências de esquerda em relação à democracia e como cada uma concebe essa última.

A segunda variável – *bens* ou ônus a serem repartidos – refere-se a direitos, vantagens ou facilidades econômicas e posições de poder. Ou seja, os bens podem ser repartidos como direitos, cuja generalização remete à comum humanidade dos envolvidos. Mas eles também podem ser repartidos de forma seletiva, focada em determinados grupos sociais. Assim, a generalização dos direitos para alcançar o conjunto da população de uma determinada comunidade política, a profundidade das formas democráticas de governo e a prioridade dada à proteção da sociedade em relação à lógica da economia de mercado são políticas mais afeitas à esquerda. Por outro lado, o maior ou menor radicalismo na distribuição – de direitos, de posições de poder e de riqueza material coletivamente produzida – pode facilmente se referir, como no parágrafo anterior, à diversidade das posições de esquerda. A postura assumida – de resistência ou adesão – em relação à lógica da mercadoria, traduzida pela expansão das relações mercantis para os diversos âmbitos das relações sociais, é, a propósito, um bom indicador.

A terceira variável de Bobbio refere-se ao *critério*, utilizado para se promover a igualdade, dando os seguintes exemplos: necessidade, mérito, capacidade, posição social e esforço.¹² Que qualquer um, e mesmo mais de um, desses princípios pode ser adotado como critério distributivo é bem aceito pelas teorias da justiça.

Nas já referidas teorias de Miller e de

Honneth, no entanto, esses critérios não se confundem com a ideia de igualdade, mas concorrem com ela, para formar um modelo completo. No caso de David Miller, o modelo de justiça social se compõe de três princípios por meio dos quais a justiça deve ser distribuída: necessidade, direito e merecimento (Miller, 1976, 1999). Enquanto o princípio da necessidade diz que a distribuição de justiça deve se basear na necessidade dos destinatários, sem exigência de contrapartida, o princípio do merecimento distribui justiça de acordo com o mérito ou a capacidade dos destinatários. Mas ele não associa imediatamente nenhum dos dois à ideia de igualdade, que é tratada apenas em relação ao princípio distributivo que ele define como direito. Sem contar que, na teoria de Miller, o princípio do merecimento parece ter primazia sobre os outros dois. Pode-se, evidentemente, alegar que tal teoria aproxima-se mais das vertentes políticas liberais que das de esquerda, daí o lugar aparentemente secundário do princípio da igualdade em seu modelo de justiça social. Entretanto, não dá para se dizer o mesmo em relação a Axel Honneth, uma vez que ele, sabidamente, filia-se à conhecida tradição da teoria crítica frankfurtiana, uma das mais importantes vertentes do marxismo ocidental, que pouco tem a ver com a tradição do liberalismo. Todavia a teoria da justiça como reconhecimento, elaborada por Honneth, também centrada num modelo tripartite, constituído pelas esferas do amor, do direito e da solidariedade ou merecimento, é, em muitos aspectos, semelhante à teoria de Miller, conforme ele próprio reconhece (Honneth, 2003b, 2012). A propósito, da mesma forma que a teoria de Miller, ela é guiada por três princípios, com o princípio do merecimento tendo primazia sobre os outros, e a ideia de igualdade é também remetida à esfera dos direitos.

Por outro lado, embora os dois autores partilhem modelos semelhantes de justiça social, é preciso destacar as diferenças entre ambos. Enquanto a teoria da justiça social de Miller parece se contentar com o atomismo

¹² Bobbio também associa a ausência de qualquer critério ao que chama de igualitarismo.

próprio das teorias liberais, a teoria de Honneth, tanto na versão inicial de luta por reconhecimento (Honneth, 2003a), quanto na versão mais recente, formulada em torno do conceito de liberdade social (Honneth, 2015), se apresenta como uma abordagem intersubjetivista, vinculada à tradição hegeliana. Esse intersubjetivismo lhe permite formular uma ideia de democracia que se aproxima bastante das formulações conhecidas como democracia participativa, nas quais se dá mais ênfase ao protagonismo dos sujeitos envolvidos do que ao conteúdo de suas demandas.¹³ Ou seja, é no processo de formação dos sujeitos e na conquista de posições de poder que as demandas são elaboradas e colocadas em pauta. Vale ressaltar ainda que a relação intrínseca dessas concepções de democracia com significativas parcelas dos movimentos sociais e também com parte dos agrupamentos políticos de esquerda é bastante evidente.

II

Caso seja aceita a tese de Bobbio, mostrada acima, de que a história da esquerda, nos últimos duzentos anos, pode ser explicada pela luta em busca da igualdade social organizada em torno dos eixos *sujeitos*, *bens* e *critérios*, então a crise da esquerda deve também ser explicada nos mesmos termos, ou seja, em relação à dificuldade, ou mesmo ao fracasso, da luta em um ou mais desses três eixos. Em outras palavras: se a luta contra a desigualdade ou pela busca da igualdade é o objeto constitutivo da esquerda como movimento social e político, parece-me pertinente começar a discutir a crise da esquerda pela análise de seu objeto, que é a luta pela igualdade social.

Durante grande parte do século XX, a luta contra a desigualdade social e a materialização de medidas que a favoreceram ocorreu, sobretudo, em experiências de governo conhecidas como *socialdemocracia* e como *socialismo real*.

No primeiro caso, governos socialdemocratas europeus conseguiram, com seus modelos de bem-estar social, avançar na luta contra a desigualdade social, em contexto de relações capitalistas e de democracia representativa. Suas políticas sociais procuravam promover a igualdade social, contrapondo-se à lógica da mercantilização das relações sociais por meio da institucionalização de direitos sociais de cidadania, cuja radicalidade variava entre os diversos modelos de Estado de bem-estar. A propósito, Gösta Esping-Andersen (1990), estudioso do assunto, classifica os modelos de Estados de bem-estar segundo o grau de mercantilização das relações sociais, entendida como dependência dos direitos de cidadania em relação à participação da pessoa beneficiária no mercado de trabalho. Assim, ao analisar os direitos de cidadania em relação à participação dos beneficiários no mercado de trabalho, ele classifica os modelos de bem-estar segundo a maior ou menor dependência dos direitos sociais de cidadania da performance no mercado. Por esse critério, ele coloca o modelo anglo-americano, o mais mercantilizado dos três, num extremo, e o modelo escandinavo, o menos mercantilizado, no outro extremo, com o modelo central-europeu ocupando, a esse respeito, um lugar intermediário entre os outros dois modelos (Esping-Andersen, 1990; Esping-Andersen; Kolberg, 1992).¹⁴

Ora, de acordo com a classificação de Esping-Andersen, o modelo de bem-estar dos países escandinavos – Noruega, Suécia e Dinamarca – mostra-se o mais efetivo na luta contra a desigualdade social porque, nele, os direitos de cidadania dependiam, em menor grau do que nos outros dois modelos, da participação no mercado de trabalho. Nesse último modelo, a proteção da sociedade em relação ao mercado foi bem maior do que nos outros dois, alimentando, para muitos, a esperança de que sua radicalização podia ser uma via democrá-

¹³ Sobre a importância da perspectiva intersubjetiva nas teorias críticas contemporâneas, ver Silva, J. (2017c).

¹⁴ Sobre os modelos de Estado de bem-estar e sua relação com justiça, ver também: Van Parijs (1994), Merkel (2002).

tica para o socialismo.¹⁵

No caso dos chamados países socialistas, por outro lado, a luta foi aparentemente mais radical, implicando a superação das relações capitalistas, com a abolição da propriedade privada dos meios de produção e a eliminação da democracia representativa. Mas a abolição da propriedade privada dos meios de produção não significou propriamente a sua socialização, mas sim a substituição da antiga classe dominante por uma poderosa burocracia estatal controlada pelo partido único, que foi o contraponto negativo da eliminação da democracia representativa.¹⁶ Assim, ainda que se tenha conseguido importantes avanços em direção à igualdade social, isso se deu por meio do aumento do poder estatal, com o sacrifício da liberdade das pessoas e com o sufocamento da sociedade civil. Da mesma forma que nos modelos socialdemocratas referidos no parágrafo anterior, conforme sugere a literatura especializada, aqui também é possível falar em variações internas nos modelos de socialismo praticado nos diferentes países; mas, em todos eles, em grau maior ou menor, a conquista de mais igualdade social foi obtida à custa do sacrifício da liberdade.¹⁷

O debate mais recente sobre a crise da esquerda emerge, por sua vez, justamente da crise dos governos socialdemocratas e do colapso do bloco socialista soviético. Por isso, antes de ingressar propriamente nesse debate, vale gastar algumas palavras sobre a crise da socialdemocracia e sobre o colapso do modelo soviético. Por outro lado, embora a crise de uma e o colapso do outro estejam de alguma

maneira relacionados, ambos têm sua própria especificidade. No que se refere às políticas de igualdade, a crise da socialdemocracia pode ser traduzida na própria crise dos sistemas de bem-estar social, denominada inicialmente como crise fiscal do Estado, e depois como crise do Estado de bem-estar propriamente (Esping-Andersen, 1985, 1990; Esping-Andersen; Kolberg, 1992; Gorz, 1983; Habermas, 1975, 1989; O'Connor, 1973; Offe, 1984, 1985).

A crise do Estado de bem-estar social sinaliza o esgotamento do arranjo socialdemocrata de gerir o capitalismo por meio da combinação de crescimento econômico e políticas de pleno-emprego, o que garantia o equilíbrio fiscal para atender simultaneamente à necessidade de lucro das empresas capitalistas e às demandas de bem-estar dos cidadãos. Algumas variáveis contribuíram para aprofundar essa crise: a reação neoliberal contra as políticas de bem-estar, a revolução tecnológica, que, além de facilitar a globalização das comunicações e do fluxo de capital, também afetou o mercado de trabalho, eliminando empregos, numa situação de maior intensificação da concorrência por empregos com a entrada em massa das mulheres no mercado de trabalho.

Tudo isso contribuiu para solapar as bases de sustentação dos governos socialdemocratas, que conduziam suas políticas cada vez mais à direita, no intuito de se adaptarem à nova onda neoliberal, como se pode ver nos governos da chamada terceira via ou social liberalismo (Domingues, 2017; Fausto, 2017a; Giddens, 1994; Hulgard, 2014). O neoliberalismo, por sua vez, beneficiava-se com o fim do sistema soviético que, a despeito de tudo, não deixava de se mostrar como uma alternativa possível ao capitalismo. De forma que, com o fim do socialismo real, o capitalismo viu-se sem um competidor no horizonte e pôde mostrar, sem qualquer pudor, sua face mais destrutiva.¹⁸ E isso se pode ver nas políticas sociais regressivas que, batizadas de “reformas”,

¹⁵ A propósito, o então primeiro ministro da Suécia, Olaf Palme, parecia ser um dos que acreditavam nessa possibilidade, quando, ao final de seu governo, em 1976, fez a seguinte afirmação, citada por Lars Hulgard (apud Hulgard, 2014, p. 361): “A era do neocapitalismo está por terminar [...] A chave para o futuro é algum tipo de socialismo”. A tradução do castelhano para o português do texto citado nesta nota é minha.

¹⁶ Ver, a propósito, o que Ruy Fausto denomina patologias da esquerda, sendo o autoritarismo uma delas (Fausto, 2017a).

¹⁷ A esse respeito, a citada coletânea organizada por Robin Blackburn (1991) é bastante útil. Ver também Fausto (2007), Laville (2014b).

¹⁸ Boaventura de Sousa Santos (2006) denomina essa face destrutiva do capitalismo como fascismo social.

atacam os direitos duramente conquistados na luta contra a desigualdade social.

Ora, qual a leitura que a “esquerda” fez dessa situação? Boa parte dela, sobretudo as vertentes mais ortodoxas, continuou apegada aos valores associados com a Revolução Russa de 1917, seja para defender as experiências de governos do socialismo real, seja para ressaltar que a degenerescência do modelo deveu-se ao fato de a Revolução ter sido traída. Mas, na verdade, nenhuma dessas vertentes questionava seus fundamentos: crença no proletariado como o sujeito principal de sua realização, aposta na lógica do crescimento econômico como único caminho para a emancipação humana, descaso pelos efeitos negativos desse último sobre o ambiente natural e desprezo pelas formas representativas de democracia. A mudança de contexto, com a revolução tecnológica (desemprego) e a emergência dos chamados novos movimentos sociais (novos temas), parece que em nada ou quase nada contribuiu para uma nova leitura da situação, deixando esse tipo de esquerda teoricamente desarmada para enfrentar a reação neoliberal.

Há, entretanto, outras correntes de esquerda que colocam em causa tais fundamentos, em seu conjunto, ou ao menos em parte. Crítica da racionalidade econômica, relativização do papel atribuído ao proletariado na luta por emancipação, defesa do ambiente e valorização da democracia como fim também fazem parte da agenda de preocupações de uma esquerda heterodoxa e mais sensível às condições do presente (Bajoit, 2014; Caillé, 1997, 2011a, 2011b, 2013, 2014; Gorz, 1980, 1988, 1991b, 1997; Latouche, 2009; Lavelle, 2014a, 2014b; Santos, 2016, 2018). Assim, podemos ter, por exemplo, em lugar de um único macro-sujeito – o proletariado – uma variedade de *sujeitos*, representados por movimentos sociais articulados em torno de temas como ecologia, gênero, sexualidade, racismo, colonialismo, e assim por diante. Da mesma forma, os *bens* em disputa não são apenas materiais, de natureza social e econômica, mas se carac-

terizam pela prioridade dada na agenda de alguns desses movimentos aos chamados bens imateriais, traduzidos, em grande medida, pelas lutas contemporâneas por reconhecimento. Decorre também daí a mudança nos *critérios* de luta, com o foco se deslocando da ênfase na distribuição de bens para a própria definição dos bens em disputa e as posições de poder que isso implica para cada sujeito envolvido no processo deliberativo (Fraser, 1989; Habermas, 1998; Honneth, 2003a, 2015).

Em todo esse processo, o tema da *democracia* – representativa e participativa – também assume importância central, uma vez que a relação da *esquerda* com a democracia está no centro da controvérsia sobre a crise da esquerda e também sobre as possibilidades de sua renovação. Assim, a despeito do grau de radicalismo de cada corrente de esquerda, sua postura perante a *democracia*, com os necessários qualificativos, é muito relevante para o debate atual. O mesmo se pode dizer em relação à sua abertura para incorporar a *nova agenda de problemas e desafios* colocada em evidência pelo atual contexto nacional e mundial. Significa, ademais, sua capacidade de elaborar (e colocar em prática) um programa político emancipatório, no qual os objetivos de curto, médio e longo prazo estejam articulados coerentemente com um bom *diagnóstico* crítico de época, com a *substância das propostas* objetivadas e com a *estratégia* adotada para tornar factível sua realização. Sem um programa político desse tipo, a esquerda oscilará entre o pragmatismo adaptativo e o radicalismo inconsequente (Silva, J., 2017b).¹⁹ Voltarei a esse tema na última parte deste artigo.

Por ora, tendo em vista a definição desenvolvida anteriormente, falarei da crise da esquerda a partir da recente experiência brasileira de governos do Partido dos Trabalhadores (PT), denominados por muitos como de esquer-

¹⁹ Vale conferir, a propósito, a importância e a atualidade, nesse contexto, do conceito “reformas revolucionárias”, elaborado por André Gorz na década de 1960 e sobre o qual escrevi alhures (Silva, J., 2017b).

da.²⁰ Para tanto, focalizo meu argumento nos três eixos anunciados na introdução deste texto – programa de reformas, alianças e desvios éticos – dos quais, por razões de espaço, falarei apenas em linhas gerais. Embora os três estejam relacionados, procurarei falar de cada um deles inicialmente de forma separada e juntá-los em seguida, para ter uma visão de conjunto.

Para começo de conversa, ao assumir o governo no início de 2003, uma das primeiras medidas do governo Lula foi encaminhar ao congresso uma proposta de reforma da previdência do funcionalismo público, que tinha o claro objetivo de agradar ao mercado, ainda que à custa de desagradar grande parte de suas bases, inclusive no interior do próprio partido, gerando, assim, a primeira dissidência à esquerda que, mais tarde, deu origem ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL).²¹

Por outro lado, também em 2003, porém mais para o final do ano, houve a criação do Programa Bolsa Família, por meio da unificação de alguns programas sociais já existentes. Tornou lei em janeiro de 2004, o Bolsa Família sinalizava a orientação do governo para uma política social mais abrangente, chegando, ao longo de dez anos, a alcançar um universo de aproximadamente 45 milhões de beneficiários. Tratava-se, no entanto, de uma política social limitada ao que alguns denominam “redução de danos”,²² focada apenas na população em situação de pobreza extrema e amarrada a diversas condicionalidades. Não pareceu haver, portanto, da parte do governo qualquer intenção de encaminhar reformas mais profundas que, de fato, atacassem a crônica desigualdade

social existente no país.

Os dois exemplos citados acima podem sugerir uma espécie de ambivalência típica do chamado lulismo (Domingues, 2013; Singer, 2017), mas um balanço consistente dos treze anos de governos petistas mostra que, se tal ambivalência, fruto do conflito de interesses na base desses governos, existiu durante certo período, com o tempo tornou-se cada vez mais claro para que lado pendia a balança (Sobotka, 2017). A comparação entre os recursos destinados ao Bolsa Família (menos de 0,5% do PIB) e aos Refis – denominados por alguns como bolsa empresário (cerca de 4% do PIB) também deixa isso ainda mais claro.²³ Pode-se, porém, argumentar que, no período, houve uma forte expansão do acesso ao ensino superior, o que é verdade, mas grande parte dessa expansão se deu por meio da transferência de recursos públicos a empresas privadas de ensino em programas do tipo Programa Universidade para Todos (ProUni) (Boulos, 2017). A preferência por políticas focadas também é um indicador de seus limites. Trocando em miúdos, dá para dizer, sem desconsiderar alguma sensibilidade para a questão social, que se tratou, no essencial, de uma política – espécie de social-liberalismo com viés populista – mais preocupada em agradar aos grandes capitais, principalmente bancos e empreiteiras, do que fortalecer a cidadania com a expansão e a universalização de direitos ao conjunto da população. Tudo isso, evidentemente, remete às alianças feitas para garantir governabilidade (Domingues, 2017; Fausto, 2017a).

No que se refere às alianças, pode-se dizer que os governos do PT apoiavam-se numa espécie de tripé formado por movimentos sociais e sindicais organizados, cujos interesses eram, em parte, atendidos pelas políticas do governo, pelo grande capital, conforme acordo expresso pela “Carta aos brasileiros” (Silva, L.,

²⁰ Pelos critérios utilizados neste artigo para definir esquerda, no entanto, creio ser mais adequado definir o PT como um partido historicamente de centro-esquerda, com perfil socialdemocrata, mais do que propriamente um partido de esquerda. Entretanto, a despeito de ter assumido um discurso de esquerda em alguns momentos, quando ocupou o governo, sua agenda de reformas voltada para agradar aos mercados sugere um deslocamento em direção à chamada terceira via.

²¹ Sobre reforma da previdência, ver Benjamin (2004a).

²² Refiro-me, aqui, a Renato Janine Ribeiro, que, numa entrevista, emprega a expressão “redução de danos” com referência a esse tipo de política compensatória (Ribeiro, 2017).

²³ As informações sobre a Bolsa Família são do próprio governo, quando dos 10 anos do programa (ver minha entrevista ao *IHU On line*, de 5/6/2014). Sobre a bolsa empresário, ver o artigo de Raquel Landim (2016), “Bolsa Empresário’ resiste a ajuste no governo Temer e deve custar R\$ 224 bi”.

2002)²⁴ e pelas alianças políticas com partidos políticos, alguns identificados como esquerda, mas, principalmente, com partidos fisiológicos, grandes e pequenos.

Durante o período de governos petistas, os movimentos sociais e sindicais foram, em grande medida e por diversos meios, cooptados pelo governo, que assim garantia em parte a paz de que precisava para realizar seus projetos. Estranhamente esses projetos se aproximavam cada vez mais do que se poderia chamar de interesses do mercado, razão pela qual deles recebia o apoio. A escolha de Henrique Meirelles para presidir o Banco Central durante os dois mandatos de Lula tem a esse respeito não apenas um significado simbólico. Por fim, a construção da base parlamentar de sustentação, em aliança, num primeiro momento, com o Partido Liberal (PL) e depois, no período Dilma, com o então Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) completa o arco de alianças mais explícito. Esse é, por assim dizer, o quadro mais amplo sobre o qual se apoiava a governança petista.

Mas, por diversas razões, as condições desse estranho concerto se deterioraram ao longo do tempo, tornando cada vez mais explícito seu lado perverso, conforme avançavam as investigações sobre corrupção. Claro que o mergulho na corrupção tem muito a ver com as alianças acima referidas, mas seria muito simples atribuí-la apenas a elas, ou mesmo à longa história da corrupção no Brasil, que existiria, segundo alguns, desde a chegada aqui dos portugueses, como exemplifica a carta de Pero Vaz de Caminha. Embora seja verdade, como escreveu Leandro Karnal (2018, p. 9), que “a corrupção é ambidestra”, não podemos esquecer que, para a esquerda, que costuma reivindicar para si o monopólio da ética, o estrago provocado pelas práticas de corrupção é bem maior do

²⁴ No mesmo sentido, conferir o artigo de César Benjamin (2004), “A guerra perfeita”, no qual comenta a visita de Lula a New York, naquele mesmo ano. Usando a metáfora hegeliana do senhor e do escravo, ele analisa criticamente a fala de Lula, que teria então dito a “investidores estrangeiros” que o Brasil era um bom negócio (Benjamin, 2004b).

que para a direita, porque é justamente da luta dela que se espera um mundo melhor.²⁵

Assim, a despeito de setores da esquerda não lhe darem grande importância, o envolvimento em escândalos de corrupção não escapa aos olhos da população, tanto dos que têm simpatia pelas políticas de esquerda, quanto dos que preferem as práticas conservadoras e de direita.²⁶ Por outro lado, a uma esquerda que de fato quer lutar por um mundo melhor, ser leniente com essas práticas é, no mínimo, falta de perspicácia política. Afinal, nessa matéria, a direita, sobretudo sua vertente mais fisiológica, parece ter bem mais competência e experiência. Por isso, para a esquerda, é de pouca valia tentar transferir para a mídia conservadora a responsabilidade por seus próprios desvios éticos. Portanto, sair dessa crise supõe, antes de tudo, uma profunda autocrítica (Araujo; Fausto, 2017).

III

Conforme prometi no início, esta última parte será dedicada a discutir os traços básicos de uma agenda de esquerda, voltada para a luta contra as desigualdades. E advirto que não há aqui, de minha parte, nenhuma pretensão de originalidade. Portanto, ao delinear os traços principais de um programa de esquerda,

²⁵ Não quero, com isso, dizer que reivindicar o monopólio da ética seja uma exclusividade da esquerda (ou pelos menos de alguns de seus setores); as tendências de direita, como se tem observado ultimamente, também costumam reivindicar para si tal monopólio. Minha ênfase na questão tem o objetivo de alertar para o fato de que, ao se descuidar da questão ética ou mesmo de reduzir sua importância, ignorando o sentimento da população, a esquerda deixa de disputar a agenda anticorrupção e permite que ela fique apenas nas mãos da direita.

²⁶ Embora se possa falar em uma espécie de exagero textual nos extremos do debate, conforme escreve José Rodrigo Rodriguez (2016), é preciso ponderar, entretanto, que a sensação é de que o sistema legal vigente pune os pobres e protege os ricos, mostrando que nem todos são iguais perante a lei (Neves, 1994). Da mesma forma, a sensação de impunidade dos poderosos, de direita e de esquerda, que podem pagar advogados para entrar sistematicamente com recursos até chegar ao Supremo Tribunal Federal (STF) pode se constituir em tratamento desigual, que não deixa também de ser danoso ao Estado de Direito (Lopes, 2000). Ainda sobre o esse assunto, ver também Frei Betto (2006), que, por ocasião do “mensalão”, escreve sobre o envolvimento do PT no governo com problemas de corrupção, assim como a entrevista de Olívio Dutra em *O Estado de S. Paulo*, de 6/3/2016.

eu apenas retomo alguns temas e argumentos existentes na literatura pertinente que considero relevantes para iluminar o debate atual (Bajoit, 2014; Caillé, 2013, 2014; Fausto, 2017a; Fraser, 2011; Gorz, 1997, 2008; Lavielle, 2014a; Santos, 2016). Embora sua ordem possa variar entre os principais contendores do debate, algumas exigências emergem nele como fundamentais para um projeto de esquerda capaz de superar sua crise atual; ou seja, para grande parte dos protagonistas do debate, a esquerda deve ser *democrática, anticapitalista, anticolonialista, ecológica e ética*.²⁷

E para tornar factíveis essas exigências, ela também precisa ser capaz de elaborar um bom *diagnóstico de época*, que revele as tendências mais profundas de desenvolvimento na sociedade e de utilizar *estratégias eficientes de luta*, capazes de tornar social e culturalmente hegemônicos os valores que lhe são caros, como *igualdade, liberdade e solidariedade*. Assim, partindo de uma correta leitura crítica da situação, o programa de esquerda deve estar voltado para mudanças sociais estruturais, a partir de uma estratégia de luta na qual os objetivos mais imediatos e pontuais estejam vinculados a objetivos mais ambiciosos, de alcance médio e longo, sem o que, aliás, os primeiros não se consolidam.

A despeito das análises que reduzem a importância do *Estado* nesses tempos de capitalismo global, a maneira como a esquerda teoriza sua relação com o Estado é muito relevante tanto para o diagnóstico de época quando para a estratégia de lutas em torno dos temas acima referidos. Sem querer negar o impacto negativo que o processo de globalização teve e ainda tem sobre a capacidade e autonomia do Estado na formulação e gestão, sobretudo da economia e da informação, ele continua sendo fundamental para a formulação e a gestão de

políticas públicas e para a alocação de recursos públicos que afetam o conjunto da população; por isso, o controle de seu aparato se torna objeto de intensa disputa entre as diversas correntes políticas.

Isto põe para a esquerda a questão de saber se, para sua estratégia, é mais interessante lutar para alcançar o poder estatal e, com o controle do aparato, colocar em prática medidas que permitam alterar a estrutura social desigual ou, em vez disso, seria mais efetivo lutar para mudar tal estrutura social de fora, pressionando constantemente o Estado por meio da atuação no parlamento, nas instituições da sociedade civil e nos movimentos sociais. Embora, à primeira vista, a opção de ocupar o poder de Estado pareça mais eficiente, ela não é tão simples como mostram as recentes experiências da esquerda no poder em diversos países, no Brasil inclusive.²⁸ A não ser que a esquerda disponha de hegemonia política e cultural que lhe permita, com forte apoio da sociedade, alcançar uma ampla maioria parlamentar articulada em torno de um claro programa de mudanças sociais de combate às desigualdades estruturais, talvez seja mais interessante e inteligente construir-se como uma oposição forte e construtiva, capaz não só de barrar as “reformas” antissociais, mas também de fazer avançar medidas políticas mais condizentes com uma pauta de esquerda.²⁹

Dito isso, entro no conjunto de temas que me parecem incontornáveis para uma agenda de esquerda na atualidade. Como escrevi an-

²⁸ Entre os diversos livros – entre coletâneas e livros de autor – que, nos últimos anos, se dedicaram ao tema, eu destaco os seguintes: Coraggio e Lavielle (2014), Fausto (2017a), Domingues (2017), Fornazieri e Muanis (2017), Maringoni e Medeiros (2017), Santos (2018). No que se refere a experiências de governo de esquerda, vale confrontar o caso brasileiro com a experiência recente de um governo de esquerda em Portugal à qual se refere Santos (2018).

²⁹ A título de especulação, vale também comparar, em termos de ganho para uma agenda política de esquerda e para a luta por igualdade social, dois momentos na história do Partido dos Trabalhadores: como oposição (1980-2002) e como governo (2003-2016). Claro que uma coisa não exclui a outra, mas também não invalida esse tipo de exercício mental. Conferir com a análise que Jorge G. Castañeda fez da esquerda latino-americana do pós-guerra fria (Castañeda, 1994).

²⁷ Conferir com a afirmação de Ruy Fausto, segundo a qual uma esquerda independente significa “uma esquerda democrática, anticapitalista, antipopulista e com consciência ecológica” (Fausto, 2017a, p. 118). Sem esquecer a ecologia, Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, sugere os temas democratizar, desmercantilizar e descolonizar como os principais da luta de esquerda (Santos, 2016).

tes, são temas que ocupam importante espaço nos debates políticos e teóricos contemporâneos, razão pela qual eu os arrolei aqui. Devo realçar que uma abordagem apropriada de cada um desses temas precisa estar conectada ao diagnóstico de época e à estratégia de luta a ser adotada, o que também significa tratá-los de forma articulada, formando um conjunto.

A esquerda deve ser *democrática*; ou seja, precisa ter a democracia como fim, não apenas como meio.³⁰ E ter a democracia como fim significa, para a esquerda, armar-se contra as tentações do autoritarismo e do populismo, já que eles são, em essência, antidemocráticos. Mas também não pode se contentar com uma democracia representativa formal; por isso, é preciso refletir criticamente sobre diversos outros modelos que, de alguma maneira, buscam radicalizar a própria compreensão do que vem a ser democracia, dando-lhe alguma substância. Para tanto, é preciso considerar abordagens que objetivam ir além da democracia formal, aprofundando a compreensão e a efetivação da democracia. Portanto, o intuito é democratizar a democracia.

Esse é, por exemplo, o sentido da noção de democracia de alta intensidade, de Boaventura de Sousa Santos, entendida como uma articulação virtuosa de democracia representativa e democracia participativa, que, corrigindo-se e complementando-se mutuamente, propiciaria uma forma de democracia superior a cada uma das outras duas individualmente (Santos, 2000, 2007, 2016). Nessa mesma linha está a concepção de democracia deliberativa de Jürgen Habermas, que pretende ser uma síntese virtuosa dos modelos liberal e republicano, conseguida por meio de um procedimento comunicativo, no qual os participantes de-

liberam conjuntamente para dirimir as divergências e chegar a um acordo que contemple suas diversas demandas. Esse modelo comunicativo objetiva ultrapassar o atomismo do modelo liberal e o comunitarismo do modelo republicano, porém sem precisar abandoná-los (Habermas, 1998, 2001). Inspirado na ideia de cooperação social de John Dewey, essa é também a intenção de Axel Honneth, ao defender a noção de democracia como cooperação reflexiva, alternativa ao modelo discursivo de Habermas. Honneth afirma que sua proposição é também intersubjetiva como a de Habermas. Mas, diferentemente dessa última, que se limitaria à deliberação política, sendo, por isso, incapaz de lidar com problemas de desigualdade socioeconômica, ele diz que sua concepção é mais substantiva e visa, diretamente, ao problema da desigualdade social (Honneth, 2001, 2015, 2017).

Minha intenção aqui, no entanto, não é discutir modelos de democracia, mas apenas chamar a atenção para a importância que esse debate tem para a esquerda na atualidade. É preciso realçar, por outro lado, que não se trata, nesses debates, de abandonar o modelo representativo de democracia, apostando-se exclusivamente em formas diretas de democracia que, para muitos autores, são mais adequadas apenas em situações específicas, de pequena escala, mas insuficientes em escalas mais amplas (Araujo; Fausto, 2017; Genro, 2017).

A esquerda deve ser *anticapitalista*; para tanto, precisa lutar claramente contra a desenfreada mercantilização neoliberal das relações sociais, priorizando sempre a sociedade em relação à economia (Bajoit, 2014; Caillé, 2014; Fraser, 2011, 2015; Gorz, 2003; Santos, 2016; Wright, 2006a, 2006b). A luta contra a mercantilização não pode, por outro lado, limitar seus objetivos à “redução de danos”, que é importante no curto prazo, mas insuficiente no médio e no longo. Ou seja, uma estratégia de luta contra a mercantilização supõe que a esquerda disponha de um programa coerente de mudanças sociais, que consiga articular

³⁰ A esse respeito, John Keane escreve, na introdução que fez à edição em inglês ao livro de Norberto Bobbio, *Democracy and Dictatorship* (1989), que, para o autor italiano, a “demanda por mais democracia” é “a chave para uma bem sucedida redefinição da esquerda” (Keane, 1989, p. 9). Deve-se acrescentar, aqui, também, a relação entre democracia e socialismo, conforme aparece, por exemplo, nas formulações de autores como Santos (2000), que define socialismo como democracia sem fim, e Axel Honneth (2017), cuja definição de socialismo como liberdade social fundamenta-se na cooperação reflexiva (Silva, J., 2017c).

as lutas imediatas do tipo redução de danos (Fausto, 2017b; Ribeiro, 2017), como o focado Programa Bolsa Família, com políticas distributivas mais ambiciosas, como a proposta de renda básica de cidadania, que tem em vista o conjunto da população, reforçando, assim, a ideia igualitária de cidadania plena (Silva, J., 2014, 2017a; Suplicy, 2002). Mas, além de um maior protagonismo por parte das correntes de esquerda, exige-se dela, ademais, uma reciclagem em sua compreensão do presente, abrindo-se para temas emergentes como o da renda básica e de formas alternativas de produção, como a economia solidária, que vem alimentando experimentos em diversos países (Acosta, 2014; Coraggio, 2014; Gorz, 2008; Latouche, 2009; Lavelle, 2014a, 2014b; Suplicy, 2002). Vale realçar aqui, entretanto, que, para isso, é preciso também encarar seriamente o debate a respeito da centralidade normativa atribuída ao trabalho assalariado,³¹ que, contra todas as evidências, continua sendo um mito alimentado por setores da esquerda mais tradicional.

Por outro lado, sobretudo para a esquerda marxista, ser anticapitalista sempre significou dar prioridade analítica ao conflito entre capital e trabalho, em seus diagnósticos de época, assim como em suas estratégias de luta. Em decorrência, sua crítica da exploração capitalista, centrada na análise da mercadoria, tinha o proletariado como o sujeito privilegiado da luta por emancipação. Com isso, no entanto, ela deixava à margem outras formas de dominação e de opressão tão importantes quanto aquela relacionada à exploração do trabalhador assalariado. Vale dizer, a propósito, que *patriarcalismo*, *racismo* e *colonialismo* são formas de dominação e opressão que contribuem para tornar ainda mais perversas as desigualdades sociais, principalmente porque

as naturaliza.³² Esses são, portanto, temas obrigatórios na agenda de lutas de uma esquerda anticapitalista (Allen, 2015; Azevedo, 2004, 2018; Fraser, 1989, 2005; Grosfoguel, 2012; Quijano, 2001, 2005; Santos, 2000, 2006, 2007, 2016; Young, 1990).

A luta anticapitalista só se completa, ademais, com a inclusão, nela, de uma consistente política *ecológica* de longo prazo, que preserve o patrimônio natural de um crescimento destrutivo pautado por interesses imediatistas. Em geral, no que se refere à proteção do ambiente natural, economia e ecologia caminham em sentidos contrários (Gorz, 2008). Portanto, qualquer esquerda esclarecida deve saber balancear as reais necessidades da economia com uma política ambiental responsável. Isso significa que propostas voltadas para a ideia de decrescimento não podem, em princípio, ser descartadas; ao contrário, elas precisam ser levadas a sério por qualquer programa político orientado para a emancipação (Acosta, 2014; Latouche, 2009).

Por fim, uma esquerda que se pretende anticapitalista não deve ser leniente com nenhuma prática de *corrupção* (Araujo; Fausto, 2017; Fausto, 2017a; Domingues, 2017). A propósito, o sociólogo francês Alain Caillé escreveu recentemente que considera a desigualdade social e a corrupção endêmica os dois principais problemas a serem enfrentados por aqueles que lutam por emancipação, por uma sociedade melhor (Caillé, 2013). Trata-se, sem dúvida, de uma asserção que diz muito sobre nossa realidade; ela sugere também que não dá para combater a primeira sendo leniente com a segunda. Ciente de que os fins não justificam os meios, não se deve, por outro lado, perder de vista que a prática de corrupção pode ser mais danosa para a esquerda, que luta contra a desigualdade e por justiça social, do que para as vertentes defensoras do *status quo*. Portanto, embora a esquerda

³¹ Trata-se da crença na possibilidade de um retorno ao pleno emprego, que caracterizou as políticas socialdemocratas dos países centrais no pós-Segunda Guerra. Mas, hoje em dia, quando se fala em pleno emprego, desconsidera-se quase totalmente a qualidade dos empregos criados, assim como suas condições de remuneração e de garantia de direitos.

³² No caso desses três últimos temas, a luta por igualdade certamente remete a uma ideia de igualdade que faz lembrar o conceito de igualdade complexa de Michael Walzer (1983), assim como aos recentes debates sobre reconhecimento (Fraser, 1995; Habermas, 1994; Honneth, 2003a; Santos, 2006; Taylor, 1994; Wühl, 2002).

não seja detentora do monopólio da ética, sua vocação de lutar contra as injustiças exige dela todo cuidado em relação a possíveis desvios éticos, de forma que precisa assumir uma postura crítica em relação a toda corrupção, inclusive e principalmente quando se refere àquela praticada por seus próprios militantes.

Recebido para publicação em 15 de agosto de 2018
Aceito em 21 de dezembro de 2018

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. El Buen Vivir como alternativa al desarrollo. Reflexiones desde la periferia de la periferia. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J.-L. (Org.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo norte-sur*. Buenos Ayres: Universidad Nacional de General Sarmiento: Clacso, 2014. p. 299-312.
- ALLEN, A. “Emancipação sem utopia: sujeição, modernidade e as exigências normativas da teoria crítica feminista”. *Novos estudos*, v. 103, p. 115-132, 2015.
- ARAUJO, C.; FAUSTO, R. Sombras e luzes à esquerda. In: FORNAZIERI, A.; MUANIS, C. (Org.). *A Crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 171-192.
- AZEVEDO, C. M. M. de. *Anti-racismo e seus paradoxos: reflexões sobre cota racial, raça e racismo*. São Paulo: Annablume, 2004.
- _____. A luta contra o racismo e a questão da identidade negra no Brasil. *Contemporânea*, v. 8, n. 1, p. 163-191, 2018.
- BAJOIT, G. Mensajes a la izquierda de ayer e la de hoy. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J.-L. (Org.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo norte-sur*. Buenos Ayres: Universidad Nacional de General Sarmiento: Clacso, 2014. p. 129-141.
- BENJAMIN, C. Reforma ou contra-reforma? In: _____. *Bom Combate*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004a. p. 95-98.
- _____. “A guerra perfeita”. *Caros amigos*, n. 88, jul. 2004b.
- BETTO, F. *A mosca azul*. Rio de Janeiro: Rocco, 2006. p. 110-123.
- BLACKBURN, R. (Ed.). *After the fall: the failure of communism and the future of socialism*. London: Verso, 1991.
- BOBBIO, N. *Direita e Esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- BOULOS, G. “Por uma pedagogia de esquerda” (entrevista). In: FORNAZIERI, A.; MUANIS, C. (Org.). *A Crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 131-169.
- CAILLÉ, A. Trente thèses pour contribuer à l'émergence d'une gauche nouvelle et universalisable. *Revue du mauss*, v. 9, p. 297-331, 1997.
- _____. *Pour un manifeste du convivialisme*. Larmont: Le Bord de L'Eau, 2011a.
- _____. Du convivialisme vu comme un socialisme radicalisé et universalisé (et réciproquement). In: CAILLÉ, A. et al. *De la convivialité: dialogues sur la société conviviale à venir*. Paris: La découverte, 2011b. p. 73-98.
- _____. Au-delà du marxisme et du capitalisme. In: CAILLÉ, A.; FOUREL, C. (Org.). *Sortir du capitalisme: le scénario*. Lormont: Le Bord de L'Eau, 2013. p. 189-198.
- _____. *Anti-utilitarisme et paradigme du don: pour quoi?* Larmont: Le Bord de L'Eau, 2014.
- CASTAÑEDA, J. G. *Utopia Unarmed: the latin american left after the cold war*. New York: Vintage Books, 1994.
- CASTEL, R. *Les métamorphoses de la question sociale: une chronique du salariat*. Mesnil-sur-l'Estrée: Editions Fayard, 1995.
- CORAGGIO, J. L. Otra política, otra economía, otras izquierdadas. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J.-L. (Org.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo norte-sur*. Buenos Ayres: Universidad Nacional de General Sarmiento: Clacso, 2014. p. 35-84.
- _____; LAVILLE, J.-L. (Org.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo norte-sur*. Buenos Ayres: Universidad Nacional de General Sarmiento: Clacso, 2014. p. 35-84.
- DOMINGUES, J. M. “Pobres’, esquerda e mudança social no Brasil contemporâneo”. In: _____. *O Brasil entre o presente e o futuro: conjuntura interna e inserção internacional*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013. p. 55-71.
- _____. *Esquerda: crise e futuro*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DUTRA, O. “Quero que o PT saia da inhaca em que se meteu”. Entrevista concedida a Luiz Maklouf Carvalho. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 6 mar. 2016, p. A 10.
- ESPING-ANDERSEN, G. *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press, 1985.
- _____. *The three worlds of welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1990.
- _____; KOLBERG, J. E. “Decommodification and Work Absence in the Welfare State”. In: KOLBERG, J. E. *Between work and social citizenship*. Armonk: London: M. E. Sharp, 1992. p. 77-111.
- FAUSTO, R. “Para um balanço crítico das revoluções [e de Alguns Movimentos de Reforma] do Século XX (À Esquerda onde Está?)”. In: _____. *A esquerda difícil: em torno do paradigma e do destino das revoluções do século XX e alguns outros temas*. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 215-251.
- _____. *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017a.
- _____. “A liberdade e a igualdade” (entrevista). In: FORNAZIERI, A.; MUANIS, C. (Org.). *A Crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017b. p. 103-129.
- FORNAZIERI, A.; MUANIS, C. (Org.). *A Crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- FRASER, N. *Struggle over Needs: outline of a socialist-feminist critical theory of late capitalist political culture*. In: _____. *Unruly practices*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989. p. 161-187.
- _____. From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘post-socialist’ age. *New left review*, v. 212, p. 68-93, 1995.
- _____. Mapping the feminist imagination: from redistribution to recognition to representation. *Constellations*, v. 12, n. 3, p. 295-307, 2005.
- _____. Mercantilização, proteção social e emancipação: as ambivalências do feminismo na crise do capitalismo. *Revista Direito GV*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 617-634, 2011.
- _____. “Por trás do laboratório secreto de Marx - por uma concepção expandida do Capitalismo”. *Revista Direito e praxis*, p. 704-728, 2015.

- GENRO, T. As esquerdas e a democracia. In: FORNAZIERI, A.; MUANIS, C. (Org.). *A Crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 65-101.
- GIDDENS, A. *Beyond left and right: the future of radical politics*. Stanford: Stanford University Press, 1994.
- _____. *The third way: the renewal of social democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.
- _____. *The third way and its critics*. Cambridge: Polity Press, 2000.
- GORZ, A. *Adieux au prolétariat: au de-là du socialisme*. Paris: Éditions Galilée, 1980.
- _____. *Les chemins du paradis: l'agonie du capital*. Paris: Éditions Galilée, 1983.
- _____. *Métamorphoses du travail: quête du sens: critique de la raison économique*. Paris: Éditions Galilée, 1988.
- _____. *Droite/Gauche: essai de redéfinition*. *Revue du mauss*, v. 14, p. 15-27, 1991a.
- _____. *Capitalisme, socialisme, écologie*. Paris: Éditions Galilée, 1991b.
- _____. *Misères du présent: richesse du possible*. Paris: Éditions Galilée, 1997.
- _____. *L'immatériel: connaissance, valeur et capital*. Paris: Éditions Galilée, 2003.
- _____. *Écologica*. Paris: Éditions Galilée, 2008.
- GROSFUGUEL, R. Descolonizar as esquerdas ocidentalizadas: para além das esquerdas eurocêntricas rumo a uma esquerda transmoderna descolonial. *Contemporânea*, v. 2, n. 2, p. 337-362, 2012.
- HABERMAS, J. *Legitimation crisis*. Boston: Beacon Press, 1975.
- _____. The new obscurity: the crises of the welfare state and the exhaustion of utopian energies. In: _____. *The New Conservatism: cultural criticism and the historians' debate*. Cambridge: MIT Press, 1989. p. 48-70.
- _____. What does socialism mean today? The revolution of recuperation and the need for new thinking. In: BLACKBURN, R. (Ed.). *After the fall: the failure of communism and the future of socialism*. London: Verso, 1991. p. 25-46.
- _____. Struggles for recognition in the democratic constitutional state. In: GUTMAN, A. (Ed.). *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 107-148.
- _____. Three normative models of democracy. In: _____. *The Inclusion of the other: studies in political theory*. Cambridge: The MIT Press, 1998. p. 239-252.
- _____. La constelación posnacional y el futuro de la democracia. In: _____. *La Constelación posnacional: ensayos políticos*. Barcelona: Paidós, 2001. p. 81-146.
- HONNETH, A. Democracia como cooperação reflexiva: John Dewey e a teoria democrática hoje. In: SOUZA, J. (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília: Editora UnB, 2001. p. 63-91.
- _____. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003a.
- _____. Redistribution as Recognition: a response to Nancy Fraser. In: FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London: New York: Verso, 2003b. p. 110-197.
- _____. Philosophy as Social Research: David Miller's theory of justice. In: HONNETH, A. *The i in we: studies in the theory of recognition*. Cambridge: Polity Press, 2012. p. 119-134.
- _____. *O direito da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2015.
- _____. *The idea of Socialism*. Cambridge: Polity Press, 2017.
- HULGARD, L. El futuro de la socialdemocracia. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J.-L. (Org.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo nort-sur*. Buenos Ayres: Universidad Nacional de General Sarmiento: Clacso, 2014. p. 355-369.
- KARNAL, L. A maioria de um país. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 22 abr. 2018. Caderno 2, p. C9.
- KEANE, J. Introduction: democracy and the decline of the left. In: BOBBIO, N. *Democracy and dictatorship*. Minneapolis: Minnesota University Press, 1989. p. 7-30.
- KOLAKOWSKI, L. The concept of the Left. In: _____. *Toward a marxism humanism: essays on the left today*. New York: Grove Press, 1968. p. 67-83.
- LANDIM, R. 'Bolsa Empregado resiste a ajuste no governo Temer e deve custar R\$ 224 bi. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 out. 2016.
- LATOCHE, S. La décroissance comme projet politique de gauche. *Revue du mauss*, v. 34, 2009. p. 38-45.
- LAVILLE, J.-L. Izquierda europea y proyecto emancipador. In: CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J.-L. (Org.). *Reinventar la izquierda en el siglo XXI: hacia un diálogo nort-sur*. Buenos Ayres: Universidad Nacional de General Sarmiento: Clacso, 2014a. p. 85-128.
- _____. Mudança social e política econômica solidária: uma perspectiva maussiana. *Sociologias*, ano 16, n. 36, p. 60-73, 2014b.
- LOPES, J. R. de L. Direitos humanos e tratamento igualitário: questões de impunidade, dignidade e liberdade. *Revista brasileira de Ciências sociais*, v. 15, n. 42, p. 77-100, 2000.
- MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. (Org.). "Prefácio em seis tempos". In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo: Fundação Lauro Campos, 2017. p. 9-11.
- MELLO, S. C. de *Norberto Bobbio e o debate político contemporâneo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.
- MERKEL, W. Social justice and the three worlds of welfare capitalism. *Archives european of Sociology*, v. 43, n. 1, p. 59-91, 2002.
- MILLER, D. *Social justice*. Oxford: Clarendon Press, 1976.
- _____. *Principles of social justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1999.
- NEVES, M. Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. *Dados*, v. 37, n. 2, p. 253-276, 1994.
- O'CONNOR, J. *The fiscal crisis of the state*. New York: San Martin Press, 1973.
- OFFE, C. *Contradictions of the welfare state*. Cambridge: The MIT Press, 1984.
- _____. *Disorganized capitalism*. Cambridge: The MIT Press, 1985.
- QUIJANO, A. Poder y derechos humanos. In: INSTITUTO PENSAMIENTO Y CULTURA EM AMERICA. *IPCAL*, México, 2001. 17 p.
- _____. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.
- RAWLS, J. *A theory of justice*. Cambridge: Harvard University Press, 1971.
- RIBEIRO, R. J. A utopia e a redução de danos (entrevista). In: FORNAZIERI, A.; MUANIS, C. (Org.). *A crise das esquerdas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. p. 15-64.
- RODRIGUEZ, J. R. Contra o fanatismo textualista.

- Corrupção, jeitinho brasileiro e estado de direito. *Novos estudos*, v. 104, p. 61-76, 2016.
- SAFATLE, V. *A esquerda que não teme dizer seu nome*. São Paulo: Três Letras, 2013.
- SANTOS, B. de S. *Crítica da razão indolente: contra o desperdício de experiência*. São Paulo: Cortez Editora, 2000.
- _____. *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.
- _____. *Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. *A difícil democracia: reinventar as esquerdas*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- _____. *Esquerdas do mundo, uni-vos!* São Paulo: Boitempo, 2018.
- SILVA, J. P. da. *Por que renda básica?* São Paulo: Annablume, 2014.
- _____. Inequality in contemporary brazilian debate: between citizenship and recognition. *Civitas*, v. 15, n. 4, p. 703-722, 2015.
- _____. Nota crítica sobre (in)condicionalidade. *Revista brasileira de Sociologia*, v. 5, n. 10, p. 5-29, 2017a.
- _____. Nota sobre o conceito de 'reformas revolucionárias' de André Gorz. *Caderno CRH*, Salvador, v. 30, n. 81, p. 507-521, 2017b.
- _____. O que é crítico na sociologia crítica? *Revista brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93, p. 1-18, 2017c.
- SILVA, L. I. L. da. Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 24 jun. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 22 abr. 2017.
- SINGER, A. "A ideia de lulismo". In: MARINGONI, G.; MEDEIROS, J. *Cinco mil dias: o Brasil na era do lulismo*. São Paulo: Boitempo: Fundação Lauro Campos, 2017. p. 15-26.
- SOBOTTKA, E. "Enriquecimento do status de cidadania ou sociedade desigual e desumanizante? A disputa entre dois projetos vista na perspectiva da teoria crítica". In: CAMARGO, S.; SILVA, J. P. da (Org.). *A teoria crítica na multiplicidade de suas vozes*. São Paulo: Annablume, 2017. p. 319-339.
- SUPLICY, E. M. *Renda de cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez Editora, 2002.
- TAYLOR, C. "The Politics of Recognition". In: GUTMAN, A. (Ed.). *Multiculturalism*. Princeton: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.
- THERBORN, G. "Meaning, mechanisms, patterns, and forces of inequalities: an introduction". In: THERBORN, G. *Inequalities of the world*. London: New York: Verso, 2006. p. 1-160.
- TURNER, B. *Equality*. London: Ellis Harwood; New York: Tavistock Publications, 1986.
- VAN PARIJS, P. Au delà de la solidarité: les fondements éthiques de l'État-providence et de son dépassement. *Futuribles*, p. 5-29, févr. 1994.
- WALZER, M. *Spheres of justice: a defense of pluralism and equality*. New York: Basic Books, 1983.
- WRIGHT, E. O. Los puntos de la brújula: hacia una alternativa socialista. *New left review*, v. 41, p. 81-109, 2006a.
- _____. Basic income as a socialist project. *Basic income studies*, v. 1, p. 1-11, 2006b.
- WUHL, S. *L'égalité: nouveaux débats: Rawls, Walzer*. Paris: Press Universitaire de France, 2002.
- YOUNG, I. M. *Justice and the politics of difference*. Princeton: Princeton University Press, 1990.

WHAT IS LEFT? Critical note on inequality and justice

Josué Pereira da Silva

The article starts by presenting a definition of the concept of the Left founded on its historical struggle against social inequality. Secondly, the article deals with the contemporary crisis of the Left by relating it to an analysis of the themes of equality and justice. In conclusion, based on the literature about the subject, it articulates a thematic agenda capable of rescuing the Left from the nowadays crisis.

KEY-WORDS: Left. Crisis. Equality. Justice. Brazil.

WHAT IS LEFT? Note critique sur inégalité et justice

Josué Pereira da Silva

L'article commence avec une définition de la gauche à partir de leur lutte historique contre l'inégalité sociale, pour discuter en suite la crise contemporaine de la gauche en relation avec les thèmes de l'égalité et de la justice. En conclusion, s'appuyant sur la littérature contemporaine sur le sujet, l'article articule une agenda de thèmes capable de faire la gauche sortir de la crise actuel.

MOTS-CLÉS: Gauche. Crise. Egalite. Justice. Brésil.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO BRASIL: a centralidade da relação médico-usuário para a satisfação com o programa

*Helcimara Telles**

*Arthur Leandro Alves da Silva***

*Camila Bastos****

O artigo examina os fatores associados à satisfação das comunidades atendidas pelo Programa Mais Médicos do Brasil (PMMB), a partir de pesquisas quantitativas realizadas pelo Ministério da Saúde e pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2014, ano em que tal programa se iniciou. A abordagem se deu por meio de entrevistas face a face, realizadas com amostras de usuários e não usuários desse programa e residentes, tanto nos municípios atendidos quanto naqueles inscritos, mas ainda não contemplados. As entrevistas foram realizadas em mais de 700 municípios, segmentados em 7 subgrupos segundo os critérios: 20% de pobreza, capital, G100, baixa renda e alta vulnerabilidade econômica, região metropolitana, quilombolas, distrito sanitário especial indígena (DSEI) e demais localidades, totalizando mais de 18.000 informantes. Para a análise das variáveis relacionadas à avaliação do Mais Médicos, foram elaboradas estatísticas descritivas e inferenciais. Demonstra-se, na fase inicial do programa, a presença majoritária de médicos intercambistas cooperados (cubanos), a alta experiência dos profissionais envolvidos com a atenção básica à saúde, a boa qualidade do atendimento médico e sua forma mais humanizada, tendo como determinante a relação entre médico e usuário para a avaliação positiva do programa. Conclui-se que o Mais Médicos atingiu os objetivos de levar atendimento aos municípios de alta vulnerabilidade social, onde ainda não havia médicos ou seu número era pequeno, e que o programa tem potencial para a reconstrução do conceito da Atenção Básica à saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Política pública. Programa Mais Médicos. Atenção básica. Comunidades.

INTRODUÇÃO

Um dos principais problemas de saúde no Brasil é o número total de médicos por habitantes, muito inferior à necessidade da população e do Sistema Único de Saúde (SUS). Mas, nos últimos anos, a situação foi se agravando, e cada vez mais a distribuição dos médicos passou a se concentrar em regiões mais ricas e economicamente mais desenvolvidas do país. Ao mesmo tempo, a ampliação da oferta dos serviços de saúde e a elevação da renda da população, entre outros fatores, alargou a demanda por médicos. Além da má distribuição desses profissionais no território brasileiro, a população mais vulnerável possui proporcionalmente menos médicos e grande

parte desse contingente não conta com acesso à consulta médica.

As políticas públicas que propõem a universalização do acesso aos serviços de saúde sempre tiveram de enfrentar dois gargalos: o número escasso de médicos no país para atender a toda a população – em 2011, o Brasil tinha 1,8 médicos por mil habitantes, abaixo de diversos países das Américas e da Europa – e a má distribuição desses profissionais – 22 estados tinham um número de médicos abaixo da média nacional, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste do país, e cinco deles com menos de 1 médico por mil habitantes: Acre (0,94), Amapá (0,76), Maranhão (0,58), Pará (0,77) e Piauí (0,92). Mesmo em estados com maior relação de médicos por habitantes, como é o caso de São Paulo (2,49), em alguns municípios desse estado, essa proporção não se mantém.

A partir de 2011, o debate sobre o déficit de médicos se tornou prioridade para os gestores da esfera federal. O Ministério da Saúde vinha intensificando seus esforços para aperfeiçoar o atendimento aos usuários do SUS, com a previsão de investimentos na infraestrutura de hospitais e unidades de saúde, bem como

* Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha. Cep: 31270-901. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. mara-telles@uol.com.br

** Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas.

Avenida da Arquitetura, s/n, CFCH - 14º andar. Cep: 50740-550. Cidade Universitária – Recife – Pernambuco – Brasil. professor_arthurleandro@hotmail.com

*** Pesquisadora Autônoma.

Rua Aderval Chaves, 296. Boa-viagem – Recife – Pernambuco – Brasil. milabastos@yahoo.com.br

em medidas para atrair médicos para regiões onde havia carência ou inexistência desses profissionais. De acordo com essas metas, foi criado, no governo de Dilma Rousseff, o Programa Mais Médicos (PMM), por meio da Medida Provisória nº 621 de julho de 2013 e convertida na Lei. nº 12.871 em outubro de 2013. O PMM tinha como objetivo ampliar a oferta de assistência médica aos usuários do SUS das periferias, regiões interioranas e remotas do país.

A falta de médicos em regiões brasileiras de alta vulnerabilidade foi o principal motivador para o PMM, no sentido de expandir a acessibilidade ao sistema de saúde e a equidade na atenção primária. No PMM, foram lançadas duas frentes de ações que visavam a gerar resultados em curto e em médio prazo. A primeira frente previa a expansão do número de vagas nos cursos de medicina e de residência, e o aperfeiçoamento da formação médica no Brasil, para garantir a ampliação da oferta desses profissionais no futuro. A segunda foi efetivada pela convocação de médicos para atuarem nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos municípios de maior vulnerabilidade social, Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI) e comunidades quilombolas. Essa segunda frente ficou conhecida como Programa Mais Médicos do Brasil (PMMB), tendo como foco o atendimento à atenção básica, o que decorre do fato de que, nesse atendimento e na estratégia da saúde de família são solucionados cerca de 80% dos problemas de saúde da população.

O PMMB foi criado como o primeiro eixo emergencial do PMM. A realização ou execução desse eixo emergencial se deu de modo articulado, com parceria entre o governo federal e os municípios brasileiros, envolvendo inúmeros atores: Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), médicos brasileiros, intercambistas individuais e médicos cooperados,¹ além de gestores municipais e federais.

¹ Conselho Regional de Medicina Brasil (CRM) são médicos brasileiros ou estrangeiros que tenham se formado em medicina no Brasil, ou cujo diploma tenha sido revalidado pelo Conselho Nacional de Medicina; intercambista individual é o médico brasileiro ou estrangeiro cuja formação em medicina tenha sido feita no exterior, e não passou

O objetivo dessa iniciativa era o de atender à população de forma imediata até que as ações com foco na ampliação da formação do médico, que durariam pelo menos seis anos, dessem resultados.

Com essas medidas estruturantes de médio e de longo prazo – entre elas o aumento de vagas na graduação nos locais com maior demanda de médicos, a universalização da residência médica, a formação com foco no aluno e com novas diretrizes e a integração entre ensino e serviço, entre outras –, se pretendia sair da marca de 1,8 médicos/1000 habitantes para 2,7 médicos/1000 habitantes em 2026, parâmetro encontrado no Reino Unido. De acordo com Menicucci (2019),

... considerando apenas o sentido mais restrito desse direito, especificamente no que diz respeito ao setor de saúde, a concepção do *Mais Médicos* guarda um nexo substantivo com os princípios constitucionais – que se transformam em metas a serem alcançadas – de garantir o acesso universal e igualitário às ações voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde, bem como com a busca de observância das diretrizes do SUS, que preconizam “o atendimento integral com prioridade para atividades preventivas”.

Em função da insuficiência de profissionais formados no país, foi aceita, no PMMB, a participação tanto de médicos graduados no Brasil como também em outros países, observando-se que esses últimos seriam chamados a ocupar apenas as vagas não preenchidas por brasileiros. A necessidade de recrutar estrangeiros decorria do fato de que “de 2002 a 2012, o total de médicos formados em todas as escolas do Brasil correspondia a apenas 65% da demanda do mercado de trabalho: o déficit, nesse período, atingiu o índice de 53 mil médicos” (Brasil, 2015, p. 15). O *Mais Médicos* inseriu mais de 14 mil profissionais na atenção básica, no primeiro ano de sua existência. O universo de médicos inscritos inicialmente foi de 14.462, distribuídos da seguinte forma: 1.846 profissionais com CRM Brasil; 1.187 brasileiro pelo processo de revalidação; intercambistas cooperados são os médicos que vieram de Cuba por meio do Convênio do Governo Brasileiro com a OPAS.

sileiros ou estrangeiros formados no exterior e 11.429 intercambistas cooperados,² oriundos de Cuba, através do convênio entre a OPAS e o Brasil, o que permitiu que se trouxessem profissionais desse país para atuar nas UBS brasileiras, recebendo bolsa e os demais benefícios oferecidos pelo programa. Os profissionais inscritos foram distribuídos em 4.053 municípios, a maioria (75%) em regiões de alta vulnerabilidade, sendo o impacto relativo maior nos distritos com até 20% de pobreza e na região Nordeste, como se verá nas seções posteriores.

Observa-se que, em sua abertura, o PMMB contou com o protagonismo dos médicos intercambistas cooperados: os cubanos chegaram a alcançar mais de 70% de participação no princípio do programa. Contudo os conflitos com as associações médicas brasileiras acompanharam a implantação e o desenvolvimento do PMMB, quando foi anunciado pelo Governo Federal que a maioria dos médicos viria de Cuba. As associações argumentavam que os cubanos não possuíam as qualificações necessárias para o atendimento e protestavam pelo fato de eles serem desobrigados a fazer o exame do Revalida.³

Entretanto, de acordo com Telles, Storni e Melo (2018), além da paridade de sexo dos recrutados, “a maioria dos médicos intercambistas cooperados tinha grande experiência profissional, especialmente na atenção básica”. O estudo dos autores registra, ainda, a competência e a elevada qualidade de sua formação, bem como sua cultura mais humanizada e social:

[...] a quase totalidade dos médicos possuía especialização, seja em clínica geral, medicina da família ou comunidade, ou outra especialidade. Ademais, antes de participarem do *Mais Médicos*, quase 100% deles haviam atuado na atenção básica. A maior parte dos intercambistas cooperados já havia estado em outras missões, atendendo a populações caren-

tes em países africanos e latino-americanos, dentre os quais a Venezuela, Bolívia e o Haiti (Telles; Storni; Melo, 2019).

O Ministério da Saúde pretendia, desde o início do Programa, realizar um acompanhamento para identificar pontos fortes e vulnerabilidades dessa medida, além da expectativa em relação ela, por meio da escuta dos principais sujeitos envolvidos: a) profissionais inscritos; b) população usuária dos serviços de saúde dos municípios atendidos; c) gestores públicos dos municípios inscritos; e d) população dos municípios inscritos, mas ainda não contemplados. Nesse contexto, foi realizado um conjunto de pesquisas quantitativas que iriam possibilitar a elaboração de um diagnóstico sobre o funcionamento do *Mais Médicos* e, mais além, fazer um levantamento dos fatores associados à avaliação dos diversos segmentos envolvidos no programa.

A pesquisa foi desenvolvida pelo Ministério da Saúde em parceria com o Grupo de Pesquisa Opinião Pública da Universidade Federal de Minas Gerais⁴ em duas fases. A primeira rodada de entrevistas, realizada em junho de 2014, buscava analisar essa etapa inicial do PMMB a partir de amostras representativas da comunidade residente nos municípios atendidos e nos municípios inscritos, mas ainda sem a assistência do programa, abordando população, médicos e gestores. A segunda, realizada em novembro de 2014, seguiu os mesmos parâmetros, excetuando-se a comunidade residente em municípios inscritos, mas ainda não atendidos pelo PMMB.

Este artigo analisa dados oriundos de parte do universo dessa pesquisa, tendo como objetivo identificar a percepção dos usuários atendidos pelo PMMB sobre a saúde. Para efeitos de comparação entre grupos, foram introduzidas também as opiniões dos usuários da UBS que residiam em municípios que, embora cadastrados para receber o programa, ainda não participavam do *Mais Médicos*. Além des-

² Dados fornecidos pelo Ministério da Saúde.

³ Prova criada pelos Ministérios da Educação e da Saúde para simplificar o processo de reconhecimento de diplomas de medicina emitidos por instituições de ensino estrangeiras.

⁴ www.opiniaopublica.ufmg.br

ses dados, busca-se apreender quais os principais fatores que determinaram a satisfação das comunidades com essa política. A hipótese principal é a de que a relação entre médico e usuário é determinante para a avaliação global do PMMB por parte das comunidades socialmente vulneráveis, nas quais há mais escassez de médicos nas UBS, e essa falta é um dos principais problemas sentidos pelos brasileiros, sobretudo os de mais baixa renda.

A finalidade do artigo, com a estrutura adotada, é, fundamentalmente, a de avaliar o PMMB, a partir de um conjunto de opiniões coletadas em entrevistas semiestruturadas, cujo roteiro é constituído de um questionário com perguntas abertas e fechadas, realizadas com integrantes de comunidades assistidas e não assistidas pelo *Mais Médicos*. Para tanto, são apresentadas análises descritivas e estatísticas inferenciais, nas quais se examinam ainda os fatores que se associam mais fortemente com satisfação com o PMMB. O artigo foi organizado em seções que apresentam: a metodologia utilizada; o comportamento da variável dependente (notas dadas ao PMMB pelos usuários e não usuários); as variáveis que mais influenciam a satisfação com o Programa; os testes das hipóteses, a partir de modelos econométricos; e a discussão dos resultados encontrados nas medições estatísticas. Finalmente, são formuladas conclusões, nas quais se arrolam os principais achados da pesquisa e são expostos alguns dos potenciais e dos limites do PMMB, além de seus desafios futuros.

METODOLOGIA

Como foi informado na seção anterior, os dados foram colhidos em 2014, e esse fator é relevante, já que a presença majoritária, nessa etapa, dos médicos intercambistas cooperados pode influenciar as dimensões investigadas. Caso sejam propostos diagnósticos futuros sobre o PMMB, os resultados podem ser diferentes, uma vez que está ocorrendo uma alteração

no perfil dos médicos que participam do programa. Os médicos CRM-Brasil têm aumentado sua participação no *Mais Médicos*, e o perfil desses profissionais é distinto do que caracteriza os intercambistas cooperados (Telles; Storini; Melo, 2019), no que diz respeito a idade, experiência na atenção básica, formação, motivações para participação no programa etc.⁵

Investigam-se, neste artigo, as opiniões e a satisfação das comunidades assistidas e não assistidas pelo PMMB. Essas últimas são aquelas que ainda não haviam recebido os profissionais do PMMB, embora 94% delas dispusessem de serviço de atendimento médico nas UBS no momento em que foi realizada a coleta de dados. Essas comunidades foram incluídas no estudo para servir de parâmetro de comparação para os dados levantados nas comunidades assistidas. Precisávamos de referências para melhor interpretação dos resultados e entendimento da expectativa dessas comunidades não atendidas em relação ao Programa. A segunda pesquisa abrangeu todos os municípios já participantes do Programa, ou seja, apenas a população assistida pelo PMMB.

As entrevistas foram realizadas em duas rodadas, em todas as regiões brasileiras, e distribuídas nos seguintes perfis de municípios: 20% de pobreza; G100 – grupo que reúne cidades brasileiras com mais de 80 mil habitantes; baixa renda e alta vulnerabilidade socioeconômica; região metropolitana; capital; população quilombola; e Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEI).⁶ A primeira buscou avaliar a fase inicial de implementação do Programa, a partir de amostras representativas tanto dos municípios atendidos quanto das comunidades não assistidas. A segunda fase foi realizada somente com os usuários do PMMB.

As informações foram levantadas por

⁵ Recentemente, os médicos cubanos deixaram o país em função de conflitos políticos, o que pode trazer impactos ainda maiores sobre o PMMB.

⁶ Os DSEIs foram contemplados apenas na segunda fase da pesquisa, tendo em vista a dificuldade para obter autorização para a entrada nestes distritos. O mesmo aconteceu com as comunidades Quilombolas, que foram pesquisadas somente na segunda fase desta pesquisa.

meio da aplicação de questionários semiestruturados. Para a comunidade atendida, as entrevistas foram realizadas nas UBS e aplicadas pelo médico do PMMB, de acordo com a listagem entregue pelo Ministério da Saúde. Já nas comunidades não assistidas, a abordagem foi feita na UBS do território inscrito para receber o médico do Programa. Nesse último caso, quando não havia atendimento médico na UBS, as entrevistas foram realizadas nas ruas do entorno. Para participar, as pessoas precisavam ter idade igual ou maior que 18 anos. No caso de o usuário a ser atendido pelo médico ser uma criança, os pais ou responsáveis respondiam ao questionário, mas contavam como usuário para efeitos da pesquisa. Os respondentes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), e as entrevistas foram individuais, garantindo o anonimato da colaboração e a confidencialidade de respostas.⁷ Em termos gerais, nas entrevistas, foram feitos levantamentos das seguintes informações:

1. *População atendida pelas Unidades de Saúde da Família onde o profissional do PMMB está atuando*: perfil socioeconômico dos entrevistados (renda, grau de escolaridade, número de pessoas no domicílio, emprego formal ou informal etc.); principais demandas médicas; qualificação do atendimento dos médicos participantes do Programa, percepção da assiduidade dos profissionais, da qualidade do atendimento recebido, do grau de resolução; avaliação dos serviços de saúde em seus diversos aspectos (antes e depois da implantação); percepção sobre o acesso à saúde antes e depois da chegada do *Mais Médicos*; comparação da expectativa com a avaliação; identificação das perspectivas acerca da situação futura para a saúde local.

2. *População que ainda não havia recebido o profissional do PMMB*: perfil socioeconômico dos entrevistados (renda, grau de escolaridade, número de pessoas no domicílio, em-

prego formal ou informal etc.); avaliação dos serviços de saúde nos seus diversos aspectos; identificação das principais demandas médicas e de acesso à saúde; levantamento das expectativas quanto à chegada do profissional; verificação das perspectivas acerca da situação futura para a saúde local.

A primeira fase ocorreu no período de 6 de junho a 4 de julho de 2014. O universo de médicos inscritos no programa era de 3.664, em 1.152 municípios assistidos.⁸ A população assistida foi estimada a partir de aproximadamente 1 mil famílias atendidas por médico, o que representava um universo de 15 milhões de usuários.⁹ Para se definir o tamanho da amostra de usuários, decidiu-se utilizar três critérios: que, para o total do universo, a margem de erro fosse inferior a 2,0 %, com uma confiabilidade de 95,45%; que o número de entrevistas, nos municípios de cada perfil, fosse proporcional à distribuição dos médicos no universo por perfil de município; que o número de entrevistas, em cada unidade da federação (estados e Distrito Federal), fosse proporcional ao número de médicos nela existente. Além desses critérios, foi considerada, inicialmente, também a distribuição dos médicos por perfil profissional, inclusive a fim de se poder verificar possíveis influências dessa variável nas opiniões sobre os profissionais.¹⁰ Foram feitas 3.925 entrevistas nas comunidades assistidas pelo PMMB, distribuídas em 191 municípios. A população atendida, em cada um dos perfis dos municípios, foi tomada como base para a distribuição da amostra.

A amostra de comunidades não assistidas

⁸ Dados fornecidos aos pesquisadores pelo Ministério da Saúde.

⁹ O universo da pesquisa é constituído pelo conjunto de todos os usuários do Programa Mais Médicos nos municípios, constantes da relação fornecida pela Coordenação do Programa no dia 30 de outubro de 2013.

¹⁰ Para a elaboração do plano amostral, foi considerado o conceito de “localidade”, que, quase sempre, corresponde a um município; mas há algumas situações nas quais a “localidade” pode abranger mais de um município ou estar restrita a uma área específica do município. Isso porque elas foram classificadas como localidades específicas, distintas dos municípios nos quais elas estão inseridas: os distritos sanitários especiais indígenas (DSEI) e as populações quilombolas.

⁷ Os questionários foram submetidos à aprovação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) do Ministério da Saúde, antes do início dos trabalhos de campo.

foi elaborada para servir de espelho da amostra da população atendida pelos médicos do Programa Mais Médicos, permitindo a comparação entre as duas populações pesquisadas. Dessa forma, a distribuição da amostra pelos perfis de municípios seguiu a mesma proporção da amostra das comunidades assistidas. Foram realizadas 970 entrevistas em 53 municípios, considerando-se, para o tamanho da amostra, a margem de erro máximo estimada de 3,1 pontos percentuais para mais ou para menos, com a utilização de um intervalo de confiança de 95,5%. Nesse sentido, a distribuição das comunidades assistidas e não assistidas entre os perfis dos municípios criados pelo Programa seguiram os mesmos percentuais, o que resultou em representações semelhantes de usuários, permitindo que a comparação entre os resultados pudesse ser feita de forma mais direta.

No período de 17 de novembro a 23 de dezembro de 2014, pesquisou-se novamente com a população assistida, utilizando-se os mesmos critérios da fase anterior. Contudo o número de médicos e de comunidades atendidas já havia crescido bastante. Eram 14.399 médicos em 4.055 localidades. A estimativa era a de mil famílias atendidas por médicos, o que correspondia a aproximadamente 57 milhões de usuários. A amostra foi de 14.100 casos, distribuídos por 720 municípios. Para esse tamanho de amostra, a margem de erro máxima é inferior a 1,0 pp, com uma confiabilidade de 95,45%.

As análises descritiva e inferencial do conteúdo da base de dados, que foram realizadas, tinham o objetivo de medir a variação na aprovação do PMMB, em diversas localidades do país e entre diversos públicos, a partir da variação das características sociodemográficas dos usuários da UBS. A contribuição marginal dessas características para a aprovação do programa pelo usuário foi medida com o recurso de Análise de Regressão Ordinal Logística (OLR) (Greene, 2008), conforme foi possível identificar tais características nos dados registrados no questionário. Para a finalidade de verificação da adequação do modelo, foram comparados os coeficientes da OLR com as saídas de modelo de

regressão TOBIT para dados censurados (Gujarati, 2000), o que foi realizado com a finalidade de contraprova empírica (Ragin, 1987).

Para a construção do modelo de análise, admitiu-se, como hipótese de trabalho, que a variável “nota atribuída ao programa pelo usuário da UBS” – constante dos questionários aplicados a comunidades de ambos os tipos (atendidas e não atendidas), e apresentada com o enunciado “De um modo geral, que nota você daria ao Programa Mais Médicos?” – sofre o influxo de variáveis relativas ao indivíduo, à comunidade ou ambiente, e à disponibilidade ou qualidade dos serviços de saúde.

Variantes dessa concepção geral são empregadas nessa análise, na qual também se atenta para o efeito de agregação de variáveis individuais presentes nos questionários (como, por exemplo, sexo do respondente) e variáveis ambientais (por exemplo, o perfil do município em que o questionário foi aplicado). Tal risco é tratado, na literatura, como associação ecológica (Silva, 2013). De fato, é preciso considerar que as variáveis ambientais medem variações nas características do meio em que o fenômeno ocorre, mas não as características dos próprios indivíduos. A interpretação das saídas de dados individuais e de dados agregados, em um mesmo modelo, precisa ser feita de maneira criteriosa, já que se trata de diferentes unidades de análise, e que, como tais, fornecem dados que não podem ser pensados como idênticos, nem mesmo como perfeitamente transitivos.¹¹

Uma nova base de dados foi organizada no formato matriz. Nela, o número de observações corresponde à soma das observações das duas bases originais, e o número de variáveis é igual à intercessão das variáveis constantes nas duas bases mais um, que é, precisamente, a variável “critério de pertença ou não à comunidade atendida pelo programa” (Campbell; Stanley, 1963). Para tal, preliminarmente, foi realizada uma verificação da morfologia das variáveis, a

¹¹ Neste trabalho, no qual se empregaram os *softwares* SPSS® e STATA®, tais saídas foram tomadas separadamente e consideradas uma a uma.

fim de testar a compatibilidade dos arquivos. Daí, foi criada, a partir dos dados disponíveis, a variável “perfil de Bolsa Família”, para cada caso, considerando os critérios do Ministério do Desenvolvimento Social, quais sejam: renda *per capita* familiar de até 0,5 salários mínimos e renda máxima familiar de três salários mínimos. Todas as demais variáveis que eventualmente surgiram ao longo desta análise e que não constavam dos questionários originais foram estabelecidas por recodificação, e, por serem intuitivas, dispensam descrição adicional.

AValiação: notas atribuídas ao mais médicos

A principal variável dependente eleita para esta análise foi a nota atribuída pelo respondente ao Programa *Mais Médicos*, obtida junto às comunidades atendidas e não atendidas. Responderam à questão 2650 informantes (54%) do total de 4895 casos, com pronunciada concentração de notas dez, em uma escala de zero a dez; na verdade, mais de 60% das notas válidas foi superior a nove (mediana=9,5). A medida de deformação da distribuição inferior a menos 2 deixa clara a concentração dos casos à direita da média, percepção essa confirmada pelo teste de Kolmogorov-Smirnov ($z=13,02$; $\text{sig}<0,001$). Dito de outro modo, parte expressiva dos entrevistados avalia o programa com nota muito superior à média, enquanto um número pequeno de más avaliações faz a média subestimar a tendência central das respostas, configurando uma distribuição não normal.

Vê-se, na Tabela 1, que uma componente essencial da avaliação atribuída pelos entrevistados ao PMMB é o fato de o Programa já estar ou não implantado na comunidade. A expressiva diferença nas médias (Teste T, $\text{sig}<0,01$) das notas atribuídas pelos entrevistados dos dois grupos pode revelar correta focalização no processo de implantação do programa, explicando a diferença entre os grupos.

Tabela 1 – Média das notas atribuídas ao PMMB na comunidade atendida e na comunidade não atendida pelo Programa

Tipo de comunidade	Média	N	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Comunidade não atendida	7,49	528	2,53	0,34
Comunidade atendida	9,03	2.122	1,45	0,16
Total	8,72	2.650	1,83	0,21

Fonte: Elaborado pelos autores (2018). Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

Ao se compararem as respostas dos entrevistados de comunidades já atendidas pelo programa com os de pessoas que vivem em comunidades que ainda não o foram, a avaliação do PMMB tende a ser mais positiva. Esse elemento, já identificado aqui, foi submetido a teste de hipótese em modelo de regressão, quando foi quantificada sua contribuição marginal sobre a variável dependente.

Outra componente de natureza institucional ligada não apenas à presença do PMMB nas comunidades, mas também à escolha das localidades prioritárias para sua implantação e ao modo como o processo de implantação se deu, ajuda também a entender o sucesso na avaliação. Na Tabela 2, é possível verificar as notas atribuídas ao PMMB a partir das variáveis relativas ao atendimento médico, como o tempo em que a equipe ficou sem médico, a necessidade de enfrentar filas para receber atendimento, a possibilidade de ser encaminhado para médico especialista e a visita de ACS – Agentes Comunitários de Saúde

Submetidas a teste de ANOVA ($\text{sig}<0,05$), verificaram-se mais altas e mais homogêneas as médias de avaliação do PMMB nas comunidades em que, antes do Programa, não havia atendimento médico por falta de profissional, e onde, hoje, o atendimento ocorre sem filas, o encaminhamento para os especialistas (referenciamento) se dá sem maiores contratempos, e onde as equipes de Agentes Comunitários de Saúde desempenham mais regularmente o seu papel.

Tabela 2 – Notas atribuídas ao PMMB relativas ao atendimento

A equipe de Saúde ficou algum tempo sem Médico (a)?	Média	N	Desvio padrão	Coefficiente de Variação
Ficou sem médico	8,86	931	1,76	0,20
Sempre teve médico	8,83	1.309	1,61	0,18
Total	8,84	2.240	1,67	0,19
As pessoas precisam enfrentar filas na UBS Saúde para receber atendimento?	Média	N	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Não	8,98	512	1,63	0,18
Sim	8,66	2.119	1,87	0,22
Total	8,72	2.631	1,83	0,21
Quando o (a) médico (a) encaminha para o médico especialista, consegue ser atendido?	Média	N	Desvio padrão	Coefficiente de variação
Sim	8,88	1.794	1,67	0,19
Não	8,47	486	1,99	0,24
Total	8,79	2.280	1,75	0,20
Recebe visita de ACS?	Média	N	Desvio padrão.	Coef. Var.
Recebe visitas todos os meses.	8,91	1.258	1,55	0,17
Recebe visitas, mas não todos os meses.	8,70	740	1,91	0,22
Nunca recebeu visitas.	8,38	626	2,15	0,26
Total	8,72	2.624	1,83	0,21

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

Uma importante questão é o foco do programa, que pretendia abranger os indivíduos mais vulneráveis. Para isso, foram realizadas análises das notas atribuídas ao PMMB por Cadastro Único, que tem o perfil de beneficiários do Bolsa Família contrastado com as avaliações do programa realizadas por pessoas em diferentes faixas de escolaridade, sexo, renda e ocupação profissional. Os dados podem ser vistos na Tabela 3.

Como pode ser observado na Tabela 3, as médias mais altas de avaliação ocorreram nos segmentos: Cadastro Único (Bolsa Família), renda familiar menor ou igual a 5 SM, não brancos e sem formação superior. Nota-se ainda, na Tabela 4, que os ocupados em atividades de agricultura e os trabalhadores rurais foram os que deram maior nota ao PMMB (9,25), e os profissionais liberais a menor (8,18).

A distribuição das avaliações que acompanha a condição de vulnerabilidade social dos indivíduos pode indicar tanto a precisa focalização do Programa, que conseguiu êxito em satisfazer ao seu público, visando, precisamente, àquelas comunidades que mais precisam do serviço público de Saúde (Cohen; Franco, 1993), como também o baixo grau de expectativa, por esse mesmo público socialmente mais vulnerável quanto ao provisionamento dos serviços. Para além dos indivíduos, outra análise a ser feita é a partir de dados agregados. Para examinar a distribuição territorial da avaliação do PMMB, os municípios e as regiões brasileiras foram separados para efeitos de comparação. Nas Tabelas 5 e 6, podem ser observados os resultados das notas atribuídas pelos municípios com 20% de pobreza e nas 5 regiões do país.

Tabela 3 – Nota atribuída ao PMMB: perfil Cadastro Único, renda, sexo, cor

Perfil Cadastro Único	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Sim	8,83	2.093	1,78	0,20
Não	8,35	506	1,84	0,22
Total	8,73	2.599	1,80	0,21
Renda	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Renda familiar inferior a 5 SM	8,74	2.603	1,81	0,21
Renda familiar igual ou superior a 5 SM	7,72	47	2,27	0,29
Total	8,72	2.650	1,83	0,21
Sexo	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Feminino	8,77	2.147	1,82	0,21
Masculino	8,55	503	1,85	0,22
Total	8,72	2.650	1,83	0,21
Branco	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Não branco	8,81	1.794	1,76	0,20
Branco	8,55	856	1,95	0,23
Total	8,72	2.650	1,83	0,21
Formação Superior?	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Não tem	8,77	2.468	1,80	0,21
Tem	8,16	182	2,04	0,25
Total	8,72	2.650	1,83	0,21

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

Tabela 4 – Nota atribuída ao PMMB por ocupação

Ocupação	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Agricultor ou trabalhador rural	9,25	128	1,25	0,13
Dona de casa	8,84	915	1,80	0,20
Autônomo ou conta própria	8,75	384	1,82	0,21
Servidor público	8,72	235	1,63	0,19
Aposentado ou similar	8,68	375	1,96	0,23
Desempregado	8,59	125	1,62	0,19
Empregado do setor privado	8,42	322	1,95	0,23
Estudante (apenas)	8,37	75	1,90	0,23
Profissional liberal	8,18	11	2,23	0,27
Total	8,73	2.570	1,81	0,21

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

Tabela 5 – Nota atribuída ao PMMB) em municípios com 20% de pobreza

20% de pobreza	Média	N	Desvio padrão	Coef. de var.
Municípios com pobreza >=20%	8,98	1.218	1,54	0,17
Outros municípios	8,51	1.432	2,01	0,24
Total	8,72	2.650	1,83	0,21

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

No tocante à vulnerabilidade de renda nas comunidades, a mesma tendência observada no âmbito individual (pessoas oriundas de famílias de renda mais baixa) se reproduz no nível agregado (municípios mais pobres), com a tendência de avaliar mais positivamente o programa. Municípios que possuem ao menos 20% de sua população na linha de pobreza ou abaixo desse patamar avaliam muito mais positivamente o PMMB que todos os outros municípios, quanto agregados em uma única categoria de contraste (em média, 8,98 contra 8,51).

O detalhamento por perfil de município revela que a média verificada nos chamados municípios do G100 (8,43), aqueles que reúnem grandes populações e baixa receita *per capita*, é ligeiramente mais baixa que a observada nos outros grupos (região metropolitana: 8,56; capitais: 8,53), mas em geral revela-se bastante similar.

Pelo mesmo raciocínio, é possível observar a tendência a uma avaliação mais positiva nas respostas colhidas em municípios do

Nordeste do Brasil (9,01), quando comparados com municípios das demais regiões (8,49). Mais uma vez, aqui a diferença pode ser a estratégia governamental de priorizar os municípios dessa região na implantação do Programa, o que também pode se combinar com a grande carência de profissionais na região.

Os dados apresentados na Tabela 6 mostram a nota atribuída ao PMMB por região do país ao lado do indicador “Médicos por mil habitantes”, que é a relação entre o total de médicos que atenderam pelo SUS em cada região e a população total residente. Para o teste de correlação parcial entre as variáveis “Nota atribuída ao PMMB” e “Médicos por mil habitantes”, controlados o tamanho da amostra em cada região e a população ali residente, o valor do coeficiente foi de $r = -0,988$ ($p < 0,10$), o que indica, de fato, uma avaliação mais positiva do programa por parte daquelas pessoas que vivem em localidades nas quais é mais escassa a disponibilidade de atendimento médico pelo SUS.

Tabela 6 – Distribuição da avaliação do PMMB entre as regiões brasileiras

Região	Médicos atendendo pelo SUS*	População residente**	Médicos por mil habitantes	Nota atribuída ao PMMB (média)
Região Nordeste	39.298	54.283.884	0,724	9,01
Região Norte	7.797	14.998.214	0,520	8,61
Região Sudeste	107.864	89.552.106	1,204	8,56
Região Centro-Oeste	13.661	14.742.082	0,927	8,35
Região Sul	33.788	28.739.171	1,176	8,34
TOTAIS	202.408	202.315.457	1,000	8,72

Fonte: *Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde / CNES (2012).

**Projeção IBGE 2013.

FATORES PARA A AVALIAÇÃO DE SATISFAÇÃO COM O MAIS MÉDICOS

Em situações nas quais o número de variáveis de interesse é grande, é possível estruturar o conjunto de dados a partir das inter-relações entre tais variáveis. Tais inter-relações podem ser expressas pela covariância entre as variáveis. Optou-se, aqui, por traduzir o comportamento de um número grande de variáveis dos questionários, com conteúdo de avaliação do serviço público de saúde pelo respondente, em termos de um número relativamente pequeno de variáveis latentes (ou fatores), que são agrupadas por meio de suas correlações.

Procedeu-se, então, à extração de sete componentes principais, com explicação de 67% da variância total das 39 variáveis com conteúdo de avaliação ou satisfação dos entrevistados (Critério: autovalores iniciais $\geq 1,000$; Método de Rotação Varimax). Os resultados são apresentados a seguir e deram origem a 7 fatores: qualidade do atendimento, *rapport*¹² com o

médico (atributos individuais do profissional médico), avaliação da UBS, envolvimento do médico com a comunidade, serviços e equipamentos de apoio, avaliação da farmácia e satisfação com o médico. Apresentamos também as variáveis que deram origem a cada um dos componentes principais.

Para a apresentação dos fatores em escala padronizada, a fim de se obter uma variável cujos valores fossem intuitivamente identificáveis neste artigo, foi realizada a conversão dos escores extraídos em notas apresentadas na escala de 0 a 10, conforme é apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Médias das notas de avaliação atribuídas pelos usuários para sete dimensões dos serviços da Atenção Básica de Saúde

Critério	Média	Mediana	Desvio padrão	Coef. de variação
Nota 1 - Qualidade do atendimento	6,70	6,50	1,63	0,24
Nota 2 - Atributos individuais do profissional médico	8,17	8,50	1,18	0,14
Nota 3 - Avaliação da UBS	6,67	6,80	1,53	0,23
Nota 4 - Envolvimento do médico com a comunidade	6,19	6,70	1,53	0,25
Nota 5 - Serviços e equipamentos de Apoio	7,21	8,10	2,06	0,29
Nota 6 - Avaliação da farmácia	6,62	6,80	1,29	0,19
Nota 7 - Satisfação com o médico	5,00	4,80	1,49	0,30

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

Quadro 1 – Quadro-resumo: variância explicada pelos fatores extraídos

Fator	Descrição	Variância explicada (%)
1	Qualidade do atendimento	19,63
2	Rapport	15,98
3	Avaliação da UBS	12,79
4	Envolvimento do médico com a comunidade	5,44
5	Serviços e equipamentos de apoio	5,34
6	Avaliação da farmácia	3,86
7	Satisfação com o médico	3,64
Total		66,68

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

¹² Por *rapport* os autores designam toda a classe de vínculos que se estabelecem, numa relação profissional, entre quem compreende as demandas do paciente/cliente e quem se

Vê-se que dois componentes diretamente ligados ao profissional médico se destacam no conjunto da análise, precisamente o Fator 2 (*Rapport*) e o Fator 7 (satisfação com o médico), conforme o Quadro 2 demonstra. A nota extraída das respostas para o *rapport* com o médico, Fator 2, foi superior a oito, e baixa foi sua variação entre as respostas (coeficiente de variação foi igual a 0,14). Por outro lado, para o Fator 7 (satisfação com o médico), verificou-se a nota mais baixa da bateria (cinco) e pronunciado coeficiente de variação.

Embora o Fator 2 (*rapport*) seja bem mais

sente valorizado e compreendido pelo outro; a partir desse sentimento manifesto pelo paciente em função dos atributos individuais do profissional, cria-se uma relação profissional que facilita todos os demais passos do atendimento.

representativo que o Fator 7, já que aquele foi capaz de explicar cinco vezes mais a variância observada nos dados que este último, parece haver uma disjunção, na avaliação do usuário, entre o reconhecimento da capacidade profissional ou interpessoal do profissional médico e a satisfação com o serviço que tem sido prestado pelo mesmo profissional.

MODELOS DE PROVA E CONTRA-PROVA

a) Modelo de prova – regressão ordinal logística

A variável dependente eleita para a pesquisa não é contínua, mas, antes, uma variável de valores discretos ordenados em uma escala de tipo Likert, com onze pontos e categorias que vão do “zero” (equivalente ao ponto “desaprovo totalmente o PMMB”) a “dez” (que equivale ao ponto “aprovo totalmente o PMMB”). Nesse caso, o fato de a relação de *ordem* entre os valores da variável dependente não estabelecer a constância e a divisibilidade dos intervalos (como ocorre em variáveis contínuas) torna inaplicável a regressão linear múltipla, e faz oportuna a estimação dos parâmetros de maneira não linear, mediante a operacionalização de uma variável latente não medida ou observada diretamente.

A avaliação da qualidade do ajustamento e do modelo para a estimação da variável dependente pode ser feita de modo equivalente pela verificação dos *p*-valores para cada variável preditora, enquanto a significância geral do modelo pode ser avaliada pelos argumentos de qui-quadrado e Deviance. Aqui, a medida do pseudo- R^2 indica a proporção da variação total observada na variável dependente, que pode ser explicada pelas variáveis independentes já inseridas no modelo.

Quando da aplicação da regressão ordinal logística para modelar a racionalidade da avaliação pelos entrevistados, foi possível verificar que a avaliação é, de fato, multivariada e complexa, mas que as decisões governamen-

tais cumprem papel decisivo no escore atribuído pelos beneficiários aos serviços de saúde prestados a partir da implantação do PMMB. De fato, pode-se afirmar, com níveis de confiança superiores a 95%, que há fatores relevantes para a nota conferida pelo entrevistado ao programa, que são oriundos, majoritariamente, do ambiente em que o indivíduo vive (variáveis ecológicas, ou ambientais – VE), e outros que são majoritariamente adstritos ao próprio indivíduo, e seus atributos pessoais (variáveis individuais – VI). Contudo os fatores mais representativos são primordialmente institucionais (variáveis instrumentais – VS), e advêm, diretamente, das escolhas do governo e de sua capacidade de gerir o programa.

Foram inseridas no modelo, para fins de teste de hipótese, as variáveis: comunidades atendidas pelo PMMB, indivíduo branco, perfil do município, perfil Cadastro Único (Bolsa Família), notas dadas para qualidade do atendimento, *rapport* com o médico, avaliação da UBS, envolvimento do médico com a comunidade, serviços e equipamentos de apoio, avaliação da farmácia, satisfação com o médico; formação superior, faixa de idade, município com 20% de pobreza, município do Nordeste, região do Brasil, a pergunta “Antes desse que atende hoje, havia médico (a) atendendo na ESF de segunda a sexta-feira?”, renda familiar maior que 5 salários mínimos, sexo do respondente e se tinha filhos.

Foram excluídas, por apresentarem *p*-valor maior que o limite do teste, as variáveis: perfil do município ($p = 0.6413 \geq 0.1000$), a pergunta Tem filhos? ($p = 0.3981 \geq 0.1000$), Nota 6, avaliação da farmácia ($p = 0.2977 \geq 0.1000$), a pergunta Antes desse que atende hoje, havia médico (a) atendendo na ESF de segunda a sexta-feira? ($p = 0.2923 \geq 0.1000$), Região Nordeste? ($p = 0.2298 \geq 0.1000$), Nota 5, Serviços e equipamentos de apoio ($p = 0.3102 \geq 0.1000$) e Renda familiar > 5 SM? ($p = 0.2074 \geq 0.1000$). Os dados do teste são apresentados no Quadro 3.

De acordo com a regressão ordinal lo-

Quadro 3 – Saída de regressão ordinal logística para a variável dependente “De um modo geral, que nota você daria ao Programa Mais Médicos?”

Nota	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[Lower Limit 95% Conf. Interval]	[Upper. Limit 95% Conf. Interval]
Qualidade do atendimento	0,460	0,022	21,220	0,000	0,418	0,502
Cursou Educação Superior	-0,392	0,120	-3,260	0,001	-0,628	-0,156
20% pobreza	0,342	0,079	4,320	0,000	0,186	0,497
Envolvimento do Médico com a comunidade	0,336	0,021	16,260	0,000	0,296	0,377
Sexo feminino	0,336	0,080	4,180	0,000	0,178	0,493
Perfil de cadastro único	0,258	0,083	3,110	0,002	0,095	0,420
Fator 2 - RAPPORT	0,257	0,025	10,110	0,000	0,207	0,307

Fator 2: Rapport. Número de Observações = 4068. LR chi2(13) = 1599.39 P-valor > qui-quadrado = 0.0000. Logaritmo da probabilidade = -5003.824. Pseudo R2 = 0.1378.

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

gística, foram reconhecidas como as mais influentes variáveis na avaliação do entrevistado, entre as variáveis coletadas (por ordem de influência, para $b > 0,250$):

1. o fato de a comunidade já ter sido beneficiada pelos profissionais do Programa (b=0,748, VS);
2. a avaliação geral que o entrevistado faz da qualidade do atendimento recebido (fator1, b=0,459, VS);
3. o fato de o entrevistado não ter obtido nível superior de instrução (b=-0,392, VI);
4. o fato de o entrevistado morar em município onde pelo menos 20% da população se encontra em situação de conforto material não superior à linha de pobreza (b=0,341, VE);
5. o fato de o médico ter uma atuação extra-ambulatorial na comunidade do entrevistado (fator4, b=0,336, VS);
6. o fato de o indivíduo ser mulher (b=0,336, VI);
7. o fato de o indivíduo ter o perfil social que o habilita ao Cadastro Único do Governo Federal (b=0,258, VI);
8. o *rapport* existente entre o profissional médico e o entrevistado (fator2, b=0,257, VS).

Vê-se, então, que, com Pseudo-R² de

aproximadamente 0,14 e $\text{Prob} > X^2 \approx 0.0000$, influenciam ainda a probabilidade de avaliação negativa do PMMB o fato de ser esse mesmo indivíduo branco (b=-0,1479109, VI) e estar em uma das regiões do país que o avaliam mal (b=-0,004, VE). Todos os outros fatores predispõem, em maior ou menor intensidade, à boa avaliação, conforme os coeficientes expressos na tabela acima. O modelo de regressão ordinal logística O-LOGIT é adequado para tal mensuração, e o PMMB, dados todos os parâmetros probabilísticos, é bem avaliado pela amostra de respondentes.

b) Modelo de contraprova – regressão logística para dados censurados (TOBIT)

Em questionários de avaliação, é comum os valores de um número razoável de observações se concentrarem nos pontos limítrofes da escala, aglutinando, aí, respondentes cujos atributos pessoais e ecológicos possam ser muito heterogêneos, e isso traz um elemento de perturbação na estimação dos valores preditos. Em casos como esse, é comum aplicar-se o modelo TOBIT, que se comporta como binário

para os valores limítrofes e como linear para os pontos intermediários da escala. Tal modelo foi desenvolvido por James Tobin (1958), para explicar a heterogeneidade das observações em pesquisas de orçamento doméstico, as quais, na Inglaterra, reportavam consumo igual a zero. Aqui se leva em conta a concentração de observações nas notas “zero” e “dez” atribuídas por respondentes para o PMMB, já que esse tipo de concentração torna inadequado o emprego de modelos lineares.

O modelo TOBIT, dotado de concepção, operacionalização e estimadores diferentes do modelo O-LOGIT, originalmente estabelecido para obtenção dos parâmetros, será empregado para investigação da variável dependente com as mesmas variáveis preditoras e servirá como contraprova de análise.

Como se espera em casos em que a estimação empírica está coerente com os dados analisados, o sentido da influência das variáveis preditoras sobre a variável predita é o mesmo em modelos de prova e contraprova, e

similar é a intensidade da influência dos preditores sobre a variável predita. Entraram, no modelo de contraprova, todas as variáveis do modelo original, e foram excluídas, por apresentarem p-valor maior que o limite do teste, as variáveis Perfil do município ($p = 0.9641 \geq 0.1000$), Tem Filhos? ($p = 0.6882 \geq 0.1000$), Nota 6 - Avaliação da Farmácia ($p = 0.9195 \geq 0.1000$), Antes desse que atende hoje, havia médico (a) atendendo na ESF de segunda a sexta-feira? ($p = 0.4032 \geq 0.1000$), Região Nordeste? ($p = 0.1317 \geq 0.1000$), Nota 5 - Serviços e equipamentos de apoio ($p = 0.3196 \geq 0.1000$), Renda Fam. > 5 SM? ($p = 0.3875 \geq 0.1000$) e Branco ($p = 0.3172 \geq 0.1000$). Essa última variável foi aprovada no teste das probabilidades acumuladas, mas reprovadas no teste das significâncias do modelo quase-linear. O resultado da regressão segue conforme se apresenta no Quadro 4:

A seguir, verifica-se que a relação das variáveis presentes no modelo TOBIT é a mesma que se vê no modelo O-LOGIT:

Quadro 4 – Saída de Regressão Tobit, com censura nos valores 0 e 10, para a variável dependente “De um modo geral, que nota você daria ao Programa Mais Médicos?”

Nota	Coef.	Std. Err.	z	P> z	[Lower Limit 95% Conf. Interval]	[Upper. Limit 95% Conf. Interval]
Base	1,026	0,101	10,160	0,000	0,828	1,223
Qualidade do atendimento	0,537	0,024	22,160	0,000	0,489	0,584
Cursou Educação Superior	-0,467	0,149	-3,140	0,002	-0,758	-0,176
20% pobreza	0,459	0,095	4,860	0,000	0,274	0,645
Envolvimento do Médico com a comunidade	0,402	0,024	16,680	0,000	0,355	0,449
Sexo feminino	0,388	0,098	3,960	0,000	0,196	0,581
Perfil de cadastro único	0,329	0,099	3,320	0,001	0,135	0,524
Fator 2 - RAPPORT	0,319	0,029	10,870	0,000	0,262	0,377
Fator 7	0,218	0,026	8,460	0,000	0,168	0,269
Fator 3	0,210	0,026	8,060	0,000	0,159	0,261
Constante	-3,004	0,429	-7,010	0,000	-3,845	-2,163
Sigma	2,120	0,038				2,194

Fator 2: Rapport. Fator 3: avaliação da UBS; Fator 7: satisfação com o médico.

Sumário dos casos: 18 observações censuradas à esquerda para nota estimada ≤ 0 ; 1938 observações não censuradas; 2112 observações censuradas à direita para nota estimada ≥ 10 .

Número de Observações = 4068. Logaritmo da razão (qui-quadrado) = 1611.57. P-valor > qui-quadrado = 0.0000. Logaritmo da probabilidade = -5449.0085. Pseudo R2 = 0.1288

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

1. o fato de a comunidade já ter sido beneficiada pelos profissionais do Programa (b=1,026, VS);
2. a avaliação geral que o cidadão faz da qualidade do atendimento recebido (fator1, b=0,537, VS);
3. o fato de o indivíduo não ter obtido o nível superior de instrução (b=-0,467, VI);
4. o fato de morar em um município no qual pelo menos 20% da população vive em situação de conforto material não superior à linha de pobreza (b=0,459, VE);
5. o fato de o médico ter uma atuação extra-ambulatorial na comunidade do entrevistado (fator4, b=0,402, VS);
6. o fato de o indivíduo de ser mulher (b=0,388, VI);
7. o fato de o indivíduo ter perfil social que o habilita ao Cadastro Único do Governo Federal (b=0,319, VI);
8. o *rapport* existente entre o profissional médico e o entrevistado (fator 2, b=0,257, VS).

ra a menos e Pseudo-R² de aproximadamente 0,13 (praticamente igual ao modelo O-LOGIT) e $\text{Prob}>X^2 \approx 0.0000$, o TOBIT informa que influenciam a probabilidade de avaliação negativa do PMMB pelo indivíduo o fato de ter educação superior (variável individual) e estar em uma das regiões do país que o avaliam mal (variável ecológica). Todos os outros fatores pre-dispõem à boa avaliação, conforme coeficientes expressos na tabela posta acima. O modelo de regressão ordinal logística O-LOGIT é adequado, e o PMMB é, dados todos os parâmetros probabilísticos, bem avaliado pelos usuários.

DISCUSSÃO

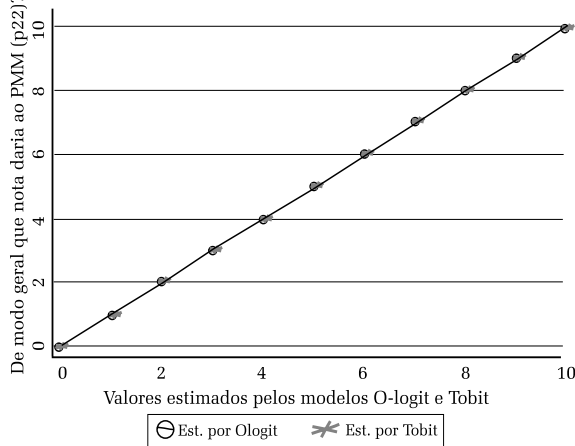
Analisando o perfil dos respondentes, é possível perceber que o Programa tem conseguido atingir um dos seus objetivos, que era o de prover médicos para os locais onde a população estivesse em situação de maior vulnerabilidade social (Brasil, 2013). A maioria é formada por mulheres com filhos, de nível fundamental, com renda de até 2 salários mínimos. Percebe-se que pertencem aos segmentos mais vulneráveis da população, com baixa renda e baixa escolaridade, e são do sexo feminino.

Esse é também o perfil de maior aprovação do Programa no conjunto da amostra. São pessoas com renda familiar não superior a um salário mínimo e que, coerentemente, têm o perfil de Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). São majoritariamente mulheres com filhos, que não se identificam como de cor branca e têm idade que varia entre 25 e 39 anos, com instrução não maior que o ensino fundamental, e que se enquadram nas categorias ocupacionais de trabalhadora rural, autônoma ou dona de casa. Entre as mulheres, aquelas que se passaram pela condição de gestante tendem a apresentar uma avaliação ainda mais positiva que a média. Informa-se que a altíssima qualidade do atendimento de gestantes em Cuba certamente tem relação com os resultados da avaliação das

Gráfico 1 – Ajuste entre as estimativas pelos métodos de prova (O-LOGIT) e contraprova (TOBIT)

Fonte: Elaborado pelos autores (2018).

Pesquisa Nacional de Avaliação do Programa Mais Médicos. UFMG/Grupo



Opinião Pública e Ministério da Saúde, 2014.

Nota-se a quase superposição das linhas de estimação para um (linha amarela) e outro método (linha alaranjada). A correlação de Pearson entre os vetores é de: $r > 0,993$; $p < 0,01$. Nota-se, então, que, com uma variável predito-

brasileiras gestantes. Além disso, constatou-se que a frequência com que o usuário é atendido nas UBS aumenta a avaliação positiva do PMMB. E, certamente, pelo seu estado, as gestantes são aquelas que, com mais frequência, são atendidas, em função da necessidade de realizar o pré-natal.

As parcelas da população caracterizadas por mais baixa eficácia política interna (Craig; Niemi; Silver, 1990) e *locus* de controle predominantemente externo (Anderson, 1977) revelam a tendência a avaliar mais positivamente o PMMB que suas contrapartes. No primeiro caso, o conceito se aplica aos indivíduos que não se sentem em condições de interferir no sistema político, ou de defender seus próprios interesses, percebendo-se mais como clientes passivos do sistema político do que como protagonistas. No segundo caso, a literatura designa como indivíduos de *locus* de controle externo aqueles que tendem a acreditar que a realidade de sua vida resulta da ação de terceiros, ou de fatores externos à sua capacidade de influência. Nos dois casos, tem-se a caracterização de uma condição de vulnerabilidade social, que é a percepção, pelo indivíduo, de que lhe faltam condições de prover suas necessidades por si mesmo. Tal condição corresponde também aos níveis mais altos de aprovação do PMMB. Baixa eficácia política interna, e predominância do *locus* de controle externo se veem mais frequentemente entre os indivíduos mais pobres, do sexo feminino, não brancos, menos escolarizados e que têm ocupação de mais baixo *status* social e econômico (Silva, 2013).

A distribuição das avaliações que acompanham a condição de vulnerabilidade social dos indivíduos pode indicar tanto a precisa focalização do Programa, que conseguiu êxito em satisfazer o seu público, visando, precisamente, àquelas comunidades que mais precisam do serviço público de Saúde (Cohen; Franco, 1993), como também o baixo grau de expectativa desse mesmo público, socialmente mais vulnerável, quanto ao provisionamento dos serviços. De fato, em apoio a essa hipótese,

a literatura revela que, em situação de baixa expectativa quanto a uma rotina, um produto ou um serviço, a tendência do usuário desse mesmo benefício é introduzir um viés positivo em sua avaliação (Vroom, 1964).

Para os serviços prestados pelo SUS de assistência à saúde, o aumento do número de médicos foi a melhoria indicada com maior frequência, seguida pela redução do tempo para marcar consultas ou para ser atendido. Isso é consistente com os principais problemas indicados: falta de médicos e demora no atendimento. Esses achados sugerem que a população almeja um acesso mais fácil, rápido e oportuno aos serviços. Contudo, quando comparadas as avaliações sobre o Programa entre as comunidades assistidas e não assistidas, percebe-se que ele era mais bem avaliado entre aqueles que já estavam sendo beneficiados. Esse tipo de diferença na avaliação é percebido, também, nas pesquisas que avaliam o Sistema Único de Saúde. No SUS, aqueles que utilizaram os serviços tendem a avaliar melhor do que aqueles que não o utilizaram.

A proporção de avaliações positivas dos serviços públicos de saúde prestados pelo SUS foi maior entre os entrevistados que haviam utilizado um dos serviços pesquisados ou acompanhado algum familiar na utilização desses serviços, pelo menos uma vez nos últimos 12 meses. Ou seja, ao que parece, as pessoas que utilizam os serviços prestados pelo SUS têm uma percepção melhor a seu respeito do que aquelas que não os utilizam (Piola et al., 2011). Nos dois casos, na pesquisa sobre o SUS e sobre o PMMB, essa diferença na avaliação, entre quem é usuário e quem não é usuário, parece indicar que, no primeiro caso, a sua experiência pessoal na utilização do serviço é levada em consideração na avaliação, enquanto os não usuários estão mais suscetíveis a informações de fontes externas, como a mídia, por exemplo, na construção da sua percepção. O PMMB recebeu uma cobertura significativa dos meios de comunicação. Inicialmente, a mídia adotou posturas bastante críticas, dando

maior destaque ao posicionamento de entidades médicas brasileiras, contrárias ao Programa (Carvalho, 2014).

Os achados sobre a melhora na qualidade do atendimento, com referência a uma maior atenção dada ao paciente pelo médico, bem como, às consultas com maior tempo de duração, são corroborados por outros estudos do tipo qualitativo realizados com usuários do Programa. “Introduzidos nesse contexto de comparações, os participantes acreditam que os médicos bolsistas estrangeiros são profissionais ‘especiais’ devido ao tratamento que dispensam aos pacientes, mais disponíveis e humanizados” (Melo; Baião; Costa, 2016, p. 1308). Para o autor, também nessa pesquisa, a relação entre médico e usuário igualmente despontou como questão central. Os entrevistados informaram que se sentiam acolhidos e encorajados a participar ativamente das consultas médicas. Além disso, de forma geral, revelaram-se satisfeitos, elogiando atitudes do médico, como olhar no rosto e dar oportunidade para falar (Silva et al., 2016).

Outra pesquisa quantitativa nacional, realizada apenas em municípios com 20% de extrema pobreza, chegou praticamente ao mesmo percentual de satisfação com o médico por parte dos usuários. Nesse caso, 94,6% declararam o estado de satisfação como bom e muito bom, enquanto, na presente pesquisa, 94% declararam-se satisfeitos ou muito satisfeitos (Comes et al., 2016). Identificou-se que o alto nível de satisfação se devia, em grande medida, à forma mais humanizada de atendimento do médico. Dos dados obtidos das perguntas abertas, os principais comentários centraram-se no bom atendimento dos médicos. Em segundo lugar, dentre os argumentos que justificam a alta satisfação geral, foi indicado o fato de não haver médico antes do PMMB, o que os obrigava a realizar deslocamentos para outros municípios. Outros usuários sustentaram suas respostas com comentários positivos sobre a postura ou atitude dos médicos, que foram descritos como sempre “sorridentes, aten-

ciosos, humildes e educados”. Outro conjunto de usuários avalia favoravelmente a sua vivência dentro da consulta, seja no consultório ou no domicílio, apontando para o fato de que foram bem tratados, que se sentiram considerados, que os médicos se interessavam sobre a sua vida. Como frase que ilustra boa parte dos depoimentos, um usuário manifestou que “[...] eles nos tocam e não têm nojo da gente” (Comes et al., 2016, p. 2754).

Dos itens avaliados neste artigo, a partir dos dados descritivos e inferenciais, tiveram maior destaque – por revelarem melhoria em relação aos anteriores – os que se referem ao momento do atendimento, que dependem de características inerentes ao médico: a qualidade do atendimento, a duração da consulta, o esclarecimento sobre o problema de saúde, o conhecimento do médico sobre o problema de saúde apresentado, a experiência do médico, a resolução do problema durante a consulta. É possível perceber que as comunidades assistidas estão mais satisfeitas e avaliam melhor o médico do Programa, quando comparadas às comunidades não assistidas, mas também atendidas por médicos que não participavam do Programa. Os dados sugerem ainda que a forma como os médicos do Programa tratavam os pacientes pode ter influenciado nessa maior satisfação dos usuários com o atendimento.

Como era permitida a participação de médicos estrangeiros no Programa, uma das preocupações dizia respeito à língua, ou seja, o grau de dificuldade dos usuários para entenderem o profissional. Essa questão suscitou um debate sobre as barreiras que a língua poderia trazer para o atendimento (Caramelli, 2013). Mesmo com um percentual maior dos usuários que revelaram dificuldade, a maior satisfação com o médico do Programa indica que essa não foi uma questão que obstaculizou o atendimento, o que corrobora o achado das pesquisas qualitativas realizadas por Melo, Baião e Costa (2016, p. 1308) com usuários: “[...] apesar de os participantes reconhecerem a questão da comunicação com o médico estrangeiro como

uma limitação do programa, a mesma não se configura como um impedimento”.

Em pesquisa qualitativa realizada com usuários em Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte (Silva et al., 2016), ficou claro que as estratégias adotadas pelo médico e pela equipe para melhorar a compreensão da língua pelo paciente foram bem-sucedidas:

Observou-se que o fato de os médicos serem oriundos de países que não adotam o português como língua oficial não se configurou como impedimento à interação entre os sujeitos, ante o emprego de estratégias comunicacionais, como linguagem não verbal, fala pausada e repetida e auxílio de outros profissionais na transmissão das mensagens (Silva et al., 2016, p. 2867).

Em nossa pesquisa sobre a satisfação com o PMMB, a disponibilidade de medicamentos foi o item com pior avaliação: apenas 46% nas comunidades assistidas e 43% nas comunidades não assistidas avaliaram a disponibilidade dos medicamentos como ótima ou boa. A oferta de materiais de primeiros socorros também foi um dos itens com pior avaliação, na frente apenas da disponibilidade de medicamentos, indicando que os maiores problemas da UBS estão mais relacionados aos insumos para a prestação do serviço médico do que à estrutura física em si.

Do exposto, destaca-se a avaliação positiva do Programa em toda a extensão da amostra, devido aos recortes possibilitados pelas questões de identificação do perfil do respondente. A maior satisfação está claramente relacionada com os usuários de baixa renda e do perfil de Cadastro Único. Tal aprovação, contudo, não foi uniforme: embora haja nichos da população nos quais o Programa é especialmente bem avaliado, há outros, contudo, minoritários e, ainda assim, bem configurados, nos quais o Programa pode melhorar a sua avaliação.

Sobressai a localização de avaliação negativa em indivíduos e situações específicas entre os segmentos representados de usuários. Cabe destacar, entre os atributos pessoais, que indivíduos com escolaridade superior, pro-

fissionais liberais, com renda familiar maior que cinco salários mínimos e que se autodeclararam brancos tendem a ter uma avaliação menos positiva do PMMB. Em termos ecológicos, esses entrevistados se localizavam, majoritariamente, em municípios da Região Sul do Brasil. Os jovens mais escolarizados também são os mais críticos ao programa.

Algumas medidas podem ser proeminentes para populações específicas, com base em raça, cor e etnia. Como é evidente, em função da enorme desigualdade social e racial no Brasil, a cor branca está associada a mais anos de educação e maior renda familiar. Maior escolaridade e renda são dois atributos que posicionam os indivíduos nas classes médias. As classes têm percepções diferentes dos serviços públicos de saúde e expectativas também distintas quanto a esses serviços. A caracterização da posição social das pessoas, mediante indicadores empíricos, admitiu estabelecer a existência da desigualdade de classe em saúde. Em relação à conexão entre classe social e saúde Witt (1967), desde a década dos anos sessenta, já evidenciava alguns trabalhos realizados no campo da saúde, nos quais era observada a influência de forças sociais tanto no comportamento da população quanto na conduta do médico, que comprometiam algumas atividades relacionadas com a saúde. Segundo Santos (2011, p. 30),

a invariância das desigualdades em saúde – quanto pior a posição social, tanto pior a saúde – mantém-se verdadeira mesmo nos países mais avançados. A padronização das desigualdades observadas é usualmente bastante clara e a dimensão das desigualdades absolutas é frequentemente ampla.

Testes de regressão em prova e contra-prova atestaram a adequação desse diagnóstico e, sobretudo, demonstraram a centralidade da figura do médico para a avaliação positiva do *Mais Médicos*. Embora tal constatação seja evidente, importa ainda reiterar que a comunicação com o usuário deve propiciar fácil entendimento – um elemento fundamental do *rapport* é a qualidade da comunicação –, principalmente

ao se considerar que a maioria que recebe os médicos possui baixa escolaridade. Trata de um público majoritariamente feminino e com filhos, cujo principal meio utilizado para se manter informado é a televisão (resultado respaldado por outras pesquisas com essa população).

Cumpra, assim, destacar que o profissional médico, sua atuação e seu relacionamento com o paciente usuário, é o principal determinante no sucesso ou insucesso do programa.¹³ Sua simples presença na UBS, sem dúvida, já é um ganho. A propósito, o acesso ao médico é o objetivo original do *Mais Médicos*. Entretanto, se, além do acesso, a população recebe do médico seu interesse e sua disponibilidade, o impacto no grau de satisfação é muito grande. A satisfação com o atendimento do médico resume, muitas vezes, a satisfação com o *Mais Médicos*.

CONCLUSÃO

No Brasil, o acesso à saúde pública é um direito de todos os cidadãos desde que foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), em 1988. Mas, em regiões periféricas e distantes dos grandes centros urbanos, ainda é muito difícil encontrar médicos e equipes completas nas UBS. As experiências para atrair profissionais para as regiões remotas do país e para a interiorização do atendimento médico ocorreram desde a ditadura militar, com o Projeto Rondon, em 1968. O governo Fernando Henrique Cardoso também fez um programa para isso. Contudo, as políticas públicas lidaram com diferentes desafios para atrair e fixar os médicos no interior do país: falta de programas de educação continuada, pressão do mercado de trabalho, que valoriza o médico especialista, condições difíceis de trabalho no serviço público nos municípios. O *Mais Médicos* foi o programa mais exitoso, dentre os demais, em relação

¹³ Cabe destacar, aqui, que o critério considerado – isto é, a variável dependente dos modelos de prova e contraprova – é a satisfação do paciente. Não há medidas objetivas sobre erro diagnóstico ou procedimentos clínicos inadequados, por exemplo.

aos ensaios antecedentes de interiorização do atendimento médico e expansão do ensino da medicina. Em apenas cinco anos do PMMB, foram abertas mais de 18 mil vagas para médicos em cidades que sofriam com a escassez desses profissionais. Além disso, foram criadas mais de 11 mil vagas em cursos de medicina, sendo 65% delas no interior do país.

Ao longo dos últimos anos, o SUS brasileiro vem sendo reestruturado, com ações que priorizam a atenção básica. As iniciativas empreendidas propõem-se a diminuir as vulnerabilidades a que certos grupos populacionais estão expostos. O *Mais Médicos* foi, em seu início, um Programa muito bem avaliado pelos diversos atores envolvidos, atingindo uma elevada nota média e obtendo alto grau de satisfação por parte dos usuários assistidos. Nesse sentido, representa um grande avanço na área da Saúde, que é considerada pela população como prioritária e cujo problema mais urgente era a falta de médicos. Considerando-se variáveis ambientais (ligadas ao contexto social e espacial da avaliação) e institucionais (decorrentes de fatores de gestão do Programa), viu-se que o PMMB é especialmente bem avaliado nas UBS já atendidas por ele. Ressalta-se, então, que isso é um fator muito importante para o entendimento de que o Programa pode ser ampliado entre as comunidades de mesmo perfil, com risco baixo de reprovação ou de subutilização dos serviços.

O Programa foi alvo de diversas críticas no seu início, várias delas provenientes da classe médica, sobretudo em relação à participação dos médicos intercambistas cooperados (cubanos), o que gerou receio por parte da opinião pública em relação ao PMMB. Este estudo demonstra que o funcionamento do *Mais Médicos* invalidou muitas dessas críticas, sobretudo dirigidas aos médicos estrangeiros – baixa qualificação, dificuldade com linguagem etc. – que não encontraram respaldo nas opiniões das comunidades onde se desenvolveu a pesquisa. Seus resultados mostram a capacidade dos intercambistas cooperados de superarem esses

obstáculos e mostrarem a qualidade do serviço oferecido. Isso não significa que todos os médicos sejam bem avaliados, mas que, no geral, eles são muito bem avaliados pelos usuários.

Os resultados efetivos do Programa, a satisfação da população e o reconhecimento dos médicos desmistificam eventuais críticas, e abrem caminhos para o aperfeiçoamento e ampliação do *Mais Médicos*. É importante fazer desses médicos os porta-vozes do sucesso do Programa, além da apresentação de indicadores objetivos, para que a opinião pública, em geral, passe a valorizá-lo, com repercussão na percepção do seu impacto na melhoria da Saúde em geral.

É fundamental destacar que o médico, sua atuação e seu relacionamento com o paciente, é quem dá a “cara” ao Programa. Sua simples presença na UBS, sem dúvida, já é um ganho; a propósito, o acesso ao médico é o objetivo original do *Mais Médicos*. Entretanto, se, além do acesso, a população recebe do médico seu interesse e sua disponibilidade, o impacto no grau de satisfação é muito grande. Por isso, seria importante divulgar a satisfação das comunidades com os profissionais que fazem parte do *Mais Médicos*, o que pode ajudar a melhorar o diálogo com essa categoria profissional, especialmente se puder demonstrar uma preocupação não apenas em levar os médicos para a comunidade, mas de dar a eles condições de trabalho, o que é uma das principais reivindicações dessa categoria.

A análise da avaliação e satisfação das comunidades se deu primeiramente com a verificação morfológica das variáveis explicadas (de avaliação) e explicativas (de atributos), propondo-se a verificar a distribuição das médias de avaliação nos mais diferentes nichos da população. Tomou-se o cuidado de examinar separadamente as variáveis que tratavam de atributos individuais e as que traziam atributos da comunidade (variáveis ecológicas). Verificou-se especial aprovação em municípios da região Nordeste do Brasil, com, pelo menos, 20% da população vivendo em condição de

pobreza. Em sua experiência com o serviço público de saúde, o cidadão que mais bem avalia o PMMB tem recebido em domicílio visita dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e tem conseguido ser atendido pelo médico da UBS sem ter que esperar em filas. Além disso, também tem sucesso quando precisa ser atendido pelo especialista, uma vez encaminhado pelo médico da Unidade de Saúde, e também relata que a UBS que frequenta ficou um tempo sem médico antes do médico que atende agora.

Ora, a conjunção dos fatores indicados entre os itens acima enumerados sinaliza que outros elementos de saúde pública também potencializam a satisfação do cidadão com o Programa, sendo relevantes, nesse quadro, os serviços prestados pelos ACS, a redução no tempo médio de espera nos atendimentos, a integração do atendimento de baixa complexidade com as redes de média e alta complexidade – nas quais atendem os médicos especialistas – e a manutenção dos serviços médicos nas Unidades Básicas de Saúde.

Apesar dessa avaliação bastante positiva, o *Mais Médicos* possui alguns pontos que precisam ser aprimorados e alguns desafios futuros. Embora as vulnerabilidades identificadas não causem grande impacto na avaliação do Programa, as que se destacam são: a dificuldade de acesso ao medicamento e as condições de infraestrutura das UBS. Por outro lado, há um claro corte entre as classes sociais na satisfação com essa política. Os mais ricos tendem a uma avaliação muito mais negativa do sucesso do programa na UBS que os mais pobres. Eles também avaliam mais negativamente que os mais pobres os médicos e seu trabalho, bem como os serviços de farmácia. Os mais escolarizados são mais críticos quanto à estrutura física da UBS que os menos escolarizados.

Embora evidente, importa reiterar que a comunicação com o usuário deve ser de fácil entendimento, considerando que a maioria que vai receber a mensagem possui baixa escolarização. Além disso, deve-se ressaltar que se trata de um público majoritariamente femini-

no e com filhos, cujo principal meio utilizado para se manter informado é a televisão (resultado respaldado por outras pesquisas com população). Por outro lado, o público mais crítico ao Programa são os jovens e os mais escolarizados. Nesse sentido, é interessante pensar numa linha de comunicação e veículos mais adequados para esses segmentos.

Contudo as entrevistas com a população evidenciaram, de forma inicial (até pela metodologia com uso de questionário semiestruturado), o potencial do Programa para a reconstrução do conceito da atenção básica pelo usuário e a confiança no serviço. Ao reestruturar a forma como são alocados os profissionais e transformar a lógica de formação médica, o PMM coloca a provisão de médicos para a APS no centro do debate político em saúde do país, além de ser uma estratégia fundamental para a superação das injustiças sociais e das desigualdades regionais no Brasil (Barbosa et al., 2018).

O desafio para o futuro é manter esse padrão *Mais Médicos* de qualidade no atendimento, mesmo com as mudanças já esperadas para o Programa, como a expansão de médicos com perfil diferente daqueles que majoritariamente faziam parte do início do Programa, a ampliação dos médicos do CRM – Brasil e a redução dos intercambistas cooperados, que possuíam extensa experiência e especialização na atenção primária.

Recebido para publicação em 05 de agosto de 2017
Aceito em 15 de março de 2019

REFERÊNCIAS

ANDERSON, C. R. Locus of control, coping behaviors, and performance in a stress setting: a longitudinal study. *Journal of applied Psychology*, v. 62, n. 4, p. 446-451, sept. 1977.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: Instituto de Estudos Especiais, 1998.

BARBOSA, A. C. Q. et al. Programa Mais Médicos: como avaliar o impacto de uma abordagem inovadora para superação de iniquidades em recursos humanos. *Rev. Panam Salud. Pública*, v. 42, p. 1-8, 2018. Disponível em:

<<http://iris.paho.org/xmlui/handle/123456789/49564>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

BRASIL. Medida Provisória n. 621, de 9 de julho de 2013. Institui o Programa Mais Médicos e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jul. 2013. Seção 1.

_____. *Programa Mais Médicos – dois anos: mais saúde para os brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015. p. 15.

CAMPBELL, D.; STANLEY, J. *Experimental and quasi-experimental designs for research*. Chicago: Rand-McNally, 1963.

CARAMELLI, B. Os médicos estrangeiros: a questão da língua. *Revista da Associação médica brasileira*, v. 59, n. 5, p. 407-408, 2013. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1016/j.ramb.2013.08.001>>. Acesso em: 12 maio 2018.

CARVALHO, F. C. de. A consolidação do Programa Mais Médicos na opinião pública e na cobertura jornalística. In: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO SUL, 15., 2014, Palhoça. *Anais... Palhoça*: [S.n.], 2014. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/sul2014/resumos/R40-0325-1.pdf>>. Acesso em: 12 maio 2018.

COHEN, E.; FRANCO, R. *Avaliação de projetos sociais*. Petrópolis: Vozes, 1993.

COMES, Y. et al. Avaliação da satisfação dos usuários e da responsividade dos serviços em municípios inscritos no Programa Mais Médicos. *Ciência & saúde coletiva*, v. 21, n. 9, p. 2749-2759, 2016.

CRAIG, S. C.; NIEMI, R. G.; SILVER, G. E. Political efficacy and trust: a report on the NES pilot study items. *Political Behavior*, [S.I.], n. 3, p. 289-314, 1990.

GREENE, W. H. *Econometric analysis*. 6. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2008.

GUJARATI, D. *Econometria básica*. São Paulo: Makron books, 2000.

MELO, C. de F.; BAIÃO, D. C.; COSTA, M. C. A percepção dos usuários cearenses sobre o Programa Mais Médicos. *Revista eletrônica gestão & sociedade*, v. 10, n. 26, p. 1302-1312, maio/ago. 2016. Disponível em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2087>>. Acesso em: 10 maio 2017.

MENICUCCI, T. A relação entre o público-privado e o contexto federativo do SUS: uma análise institucional. Santiago: CEPAL, 2014. (Série Política social, n. 196).

_____. O Programa Mais Médicos no âmbito da política de saúde no Brasil. In: TELLES, H. (Org.). *Mais Médicos: vozes dos atores e impactos do programa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. No prelo.

_____; MARQUES, A. Cooperação e coordenação na implementação de políticas públicas: o caso da saúde. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, p. 823-865, jul./set. 2016.

MINAYO, M. C.; SOUZA, L. G. Pesquisas sobre o Programa Mais Médicos: análises e perspectivas. *Ciência & Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, set. 2016.

PIOLA, S. F. et al. Percepção social sobre a saúde do Brasil. In: SCHIAVINATTO, F. (Org.). *Sistema de indicadores de percepção social (SIPS)*. Brasília: Ipea, 2011. p. 88.

RAGIN, C. *The Comparative method: moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.

RUA, M. das G. *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Washington: Indes: BID, 1997. Mimeografado.

SANTOS, J. A. F. Classe social e desigualdade no Brasil. *RBCS*, v. 26, n. 75, fev. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v26n75/02.pdf>>. Acesso em: 16 dez. 2018.

SILVA, A. L. A. da. *Atitude política e migração de retorno*

para o Nordeste do Brasil: adaptação, racionalidade e inovação. 2013. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

SILVA, T. R. B. da et al. Percepção de usuários sobre o Programa Mais Médicos no município de Mossoró, Brasil. *Ciência & Saúde coletiva*, v. 21, n. 9, p. 2861-2869, 2016.

TASCA, R. Entrevista: avaliação de impactos do Programa Mais Médicos: como medir os resultados? Entrevista concedida a Raquel Abrantes Pêgo. *Ciênc. Saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 9, set. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csc/v21n9/1413-8123-csc-21-09-2917.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2018.

TELLES, H. Mais médicos. In: CONGRESSO ABRASCO, 11., 2015, Goiânia. *Anais...* Goiânia: [S.n.], 2015.

_____. (Org.). *Mais Médicos: vozes dos atores e impactos do programa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. No prelo.

_____; STORNI, T. P.; MELO, P. V. A voz dos médicos. In: _____. (Org.). *Mais Médicos: vozes dos atores e impactos do programa*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019. No prelo.

TOBIN, J. Estimation of relationships for limited dependent variables. *Econometrica*, v. 26, n. 1, p. 24-36, 1958. Disponível em: <<http://cowles.yale.edu/sites/default/files/files/pub/d00/d0003-r.pdf>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

VROOM, V. H. *Work and motivation*. New Jersey: John Wiley & Sons, 1964.

WITT, A. Saúde pública e o problema de classificação social. *Rev. Saúde pública*, São Paulo, v. 1, n. 2, dez. 1967. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101967000200004>. Acesso em: 14 dez. 2018.

PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO BRASIL: the centrality of the doctor-patient relationship for satisfaction with the program

*Helcimara Telles
Arthur Leandro Alves da Silva
Camila Arruda Vidal Bastos*

The article examined the factors associated with the satisfaction of the communities served by the Mais Médicos do Brasil Program (PMMB), based on quantitative research carried out by the Ministry of Health and the Federal University of Minas Gerais in 2014, the year in which this program started. The approach occurred through face-to-face interviews, conducted with samples of users and non-users and residents in municipalities registered, but not yet covered. The interviews were carried out in more than 700 cities, segmented into 7 subgroups according to the criteria: 20% of poverty, capital, G100, low income and high economic vulnerability, the metropolitan, quilombolas, special indigenous sanitary district (DSEI) and other locations, totaling more than 18,000 informants. For the analysis of the variables related to evaluation of *Mais Médicos*, were elaborated descriptive statistics and inferences. Demonstrates, in the initial phase of the program, the majority presence of doctors cooperated (Cubans), the high experience of professionals involved with the basic attention to health, the good quality of medical care and your more Humanized, with the decisive relation between doctor and user to the positive assessment of the program.. It is concluded that the *Mais Médicos* reached the goals of bringing service to the municipalities of high social vulnerability, where there was still no doctors or your number was small, and that the program has potential for the reconstruction of the concept of the basic attention to health.

KEYWORDS: Public policy. Mais Médicos Program. Basic care. Communities.

PROGRAMME MAIS MÉDICOS DO BRASIL: la centralité de relation médecin-patient pour la satisfaction du programme

*Helcimara Telles
Arthur Leandro Alves da Silva
Camila Arruda Vidal Bastos*

L'article examine les facteurs associés à la satisfaction des communautés desservies par le "Programa Mais Médicos do Brasil" (PMMB), sur la base d'une recherche quantitative réalisée par le ministère de la Santé et l'Université Fédérale de Minas Gerais (UFMG) en 2014, année d'initiation de ce programme. L'abordage a été réalisée au moyen des interviews en personne, réalisés avec des échantillons d'utilisateurs et de non-utilisateurs de ce programme et de résidents, dans les villes desservies et dans ces qui sont inscrites, mais ne sont pas encore visées. Les interviews ont été réalisées dans plus de 700 villes et villages, ont été segmentées en 7 sous-groupes par les critères suivants: 20% de pauvreté, la capitale familiale, G100, un faible revenu et une grande vulnérabilité économique, région métropolitaine, quilombolas, District Sanitaire Spécial Autochtone (DSEI), ils totalisant plus de 18 000 informateurs. Pour l'analyse des variables liées à l'évaluation de Mais Médicos ont été élaborées des statistiques descriptives et inférentielles. Dans le début du programme, il y a une présence majoritaire de médecins en échange coopératif (cubains), la grande expérience des professionnels impliqués dans l'attention de base à la santé, la bonne qualité des services médicaux et leur forme plus humanisée, ce qui détermine l'évaluation positive du programme c'est principalement la relation entre le médecin et le patient. Nous concluons que le programme Mais Médicos a atteint l'objectif de prendre en charge les villes de forte vulnérabilité sociale, où ils n'y avait pas de médecins ou le nombre était faible, et que le programme pouvait potentiellement reconstruire le concept de attention à la santé primaires.

MOTS-CLÉS: Politique publique. Programa Mais Médicos. Attention basique. Communautés.

COMPARANDO POLÍTICAS SOCIAIS EM GOVERNOS DE ESQUERDA

Natália G. D. Sátyro*
Rosiene Freitas**
Danúbia Zanetti***
Pedro M. R. Barbosa****

Este trabalho compara os governos de esquerda de Uruguai, Chile e Argentina tanto entre eles quanto com os governos anteriores à entrada da esquerda nos executivos nacionais. A análise engloba as políticas de educação, saúde e programas de transferência condicionada de renda. Essas áreas foram escolhidas porque apresentam legados distintos entre si, mas similares nos três países. A metodologia utilizada é a análise comparada *cross-case* e *within-case*. Os resultados mostram que as esquerdas do Uruguai e da Argentina se diferenciam das administrações anteriores. Já no Chile, ela não se diferencia dos governos anteriores no mesmo grau que seus vizinhos na saúde e na educação, apesar de também institucionalizar a transferência de renda como forma de enfrentamento da pobreza. Ou seja, os governos de esquerda, de forma geral, apresentam esforços distintos dos seus antecessores, mas diferem entre si nos graus em que isso ocorre refletindo o perfil de cada país de esquerda nos seus respectivos parlamentos e de cada ator envolvido.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas sociais. América Latina. Governos de esquerda. Saúde. Educação. Transferência de renda.

INTRODUÇÃO

Os regimes políticos na América Latina se reconfiguraram a partir dos anos 2000 em função da chamada “onda rosa”¹. Entretanto, apesar de representarem a ascensão de forças políticas à esquerda, a literatura mostra a variedade dessa “esquerda” latino-americana e a contestação dessa classificação, em alguns casos. No início dessa “onda”, pesquisadores classificaram essa esquerda latino-americana

como *right* ou *wrong* (Cf. Castañeda, 2006); moderada ou contestatória (Cf. Weyland; Madrid; Hunter, 2010); social democrata e populista (Cf. Lynch, 2007); e até moderada e radical (Cf. Weyland, 2009). Essas classificações simplificam a realidade e, portanto, são incapazes de dar conta da variedade de orientação desses governos. Nós consideramos que essas esquerdas se diferenciam substantivamente entre si, e isso se reflete no desenvolvimento de suas políticas. Neste texto, partimos da tipologia de Levitsky e Roberts (2011), que propõem uma classificação baseada em seu nível de institucionalização e do locus da autoridade política (mais concentrada na pessoa eleita ou mais dispersa institucionalmente), mostrando os tipos distintos de esquerda. Mesmo considerando uma diversidade interna entre o que se classifica como esquerda em cada país, aqui ela faz jus ao adjetivo “rosa” da referida onda, numa clara distinção com a esquerda vermelha revolucionária da década de 70, agora institucionalizada e menos radical em suas propostas. Mas o que chamamos de governos de esquerda aqui deve ser entendido, de forma geral, por governos que priorizam princípios

* Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Departamento de Ciência Política. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. Cep: 31270-901. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. nsatyro@gmail.com

** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faculdade de Medicina-NESCON.

Av. Prof. Alfredo Balena, 190 - Sala 711. Santa Efigênia. Cep: 30130100. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. rosie.freitas04@gmail.com

*** Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FAFICH).

Av. Pres. Antônio Carlos, 6627. Pampulha. Cep: 31270-901. Belo Horizonte – Minas Gerais – Brasil. danubiazanetti@gmail.com

**** Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Instituto de Estudos Sociais e Políticos (IESP).

R. da Matriz, 82. Botafogo. Cep: 22260-100. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. mrbarbosa.pedro@gmail.com

¹ Fenômeno que reflete o resultado das eleições e a permanência de governos de esquerda em pelo menos dois terços dos países da região.

universalistas e redistributivos em função de um viés mais igualitarista, em comparação com os princípios neoliberais que matizaram os governos conservadores da década de 90. Esses governos se elegeram em um cenário de confrontação com os resultados negativos de políticas neoliberais dos anos 90, um ambiente propício para novas e diferentes agendas adotadas por meio de reformas nas políticas sociais. A partir do início do século XXI, os novos governos orientaram-se para a recuperação da intervenção estatal e a promoção ou revisão de reformas setoriais.

Este trabalho analisa o quanto as reformas sociais e os resultados alcançados em políticas sociais por alguns governos de esquerda se diferenciam entre si, ou quando comparadas à ação dos governos conservadores que os precederam em seus próprios países. A pergunta central é simples: o que se pode observar na trajetória de governos de esquerda nesses países que permite diferenciar suas políticas daquelas praticadas pelos governos que as precederam ou de seus países vizinhos? Não é intenção deste artigo realizar uma análise sistemática do redesenho institucional dessas políticas, mas sim uma comparação entre as tendências de gastos sociais dos governos de esquerda de cada país com aqueles das administrações mais conservadoras que os precederam, bem como com os dos governos de seus vizinhos. Para além dos gastos, são analisadas as propostas para cada política nos diferentes governos.

O desenho de pesquisa, portanto, comporta tanto uma análise *cross-cases* como uma *within-case*, o que garante maior variação no tempo e no espaço. A análise adota uma perspectiva comparada em sua metodologia e se restringe aos casos de Argentina, Chile e Uruguai. De forma a ter uma visão mais ampla dos sistemas de proteção social, serão analisadas, para cada país, as áreas de educação e saúde bem como os programas de transferência condicionada de renda (PTCR). Essas áreas foram escolhidas pelo fato de apresentarem trajetórias distintas entre si, mas similares nos três

países. Ou seja, esses países apresentam características comuns que, por não variarem, ou por variarem pouco, funcionam como controle: podem ser eliminadas como fatores causais das diferenças encontradas. Por exemplo, em todos eles, a esquerda foi oposição à ditadura, ou seja, não tratamos de organizações partidárias recentes advindas de movimentos sociais e políticos novos. Em todos os casos, tratamos de sistemas estabelecidos, com estrutura institucionalizada e com identidade própria e com o eleitorado (Cf. Levitsky; Roberts, 2011). Os três países também se encontram dentro de sistemas políticos estáveis e com a economia mais desenvolvida do que a média na região, o que elimina também explicações advindas das variações na capacidade fiscal, e isso também faz parte do desenho de pesquisa aqui proposto.

Do ponto de vista teórico, a análise se baseia na teoria de recursos de poder que visa a explicar os diferentes padrões de estado de bem estar social nos países industrializados (Esping-Andersen, 1985, 1991; Korpi, 1983). De acordo com essa teoria, o *welfare state* não resulta de um “dever ser” em cada país, mas tanto a sua emergência quanto o seu desenvolvimento são pautados pelas condições objetivas das matrizes de poder de cada país e de como a esquerda estava organizada dentro dessa matriz. Assim, é importante analisar não só a capacidade de mobilização da esquerda em cada país, mas como o sistema político permite a ela se organizar dentro do parlamento. Assim, ao compararmos esses países em suas políticas sociais, tendo a noção de governo de esquerda como fator explicativo central, é necessário analisar essa configuração dentro do parlamento e do sistema político, e saber qual o papel dos atores políticos centrais como, por exemplo, os presidentes. As coalizões² governamentais à esquerda propiciam reformas mais redistributivas e universalistas devido às pautas defendidas nos pro-

² A formação de alianças ou coalizões partidárias se constitui como uma estratégia institucional para a aprovação das pautas governamentais, visando a reduzir o número de atores com poder de veto. Esse mecanismo institucional permite alcançar maiorias legislativas, e, assim, mantém-se um governo mais estável e coeso, condição propícia para a maximização da agenda presidencial.

jetos políticos e às mudanças incrementais que já foram realizadas por esses partidos no contexto da América Latina, conforme apontaremos no decorrer deste artigo. A presença de esquerda no governo e no parlamento afeta o tipo de agenda implementada. Isso posto, nos países em que o nível de coalizão interna entre a esquerda é mais débil, as reformas serão menos redistributivas, ou dependerão mais da força do presidente? A Argentina é um país onde o poder do presidente é mais concentrado na figura carismática do líder, diferentemente da cultura política do Chile e do Uruguai, onde a concentração da autoridade é dispersa no arcabouço institucional, não se baseando especificamente no carisma (Cf. Levitsky; Roberts, 2011). Assim, questiona-se o quanto essa dimensão pode ser importante para explicar as decisões tomadas em relação à orientação das políticas sociais. Como realizamos uma análise longitudinal entre os governos aqui identificados como de esquerda, em uma perspectiva comparada com os seus antecessores, que se encontram mais à direita do espectro ideológico (por isso, denominados de conservadores), não é possível nos furtar à referência da importância teórica do legado. A teoria de recursos de poder também guarda lugar à hipótese de que, o que se faz em momento $t - 1$ determina o que pode ser feito no momento t (Pierson, 2000, 2004). Dessa forma, quando o texto se refere ao legado, é a essa idéia que se refere. Argumenta-se que esses fatores não agem isoladamente, mas que se apresentam como configurações causais que permitem explicar diferentes agendas e resultados encontrados.

Para alcançar tais objetivos, o trabalho se divide em quatro partes, incluindo esta introdução. A primeira parte traz uma breve discussão sobre as configurações político-institucionais dos países que podem influenciar os resultados encontrados em relação às políticas, objetivan-

do discutir as distinções entre os países. Segue-se uma análise específica do comportamento de cada arena social de políticas (saúde, educação e transferência de renda), numa perspectiva comparada. Por fim, o artigo faz algumas considerações de uma perspectiva comparada.

COALIZÕES DE GOVERNO E PRESENÇA DA ESQUERDA NO CENÁRIO POLÍTICO

A Argentina, com uma história política recheada de golpes e contragolpes, é o primeiro dos três países a assistir à queda da ditadura militar em 1983. Apesar de ter sido o menor período ditatorial – apenas sete anos –, estima-se ter sido a mais sanguinária da região. No Uruguai, a ditadura vai de 1973 até 1985 e, no Chile, a ditadura militar de direita durou de 1973 até 1990, cinco anos mais que no Uruguai. Ou seja, esses países acumulam, no presente, sete a oito administrações democráticas. A consolidação da democracia favoreceu a competição eleitoral na arena política e o fortalecimento de sistemas partidários.

No Uruguai, o partido Frente Ampla (FA) foi criado em 1971 e estabeleceu-se como oposição à ditadura militar, atuando ativamente na construção de diálogos com os militares para a abertura democrática. Segundo Ponce (2014), isso fez com que tal coalizão não fosse excluída do sistema político no processo de democratização. Antes de o FA chegar à presidência, existiram quatro administrações do Partido Colorado (PC) e do Partido Nacional (PN), num quadro que pode ser caracterizado como multipartidário, na medida em que esses três partidos (PC, PN e FA) tinham altos índices de votação para a presidência e para o Legislativo.

Quadro 1 – Presidentes e Partidos no Uruguai democrático

Ano	1985	1990	1995	2000	2005	2010	2015
Presidente	Sanguinetti	Lacalle	Sanguinetti	Battle	Vásquez	Mujica	Vásquez
Partido	PC	PN E PC	PC e PN	PC e PN	FA	FA	FA

Fonte: Elaboração própria.

Os partidos uruguaios à esquerda foram os primeiros da América Latina a abandonar o discurso marxista em favor de um pragmatismo ideológico que redefiniu, ali, a competição política (Cf. Albala, 2009; Lanzaro, 2004). Nesse processo, foram observadas a saída dos representantes menos à esquerda da coalizão e a entrada dos antigos “Tupamaros” (Cf. Garcé, 2011; Ponce, 2014). Esse processo foi reconfigurando o perfil da coalizão, tanto externa quanto internamente. O sistema partidário transformou-se num bipartidarismo com clareza ideológica das propostas. Esse percurso refletiu-se nas urnas e, conseqüentemente, no número de cadeiras na Câmara Baixa daquele país, até que, em 2004, o FA alcançou maioria absoluta (53,54%) das cadeiras. Segundo Ponce (idem), observa-se, no Uruguai, um crescente desempenho eleitoral e uma forte coalizão entre as coletividades à esquerda do espectro ideológico.

Portanto, ao contrário da força da conjuntura no caso da Argentina, o êxito da eleição de Vázquez, em 2004, e de seu sucessor Mujica, em 2009, não foi algo conjuntural (Cf. Ponce, 2014). O FA obrigou colorados e nacionais a se articularem de tal forma, que transformou o sistema partidário em um bipartidarismo (Cf. Albala, 2009; Ponce, 2014). Soma-se a isso o fato de que, quando consideramos o lócus do poder presidencial nesse país, ele não está concentrado especificamente na figura do presidente, mas disperso em um arcabouço institucional de poder. Isso reforça um tipo de configuração para a trajetória das políticas uruguaias, que é substantivamente distinta das dos demais.

Essa trajetória contrasta com a da Argentina. Mesmo com o fim da ditadura, houve a continuidade do Partido Justicialista no poder, em seus vários matizes ideológicos. O período

democrático iniciou-se com um cenário bipartidário, com a presença da União Cívica Radical (UCR) e do Partido Justicialista (PJ), o que Chasqueti denomina, na Argentina, de multipartidarismo moderado. Houve também quatro administrações federais no regime democrático, antes que um governante classificado como de esquerda chegasse à presidência.

Com a crise de 2001 na Argentina, quem mais capitalizou foi Nestor Kirchner, um justicialista mais à esquerda (Cf. Chasqueti, 2008). Diferentemente do que se observou no Uruguai, nesse percurso, o Partido Comunista se manteve sempre marginal, com uma votação fraca para a presidência e tendo sua representatividade política praticamente eliminada no novo milênio. Ou seja, a esquerda, no cenário político argentino, é menos representativa do que a média dos três países, e é também muito débil o nível de coalizão entre suas coletividades.

De acordo com Albala (2009), a governabilidade na Argentina nunca se deu por meio da criação de consensos e da negociação, mas mediante o conflito e com base numa autoridade personalista. Os partidos se utilizam de estratégias clientelistas, de patronagem e de reforço de figuras políticas proeminentes e carismáticas, o que enfraquece a confiança nos partidos políticos e leva a uma falta de clareza sobre quem é quem no espectro ideológico. Segundo o autor, observam-se, nesses partidos, tanto a defesa clara da intervenção estatal (típica de um keynesianismo) quanto a liberalização da economia e a privatização das grandes companhias (típicas dos postulados neoliberais). Tem-se o exemplo claro do PJ que, no mandato de Menem, defendeu e implementou uma forte liberalização econômica. Em seguida, Néstor Kirchner, do mesmo partido, se elegeu com um discurso de esquerda. Isso ex-

Quadro 2 – Presidentes e Partidos na Argentina democrática

Ano	1983	1989	1995	1999	2003	2007	2011	2015
Presidente	Alfonsín	Menem	Menem	De la Rúa*	Kirchner	Fernández	Fernández	Macri
Partido	UCR	PJ	PJ	UCR	PJ	PJ	PJ	PRO

*Entre De la Rúa e Kirchner, a Argentina viveu um período de grande instabilidade, com sucessivos presidentes interinos, até a eleição de Kirchner

plica parcialmente a dificuldade de a Ciência Política latino-americana posicionar o justicialismo argentino no espectro ideológico. Esses dois casos deixam clara a impossibilidade de se tratar da esquerda latino-americana como um fenômeno homogêneo.

O Chile foi o país que mais demorou a iniciar o regime democrático, e a coalizão de governo, a *Concertación*, opera com uma variação interna entre esquerda e direita mas, pelo tempo no governo, mostra a sua força. A *Concertación* foi formada muito mais pela necessidade de união de forças contra a ditadura, contra os princípios de um regime autoritário, do que por uma identidade interna de projetos políticos. Internamente, os partidos possuem estruturas e institucionalidades próprias, com vieses ideológicos distintos. Fato é que nenhum partido, desde então, contou com maioria do eleitorado, necessitando sempre da formação de coalizão (Cf. Albala, 2009; Garretón, 2000).

A esquerda do Chile procedeu a uma adaptação mais lenta do que no Uruguai, mas foi menos marginal do que na Argentina. Por exemplo, o Partido Comunista, no Chile, se fortaleceu até efetivamente ter votos suficientes para conseguir três cadeiras no parlamento, em 2009, passando a ter algum peso dentro da coligação governamental, inversamente ao que ocorreu na Argentina. No entanto, apesar dessa presença, no Chile não ocorre a força relativa e a independência da figura do presidente, como em seu vizinho.

Por fim, cabe explicitar que, mesmo que o escopo e a proposta deste artigo não abranjam o nível de sindicalização dos trabalhadores, nesses governos importa ressaltar que, até 1995, os sindicatos eram muito fracos no

Chile e no Uruguai, com cerca de 13% e 12% dos trabalhadores assalariados sindicalizados, respectivamente. No entanto, é possível observar como a *Concertación* (Chile) manteve esses atores políticos afastados do Congresso, enquanto o Frente Ampla (Uruguai) se aliou aos sindicatos e criou estratégias claras de fortalecimento do trabalho organizado. A Argentina apresenta um quadro distinto pois, em 2001, tinha 35% de sindicalizados, os quais, mesmo com divisões internas, sempre formaram alianças com o peronismo (Cf. Huber; Stephens, 2012). Essas informações, mesmo que concisas, nos dão algumas pistas que podem ajudar a entender melhor as políticas empreendidas em cada país.

Até aqui, não estamos trazendo nada novo. Novo é tentar atribuir capacidade explicativa a tais fatores quando nos referimos às reformas empreendidas nesses países no período analisado.

VARIAÇÕES EM POLÍTICAS DE SAÚDE: partindo de um legado precário

Na década de 90, as políticas de saúde, na América Latina, sofreram forte impacto das reformas estruturais neoliberais. As diretrizes dessas reformas propunham a desregulação do setor e sua abertura ao capital privado, nacional e estrangeiro, o que, somado à prévia estrutura corporativista, contribuiu para a conformação ou afirmação do mercado privado de saúde. A recomendação era transferir aos usuários os custos em saúde, ofertar seguros para os principais riscos, utiliza, de forma eficaz, os recursos privados e descentralizar os serviços

Quadro 3 – Presidentes e Partidos no Chile democrático

Ano	1990	1994	2000	2006	2010	2014
Presidente	Aylwain	Frei	Lagos	Bachelet	Piñera	Bachelet
Partido	Concertación PDC	Concertación PDC	Concertación PS	Concertación PS	Concertación PDC	Concertación PS

Fonte: Elaboração própria.

públicos (Cf. Fidalgo, 2008). Em suma, a redefinição do papel do Estado em favor de lógicas próprias do mercado se refletiram fortemente no setor. Nos governos mais à esquerda que se seguiram a essas reformas (já nos anos 2000), há claramente uma recuperação do papel do Estado no campo da saúde, como será visto na análise a seguir.

Com relação à proporção do gasto público em saúde como porcentagem do PIB, observa-se, nos três países, um aumento dessa participação durante a vigência dos governos de esquerda. Isso significa uma diminuição na proporção do gasto privado em saúde e sugere uma tendência de inversão, no sentido de maior comprometimento dos governos com políticas universais dirigidas à redução nas desigualdades de acesso e bem-estar. Esse aumento ocorreu de forma mais intensa no Uruguai e na Argentina, não sendo muito significativo no Chile (Tabela 1). O aumento dos gastos com a saúde pública nos dois primeiros é particularmente importante porque, nos governos anteriores à esquerda, observou-se um decréscimo dessa participação. Por outro lado, também é importante o gasto público em saú-

de, composto pelas fontes fiscais e contribuições para a seguridade social, como proporção do gasto total em saúde. Nos três países houve um incremento desse gasto nos governos de esquerda, superior ao ocorrido nos governos anteriores (Tabela 2).

A Argentina se destaca dos demais países não só pelo fato de o gasto público em saúde ser de maior grandeza, mas também porque esse gasto sofrera um decréscimo entre 1995 e 2003, provavelmente em consequência da crise econômica vivida por aquele país, com seu auge entre 2001 e 2003. O aumento no gasto público em saúde implica uma diminuição proporcional no gasto privado em saúde, o que significa aumento do uso dos serviços públicos, independentemente da capacidade de pagamento pelos usuários. O gasto público em saúde, como proporção do gasto total em saúde, é um indicador importante, pois expressa um esforço governamental em relação à política, na medida em que retira toda a participação privada do cálculo. E não restam dúvidas do maior esforço do governo argentino, com um aumento de 17,6 pontos percentuais após os governos de esquerda, enquanto, no

Tabela 1 – Gasto em saúde como proporção do PIB

	Direita			Esquerda		
Argentina	1994 4,1	2001 3,5	variação -0,4	2003 3,5	2010 4,9	variação 1,6
Chile	1993 2	2000 2,9	variação 0,9	2001 2,9	2008 3,3	variação 0,4
Uruguai	1996 6,9	2003 4,2	variação -2,7	2005 4,2	2012 6,1	variação 1,9

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2 – Gasto público em saúde como proporção do gasto total em saúde

	Direita			Esquerda		
Argentina	1994 59,8	2001 51,7	variação -8,1	2003 51,7	2010 69,3	variação 17,6
Chile	1993 33	2000 39,6	variação 6,6	2001 39,6	2008 46,7	variação 7,1
Uruguai	1996 43,9	2003 50,5	variação 6,6	2005 50,5	2012 64,5	variação 14

Fonte: Elaboração própria.

Chile, essa melhora foi de 7,1 pontos. O Chile também manteve o gasto público em saúde proporcionalmente menor em relação ao gasto privado. Tanto na Argentina quanto no Uruguai, a estrutura do gasto público em saúde se alterou nos períodos em pauta: na Argentina, passa de 51,7% em 2003 para 69,3 em 2012; no Uruguai, ele sai de 50,5 para alcançar 64,5%³ no mesmo período. Entendemos que o esforço nas políticas de saúde, na Argentina, é superior ao do Chile, devido mais à forte presença de líderes carismáticos do que às coligações e coletividades de esquerda.

Os dados acima sobre desempenho em saúde, analisados com base na participação dos gastos em saúde no PIB, permitem afirmar que os três governos de esquerda, nesses países, se destacaram em relação a seus predecessores. Isso também pode ser observado pelo gasto *per capita* em saúde, analisado longitudinalmente. Na Argentina, há uma queda substantiva no gasto *per capita* em saúde na segunda metade da década de 90, já mostrando a crise que se anunciava. No entanto, é inegável o esforço de recuperação dos governos dos Kirchner, saindo de 280 dólares *per capita* em 2001 para 1.074 em 2010 (com um aumento de cerca de 383%). Esse cenário foi ainda mais

intenso no Uruguai, tanto da queda desse gasto no contexto do governo conservador (de 934 a 351 dólares *per capita*) quanto de uma subida expressiva, de cerca de 400% (351 a 1431 dólares *per capita*) posteriormente. Em termos absolutos, o aumento desses gastos no Chile também foi importante, embora, em comparação com os dos países vizinhos, foi cerca de 255%, menos expressivo.

Mas, e se pensarmos para além dos gastos? O que havia e o que foi feito? Além da baixa regulação, a segmentação do sistema – característica de sistemas de saúde nos quais o financiamento e a assistência misturam esquemas públicos e privados – se constituiu numa limitação institucional de primeira ordem na formulação de uma política de saúde na Argentina, dado que favoreceu a multiplicação dos atores com capacidade de influenciar qualquer processo de decisão (Cf. Lépore, 2006). Nos anos 1970, as reformas nas *Obras Sociales (OS)*⁴ aprofundaram essa segmentação, outorgando seu manejo financeiro aos sindicatos, criando uma institucionalidade destinada aos trabalhadores do mercado formal e, ainda, convertendo-as em financiadoras dos prestadores privados de serviços. Já em 1980, a proibição legal de as *OS* constituírem

Tabela 3 – Gasto per capita em saúde (em dólares - preço constante de 2005)

	Direita			Esquerda		
	1994	2001	variação	2003	2010	variação
Argentina	616	280	-336	280	1074	794
Chile	1993 307	2000 349	variação 42	2001 349	2008 892	variação 543
Uruguai	1996 934	2003 351	variação -583	2005 351	2012 1431	variação 1080

Fonte: Elaboração própria.

³ De acordo com Antía (2013), 50,8% da população, em 2005, estava coberta pelo subsistema público; 43,6% por alguma IAMC e 2,1% por diferentes seguros privados. Fuentes (2010) informa que, em 2006, o subsistema público atendia 38,4% da população de Montevideú, e o subsistema privado, 57,6%. No interior do país, a situação se inverte, com 59,2% das pessoas atendidas pelo subsistema público e 38,3% nas instituições privadas, o que caracteriza as desigualdades existentes, à época, no acesso ao sistema de saúde do país.

infraestrutura própria propiciou às empresas de medicina pré-paga expandirem seus serviços, tornando-se as principais proprietárias de

⁴ Seguro público de saúde instituído nos anos 1940 no governo de Perón. São autarquias destinadas à assistência à saúde, financiadas a partir de contribuições de empregados e empregadores sobre a folha de salários.

equipamentos de média e alta complexidade. Esse arranjo institucional não sofreu alterações significativas na década de 90.

As administrações Kirchner recuperaram o protagonismo do Estado na política de saúde, em um sistema já segmentado e com problemas de coordenação. Nas OS, entretanto, dada a complexidade institucional e política, continua difícil a introdução de mudanças no sentido de superar a segmentação. Uma das questões mais relevantes tem sido os convênios celebrados com as empresas de medicina pré-paga e a mobilidade conferida aos usuários, o que lhes permite escolher ou não uma OS, ou mudar conforme sua capacidade de pagamento. Isso possibilitou a entrada avassaladora dos seguros privados no sistema de saúde argentino. Os trabalhadores que podiam pagar por um seguro privado hoje o fazem dentro das OS (Cf. Fidalgo, 2012).

Ao que parece, apesar do expressivo aumento no gasto público e do aumento da cobertura na Argentina, não houve alteração na estrutura da política nacional de saúde. Se podemos afirmar que parte disso se deve à pouca expressividade das coletividades de esquerda no cenário político, também resulta do tipo de estratégia não universalista adotada pelos governos Kirchner. Alonso e Di Costa (2011) referem-se ao “neocorporativismo segmentado”, que carece de uma política social capaz de reduzir as desigualdades no interior da classe trabalhadora. Os sindicatos podem alcançar os benefícios do crescimento para os trabalhadores, mas isso se limita ao setor formal, cristalizando a divisão entre excluídos e incluídos. Para os autores, a política social de Kirchner reflete a configuração de interesses que articulou sua coalização de governo, na qual os sindicatos tiveram peso relevante.

No Chile, as reformas orientadas ao mercado sob o regime militar (1973 a 1990) introduziram a focalização de ações, a transferência de responsabilidades para o setor privado, a limitação de benefícios, regras rigorosas de elegibilidade, a promoção da descentralização

de serviços e uma redução significativa da participação do Estado nas políticas sociais, entre elas a saúde. Paralelamente, o alto custo dos serviços privados de saúde forçou os beneficiários a buscarem assistência no sistema público, sobrecarregando-o. Somou-se a essa condição a diferença na distribuição dos serviços de saúde entre as regiões urbanas e rurais do país.

Com a transição para a democracia no Chile, nos primeiros governos da *Concertación* ocorreu uma continuidade do modelo orientado para o mercado e a manutenção de um sistema de saúde segmentado. No início dos anos 2000, o subsistema público de saúde se constituía por uma modalidade institucional que variava de acordo com o nível de renda. Indivíduos com renda inferior a um mínimo estabelecido estavam isentos de pagamento para a assistência à saúde nos centros públicos de saúde. O subsistema privado estava constituído pelas *Instituciones de Salud Previsional* – ISAPRE, criadas em 1981 –, cobrindo cerca de 18% da população. O restante da população se dividia entre as mutuárias, que cobriam atenção à saúde para acidentes de trabalho e doenças profissionais, e pagamentos com os próprios recursos. Ou seja, após oito anos dos governos da *Concertación*, o sistema de saúde chileno continuava estratificado pelos níveis de renda e riscos, com o setor público se responsabilizando pela população de maior risco e menor renda, e o setor privado provendo segurança em saúde à população de maior renda e com menores riscos.

O governo de Ricardo Lagos (2000-2006) apresentou claras intenções de promover uma reforma no sistema de saúde chileno, materializada na aprovação de quatro leis.⁵ O *Plan AUGE* definiu como garantias explícitas as condições relativas ao acesso, qualidade, proteção financeira e oportunidade, pelas quais a assistência deveria ser prestada a um conjunto prioritário

⁵ Lei 19.966 do *Regimén de Garantías em Salud* (Plano AUGE) (2004); Lei 19.937 da *Autoridad Sanitaria y Gestión* (2004); Lei 20.015 das ISAPRE (2005); e Lei 19.888 do *Financiamiento del Gasto Fiscal Representado por el Plan AUGE* (2003).

de programas, doenças ou condições de saúde. Essa lei entrou em vigência em julho de 2005 para um conjunto de 25 condições de saúde; em 2006, esse número ampliou-se para 40; em 2007 para 56 e, em 2010, 69 condições foram priorizadas, no governo de Bachelet. As garantias estabelecidas foram iguais para todos os cotizantes do sistema público e das ISAPRE. Para os beneficiários do FONASA, elas foram incorporadas sem adicionais na cotização; os membros das ISAPRE deveriam pagar um prêmio adicional, único e igual para todos de uma mesma ISAPRE, sem discriminação por idade ou sexo.

No governo Bachelet, a iniciativa mais forte foi a introdução de medidas impulsionadas pelo Colégio Médico, como aumento de salários, melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde, incorporação de incentivos para a aposentaria dos médicos, e a obrigatoriedade do exame médico nacional para chilenos e estrangeiros trabalharem no sistema público de saúde. Ou seja, apesar de um aumento da cobertura, não há uma alteração da institucionalidade: a cobertura privada continua dominante e não existem esforços por parte do governo para mudar esse quadro, a começar pela pouca expressividade do aumento dos gastos em comparação aos dos países vizinhos.

De forma semelhante ao Chile e à Argentina, a matriz de proteção social do Uruguai caracterizou-se, historicamente, por elevados níveis de cobertura de bens e serviços, incluindo a saúde, mas com qualidade e extensão altamente estratificados. Também nesse país, a matriz da proteção social esteve baseada no mercado formal de trabalho e, a partir dos anos 1970, começaram a transparecer os sintomas de debilidade, quando esse mercado deixou de ser o pilar de sustentação da proteção social (Cf. Fuentes, 2010). Nos anos 1990, os governos optaram por promover a consolidação dos seguros privados de saúde, principalmente por meio da não regulação do setor. O sistema de saúde uruguaio encontrava-se segmentado, excluindo setores da população, com a rede de serviços

concentrada, orientado para práticas curativas e sem regulação estatal (Cf. Fuentes, 2010).

No primeiro governo da FA, iniciado em 2005, a proposta de reforma do sistema de saúde destacou a mudança do modelo assistencial, com as diretrizes da cobertura universal, um pacote assistencial integral e único, um fundo único de financiamento e a criação de organismos para regulação e gestão, dentre outras alterações. O fundo único com contribuições do Estado e da sociedade, por meio de uma alíquota do imposto de renda (importante componente solidário), não foi viabilizado. A ideia de constituir um sistema único também acabou cedendo a um sistema misto (Cf. Fuentes, 2010). No entanto, a participação do Estado na política de saúde aumentou substancialmente. A reforma implementada em 2007, no Uruguai, criou o *Fondo Nacional de Salud – FONASA* – que passou a captar contribuições da seguridade social para o pagamento de uma cota de saúde, associada à idade e ao sexo, e ao prestador de serviços: privado, pelas IAMCs (*Instituciones de Asistencia Médica Colectiva*); público, pela ASSE (*Administración de Servicios de Salud del Estado*) e os seguros privados. Foi criado o *Sistema Nacional Integrado de Salud* (SNIS), financiado pelo FONASA, que passou a ser praticamente o único comprador dos serviços, tanto públicos quanto privados, a partir da escolha do usuário. O acesso é garantido a toda a população, com base nos princípios de cobertura universal, acessibilidade e sustentabilidade dos serviços, equidade, continuidade e oportunidade, orientação preventiva e integral, e qualidade dos serviços. A rede de serviços de saúde presta um pacote de assistência integral, o *Plan Integral de Atención a la Salud* (PIAS), que, de forma diferente das garantias explícitas, no Chile, não detalha as patologias que devem ser cobertas, mas os serviços necessários para o diagnóstico, tratamento e reabilitação (Cf. Fuentes, 2010). Para Fuentes, posterior à implementação do SNIS no Uruguai, o papel das IAMC na prestação de serviços de saúde foi reforçado, enquanto as mudanças no

financiamento estiveram orientadas para o aumento das contribuições provenientes das receitas gerais e da seguridade social, em um claro movimento para reduzir o gasto privado em saúde (Cf. Fuentes, 2010). Para o autor, além da redução dos gastos diretos das famílias, foram iniciados esforços de fortalecimento da regulação estatal sobre o sistema.

Como podemos observar, as propostas de reformulação dos sistemas de saúde, nesses três países, não levaram a termo objetivos de universalização e integralidade da atenção à saúde, bem como de redução da segmentação dos sistemas de saúde. O que se deve ressaltar, no entanto, é a diferença relativa à responsabilidade do Estado entre os governos de esquerda, em relação a seus antecessores. Podemos afirmar que houve um aumento da intervenção estatal na área, tanto pelo aumento do gasto público e diminuição da participação do gasto privado, de forma geral, e de recursos próprios, especificamente, como por maior regulamentação e criação de programas de cunho mais inclusivo. Podemos afirmar também que, no Uruguai e na Argentina, esse protagonismo foi muito maior do que no Chile, com mudanças substantivas. A maior presença da esquerda no parlamento, assim como a maior mobilização da classe operária no Uruguai e na Argentina podem ajudar a entender isso.

EDUCAÇÃO: a arena onde a presença do estado já era forte

Argentina, Chile e Uruguai sempre se destacaram em termos de política de educação quando comparados a seus vizinhos. Durante todo o século XX, esses países apresentaram um sistema educacional público com os maiores níveis de gastos sociais e cobertura da região, sendo que a política de educação foi a primeira a alcançar o *status* de universalidade, enquanto o restante das políticas sociais estava atrelado ao emprego formal (Cf. Filgueira, 2005). Dessa forma, o setor de educação, nesses países, apresentou um quadro similar, uma vez que, em todos eles, desde a década de 80, havia mais de 90% de alfabetização, e as matrículas, na escola primária, já eram universalizadas (Tabela 4). Todos eles partem de padrões de oferta bem acima dos praticados na área da saúde.

As Tabelas 5, 6 e 7 revelam que, independentemente do espectro ideológico, os governos analisados se esforçaram, de forma cumulativa, em ampliar os investimentos em educação nas duas últimas décadas. No entanto, o grau de esforço é variável. Na Argentina e no Uruguai, a expansão dos investimentos em educação se deu de forma substantivamente mais acentuada durante os governos de esquerda, em relação às administrações anteriores. O que não aconteceu no Chile, onde a ampliação dos gastos em educação foi mais acentuada durante os governos conservadores.

Tabela 4 – Cobertura da política de educação e proporção de alfabetização, na década de 1980

	% bruta de matrículas na escola primária ^{a,b}	% bruta de matrículas escola secundária ^a	% de adultos (+15 anos) alfabetizados ^c
Argentina	106,71	70,41	93,91
Chile	107,74	80,94	91,13
Uruguai	108,59	76,73	95,38 ^d

^a - Dados de 1988

^b - Os dados podem ultrapassar 100%, pois engloba alunos repetentes

^c - Dados de 1980

^d - Dado de 1982

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da UNESCO.

Todos os indicadores analisados ilustram que houve um salto dos gastos nessa área, nesses países, com destaque para a Argentina que alcançou um gasto de 588 dólares *per capita* e cumpriu o compromisso de ampliar os gastos em educação até o patamar de 6% do PIB. No que se refere à proporção do gasto público em educação, apesar de o Uruguai realizar um esforço maior, o Chile é quem apresenta uma maior proporção do gasto em educação em relação ao gasto total (19%), função do legado re-

cebido. Sendo assim, não se pode dizer que há um padrão de comportamento dos governos de esquerda em relação aos investimentos de educação, nos países analisados, diferentemente do que vimos em saúde.

Do ponto de vista institucional, tanto Argentina como o Uruguai sustentavam um sistema educacional público, ao passo que o Chile instaurou um sistema majoritariamente privado. A privatização do sistema de ensino chileno ocorreu durante a década de 1970, com

Tabela 5 – Gasto em educação como proporção do PIB

	Direita			Esquerda		
	1994	2001	variação	2003	2010	variação
Argentina	4,2	5,1	0,9	4,2	6	1,8
Chile	1993 2,5	2000 3,7	variação 1,2	2001 3,9	2008 4,3	variação 0,4
Uruguai	1996 2,5	2003 3	variação 0,5	2005 2,7	2012 4,4 ^a	variação 1,9

^a - Dado de 2011

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL.

Tabela 6 – Gasto Público em educação como proporção do gasto público total

	Direita			Esquerda		
	1994	2001	variação	2003	2010	variação
Argentina	13,1	16,3	3,2	11,6	15,6	4
Chile	1993 12,7	2000 17,8	variação 5,1	2001 18	2008 19,3	variação 1,3
Uruguai	1996 7,7	2003 8,6	variação 0,9	2005 9,5	2012 14,9 ^a	variação 5,4

^a - Dado de 2011

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL e do Banco Mundial.

Tabela 7 - Gasto social per capita em educação (em dólares de 2000)

	Direita			Esquerda		
	1994	2001	variação	2003	2010	variação
Argentina	311	382	71	281	588 ^a	307
Chile	1993 90	2000 195	variação 105	2001 195	2008 268	variação 73
Uruguai	1996 143	2003 175	variação 31	2005 205	2012 349 ^a	variação 144

^a - Dado de 2011

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL.

o advento da ditadura militar, sob o comando de Augusto Pinochet. Além da privatização, o sistema foi descentralizado, ampliando a responsabilidade dos municípios. De acordo com Burton (2012) o sistema de educação, basicamente, foi dividido em três vertentes: (1) sistema público financiado pelos municípios; (2) escolas privadas independentes; e (3) escolas privadas subsidiadas pelo Estado (ainda que movimentada em parte com dinheiro público, elas tinham permissão de realizar teste de seleção para o ingresso de alunos). O corolário disso foi um sistema segmentado, no qual escolas públicas eram ocupadas por estudantes pobres, ao passo que as escolas subsidiadas ou totalmente privadas eram ocupadas por estudantes da classe média e classe média alta. Uma vez que nossa comparação se dá a partir de 1990, cabe atentar, então, que nosso ponto de partida analítico abrange contextos institucionais consideravelmente diferentes entre os países, situando o caso chileno em uma classificação distinta, em matéria de educação.

No Chile, durante o período democrático, a estrutura institucional erigida por Pinochet se manteve essencialmente intacta (Cf. Burton, 2012). Se, por um lado, percebe-se o aprofundamento da segmentação entre estudantes de classe baixa no sistema público e estudantes de classe média alta no sistema privado, por outro lado, esforços foram realizados para a melhoria da qualidade das escolas por meio da ampliação dos subsídios conferidos às instituições de ensino privadas, com recursos adquiridos por empréstimos junto ao Banco Mundial e a partir de novos impostos vinculados. Isso permitiu a expansão das matrículas na pré-escola e do tempo diário dos alunos na escola, durante o ensino fundamental. Além disso, introduziram-se incentivos para o desempenho dos professores e políticas focalizadas de suporte a alunos de baixa renda das áreas rurais.

As reformas na educação sob governos chilenos de esquerda ocorreram a partir do mandado de Ricardo Lagos (2000-2006). Ele reformou a Constituição, de modo a estabele-

cer o compromisso do Estado em garantir educação gratuita para o ensino médio. Isso implicou uma extensão do tempo mínimo escolar obrigatório para 12 anos. Além disso, criou-se o programa focalizado “*Liceo para todos*”, voltado para evitar a evasão escolar entre estudantes de baixa renda, bem como implementaram-se programas de avaliação individual de professores. No governo posterior, durante o primeiro mandato de Michelle Bachelet (2006 – 2010), as reformas incluíram a expansão da pré-escola, das escolas em tempo integral, de programas focalizados para o aprendizado em inglês, matemática e informática. No entanto, de abril a julho de 2006, 1 milhão de pessoas foram para as ruas – entre eles, estudantes, professores e pais de estudantes – em protesto contra o sistema de educação como um todo. A pressão oriunda das ruas suscitou a instauração de um processo deliberativo em torno da política de educação, com a convocação de um comitê presidencial consultivo. O conselho foi ocupado tanto por movimentos sociais ligados à luta pela educação pública quanto por tecnocratas, incluindo professores universitários e economistas. O debate foi tenaz, mas não houve acordo entre as partes. Nessas circunstâncias, o governo encerrou a discussão deliberativa prometendo reforçar um sistema misto de educação público-privado e aumentar o subsídio público *per capita* por estudante. No entanto, o que se observa é que os esforços na política de educação, durante tal governo, não se diferenciaram muito daqueles realizados na década de 1990 (Cf. Burton, 2012).

Na Argentina, a reforma educacional foi assumida como prioridade pelo governo liberal de Carlos Menem (1989–1999). Em 1991, ocorreu a descentralização do financiamento do ensino médio, responsabilizando-se, sobretudo, as províncias e os municípios. Em 1993, uma legislação incumbiu o governo federal de ampliar as transferências para as províncias e municípios, embora a estrutura descentralizada tenha se mantido, em grande medida, intacta. Nesse período, houve ampliação do tempo de obriga-

toriedade escolar de 7 para 10 anos e a adoção de novos testes educacionais para mensurar a qualidade do ensino (Cf. Corrales; Roldán; Garchet, 1999). Tal como Menem, Kirchner indicou a política de educação como uma das prioridades de seu governo. Em 2005, foi aprovada uma lei destinada à ampliação do financiamento em educação, a qual previa o aumento progressivo dos gastos na área, tendo por meta atingir o patamar de 6% do PIB até 2009. Em 2006, o governo expressou o interesse de substituir a Lei Federal de Educação de 1993. De acordo com Bentancurt (2008), as principais mudanças em relação à lei de 1993 foram: o compromisso com a expansão progressiva do papel estatal na política de educação; a padronização do sistema de ensino em âmbito nacional, estabelecendo-se, para cada província, a opção de seis anos para o ensino fundamental e de seis anos para o ensino médio, ou uma estrutura de sete anos para o ensino fundamental e cinco anos para o ensino médio; extensão da obrigatoriedade para o ensino fundamental; horário integral para o ensino fundamental; criação do Conselho Federal de Educação, presidido pelo Ministro da Educação, mas contando com a participação docente, de forma consultiva. Tal reforma não desfez, entretanto, o modelo de descentralização institucional e financeira implementado em 1993, tampouco alterou o modelo de subsídios à educação privada. Na última década, outras mudanças foram realizadas, mas nenhuma que alterasse o quadro institucional da educação naquele país.

No Uruguai, durante o governo do Partido Colorado, nos anos 1990, o sistema de ensino foi alvo de reformas pontuais na pré-escola, no ensino fundamental e no ensino médio. Entre elas: a revisão do currículo escolar; extensão de escolas em tempo integral; a redução da idade mínima de inserção das crianças na escola, de 5 para 4 anos; a introdução de programas focalizados nas regiões mais pobres; a formação de professores para lecionar no interior do país; a implementação de novas modalidades de ensino tecnológico e profissio-

nal; investimento em biblioteca; materiais didáticos; equipamento informático e infraestrutura. De maneira geral, o sistema educacional se manteve público e de caráter universal (Cf. Lanzaro, 2004).

Com a ascensão da esquerda ao governo, o presidente eleito, Tabaré Vázquez, instaurou, no primeiro de ano de mandato, em 2005, um amplo debate sobre a política de educação. Nessa direção, foi instituída a Comissão Organizadora do Debate Educativo (CODE), composta por vinte membros, com representantes do Ministério da Educação, Ministério do Turismo e Esportes, partidos políticos, instituições de ensino privado e associações docentes e estudantis. Um projeto de lei, fruto desse amplo debate, foi encaminhado e aprovado no congresso, em 2008. Nele, foram mantidos os princípios constitutivos do sistema de educação – obrigatoriedade, gratuidade e universalidade, e se acrescentaram ainda os princípios da participação e da integralidade. Tal como a reforma na Argentina, ficou estipulado que o investimento público em educação não poderia ficar abaixo do patamar de 6% do PIB (Cf. Bentancurt, 2008). Ainda em 2008, o governo de Vázquez implementou o Plano Ceibal (*Conectividad Educativa de Informática Básica para el Aprendizaje en Línea*), que previa o fornecimento de um *notebook* a cada aluno de escola pública, com objetivo de proporcionar-lhes o acesso à internet e a aprendizagem de novas tecnologias.

Como se pode notar, com exceção da reforma de descentralização implementada na Argentina durante a década de 1990, as bases gerais dos sistemas de educação nos três países se mantiveram identificadas com o legado dos governos anteriores. Além disso, a comparação exposta nas tabelas acima revela que, do ponto de vista institucional, não se percebem padrões partidários diferenciais em torno da política de educação. No entanto, observa-se que os governos conservadores foram pioneiros na criação de programas focalizados na área de educação. E, apesar de, nos três paí-

ses, de maneira geral, não terem se verificado tendências peculiares a governos de esquerda ou conservadores, em termos das tendências de centralização, descentralização ou privatização da educação, é possível afirmar duas diferenças. Primeiramente, há uma distinção no grau de esforço, considerando-se que, na Argentina e no Uruguai, a expansão dos investimentos em educação se deu de forma substancialmente mais acentuada durante os governos de esquerda, em relação a seus antecessores. Isso não aconteceu no Chile, onde a ampliação dos gastos em educação foi maior nos governos conservadores. Nota-se, também, certo padrão partidário no que se refere às iniciativas participativas de controle dessas políticas, que, invariavelmente, foram implementadas por governos de esquerda. Ou seja, quando se parte de um legado já em patamares mais altos, quando comparados aos da saúde, as diferenças diminuem embora haja um esforço maior com o aumento do gasto público voltado para as políticas educacionais.

A UTILIZAÇÃO DOS PTCR PELA ESQUERDA

As políticas neoliberais da década de 90 deixaram um legado social grave, expresso no aumento dos indicadores de pobreza, o que levou à alta impopularidade daqueles governos, que pode ser inferida pela onda de eleições de governos à esquerda com propostas mais inclusivas. Na América Latina, uma das formas de enfrentar os níveis alarmantes de pobreza foram os programas de transferência condicionada de renda (PTCR). Essa estratégia se espalhou pela região independentemente da ideologia governamental, com forte apoio das agências multilaterais. Nessa seção, a análise será diferente das anteriores, na medida em que, nesses países, os gastos relativos aos PTCR são menores, se comparados com as demais políticas em foco, e, além disso, como não existia essa rubrica de gastos para os governos anteriores, nossa análise será restrita à

variação entre os três países. O Chile, desde o início, investiu nos PTCR entre 0,10% e 0,11% do PIB e não alterou mais; a Argentina investiu algo em torno de 0,20% de seu PIB nessas transferências; e o Uruguai destinou 0,45% do PIB em 2009 (Cepal, 2013). A análise, aqui, vai considerar mais a implementação e alguns impactos dessas políticas nesses países.

A transferência de renda direta e condicional, na região, intensificou-se a partir dos anos 2000 e foi destinada, prioritariamente, para famílias que se encontravam em situação de vulnerabilidade de renda e que possuíam filhos em idade escolar. Essa realidade fez com que grande parte dos PTCR incorporassem, como condicionalidades, a obrigatoriedade da frequência mínima na escola e o acompanhamento das crianças nos atendimentos básicos de saúde (Cf. Cobo, 2012). Nos três países, criaram-se secretarias ou ministérios próprios para a gestão e coordenação institucional desses programas pelo território. Em todos os casos, isso ocorreu na vigência dos governos de esquerda. Essas pastas específicas⁶ foram criadas para articular e coordenar os PTCR em âmbito nacional, adotando estratégias de curto e longo prazo (Cf. Antía *et al.*, 2013; Carro, 2012; Farias, 2013; Midaglia; Antía, 2007; Midaglia; Tereja, 2016; Potenza Dal Masetto; Repetto, 2012; Pribble, 2013a, 2013b).

No que se refere aos PTCR, os três países, apesar de adotarem critérios de focalização e condicionalidades semelhantes, seguiram caminhos diferentes quanto à institucionalização e implementação do benefício ao longo do tempo, especialmente, nos contextos da entrada de políticos de esquerda no governo executivo nacional. O Uruguai apresenta uma matriz de bem-estar social relativamente estável ao lon-

⁶ O *Ministerio de Desarrollo Social* (MIDES), no Uruguai, foi criado no ano de 2005 por meio da Lei 17866 no primeiro mandato de Tabaré Vázquez e tem como finalidade integrar e coordenar as ações sociais intersetoriais destinadas às pessoas ou famílias em situação de vulnerabilidade social e implementadas pelo governo executivo nacional.

Na Argentina, a *Secretaria de Desarrollo Social* foi criada em meados dos anos 1990 e, no final dessa década, se converteu em Ministério, ficando conhecido como *Ministerio de Desarrollo Social* (MDS) em 2003. Esse Ministério passou a articular, a partir de então, as ações de assistência social no país, inclusive com a gestão nacional das novas PTCR.

go do tempo, com destaque para políticas nacionais de caráter mais universal. O campo da assistência social se inseriu nessa matriz com uma proposta de focalização distinta da universalização inerente às políticas de saúde e educação, por exemplo, adotando como estratégia ações direcionadas para as famílias mais pobres ou que viviam em situação de extrema pobreza. Na década de 1990, foram criados, em todos os países, distintos programas de combate à pobreza, sob a gestão de diferentes pastas ministeriais ligadas à área social. Não havia, nesse momento, uma articulação institucional, e as ações ocorriam de maneira fragmentada e pontual, dado o caráter emergencial das intervenções (Cf. Antía *et al.*, 2013).

Esse campo sofreu inovações no contexto das gestões da FA, especialmente no governo de Vazquez, com a retomada do Estado frente da coordenação e da gestão das políticas sociais nacionais. Sob a gestão e a coordenação do *Ministerio de Desarrollo Social* (MIDES), foram desenvolvidos o *Plan de Atención de la Emergencia Social* (PANES), por meio da Lei 17.869 de 2005, e o *Programa Ingreso Ciudadano*, ambos disponibilizados até 2007. O PANES teve como principal objetivo prestar assistência à população em situação de extrema pobreza e indigência, a partir de um conjunto de iniciativas públicas para a superação dos riscos e vulnerabilidades sociais. Já o *Programa Ingreso Ciudadano* consistia num PTCR para as famílias em situação de indigência. O cadastro dos beneficiários levou à construção de um *Índice de Carencias Críticas*,⁷ que consiste em um conjunto de indicadores para medir os fatores que incidiam sobre as situações de pobreza e extrema pobreza. Os técnicos que realizavam o cadastro eram responsáveis por selecionar as variáveis e os pesos relativos para determinar o nível de pobreza (Cf. Midaglia; Tereja, 2016). O PANES também previa apoio alimentar por meio da *Tarjeta Alimentaria*, que teve início em 2006.

⁷Esse Índice foi desenvolvido pelo Instituto de Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da República (UDELAR) (Midaglia; Tereja, 2016, p. 55).

Esse benefício, assim como o *Programa Ingreso Ciudadano*, consistia numa transferência de renda destinada a famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza e que não possuíam condições de suprir suas necessidades alimentícias básicas. Portanto, o PANES, dadas as suas características emergenciais, consistiu numa estratégia de curto prazo, cuja principal finalidade era reduzir as situações de risco e vulnerabilidades sociais, bem como promover a integração social dessa parcela da população no sistema de proteção social nacional (Cf. Antía *et al.*, 2013; Midaglia; Antía, 2007; Midaglia; Tereja, 2016; Valera; Palma, 2014)

Para substituir o PANES, foi criado o *Plan de Equidad*, que se configurou como uma estratégia de longo prazo. Com caráter mais abrangente, engloba tanto a pobreza como outras situações de vulnerabilidades sociais, tais como as variáveis de gênero, geracionais e étnico-raciais. Apesar da aprendizagem institucional advinda do PANES, essa nova proposta de intervenção agregou, em sua estrutura, um novo pilar de assistência não contributiva, conhecido como *Asignaciones Familiares Plan de Equidad* (AFAM-PE), reguladas pela Lei N.º 18.227 de 2008, amplamente apoiada por parlamentares pró-governo e pela oposição (Cf. Midaglia; Antía, 2007; Midaglia; Tereja, 2016). Essa Lei define as *Asignaciones Familiares* como uma prestação monetária, concedida mensalmente pelo *Banco de Previsión Social* (BPS), destinada a crianças e adolescentes que residem no país e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica ou se encontram em tempo integral no *Instituto del Niño y Adolescente del Uruguay*, ou em outras instituições conveniados a ele (Ley N.º 18.227 de 2008; artigo 1º).

O governo de Mujica (2010-2015) deu sequência ao *Plan de Equidad*, concentrando maior atenção à população em situação de extrema pobreza. Inovou ao lançar a proposta de expansão progressiva das ações sociais para outros setores, que não apenas aqueles que se encontravam marginalizados. Além do fortalecimento das condições de oferta no nível local,

foram criados outros PTCR que são complementares e se articulam si no plano nacional de combate à pobreza, a saber: *Tarjeta Uruguay Social* (TUS), *Uruguay Cresce Contigo* (UCU) e *Jóvenes en Red* (Cf. Midaglia; Antía, 2007; Midaglia; Tereja, 2016). O governo Vázquez se propôs a ordenar, agrupar e articular as principais ações do campo da assistência social, especialmente os PTCR, no intuito de maior integração social. Já o governo de Mujica se propôs a expandir as ações já desenvolvidas no governo anterior (Cf. Midaglia; Tereja, 2016).

Assim como no Uruguai, os PTCR, na Argentina, se constituíram como uma das principais estratégias para inclusão social e redução do nível de pobreza e de indigência. Mas, diferentemente da matriz de desenvolvimento social uruguaia, que se desenvolveu direcionada para o setor não contributivo, a matriz da Argentina se desenvolveu aliada ao mercado formal de trabalho, utilizando tanto o setor contributivo como o não contributivo ao longo do tempo. Os PTCR foram implementados no país desde meados da década de 1990, com destaque para o *Programa Trabajar*, desenvolvido pelo *Ministerio del Trabajo, Empleo y Seguridad Social*. Esse programa era direcionado àquelas pessoas que possuíam vínculo com o mercado formal de trabalho e se encontravam em situação de vulnerabilidade ou estavam desempregadas. Nesse sentido, os benefícios assistenciais estavam inseridos nos pagamentos do *Seguro Desemplego*, ou eram realizados sob a forma de indenizações. Em 2003, já na gestão de Néstor Kirchner, foi aprimorado o *Programa Jefes e Jefas de Hogar Desocupadas* (PJJHD), cujo objetivo era a transferência de renda a mulheres chefes de família que estavam desempregadas e viviam com os filhos menores de 18 anos. Para ter acesso ao benefício, para além do enquadramento nos critérios e condições descritas anteriormente, as beneficiárias deveriam destinar quatro horas do dia à participação em uma das atividades ofertadas pelo programa, ou se inserirem em atividades de educação. Para melhor integração e racionalização da

proposta, esse programa passou a assumir, em 2005, maior articulação com o *Plan Familias por la Inclusión Social*, gerido pelo *Ministerio de Desarrollo Social* (MDS) e com o *Seguro de Capacitación y Empleo* (SCyE) gerido pelo *Ministerio do Trabajo* (Cf. Potenza Dal Masetto; Repetto, 2012; Rofman; Oliveri, 2011). Em 2009, o PJJHD foi definitivamente absorvido pelo *Plan Familias por la Inclusión Social*, dando origem a outro programa de transferência de renda – o *Familias para a la Inclusión Social*, gerido pelo MDS, passando a ser a ação prioritária de combate à pobreza e outras vulnerabilidades. Esse programa possuía, como condicionalidades, a inserção dos filhos das beneficiárias na rede de saúde e educação básica. O SCyE, para além da capacitação e articulação com o mercado formal de trabalho, também destinava transferência de renda aos participantes, por um período máximo de dois anos.

Ainda seguindo a lógica de prestação assistencial ligada ao mercado de trabalho, foram desenvolvidos outros PTCR, ampliando o acesso dos jovens nessa rede de proteção. Em 2008, foi criado o *Programa Jóvenes com Más e Mejor Trabajo*, sob a gestão do *Ministerio de Trabajo Empleo y Seguridad Social*, que previa a transferência de recursos para os jovens que se encontrassem entre os grupos de maior vulnerabilidade social. As principais ações contidas no Programa consistiam em capacitação, profissionalização e conclusão da escolarização. Com objetivo similar e complementar ao que era executado por esse Programa, foi implementado e gerido pelo MDS, em 2010, o *Programa Ingreso Social con Trabajo, o Argentina Trabaja*, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico, mediante a criação de novos empregos e inclusão social. Esse programa destina-se a pessoas em situação de vulnerabilidade social e uma de suas estratégias consiste em sua inclusão nas cooperativas de trabalho ligadas às atividades econômicas do país (Cf. Fernández, 2012; Rofman; Oliveri, 2011).

Atualmente, o principal PTCR no país é o *Asignación Universal por Hijo para Protección*

Social (AUHPS), um programa que consiste num benefício direcionado às crianças e aos adolescentes com idade inferior a 18 anos, nativas ou naturalizadas, com residência legal no país há, pelo menos, três anos. Para ter acesso a esse benefício, essas crianças e adolescentes devem ser pertencentes a famílias com pais desempregados, sem auxílio do Seguro Desemprego, ou que exerçam atividades domésticas ou em economias informais, cuja renda não exceda o salário mínimo vigente. Com essa nova proposta, o governo de Cristina Kirchner conseguiu ampliar a cobertura dos beneficiários, incorporando o mercado formal de trabalho (sistema contributivo) e a proteção social fora desse mercado (sistema não contributivo) (Cf. Marques, 2013).

O Chile, diferentemente do que ocorreu na Argentina e no Uruguai, estruturou os seus PTCR na década de 1990 e início dos anos 2000 associados a uma série de iniciativas de privatização dos serviços sociais, especialmente os de Saúde e de Educação, conforme já foi mencionado nas subseções anteriores. Os governos de Aylwin e Eduardo Frey priorizaram intervenções voltadas para políticas de proteção infanto-materna. (Cf. Raczynski; Serrano, 2005). No entanto, essa matriz de desenvolvimento social sofreu alterações quando da assunção ao governo de Ricardo Lagos Escobar, representante do Partido Socialista do Chile (partido que faz parte da *Concertación de Partidos por la Democracia*) no governo nacional, em 2000. Nesse momento, houve uma ampliação do público-alvo dos PTCR, incorporando a população indígena, que se encontrava na linha da pobreza em áreas urbanas e rurais, mulheres, camponeses, pessoas com deficiência e jovens, e o *Ministerio de Planificación Nacional* (MIDEPLAN) se tornou a instância responsável por desenhar, coordenar e gerir as políticas, planos e programas para a área de desenvolvimento social, tanto em âmbito nacional quanto regional (Cf. Aguirre Briones, 2009; Raczynski; Serrano, 2005).

O governo de Lagos lançou, em 2002, o *Programa Chile Solidario*, com o objetivo de

melhorar as condições de vida das famílias que se encontravam em situação de extrema pobreza. O Programa tinha como principais ações o apoio psicossocial às famílias assistidas e a disponibilização de serviços e benefícios sociais da rede socioassistencial de base territorial. No mesmo ano, também foi criado o *Programa Orígenes*, cujo objetivo principal consistia na promoção de melhores condições de vida, no âmbito social, cultural, ambiental e cultural, destinado à população indígena rural (Cf. Farías, 2013; Pribble, 2013a; Raczynski; Serrano, 2005), e o *Programa Puente*, implementado pelo Fundo de Solidariedade e Investimento Social (FOSIS), à época vinculado ao Ministério de Planejamento, que objetivava integrar os indivíduos e grupos sociais em situação de extrema pobreza aos programas e políticas sociais existentes, com base no princípio de reconhecimento dos direitos da cidadania. Por meio dessa concepção, um dos componentes básicos da intervenção foi o núcleo familiar. O projeto direcionado às famílias foi chamado de Apoio Familiar (*Bono Apoyo a la Familia*), com acompanhamento e assistência aos membros, bem como monitoramento de saúde, inserção das crianças na escola, acesso ao mercado formal de trabalho, condições de moradia e dinâmica familiar. As Unidades de Intervenção Familiar, geridas pelos governos locais, foram responsáveis pela organização e estruturação de atores e instituições públicas e privadas envolvidas na execução das ações de combate à pobreza (Cf. Farías, 2013).

Em 2009, já no governo de Michelle Bachelet, houve uma importante mudança institucional no que se refere à execução do *Chile Solidario*, que foi incorporado ao *Sistema Intersectorial de Protección Social*, reconfigurando-se como o *Subsistema Chile Solidario* e atuando conjuntamente com o *Subsistema de Protección a la Infancia Chile Crece Contigo* e o *Subsistema Seguridades y Oportunidades*.⁸ Houve, portanto, o desenvolvimento de um

⁸ Gobierno de Chile. Ministerio de Desarrollo Social (2013). <http://www.ministeriodesarrollosocial.gob.cl/>

sistema integrado de proteção, com a incorporação de assistentes sociais, a transferência condicionada de renda e a interlocução com outros programas estatais já existentes, como o subsídio às famílias à margem do mercado de trabalho (SUF) e o PASIS (renda destinada às pessoas acima de 65 anos ou pessoas com deficiência em situação de pobreza). As famílias beneficiárias do *Programa Chile Solidário* possuem entrada preferencial para alguns programas sociais, como a inclusão de crianças na pré-escola, a participação em programas de emprego e acesso a serviços de reabilitação de drogas e álcool. Todavia as famílias beneficiárias, como contrapartida, devem cumprir algumas condicionalidades, como o acompanhamento regular na rede de saúde, a manutenção dos filhos na escola e o acompanhamento familiar (Cf. Pribble, 2013a). A última grande mudança na primeira gestão de Bachelet foi a criação, em 2011, do *Ministerio de Desarrollo Social* (MDS), em substituição ao antigo MIDEPLAN. A criação de um novo ministério representou avanços na gestão e na coordenação das políticas destinadas à redução da pobreza e à promoção do desenvolvimento social. No mesmo ano, também foi implementado o novo programa de transferência de renda, o *Apoyo a la Familia*.

Sabemos, então, que os governos de esquerda aqui analisados herdaram índices muito altos de pobreza, na região. Mas o quadro seguiu se agravando. A crise econômica do início dos anos 2000, vivenciada pelo continente sul-americano, assolou os três países em análise: a Argentina em 2001; o Chile em 2002; e o Uruguai em 2003. De maneira geral, essas crises recessivas contribuíram para aumentar os índices de pobreza e extrema pobreza. Na Argentina, esses números foram os mais impressionantes: entre 1998 a 2002, a porcentagem da população em extrema pobreza passou de 2,10% a 4,95%. O Chile e o Uruguai foram mais resistentes à crise, apresentando oscilações menores: o Uruguai saiu de 0,16 para 0,29% de pessoas que viviam em extrema pobreza, entre 2002 e 2005, e, no Chile, observamos uma di-

minuição desse indicador. No Uruguai, o nível de pobreza aumentou de 9,4%, em 1999, para 15,5% em 2002. Após esse período, esse indicador foi decrescendo ao longo do tempo, alcançando a taxa de 6,7% em 2011. Apesar da crise econômica de 2002, o Chile registrou queda constante no índice de pobreza. Em 1999, o índice era de 38,6%; em 2002, era de 20,2%; e sofreu novas quedas nos anos subsequentes, baixando a 11,5%, em 2009. Essas informações estão baseadas em dados disponibilizados pela Cepal e também apresentados em Farías (2007). A principal forma de lidar com a pobreza, na região, foi a aplicação de políticas focalizadas de transferência de renda, ao invés da ênfase em políticas universais. Nos três países analisados, a aplicação de programas de transferência de renda condicionadas foi uma inovação que alterou as condições de provimento de assistência praticada pelos seus antecessores.

No entanto, alguns pesquisadores argumentam que os indicadores de pobreza podem diminuir mediante políticas de estabilidade fiscal e econômica. Assim, a redução das taxas de pobreza pode não se relacionar diretamente com a adoção das políticas sociais empreendidas pelos governos de esquerda. Entretanto, esse raciocínio não procede em relação à distribuição de renda, que precisa de mecanismos redistributivos para se alterar. Dado o conjunto das ações implementadas por esses governos, consideramos seu efeito na distribuição de renda como um resultado passível de ser analisado em análise longitudinal. É sabido que as transferências sociais têm gerado resultado redistributivo, não só impedindo o aumento da desigualdade proveniente da crise econômica vivenciada pelos países, mas, efetivamente, diminuindo-a (Cf. Sátyro; Soares, 2009; Soares *et al.*, 2009)

O coeficiente de Gini da Argentina, na década de 1990, aumentou substantivamente, como pode ser visto na tabela, chegando a 0,578 em 2002, num período pós-crise. Entretanto observa-se uma queda desse indicador pós-entrada da esquerda, alcançando, em 2009,

um Índice de 0,510. Nos demais países, observa-se a mesma tendência de queda do Índice de Gini, ou seja, um aumento durante os governos conservadores e uma diminuição progressiva após a entrada dos governos de esquerda. Expressando essa tendência, o Chile apresenta reduções menores, ou seja, as ações ali implementadas tiveram menor poder redistributivo. Ainda assim é importante observar que, se a diminuição da pobreza no Chile já vinha ocorrendo desde os governos anteriores, nos governos de esquerda, houve uma mudança na tendência redistributiva, distinta do padrão nos governos da década de 90. Por fim, o Uruguai sempre se destacou, na América Latina, por apresentar, historicamente, um dos menores Índices de Gini, como pode ser visto na Tabela 8.

Como podemos verificar, houve um esforço redistributivo em cada um desses países. Sabemos que os PTCR não foram os únicos fatores responsáveis por redistribuição de renda, mas, com certeza, são as ações que encarnam mais fielmente políticas redistributivas. Para isso, precisamos falar de cobertura e de focalização nos extremamente pobres em cada um desses casos.

Os governos da FA, no Uruguai, partiram de um aprendizado institucional e organizacional advindo de gestões anteriores. Nesse sentido, foi mantida a estrutura clássica de transferência de renda existente, destinando a assistência monetária às famílias em situação de pobreza, com filhos menores de 18 anos. Todavia, por meio das AFAM-PE, houve a ampliação da cobertura para os se-

tores mais pobres, com o estabelecimento de novos critérios de acesso, de modo a cobrir todas as famílias vulneráveis. Antes da reforma, o programa abrangia somente crianças em famílias com trabalhadores do setor formal. Com a reforma, o governo abrangeu todas as crianças do país inseridas em domicílios com rendimentos mensais não superiores a seis vezes o valor definido por “Bases de Prestaciones y Contribuciones” (BPC). Há, portanto, uma hiperfocalização na pobreza, mas com princípios de universalização de acesso para todas as famílias que necessitem desse benefício. Os principais beneficiários são mulheres que vivem sozinhas ou que são chefes de família. Cerca de 141 mil domicílios receberam Renda Cidadã até 2015 (MIDES, Observatório Social de Programas e Indicadores, 2019).

Já na Argentina, o desenho das *Asignaciones Familiares*, particularmente a AUH, de maneira similar ao caso uruguaio, restringiu-se a crianças de até 18 anos, exceto em caso de pessoas com deficiência. Mas, diferentemente do AFAM-PE, não possui o caráter de universalização do acesso, optando-se, pois, pela focalização entre os mais pobres. Até 2015, o programa cobria cerca de 80% das crianças que se encontravam nessas condições. Ainda, cabe salientar que a Argentina, em termos de definição das ações de combate à pobreza e de redistribuição de renda, se constitui como um caso que se difere dos outros dois, visto que o Uruguai e o Chile construíram PTCR tendo como base uma política nacional, e a Argentina não

Tabela 8 – Índice de Gini em perspectiva comparada para governos de esquerda e de direita

	Direita			Esquerda		
Argentina	1994	1999	2002	2004	2006	2009
	0,515	0,539	0,578	0,578	0,549	0,51
Chile	1994	1998	2000	2003	2006	2009
	0,552	0,56	0,564	0,552	0,522	0,524
Uruguai	1994	1998	2002	2005	2007	2010
	0,423	0,44	0,455	0,451	0,456	0,422

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da CEPAL.
http://estadisticas.cepal.org/cepalstat/WEB_CEPALSTAT/ESTADISTICASIndicadores.asp.

possui esse padrão. As administrações Kirchner elencaram um conjunto de iniciativas no âmbito nacional, mas elas variam de acordo com os projetos políticos dos governos provinciais, que podem acatar ou incluir pautas redistributivas de acordo com suas visões sobre essa agenda (Cf. Cunha; Cunha; Silva, 2017; Oliveira, 2015).

Finalmente, dentre os três países analisados, o Chile apresenta o menor esforço redistributivo. O principal PTCR, o *Chile Solidario*, possuía uma cobertura que alcançava cerca de 9% dos domicílios e 11% da população em 2015 (Cf. Oliveira, 2015). As famílias beneficiárias possuem entrada preferencial para alguns programas sociais, como a inclusão de crianças na pré-escola, a participação em programas de emprego e acesso a serviços de reabilitação de drogas e álcool. O Chile Solidário não se pretendeu universal, mas focalizou-se nos extremamente pobres e contribuiu para a evolução da proteção social no país. Esse programa foi desenvolvido concomitantemente com a reforma nos cuidados de saúde, por meio do Plano AUGE (Cf. Pribble, 2013a).

Os dados permitem afirmar que as ações desses governos de esquerda foram substancialmente distintas das dos seus antecessores, mudando a trajetória do principal indicador de desigualdade de renda e diminuindo a pobreza e a extrema pobreza de maneira sensível. Pode-se afirmar, também, que a melhoria desses indicadores foi mais forte na Argentina e no Uruguai do que no Chile, apesar de esse país também apresentar bons resultados na região. Ou seja, aqui, como nas políticas anteriores, o conjunto de fatores analisados mostra que a investida à esquerda, nas reformas de todos os governos analisados, foi contrastante com a de seus antecessores, mas, entre eles, o Chile apresenta menor escala.

CONCLUSÕES

Podemos afirmar que as políticas aqui analisadas tiveram um caráter mais inclusivo no Uruguai, foram um pouco menos abrangentes

na Argentina e, de forma geral, tiveram menor alcance no Chile. Apesar da debilidade da esquerda argentina, em função das características discutidas do peronismo, a concentração de poderes na figura do presidente constitui um fator preponderante para se entender sua trajetória nessas políticas. Soma-se a isso a força dos trabalhadores organizados e sindicalizados, muito mais forte do que no Chile, além da proximidade da ação parlamentar, fatores que não são observados no Chile, ou seja, com alta capacidade de mobilização política como herança histórica do peronismo. Assim, observando-se algumas características e tendências das trajetórias políticas específicas nesses países, pode-se entender o porquê de maior estabilidade e governabilidade à esquerda no Uruguai, quando comparadas às do contexto dos países vizinhos, o que permitiu a implementação de uma agenda mais redistributiva e universalista naquele país. A esquerda uruguaia mudou as prioridades relativas à cobertura de proteção social, apresentando uma agenda muito mais redistributiva do que aquela do Chile, por exemplo.

A relação com os sindicatos e os movimentos organizados levou a fortalecê-los, enquanto, no Chile, observamos a minimização da força política desses atores no parlamento. No Chile, apesar da crescente participação das esquerdas dentro da *Concertación*, a agenda desse governo não mostrou inflexões da mesma métrica que os demais países, a não ser quanto à inovação no uso dos PTCR no combate à pobreza. Para entender isso, é preciso lembrar que a *Concertación* não foi criada como uma coalizão “de esquerda”, diferentemente da FA no Uruguai, mas foi uma coalizão contra a ditadura. Outro aspecto importante também é o fato de que a formalidade do veto da direita, através dos senadores designados, por exemplo, só foi retirada na reforma constitucional, em 2005 (Cf. Huber; Stephens, 2012), mostrando um cenário democrático ainda enviesado no Chile. Essas características ajudam a entender o contexto dessas mudanças segundo as arenas sociais consideradas.

Analisar o conjunto das três políticas traz uma limitação ao trabalho, na medida em que pode levar à uma superficialidade dos temas, que podem ser contemplados por estudos mais aprofundados quando tratados individualmente ou em uma única arena. No entanto, permite refletir no que a esquerda representou nesses casos considerando-se diferentes legados políticos. Os resultados mostram a heterogeneidade desses países, que se diferenciam, mas também o quanto eles apresentam de diferenças nos indicadores sociais quando se estabelecem relações desses governos com seus governos anteriores, mais conservadores.

No caso da educação, os três países partiram de legados muito diferentes em comparação ao desempenho na saúde. Os patamares de investimentos históricos em educação foram altos nos três casos, com boa cobertura, situação oposta ao que ocorreu na saúde. Apesar de, institucionalmente, a presença da esquerda não ter apresentado padrões significativamente distintos dos governos anteriores, no caso da Argentina e do Uruguai pode-se observar que a proporção do gasto público em educação aumentou substantivamente, implicando uma presença maior do Estado, em termos relativos, subsidiando a educação. Nesses dois países, há uma inversão de gasto em educação que não foi a mesma observada no Chile. O legado do Chile era de uma educação predominantemente privada, em contraste com os sistemas públicos universais da Argentina e do Uruguai. Numa visão mais radical do que se entende por governo de esquerda, seria esperada uma mudança desse quadro chileno.

Na área da saúde, o que se observa é que Argentina e o Uruguai apresentaram padrões substantivamente distintos em relação aos governos anteriores, mais conservadores, e mais altos do que no desempenho chileno nessa área. Diferentemente da educação, no âmbito da saúde, parte-se de coberturas e de patamares de investimento muito baixos, herdados dos governos anteriores. Assim, é possível observar uma diferença substantiva dos três

países no que se refere ao gasto social em saúde em relação aos respectivos governos antecessores, mesmo no caso do Chile. Entretanto, em todos os casos, o sistema se caracterizava por um modelo fragmentado e segmentado de prestação à saúde e, apesar de haver um esforço superior nesses governos, no Chile, a esquerda se mostra claramente mais tímida em seus esforços do que nos demais países analisados. Novamente, o esforço do Chile é inferior ao dos demais vizinhos. O incremento no gasto per capita é substantivamente maior no Uruguai, que é considerado pela literatura o país mais à esquerda dos três analisados.

Por fim, a esquerda se diferencia fortemente dos governos antecessores em todos os países, especialmente quanto à implementação de programas de transferência condicionada de renda, focalizados na população mais vulnerável, como ação prioritária. Ao invés de programas universais, houve uma estratégia de enfrentamento da pobreza e da desigualdade que produziu efeitos nos três países tanto na queda da pobreza e da extrema pobreza, mas, principalmente, na redução da desigualdade de renda, por seu caráter progressivo, apesar de sabermos que essa também foi uma estratégia de governos conservadores latino-americanos no mesmo período em análise. No Chile, a pobreza e a extrema pobreza mostraram queda, considerando-se o desempenho nos governos anteriores, e a tendência mais redistributiva só foi observada a partir da entrada de governos mais à esquerda, dentro da *Concertación*. É possível se observar também um maior poder redistributivo das políticas empreendidas na Argentina e no Uruguai.

De forma geral, pode-se afirmar que a esquerda, no Uruguai, alcançou os melhores indicadores. Aí se trata de um governo de esquerda sustentado por um partido de coalizão, que foi se fortalecendo interpartidariamente com uma agenda redistributiva, e que obteve maioria das cadeiras na Câmara Baixa, sendo, portanto, majoritário, o que garantia sua governabilidade. Portanto, há pressão real den-

tro do sistema político para uma agenda mais redistributiva da esquerda, dada a capacidade mobilização de recursos do poder político dentro daquela arena (Cf. Esping-Andersen, 1985; Korpi, 1983).

Na Argentina, apesar de haver dificuldade de a literatura classificar ideologicamente o peronismo, parece que a política é matizada em função da força carismática dos presidentes. A classificação ideológica aqui se dá mais pelo representante do partido na presidência do que pela força dos movimentos e partidos de esquerda. Por exemplo, vimos que há muita diferença na condução das políticas na era Menem em relação ao período dos mandatos de Kirchner. A trajetória histórica da política assentada no carisma do presidente, na Argentina, com a concentração do poder em sua figura, facilita a adoção de uma agenda que não é possível no Chile, mesmo com uma coalizão à esquerda eleitoralmente mais forte. Nem a consolidação de partidos à esquerda, tampouco a eleição de Lagos e de Bachelet pelo Partido Socialista, puderam garantir o poder de ação deles, na mesma proporção que a dos Kirchner ou do sistema institucionalizado de poder do Uruguai. Isso poderia ser entendido também pelo fato de que, como dito, a *Concertación*, em seu nascedouro e também em sua trajetória, diferia substantivamente da Frente Amplia, que nasce e se fortalece pela sua bandeira de esquerda.

De qualquer forma, é importante ressaltar como o legado, distinto em cada arena social, permitiu, na área de saúde, mais margem de manobra para a esquerda se diferenciar dos governos anteriores, o que acontece também nos PTCR. A análise sugere também que somente o partido do presidente (de esquerda) não funcionaria como uma variável explicativa do conjunto das mudanças, pois é necessário entender o perfil da esquerda e como ela se localiza dentro do arcabouço político institucional, ou seja, sua trajetória, seu perfil mais claramente de esquerda ou de uma coalizão contra uma ditadura militar de direita. Sugere também que a presença de sindicatos e mobilizações

sem respaldo, dentro do parlamento, pode até levar a comissões deliberativas, mas sem efeitos reais na política, como foi o caso da educação no Chile. Esse caso difere substantivamente da força apresentada pelos sindicatos na Argentina, mesmo com um partido que apresenta um perfil duvidoso dentro de espectro ideológico. Dessa forma, é possível concluir que nenhum fator isoladamente, mas somente a conjunção causal deles nos permite um entendimento melhor das reformas empreendidas.

Recebido para publicação em 16 de outubro de 2017
Aceito em 29 de março de 2019

REFERÊNCIAS

- AGUIRRE BRIONES, A. Política social e indicadores distributivos: elementos para una caracterización de la política social en Chile. *Polis*, Santiago, v. 8, n. 22, p. 231-248, 2009.
- ALBALA, A. Coaliciones gubernamentales y régimen presidencial: incidencia sobre la estabilidad política, el caso del Cono Sur (1983-2005). *Documentos CIDOB*. América Latina, n. 29, p. 1, 2009.
- ALONSO, G.; DI COSTA, V. Cambios y continuidades en la política social argentina, 2003-2010. In: PONENCIA EN EL VI CONGRESO ARGENTINO DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA. Chaco: Ciudad de Resistencia, juil 2011. Disponível em: <http://aaep.org.ar/wp-content/uploads/2013/6cong/ALONSO_DI_COSTA.pdf>. Acesso em: 4 Jul 2017
- ANTÍA, F. et al. La renovación del sistema de protección uruguayo: el desafío de superar la dualización. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, v. 22, n. SPE, p. 153-174, 2013.
- BENTANCUR, N. La nueva agenda de las políticas educativas en el Cono Sur (Argentina, Chile y Uruguay 2005-2008). *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 272-298, 2008.
- BURTON, G. Hegemony and frustration education policy making in Chile under the concertación, 1990-2010. *Latin American Perspectives*, [s.l.], v. 39, n. 4, p. 34-52, 2012.
- CARRO, S. M. A Assistência social no universo da proteção social: Brasil, França e Argentina. *Revista em Pauta*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 173-192, 2012.
- CASTAÑEDA, J. G. Latin America's left turn. *Foreign Aff.* [s.l.], v. 85, p. 28, 2006.
- CHASQUETTI, D. *Democracia, presidencialismo y partidos políticos en América Latina: evaluando la "difícil combinación"*. [s.l.]: Instituto de Ciencia Política, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, 2008.
- COBO, B. *Sistemas Focalizados de Transferencia de Renda: contexto internacional. Políticas focalizadas de transferencia de renda: contextos e desafios*. Editora Cortez, 2012.
- CORRALES, J.; ROLDÁN, M. B.; GARCHET, P. M. *Aspectos políticos en la implementación de las reformas educativas*. [s.l.]: Preal, 1999.

- CUNHA, E. S. M.; CUNHA, E. da Penha; SILVA, I. D. O. 9º CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA. Montevideo: Associação Latino-americana de Ciência Política (ALACIP), 26 a 28 jul. 2017.
- ESPING-ANDERSEN, G. Class Alliances in the development of Scandinavian social democracy. In: *Politics Against Markets: the social democratic road to power*. Princeton, N.J.: Princeton University Press, 1985. p. 71-115.
- FARIAS, C. A. P. Uma genealogia das teorias e dos modelos de estado de bem-estar social. In: DELGADO, M. G.; PORTO, L. V. (Eds.) *Estado de bem-estar social no século XXI*. São Paulo: LTr, 2007.
- FARIAS, C. R. *Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe*: Chile: Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe. Santiago, Chile: CEPAL, 2013. Disponível em: <<http://www.equidadparalainfancia.org/wp-content/uploads/2016/03/Sistemas-de-proteccion-C3%B3n-social-en-Chile.pdf>>. Acesso em: 4 July 2017.
- FERNÁNDEZ, J. P. La implementación del Programa Ingreso Social con Trabajo "Argentina Trabaja" en ámbitos subnacionales. *Documento de Trabajo*, Sevilla, v. 96, 2012.
- FIDALGO, M. M. Los procesos de reforma neoliberal en el sector salud en Argentina. In: _____. *Adiós al derecho a la salud*. [s.l.]: Espacio, 2008.
- _____. Trabajo y salud: el acceso a los servicios de salud de los trabajadores formales en la Argentina. *Rev. Ciencias Sociales (Cr)*, v. 1, n. 135-136, 2012.
- FILGUEIRA, F. *Welfare and democracy in Latin America: The development, crises and aftermath of universal, dual and exclusionary social States*. New York: Prepared for the United Nations Research Institute for Social Development Project on Social Policy and Democratization, 2005.
- FUENTES, G. El sistema de salud uruguayo en la post dictadura: análisis de la reforma del Frente Amplio y las condiciones que la hicieron posible. *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Uruguay, v. 19, n. 1, p. 119-142, 2010.
- GARCÉ, A. El Frente Amplio como partido de gobierno. *Dossier Uruguay*, p. 122, 2011.
- GARRETÓN, M. A. La cuestión del régimen de gobierno en el Chile de hoy. In: LANZARO, J. L. (Ed.) *Tipos de presidencialismo y modos de gobierno en América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2000. p. 189-202.
- HUBER, E.; STEPHENS, J. D. *Democracy and the left: social policy and inequality in Latin America*. Chicago: The University of Chicago Press, 2012.
- KORPI, W. *The democratic class struggle*. London: Routledge, 1983.
- LANZARO, J. L. *La reforma educativa en Uruguay (1995-2000): virtudes y problemas de una iniciativa heterodoxa: políticas sociales*. Santiago, Chile: CEPAL, 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=QJ5RDuSOuQC&oi=fnd&pg=PA3&dq=lanzaro+jorge&ots=i4hkjVyeUH&sig=nRRaAQHrV5e_yelhrLb1zTDqk1>. Acesso em: 16 July 2015.
- LÉPORE, S. Salud: la vulnerabilidad social de los sectores pobres del área y la estructura de oportunidades del sistema conceptos y prácticas para la inclusión social. In: CONGRESO NACIONAL DE POLÍTICAS SOCIALES, 3., 2006, Buenos Aires. *Anais...* Buenos Aires, 2006. Disponível em: <http://www.uca.edu.ar/uca/common/grupo68/files/La_vulnerabilidad_social_de_los_sectores_pobres_del_AMBA_y_la_estructura_de_oportunidades_del_sistema.pdf>. Acesso em: 4 July 2017
- LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. Democracy, Development and the left. In: LEVITSKY, S.; ROBERTS, K. M. (Eds.) *The resurgence of the Latin American left*. Baltimore: John Hopkins University Press, 2011. p. 399-459.
- LYNCH, N. *What the "left" means in Latin America now*. *Constellations*, [s.l.], v. 14, n. 3, p. 373-383, 2007.
- MARQUES, R. Políticas de transferência de renda no Brasil e na Argentina. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 33, n. 2, 2013.
- MIDAGLIA, C.; ANTÍA, F. La izquierda en el gobierno: Cambio o continuidad en las políticas de bienestar social? *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, Uruguay, v. 16, n. 1, p. 131-157, 2007.
- MIDAGLIA, C.; TEREJA, R. Uruguay del Pepe Mujica: los cambios procesados en el campo de la asistencia social. In: BENTANCUR, N.; BUSQUETS, J. M. (Eds.) *El decenio progresista: las políticas públicas de Vázquez a Mujica*. Montevideo: Fin de Siglo Editorial, 2016.
- OLIVEIRA, E. C. de. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda e a Proteção Social: os casos do Brasil, Argentina e Chile. *Revista Argumentum*, Vitória (ES), v. 7, n. 2, p. 128-142, 2015.
- PIERSON, P. Increasing returns, path dependence, and study of Politics. *American Political Science Review*, Washington, v. 94, n. 2, 251-267, 2000.
- _____. *Politics in time: history, institutions and social analysis*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- PONCE, J. I. Adaptación e inclusión de la Izquierda revolucionaria en las transiciones democráticas de Uruguay, Chile y Argentina. Una mirada desde el desempeño electoral, 1983-2009. *Revista Izquierdas*, Chile, n. 18, 2014.
- POTENZA DAL MASETTO, F.; REPETTO, F. *Sistemas de protección social en América Latina y el Caribe*: Argentina. Digital Repository, 2012. 51 p. (Documentos de Proyectos, 508).
- PRIBBLE, J. Social assistance reform in Chile and Uruguay. In: _____. *Welfare and party politics in Latin America*. [s.l.]: Cambridge University Press, 2013a.
- _____. 'Slow Progress toward Universalism Argentina and Venezuela in comparative perspective'. In: _____. *Welfare and party politics in Latin America*. [s.l.]: Cambridge University Press, 2013b.
- RACZYNSKI, D.; SERRANO, C. *Las políticas y estrategias de desarrollo social: aportes de los años 90 y desafíos futuros*. Santiago: Asesorías para el Desarrollo, 2005.
- ROFMAN, R.; OLIVERI, M. L. *Las políticas de protección social y su impacto en la distribución del ingreso en Argentina*. Banco Mundial, 2011. 47 p. (Serie de Documentos de Trabajo sobre Políticas Sociales, n. 6).
- SÁTYRO, N.; SOARES, S. *Análise do impacto do Programa Bolsa Família e do benefício de prestação continuada na redução da desigualdade nos estados brasileiros: 2004 a 2006*. [s.l.]: Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2009. Disponível em: <<https://www.econstor.eu/handle/10419/91453>>. Acesso em: 4 jul. 2017.
- SOARES, S. et al. *Conditional cash transfers in Brazil, Chile and Mexico: impacts upon inequality*. Estudios económicos, 2009.
- VALERA, C. M.; PALMA, A. Pactos sociales para una protección social más inclusiva: Experiencias, obstáculos y posibilidades en América Latina y Europa. La construcción de pactos y consensos en materia de política social: El caso de la reforma previsional en Chile 2005-2008. Seminarios Y Conferencias, v. 76, n. CEPAL, p. 80-87, 2014.
- WEYLAND, K. The rise of Latin America's two lefts: Insights from rentier state theory. *Comparative Politics*, [s.l.], v. 41, n. 2, p. 145-164, 2009.
- WEYLAND, K.; MADRID, R. L.; HUNTER, W. *Leftist governments in Latin America: successes and shortcomings*. [s.l.]: Cambridge University Press, 2010.

COMPARING SOCIAL POLICIES IN LEFT GOVERNMENTS

Natália Guimarães Duarte Sátyro
Rosiene Maria de Freitas
Danúbia Godinho Zanetti
Pedro Mendes Rufino Barbosa

COMPARAISON DES POLITIQUES SOCIALES DANS LES GOUVERNEMENTS DE GAUCHE

Natália Guimarães Duarte Sátyro
Rosiene Maria de Freitas
Danúbia Godinho Zanetti
Pedro Mendes Rufino Barbosa

This paper compares the leftist governments of Uruguay, Chile, and Argentina, both among themselves and with the administrations before left's entry into national executives. The analysis encompasses education, health, and conditional cash transfer programs. These areas were selected because they have distinct legacies among themselves, but similar in all three countries. The methodology used is cross-case and within-case comparative analysis. The results show that the Uruguay and Argentina left's administrations differ from previous administrations. In Chile, however, it does not differ from previous governments to the same extent as its neighbors in health and education, although it also institutionalizes cash transfer as a way of coping with poverty. That is, leftist governments, in general, present distinct efforts from their predecessors, but differ in the degree to which this occurs reflecting the profile of each leftist country in their respective parliaments and of each actor involved.

KEY WORDS: Social Policies. Latin America. Left governments. Health. Education. Conditional Cash Transfer.

Ce travail compare les gouvernements de gauche d'Uruguay, du Chili et de l'Argentine entre eux mais également avec les gouvernements précédents l'entrée de la gauche dans les cadres exécutifs nationaux. L'analyse englobe les programmes d'éducation, de santé et de transferts conditionnés de revenus. Ces domaines ont été sélectionnés parce qu'ils ont des héritages distincts entre eux, mais similaires dans les trois pays. La méthodologie utilisée est l'analyse comparative «cross-case» et «within-case». Les résultats montrent que les gauches de l'Uruguay et d'Argentine sont différentes des administrations précédentes. Au Chili, toutefois, il ne diffère pas des gouvernements précédents dans la même mesure que ses voisins dans les domaines de la santé et de l'éducation, bien qu'il institutionnalise également le transfert de revenus comme une façon de faire face à la pauvreté. C'est à dire, les gouvernements de gauche, en général, présentent des efforts différents de leurs prédécesseurs, mais différent par leurs degrés, reflétant le profil de chaque pays de gauche dans ses parlements respectifs et de chaque acteur impliqué.

MOTS-CLÉS: Politiques sociales. Amérique Latine. Gouvernements de Gauche. Santé. Éducation. Transfert de revenu.

NOTAS SOBRE A CONSCIÊNCIA DAS CLASSES SUBALTERNAS EM ALGUNS ESTUDOS BRASILEIROS

*Dora Vianna Vasconcellos**

Neste artigo, destaca-se a importância de alguns estudos que se dedicaram a compreender o agir político das classes subalternas por meio da análise do fenômeno religioso do fanatismo ou do messianismo. É o que se desprende dos ensaios pioneiros de Nina Rodrigues e Arthur Ramos e das análises sociológicas de Roger Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz. Com a passagem do ensaio para a sociologia consolidou-se a explicação da crença messiânica pela noção de mana. A partir disso, uma nova interpretação foi elaborada para os anseios políticos da classe subalterna e para a liderança a que ela se conforma.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência das classes subalternas. Messianismo. Pensamento social brasileiro. Sociologia.

A leitura dos primeiros estudos sobre o homem negro no Brasil suscita, ainda hoje, algumas inquietações. Embora tenham sido produzidas com argumentos retirados das ciências médicas, muitas dessas análises obedeciam ao fito principal de compreender o comportamento social da população de cor, daí serem consideradas como estudos pioneiros das ciências sociais no Brasil. Por meio dessa abordagem, formou-se a ideia de que o negro é dotado de uma patologia histórica, por apresentar uma mentalidade animista-fetichista. Ainda que tal argumentação revele os pesados preconceitos raciais vigentes na sociedade brasileira do final do século XIX e início do século XX, nela estão esboçadas as primeiras tentativas de interpretação sobre o agir político da classe subalterna.¹ É com essa perspectiva que

se fará menção aos escritos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, autores que realizaram estudos sobre a cultura africana com a intenção de apresentar uma explicação para o fenômeno recorrente do fanatismo no meio rural.

A importância dessa discussão se evidencia pelo fato de os estudos subsequentes das ciências sociais fazerem referência a essa tradição intelectual para se compreender o comportamento político das classes subalternas rurais. Faz-se referência a Roger Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz, intelectuais que superaram a argumentação médica dos primeiros estudos dedicados ao fanatismo, ao preferirem explicá-lo sociologicamente. Com essa abordagem mais sociológica, a ideia de histeria, inicialmente associada à crença animista-fetichista, foi paulatinamente perdendo força para dar lugar a uma explicação mais empírico-descritiva, centralizada na teoria da dádiva de Marcel Mauss.

Pode se dizer, então, que, por seguirem um viés mais sociológico, as análises de Roger

* Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA). Avenida Presidente Vargas, 417 – 6º ao 10º andar. Centro. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro – Brasil. doravianna.vasconcellos3@gmail.com

¹ Por classe subalterna compreende-se os indivíduos que se situam no nível mais baixo da estratificação social. No artigo, faz-se referência a dois momentos diferentes da formação social brasileira em que a classe subalterna era composta majoritariamente de escravos e homens livres,

no período da escravidão, e majoritariamente de agregados, sítiantes e posseiros, no período pós-colonial até meados da década de 1950, época em que o Brasil ainda era uma sociedade majoritariamente agrária.

Bastide e Maria Isaura contribuíram decisivamente para que o fanatismo pudesse ser reconhecido como um movimento messiânico. Há de se frisar, entretanto, que foram os estudos pioneiros de Nina Rodrigues e Arthur Ramos que indicaram, pela primeira vez, que os africanismos da mentalidade popular revelavam uma atitude de questionamento das relações sociais vigentes por parte das classes subalternas.

No entanto, a despeito dessa importante descoberta, consolidou-se, no pensamento social, a opinião de Edson Carneiro de que, ao suporem uma herança africana forte na mentalidade popular, os estudos de Nina Rodrigues e Arthur Ramos caíram no erro de tratar a população de cor como estrangeira, em função de não saberem reconhecer como o sincretismo entre as culturas africana, indígena e euroibérica vinha propiciando a integração do negro na sociedade nacional. Edson Carneiro chegou mesmo a afirmar que os estudos pioneiros sobre fanatismo não deviam acentuar as forças de oposição entre as classes sociais porque essa orientação sociologicamente se revelava errada na medida em que ela redundava em conflitos sociais indesejáveis que dificultavam a inserção do negro na estrutura social.² Em seguida, os estudos posteriores sobre messianismo, sobretudo os de Roger Bastide e de Maria Isaura, obedeceram ao fito de elogiar a dinâmica social que integrava a população de cor no seio da sociedade nacional.

Ainda que as críticas de Edson Carneiro tenham relevância, sobretudo porque visavam a impedir que os anseios por justiça social da população de cor ganhassem um conteúdo segregacionista,³ é necessário ressaltar que a pre-

² “Temos de convir que estes estudos não puderam escapar à sobrecarga emocional que qualquer das questões do negro naturalmente traz e, em consequência, em vez de contribuir para a boa solução dos problemas do nosso povo, estimularam ideias e sentimentos acientíficos e anticientíficos que redundaram na produção de conflitos fictícios e indesejáveis” (Carneiro, 1964, p.115).

³ Edson Carneiro fazia alusão às organizações afro-brasileiras que, pautadas na “precariedade” dos estudos pioneiros de Nina Rodrigues e Arthur Ramos, procuravam fazer justiça ao negro, transformando os anseios da população de cor em exaltação africana. Ele pontuava que, ao fazerem isso, tais organizações dificultavam o processo iniciado com a abolição da escravidão, que vinha transformando

ocupação proeminente do autor era, na realidade, invalidar a grande contribuição deixada por Nina Rodrigues e Arthur Ramos: a de que a classe subalterna tinha um comportamento político mais subversivo do que irá supor, posteriormente, o pensamento social brasileiro (Wegner, 2007).

A importância dos estudos de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos se revela, então, com a passagem do ensaio para a sociologia, quando se passa a relacionar, por meio de Roger Bastide e Maria Isaura, a crença messiânica à lógica da dádiva. Esse novo ponto de vista indica uma aproximação do pensamento social da perspectiva de Edson Carneiro, de um viés reformista, portanto. Daí a relevância, ainda hoje, de voltar aos estudos pioneiros das ciências sociais para que se desfaça essa rendição do pensamento social ao reformismo.

A CONTRIBUIÇÃO DE NINA RODRIGUES E ARTHUR RAMOS PARA O ESTUDO DA CONSCIÊNCIA DA CAMADA SUBALTERNA

Em seus estudos sobre fanatismo, Nina Rodrigues e Arthur Ramos fazem menção ao registro da psiquiatria e da psicanálise para registrar fenômeno patológico da possessão, que é peculiar à doença da histeria, como uma das possíveis explicações para as loucuras epidêmicas que assolavam o interior do país. Não deixaram de revelar, portanto, o conteúdo etnográfico que também marcava seus estudos quando consideram que eram os traços animista-fetichistas da população rural que desencadeavam o fanatismo. Daí o interesse das ciências sociais, ainda hoje, por suas reflexões.

Vale dizer que, em *O animismo fetichista dos negros baianos* (1935), Nina Rodrigues

o negro num cidadão identificado com as vicissitudes de nossa gente. Referia-se, principalmente, às manifestações segregacionistas que pregavam a supremacia emocional do negro em função de reviverem a fórmula norte-americana. “Que outra coisa se poderia esperar de quase vinte anos de saudosismo, de busca da África, da personalidade cultural do negro, de porquê-me-ufano da contribuição do escravo?” (Carneiro, 1964, p.116).

chamou a atenção para o fenômeno da “ilusão da catequese”, por considerar que o animismo fetichista era a base da mentalidade popular, sendo essa a explicação para sua propensão a ser acometida por ataques histéricos. Daí ele ter se dedicado a caracterizar as ideias animista-fetichistas para compreender o fanatismo. Nina Rodrigues fez referência a certo animismo difuso, que atribui a cada ser e a cada coisa um *double*, um fantasma, um espírito que é independente do corpo no qual faz residência momentânea. Foi assim que ele demonstrou que a religiosidade na camada popular atinge quase as raias do politeísmo.

Nina Rodrigues definiu os povos fetichistas como aqueles para quem os objetos são menos Deuses propriamente ditos do que certas coisas dotadas de uma virtude divina, como são os oráculos, os amuletos e os talismãs preservativos. Os povos fetichistas conceberiam Deus como indivisível. Por isso, tais objetos não seriam imagens nas quais Deus gosta de habitar e pelos quais ganharia uma forma material. Não seria assim porque Deus não seria obrigado a morar constantemente nesses objetos; Deus entraria e sairia deles recorrentemente. Por essa razão, para os povos fetichistas, os objetos apenas se tornam sagrados por intermédio de um sacerdote e por processos de encantação e magia. Por essa razão, o pai ou a mãe de santo seria, a um só tempo, pontífice e feiticeiro. Com essa caracterização, Nina Rodrigues afirmava que o negro e, por conseguinte, a camada subalterna, explicava a possessão como resultado de uma intervenção do fetiche.

Munido do arcabouço teórico da psiquiatria, Nina Rodrigues não deixou, contudo, de supor a possessão como um fenômeno estranho e anormal, como uma alienação passageira, que é decorrente de delírios maníacos furiosos ou de ataques histéricos frustrados orquestrados pelos oráculos, por meio da sugestão oral, pelas injunções sugestivas ou pela música sacra, ou seja, por meio de técnicas que se assemelham com as da moderna hipnose. Interessa ressaltar que, para ele, assim como para o pensamento

popular, era inadmissível a hipótese de fingimento ou de simulação do êxtase.⁴

Embora reconhecesse o poder da sugestão, Nina Rodrigues não deixou de considerar o estado de possessão como uma espécie de delírio histérico-hipnótico, de delírio monoideico, que cria um estado sonambúlico especial, também chamado por ele de parafrônico, distinto do estado sonambúlico ordinário, porque nele ainda há resistências ou oposições às sugestões verbais.⁵ Isso o levou a concluir que: “Esta divisão da personalidade que se manifesta no sonâmbulo e no médium é precisamente o que nós chamamos de histeria porque nela se encontram todos os fenômenos que se consideram como histéricos.” (Rodrigues, 1935, p. 113). A histeria seria, então, decorrência de uma mentalidade excessivamente supersticiosa e imaginativa. E revela também o caráter fitoetnográfico que orientava seus estudos quando afirmou a histeria popular como essencialmente fetichista.⁶

Essa ideia se torna ainda mais evidente em *As coletividades anormais* (1939), quando Nina Rodrigues supôs ser o animismo fetichista também a principal explicação para os fenômenos místicos que ocorriam no interior do país. Nina Rodrigues afirmou que a história dos cangaceiros do Nordeste repetia a história dos negros fugitivos dos Quilombos. Em função disso, ele desenvolve a mesma perspectiva

⁴ Em relação à possessão, Nina Rodrigues afirmava: “Do que tenho ouvido, dos casos que tenho observado, dos exames que tenho feito, sou levado a acreditar que os oráculos fetichistas, ou a possessão de santo, não são mais do que estados de sonambulismo provocado, com desdobramento e substituição de personalidade” (Rodrigues, 1935, p. 109).

⁵ Nina Rodrigues era contundente ao afirmar que a sugestão não criava o sonambulismo, como não incorria na anestesia, embora não refutasse a ideia de que ela podia modificava o aspecto exterior do êxtase. É que a preparação moral feita pelo feiticeiro orquestrava as convulsões, os êxtases do sonâmbulo. Este, ao cair no estado sonambúlico, em respeito às vestes, os ornatos que lhe prepararam o filho de santo, reproduzia a personalidade de seu Deus ou de seu Santo.

⁶ “O animismo fetichista africano, diluído no fundo supersticioso da raça branca e reforçado pelo animismo incipiente do aborígene americano, constitui o subsolo ubérrimo de que brotam exuberantes todas as manifestações ocultistas e religiosas de nossa população. As crenças católicas e as práticas espíritas, a cartomancia, etc., todas recebem e refletem por igual o influxo da feitiçaria e da idolatria fetichista do negro” (Rodrigues, 1935, p. 167).

que orientou suas ilações sobre a vida mística do negro nos estudos dedicados às “loucuras epidêmicas” do Sertão. Tal como o negro, o sertanejo era suscetível a uma endoepidemia que se estabelecia por contágio ou imitação.

Em meio às suas inferências retiradas da psiquiatria, Nina Rodrigues não deixou de reconhecer, entretanto, que o delírio de Antônio Conselheiro refletia as condições sociais do meio em que se organizou. E chegou mesmo a sugerir que o delírio psicótico de Antônio Conselheiro possuía uma orientação comunista,⁷ embora fosse enfático em dizer que as loucuras epidêmicas não chegaram a dar origem a desmandos ou a atentados contra a propriedade privada.⁷

Nina Rodrigues sugeria, então, que o animismo fetichista era explicação também para o comportamento político da camada subalterna. Afinal, a preponderância dessa mentalidade na população menos favorecida faria com que, nas vastas regiões do Sertão, a existência da civilização europeia fosse apenas aparente. O que imperava, no Sertão, era o choque entre as tendências para uma organização feudal por parte da burguesia abastada e as represálias por parte de uma massa popular orientada por um comunismo incipiente.

Todavia Nina Rodrigues era assertivo também ao afirmar que tal mentalidade imprimia, na massa, o afã de seguir as ordens de um chefe, de um mandão. O fetichismo faria com que predominassem, no Sertão, os interesses pessoais que, na camada subalterna, se constituem como uma vontade sumaríssima. E mais: a *tourne* fetichista dada pela população às práticas do culto católico faria do nosso povo um povo crédulo e exaltado frente à falsa persuasão do milagre. Daí viria a carência da população, pela coerência lúcida de uma loucura “raciocinante”, única capaz, segundo Nina Rodrigues, de fazer desaparecer os interesses pessoais para fazer surgir uma unidade

psicológica, na qual predomina o “caráter inconstante” do índio e do negro, o que explica a existência de um comunismo primitivo na população rural.⁸

Nina Rodrigues chegou a se perguntar se não seria esse estado de multidão instalado por um hábil *meneur* a forma embrionária das multidões organizadas em corporações e em associações. Mas respondeu negativamente a essa indagação, por supor que o estado gregário da humanidade não brota da multidão heterogênea anônima. O estado de multidão, que é despertado pelas epidemias de histeria, seria “evidentemente um estágio de exaltação passional coletiva onde desaparece o controle cerebral e com ele a personalidade consciente e o discernimento” (Rodrigues, 1939, p. 89).

Todavia, apesar de adotar a ideia de histeria para explicar o fanatismo, Nina Rodrigues não deixou de reconhecer a possibilidade de haver uma bilateralidade no mando exercido pelos *meneurs*. Afinal, a manifestação epidêmica da loucura também pode se evidenciar com os *menés*, retificando, emendando e coordenando o delírio dos *meneurs*.⁹ É que a influência dos *meneurs* sobre os *menés*, no caso da histeria por contato, também pode se exercer de tal maneira a não fazer desses últimos verdadeiros alienados. Esse seria o caso mais frequente da psicose coletiva. Para Nina Rodrigues, a alucinação apenas é sintoma de loucura quando é constante e essencial e reproduz integralmente a psicose dos *meneurs*. Ele chamava a atenção para a ocorrência de epidemias transitórias de loucura em pessoas

⁸ Ao atribuir um caráter epidêmico do fanatismo às manifestações históricas, Nina Rodrigues afirmou que a mentalidade sertaneja podia ser explicada pelo fenômeno da psicologia das multidões. Todavia não deixou de reconhecer que os delírios epidêmicos que assolavam o interior do país revelavam um sentimento de surda condenação e revolta popular contra as instituições do Império. O escravismo é apontado como a instituição que corrompeu e entibou os ânimos da população menos favorecida.

⁹ Sobre a possibilidade de bilateralidade no mando, Nina Rodrigues pontuou: “Em primeiro lugar, a existência de um elemento ativo cria o delírio e o impõe à multidão que passa a representar o elemento passivo do contágio. Embora aceitando as ideias delirantes, a multidão reage por seu turno sobre o elemento ativo, retificando, emendando, coordenando o delírio que só então se torna comum” (Rodrigues, 1939, p. 64).

⁷ “Antônio Conselheiro anormaliza extraordinariamente a vida pacífica das populações agrícolas e criadoras da província, destituindo-as de suas ocupações habituais para uma vida errante e de comunismo em que os mais abastados cediam de seus recursos em favor dos menos favorecidos de fortuna” (Rodrigues, 1939, p. 56).

normais, como as provocadas pela histeria de contato e até mesmo pelas paixões humanas, na quais não há perda de consciência por parte do elemento passivo.

Entretanto ele próprio não via razão alguma para se qualificar de alienação mental apenas os casos de longa duração. É que a população mestiça era vista por Nina Rodrigues como constituída de verdadeiros “degenerados”; daí ela ser considerada como predisposta a ser atingida, em consequência, de uma loucura imposta, de verdadeiros delírios vesânicos. Não seria o fanatismo simples casos de hipnose por contato, mas verdadeiros casos de doença, de loucura epidêmica. Daí ele concluir que o estado delirante coletivo de caráter político-religioso constituía um verdadeiro estado de multidão, que gera uma alienação nos *menés*. Portanto, o autor não deixava de revelar os pesados preconceitos de sua época, ao supor que o fanatismo tinha sua causa no mestiçamento ou no contato entre civilizações em graus diversos de evolução social.

Com essa elaboração teórica construída também por meio de argumentos retirados da psiquiatria, Nina Rodrigues chamou a atenção para a existência de uma mentalidade fetichista na camada subalterna que explica o fanatismo, ou seja, seus valores comunistas incipientes, bem como sua tendência de seguir cegamente uma liderança com o dom da oratória. Revela o tom preconceituoso de sua análise ao considerar que essa predisposição da população rural a se alienar diante de um líder eloquente que exalta a falsa persuasão do milagre é compatível com um comportamento patológico de histeria, que tinha sua razão última no mestiçamento de nossa população.

Nina Rodrigues adere, então, ao ideal racista que vigorava na sociedade brasileira no final do século XIX e início do século XX, quando afirma que esse tipo de liderança preferido pelas massas era o resultado, necessariamente de uma alienação, de um rebaixamento da consciência. Mas não deixa de admitir que as epidemias de loucura que acometiam os

indivíduos predispostos também podiam ter como causas o esgotamento orgânico, a miséria e as doenças. Daí ele ter reconhecido que as ideias de classe, com as emoções e paixões que suscitam, também podiam criar essa predisposição em massa e instaurar um violento estado de multidão, conquanto salientasse que as ideias de classe ainda eram incipientes no pensamento popular.

É por apresentar essa preocupação também com os aspectos político-sociais que as explicações de Nina Rodrigues sobre fanatismo encontraram discípulos que se dispuseram a completar as lacunas e a corrigir os erros que o ensaísta cometera ao endossar o ideal racista de sua época. É o caso, por exemplo, de Arthur Ramos, intelectual que deu continuidade à metodologia inaugurada por Nina Rodrigues, mas que a refinou com as atualidades trazidas pela psicanálise e pela antropologia. Arthur Ramos substitui a noção de raça pela de cultura e chama a atenção para os aspectos progressistas que existiam no fanatismo quando explica o animismo fetichista pela ideia de *mana*.

Tal como Nina Rodrigues, Arthur Ramos procurou determinar a influência do negro na vida social brasileira (Ramos, 1934). Como seu precursor, considerou necessário observar as práticas e crenças de sua vida religiosa e conhecer a estrutura emocional de sua vida coletiva.¹⁰ Para tanto, ele procurou desvendar as tramas inconscientes do logro e da superstição, sem endossar, todavia, os postulados da inferioridade do negro e a crença de que ele era incapaz de civilização. Arthur Ramos supunha que a mentalidade primitiva do negro se explicava por razões psicológicas e não por razões raciais, podendo ser encontrada em qualquer grupo social atrasado em cultura. Por isso, abraçou os axiomas da psicanálise e da antropologia em suas análises.

Com essa nova perspectiva, ele não dei-

¹⁰ Tal como Nina Rodrigues, Arthur Ramos acreditava que “O estudo do sentimento religioso é o melhor caminho para se penetrar na psicologia de um povo. Leva diretamente a esses estratos profundos do inconsciente coletivo, desvendando-nos essa base emocional comum, que é o verdadeiro dinamismo das realizações sociais” (Ramos, 1934, p. 20).

xará de afirmar, todavia, que as classes subalternas têm um pensamento mágico pré-lógico. Arthur Ramos atesta o paganismo das classes incultas, endossando a teoria de Nina Rodrigues de que a catequese aqui foi apenas ilusória. Ele descobrira a adoração do fetiche, embora reconhecesse que já não havia mais, no Brasil, o fetichismo africano puro de origem.¹¹ O fetiche e os fenômenos de possessão nada mais seriam do que a busca pela consciência da presença dos espíritos, pelo contato com a divindade suscitado por meio das várias práticas rituais.¹² Ainda que reconhecesse a crença no fetiche, Arthur Ramos, assim como Nina Rodrigues, atribuiu um caráter patológico ao êxtase, por considera-lo como uma espécie de delírio histérico coletivo. Ou seja, como seu precursor, ele também considerou que o fenômeno causado pela sugestão incorria numa dissociação mental.¹³

Para ele, essas manifestações da personalidade tinham uma significação regressiva, por pertencerem a estratos profundos, arcaicos. Seriam restos hereditários de um primitivo estado de vida, daquela esfera mágico-catómica das reações afetivas. O êxtase decorreria da crença de que cada coisa, cada ser, possui um espírito. Por essa razão, tal qual o homem primitivo, as classes subalternas teriam uma percepção mística que confunde o subjetivo com o objetivo pela projeção que fazem do eu no ambiente.

Arthur Ramos conclui, então, que a população mais pobre era incapaz de conhecer pu-

ramente o objeto, de representá-lo por meio de aferições intelectuais e cognitivas sem recorrer a elementos emocionais. Por ter a necessidade de fundir seres e coisas numa essência comum, as representações da classe subalterna obedeceriam à lei da participação.¹⁴ A classe subalterna não conceberia, portanto, a ideia de contradição entre ser e objeto. “O eu se confunde com o não eu, onde o microcosmo não se separa do macrocosmo, onde o real não conhece limitação com o irreal” (Ramos, 1934, p. 208).

A lei da participação entre seres e objetos faria a classe subalterna ter uma crença excessiva na onipotência das ideias. Por conta disso, Arthur Ramos estabelece um paralelo entre a antropologia e a psicanálise para justificar a ocorrência do fanatismo pelo fenômeno do narcisismo. Também, nessa “fase da evolução sexual, em que a libido se volta sobre o eu”, o pensamento é fortemente sexualizado, no sentido psicanalítico. Foi assim que ele explicou a crença da classe subalterna no domínio mágico do mundo e a sua convicção inconsciente de poder influenciar as forças exteriores pela força dos desejos, das criações do eu. Arthur Ramos chegou mesmo a afirmar que a população mais pobre não admitia fronteira nítida com o objetivo porque faz uma superestimação do eu, apresentando uma tendência ao desdobramento da personalidade e à histeria. Tal fenômeno seria causado pela crença de que circula uma realidade essencial entre os seres e as coisas. É o *mana*, espécie de realidade mítica, menos representada do que sentida que não pode, assim como a substância universal dos metafísicos, entrar na forma de um conceito. Essa seria uma força que é deslocável e que explica o processo da magia.¹⁵ O *mana* seria tudo, então, que possui força; seria tudo que

¹¹ “Já vimos que o pai de santo não quer se confundir com o feiticeiro ou o bruxo. No novo habitat, perdeu seu caráter propriamente social, reservando-se as funções sacerdotais [...]. Vamos assistir à progressiva desafricanização da feitiçaria.” (Ramos, 1934, p. 130).

¹² Arthur Ramos acreditava que a possessão é uma verdadeira obsessão entre nós, coisa que não se sucedia na África, onde ela é uma prerrogativa apenas dos feiticeiros ou de um número reduzido de pessoas. E lembra que a possessão fetichista, quando acontece de forma espontânea, ou seja, sem decorrer de práticas evocatórias especiais conduzidas pelo pai de santo, como na macumba, chega a provocar um paroxismo extraordinário. Sendo espontânea ou não, os fenômenos de possessão provocariam uma fusão mística com a divindade.

¹³ Arthur Ramos explica que: “A sugestão é a causa da dissociação, a dissociação é a causa da sugestão” (Ramos, 1934, p. 189).

¹⁴ “A realidade objetiva achar-se-ia assim impregnada de elementos místicos, que o civilizado chamaria de subjetivos” (Ramos, 1934, p. 206).

¹⁵ Segundo Arthur Ramos, “O *mana* é expressão da libido narcisista. Como tal, esse princípio é uma força pessoal que implica um ato de vontade e de poder. É a posição libidinal do primitivo no estado narcísico, pela superestimação do poderio do seu pensamento, que explica toda a magia” (Ramos, 1934, p. 284).

causa admiração, que é extraordinário, monstruoso, como os grandes turbilhões.

Para Arthur Ramos, seria justamente o apego ao animismo-fetichismo ou ao *mana* que faria o pensamento das classes subalternas, no Brasil, estar intimamente ligado a símbolos concretos. No entender da classe popular, assim como na criança, a palavra está associada à fase oral-sádica da libido. Isso explicaria o grande poder mágico concedido às fórmulas verbais pela população. Afinal, para ela, a palavra é um grande condensador de símbolos (Ramos, 1972). A linguagem não posuiria apenas a função de comunicar o pensamento: ela cumpriria uma função egotista, por estar relacionada às atividades primitivas da libido, numa fase em que o ser humano seria um reservatório de tendências, de impulsos que procuram desordenadamente pela sua máxima realização.

Entretanto, Arthur Ramos adverte que o *mana* não possui apenas uma dimensão narcísica. Ele provém de uma identificação com o pai primitivo. É que as cerimônias mágicas ou tabus imprimem prescrições ao sistema totêmico. Entretanto, ocorre que alguns povos primitivos se identificam com o seu totem. Disso decorrem os fenômenos de esquizofrenia ou a lei da participação, fazendo com que, na mentalidade primitiva, a entidade poderosa que se oculta por trás do animal totêmico seja a imago paterna. A imago paterna seria símbolo do irrealizável e, ao mesmo tempo, um imperativo categórico. Daí, segundo ele, o fato de o fenômeno do narcisismo, no primitivo, ter sido reforçado, no sentido de ter dado origem a um ego narcísico que deseja ultrapassar seu totem. Essa predisposição faria com que aquele que detém o *mana* retenha o *phalus* paterno. Não é à toa que, “nas práticas mágicas, o feiticeiro é o representante da potência fálica do grupo. Ele detém o princípio vital, manejando-o à vontade” (Ramos, 1934, p. 284). Tanto é que, no ritual mágico-religioso, a dança é a representação dos movimentos do Deus morto, do pai-totem, como a música primitiva é imitação de sua voz.

A constante eleição de um pai-totem pela classe subalterna revelaria o poder que o *mana* possui na mentalidade popular. Foi dessa maneira que Arthur Ramos explicou a preferência da população pela mudança social, que é expressão dos desejos de líderes contumazes e que se realiza como decretos. Tal como Nina Rodrigues, Arthur Ramos deu ao fanatismo um sentido extremamente negativo em função de conferir legitimidade apenas à mudança social que se executa, destruindo essa ilusão mágica da vida emocional, substituindo os elementos pré-lógicos da consciência das classes subalternas por elementos mais racionais, compatíveis com a cultura ocidental. Era assim que Arthur Ramos acreditava que o Brasil alcançaria etapas sociais mais avançadas. E, traçando um paralelo com a interpretação psicanalítica, considerou que tal processo equivalia à passagem do narcisismo à completa socialização da libido no indivíduo.¹⁶

Tanto Nina Rodrigues como Arthur Ramos afirmaram, portanto, que a mentalidade animista-fetichista era a explicação para o fato de a população ser constantemente acometida de delírios histéricos. Com esse linguajar demasiadamente médico, eles não deixaram de pontuar que o fato de, no pensamento popular, a palavra estar intimamente ligada à ação, revelava que o fanatismo era a expressão de um comunismo incipiente. Entretanto atribuíram um conteúdo negativo ao fanatismo em função de ele implicar a dominação de um *meneur*, no dizer de Nina Rodrigues, ou de um pai-totem que maneja o *mana* à vontade, nas palavras de Arthur Ramos.

Desse modo, a importante indicação de que um comunismo incipiente orientava a consciência das classes subalternas foi preterida pela compreensão de Nina Rodrigues e Arthur Ramos de que o animismo fetichista, ou o *mana*, faz a mudança social necessariamente ser resultante de uma vontade sumária

¹⁶ “As sociedades valem pelas conquistas progressivas nos graus de erotização de suas relações, no sentido psicanalítico das etapas da libido” (Ramos, 1934, p. 297).

(Muniz, 1987).¹⁷ Essa compreensão fez o afã por relações sociais e políticas igualitárias ser contingenciado, comprovando a dificuldade que o pensamento social teve em reconhecer a classe subalterna como politicamente subversiva (Queiroz, 2009).

A despeito disso, as contribuições teóricas de Nina Rodrigues e Arthur Ramos são relevantes porque elas ajudam a evidenciar a presença de um viés reformista no pensamento social. Essa preferência pelo reformismo pode ser demonstrada, entre outras maneiras, pelos estudos posteriores de Roger Bastide e Maria Isaura Pereira de Queiroz, autores que deram uma significação ao mana mais próxima da dádiva.

A CONTRIBUIÇÃO DE ROGER BASTIDE E MARIA ISAURA PEREIRA DE QUEIROZ PARA O ESTUDO DO MESSIANISMO

A despeito de caracterizar o fanatismo como uma patologia, Nina Rodrigues não deixou de reconhecer que a mentalidade animista-fetichista fazia surgir um comunismo incipiente na população mais pobre. Arthur Ramos, por sua vez, refinou a metodologia de Nina Rodrigues, ao se valer da noção de *mana* para acentuar a presença de um agir subversivo no mundo rural. A preocupação em determinar a função social que o agir político da classe subalterna desempenha na mudança social também marcou os estudos de Roger Bastide e Maria Isaura, embora eles tenham dado preferência ao saber sociológico, marcando sua discordância em relação à abordagem mais etnográfica que orientava os primeiros estudos sobre fanatismo.

Em respeito à tradição ensaísta, Roger

¹⁷ Em, *Canudos: a guerra social*, Edmundo Muniz também caracteriza o comunismo popular como intuitivo, por notar a presença de utopias na mentalidade das classes subalternas. Segundo ele, a população mais pobre se guiaria por preceitos igualitários herdados do cristianismo primitivo e pelas ideias de Tomás Moro, autor que difundiu o utopismo de uma sociedade igualitária, no imaginário popular (Muniz, op. Cit.).

Bastide também se valeu dos conhecimentos da psicanálise para discorrer sobre o comportamento político das classes subalternas. Em seu livro, *Sociologia e psicanálise* (1974), os termos da psicanálise ganham um sentido mais político, por ele se preocupar em caracterizar a consciência mágica das classes populares de acordo com o potencial subversivo que ela apresenta.

Roger Bastide parte do pressuposto de que Freud concede uma importância salutar à sociedade na vida psíquica do indivíduo, chegando a afirmar que havia, na psicanálise, fundamentos sociológicos precípuos. Embora a psicanálise fosse a redescoberta dos dramas da infância perdida e do inconsciente, Bastide supôs que Freud não deriva totalmente a sociabilidade da libido ou do princípio de prazer pelo fato de retratar o instinto social que todo adulto apresenta como algo que se forma com a dessexualização da libido. A contribuição da psicanálise seria fazer da sociedade não apenas uma força inibidora da libido; ela também seria constituinte do indivíduo por indicar o modo como a nossa força psíquica deve se extravasar. Em decorrência disso, a sublimação é tida por Bastide como uma verdadeira contribuição oferecida pela sociedade à constituição do indivíduo.¹⁸

Entretanto, Bastide admite que nem sempre o princípio do prazer se vê assim impregnado por um princípio de realidade que o canaliza e o dirige a certas direções. Pode acontecer também o inverso: o princípio de realidade estar subsumido ao princípio de prazer, deixando se orientar por ele. Esse seria o chamado estágio da onipotência mágica alucina-

¹⁸ Bastide compreende que o princípio de prazer ou a libido compele o indivíduo a evitar a dor e a satisfazer todos seus desejos. Contudo a sociedade imporia duras realidades ao indivíduo, que seria forçado a se adaptar constantemente ao meio que o cerca para não ter seus desejos neurosados. O autor chama a atenção para a sublimação, processo que oferece a possibilidade de unificação do princípio de prazer com o princípio de realidade. Seria pela sublimação que a libido iria de encontro às coerções da sociedade, sendo descartada pela censura e inibida e rejeitada para o inconsciente. Contudo, a sublimação não implicaria apenas isso: seria também uma solução para o conflito entre as forças repressivas e as forças reprimidas, na medida em que permite que a energia dessas últimas seja direcionada para outros objetivos (Bastide, op. cit.).

natória, fase na qual não se faz distinção entre o mundo subjetivo e objetivo, entre os laços do eu e do não eu e na qual a libido procura por sua máxima realização.¹⁹ Daí os objetos parecerem dotados de vida e de um poder divino.

Com essa apropriação da psicanálise, Bastide afirma que o narcisismo da fase da onipotência mágica explica a mentalidade primitiva e também o fetichismo da camada subalterna. Segundo ele, nesse estágio da humanidade, a inteligência se encontra dominada pela afetividade. “O subjetivo funde-se com o objetivo; a intensidade extrema dos desejos acarreta a crença na sua realização. O gesto e a palavra são dotados de eficácia própria. Eis a base da magia” (Bastide, 1974, p. 46). A fase da onipotência mágica seria o período da crença na onipotência dos desejos, por estar a libido altamente sexualizada (afinal, o princípio de realidade se encontra subjugado ao princípio de prazer).

Bastide traça um paralelo entre o processo de deslocamentos da libido vivido pelo indivíduo e o surgimento do capitalismo. Se a maturidade acontece no indivíduo à medida em que ocorrem as transferências da libido para objetos secundários até a fase genital, o capitalismo também se desenvolveria com a progressiva deserotização das relações econômicas. Bastide tinha como referência o fato de que, na criança, a fase oral é substituída pela fase anal, estágio associado à atividade de acúmulo capitalista, por ser nesse momento que a criança aprende a ter controle sobre suas necessidades. Seriam essas as primeiras economias do indivíduo.²⁰ Todavia, na fase anal, por ser uma fase primitiva da libido, o ouro e a prata, que são sublimações dos excrementos, ainda se revestem de um valor mágico. Os bens ainda estão

rodeados de tabus que impedem a posse pessoal de riqueza. Isso levou Bastide a ponderar que, para que o capitalismo pudesse nascer, foi necessário que o ouro e a prata perdessem o seu valor mágico. Daí ele concluir que, “embora a fase anal da humanidade seja primitiva, o capitalismo não o pode ser” (Bastide, 1974, p. 112). O tabu dos metais preciosos criaria, nas sociedades primitivas, um comunismo original em função de os ímpetos da fase oral ainda predominarem sobre a fase anal.

As conclusões de Bastide aparentemente são congruentes com as de Nina Rodrigues, embora expliquem a crença no fetiche em novos termos. Na realidade, ele supunha que o capitalismo pode se desenvolver por meio da regressão da libido da fase genital para a anal. Quando é assim, a deserotização das relações econômicas nunca é completa. É assim que ele explica o fato de o capitalismo moderno, com todo seu séquito de luta de classes, apresentar um componente sádico-masoquista nas relações econômicas, que é uma orientação típica da fase anal da libido.²¹ Talvez Bastide considerasse ser esse o caso da sociedade brasileira, pelo fato de a classe subalterna se guiar por preceitos mágicos ainda, a despeito de estar inserida numa sociedade capitalista. Portanto, na contracorrente dos estudos pioneiros sobre fanatismo, Bastide negou que a mentalidade animista-fetichista revelasse a existência de um comunismo popular.

Segundo Bastide, para que houvesse a superação do componente sádico-masoquista nas representações populares, era necessário, tal como acontece no indivíduo, que a libido fosse deslocada pelas sublimações; que ocorresse a deserotização das relações econômicas, portanto. Essas observações sugerem haver um conteúdo de ordem econômico-política nas observações psicanalíticas de Bastide.

²¹ Segundo Bastide, para que houvesse a superação do componente sádico-masoquista nas representações populares, eram necessários, tal como acontece no indivíduo, os deslocamentos da libido pelas sublimações; e ainda era necessário que ocorresse a deserotização das relações econômicas. Essas observações sugerem haver um conteúdo de ordem econômico-política nas observações psicanalíticas de Bastide.

¹⁹ Segundo Bastide, o estágio da onipotência mágica é paralelo à fase na qual a criança, desejosa de voltar à felicidade do ventre materno, chora e berra na expectativa de conseguir satisfazer o desejo de voltar a fundir-se com a mãe. Procedendo dessa maneira, a criança obtém a atenção da mãe e é, por isso, levada a crer que dispõe de um poder mágico capaz de assegurar a satisfação de todos os seus desejos (Bastide, *ibidem*).

²⁰ Bastide lembra que, para a psicanálise, nos sonhos e nos mitos, o ouro sempre se constitui como um símbolo que é substituído das matérias fecais (Bastide, *ibidem*).

Desse modo, Bastide imprime um sentido político a seus escritos, diverso do de Arthur Ramos, dividindo o que seriam duas tomadas de opinião divergentes quanto aos princípios que orientam a classe subalterna. Se Arthur Ramos era assertivo ao afirmar que a população se encontrava na fase oral da libido, Bastide não tinha tanta certeza quanto a isso, chegando mesmo a sugerir que o capitalismo mundial vinha se consolidado por meio de uma regressão da libido da fase genital para a anal. Embora Bastide seguisse as mesmas trilhas dos seus antecessores, ele não situava a camada subalterna na fase oral, portanto.

Roger Bastide sumariza assim as três fases da libido: a fase animista corresponde ao narcisismo; a fase religiosa, ao estágio de objetivação, caracterizada pela fixação da libido nos pais; e a fase científica, que encontra seu paralelo no estágio de maturidade, que se caracteriza pela renúncia à busca do prazer e pela escolha de um objeto que é exterior às exigências e conveniências da libido. Essa seria, para ele, a lei dos três estágios de Freud (Bastide, *ibidem*).

E mais: para ele, o messianismo brasileiro não tinha suas raízes nos traços africanos da cultura popular. O autor era enfático ao afirmar que a busca pelo paraíso perdido era um apanágio das populações caboclas do interior do país (Bastide, 1958).²² E restringiu o afã por generalizações da tradição ensaísta ao sugerir que a crença messiânica, para existir, precisa dar vazão aos ressentimentos de classe.

Bastide argumenta que, mesmo no espiritismo da umbanda, onde os ressentimentos de classe ganham representação com as descidas fulminantes de santos, não se podem perceber os germes do messianismo. Essas práticas religiosas seriam muito heterogêneas, apresentando mais a tendência a organizar igrejas multirraciais do que a criar um movimento reivindicatório messiânico. Os

afro-brasileiros, com seus rituais de prestação e contraprestação entre os humanos e os deuses, manteriam estáveis o equilíbrio das forças cósmicas, evitando a crença no apocalipse que guiava os indígenas. Na realidade, Bastide afirmava a mentalidade afro-brasileira como refratária à mentalidade animista-fetichista.²³

Essas ponderações não impediram Bastide de reconhecer que o princípio de participação, descrito por Arthur Ramos por meio do *mana*, de fato, orienta a classe subalterna. Mas ele descobrira que, ao lado do princípio de participação, havia o de cisão.²⁴ O princípio de cisão permitiria que a população dividisse o mundo em compartimentos, o que comprova que as ligações místicas entre as coisas e as pessoas, estabelecidas pela lei da participação, não se faziam ao sabor do acaso na sua consciência (Queiroz, 1983).²⁵ Bastide refuta, então, as interpretações de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos de que a classe subalterna se guiava por uma percepção mítica, que confunde o subjetivo com o objetivo, pela projeção que faz do eu no ambiente. A lógica dos afro-brasileiros não seria totalmente distinta da lógica dos ocidentais porque, em meio às

²³ Para Bastide, o messianismo apenas se desenvolve quando há concorrência pelos postos de comando da sociedade. Com efeito, para ele, o paternalismo brasileiro instituiu relações inter-humanas contínuas e afetuosas entre dominantes e dominados e vias de ascensão social pelo apadrinhamento, evitando o conflito entre as camadas sociais. Essa opinião o levou a afirmar que “Le ressentiment possible du noir est donc brisé par le fait que la barrière n’est jamais fermée et que cette barrière même fait de amour et nom de haine” (Bastide, *idem*) E conclui que, “pour qu’un messianisme nègre triomphe, il faut qu’un régime de concurrence raciale apparaisse et il faut que le noir ait l’impression que cette concurrence ne joue pas librement – qu’une barrière légale l’empêche de fonctionner, régimes de castes, statut colonial, etc.” (Bastide, *idem*). Em concordância com M. Balandier, Bastide indicou que o messianismo é uma forma de protesto anticolonialista. No Brasil, por conta do paternalismo, não teria se instalado uma situação colonial típica, por isso a ausência do messianismo negro no país.

²⁴ Dizia Bastide, em relação ao *mana*: “Nous voudrions aujourd’hui en souligner un aspect nouveaux” (Bastide, 1958, p. 493).

²⁵ Arthur Ramos definiu o *mana* pelo princípio de participação, sugerindo que a classe subalterna tem uma tendência a misturar seres e objetos numa mesma força mística. Bastide, de forma análoga, sugeriu que a participação obedecia à lógica da adição, porque ela convertia indefinidamente os valores objetivos em subjetivos (Bastide, 1960). Mas, em meio às participações, ele descobrira também a presença das cisões que devolviam às coisas sua objetividade (Bastide, 1958).

²² A análise de Bastide torna-se ambígua quando ele reconhece que a prática econômica dos sertanejos não era distinta da dos escravos. Sendo assim, ele mesmo notara que, do ponto de vista sociológico, era para ter havido um messianismo negro no país (Bastide, 1958).

participações, havia as cisões (Bastide, 2011). Em termos mais sociológicos, o princípio de cisão comprovava que a mentalidade popular se forma tendo os ditames dos quadros institucionais capitalistas da sociedade brasileira como parâmetro (Bastide, 2006).

Bastide nega, então, que o fetichismo africano dota indistintamente as coisas de uma força mística ou que seria um tipo de pensamento típico de uma libido altamente sexualizada, que anseia pela sua máxima realização. Pelo contrário, o africanismo popular seria proveniente de uma libido que subsume o princípio de prazer ao princípio de realidade, sendo uma forma de ver e sentir já desertizada pela sublimação. Desse modo, na contracorrente de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos, Bastide assevera que a crença no fetiche não traduz a busca pelos grandes turbilhões; era, quando muito, um anseio de solução para o conflito que se estabelece entre as forças da libido e as forças da realidade, por meio do desvio da energia pulsional para objetivos que estivessem mais de acordo com o capitalismo.

O fetichismo seria uma crença pautada pela lógica capitalista, estando, portanto, de acordo com dinâmica social brasileira, na qual não há conflitos dialéticos entre as classes sociais (Bastide, 1960). É que o princípio de cisão, ao devolver a objetividade às coisas, fazia nascer um procedimento operatório comum entre a consciência das classes subalternas e a consciência da classe dominante, tornando possível o surgimento de um ideal aliancista entre elas. A noção de sagrado das religiões africanas não seria um reflexo das contradições econômicas; pelo contrário, é uma força que transcende o social.

Bastide deixa transparecer, então, a influência de Durkheim em seu pensamento, quando supõe que o capitalismo brasileiro se constitui por meio de uma dinâmica aliancista entre as classes sociais (Ortiz, 1989). Pauta-se, também, no conceito de dialética de Georges Gurvitch, para explicar, em termos mais sociológicos, a dinâmica social que a crença no

fetiche origina (Gurvitch, 1987). Para ele, as classes sociais não se relacionam segundo uma dialética de oposição, mas por meio de uma dialética de complementaridade. Daí as transformações históricas, no Brasil, não seguirem o ritmo da luta de classes, mas o das pequenas disjunções (Bastide, 1994).

Roger Bastide inaugura, então, uma vertente intelectual nova nas ciências sociais brasileiras, ao sugerir que o fetichismo não era, então, uma forma de sentir e de ver que se pauta num comunismo incipiente. Para ele, ao contrário, seria uma mentalidade que impede o capitalismo brasileiro de cometer os mesmos vícios dos países de capitalismo avançado, e que padece com o excessivo egoísmo das classes dominantes, na medida em que faz as classes subalternas se identificarem, em certa medida, com o ideal de lucro (Bastide, 2006). Desse modo, Bastide, em vez de referendar as conclusões de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos, afirma que a classe subalterna obedece a uma lógica capitalista *sui generis*.

Maria Isaura Pereira de Queiroz também se preocupou em saber que tipo de anseio a busca pela terra sem males gerava na camada subalterna, se o dos grandes turbilhões ou se o das pequenas disjunções. Tal como Bastide, não relacionou a espera messiânica aos traços africanos na cultura popular, por afirmar o messianismo como uma tradição cabocla (Queiroz, 1972), mas inovou em relação a seu mestre quando deu ao *mana* um novo estatuto teórico, por preferir traduzi-lo por meio da dádiva (Queiroz, 1976a).

Ao observar os meios e modos de vida do campesinato brasileiro, Maria Isaura reconhece que as populações do interior são messiânicas, mas acentua que a crença messiânica está orientada pela lógica do dom e contra dom ou da reciprocidade de favores (Queiroz, 1976b), fazendo uma clara remissão à obra de Marcel Mauss (Mauss, 2003). Maurice Godelier observa que Mauss foi um dos primeiros a compreender o *mana* pelo ideal de reciprocidade de favores. Ele notou a recusa de Mauss

em reconhecer a existência de princípios comunistas na dádiva, por afirmá-la como uma moral não contrária ao princípio de propriedade privada (Godelier, 2001). O mesmo se pode dizer de Maria Isaura.

É que a autora notara ser a prática do auxílio ou do mutirão fundamental para se explicar o messianismo, uma vez que ela impõe a necessidade de retribuição do favor alcançado entre os camponeses. Desse modo, foi por meio da teoria do dom e contra dom que Maria Isaura relacionou o messianismo à sociabilidade rústica, traduzindo o anseio campesino em termos teóricos mais sociológicos,²⁶ segundo o paradigma da reforma e da revolução (Queiroz, 1969).

A socióloga supõe que o ideal de ajuda mútua das comunidades messiânicas possui um teor reformista porque não rompe, de todo, com a lógica capitalista. É que as relações campesinas de compadrio se estendem de alto a baixo da hierarquia social, dando origem a clãs familiares assimétricos ou a parentelas. Em função de a comunidade messiânica repetir a lógica propagada no interior dos clãs familiares assimétricos, Maria Isaura afirma as parentelas como verdadeiros fatos sociais totais. Em termos mais políticos, a lógica da reciprocidade fazia nascer uma moral social comum entre as classes sociais, impedindo que se instalasse uma polarização entre as classes sociais.

Todavia, Maria Isaura percebe que o ideal de ajuda mútua, justamente por ser um fato social total, impunha a necessidade de retribuição do favor alcançado, mesmo para os fazendeiros, abrindo possibilidade para que a camada subalterna pudesse barganhar seu voto. Sua crença era a de que a lógica da reciprocidade dos favores, por fazer nascer uma moral social comum no meio rural, imprimia mais justiça às relações de mando, sem

²⁶ De certo modo, Bastide já havia percebido a existência de uma sociabilidade fundada no ideal da ajuda mútua de origem africana quando destaca que os terreiros de candomblé formavam uma espécie de comunidade axiológica (Bastide, 1974). Mas é apenas com Maria Isaura que a prática da ajuda mútua ganha notoriedade, permitindo que os estudos sobre a consciência da classe subalterna ganhem um enfoque mais sociológico.

suscitar, todavia, uma crítica ao capitalismo. À exemplo de Bastide, Maria Isaura também julga que o surgimento de um ideal aliancista entre as classes sociais foi fundamental para que os conflitos sociais da sociedade brasileira pudessem ser neutralizados. Com essa interpretação, ela não deixa de realçar também o tipo de mudança social que achava mais factível para a sociedade brasileira: aquela que se situa a meio do caminho entre o ordinário e o extraordinário, marcando sua preferência pelo caminho das pequenas disjunções.

Importa assinalar que Maria Isaura não fazia distinção entre o messianismo reformista e o messianismo revolucionário. Afinal, para ela, também o messianismo revolucionário não rompe com o tempo cíclico, embora obedeça a uma noção de tempo linear. Por estar baseado em preceitos pessoais, o messianismo revolucionário, mesmo seguindo uma orientação contrária à lógica capitalista, não permite que a estrutura social seja questionada em seus fundamentos. Maria Isaura não deixou de notar, entretanto, que o messianismo revolucionário impede o camponês de se inserir na sociedade capitalista, ao passo que o messianismo reformista, por ser uma forma de protesto menos subversiva, propicia a participação dos camponeses nela. Foi assim que Maria Isaura explicou sua preferência pelo messianismo reformista.

Desse modo, Maria Isaura repete a perspectiva de Bastide, embora dê ao *mana* uma acepção mais sociológica quando o interpreta pela lógica da dádiva. Por meio dessa perspectiva, Maria Isaura pôde corrigir o erro dos primeiros estudos, ao afirmar que o messianismo não é fruto de uma liderança contumaz e eloquente. Para ela, o ideal de ajuda mútua campesino, por ser correlato à lógica das parentelas, tornou possível a barganha política no mundo rural. Ao afirmar a existência de uma bilateralidade nas relações de mando, o grande mérito da sociologia de Maria Isaura foi o de dar ao messianismo um novo estatuto teórico. Afinal, a socióloga foi uma das primeiras

a reconhecer o campesinato brasileiro como politicamente ativo.

Todavia, se por meio da dádiva, Maria Isaura recusa o prognóstico fatalista dos estudos de Nina Rodrigues e de Arthur Ramos, ela consolida a ideia de que o messianismo brasileiro é reformista. Para ela, a busca pela melhoria de vida campesina está em consonância com a dinâmica capitalista; o messianismo seria um meio encontrado pela classe subalterna de se inserir no sistema produtivo mercantil sem que se instalasse uma polarização dialética entre as classes sociais.²⁷

Com a recusa do axioma mais importante deixado pelos primeiros estudiosos do tema – a indicação de que o *mana* contém princípios comunistas incipientes –, predominou, no pensamento social, a ideia de que a classe subalterna segue uma orientação reformista. Os estudos de Roger Bastide e Maria Isaura ajudam a evidenciar a presença desse viés no pensamento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se dizer que existe, no pensamento social brasileiro, a tendência a representar a sociedade brasileira como se ela fosse um todo monolítico, sem conflitos significativos entre as classes sociais (Wegner, *op. cit.*). Essa interpretação se consolidou com a consagração da interpretação de Gilberto Freyre de que a dinâmica social brasileira obedece a uma lógica acomodatória (Corrêa, 1981; Freyre, 2001). A existência desse viés torna-se ainda mais perceptível quando se toma como referência os estudos sobre a consciência das classes subalternas no país. Vale notar que somente na década de 1950 as populações mais pobres do interior foram reconhecidas como ativas politicamente (Queiroz, 2009). As obras de Roger Bastide e Maria Isaura têm sido consideradas

²⁷ Maria Isaura, tal como Bastide, também endossou a ideia de que podia surgir uma dialética de complementaridade entre as classes sociais (Queiroz, 1978). Foi com essa noção que Maria Isaura explicou o dinamismo social brasileiro.

imprescindíveis para essa mudança de paradigma (Botelho, 2007).

Todavia, neste estudo, ficou sugerida a ideia de que já havia, nos primeiros ensaios sobre o fanatismo, a indicação da existência de um comunismo incipiente na população. Todavia essa descoberta foi preterida em função de o *mana* ter sido associado a um tipo de liderança que se exerce sumariamente. Ao mesmo tempo, foi salientado que, se o mérito dos estudos posteriores de Roger Bastide e Maria Isaura foi o de refutar essa ideia, não se pode esquecer que a correção foi feita consolidando a interpretação de que o agir das classes subalternas é reformista. É que, segundo eles, a bilateralidade nas relações de mando comprova que a comunidade messiânica obedece à lógica capitalista. A exemplo de Edison Carneiro, Bastide e Maria Isaura preferem enaltecer a dinâmica social acomodatória que incorpora os indivíduos subalternos, sem alterar a estrutura social capitalista, do que ressaltar os princípios subversivos que existem na consciência política popular.

Vale dizer que Eric Hobsbawm, em seu livro *Rebeldes Primitivos* (1983), notou a presença de preceitos comunistas nos movimentos messiânicos latino-americanos, inclusive os brasileiros. A exemplo do que diziam os estudos pioneiros brasileiros sobre o tema, as agitações sociais espontâneas, segundo ele, possuíam um caráter epidêmico e não endêmico, como supôs o pensamento social. Segundo Hobsbawm, havia, no milenarismo, a esperança de mudança total na ordem, e a proposta de derrocada da autoridade constituída. Embora seja caracterizado como espécie de rebelião primitiva, o milenarismo apresenta um caráter revolucionário proeminente: representa a vontade política que acredita na chegada do comunismo sem a consolidação de uma primeira etapa capitalista industrial. Por ter essa orientação, o milenarismo seria um elemento facilitador da propagação das ideologias comunistas modernas América Latina e do surgimento de formas alternativas de revolução.

Todavia Hobsbawn também cai no erro de vincular os movimentos milenaristas ao surgimento de líderes deificados ou de caudilhos demagogos, o que, para ele, comprovava o teor primitivista dessas manifestações. Mas isso não o impediu de reconhecer a possibilidade de esses movimentos originarem uma consciência política de tipo moderna. Com isso, ele pontuava que as revoluções sociais podem seguir um caminho não ortodoxo, difícil de ser classificado segundo as categorias que descrevem os movimentos revolucionários europeus clássicos. Daí ele reivindicar a importância de classificações alternativas que não se pautem em ideias e movimentos sociais importados (Hobsbawn, 1983).

É preciso que a hipótese de que a liderança messiânica comporta algum grau de bilateralidade seja reconhecida sem o arrefecimento do ideal comunista igualitarista campe-sino por parte do pensamento social. Por essa razão, a retomada dos primeiros estudos brasileiros sobre messianismo ainda se faz atual.

Recebido para publicação em 29 de julho de 2016
Aceito em 03 de março de 2019

REFERENCIAS

- BASTIDE, R. *As Américas negras: as religiões africanas no novo mundo*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.
- _____. Ensaio de uma estética afro-brasileira. In: BASTIDE, R.; FREHSE, F.; TITAN JUNIOR, S. (Orgs.) *Impressões do Brasil*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2011.
- _____. Le messianisme raté. *Archives de Sociologie des Religions*. Janvier-Juin, n. 5, 1958.
- _____. Le principe de coupure et le comportement afro-brésilien. ANAIS DO XXI CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS. São Paulo: Ed. Anhembi, 1958
- _____. Problemas afro-brasileiros. In: Roger Bastide: ensaios e pesquisas. QUEIROZ, M. I. P. de. (Org.) *Textos*. CERU/USP, São Paulo, Série 2, n. 5, 1994.
- BASTIDE, R. *Les religions africaines au Brésil*. Vers une sociologie des interpénétrations de civilisations. Paris: Press Universitaires de France, 1960.
- _____. *O sagrado selvagem e outros ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- _____. *Sociologia e psicanálise*. São Paulo: Melhoramentos; Ed da Universidade de São Paulo, 1974.
- BOTELHO, A. Sequências de uma sociologia política brasileira. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 50, n. 1, p. 49-82, 2007.
- CARNEIRO, E. *Antologia do negro brasileiro: de Joaquim Nabuco a Jorge Amado*. Rio de Janeiro: Agir, 2005.
- _____. *Ladinos e crioulos: estudos sobre o negro no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.
- CARVALHO, L. C. *Transição e tradição: mundo rústico e mudança social na sociologia de Maria Isaura Pereira de Queiroz*. 2010. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
- CÔRREA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. *Caderno de Pesquisa*, São Paulo, n. 37, p. 5-6, maio 1981.
- FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- GODELIER, M. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GURVITCH, G. *Dialética e Sociologia*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1987.
- HOBSBAWN, E. *Rebeldes primitivos: estudo sobre las formas arcaicas de los movimientos sociales en los siglos XIX y XX*. Barcelona: Editorial Ariel S. A., 1983.
- MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*. São Paulo: Cosac Naif, 2003.
- MUNIZ, A. *A guerra social de canudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- ORTIZ, R. Durkheim: arquiteto e herói fundador. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo v. 4, n.11, p.5-22, out. 1989.
- QUEIROZ, M. I. P. de *O campesinato brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1976a.
- _____. Uma categoria rural esquecida [1963]. In: WELCH, C. A. et al.(Orgs.) *Leituras e interpretações clássicas*. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento do Rural, 2009. V.1.
- _____. *Historia y etnologia de los movimientos mesiánicos*. Reforma y revolución em las sociedades tradicionales. México: Siglo XXI Editores, S.A, 1969.
- _____. *Images messianiques du Brésil*. Guernavaca, México: SONDEOS (Una colección de studios sobre el fenómeno religioso en America Latina), 1972. n. 87.
- _____. *O messianismo no Brasil e no mundo* [1965]. São Paulo: Alfa-Omega, 1976b.
- _____. (Org.) A nostalgia do outro e do alhures: a obra sociológica de Roger Bastide. In: *Roger Bastide: sociologia*. São Paulo: Atica, 1983.
- RAMOS, A. *O negro brasileiro: etnografia religiosa e psicanalyse*. Rio de Janeiro: civilização brasileira, 1934.
- _____. Notas psicológicas sobre a vida cultural brasileira. In: MENEZES, D. (Org.) *O Brasil no pensamento brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura; Ministério da Educação e Cultura, 1972.
- RODRIGUES, N. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1935.
- WEGNER, R. O sentimento de reforma agrária no pensamento social brasileiro. In: STARLING, H.; RODRIGUES, H. E.; TELLES, M. (Orgs.) *Utopias Agrárias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

**NOTES ON THE CONSCIENCE OF SUBALTERN
CLASSES IN SOME BRAZILIAN STUDIES**

Dora Vianna Vasconcellos

The article emphasizes the importance of some studies dedicated to understand the subaltern classes performance through the analysis of fanaticism or the messianism phenomena. That can be noticed on pioneer essays of Nina Rodrigues and Arthur Ramos, and in the sociological analysis of Roger Bastide and Maria Isaura Pereira de Queiroz. With the passage from essay to sociology, the explanation of messianism was consolidated by the notion of *mana*. This new perspective enable us to elaborate another interpretation of the political aspirations of subaltern classes, as well as the leadership that they allow to be subjected.

KEY-WORDS: Conscience of subaltern classes. Messianism. Brazilian social thought. Sociology.

**NOTES SUR LA CONSCIENCE DES CLASSES
SUBALTERNES DANS CERTAINSETUDES
BRESILIENS**

Dora Vianna Vasconcellos

L'article met en évidence l'importance de certains études qui se dediquent à comprendre l'actuation politique des classes subalternes à travers de l'analyse du phénomène du fanatisme ou messianisme. C'est cella qui on peut retrouver dans des essais pionniers de Nina Rodrigues et de Arthur Ramos, et dans les analyses sociologiques de Roger Bastide et Maria Isaura Pereira de Queiroz. On observe qui, avec la passage du essai à la sociologie, se consolide la explication de la croyance messianique par la notion *demana*. Avec cette nouvelle perspective s`elabore une nouvelle intèrpretation sur les aspirations de la classe subalterne, aussi qu'une comprehension de la *leadership* à laquelle cette classe se conforme.

MOTS-CLÉS: Conscience de la classe subalterne. Messianisme. Pensée sociale brésilienne. Sociologie.

“AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil

Luiz Fábio S. Paiva*

O artigo analisa o processo de transformação social do crime nas periferias da cidade de Fortaleza, estado do Ceará, Brasil, mediante a constituição de coletivos criminais conhecidos como “facções”. Evidencia como as gangues e quadrilhas de traficantes ofereceram as condições objetivas para o processo de adesão a esses coletivos que, entre outras coisas, afetaram as maneiras de fazer o crime na cidade. A pesquisa se desenvolveu em uma dinâmica de investigação qualitativa e multissituada, articulando matérias da imprensa, entrevistas e conversações, à luz de uma perspectiva compreensiva dos sentidos e relações pertinentes ao fenômeno estudado. A análise considera múltiplos efeitos sociais da violência em circunstâncias criadas por coletivos criminais que se enfrentam e buscam exercer poder de governo sobre populações com as quais compartilham determinados sofrimentos sociais, e demonstra mudanças na escala de violência e interferência das pessoas que fazem o crime, com práticas de tortura, expulsão de residências e chacinas envolvendo homens e mulheres. Conclui que as “facções” criaram dinâmicas de governo locais que resultam em formas de dominação e sujeição dos pobres em Fortaleza.

Palavras-chave: Violência. Crime. Coletivos criminais. Facções. Periferia.

INTRODUÇÃO

Este artigo examina aspectos da história da violência em Fortaleza discutindo processos que evidenciam transformações sociais nas maneiras de fazer o crime na Cidade.¹ Para isso, compartilho um ponto de vista compreensivo acerca de como as práticas de crimes experimentaram mudanças mediante novas sociabilidades, relações, práticas e envolvimento em coletivos criminais. Em linhas gerais, demonstramos situações que afetam, de maneira significativa, a vida de moradores da Capital cearense, sobretudo das periferias urbanas, com efeitos políticos e morais em seu cotidiano. Desse modo, descrevo, no primeiro momento, o percurso teórico-metodológico utilizado para a

composição dessa análise das maneiras como as pessoas se relacionam e fazem o crime na maior urbe do Estado do Ceará. Em seguida, expressei um pouco da história das maneiras de ali fazer o crime, recobrando o panorama geral de quando iniciei meus primeiros trabalhos de pesquisa nas periferias dessa Capital. Por fim, exponho o modo como, de 2016 ao início de 2018, diversos episódios e situações evidenciam uma transformação social nas maneiras de se relacionar e de fazer o crime na cidade, com uma série de novos problemas sociais que precisam ser considerados na vida cotidiana de moradores das periferias, em virtude da existência de “facções criminosas”.

CAMINHOS DA PESQUISA

Ao buscar compreender as maneiras de fazer o crime, considero-as como ações sociais dotadas de sentido em seu curso (Cf. Geertz, 2014; Schutz, 2012; Weber, 2014) e, portanto, inteligíveis em suas maneiras de *fazer ver* e *fazer crer* e constituídas por condições objetivas que estruturam o agir no mundo social (Cf.

* Universidade Federal do Ceará (UFC). Centro de Humanidades. Departamento de Ciências Sociais. Laboratório de Estudos da Violência. Av. da Universidade, 2995, Benfica. Fortaleza – Ceará – Brasil. luizfabiopaiva@gmail.com

¹ Os resultados apresentados são decorrentes de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Laboratório de Estudos da Violência da Universidade Federal do Ceará. Agradeço, especialmente, a Ana Leticia Lins e Lucilda Cavalcante pela colaboração e interlocução durante as investigações que sustentam este trabalho.

Bourdieu, 2001). Para fins deste trabalho, não me interessa insistir nos aspectos normativos de definição do crime (Cf. Durkheim, 2013), pois considero uma perspectiva teórica que privilegia as invenções e agenciamentos que podem existir nas maneiras de agir, respeitando condições sociais e históricas possíveis.² Diálogo, então, com Certeau (1994), para pensar o crime como a tática de praticantes que desenvolvem maneiras de fazer fragmentadas, experimentações complexas e agenciamentos possíveis em situações que envolvem invenções, imprevisibilidades e transformações sociais.

A pesquisa que subsidiou este artigo se desenvolveu como uma experiência de investigação multissituada,³ com diversos empreendimentos que se articularam para compor essa reflexão a respeito das transformações sociais do crime em Fortaleza. Realizei o resgate historiográfico de notícias sobre o crime na cidade, buscando evidências sobre o fenômeno em matérias jornalísticas desde o final dos anos de 1990 até o início de 2018. Ao longo desse período, participei de ações vinculadas a movimentos sociais e busquei ouvir moradores da periferia, tencionando saber como viviam pessoas residentes em territórios afetados pelas ações de coletivos reconhecidos como "facções" e olhar atentamente o que tinham a dizer sobre o mundo em que vivem. É possível garantir que, em determinadas situações, procurei seguir as ideias seminais de Whyte (1993), em seus estudos urbanos, insistindo em ouvir e ficar atento às relações ao redor, em vez de exprimir questionamentos. Ao me reportar a um tema delicado, não procurei escamotear as vidas de pessoas para achar algo que ninguém soubesse. Pelo contrário, tentei conformar minha curiosidade ao que essas pessoas queriam

dizer, questionando-as em determinados momentos, ouvindo com atenção e procurando aprender sobre como era viver em bairros⁴ com problemas sociais muito específicos.

Outra experiência importante foi olhar para o presente com esteio em materiais de pesquisa do passado. Minhas primeiras pesquisas se concentraram, basicamente, na região do Grande Bom Jardim, entre os anos de 2005 a 2008, em um fluxo de idas e vindas que constituiu uma investigação qualitativa sobre como moradores daquela região eram afetados por situações de violência (Paiva, L., 2014). Retornei ao bairro em fluxo menos contínuo, em 2015, agregando atividades de ensino, extensão universitária e militância na área de direitos humanos.⁵ Novas demandas e iniciativas levaram, também, a me fazer atinente e conversar sobre violência e crime com moradores dos bairros Conjunto Ceará, Pirambu, Jangurusu e Conjunto Palmeiras. Com essa conduta, realizei mais conversações do que entrevistas estruturadas ou semiestruturadas, com pessoas envolvidas em diversas dinâmicas criminais, vítimas de violência, militantes da área de direitos humanos e residentes dispostos a falar de situações de crime nos seus bairros. Em 56 oportunidades, utilizei o gravador, em entrevistas agendadas com moradores dos bairros referidos. Por fim, estive em momentos de reuniões, cursos e seminários demandados pelas comunidades, os quais se tornaram ocasiões de escuta em que aprendi sobre os problemas vividos pelos habitantes dessas comunidades.⁶

⁴ Considero fundamental a ideia discutida por Irllys Barreira (2007) de que os discursos sobre a cidade não apenas demonstram as percepções que compõem o imaginário a respeito da cidade, mas também "fazem a cidade" e são inseparáveis de processos políticos.

⁵ Destacam-se o desenvolvimento do Projeto de Extensão Universitária Traficando Saberes, em parceria com o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), o Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA), e a participação no Fórum Popular de Segurança Pública do Estado do Ceará. Essas experiências possibilitaram visualizar muitas das mudanças que aconteciam em Fortaleza, pois a iniciativa congregou inúmeros grupos e movimentos sociais afetados por novas dinâmicas do crime.

⁶ Em boa medida, embora não seja a intenção que fundamenta esta abordagem, me aproximo das reflexões metodológicas de Garfinkel (2006). Para ele, a prática envolve múltiplas atividades processuais e contingentes que po-

² Outras problematizações sociológicas são possíveis de se observar nesse campo, de modo que, para uma revisão da literatura internacional e nacional, recomendo as leituras da obra de Downes, Rock e McLaughlin (2011) e a coletânea organizada por Lima, Rattón e Azevedo (2014).

³ Não me reporto, especificamente, a uma etnografia multissituada, conforme as reflexões seminais de Marcus (1995), mas a um esforço em levar em consideração a ideia de um estudo de fenômenos dinâmicos e observáveis em variadas escalas que constituem a experiência social investigada.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE AS MANEIRAS DE FAZER O CRIME EM “FACÇÕES”

Para os fins desta reflexão, saliento que, embora os coletivos sejam denominados de variadas maneiras, o termo “facção” é o mais recorrente, assim como “crime”. São usuais, também, as expressões “o crime organizado”, “o comando”, “o bonde”, “o trem”, “a tropa”, “a família”, “os irmãos”, entre outras maneiras de falar do grupo (Cf. Biondi, 2018; Feltran, 2018; Mallart; Godoi, 2017; Manso; Dias, 2018). Nos materiais de pesquisa, os distintos termos aparecem de diferentes maneiras, em relatos de pessoas que, dependendo de seu lugar de fala, irão articular inúmeros signos na construção do discurso. Torna-se oportuno destacar o fato de pressupor, de saída, que a prática de crimes pode ser feita, refeita, inventada e reinventada por pessoas e coletivos, o que constitui uma “maneira de fazer” no sentido conferido por Certeau (1994, p. 41), ou seja, a de múltiplos modos insurgentes de proceder e de astúcias que constituem “[...] mil práticas pelas quais os usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas de produção sociocultural”. O crime, portanto, é também uma maneira de fazer o cotidiano e a cidade por meio da ação coletiva de pessoas envolvidas de maneiras diferentes em coletivos reconhecidos, socialmente, como “facções”.⁷

Como destacou Barreira (1998), ao entrevistar pistoleiros, as falas dos autores de crimes são marcadas por valores de si que o interlocutor pretende preservar na conversa com o pesquisador. É ainda preciso considerar, do ponto de vista teórico-metodológico, a dimensão política dos enquadramentos que re-

dem ser compreendidas como métodos agenciados pelas pessoas que integram uma sociedade para, entre outras coisas, falar de seus problemas.

⁷ É sempre preciso reconhecer os limites e dificuldades dos enquadramentos sociais que, como foi discutido por Becker (2008), na sua reflexão sobre o desvio, envolve a rotulação de pessoas em reação a tipos particulares de comportamento como desviante. Como explica Becker, essas rotulações não são universais e são, constantemente, objetos de divergências e conflitos.

caem sobre o agente do crime, pois, consoante destacou Becker (2008, p. 43), “[...] a detenção por um ato desviante expõe uma pessoa à probabilidade de vir a ser encarada como desviante ou indesejável em outros aspectos”. É muito importante compreender esse elemento, notadamente, porque o material empírico envolve falas de pessoas que praticaram crimes e de outras que se referem a quem os cometeu.

A esse respeito, o estudo seminal de Whyte (1993) demonstrou como os “rapazes da esquina”, em um bairro italiano da cidade de Boston, nos Estados Unidos, compunham grupos reconhecidos como *gangues* e costumavam agir juntos, compartilhando certas ideias e estabelecendo rixas que demarcavam seu lugar dentro da comunidade. No bairro de Cornerville, Whyte percebeu como os ilegalismos e os crimes assumiam feição mafiosa, e os negócios permitiam o advento do *gangster*, o sujeito respeitável que, em sua atividade, se assemelha ao homem de negócio, buscando dominar mercados pela formação de cartéis que visam a controlar preços, perdas e ganhos. Noutra situação, a *máfia* italiana, que emprestou sua feição ao *gângster* estadunidense, representou uma dinâmica muito específica, tratada por Gambetta (2007) com amparo na ideia de que sua existência dependia, fundamentalmente, de oportunidades de se administrar um sistema de proteção em que as atividades econômicas eram mais intensas. Participar da *máfia* é ser parte de uma “família”, e o que explica essa pertença representa algo substantivo nas relações entre essas pessoas, vinculações que são de tal modo complexas e sofisticadas que, em vários julgamentos de envolvidos, os advogados de defesa tensionaram a opinião pública questionando a existência da *máfia* (Gambetta, 2007). Apesar da multiplicidade de conflitos e das inúmeras possibilidades de uso da força, a *máfia* é uma maneira de administração de negócios, e seu sucesso depende da compreensão de que todos podem ganhar respeitando as regras estabelecidas.

Na América Latina, os *cartéis colombianos* retratam um capítulo da história do

Continente. Enquanto as máfias tradicionais movimentavam negócios diversificados, os *cartéis colombianos* constituíram sua notoriedade internacional por meio de seu papel nas dinâmicas do mercado ilegal de cocaína, com suas dimensões transnacionais que, entre outras coisas, provocaram o empenho do governo federal dos Estados Unidos para seu enfrentamento. Os primeiros cartéis a despertar a atenção mundial por sua participação nos mercados ilegais de cocaína estadunidenses foram o Cartel de Medellín e o Cartel de Cali (Cf. Bagley, 2011). A liderança do primeiro é atribuída a Pablo Escobar, que se tornou figura emblemática, reconhecida pela audácia nos investimentos feitos para ampliar o mercado ilegal de cocaína e a maneira como enfrentou o Estado para alcance de seus objetivos (Cf. Ramírez; Costa, 2012). A estruturação dos mercados e o enfrentamento dos cartéis proporcionaram múltiplas transformações em uma realidade política complexa, com a geração de encontros entre processos sociais que envolviam as insurgências políticas de grupos paramilitares e os rendimentos econômicos de um produto de alto valor comercial (Cf. Zuluaga Nieto, 2014).

Em linhas gerais, as interpretações expressas sobre coletivos que fazem o crime em outros países ajudam a compreender a particularidade da experiência brasileira por meio das facções criminosas que representam uma prática social plural em diversos contextos socioculturais. Um dos grupos mais conhecidos da história brasileira é o Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL ou apenas CV). Segundo Misse (2007), ele envolve um projeto político constituído a partir dos presídios, nos anos de 1970, até tentativas de criar acordos (tácitos e precários) entre vários “donos” de bocas de fumo em áreas de varejo do mercado ilegal de drogas. Ao emergir com os ideais de justiça, paz e liberdade dentro das prisões, o Comando criou, ainda segundo Misse, uma articulação entre os sistemas prisional e as comunidades, buscando o controle territorial como meio de regular a ação de vários envolvi-

dos. Lessing (2008) observou que os mercados de drogas situados na cidade do Rio de Janeiro ofereceram condições de estabilidade para a ação de organizações como o CV e outras que surgiram no curso do tempo, como o Terceiro Comando da Capital (TCC) e os Amigos dos Amigos (ADA). Isso demonstra como, apesar dos conflitos internos, das ações do Estado e das milícias, elas continuam atuando com força nos territórios, pelo menos, desde meados dos anos de 1970. Como demonstrou Barbosa (2006), isso não seria possível se as cadeias não fossem espaços privilegiados, nos quais os envolvidos circulam e interagem, criando reciprocidades, compromissos e composições que suportam e dão corpo aos “comandos”. Diferentemente da realidade de São Paulo, como evidenciaram Hirata e Grillo (2017), o CV enfrenta, há mais de três décadas, o conflito com outras facções, tornando necessária a defesa armada das circunscrições de atuação do tráfico, o que proporcionou o surgimento das dinâmicas internas de vigilância e punição.

Em São Paulo, as dinâmicas mais conhecidas a respeito das maneiras de fazer o crime em coletivo passam pela história do Primeiro Comando da Capital (PCC). Consoante reportam Alvarez, Salla e Dias (2013), o PCC surgiu no interior do Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, sem a intenção de ser um coletivo da estatura que tem hoje, mas buscando unir os presos em luta contra as opressões do Estado dentro do sistema prisional. Dias (2011a) observou ainda que o PCC adquiriu hegemonia no interior do sistema prisional paulista, não sendo possível compreender suas dinâmicas sem entender as negociações, cooperações e correlações de força entre os que fazem o crime e os responsáveis pelas políticas de controle social dos ilícitos no âmbito do Estado. Sinhoretto, Silvestre e Melo (2013) explicam que o PCC tem um efeito social importante na administração dos presídios em uma convergência complexa entre as dinâmicas disciplinares implantadas pelo Estado e a facção paulista.

Ademais, o PCC conseguiu um feito im-

portante ao levar a luta contra as opressões do sistema prisional para as ruas. Godoi (2010) ressalta a importância de a organização ter essa disposição de levar as lutas internas do sistema para o campo aberto, demonstrando a força das conexões entre presos e egressos do sistema atuando fora da prisão. Essas conexões não seriam possíveis sem um trabalho gerador de conexões importantes e pactuações que dobram as fronteiras entre o legal e o ilegal por meio de outras lógicas acionadas pelo coletivo criminal (Cf. Telles; Hirata, 2010). Como demonstrou Marques (2010, p. 313), as ações do coletivo paulista evidenciam um “proceder”, ou seja, “[...] o singular regime de relação política entre os presos e ex-presidiários que vivenciaram, ou vivenciam, suas experiências prisionais em unidades carcerárias sob o domínio do PCC”. O proceder entre os integrantes orienta sua ação nas diversas áreas de atuação dentro e fora do presídio, uma lógica que não deixou de estabelecer modalidades de justiça “entendidas por todos” que, como explica Feltran (2010), criaram meios de legitimação das maneiras de atuar do PCC nas periferias urbanas de São Paulo. Esse panorama revela composições complexas que desafiam maneiras de compreender o fenômeno das facções dentro e fora das prisões. Ao considerar tal circunstância, Biondi (2014) explora a ideia de “movimento” para pensar no modo como o PCC não se constitui por leis, replicações de categorias estatais ou modelos de ordem definida. A experiência etnográfica da pesquisadora a conduziu à consideração de que os múltiplos movimentos que compõem o PCC mais parecem um jeito de fazer do que um formato em si.

As experiências criadas e vividas no âmbito do CV e do PCC são duas referências importantes, por uma série de invenções que passaram a compor relações dentro e fora das prisões em todo o País. Isso pode ser evidenciado, tanto em função de replicações das experiências do eixo Rio–São Paulo, quanto pela invenção de outras maneiras de fazer o crime, sejam elas inspiradas ou em contraposição às

atividades das duas facções classificadas como as maiores do País. Zilli (2015), em suas pesquisas em Belo Horizonte, observou que os grupos de jovens delinquentes não atuavam sob a bandeira de coletivos caracterizados pela ideia de facção, e era possível encontrar, nas periferias da cidade, territórios divididos entre vários pequenos grupos, evidenciando uma dinâmica fragmentada e menos estruturada do que era observado, na mesma época, nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. No Rio Grande do Sul, Azevedo e Cipriani (2016) perceberam que as facções locais, como a Falange Gaúcha, atuam com menor visibilidade, em esquemas menos centralizados e abrangentes do que os desenvolvidos pelo PCC, em São Paulo. Na Bahia, Lourenço e Almeida (2013) notaram como o Comando da Paz e o Grupo do Perna iniciaram lutas semelhantes às do PCC no interior do sistema baiano, criando sinergias, posições hierárquicas e estabelecendo conexões entre a prisão e a rua, com alianças importantes com grupos de outros Estados para a prática de crimes. Além de acordos, as resistências ao CV e ao PCC demarcam a existência de outros coletivos de fora do eixo Rio–São Paulo. Melo e Rodrigues (2017) discutem como, no surgimento do Sindicato do Crime (SDC), no Rio Grande do Norte, além das lutas contra as violações aos direitos dos presos, entre outros objetivos, a resistência ao PCC foi um elemento importante na formação da unidade desse coletivo. A resistência à entrada do PCC nesse estado também é importante para a facção Família do Norte (FDN), que se constituiu no interior do sistema prisional amazonense e se fez com intensa atuação em esquemas nacionais e internacionais de mercados ilegais de drogas, reivindicando o domínio do crime e afirmando que “no Norte tem Comando” (Cf. Siqueira; Paiva, 2017). Candotti, Melo da Cunha e Siqueira (2017) evidenciam essa resistência ao discutir as rebeliões no Complexo Penitenciário Anísio Jobim (Compaj), demonstrando a multiplicidade de movimentos constituintes de ações da FDN em sua maneira de fazer o cri-

me no Amazonas e em seus múltiplos enfrentamentos e esquemas. Existem muitas outras configurações em praticamente todos os estados brasileiros, mas, para fins desta pesquisa, vou avançar para a discussão das especificidades do Ceará, especialmente de Fortaleza.

Esse estado do Nordeste é território de atuação das três facções classificadas como das mais importantes do País: o PCC, o CV e a FDN. Apesar de exógenos, são coletivos que congregam presidiários e pessoas que fazem o crime no Ceará, com alianças e integrações diferenciadas nos esquemas de cada um desses grupos. Além desses, e também em razão do trabalho deles, um componente novo surgiu tensionando a relação com as “facções de fora” e reivindicando a condição de Guardiões do Estado (GDE). A GDE, conhecida também pelos números 7.4.5, consiste numa reunião de pessoas que fazem o crime, presos e egressos do sistema, dispostos a resistir ao comando de grupos de fora do Estado, estabelecendo resistências e alianças para lutar pela hegemonia do crime no Ceará. Gestada durante alguns anos, a fundação da GDE é atribuída ao início de 2016. O coletivo conseguiu rápida expansão no sistema prisional e nas periferias de todo o Ceará, despertando atenção desde o primeiro momento pela juventude de seus integrantes. Composta por um conselho central, a GDE agenciou grupos locais que faziam o crime em determinados bairros de Fortaleza, integrando-os como “tropas” e garantindo certa autonomia para ações que não poderiam deixar de respeitar o conselho estabelecido entre seus integrantes.

No primeiro momento, a GDE se constituiu como grupo autônomo e independente, garantindo algumas alianças estratégicas para o acesso a drogas e armas. Apesar de replicar práticas das outras facções, a GDE buscou adesão à ideia de não ser um grupo hierarquizado como PCC, garantindo a seus integrantes outro tipo de participação nas decisões coletivas e não executando cobranças de mensalidade. Em suas primeiras ações, a facção cearense procu-

rou não apenas consolidar o domínio dentro do sistema prisional, mas também nas ruas, com medidas de proibição de assaltos, punindo com tiros nas mãos e nas pernas os que ousavam desobedecer a suas diretrizes. Em suas manifestações públicas, integrantes da GDE destacam, como explicou um interlocutor, que o “[...] tempo das gangues em Fortaleza acabou, agora é facção e todos têm que respeitar”. A consolidação da GDE é fundamental para compreensão de como as maneiras de fazer o crime em Fortaleza foram objeto de transformações, pois, em torno dela, foram instituídas alianças e resistências em um intrincado jogo de rivalidades.

Feitas essas observações conceituais, reconheço os limites da categoria nativa “facção”, mas parto de seu reconhecimento social para lidar com ela, no curso do texto, trabalhando a ideia de que a facção é um coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela crença em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. São coletivos móveis de pessoas que fazem o crime como um meio de integrar a sociedade, pois não visam à sua destruição, e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras. Em alguma medida, as facções são coletivos compostos por convergências de intencionalidades de alcances variados, com pessoas ocupando posições privilegiadas nos esquemas do coletivo e outras atuando em suas margens.

SOBRE AS CONDIÇÕES SOCIAIS DE REPRODUÇÃO DO CRIME EM FORTALEZA

Para compreender como o fenômeno das facções tornou-se possível, na relação entre prisões e as periferias de Fortaleza, é preciso

reconstituir as condições sociais historicamente relevantes das maneiras de fazer o crime na cidade. Conforme demonstrou o trabalho de Glória Diógenes (2008), as periferias de Fortaleza, nos anos de 1990, eram povoadas por “gângues” – grupos de jovens que criavam seus repertórios para demonstrar, publicamente, que “se garantem”, compartilhando códigos constitutivos de uma linguagem própria e maneiras peculiares de estabelecer suas relações dentro e fora do seu território. As gângues se encontravam nas ruas ou em bailes *funks* para trocar socos, pedradas e, no máximo, “[...] alguém se armava com um pedaço de pau e ferro”, explicou um morador do Conjunto Ceará. Esses grupos eram compostos por “cabras-machos”,⁸ que “se garantiam” e afirmavam sua masculinidade diante de outros homens, heterossexuais e viris.

Em entrevistas feitas na periferia, interlocutores falam que a chegada das armas e das drogas, em suas “quebradas”, não foi para constituir um mercado ilegal, mas para alimentar as disputas territoriais entre gângues. Quando alguém deu o primeiro tiro, ficou evidente que os encontros não poderiam mais acontecer em batalhas campais desprovidas de um abrigo para proteção. Afinal, “[...] o cabra é macho, mas não tem os peitos de aço”.⁹ Por isso, os encontros se tornaram menos comuns e as tocaias passaram a ser utilizadas como meios de acerto de contas. Assim, em vez de organizações voltadas para o comércio como um fim em si, os grupos adquiriram drogas e armas para manter e aumentar a letalidade do conflito, garantindo sua proteção e sua capacidade de atuar com violência contra o outro.

O tempo demonstrou que as drogas, efetivamente, rendem dinheiro, e os conflitos começaram a ocorrer dentro da própria gangue.

⁸ Segundo explica Albuquerque Junior (1999, p. 175), “[...] ser cabra macho requer ser destemido, forte, valente, corajoso. Nesta sociedade, o frouxo não se mete, não há lugar para homens fracos e covardes”.

⁹ Gíria popular para explicar a fragilidade do corpo, mesmo de um cabra-macho, diante da ameaça objetiva imposta pela posse de uma arma de fogo pelo inimigo num enfrentamento.

As mortes proliferaram e, aos poucos, as pessoas proeminentes nas gangues, em posições de liderança, se tornaram traficantes. Em muitos bairros, eles também foram assassinados por pessoas envolvidas em outras atividades criminosas, mas que, ao chegarem aos territórios, não deixaram de sofrer as consequências de antigas demarcações e conflitos territoriais. Assim, as primeiras quadrilhas de traficantes, oriundas ou não de antigas gangues, não deixaram de se estabelecer em comunidades, favelas ou quebradas com demarcações claras, pois um grupo não frequenta a área do outro, e as inimizades geradoras de mortes atendem a essa lógica de pertencimento territorial.

Em Fortaleza, os “traficantes”,¹⁰ em geral, eram tanto os líderes de gangues que vieram, na maconha e na cocaína, meios de continuar as brigas de gangues, quanto pequenos empreendedores, homens e mulheres que fizeram de sua casa boca de fumo. Durante minhas pesquisas, escutei histórias de pessoas que conseguiram ganhar dinheiro e sair da comunidade, abandonando a prática de crime ou entregando a administração da boca a “pessoas de confiança”, mantendo o controle de fora da comunidade sobre o negócio. Esses relatos são mais raros do que os de pessoas assassinadas. Em alguma medida, mesmo os traficantes que não eram envolvidos em gangues herdaram delas antigas rivalidades territoriais. Então, o local da “boca” era também um lugar visado por inimigos à espreita e dispostos a realizar vinganças em nome de rixas muito antigas. “Ninguém sabe muito bem como isso começou, mas o pessoal daqui não se dá com o pessoal de lá”, relatou uma liderança comunitária do Bom Jardim, que poderia estar falando de qualquer bairro da periferia de Fortaleza.

Desse modo, muitos traficantes forma-

¹⁰ Como sugere Grillo (2013), os traficantes são reconhecidos por uma série de estereótipos apropriados e reapropriados em diversas ocasiões por distintos sujeitos em suas relações de aproximação, distanciamento e enfrentamento. O uso dessa categoria de maneira indiscriminada contra os mais pobres permitiu, entre outras coisas, a suspensão de direitos e intervenções na vida das populações de favelas cariocas em nome da pretensiosa ideia de “guerra às drogas” e ao “crime”.

ram quadrilhas e morreram não pela mão de um grupo que queria tomar "a boca", mas de pessoas que os queriam matar porque eram os traficantes da comunidade X. As mortes são feitas por meio de crimes de pistolagem, em uma motocicleta com duas pessoas: um motorista e o outro armado na garupa. Chegam rapidamente e realizam disparos contra a vítima. Há situações em que duas ou três pessoas chegam a pé, armadas, e atiram contra a vítima. Em poucas situações, existem narrativas sobre a morte de duas ou três pessoas em ação única. Em seguida, os envolvidos do território do morto preparam e planejam a vingança, que ocorre seguindo o mesmo ritual, buscando evitar o confronto e pegando a vítima de surpresa.

Em geral, em minhas pesquisas no bairro de Bom Jardim, em meados dos anos de 2000, as gangues e os traficantes locais exerciam pouca influência na vida comunitária, exigindo apenas o silêncio das pessoas para que suas atividades não fossem prejudicadas. Em alguns casos, observei que determinados crimes de linchamento e execução de assaltantes que cometiam crimes dentro do território eram atribuídos aos traficantes locais, mas eram situações circunstanciais, para impedir que um "bichão" se criasse. Ao estudar a categoria "bichão da favela", Leonardo Sá (2011) explica que as dinâmicas dos envolvimento com o crime, no bairro Serviluz, de Fortaleza, perpassam as maneiras de o sujeito se constituir como pessoa, obtendo o respeito por sua atitude. A exemplo do que acontece no Serviluz, as investigações que realizei em outras periferias de Fortaleza demonstram que as disputas internas sempre afetaram jovens que se fazem "bichão" e praticam o crime na periferia. Esses jovens se referem às suas ações como "os corres", ou seja, ilegalismos ou delitos que correspondem às dinâmicas da "carrera" para ganhar a vida e se virar como pode, agenciando malandragem e a disposição para "fazer o que é preciso fazer".

Também falam das "paradas", ou seja, as práticas que constituem as coisas a fazer, que

podem ser "certas" ou "erradas", dependendo dos valores mobilizados para explicar "o que tem", "o que deve" e "o que efetivamente foi feito". Uma "parada errada" remete a algo que não deveria ser feito e quebra acordos que estabelecem vínculos entre os que fazem os "corres" e movimentam o crime. Em determinados momentos, as figuras de mando são fundamentais para a avaliação moral desses processos. Os líderes de gangues e, logo em seguida, os traficantes de drogas, eram as figuras que carregavam as formas de "consideração", ou seja, as modalidades de respeito a uma figura reconhecida como autoridade. Como na explicação de Leonardo Sá, a falta de "consideração" é "[...] o modo desrespeitoso com que se realiza a relação social com a alteridade inimiga, provocando ondas de homicídios rituais e de vinganças 'por nada'" (Sá, 2011, p. 349). Interromper a criação de um "bichão", controlar as dinâmicas dos "corres" e estabelecer relações "consideração" constituem elementos importantes na hora de olhar as maneiras de fazer o crime em Fortaleza.

Outro dado importante remete ao fato de que, ao longo dos 13 anos em que pesquisei os efeitos sociais da violência em Fortaleza, pessoas envolvidas com o crime se mataram na periferia sem enfrentar intervenções significativas do Estado. Apesar do comparecimento constante de forças de policiamento ostensivo, as pessoas não têm acesso à justiça, e é comum que as mortes permaneçam sem investigação adequada. Cavalcante (2011, p. 139) evidenciou que essas pessoas vivem em locais que podem ser compreendidos como "territórios de exceção", nos quais os jovens são assassinados e os crimes permanecem sem resolução. Assim, as periferias são territórios permeados por inseguranças e perigos que, como sugere Matos Júnior (2008), produzem medos e hábitos de proteção verificáveis pelas dinâmicas dos corpos de seus moradores.

Torna-se recorrente, na fala dos moradores, a afirmação de que forças policiais atuam nessas comunidades, promovendo práticas de

abuso de poder e realizando prisões de “peixes pequenos”, pessoas sem importância nas dinâmicas criminais.¹¹ “Os grandes, aqueles que colocam as armas nas mãos dos adolescentes, é tudo andando por aqui, tudo solto”, afirmou uma moradora da Granja Lisboa, sintetizando o sentimento das pessoas que vivem em áreas pobres afetadas por situações de violência. Em casos de homicídio, é comum que policiais, nas cenas dos crimes, se apressem a afirmar para a imprensa que o caso em questão é “[...] um acerto de contas entre bandidos”. Essa ideia é tão recorrente que, nos eventos de chacina, mesmo quando eles geram comoção e repercussão social, a primeira manifestação do poder público é afirmar que está sendo feito um levantamento dos antecedentes criminais da vítima (Cf. Paiva, T., 2016).

Além da omissão sistêmica, existem rumores da colaboração de policiais que recebem “um trocado” de traficantes para permanecerem em silêncio, ou até participarem da eliminação de inimigos. Em determinados casos, os boatos reproduzidos por moradores são de que meninos são presos por policiais em uma comunidade e são soltos na comunidade rival, facilitando a morte deles por seus inimigos. Igualmente, pairam acusações de participação de policiais em esquemas de tráfico de armas e drogas. Dessa maneira, a colaboração ou a omissão de determinados policiais atuam na reprodução dos acertos de contas e na sua não resolução, prevalecendo práticas de justiça criadas pelos próprios envolvidos e a ideia de que essas pessoas criam as próprias leis. Como observei nas pesquisas realizadas, as pessoas vivenciam uma série de consequências no interior desse vínculo entre a omissão do Estado, a participação de agentes públicos nas dinâmicas criminais e a disposição de sujeitos para fazer o crime em condições de enfrentamento, dentro de determinados territórios. Assim, foi nessas condições que fazer o crime em facções se tornou possível.

¹¹ Moreira (2013) analisou as dinâmicas e as contradições da ação de forças especiais de policiamento na periferia de Fortaleza.

Nas pesquisas que realizei em Fortaleza, as informações obtidas revelam que, até 2013, pelo menos, prevalecia a pulverização dos esquemas de gangues, traficantes, cabras-machos e bichões, que resolviam seus conflitos, fazendo seus corres e realizando acertos de contas sem a pretensão de um domínio abrangente das periferias. A realidade começou a mudar em 2014, quando traficantes locais começaram a “trocar ideia”, conversar sobre uma possível união, com reuniões dentro e fora dos presídios para discutir arranjos que envolviam as facções PCC, CV e FDN. Isso possibilitou que presidiários se organizassem e agenciassem grupos locais para os coletivos criminais mais robustos, reterritorializando e redimensionando a escala de participação nas dinâmicas do crime feitas na cidade. O surgimento da GDE possibilitou também um discurso identitário com pessoas vinculadas ao crime no Ceará e se impôs diante de grupos considerados estrangeiros.

MUDANÇAS NAS MANEIRAS DE FAZER E VIVER DO CRIME

No início de 2016, quando os discursos da comunidade encontraram eco na imprensa cearense, ao evidenciarem a existência de facções, a primeira narrativa em torno delas foi a de que elas estavam “em paz”, operando em comum acordo um sistema de correções em relação à maneira de fazer o crime nas “quebradas”. A “pacificação” foi um fenômeno ambíguo, pois promoveu, por um lado, a diminuição sistêmica e significativa do número de crimes de homicídio e, de outra parte, a continuidade não apenas de assassinatos como o aparecimento da tortura como meio de controle social dos que fazem o crime na periferia (Cf. Barros et al., 2018).

Centenas de vídeos passaram a circular na Internet repetindo exatamente o mesmo ritual: jovens, pardos, pretos e pobres espancados, recebendo “lições de moral” e sendo questionados se estão se sentindo um “bichão”

e se não haviam aprendido que estava proibido roubar na “quebrada”. Em silêncio, eles escutam, balançam a cabeça, pedem desculpa, balbuciam alguma coisa e clamam por sua vida, prometendo que não cometerão o mesmo erro. A certa altura, a pessoa que promove as “lições de moral” pede que eles mostrem as mãos ou os pés e dispara um tiro à queima roupa. Em seguida, manda a vítima sair dali. Em outros casos, a pessoa é questionada se ainda não aprendeu a lição, ouvindo que já não é a primeira vez. Em determinados vídeos, a pessoa ou o grupo que executa a admoestação puxa um facão e inicia o esquartejamento das mãos ou dos braços. Há casos em que são cortadas as cabeças, com o uso de facões não amolados, com as vítimas esboçando profundo desespero por estarem sofrendo uma mutilação que culminará em sua morte, não antes de experimentar dores lancinantes. Em outros casos, ainda é possível ver execuções à bala. As cenas, em geral, são terríveis, desesperadoras e compartilhadas pela rede mundial de computadores e sistemas de mensagens via aparelhos celulares.

A proibição de assaltos foi a primeira marca significativa do trabalho das facções nas periferias. Produziram como efeito a ideia de que as comunidades estavam seguras e livres de assaltos. Proliferaram pichações com a sentença “se roubar na favela morre” e se criou a ideia de que as facções protegiam a comunidade, evitando os roubos aos moradores. Ao mesmo tempo, os limites territoriais herdados dos tempos das gangues foram desfeitos. As facções tornaram possível que moradores de uma comunidade, que era inimiga de outra, pudessem circular e conviver uns com os outros. As “guerras” acabaram, e a vida se tornou mais tranquila. Então, a “pacificação” foi celebrada em bailes de favela, uma passeata na cidade de Sobral¹² e muitos fogos de artifício em diversas comunidades. Os efeitos da “pacificação” foram evidenciados

pela redução do número de homicídios, revelada com perplexidade por uma agente de segurança pública com quem conversei: “[...] tem final de semana agora em Fortaleza que não morre ninguém. Tu acredita?”

A princípio, assim como aconteceu em outros Estados, o movimento do Governo Estadual foi de negar a existência das facções. Comandantes da Polícia Militar (PM) declararam que a redução dos homicídios, em 2016,¹³ foi resultado do trabalho das forças de segurança, negando, inclusive, a existência do fenômeno da “pacificação” entre as pessoas que faziam o crime no Estado do Ceará.¹⁴ Enquanto os números caíam, o Governo do Estado do Ceará atuou sem demonstrar qualquer ação específica para uma situação que era visível nos muros da Cidade, com pichações indicando locais e orientações dos coletivos criminais em ação. A situação se tornou mais difícil para o Governo a partir de março de 2016, quando uma série de atentados ordenada de dentro das unidades prisionais foi executada. Ao todo, foram 13 atentados que atingiram bens e prédios públicos. Segundo matéria de Thiago Paiva (2016), “[...] cinco delegacias e um prédio da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus) foram alvejados com disparos de armas de fogo e seis ônibus e uma Van foram incendiados”. O delegado geral da Polícia Civil se manifestou, na matéria, admitindo que a ordem para os ataques foi dada por “bandido dos presídios”, mas até aquele momento insistia na ideia de que era “precipitado” atribuir autoria dos ataques a um grupo específico.

No dia 04 de abril, uma nova ação despertou a atenção. Um carro-bomba foi encontrado próximo à Assembleia Legislativa do

¹³ Com base em dados da SSPDS (2016), a redução de homicídios, em 2016, comparada com os números do ano anterior, foi de aproximadamente 15,2%. Não se observava redução tão significativa nos números de homicídios desde o início dos anos 2000.

¹⁴ Na edição do dia 25 de setembro de 2016, o Programa Fantástico deu visibilidade à “pacificação” feita por facções, mostrando as torturas e a passeata realizada em Sobral. Na matéria, o Tenente Coronel Assis Azevedo afirmou que a passeata foi uma maneira de afrontar o Estado e que a redução dos índices de criminalidade resultou das ações da PM e não da ação de criminosos (Passeata..., 2016).

¹² No dia 28 de junho de 2016, na cidade de Sobral, ocorreu uma passeata com cerca de 200 pessoas em “comemoração à pacificação”. A manifestação teve repercussão em periódicos e programas de televisão locais e nacionais. Segundo informações da imprensa local, 87 pessoas foram presas na ocasião.

Estado do Ceará, com um bilhete escrito em retaliação à possível lei que previa o uso de bloqueadores de aparelho celular nos presídios. No bilhete, lê-se o seguinte:

Comunicado aos deputados e governantes do Estado do Ceará. Não queremos saber o que o Sr. Governador irá fazer para vetar essa lei que o Sr. e seus amigos parlamentares fizeram. Mas o Sr. dê um jeito de vetar o mais rápido possível, pois, caso contrário iremos tomar medidas drásticas. O crime está muito bem preparado para uma guerra contra o seu governo. Se o Sr. for adiante com essa lei, fique sabendo que todas as cadeias do Estado vão quebrar ao mesmo tempo. Vamos colocar um carro com explosivos em cada órgão público desse estado. Esse carro com explosivo (na Assembleia) é apenas um aviso, pois acreditamos que o senhor é um homem inteligente e não vai arriscar a vida de milhares de inocentes por conta de uma lei criada pelo senhor, que pode ser vetada. Que nós acreditamos, é a coisa certa a fazer. Se o senhor tiver achando que o crime está brincando, o senhor vá adiante e vai sentir o poder do crime no estado, que não é só nos presídios, você sabe muito bem... Assinado: o crime no Ceará (Freitas, L., 2016).

A mensagem não foi atribuída a um coletivo específico, mas evidenciou-se como um perigo real pela presença de 13,3 kg de nitrato de amônia prontos para detonação. Após esse episódio, no período de 20 a 23 de maio de 2016, em meio a uma greve de agentes penitenciários, estourou uma rebelião nas seguintes unidades prisionais: Instituto Penal Feminino Desembargadora Auri Moura Costa, Unidade Prisional Agente Luciano Lima Andrade UPDAOBL (Carrapicho), Casa de Privação de Liberdade Provisória Professor Clodoaldo Pinto, Casa de Privação de Liberdade Provisória Professor Jucá Neto, Casa de Privação de Liberdade Provisória Agente Elias Alves da Silva. Na ocasião, 14 pessoas morreram, e imagens de presos sendo torturados foram filmadas e colocadas na Internet. A situação produziu uma investigação do Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE), que se manifestou sobre o assunto em relatório publicado no dia 19 de agosto de 2016. Em sua manifestação, o MPCE (2016, p. 2581) reconheceu “[...] o cres-

cente fortalecimento de facções criminosas no interior de presídios, as quais pretendem apoderar-se das unidades, tal qual em outros estados da Federação”. No relatório, consta que as facções criminosas deram um “salve”¹⁵ e as mortes foram ordenadas pelas lideranças desses grupos.

Apesar dos ataques e da rebelião nos presídios, a situação se manteve equilibrada nas ruas em virtude da referida “pacificação”, favorecendo a narrativa de que o governo tinha controle da situação e as facções não tinham poder além dos muros da prisão. Em junho, após a morte do traficante Jorge Rafaat, no Paraguai, iniciou-se uma onda de boatos de que o pacto nacional de trégua entre PCC e CV havia chegado ao fim. Não obstante, no período de junho a setembro, aconteceram várias manifestações que reafirmavam que a paz estava mantida, com declarações de traficantes locais de que a “pacificação” continuaria nos bairros de Fortaleza. Em outubro, no entanto, teve início uma série de rumores de que a paz tinha terminado e circulava pela cidade um “salve” do PCC, afirmando que o CV havia quebrado o acordo.

Embora não seja preciso definir a extensão e a potencialidade de cada fato que levou ao fim da “pacificação”, creio que o ponto crucial de demarcação de seu final foi o assassinato de Welder Breno Silva Ferreira, de 28 anos, no dia 19 de outubro de 2016. Sua morte aconteceu no bairro da Sapiranga, no cruzamento das ruas Olegário Memória e José Felix, e representou um marco do início dos confrontos armados entre as facções que atuavam no Ceará. Militantes de movimentos de Direitos Humanos que atuavam na Sapiranga declararam, em conversações sobre o evento, que a morte, naquele lugar, era um “sinal”, porque era ali que o bairro era dividido pelos grupos que faziam o crime antes das facções. Apesar de ter sido um bairro historicamente marca-

¹⁵ Como explica a pesquisadora Camila Dias (2011b), em sua análise do PCC, o “salve” é o modo como circulam avisos, informações, ordens e todo tipo de mensagens que expressam orientações dos segmentos que ocupam posição de mando no coletivo.

do pela violência de gangues que realizavam acertos de contas em um sistema de vingança territorializado, a morte de Welder aconteceu depois de um ano sem eventos de homicídio na Sapiranga.¹⁶

O fim da paz entre as facções iniciou o maior conflito armado vivido no Estado do Ceará, repercutindo em 5.134 crimes violentos, letais e intencionais ocorridos no ano de 2017, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-CE). Nesse novo momento, o CV e a FDN mantiveram-se aliados, replicando o que já acontecia em outros Estados e no próprio Ceará, antes mesmo da “pacificação”. A novidade desse processo foi a aliança entre o PCC e a facção Guardiões do Estado (GDE), conhecida também pelos números 7.4.5. No início, pesquisadores e operadores de segurança e justiça questionaram a efetividade dessa aliança, pois o PCC era reconhecido, nacionalmente, por não batizar menores,¹⁷ enquanto a GDE é uma facção com marcante atuação de menores de idade, inclusive em posições de prestígio e reconhecimento. Em várias músicas atribuídas à facção e que circulam na Internet, aparece a frase “o menor tá pesado”, além de várias menções ao fato de o “menor meter bala”, ou “o moleque é o bicho”, “aqui só tem moleque doido”, “o menor só de AK”.

A respeito do que aprendi sobre esse coletivo criminal cearense, não existe uma estrutura hierárquica delimitada, com posições sedimentadas e funções de mando objetivadas em um esquema de cima para baixo. “Aqui é tudo patrão”, disse um jovem envolvido com o qual conversei. Apesar dessa ideia, aparentemente exagerada, de uma organização totalmente horizontal, o grupo tem um conselho que funciona dentro das unidades prisionais

e envolve pessoas “consideradas”, respeitadas na dinâmica do crime no Estado do Ceará. Ser “considerado” é ter o respeito e o direito à voz, podendo falar e emitir determinadas ordens com relativo sucesso e adesão de outros membros do coletivo. A GDE é constituída por “tropas” que funcionam como unidades autônomas e colaborativas, em uma tênue conexão entre esses subgrupos e a unidade maior da facção. Observa-se que as “tropas” têm certa autonomia e criam algumas rivalidades em termos de quem “se garante mais” pela realização das missões mais espetaculares ou prática das tarefas mais cruéis na eliminação dos adversários.

Outro elemento importante diz respeito a como a GDE conseguiu força para disputar os espaços com o CV e a FDN. Do ponto de vista material, a união com o PCC foi fundamental, pois estabeleceu as condições ideais pelas quais foi possível à facção cearense obter drogas e armas. Para o PCC, sem um número suficiente de homens para enfrentar CV e FDN, no Estado do Ceará, a GDE foi providencial, na medida em que arregimentou um pequeno exército, mesmo que, em grande parte, formado por menores. Outro elemento importante na formação da GDE, muito semelhante ao que foi feito pela FDN no Amazonas, foi o apelo ao discurso regional.

Não é por acaso que seus integrantes decidiram usar duas palavras emblemáticas na nomeação do grupo “guardiões” e “Estado”. Onde a facção buscou adesão, conforme me explicaram jovens da periferia, seus integrantes trabalharam com essa ideia de que o “crime do Ceará tinha que se unir”, alegando que a “a bandidagem do Ceará não podia pagar esse negócio de mensalidade coisa nenhuma”. A ideia era boa e teve efeitos importantes em um processo de rápida expansão local. A aliança, para o PCC, se tornou estratégica, e sua acomodação a ela remete a outras experiências vividas pela organização fora do Estado de São Paulo, nas quais o discurso regional foi usado por organizações locais para firmar pactos e resistências a uma facção “de fora”.

As mesmas ideias que circulam e com-

¹⁶ Matéria de Lyvia Rocha (2016) retrata esse dado, afirmando que o local não registrava homicídio havia um ano. A matéria ressalta ainda que o assassinato teria sido ordenado de um dos presídios do Estado dominado por facções.

¹⁷ Biondi (2007) ressalta que, apesar de receberem orientação do “Comando”, os menores não são batizados, ou seja, não participam do momento em que os “primos” se tornam “irmãos” e, portanto, gozam de outra modalidade de reconhecimento na “família”.

põem os estatutos da FDN, CV e PCC aparecem em supostos documentos apresentados como estatuto da GDE. Ali também aparecem os ideais de paz, justiça, liberdade e igualdade, com discriminações a respeito de um “proceder” que define como “andar pelo certo”. A não observância enseja a punição em “tribunais do crime”. Os julgamentos, no entanto, seguem uma orientação mais pessoal, fragmentada e nem sempre articulada à unidade maior. Observam-se situações muito específicas de resolução de conflitos correspondentes a “tropas” específicas, e não ao conselho ou segmento que ocupa posição privilegiada no coletivo. É possível, no entanto, afirmar que esses julgamentos cumprem função semelhante ao que Feltran (2010) observa nos tribunais do PCC, qual seja, a de produzir uma ordem e um sistema de normalização das condutas pelo controle da vida e da morte nas periferias. A esses julgamentos soma-se uma série de novas conflitualidades nas dinâmicas dos acertos de conta feitos em ações de maior envergadura do que as ocorridas no período anterior às facções.

A violência se tornou, assim, um meio de comunicação entre os coletivos e a maneira de equilibrar forças nas disputas que convergem no Estado do Ceará, especialmente em Fortaleza. Em um dos casos de maior repercussão, um dos operadores da FDN, Vainer de Matos Magalhães, foi assassinado no dia 20 de abril de 2017, em um veículo alvejado por cerca de 40 tiros de fuzil de um calibre capaz de furar blindagens (Cf. Líder..., 2017). Após uma série de outros assassinatos, no dia 03 de junho de 2017, consoante relatos e testemunhos que circularam pela imprensa, um grupo de oito ou dez homens, em dois carros, invadiu uma casa de veraneio e assassinou seis pessoas (Cf. Seis..., 2017). As vítimas foram acusadas de estar realizando uma festa, na casa de veraneio, em razão da soltura de Davi Saraiva Benigno, de 23 anos, que estava preso desde novembro de 2015, sob a acusação de liderar uma quadrilha de tráfico de drogas sintéticas no Estado. A festa seria uma celebração da GDE, e o CV foi

a facção acusada de comandar as execuções.

No período de intensificação dos assassinatos, começaram a florescer, nos bairros de Fortaleza, as seguintes inscrições: “ao entrar na favela, baixe os vidros, tire o capacete”. O aviso remete a uma preocupação dos envolvidos, nos diversos coletivos criminais, a respeito da possibilidade de a facção rival invadir o território para fazer chacinas, ou tentar tomá-lo para si. A desobediência a essa ordem custou a vida de um motorista de UBER, Matheus Vieira Paulino, no bairro Ancuri, justamente por não cumprir a exigência de baixar o vidro do veículo. Essa, entre outras mortes, revelou que as pessoas que fazem o crime, na cidade, não estavam mais limitadas pelas antigas proibições de gangues e quadrilhas de traficantes cujo território não poderia ser tomado ou ser terreno de ações do porte de uma chacina com vários mortos. A morte do motorista do UBER evidenciou uma mudança importante relacionada à violência praticada por quem faz o crime em Fortaleza, sobretudo na sua relação com pessoas não envolvidas no coletivo. Em 03 de julho de 2017, Francisco Nascimento Canuto, o “Xico Canuto”, dono de um dos mais antigos bares da Praia de Iracema, o “Bicho Papão”, foi assassinado, e os relatos de moradores do bairro retratam que isso aconteceu porque Xico se recusava a vender drogas em seu bar. Em vídeo que circulou na Internet, é possível ver o assassino chegando ao bar a pé, executando o comerciante e fugindo. Casos como esse também aconteceram no bairro Barra do Ceará, com a morte de um casal de comerciantes, e, segundo interlocutores, é uma rotina na região do Grande Bom Jardim.

Outro efeito perverso das rotinas instauradas pelas facções está na administração de punições a moradores acusados de colaboração com a Polícia ou com os coletivos rivais. No Conjunto Palmeiras, alguns interlocutores relataram que um senhor foi morto por ser suspeito de ter denunciado as pessoas que fizeram um mural de grafite da GDE, próximo a um campo de futebol do bairro. É importante destacar que,

nas falas de moradores da periferia de Fortaleza, o Conjunto Palmeiras é retratado como o local de surgimento da GDE. Os traficantes locais seriam “considerados”, na cidade e no sistema prisional, o que possibilitou a criação do coletivo e sua adesão em outros territórios. O Conjunto Palmeiras, em diversas áreas, é considerado por seus moradores como “extremamente seguro” pela pouca resistência existente ao domínio da GDE. Lideranças comunitárias, educadores sociais e militantes políticos, no entanto, relatam as complexas negociações para qualquer atividade no território, sendo necessário muito cuidado para que os frágeis laços de confiança não sejam rompidos. Esse controle da população exigiu uma série de compromissos e o silêncio em relação a práticas do coletivo na região. Em conversas com lideranças comunitárias, as falas remetem a um sentimento de insegurança não vivenciado da mesma maneira antes da existência das facções.

As ameaças às lideranças comunitárias se mostraram reais no dia 10 de novembro de 2017, quando a líder comunitária Cristina Poeta foi baleada em uma parada de ônibus por dois homens. Apesar de não existirem provas, os rumores entre moradores e militantes da área de direitos humanos retratam uma possível retaliação em virtude do envolvimento da líder comunitária com projetos de segurança do Governo, inclusive fazem menção a um agradecimento público que ela teria feito ao comando da Unidade de Segurança (UNISEG) que funcionava na região. Em conversas com lideranças comunitárias do Grande Bom Jardim, o medo na ação comunitária me pareceu uma novidade importante, que evidencia um panorama de maior dificuldade na relação entre os movimentos sociais e quem faz o crime, nas periferias. O problema se intensificou quando as facções, ao ocuparem territórios rivais, não se limitaram a matar e a expulsar envolvidos, mas também parentes, amigos, suspeitos ou simpatizantes do coletivo inimigo. Em um dos casos emblemáticos da cidade, na comunidade da Babilônia, cerca de 20 famílias foram amea-

çadas de expulsão com pichações em suas casas, com as seguintes ameaças: “sair fora todo mundo das travessa [sic], se não vai morrer”. A situação se repetiu em vários bairros, com ameaças coletivas e individuais. Em diversas ocasiões, a PM foi atuante para garantir a segurança durante a mudança dos moradores.

O controle social dos territórios urbanos também se tornou efetivo por meio de assassinatos, duplos e triplos homicídios, e chacinas. A intensificação da violência se tornou visível e, em levantamento feito pelo jornal *O Povo*, foram realizadas, pelo menos, oito chacinas no período de aproximadamente um ano:

20/2/2017 - Granja Lisboa (Fortaleza): cinco pessoas mortas e três feridas em conflito entre facções; *3/6/2017 - Aquiraz:* seis pessoas mortas em festa que comemorava soltura de traficante; *12/6/2017 - Horizonte:* cinco mortos, entre eles uma criança de três anos, e outras três pessoas feridas; *20/7/2017 - Paraipaba:* quatro mortos em conflito de facções; *8/10/2017 - Bom Jardim (Fortaleza):* quatro pessoas mortas em suposta reunião para selar acordo de paz. Dois suspeitos presos; *13/11/2017 - Centro de Semi-liberdade Mártir Francisca, Sapiranga (Fortaleza):* vinte homens armados invadiram o centro e mataram quatro internos, de 13, 15 e dois de 16 anos; *8/1/2018 - Maranguape:* quatro pessoas mortas em uma casa na subida da serra; teria sido conflito de facções; *27/1/2018 - Cajazeiras (Fortaleza):* catorze mortes confirmadas durante a festa ‘Forró do Gago’; causa teria sido conflito entre facções (Em um ano..., 2018, grifo do original).

Os rumores são de que existem outros casos em que pessoas foram mortas em ruas diferentes, mas em uma mesma ação. Exemplo disso foi a Chacina do Benfica, em que quatro pessoas foram mortas em mesas de um bar localizado em uma praça do bairro, e outras duas foram assassinadas pelo mesmo grupo em ruas próximas. Nas chacinas retratadas pelo jornal *O Povo*, a das Cajazeiras foi a que apresentou maior número de vítimas, incluindo várias mulheres. No dia 27 de janeiro de 2018, pes-

soas se divertiam, no bairro Cajazeiras, numa área dominada pelo CV e FDN, quando homens fortemente armados desceram de três carros e dispararam primeiro em um motorista de Uber, parado na esquina, em um vendedor ambulante na porta do forró, em seu filho de 12 anos e em uma mulher que passava na rua. Em seguida, entraram na boate e dispararam contra as pessoas. Na ação, que durou aproximadamente dez minutos, 14 pessoas foram executadas e outras dez ficaram feridas. Entre os mortos, havia oito mulheres. Os relatos de sobreviventes ressaltam que três amigas correram para trás do bar e ficaram ali abraçadas. Ao serem encontradas, mesmo implorando por suas vidas, foram executadas.

Após a chacina das Cajazeiras, aconteceu a de Itapagé. Como no Centro de Semi-Liberdade Mártir Francisca, a ação ocorreu contra pessoas sob a tutela do Estado. Dez detentos acusados de integrar o PCC foram mortos por pessoas ligadas ao CV. A ação teria sido uma retaliação aos eventos das Cajazeiras. Ela aconteceu em um período no qual havia rumores de que o PCC poderia se juntar ao CV e FDN contra a GDE em virtude da “covardia” empregada na chacina das Cajazeiras. Circularam pela Internet mensagens de um grupo de prisioneiros que “não veste a camisa de nenhuma facção”, falando que iria fazer justiça. O vídeo mostra homens com camisetas brancas e microfone, levantando muitas suspeitas sobre sua origem e intencionalidade.¹⁸ Eles se intitulavam integrantes da “massa carcerária”, ou seja, um grupo de pessoas que não compunha um coletivo e se identificava como não integrante de nenhuma facção. Em entrevistas realizadas sobre esse grupo, um interlocutor afirmou que eles são “considerados”, pessoas presas que “não vestem a camisa de nenhuma facção”, ou seja, são independentes. Em algumas circunstâncias especiais, segundo interlo-

¹⁸ O vídeo encontra-se disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=1f0G8u1nyzM>. Acessado em 28 de março de 2018. A existência da massa carcerária inclusive foi objeto de questionamentos em debates sobre o tema, mas ela não é, de fato, um grupo, e sim um termo para identificar os presos não faccionados.

cutores, eles participam do conflito para realizar acertos de contas contra “covardias” cometidas por qualquer um dos coletivos criminais. Entre as “covardias”, estão atos que denigrem o “andar pelo certo” e a ética dos que fazem o crime na cidade.

Outro fenômeno importante após a consolidação das facções nas periferias de Fortaleza é o papel das mulheres nos esquemas e acertos de conta. As mulheres se tornaram personagens importantes após o advento das facções, com participação ativa na dinâmica dos coletivos. Ao integrarem e se fazerem ver nas dinâmicas dos coletivos criminais, elas também se tornaram passíveis de ser vítimas de acertos de contas entre as facções, sendo “decretadas”, torturadas e mortas sob acusação de “cooperar” com os inimigos. Os dizeres “onde pegar, pau no gato” e “sem massagem” demarcam e indicam quem deve morrer. Essas indicações aparecem publicamente, em redes sociais, nas quais centenas de perfis de mulheres são expostos a fim de retratar para todo o grupo quem são elas, onde moram e como devem morrer. Cheguei a contar, em páginas do *Facebook* de supostos integrantes de coletivos, 208 meninas decretadas, sendo possível observar, em uma só postagem, 21 mulheres. São publicações que aparecem e são apagadas, mas não sem antes circular por dias nas redes sociais.

Conforme me informou um morador do Grande Bom Jardim, as meninas participam ativamente de esquemas de tráfico e também na comunicação entre o presídio e as comunidades. Existem situações em que elas comandam bocas e têm influência importante no grupo local, articulando ações e decretando pessoas para futuras eliminações. Suas mortes, no entanto, não acontecem apenas por acertos de contas, mas também por perseguições relacionadas a envolvimento sexuais e afetivos com jovens de áreas comandadas por outras facções. Em determinados casos, quando descobrem que uma menina da comunidade se relaciona com um jovem de uma facção, ou de área

dominada pela facção rival, tratam-na como se fosse “marmita” dos inimigos. As mortes não são decretadas apenas depois do conhecimento objetivo de certos envolvimento, porquanto elas podem acontecer em função de suspeita, antipatia ou desejo de vingança por questões pessoais. Algumas mortes ocorrem em matagais, após sequestro, e podem envolver torturas e estupros. Várias cenas dessas mortes circulam nas redes sociais e mostram uma realidade por demais perversa, com as mulheres muito machucadas, afirmando que elas estão “rasgando a camisa da facção”¹⁹ a qual são associadas. Há várias cenas nas quais são cortadas vivas enquanto choram e imploram por suas vidas. A cada novo caso, uma série de acusações sociais é trocada por esses coletivos, afirmando que o outro é capaz das mais terríveis covardias contra a população inocente.

Nas redes sociais e nos bairros, é possível observar um movimento de difamação e ofensa moral entre os coletivos, com o objetivo de demonstrar que o outro é capaz de “covardia”. O uso de mulheres em acertos de contas é mobilizado nesse sentido, com cada uma das facções acusando a outra de “matar mãezinha” e “torturar inocente”. É importante destacar o fato de que, nessas ações e trocas de insultos, são as figuras do CV e da GDE que aparecem com maior destaque, como se o PCC e a FDN preservassem certa distância das frentes em que os acertos de conta são feitos. Observei que todos os coletivos fazem uso das mortes de mulheres em seus acertos de contas, promovendo cenas de tortura e as fazendo circular de maneira abrangente. São ações feitas para demonstrar a força pela crueldade e pela capacidade de fazer todas as pessoas consideradas inimigas sentirem a dimensão das maldades que o outro é capaz de mobilizar nessa disputa por mercados ilegais, domínio de territórios, hegemonia, reconhecimento e honra.

Em alguma medida, os interlocutores falam de uma disputa “para saber quem é mais

ruim”. Nas redes sociais, eles se agridem. “Brota, se tu é homi [sic]”, desafia um ao outro, utilizando perfis falsos, mas também, em determinados casos, de cara limpa, com seus perfis pessoais e identificando os locais onde o outro deve aparecer. É uma luta social complexa, em que pessoas veem, na reprodução do crime, um meio de acessar bens materiais e simbólicos e, conseqüentemente, exercer poder de governo na vida de pessoas agenciadas, como objetos de interesse e manifestação da crueldade dos integrantes das facções. Com efeito, fazer uso da violência na prática de crimes não é apenas acertar contas, mas também constituir a si mesmo como um agente capaz de fazer frente ao outro, igualmente disposto e motivado pelos mesmos referenciais morais e políticos.

Por fim, é importante perceber que as pessoas que integram as facções ocupam lugares e posições diferentes nos diversos tipos de envolvimento possível com esses coletivos. Nesta análise, cuidei somente de uma dimensão desse processo, situada na periferia, e que envolve as disputas letais entre pessoas que encarnam o coletivo como parte de suas disposições de vida e morte. Existem diferenças sociais importantes entre pessoas e seus distintos tipos de participação nas facções. “Aqui o cara põe a arma na mão do menino, o cabra sabe nem de quem é, de onde vem, ele sai logo feito doido, se amostrando que é da facção”, ressaltou um interlocutor. Essa fala resalta algo perceptível e que diferencia as pessoas que compõem esses coletivos. Alguns jovens que recebem as armas ocupam posição diferente dos que a entregam para que eles façam seus “corres” e suas “paradas”.

Por mais que um grupo como a GDE se qualifique como “horizontal”, existem dinâmicas de posições e envolvimento que precisam ser consideradas nas maneiras de se fazer o crime nas facções. A pessoa que entrega e a pessoa que recebe podem estar na mesma facção, mas é provável que apenas uma das duas saiba como a arma chega até a mão da outra, a qual, possivelmente, não sabe muitas outras coisas que acontecem além do seu domínio.

¹⁹ “Rasgar a camisa” é a expressão utilizada para se referir ao fato de estar rompendo relações com aquela facção.

Essa complexidade de domínio de informações e possibilidades de acesso a bens, no interior da facção, é algo importante a ser considerado pelos múltiplos movimentos que a compõem. Em linhas gerais, as facções são compostas por essa multiplicidade de relações que não se esgotam em um esquema e parecem transbordar, ensejando múltiplas adesões e afetos constitutivos do que é ser da facção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: as afinidades eletivas entre antes e depois

Em linhas gerais, é possível pensar, como sugere Weber (2004), que existem afinidades eletivas entre fenômenos sociais que se encontram sem que um determine o outro, mas pelos quais é possível encontrar correspondências de sentido historicamente relevantes. As maneiras de fazer o crime das gangues e quadrilhas de traficantes, entre outros fenômenos,²⁰ contribuíram para saberes e práticas agenciadas nas dinâmicas criadas pela constituição de facções criminais em prisões e periferias do Ceará. Na minha avaliação, na cidade de Fortaleza, as facções criminosas encontraram as condições objetivas para produzir adesão às suas práticas, passando por um processo de aprendizagem e adaptação às dificuldades impostas pelos grupos locais. Consciente da maneira de fazer o crime no Estado, o PCC buscou não ser uma força hegemônica, mas se articular estrategicamente ao coletivo local que, mesmo em seu discurso regional, permitiu a acomodação do grupo de São Paulo à realidade cearense. O CV conseguiu adaptar seu vasto capital simbólico aos arranjos locais, criando, junto com a FDN,²¹ a ideia de

que representam algo maior e fazem parte das comunidades. Mesmo sendo coletivos originalmente exógenos, eles conseguiram agregar, possibilitando a autonomia e a independência de seus segmentos locais.

Durante quase um ano, esses grupos se dividiram e repartiram os ganhos, criando a ideia de que poderiam conviver de maneira harmoniosa, gerando riqueza para todos os envolvidos. Mas a ideia não perdurou e, quando o conflito foi ativado, as consequências para as comunidades foram sentidas pela geração de mais violência. Enquanto as gangues e quadrilhas de traficantes se moviam em territórios estáticos, e enquanto cada grupo dominava seu pedaço, matando sem mexer no pedaço do outro, as facções invadem, matam, ocupam e expulsam moradores de suas casas. Os líderes de gangues e os traficantes locais sempre tiveram um peso dentro da comunidade, mas sua capacidade de agência era limitada, e as negociações com eles eram consideradas como algo “tranquilo”. Em muitas comunidades, prevaleciam apenas os acordos tácitos de não delação dos esquemas ilegais. Desde as facções, esse equilíbrio foi quebrado, e os moradores relatam que as pessoas que fazem o crime querem “botar moral” e determinar o que pode e não pode ser feito na comunidade.

É importante destacar o fato de que a colaboração e a omissão dos Governos Federal e Estadual permitiram que jovens fossem integrados em uma sociedade de classes, injusta e desigual, por meio da violência e da morte sistemática de seus parentes e amigos. Práticas de racismo e discriminação de operadores de segurança pública e justiça mantiveram a reprodução de esquemas de dominação e sujeição dos mais pobres, sendo o extermínio sistêmico uma prática recorrente contra os classificados como indesejáveis. Nos bairros onde pesquisei, é possível perceber que crianças e adolescentes cresceram vendo corpos violados e assassinados em sua vizinhança, como um acontecimento absolutamente comum. Ne-
o controle do crime no Estado.

²⁰ Não discuto aqui o papel relevante de quadrilhas de assaltantes, entre elas, as de assaltantes de instituições financeiras. Aquino (2010) discutiu as relações e conexões feitas por esses coletivos circunstanciais que não deixam de compor redes importantes na disseminação de informações e práticas.

²¹ É importante destacar que, desde 2018, a presença da FDN se mostrou mais frágil no Ceará, prevalecendo o CV como uma das principais forças que disputam com a GDE

nhum educador, assistente social, psicólogo ou representante de instituições públicas chegou até essas pessoas para lhes explicar que assassinatos são graves violações aos direitos humanos em uma sociedade democrática de direito. É possível afirmar que essa é uma ficção da qual elas nunca ouviram falar.

Dessa maneira, acredito que seja possível falar de uma socialização pela violência que, desde os tempos das gangues, perdura como meio de fazer o crime e, conseqüentemente, fazer a própria vida nas periferias de Fortaleza. Obviamente, existem muitas outras coisas que compõem as periferias da cidade. Isso não impede de observar, entretanto, que o homicídio não é um elemento estranho a pessoas que sofrem e praticam crimes cruéis contra a própria população com a qual compartilham as dores e os sofrimentos sociais. Esses sofrimentos sociais são experiências coletivas e geradoras de reação. Por isso, acredito que existe algo de insurgente no fenômeno das facções, mas também profundas conexões com as modalidades de dominação que impõem o governo dos mais pobres para geração de variadas maneiras de cooperação, atualizando discriminações, desigualdades e injustiças em larga escala.

Recebido para publicação em 28 de abril de 2018

Aceito em 08 de abril de 2019

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. "Quem é froxo não se mete": violência e masculinidade como elementos constitutivos da imagem do nordestino. *Projeto História: Revista do Programa de estudos pós-graduados de História, Fortaleza*, v. 19, 1999.
- ALVAREZ, M. C.; DIAS, C. N.; SALLA, F. Das comissões de solidariedade ao primeiro comando da capital em São Paulo. *Tempo social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 61-82, 2013.
- AQUINO, J. P. D. de. Redes e conexões parciais nos assaltos contra instituições financeiras. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 10, p. 75-100, 2010.
- AZEVEDO, R. G. de; CIPRIANI, M. Um estudo comparativo entre facções: o cenário de Porto Alegre e o de São Paulo. *Sistema penal & violência*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 161-174, 2016.
- BAGLEY, B. Carteles de la droga: de Medellín a Sinaloa. *Crerios*, Medellín, v. 4, n. 1, p. 233-247, 2011.
- BARBOSA, A. R. O baile e a prisão: onde se juntam as pontas dos segmentos locais que respondem pela dinâmica do tráfico de drogas no Rio de Janeiro. *Especiaria: Cadernos de ciências humanas*, Ilhéus, v. 9, n. 15, p. 119-135, 2006.
- BARREIRA, C. *Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998. 178 p.
- BARREIRA, I. A. F. Usos da cidade: conflitos simbólicos em torno da memória e imagem de um bairro. *Análise social*, Lisboa, p. 163-180, 2007.
- BARROS, J. P. P. et al. "Pacificação" nas periferias: discursos sobre as violências e o cotidiano de juventudes em Fortaleza. *Revista de Psicologia da UFC*, Fortaleza, v. 9, n. 1, 2018.
- BECKER, H. *Outsiders: estudos de Sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008. 232p.
- BIONDI, K. Relações políticas e termos criminosos: o PCC e uma teoria do irmão-rede. *Teoria & sociedade*, Belo Horizonte, v. 15, n. 2, p. 206-235, 2007.
- _____. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
- _____. *Proibido roubar na quebrada: território, hierarquia e lei no PCC*. São Paulo: Terceiro Nome, 2018. 408 p.
- BOURDIEU, P. *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324 p.
- CANDOTTI, F. M.; MELO DA CUNHA, F.; SIQUEIRA, I. L. "A grande narrativa do Norte: considerações na fronteira entre crime e Estado". In: MALLART, F.; GODOI, R. *BR 111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta: Le Monde Diplomatique, 2017.
- CAVALCANTE, R. M. B. *Vidas breves: investigação acerca dos assassinatos de adolescentes em Fortaleza*. 2011. 161 f. Dissertação (Mestrado acadêmico em Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.
- CERTEAU, M. de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. v. 1, 352p.
- CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006. 283p.
- DIAS, C. C. N. Estado e PCC em meio às tramas do poder arbitrário nas prisões. *Tempo social*, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011a.
- _____. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. 2011. 386 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011b.
- DIÓGENES, G. *Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip hop*. São Paulo: Annablume, 2008. 246 p.
- DOWNES, D.; ROCK, P.; McLAUGHLIN, E. *Understanding deviance*. 7th ed. New York: Oxford University Press, 2011. 424 p.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 481 p.
- EM UM ANO, oito chacinas deixaram 46 mortos no Ceará. *O Povo*, Fortaleza, 27 jan. 2018.
- FELTRAN, G. de S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 23, n. 58, 2010.
- _____. *Irmãos: uma história do PCC*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. 320 p.
- FREITAS, G. J. de. *Ecossistemas da violência: narrativas e relações de poder no Nordeste canavieiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 264 p.

- FREITAS, L. de. Polícia investiga ameaça de carro-bomba na assembleia. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 6 abr. 2016. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/policia-investiga-ameaca-de-carro-bomba-na-assembleia-1.1525169>>. Acesso em: 14 mar. 2018.
- GAMBETTA, D. *La mafia siciliana: el negocio de laproteccion privada*. Madrid: Fondo de Cultura Economica de España, 2007. 468 p.
- GARFINKEL, H. *Estudios em etnomedologia*. Barcelona: Anthopos, 2006. 319 p.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2014. 323 p.
- GODOI, R. *Ao redor e através da prisão: cartografias do dispositivo carcerário contemporâneo*. 2010. 202 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- GRILLO, C. C. *Coisas da vida no crime: tráfico e roubo em favelas cariocas*. 2013. 280 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, D. V.; GRILLO, C. C. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Tempo social*, São Paulo, v. 29, n. 2, p. 75-97, 2017.
- LESSING, B. As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos estud. - CEBRAP*, São Paulo, n. 80, p. 43-62, mar. 2008.
- LÍDER da FDN morto com tiros de fuzil. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 21 abr. 2017.
- LIMA, R. S. de; RATTON, J. L.; AZEVEDO, R. G. de (Org.). *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2014.
- LOURENÇO, L. C.; ALMEIDA, O. L. de. “Quem mantém a ordem, quem cria desordem”: gangues prisionais na Bahia. *Tempo social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 37-59, 2013.
- MALLART, F.; GODOI, R. (Org.). *BR-111: a rota das prisões brasileiras*. São Paulo: Veneta, 2017. 162 p.
- MANSO, B. P.; DIAS, C. N. *A guerra: a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 2018. 344 p.
- MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multi-sited ethnography. *Annual review of anthropology*, Palo Alto, v. 24, p. 95-117, 1995.
- MARQUES, A. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. *Etnográfica: Revista do Centro em rede de investigação em Antropologia*, Lisboa, v. 14, n. 2, p. 311-335, 2010.
- MATOS JÚNIOR, C. C. de. *Violência, cidadania e medo: vivências urbanas em Fortaleza*. 2008. 137 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.
- MELO, J. G.; RODRIGUES, R. Notícias de um massacre anunciado e em andamento: o poder de matar e deixar morrer à luz do massacre no Presídio de Alcaçuz, RN. *Revista brasileira de segurança pública*, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 48-62, 2017.
- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (MPCE). *Procedimento investigatório criminal nº 01/2016*. Fortaleza, 19 ago. 2016.
- MISSE, M. Mercados ilegais, redes de proteção e organização local do crime no Rio de Janeiro. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 139-157, 2007.
- MOREIRA, M. G. R. *Aqui o RAI0 sempre cai no mesmo lugar: percepções da comunidade do Lagamar em Fortaleza-CE sobre as práticas de suspeição e abordagem da Ronda de Ações Intensivas e Ostensiva (RAIO)*. 2013. 120 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2013.
- PAIVA, L. F. S. *Contingências da violência em um território estigmatizado*. Campinas: Pontes Editora, 2014. 226 p.
- _____. Mortes na periferia: considerações sobre a chacina de 12 de novembro em Fortaleza. *O público e o privado*, Fortaleza, v. 1, n. 26, 2016.
- PAIVA, T. Atentados em Fortaleza foram ordenados de presídios, diz delegado. *O Povo*, Fortaleza, 08 mar. 2016. Disponível em: <<https://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/03/08/noticiasjornalcotidiano,3585283/atentados-em-fortaleza-foram-ordenados-de-presidios-diz-delegado.shtml>>. Acesso em: 12 abr. 2018.
- PASSEATA de bandidos comemora ‘paz’ entre duas quadrilhas no Ceará. *Fantástico*, Rio de Janeiro, 25 set. 2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/09/passeata-de-bandidos-comemora-paz-entre-duas-quadrilhas-no-ceara.html>>. Acesso em: 15 abr. 2018.
- RAMÍREZ, I. D.; COSTA, G. Para além da “guerra” e da “paz”: territórios de violência em Medellín. *Revista crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 96, p. 117-132, 2012.
- ROCHA, L. PCC acusa Comando Vermelho por fim de pacto de paz. *Tribuna do Ceará*, Fortaleza, 19 out. 2016. Disponível em: <<http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/pcc-acusa-comando-vermelho-por-fim-de-pacto-de-paz/>>. Acesso em: 22 out. 2017.
- SÁ, L. D. de. A condição de ‘bichão da favela’ e a busca por ‘consideração’: uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. *Dilemas: Revista de estudos de conflito e controle social*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 339-355, 2011.
- SCHUTZ, A. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. 360 p.
- SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL (SSPDS). *Indicadores Criminais*. Fortaleza-CE, 2016.
- SEIS pessoas são mortas em chacina em uma casa de praia no Porto das Dunas. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 4 jun. 2017.
- SINHORETTO, J.; SILVESTRE, G.; MELO, F. A. L. de. O encarceramento em massa em São Paulo. *Tempo social*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 83-106, 2013.
- SIQUEIRA, I. B. L. S.; PAIVA, L. F. S. “No Norte tem comando: as contradições e os efeitos políticos do encarceramento em massa”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 18., 2017, Brasília. *Anais...* Brasília: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2017.
- TELLES, V. da S.; HIRATA, D. V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo social*, São Paulo, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.
- WEBER, M. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. 336 p.
- _____. *Economia e sociedade: fundamentos da Sociologia compreensiva*. Brasília: Universidade de Brasília, 2014. 586p.
- WHYTE, W. F. *Street corner society: the social structure of an Italian slum*. 4th ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993. 397 p.
- ZILLI, L. F. O “mundo do crime” e a “lei da favela”: aspectos simbólicos da violência de gangues na região metropolitana de Belo Horizonte. *Etnográfica: Revista do Centro em rede de investigação em Antropologia*, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 463-487, 2015.
- ZULUAGA NIETO, J. Conflicto armado, violencia urbana, crimen y politica. In: BARREIRA, C.; AQUINO, J. P. de; SÁ, L. D. de (Org.). *Violência, ilegalismos e lugares morais*. Campinas: Ponte, 2014. p. 395-416.

**“THERE ISN’T GANG HERE, THERE’S ‘FACÇÃO’”:
the social transformations of crime in Fortaleza,
Brasil**

Luiz Fábio S. Paiva

This paper discusses the social transformation process of crime in Fortaleza’s peripheries through the constitution of criminal collectives known as “facções”. It evidences how gangs and drug trafficking groups offered objective conditions to the process of joining these collectives which, among other circumstances, affected the forms of crime in the City. The research was developed in a dynamic of qualitative and multisituated investigation, articulating press material, interviews and conversations in the light of a comprehensive perspective of the senses and the relations within the studied phenomenon. It considers the multiple social effects of violence in circumstances created by criminal collectives that are facing each other and seek to exert power of government over populations with which they share certain social sufferings. The paper also demonstrates a change in the scale of violence and interference of people who commit crimes with torture, expulsion and slaughter involving men and women. It concludes that the “facções” created dynamics of government that result in forms of domination and subjection of the poor population in Fortaleza, Brazil.

KEYWORDS: Violence. Crime. Criminal collectives. Facções. Periphery.

**“ICI, IL N’Y A PAS DE GANG, IL Y A UNE
FACTIONS” : les transformations sociales du
crime à Fortaleza, Brasil**

Luiz Fábio S. Paiva

L'article analyse le processus de transformation sociale du crime dans les quartiers populaires de la ville de Fortaleza au travers de la constitution de groupes criminels connus sous la dénomination de “factions”. Je mets en évidence comment les gangs et les bandes organisés de trafiquants ont fourni les conditions objectives au processus d'adhésion à ces collectifs qui, parmi d'autres choses, ont influé sur les manières de faire du crime dans la ville. La recherche a été menée dans une dynamique d'enquête qualitative et multisituée, en mettant en relation des articles journalistiques, des entretiens et des conversations, en suivant la voie d'une perspective compréhensive des sens et des relations pertinentes vis-à-vis du phénomène étudié. Je prends en considération de multiples effets sociaux de la violence dans des circonstances créées par des groupes criminels qui s'affrontent et cherchent à exercer un pouvoir de gouvernement des populations avec lesquelles ils partagent certaines souffrances sociales. Je démontre le changement dans l'échelle de la violence et de perturbations des personnes qui participent au crime, avec des pratiques de torture, d'expulsion de domicile et de massacres impliquant des hommes et des femmes. J'en conclus que les «factions» ont créé des dynamiques de gouvernement engendrant des formes de domination et d'assujettissement des pauvres à Fortaleza, Brasil.

MOTS-CLÉS: Violence. Crime. Groupes criminels. Factions. Quartiers populaires.

DEMOCRATAS TÊM MEDO DO POVO? O populismo como resistência política¹

*Daniel de Mendonça**

O objetivo deste artigo é apresentar o populismo de esquerda como resistência política contra regimes estabelecidos. Para cumprir esse objetivo, o texto está dividido em três seções principais. Primeiramente, discorreremos acerca do atual estado das democracias liberais. Na sequência, tratamos dos impasses teóricos e práticos do populismo para, após, apresentar nossa visão conceitual do fenômeno, ou seja, uma lógica político-discursiva que constitui o povo antagonicamente a seus inimigos. Na última seção, apresentamos a noção de vontade dos iguais, primeiramente discorrendo sobre a dualidade da igualdade: a invenção democrática da igualdade como princípio e a igualdade como horizonte. A seguir, analisamos a estrutura da vontade dos iguais, um tipo específico de populismo de esquerda, o qual entendemos ser capaz de iluminar aspectos referentes às distintas manifestações que têm tido lugar no mundo desde a Primavera Árabe.

PALAVRAS-CHAVE: Populismo. Democracia. Resistência política. Vontade dos iguais.

A luta política é também a luta pela apropriação das palavras.

Jacques Rancière

INTRODUÇÃO

O mundo tem assistido ao surgimento de imensas manifestações populares a partir dos episódios que marcaram a Primavera Árabe em 2011. Além dos levantes no mundo islâmico – ocorridos no norte da África e no Oriente Médio, que demandaram o fim de regimes repressivos que, até então, vigoravam há décadas, especialmente na Tunísia, no Egito, na Líbia e na Síria –, suas sementes foram levadas a países democrático-liberais do norte, tais como os Estados Unidos (*Occupy Wall Street*) e a alguns Estados do continente europeu, principalmente a Espanha (*15M* e *Podemos*) e a Grécia (*Syriza*). Em 2013, os ares da Primavera chegaram ao Brasil, quando assistimos, perplexos, às impressionantes manifestações de junho. Junho veio, assim, como um autêntico evento inesperado, e teve como uma de

suas muitas consequências justamente o fim do sentimento de bonança econômica e social que havia no ar em nosso país.

Se considerarmos as manifestações citadas acima, veremos, primeiramente, que elas são muito distintas entre si. Não há, portanto, se tomados os conteúdos de suas demandas, medidas de comparação entre, por exemplo, o que ocorreu na Tunísia, no Brasil e nos Estados Unidos. Qualquer tentativa de estabelecer paralelos, tendo em vista as demandas específicas de cada evento, encontrará poucos traços comuns.

No entanto, ainda que seus conteúdos sejam distintos, entendemos que essas manifestações possuem uma estrutura de articulação marcada por três elementos comuns. Primeiramente, em todas elas, os manifestantes demandaram políticas redistributivas ou de reconhecimento. Numa palavra: o que eles buscavam, independentemente dos diversos conteúdos das demandas, era igualdade.

O segundo elemento estrutural que passou tais manifestações foi seu caráter elusivo. Tais manifestações resultaram de múltiplas demandas e identidades articuladas. Seus

* Universidade Federal de Pelotas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política.

Rua Cel. Alberto Rosa, 154, sala 333. Centro. Cep: 96010-770. Pelotas – Rio Grande do Sul – Brasil. ddmendonca@gmail.com

¹ Este artigo recebeu financiamento do Programa Pesquisador Gaúcho – Edital 02/2017 – PqG, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS).

“símbolos” foram, entre outros, “a luta pela democratização do país”, “contra os efeitos do capitalismo global”, “mais e melhor distribuição de renda”. Tais exigências foram muito além de quaisquer demandas laborais ou identitárias específicas: são demandas universais por excelência.

O terceiro e último elemento estrutural comum, derivado dos dois primeiros (demandas por igualdade e multiplicidade de movimentos), é que, em todos esses eventos, há a construção de uma identidade que, a despeito de sua especificidade em cada um dos casos acima mencionados, pode ser aqui chamada de identidade popular. Assim, todos esses discursos, como defenderemos ao longo do texto, representaram um tipo de construção do povo, uma forma específica de populismo, o de esquerda, mobilizado pelo que denominaremos aqui e desenvolveremos a seguir: a articulação da “vontade dos iguais”.

Nesse sentido, o objetivo central de nossa análise é apresentar o populismo como resistência política contra regimes estabelecidos. Para tanto, o presente texto está dividido em três seções principais. Primeiramente, discorreremos acerca do atual estado das democracias existentes, visando, entre outros objetivos, a estabelecer a diferença entre cidadão liberal e cidadão democrático. Na seção seguinte, trataremos dos impasses teóricos e práticos do populismo para, em seguida, apresentar nossa visão acerca desse fenômeno político. Na última seção, apresentaremos nossa noção de vontade dos iguais, primeiramente discorrendo sobre a dualidade da igualdade: igualdade como princípio e invenção democrática e igualdade como horizonte. A seguir, analisaremos a estrutura da vontade dos iguais, um tipo específico de populismo igualitário, o qual entendemos ser capaz de iluminar aspectos referentes às distintas manifestações que têm tido lugar nos mais diversos lugares desde a Primavera Árabe.

DEMOCRACIA E PÓS-DEMOCRACIA

A política é uma luta constante para a atribuição e fixação de sentidos, o que vai muito além do que simplesmente nomear algo até então desconhecido. Um novo sentido é, ao mesmo tempo, um ato de batismo e uma tarefa de descrição, os quais jamais ocorrem de forma imparcial ou desinteressada. O processo semântico sempre confere uma posição do significado em relação ao significante na ordem do discurso. Assim, considerando que o discurso é o resultado de uma ordem estabelecida pela articulação sempre contingente de momentos diferenciais, poderíamos dizer, inclusive, que não somente a política é uma luta constante para a atribuição e fixação de sentidos, mas que também a construção de sentidos é, constantemente, um processo de luta política.

Um sentido somente pode ser compreendido no contexto de uma estrutura discursiva. Pensemos, por exemplo, no significante “liberdade”. O que, de fato, significa liberdade? Tal resposta, sempre contextualizada, depende de uma estrutura em que esse significante tem um lugar. Dessa forma, é possível articular discursivamente a palavra liberdade a contextos tão díspares como, por exemplo, no discurso pela independência de uma colônia em relação à metrópole, ou num discurso populista de direita, que articula a libertação de um povo a partir da perseguição xenófoba de imigrantes pobres que ocupam as posições mais baixas no mercado de trabalho.

O ponto fundamental – relativamente óbvio, ainda que passe, não raras vezes, despercebido –, é que não há significantes com significados inequívocos: esses últimos só podem ser conhecidos de forma contingente. E a atribuição contingente de sentidos é sempre resultado de uma luta política. Pensemos sobre o atual estado das democracias realmente existentes a partir da contingência a que estamos nos referindo. Tomaremos o modelo democrático de Robert Dahl (2001) como exemplar, não

somente como um representante do discurso hegemônico da teoria democrática, mas também como exemplo da forma como os regimes democráticos ocidentais estão estruturados.

O modelo da poliarquia de Dahl (2001) é exemplar, pois ele se assenta numa indisfarçada tentativa de realmente explicar as democracias representativas liberais. O elemento normativo dahlsiano diz respeito ao quão mais ou menos distantes os Estados estão dos critérios que os classificam, ou não, como poliarquias. Dahl é absolutamente consciente do fato de que tais critérios nunca serão suficientemente alcançados, o que indica uma distância entre democracias reais e ideais.² Assim, a poliarquia é medida pela distância entre a experiência (ou realidade empírica) e o ideal, ou seja, um Estado será ou não poliárquico sempre em relação aos demais Estados que supostamente cumpram os requisitos normativos estatuídos pelo modelo normativo.

Nesse sentido, segundo Dahl (2001, p. 99), as seis instituições necessárias e bem conhecidas para qualquer poliarquia são: “funcionários eleitos; eleições livres, justas e frequentes; liberdade de expressão; fontes de informação diversificadas; autonomia para as associações e; cidadania inclusiva”. Tais instituições são, a princípio, tão somente políticas, no sentido de que, conforme o autor, é possível isolar a política de outros âmbitos, tais como o econômico, o social, o cultural etc. O modelo de Dahl opera num registro formal, o que possibilita classificar como poliarquias, por exemplo, a Índia e o Brasil, países com imensas desigualdades sociais, da mesma forma que Dinamarca e Inglaterra. Tal classificação “formal” – minimalista por não ser mais compreensiva, por exemplo, com respeito à busca por igualdade econômica entre os cida-

dãos – não pode ser simplesmente considerada “formal”, como se o “formal” fosse, a despeito de todas as instituições ausentes e que poderíamos incluir, “imparcial”. A maneira como o “formal” de uma classificação minimalista da democracia se apresenta não tem nada de imparcial: é uma decisão política. E aqui retornamos ao argumento inicial desta seção. Articular elementos diferenciais formais, excluindo outros, é uma forma parcial e contingente de construção de um discurso particular sobre a democracia. Quando democracia é um discurso que compreende tão somente as instituições da lista de Dahl, certamente ele exclui outros. Incluir e excluir são decisões que marcam um comprometimento político específico. No caso das democracias existentes, não há a rigor, por exemplo, qualquer compromisso formal dos regimes com a erradicação da pobreza de uma parte nada irrelevante de seus cidadãos.

O exercício de “isolar” a política em um compartimento específico, como se ela não fosse constantemente contaminada pelas relações reais estabelecidas com outras dimensões – tais como a economia e, mais especificamente, com o capitalismo neoliberal em escala global –, pode ser comparado com a tentativa de analisar o corpo de um animal decepado. Dito de outra forma: a política não existe como um reino que pode ser simplesmente isolado e conhecido de forma independente. É notório que os regimes democráticos sofrem influências de fatores sociais, culturais e econômicos, de modo que considerar “meramente” descritivas as instituições presentes no modelo poliárquico de Dahl (2001) é tomar uma decisão por não discutir mais profundamente as democracias realmente existentes. Não que cientistas e teóricos políticos não percebam as limitações dos regimes democráticos e da noção de poliarquia: é evidente que percebem. Entretanto, não há, no *mainstream* da ciência política hegemônica e realista, um compromisso efetivo no sentido de alargar normativamente as instituições democráticas e tornar tais regimes mais inclusivos, sobretudo, do ponto de vista econômico.

² Em “Sobre a democracia”, Dahl (2001, p. 97, 50), ao descrever o que ele denomina de “a verdadeira democracia”, apresenta a seguinte advertência: “todas as verdadeiras democracias jamais corresponderam aos critérios democráticos descritos na Parte II e apresentados na Figura 4”. Tais critérios apresentados na referida figura são: “1. Participação efetiva; 2. Igualdade de voto; 3. Aquisição de entendimento esclarecido; 4. Exercer o controle definitivo do planejamento; e 5. Inclusão de adultos”.

Uma consequência imediata das democracias existentes é o tipo de cidadão. O cidadão democrático é tomado sempre de forma isolada, seja pelo *mainstream* da ciência política, seja no dia a dia do funcionamento dos regimes. Ainda que possamos empiricamente e de forma nada contraintuitiva identificar a fórmula “um indivíduo = um cidadão”, como se ela fosse óbvia e neutra, também não há, aqui, qualquer neutralidade. Novamente estamos diante de uma decisão política, de uma maneira de considerar uma ideia particular de cidadão em um modelo particular de democracia. Vejamos, em linhas gerais, quem é esse cidadão democrático e suas consequências políticas.

O cidadão é, no contexto das democracias ocidentais e das teorias políticas liberais que lhes dão suporte, essencialmente um adulto com direitos políticos. É fundamental ainda levar em consideração que tais direitos são individualmente atribuídos, mesmo aqueles considerados coletivos, como a “autonomia para as associações”. No caso desse último, autonomia para associar-se significa que cada indivíduo tem o direito de associar-se com outros indivíduos, ou seja, o ato associativo é fruto de uma soma de decisões individuais.³ Nesse sentido, é crucial considerar que a relação política nas democracias é aquela do Estado com cada um de seus cidadãos. Os direitos são sempre e, desde já, individuais e aqueles considerados coletivos são sempre e, desde já, coletivos, no sentido de serem o resultado da soma de individualidades. A relação entre Estado e cidadão é, assim, pois o cidadão democrático é visto exclusivamente como um indivíduo atomizado e que persegue seus interesses individuais e familiares. Dessa forma, quando o *mainstream* da ciência política contemporânea está mencionando o “cidadão democrático”, devemos ler, mais exatamente, o “cidadão liberal”. Há uma operação de equivalência entre ambos os

termos, que é resultado de uma forma parcial de considerar os significantes “democracia” e “cidadão” a partir de uma perspectiva liberal.

Assim, entendemos ser fundamental para a imaginação democrática “libertar” o significante “cidadão democrático” das amarras do liberalismo, visto que ele é historicamente anterior ao liberalismo, além de guardar sentidos distintos daqueles estabelecidos pela hegemonia liberal. Não há qualquer novidade teórica na promoção dessa separação, visto que diversos autores já discorreram sobre a articulação entre os princípios democrático (igualdade) e liberal (liberdade).⁴ O que apontaremos aqui é algo diferente: podemos, ao mesmo tempo, falar em “cidadão democrático” e “cidadão liberal” como significantes distintos, mesmo no contexto das democracias representativas liberais. Vejamos, portanto, o que os distingue.

Além de atomizado e perseguidor de seus próprios interesses, o cidadão liberal – ao contrário do democrático, como veremos mais adiante – é politicamente inerte. Também não há qualquer novidade aqui, visto que a teoria elitista da democracia parte desse pressuposto. Joseph Schumpeter (1984), por exemplo, afirma claramente que, excetuando os assuntos concernentes a seu interesse imediato, de sua família, de seu local de trabalho, o “cidadão típico”, nas democracias, não tem capacidade de refletir sobre a política. Tal incapacidade não está associada à ignorância, à falta de cultura ou à estupidez, mas ao desinteresse desse indivíduo em relação aos assuntos políticos. A consequência é descrita de forma crua e implacável pelo economista austríaco:

Desse modo, o cidadão típico cai para um nível mais baixo de desempenho mental assim que entra no campo político. Argumenta e analisa de maneira que prontamente reconheceria como infantil, se fosse na esfera de seus interesses reais. Mais uma vez se torna primitivo. Seu pensamento torna-se associativo e afetivo. (Schumpeter, 1984, p. 328)

³ No limite, algo dramaticamente egoísta como Thomas Hobbes (2002, p. 28), mencionou no *Do cidadão*: “Toda associação, portanto, ou é para o ganho ou para a glória – isto é: não tanto para o amor de nossos próximos, quanto pelo amor de nós mesmos”.

⁴ Chantal Mouffe (2000), por exemplo, em vários trabalhos, menciona essa articulação contingente entre os princípios da liberdade liberal e da igualdade democrática.

Schumpeter, o pai fundador do paradigma elitista e realista da democracia, não está sozinho nesse diagnóstico. Sartori (1965, p. 93), ao falar desse mesmo cidadão, quer que “[S]ejamos francos. O eleitor comum é convocado a decidir sobre questões das quais ele nada sabe. Em outras palavras, é incompetente”. Como resultado dessa incompetência, Schumpeter (1984) e Sartori (1965) argumentam que a única forma de considerar a possibilidade de uma democracia é a partir da representação, mas não de uma representação que seja a expressão de uma vontade do povo (vontade entendida simplesmente como a soma dos votos de cidadãos incapazes), mas aquela que atribui, como Michels, a centralidade do papel à liderança política. Democracia, a partir de então, deixa de considerar o elemento *demos* como prioritário, dando-se centralidade ao papel de liderança e governo da elite política, essa última interessada e especializada na condução dos negócios públicos. Schumpeter (1984) é, “maquiavelicamente” franco quando afirma que, numa democracia real, o papel do povo se reduz simplesmente a “produzir um governo”, sendo que, a partir de então, todas as decisões realmente importantes devem ser tomadas por esse governo. Literalmente, o povo, como uma identidade politicamente ativa, sai de cena.

O cidadão liberal, no contexto da teoria política elitista liberal, é incompetente não só politicamente, mas também num sentido ontológico. Faz parte da essência desse cidadão a incapacidade política, e não há nada a se fazer para aplacar este fato. Trata-se de uma incompetência constitutiva das democracias contemporâneas, segundo as leituras de Schumpeter, Sartori e seguidores. Daí a necessidade da existência de elites para salvar a democracia. Nada mais irônico do que uma solução como essa: a salvação do governo do *demos* está justamente na necessidade de afastar o *demos* do governo. A salvação do governo popular reside na instituição de uma aristocracia, ou a real democracia, em nosso tempo, é um “governo do povo”, apesar do povo.

Schumpeter (1984), Sartori (1965) e os demais representantes do elitismo democrático até poderiam estar certos no diagnóstico do cidadão liberal desinteressado se esse fosse, de fato, um diagnóstico, e não um prognóstico. Eles argumentam que as democracias realmente existentes são como são por serem consequências necessárias do tipo de cidadão “democrático”, e não o contrário: os cidadãos são como são por causa de séculos de um processo de “aculturação” política liberal. O *laissez-faire* político, assim como o econômico, são reflexos e uma construção discursiva que remonta a heróis como Thomas Hobbes, John Locke e Adam Smith. Assim, o cidadão liberal, oportunamente confundido com o democrático pelas democracias atuais, é fruto de uma estruturação secular, e não um dado de uma essência individual.

“Ajustar” as democracias a essas “essências” individuais dos cidadãos liberais não é, portanto, uma inexorabilidade, mas uma muito bem-vinda conveniência, tanto para as democracias realmente existentes, como para a teoria democrática elitista que lhes dá suporte. Focar nos regimes democráticos respostas “democráticas” para a “essência” dos cidadãos liberais é justificar o discurso do liberalismo clássico de John Locke, o qual previa que os indivíduos deveriam perseguir seus interesses particulares e deixar a política para seus representantes. Tal prescrição lockeana encontra seu ponto mais alto no neoliberalismo o qual, literalmente, privatiza a política segundo os interesses das grandes corporações e do mercado financeiro.

Mencionamos acima a articulação entre política e economia, num nível mais amplo, e entre democracia representativa e capitalismo neoliberal global, de forma mais estrita. Dizíamos que não há possibilidade de se considerar a democracia isoladamente, mas sempre na relação com outros domínios da experiência humana, tais como o social, o cultural e, sobretudo, o econômico. Há uma série de abordagens teóricas e empíricas críticas às de-

mocracias existentes por serem elas avessas à vontade popular e fundadas antes no império da lei do que no do demos. O ponto é que a lei não é uma decisão imparcial, mas sempre o resultado do que Rousseau (1978) chamou de o “direito do mais forte”. Em nossas sociedades, a lei e a democracia liberal estão diretamente a serviço dos “mercados”, ou seja, dos mais ricos, numa inversão olímpica do que um dia representou a ideia de democracia como o governo do povo, dos mais pobres. É, nesse sentido, que o termo pós-democracia, cunhado por Colin Crouch (2004), demonstra claramente a quem interessam e se destinam os regimes democráticos realmente existentes:

Sob esse modelo [a pós-democracia], enquanto eleições certamente existem e podem mudar governos, o debate público eleitoral é um espetáculo rigidamente controlado, conduzido por equipes rivais de profissionais peritos em técnicas de persuasão, considerando-se ainda uma pequena variedade de assuntos selecionados por essas equipes. A massa de cidadãos participa de forma passiva, silenciosa e mesmo apática, respondendo apenas aos sinais apresentados a ela. Por trás do espetáculo do jogo eleitoral, a política é de fato feita de forma privada na interação entre os governos eleitos e as elites que esmagadoramente representam os interesses empresariais. (Crouch, 2004, p. 4, tradução nossa)

As pós-democracias em que vivemos formalmente remetem-se à vontade do povo, como se essa vontade pudesse ser representada simplesmente pela eleição de “representantes” em processos eleitorais em que cidadãos desinformados são instados a decidir entre candidatos, forjados em convenções partidárias, e que estão intimamente vinculados aos interesses de grandes empresas e investidores financeiros. Um dos sinais mais cínicos de nossas (pós) democracias reside na não discussão sobre a efetividade da representação. No Brasil, escândalos de corrupção em escala monumental, envolvendo políticos, donos e altos funcionários de grandes corporações empresariais são provas diárias de que os “representantes do povo” representam, na verdade,

seus próprios interesses privados e os do capitalismo nacional e internacional. A representação parece ser uma mera formalidade sem qualquer compromisso do representante para com os seus pretensos representados. É aqui que a sinceridade de um conservador como Robert Michels (1982) ilumina um aspecto que é evidente, porém mantido comodamente na escuridão. Para Michels (1982), a democracia é o autogoverno das massas. No entanto, como argumentou o sociólogo alemão, quando o cidadão vota em um representante, ele simplesmente aliena sua soberania. Deixa de governar. O regime, portanto, deixa de ser uma democracia. Nada mais óbvio. Ou, “nada é mais traiçoeiro que o óbvio”, como certa feita nos disse Schumpeter (1984, p. 295).

POPULISMO E CONSTRUÇÃO DA VONTADE DO DEMOS

A partir do exposto, define-se que o objetivo central deste texto é o de apresentar o populismo como resistência política contra situações de desigualdade e de injustiça no contexto das (pós) democracias existentes. Para que possamos chegar a esse ponto, precisamos antes esclarecer o que entendemos por populismo. Parte desse esclarecimento tem a necessária tarefa de desmistificar esse termo que, não raras vezes, sob os pontos de vista teórico e político, é também visto como uma ofensa. “Populismo” é uma categoria carregada de ideologia(s), usada para descrever distintas experiências políticas, o que tornou esse termo polissêmico, enfraquecendo sobremaneira seu potencial heurístico para estudos de fenômenos sociopolíticos.

Desmistificar o populismo é, como dissemos, primeiramente, realizar a operação da retirada da carga negativa que pré-noções à esquerda e à direita lhe atribuíram. À esquerda, a acusação mais comum é a de que, a despeito de o populismo articular politicamente o povo, tal articulação nunca é, em última análise,

se, com o objetivo da emancipação desse povo, mas para o próprio benefício do líder e da elite política a ele associada. A “verdadeira” emancipação popular deveria, ao contrário, prescindir de líderes carismáticos que iludem o povo para promover políticas que, ao fim e ao cabo, não seriam nada populares.

À direita, temos a crítica liberal. Para os liberais, o maior problema de qualquer experiência populista é a constante afronta e o desrespeito às instituições democráticas representativas. O populismo promove uma perigosa ligação entre o líder e a massa, passando por cima das normas legais, cujo respeito, defendem os liberais, é fundamental para que possamos assegurar a normalidade democrática. O populismo seria uma forma perigosa e enganosa de “pular etapas”, ou seja, com a promessa de “dar ao povo o que é do povo” de forma imediata, líderes populistas desrespeitam instituições e enfraquecem a democracia.⁵

O que há em comum nas críticas apresentadas acima é a associação que ambas fazem entre as experiências populistas e o “engano” que essas dolosamente provocam no povo. É de se perguntar, no entanto, o que “enganar” de fato significa? E o cidadão liberal, por exemplo, está livre de idêntico engano nas democracias ocidentais? E se as instituições estiverem à serviço dos interesses daqueles que as ocupam?⁶ Tais críticas – poderíamos dizer, políticas – às experiências populistas, a despeito de serem constantemente repetidas, não necessitam de muito esforço para serem repelidas. Basta que façamos a mesma pergunta em relação ao lugar de onde partem os críticos. O problema realmente importante sobre as experiências populistas refere-se à polissemia interpretativa que as envolve. É nesse sentido que se faz necessário olhar para esses fenômenos de forma mais acurada sob o ponto de vista teórico.

⁵ Os liberais partem de um pressuposto idealista de que as instituições políticas são neutras e que, se bem conduzidas, garantem o funcionamento normal do regime democrático.

⁶ O caso do processo de *impeachment* contra Dilma Rousseff é o típico exemplo do uso das instituições para o interesse privado da maioria dos parlamentares de ambas as casas legislativas.

Antes de chegar à nossa compreensão de populismo, é importante lembrar, mesmo de forma sucinta, que esse tema interessa particularmente às Ciências Sociais latino-americanas, seja pelos exemplos clássicos de lideranças populistas – como a de Getúlio Vargas, no Brasil, e a de Juan Domingos Perón, na Argentina –, seja pela rica literatura sociológica e política produzida (por ex. Di Tella, 1969; Germani, 1973; Ianni, 1987; Weffort, 1980). As abordagens clássicas sobre o populismo na América Latina consideram o fenômeno como uma particularidade histórica do desenvolvimento de um processo incipiente e tardio de industrialização na região na primeira metade do século passado, aliado a uma massa urbana desorganizada, recentemente saída do campo e completamente alheia a seus interesses de classe. A despeito das diferentes interpretações teóricas que têm esse pano de fundo, principalmente nas análises do populismo brasileiro, o que há de comum entre elas é o fato de que o fenômeno era considerado transitório e, portanto, próprio do momento de um capitalismo subdesenvolvido.

Tal característica, presente nessas análises clássicas do populismo latino-americano, fez com que, mais recentemente, o teórico político uruguaio Francisco Panizza (2005) as classificasse como abordagens historicistas. O problema, no entanto, é que as análises historicistas, ainda que tenham tido o mérito de iluminar o desenvolvimento político, econômico e social de distintas realidades latino-americanas, esbarraram na tarefa de tornar o populismo uma categoria heurística para além dessas experiências específicas.

Recentemente, o populismo tem sido teoricamente revigorado. Abordagens mais recentes, que remontam mais ou menos à década de 1990, têm enfrentado o fenômeno, não a partir de novas tentativas frustradas de generalizações de experiências conhecidas por esse nome, mas buscando conhecer a especificidade populista presente em todas elas. Tal tarefa é complexa, visto que os estudos empíri-

cos sobre o assunto indicam que ele ocorre em zonas urbanas (peronismo, varguismo) e rurais (o *narodniki*, na Rússia, o *People's Party*, nos Estados Unidos) e pode ser de esquerda (chavismo, kirchnerismo) ou de direita (Jean-Marie Le Pen, na França, Pim Fortuyn, na Holanda). Assim, primeiramente, as pesquisas empíricas indicam que uma teorização geral sobre o populismo deve ir além dessas experiências, no sentido de que elas nos fornecem, ao mesmo tempo, elementos que, por um lado, devem ser abandonados para a elaboração de uma teoria geral do populismo (tais como, por exemplo, a atribuição de uma ideologia ao populismo) e, por outro lado, nos permitem realmente pensar o populismo teoricamente, de uma forma ampla, que torne possível revigorar essa categoria, tornando-a heurísticamente útil.

Vários autores têm pensado o populismo para além de suas experiências concretas.⁷ No entanto, não há formulação teórica contemporânea tão consistente como a elaborada por Ernesto Laclau. Entendemos que, a partir de *A razão populista* (Laclau, 2013), o populismo alcançou o ápice de sua formulação como categoria analítica. A estratégia laclauniana isolou o cerne de seu sentido, ou seja, aquele que está presente em todas as experiências chamadas de populistas. O populismo é percebido pelo autor como uma lógica política que divide antagonicamente o campo social entre o povo e o seu inimigo. Assim, independentemente dos conteúdos políticos reais articulados, o populismo é sempre a construção política de um povo. O que Laclau (2013) percebe com muita clareza é que o populismo é uma lógica que compreende múltiplas possibilidades ideológicas nacionais cuja ocorrência se dá nos lugares mais distintos. Portanto, não há qualquer possibilidade *a priori* de estabelecer se o populismo é positivo ou negativo: experiências populistas podem ser conservadoras ou progressistas, de direita ou de esquerda, e assim por diante.

O ponto fundamental para chegarmos na especificidade do populismo está, nesse sentido, no entendimento da categoria povo. Comumente, a partir da hegemonização da tradição jurídico-liberal, a expressão *povo* remete-se ao conjunto dos cidadãos de um Estado democrático. Essa concepção numérica não é somente hegemônica nos regimes democráticos: ela está também sedimentada.⁸ Trata-se de uma forma despolitizada (ou que visa a evitar a politização) de considerar o povo por três razões principais. Primeiramente, por partir do indivíduo liberal, um sujeito atomizado que, como vimos a partir dos próprios próceres teóricos elitistas, não tem qualquer interesse em questões políticas. Além disso, considera e restringe a expressão da vontade popular simplesmente ao voto, um expediente esporádico que não retrata necessariamente a vontade de um povo, mas o resultado de uma soma de votos de cidadãos liberais desarticulados e mal informados. Por fim, considerar povo como meramente o conjunto de todos os cidadãos de um Estado legitima que um governante simplesmente desconsidere ou não reconheça uma manifestação pública como popular, visto que, em manifestações, sempre haverá, considerando o conjunto da população, uma pequena parcela do que, segundo essa concepção jurídico-liberal, seria o povo.

Aqui chegamos ao momento crucial em que discernimos o que acima chamamos de “cidadão liberal” do que chamaremos, a partir de agora, de “cidadão democrático”. O cidadão liberal, como vimos, é apático, egoísta, atomizado e inerte em relação à política. Já o cidadão democrático é politicamente engajado a ponto de, no limite, ser antissistêmico, como veremos mais adiante. O povo é o resultado da articulação dos cidadãos democráticos. Voltando à lógica laclauniana, o povo é a construção exitosa da parte (a *plebs*) que assume a condição do todo (o *populus*). Tal constru-

⁷ As análises de Margaret Canovan (1999), Cas Mudde (2004) e Paul Taggart (2000) são exemplos de empreitadas que buscam estabelecer elementos teóricos gerais do populismo para além de experiências específicas.

⁸ A ideia de sedimentação, conforme Laclau, inspirado em Husserl, pressupõe um esquecimento das origens, ou seja, a naturalização de uma decisão que não tem nada de natural, pois que é fruto de uma contingência política (Laclau, 1990).

ção é sempre política, precária e contingente. Isso quer dizer que o povo nunca está dado *a priori*; ele necessita ser constituído, podendo, nesse sentido, assumir diversas conformações discursivo-ideológicas (progressistas ou conservadoras), nacionais (emancipatórias ou xenófobas), entre outras. Daí a causa da existência de distintas formas de populismo, as quais, dependendo do compromisso ético de quem as observa, serão positivas ou negativas.

Para os objetivos deste artigo, portanto, povo é sempre uma categoria política sem qualquer conteúdo determinado de forma apriorística. *Povo é uma identidade coletiva, que se autoneia como tal – cujas partes se articulam contra um inimigo comum – e que tem seu status reconhecido hegemonicamente pela comunidade política à qual pertence.* O reconhecimento do povo tem, portanto, de ser duplo: um autorreconhecimento e um reconhecimento externo, ainda que esse último sofra resistências. O reconhecimento externo resulta da impossibilidade de um governo, no âmbito da comunidade política, negar a condição de povo àqueles que se reivindicam como tal.

Num primeiro olhar, pode parecer estranha a necessidade de reconhecimento externo a uma identidade popular. Por essa razão, torna-se necessário precisar o sentido que estamos atribuindo à ideia de reconhecimento. Nesse contexto, reconhecimento é o resultado de um processo discursivo que se torna hegemônico, ou seja, uma força política que obriga a comunidade política a reconhecê-la como tal. Como, em maior ou menor grau, o discurso populista é antissistêmico ou anti-institucional, a primeira e mais óbvia reação de uma instituição (governo) é a de negar ao povo o *status* de povo. Assumir claramente que o movimento é popular é admitir que a instituição – ou o governo – é inimiga do povo, o que seria um ônus democraticamente inaceitável até mesmo para os mais cínicos e reacionários políticos.

Na seção seguinte, trataremos da construção do populismo de esquerda, o qual chamaremos de igualitário. Veremos que, a partir

de um processo de articulação hegemônica (Laclau; Mouffe, 2015), é possível a construção de uma identidade coletiva, ou seja, a “vontade dos iguais”.

O POPULISMO COMO RESISTÊNCIA POLÍTICA: a vontade dos iguais

Na seção anterior, focamos nossa atenção nos aspectos centrais das noções de populismo e de povo, com ênfase especial no seu “núcleo duro”, ou seja, o de ser uma lógica político-discursiva que constitui o povo de modo antagônico a seu inimigo, ou inimigos. Vimos, também, que não podemos determinar *a priori* uma “ideologia do populismo”, uma vez que o fenômeno abarca um sem número de experiências com distintos graus ideológicos, sociais, culturais, econômicos. Nesta seção, trataremos do que chamamos de populismo igualitário ou de esquerda, o qual é evocado como forma de resistência política a partir da vontade dos iguais.

As democracias liberais, como também vimos, são marcadas pelo distanciamento dos representantes em relação a seus pretensos representados. Decisões fundamentais e que atingem a todos são tomadas em gabinetes fechados e simplesmente apresentadas como as únicas soluções possíveis, devido sempre à “urgência” do momento. Governos à mercê dos “mercados” e de suas exigências, de fato, não podem representar seus cidadãos, cujas necessidades são diametralmente opostas. A política é também uma dimensão longínqua do cidadão liberal, e uma de suas consequências é a apatia política ou o “nihilismo passivo”, conforme sugere Simon Critchley (2012).

O populismo quebra esse cenário de apatia e de ausência de representação. No entanto, como enfatizamos, as experiências, por um lado, nos apresentam populismos resultantes de discursos excludentes e xenófobos, tais como notadamente a Europa tem testemunhado nos últimos anos, e, por outro lado, populismos igualitários, como os que têm ocorrido

na América Latina. Nossa intenção, conduzida por um compromisso ético em nome da política e da democracia, é defender o populismo de esquerda como forma de resistência política em nome de políticas de reconhecimento e de inclusão social. Essa articulação político-discursiva populista é, conforme nossa leitura, resultado da vontade dos iguais.

A vontade dos iguais é a expressão daqueles que se autointitulam *povo* e são reconhecidos como tal pela comunidade política. A vontade dos iguais apresenta-se a partir de um discurso hegemônico. A ocorrência populista da vontade dos iguais, até mesmo pelo fato de ser um discurso de resistência política, dá-se necessariamente à parte e contra as estruturas políticas institucionalizadas, inclusive questionando as próprias instituições como locais efetivamente representativos da vontade do povo.

Assim, comecemos pela ideia de igualdade. No contexto de nossa discussão, igualdade pressupõe uma dualidade de sentidos: *igualdade como fundamento democrático* e *igualdade como horizonte de uma democracia ainda não cumprida*. Na democracia, portanto, igualdade é o princípio e também o fim. Começa-se igual e busca-se insistentemente a igualdade.

A igualdade, como fundamento, é literalmente uma *invenção democrática*. Nas demais formas de governo – se tomarmos as clássicas, de onde a democracia também surgiu –, são distintos os fundamentos: linhagem (monarquia), liderança militar (timocracia), homens de bem (aristocracia), riqueza (oligarquia). A democracia pressupõe igualdade entre os cidadãos, mas não uma igualdade de bens, de recursos, de posição, não sendo, portanto, uma homogeneização que possa supor uma sociedade planejada. A igualdade democrática é aquela expressa pela fórmula “cidadão = cidadão”. Tal fórmula, ainda que presente num nível formal nos regimes assumidamente democráticos, só pode ser verdadeiramente considerada se tomarmos a democracia não como um regime político, mas como uma forma específica de socialização que coloca exatamente

no mesmo patamar indivíduos diferentes (em distintos aspectos) como cidadãos. Nos regimes democráticos realmente existentes, esse mesmo patamar não se verifica. Um cidadão, na prática, é diferente em direitos de outro, o que nos leva à conclusão de que a democracia, como forma de socialização, é impossível de ser verificada, de fato, em regimes políticos estabelecidos. Impossível, porém, como veremos, necessária.

É difícil lidar com a questão democrática, ainda mais se ela é posta em relação com as demais formas de governo e regimes políticos. O fato é que ela se assenta em um fundamento que, na verdade, é sem fundamento ou, para usar uma expressão heideggeriana, o fundamento que é um abismo, um *Abgrund* (Heidegger, 1999).⁹ Não há, assim, na democracia, um princípio de governo baseado em qualidades (riqueza, honra, linhagem, capacidade distintiva). O que há, de fato, é um nivelamento a partir da ideia de igualdade, tal como observou Rancière (1996). A igualdade é o fundamento que nivela a todos democraticamente, justamente porque parte do pressuposto de que são iguais inclusive àqueles que, em outros aspectos, são desiguais. Isso não se refere, por exemplo, à desigualdade entre os que são cidadãos distintos (princípio da aristocracia) em comparação aos ricos (princípio da oligarquia), mas à inclusão, nessa “estranha igualdade”, daqueles que não são nem distintos, nem ricos, nem nada. Simplesmente são, em suas próprias existências (Rancière, 1996). Esse argumento está claramente presente em Platão e em Aristóteles, para os quais os indivíduos são naturalmente desiguais, e tais desigualdades podiam ser verificadas politicamente em todas as formas de governo, exceto na democrática. Parece que, nesse sentido, a democracia representava uma quebra na hierarquia derivada da natureza das coisas, o que leva Platão, inclusive e de forma indignada, na ordem das formas

⁹ A noção heideggeriana de *Abgrund* e sua utilidade para a teoria política foi desenvolvida em detalhes por Laclau (2014) e Marchart (2007).

de governo, a relegar a democracia à condição de antessala da tirania.

A igualdade como fundamento da democracia é, num sentido heideggeriano, um *Abgrund*, uma vez que esse fundamento é, como dissemos há pouco, um abismo. Assim, se a igualdade é fundamento e o fundamento é igualdade – para tomarmos de empréstimo o quiasmo do filósofo alemão e aplicá-lo à igualdade –, a igualdade não pode ter seu fundamento fora de si mesma, o que significa, no limite, que o sentido de igualdade varia de experiência para experiência democrática. Nas democracias representativas liberais, a igualdade está baseada no princípio “todos são iguais perante a lei”, o que significa algo diferente de “todos são iguais”. Nesse caso, a lei é o meio de ser igual; um meio que, na verdade, não é propriamente um meio, mas um obstáculo à igualdade.

A percepção da igualdade democrática como *Abgrund* é fundamental à compreensão da dualidade de sentidos acima expressa. Por um lado, a igualdade, vista como fundamento da democracia, deve ser entendida no sentido de que a “igualdade” nunca alcançará um significado último, pois é sempre um significante à espera de significados provisórios e contingentes. É justamente por essa impossibilidade de fechamento de sentidos – pelo fato de a igualdade ser um significante que não tem qualquer significado *a priori*, mas sempre dependente de uma situação contingente e precária para ser significada – que diferentes regimes democráticos enunciam distintas formas de igualdade. Por outro lado, no que tange à igualdade como horizonte de uma democracia ainda não cumprida, novas possibilidades de significação constituem discursos emancipatórios e igualitários em nome daqueles cuja distribuição da igualdade não é verificada, como veremos a seguir.

Antes, passemos para o último ponto a respeito da igualdade como fundamento democrático, que se refere ao lugar da igualdade em todo regime automeado democrático. Nosso

ponto de partida para estabelecer esse lugar é novamente Rancière (1996, 2004). Para o filósofo francês, a igualdade não é um *locus* onde devemos chegar ou uma condição a alcançar, mas um ponto de partida. Aliás, para Rancière, a desigualdade é somente possível tendo em vista a igualdade: “a igualdade é a condição da própria desigualdade. Para obedecer a uma ordem, é preciso compreendê-la e compreender que devemos obedecê-la. Então, precisamos de um mínimo de igualdade sem a qual a desigualdade se tornaria vazia” (Rancière, 2004, tradução nossa). A igualdade, portanto, se dá sobre o conteúdo do mandato entre aquele que manda e aquele que obedece; só se produz a desigualdade a partir de um consentimento originado na igualdade. Tal compreensão mútua (entre quem manda e quem obedece) está fundada no que Rancière – inspirado no educador francês do século XIX, Joseph Jacotot – chama de igualdade das inteligências. Tal princípio, originalmente pedagógico, é levado por Rancière para o campo social. Assim, se, por um lado, a igualdade é a própria causa da desigualdade, por outro lado, é também a igualdade o meio de romper com a forma pela qual está estabelecida a partilha sempre desigual do sensível: “[E]xiste política porque – quando – a ordem *natural* dos reis pastores, dos senhores de guerra ou das pessoas de posse é interrompida por uma liberdade que vem atualizar a *igualdade última* na qual assenta toda ordem social” (Rancière, 1996, p. 31, grifo nosso). Essa igualdade última se deve à igualdade das inteligências, que se reflete na idêntica compreensão da ordem entre “superiores” e “inferiores”. Um pouco mais à frente no mesmo parágrafo: “É essa *igualdade* que corrói toda *ordem natural*” (Rancière, 1996, p. 31, grifo nosso).

Ainda que, com Rancière, concordemos de que devemos partir da igualdade como princípio democrático (para ele, em realidade, um princípio da política), ao contrário dele, não acreditamos que esse fundamento se dê com base na pressuposição da igualdade das inteligências. Essa forma de conceber a igual-

dade é onipresente no argumento rancièreano: a política é possível pela igualdade das inteligências, da mesma forma que a polícia também é, visto que a desigualdade depende da igualdade. Assim, a igualdade transgride ao mesmo tempo em que legitima a ordem. Mas, por que uma condição meramente psíquica, como a da igualdade das inteligências, seria um fundamento suficiente, ou, ainda, válido para as igualdade e desigualdade políticas?

Para nós, a igualdade é, literalmente, uma invenção, uma criação da democracia. É uma decisão radical, que torna politicamente iguais aqueles que, em outras dimensões, são “naturalmente” diferentes. Para ser cidadão numa democracia, basta ser uma presença; não é necessário qualquer título, posse ou qualidade. A democracia é o reino da quantidade, das decisões tomadas por pessoas comuns, que estão em número maior, em qualquer sociedade, quando comparadas com aquelas que detêm riquezas, sabedoria, linhagem etc. A decisão da igualdade democrática é a mais radical e, por essa razão, a única verdadeiramente política, sem qualquer interferência ou fundamento externo a ela. Por exemplo, sabemos, desde Platão, que, numa oligarquia, é necessário que existam ricos para que a forma de governo seja um reflexo de tal princípio, que é econômico e só depois se torna político. Numa aristocracia, é preciso haver cidadãos sábios e a própria ideia de sabedoria, para, depois, um governo ser fundado a partir desse princípio. Na democracia, no entanto, não há fundamento, além da política, que a fundamente. A igualdade, sendo esse princípio, é uma decisão propriamente política, um fundamento politicamente criado: uma invenção.

A igualdade democrática é a decisão de ignorar as desigualdades e as diferenças como princípio de poder. Notemos, no entanto, que ignorá-las não é o mesmo que negá-las: a democracia não apaga as desigualdades e as diferenças; ao contrário, as evidencia, ainda que não de forma “natural”, como nas demais formas de governo. É por essa razão que não bas-

ta enunciar a igualdade como fundamento democrático para vivermos em um mundo entre “iguais”. A igualdade democrática possível é a da enunciação de um fundamento político que sempre pode ser evocado quando situações de iniquidade ou de injustiça são percebidas. Sendo a igualdade uma invenção da democracia, ela é evocada em situações que não são, em princípio, políticas como, por exemplo, as diferenças econômicas entre ricos e pobres. Quando afirmamos que a desigualdade econômica é um problema a ser enfrentado, somos, já, sujeitos de uma operação política, ou seja, um processo de significação de um tipo de desigualdade que deve ser reduzido ou extinto. A igualdade como fundamento democrático é o dispositivo acionado sempre quando a pergunta “Por que existe esse tipo de desigualdade?” torna-se uma questão política, uma vez que a igualdade, por princípio, sempre autoriza qualquer sujeito a questionar distintas formas de desigualdade. Nesse sentido, ainda que a igualdade como fundamento não seja a verificação fática da igualdade – e nem deveria, pois, como vimos, a própria igualdade não possui um sentido final –, ela autoriza a sua atualização a partir do sentido contingente daqueles que a evocam.

É nesse momento que surge a segunda face da dualidade acima aludida, a qual chamamos de a *igualdade como horizonte de uma democracia ainda não cumprida*. Para compreender tal horizonte, é preciso analisar a construção da “vontade” dos iguais, a qual se dá a partir da articulação política de um povo (Laclau, 2013; Laclau; Mouffe, 2015).

Em nossos termos, horizonte não é absolutamente um ponto de chegada definido, um projeto delimitado a ser cumprido. Nesse sentido, não há qualquer possibilidade de efetivação de uma “democracia” completa, da mesma forma que resulta impossível uma “igualdade” final. O horizonte aponta, ao mesmo tempo, para o impossível e para o necessário: democracia e igualdade, nesse sentido, são impossíveis e necessárias. A impossibilidade se dá

pelo mesmo argumento acima exposto do *Abgrund* heideggeriano: não há fundamento tanto para a democracia como para a igualdade, e é justamente essa ausência de fundamento final que torna possível a existência de fundamentos precários e contingentes em experiências democráticas e igualitárias. A necessidade está na tentativa sempre ineficaz de fechamento de sentidos, que permanecem estruturalmente abertos, incapazes de dominar o campo da discursividade que eles ocupam. A política, nesse particular, é uma possibilidade presente em um mundo de sentidos sempre abertos. Esse é o caráter do horizonte: uma permanente abertura a um futuro imprevisível.

Tendo em vista a abertura radical que indica a ideia de horizonte, torna-se possível a produção de vontade, essa última, da mesma forma, radicalmente aberta. No contexto dessa discussão, vontade é sempre coletiva, a expressão de uma subjetividade popular contingente. Dessa forma, a vontade dos iguais é o resultado da articulação de sentidos a partir da construção de significantes vazios¹⁰ que simplificam um sem número de demandas até então dispersas.

A questão fundamental acerca da vontade dos iguais refere-se à estrutura de sua ocorrência. Trata-se, primeiramente, da constituição de uma subjetividade política sistemicamente elusiva. Assim, a vontade produzida depende da hegemonização de certos significantes presentes em uma cadeia de equivalências, cujos sentidos, se somados, são mais ricos e heterogêneos do que aqueles expressos pela vontade dos iguais. Ela exerce um papel de representação, no sentido que Laclau e Mouffe (2015) atribuem a toda hegemonia, cuja operação será vista adiante. Antes, porém, duas questões merecem destaque: a primeira chamaremos de imagem

¹⁰ Para Ernesto Laclau, significantes vazios são significantes sem significado, que, ainda assim, fazem parte de um processo discursivo de significação. No ensaio “Por que os significantes vazios são importantes para a política”, Laclau (2011, p. 77) estabelece uma relação de igualdade entre significantes vazios e hegemonia. No decorrer deste artigo, utilizaremos precipuamente o termo hegemonia, o qual, chamamos aqui a atenção, poderá, grosso modo, ser substituído por significantes vazios.

da vontade dos iguais, e a segunda, quem são, de fato, os “iguais” que a evocam.

A imagem da vontade dos iguais é a de uma manifestação de tipo populista, ou seja, aquela que se reivindica “o povo” contra seus inimigos. Dessa forma, um protesto de professores por aumento de salários e pela qualificação do ensino não é um exemplo da expressão da vontade dos iguais, assim como qualquer manifestação identitária não pode ser igualmente confundida como tal. O que marca a construção da vontade dos iguais é a articulação de múltiplas demandas em nome de uma igualdade que não está sendo verificada pelo poder político. A vontade dos iguais redundará na constituição de um espaço político de enunciação discursiva apartado e antagônico em relação aos canais ordinários da representação política. Não há qualquer conteúdo político dado antes da articulação diferencial que produz o discurso populista da vontade dos iguais; ele será conhecido como resultante da própria articulação, como veremos na sequência desta seção. Já os “iguais” que evocam a vontade dos iguais são, de fato, aqueles que reivindicam a igualdade como fundamento da democracia. Reivindicam a igualdade, alegando que, por serem iguais, já deveriam tê-la, ainda que, de fato, pelas circunstâncias em que vivem, sejam desiguais. A vontade dos iguais é sempre um discurso político de inclusão, de combate às injustiças e, nesse sentido, configura um movimento populista igualitário.

Vejam, agora, a estrutura da articulação política da vontade dos iguais. Como dissemos acima, ela é inspirada nas lógicas da hegemonia de Laclau e Mouffe (2015) e do populismo de Laclau (2013), com variações que serão oportunamente aqui apontadas. Assim, primeiramente, para o filósofo argentino, uma formação populista origina-se a partir de demandas específicas – tais como, por exemplo, a ausência de saneamento básico, de escola, de posto de saúde em uma comunidade carente –, que se articulam, tendo em vista a frustração gerada pelo seu não acolhimento pelas instân-

cias de poder.¹¹ Ainda que concordemos com a noção de “demanda social” como unidade mínima da análise de uma lógica populista que evoca a vontade dos iguais, entendemos ser desnecessária a ideia original do filósofo com respeito à conversão da demanda de “solicitação” para “exigência”. Pois entendemos ser irrelevante saber se, primeiramente, houve um pedido que, em seguida, se converteu em exigência, até pelo fato de que muitas demandas já nascem como exigências desde o princípio. Sendo a análise laclauiana do populismo de caráter ontológico,¹² não haveria qualquer razão para tal conversão, o que denota um estranho “etapismo”. Só interessa à formação populista demandas no sentido de exigências e, nesse sentido, em nossa análise, toda demanda é, sempre e já, uma exigência.

As demandas que compõem a vontade dos iguais são demandas por igualdade e por inclusão.¹³ São demandas daqueles que reivindicam que a igualdade, como fundamento democrático, reflita políticas de inclusão, de reconhecimento: que os iguais sejam percebidos pelo Estado e não somente sejam iguais “em tese” (formalmente iguais), mas que essa igualdade, como fundamento da democracia, seja o meio para acessar recursos que lhes são negados. Nesse sentido, existem desigualdades materiais de toda ordem que os “iguais”

buscam minimizar, pois, politicamente, existe esse espaço (o direito de manifestação) ainda que formalmente construído.

Não é, por exemplo, seguindo as leis e a estrutura da economia que haverá inclusão econômica e social; é somente pelo rompimento do que a política representa (no sentido que estamos propondo) que se tornam possíveis mudanças efetivas. Rompimento político significa a necessidade de construir novos canais de expressão em relação aos canais tradicionais, tais como os parlamentos. Não há condição de mudar o jogo seguindo suas regras; é necessário que o tabuleiro seja lançado para o ar ou que suas regras sejam drasticamente alteradas e ambas as alternativas são possíveis somente se o que está dado como certo for questionado e deslocado.

Dito isso, vejamos agora a articulação entre as demandas que geram o discurso populista igualitário da vontade dos iguais. Primeiramente, a articulação é sempre entre demandas distintas, no sentido que Laclau e Mouffe (2015) atribuem ao processo equivalencial como aquele que é estabelecido entre diferenças. Tal processo é sempre contingente, ou seja, não há previsibilidade, condição *a priori*, ou ainda identidade com privilégio de liderança. As demandas estabelecem uma relação de articulação, pois têm ponto ou pontos de antagonismo em comum. Esses pontos de antagonismo igualmente não podem ser determinados de forma apriorística, pois também dependem dos tipos de demandas articuladas (ainda que o Estado sempre exerça o papel destacado no polo antagônico, visto que as características inclusivas das demandas que evocam a vontade dos iguais direcionam-se ao Estado em suas mais distintas esferas de ação).

A articulação de demandas é uma operação que pressupõe a ocorrência concomitante de duas lógicas distintas: a da equivalência e a da diferença (Laclau, 2013; Laclau; Mouffe, 2015). A primeira representa a suspensão da diferença de cada demanda articulada (tal suspensão é essencial para que haja a própria ar-

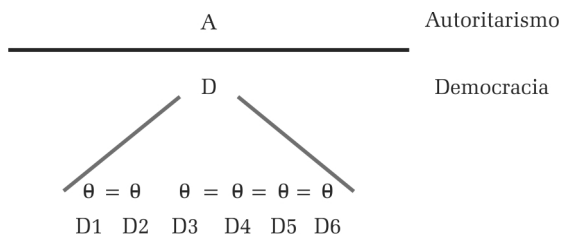
¹¹ Laclau parte da “demanda social” como unidade mínima de análise. Demanda tem dois sentidos: solicitação e exigência. Assim, primeiramente, é demandado (solicitado) da institucionalidade determinadas medidas, as quais, se não satisfeitas, podem gerar o segundo nível da demanda que é o da exigência. Este segundo nível, fruto da frustração de uma solicitação, é, para Laclau, condição fundamental do início da constituição de uma lógica populista (Laclau, 2013).

¹² A análise do autor sobre o populismo teve o objetivo de ir além de qualquer empirismo, focando-se nos aspectos formais e ontológicos: “o conceito de populismo que estou propondo é estritamente formal, já que todas as suas características definidoras estão relacionadas exclusivamente a um modo específico de articulação – a privilégio da lógica equivalencial sobre a lógica diferencial – independentemente dos conteúdos reais que se articulam. Este é o motivo pelo qual [...] afirmei que o ‘populismo’ é uma categoria ontológica e não ôntica” (Laclau, 2005, p. 44, tradução nossa).

¹³ Isso significa que a vontade dos iguais é um tipo de populismo de esquerda cujo objetivo, ao contrário de experiências populistas conservadoras e retrógradas, é incluir os “iguais” excluídos, no sentido da dualidade da igualdade, como abordamos acima.

articulação). Já a lógica da diferença indica justamente que a articulação é um processo que ocorre entre diferenças, o que sugere uma prática sempre instável, precária e contingente.

Figura 1 - Representação de um processo articulatório



Fonte: Elaborada pelo autor (2017), inspirada em Laclau (2013, p. 196).

No diagrama acima, temos a representação de um processo articulatório. A linha contínua, que separa “Autoritarismo” e “Democracia”, é chamada de antagonismo. Segundo Laclau e Mouffe (2015), só há política na medida em que existem relações antagônicas. O antagonismo é uma presença que nega uma existência. No caso de nosso exemplo, as demandas articuladas abaixo da linha antagonista têm em comum a luta contra o regime autoritário que as nega ou que é incapaz de satisfazê-las. O antagonismo, portanto, é a *prima ratio* para a existência da política.

Os círculos acima de “D1=D2=D3... D6...” representam cada uma das demandas articuladas. Notemos que cada círculo possui duas metades divididas por uma linha central. A metade superior indica a relação equivalencial, ou seja, cada uma das demandas articuladas suspende suas particularidades para tornar-se um polo da relação equivalencial. Já a metade inferior indica que, ainda que articuladas, cada demanda mantém sua diferença em relação às demais. “D” é o ponto nodal, o qual, na linguagem de Laclau e Mouffe (2015), é um ponto discursivo privilegiado, que representa todas as demandas articuladas na cadeia. Ele assume a função da representação hegemônica, ou seja, uma representação que não é o resultado da soma das demandas, num sentido quantitativo, mas, sob um ponto de vista

qualitativo, exerce a tarefa de representar o que lhe é incomensurável (Laclau, 1990). Em nosso exemplo hipotético, a democracia é esse ponto nodal que unifica as demandas contra o inimigo comum, o autoritarismo. A luta pela democracia, nesse sentido, é vista, por cada demanda, como a possibilidade de seu cumprimento, mesmo que “democracia” não signifique (tampouco significará) o cumprimento específico de cada uma delas.

Uma questão fundamental no processo articulatório é que ele deve ser visto sempre como precário e contingente. Dessa forma, não há demanda ou identidade que tenha, de antemão, prioridade no processo de representação hegemônica. Em nosso exemplo, o fato de a luta pela democracia ter se tornado o ponto nodal significou que, entre as demandas articuladas, essa, insistimos, de forma contingente, passou a exercer a tarefa de representação hegemônica que poderia ter sido exercida por qualquer outra, mas que coube, naquelas circunstâncias, à luta pela democratização de um Estado que passava por um regime autoritário.

Entendemos ser o processo articulatório, no sentido expresso por Laclau e Mouffe (2015), o meio mais adequado para compreender manifestações políticas que evocam a vontade dos iguais. Esse processo redundará na constituição de um povo, uma identidade política que reivindica ser a expressão de uma totalidade, em última medida, impossível, ainda que necessária.

Recebido para publicação em 29 de maio de 2017
Aceito em 08 de abril de 2019

REFERÊNCIAS

- CANOVAN, M. Trust the people! Populism and the two faces of democracy. *Political studies*, v. 47, n. 1, p. 2-16, 1999.
- _____. *Populism*. London: Junction books, 1981.
- CRITCHLEY, S. *Infinitely demanding: ethics of commitment, politics of resistance*. London: New York: Verso, 2012.
- CROUCH, C. *Post-democracy*. Cambridge: Polity press, 2004.

- DAHL, R. A. *Sobre a democracia*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- DI TELLA, T. *Para uma política latino-americana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- GERMANI, G. Democracia representativa y clases populares. In: GERMANI, G.; DI TELLA, T.; IANNI, O. *Populismo y contradicciones de clase en latinoamérica*. México: Ediciones Era, 1973.
- HEIDEGGER, M. *O princípio do fundamento*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.
- HOBBS, T. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- IANNI, O. *O colapso do populismo no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.
- LACLAU, E. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.
- _____. *A razão populista*. São Paulo: Três Estrelas, 2013.
- _____. *Emancipação e diferença*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.
- _____. Populism: what's in a name? In: PANIZZA, F. (Ed.). *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005. p. 32-49.
- _____. *New reflections on the revolution of our time*. London: Verso, 1990.
- _____; MOUFFE, C. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.
- MARCHART, O. *Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 2007.
- MICHELS, R. *Sociologia dos partidos políticos*. Brasília: UnB, 1982.
- MOUFFE, C. *The democratic paradox*. London: Verso, 2000.
- MUDDE, C. The populist zeigeist. *Government and opposition*, v. 39, n. 4, p. 541-563, 2004.
- PANIZZA, F. Introduction: populism and the mirror of democracy. In: _____. *Populism and the mirror of democracy*. London: Verso, 2005.
- RANCIÈRE, J. Sur le maître ignorant. *Multitudes: revue politique, artistique, philosophique*, Paris, nov. 2004. Disponível em: <<http://www.multitudes.net/Sur-Le-maitre-ignorant/>>. Acesso em: 21 jun. 2016.
- _____. *O desentendimento: política e Filosofia*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- ROUSSEAU, J-J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril cultural, 1978.
- SARTORI, G. *Teoria democrática*. São Paulo: Lisboa: Editora Fundo de Cultura, 1965.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.
- TAGGART, P. *Populism*. Buckingham: Open University Press, 2000.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

**DO DEMOCRATS HAVE AFRAID OF PEOPLE?
A defense of populism as political resistance**

Daniel de Mendonça

This article aims at presenting left-wing populism as political resistance against established regimes. For that, the text is divided into three main parts. Firstly, we discuss the current situation of liberal democracies. After we treat some theoretical and practical deadlocks of populism to present our conceptual vision of this phenomenon, that is, a discursive political logic which constitutes the people antagonistically against their enemies. In the last part, we introduce the notion of the will of equals, firstly discussing the duality of equality (the democratic invention of equality as principle and equality as the horizon). Following, we analyse the structure of the will of equals, a particular type of left-wing populism, which we understand to be able to uncover aspects referring to different demonstrations that have been occurring around the World since Arab Spring.

KEYWORDS: Populism. Democracy. Political resistance. The will of equals.

**LES DEMOCRATES ONT-ILS PEUR DU PEUPLE?
Une defense du populisme comme resistance
politique**

Daniel de Mendonça

Cet article vise à présenter le populisme de gauche comme résistance politique contre les régimes établis. Pour cela, le texte est divisé en trois parties principales. Tout d'abord, nous discutons de la situation actuelle des démocraties libérales. Après, nous traitons certaines impasses théoriques et pratiques du populisme pour présenter notre vision conceptuelle de ce phénomène, il s'agit, une logique politique discursive qui constitue le peuple de manière antagoniste contre ses ennemis. Dans la dernière partie, nous introduisons la notion de volonté des égaux, en abordant d'abord la dualité de l'égalité (la invention démocratique de l'égalité comme principe et de l'égalité comme horizon). Nous analysons ensuite la structure de la volonté des égaux, un type particulier de populisme de gauche, que nous pensons pouvoir découvrir des aspects faisant référence aux différentes manifestations qui se sont déroulées dans le monde depuis le Printemps arabe.

MOTS-CLÉS: Populisme. Démocratie. Résistance politique. Volonté des égaux.

**EM MEIO AOS CAMINHOS, ALGUMAS
PEDRAS: apontamentos sobre Ruy Fausto e a
política**

Rafael Marino*
Daniela Costanzo**

FAUSTO, Ruy. *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das letras, 2017. 209p.

Originário de um artigo publicado na revista *Piauí* – que teve grande repercussão, devido, entre outras coisas, ao debate com o economista Samuel Pessoa –, o livro *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*, do filósofo Ruy Fausto, nos traz para o olho do furacão teórico e político pelo qual passa a esquerda brasileira e mundial. Com cinco capítulos, dois apêndices de resposta às indagações críticas de Pessoa, introdução e conclusão, Fausto pretende fazer tanto uma incursão pelo que chama de patologias da esquerda, passando por suas crises e possibilidades de superação – que poderiam apontar para elementos (programáticos e filosóficos) essenciais para sua reconstrução como esquerda autêntica (Fausto, 2017) – quanto uma crítica aos discursos e teorizações veiculados pela direita e extrema-direita.¹

Não podemos perder de vista o fato de

* Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. Butantã. Cep: 05508-900. São Paulo – São Paulo – Brasil. rafael.marino50@gmail.com

** Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas. Departamento de Ciência Política. Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. Butantã. Cep: 05508-900. São Paulo – São Paulo – Brasil. danicosper@gmail.com

¹ O ânimo crítico e debatedor endereçado à direita é algo que pode ser encontrado em boa parte da obra de Fausto. É o caso de textos como *Sobre o raciocínio político de Oliveiros S. Ferreira* (Fausto; Schwarz, 1967), em que polemiza contra o autor direitista e possuidor de um pensamento ambíguo.

que a preocupação de Fausto com a política e a esquerda pode ser encontrada desde os seus primeiros textos (Fausto, 1967) como em seu artigo crítico a Caio Prado Jr. (2014) e seu livro *A revolução brasileira*. Contudo, à época, o ponto de vista do filósofo uspiano mirava a defesa da luta armada como essencial às mudanças estruturais do Brasil, e agora seu ponto de fuga coaduna com o desenvolvimento e aperfeiçoamento das democracias representativas ocidentais (Fausto, 2013). Todavia é possível ver, no trabalho de Fausto, uma linha de continuidade mais profunda, em que a política aparece como momento essencial da constituição de uma “humanidade humana”, lembrando que os sujeitos fazem a história, embora a façam de acordo com condições dadas materialmente (Fausto, 1987). Desta feita, Fausto acabava por colocar na ordem do dia um movimento tríptico de diferenciação: diferenciava-se de certa vertente do marxismo, a qual tomava a política como mero epifenômeno da economia; lograva criticar o althusserianismo em voga, apontando as aporias aparentadas com o positivismo, criadas pela sua leitura de Marx quanto à lógica, à história e à política; e afastava-se da leitura fortemente ontológica dos textos marxianos colocada em prática por Giannotti (1980). Não obstante, mesmo se diferenciando desse último, partilhava com ele os métodos e técnicas intelectuais da filosofia universitária francesa – procedimento um tanto comum em meio ao chamado Seminário d’*O capital* –, gestando uma espécie de marxismo filosófico e aberto (Arantes, 1994), bastante produtivo em meio ao acanhado cenário intelectual nacional e que, de certa forma, o acompanha até hoje em seus escritos, mesmo que depois tenha feito críticas à política colocada na ordem do dia a partir de Marx (Fausto, 2007).

Voltando-nos mais detidamente para o livro, é necessário ter em mente que as reflexões do filósofo uspiano têm, como pano de fundo, o que chama de ofensiva da direita e da extrema direita no Brasil e no mundo, cujas raízes seriam econômicas e políticas. Nessa

ofensiva, as manifestações mais claras seriam a eleição de Donald Trump nos EUA – considerada pelo autor como elemento de maior gravidade, pois constitui ponta de lança de um governo paleoconservador do qual nunca tivemos notícias antes – e as votações expressivas e ganhos eleitorais de populistas de direita e partidos radicais direitistas na Áustria, na Holanda e na França, para ficarmos com alguns. Naquela, sua aparição e concretização mais clara, ocorreu o processo de *impeachment* da presidenta da República, Dilma Rousseff.

Tais avanços direitistas são atribuídos pelo autor aos fracassos e derrotas de certa esquerda pelo mundo, como aquelas da crise do comunismo de caserna, da social-democracia – irreconhecível como força contestatária do capitalismo – e dos populismos e semipopulismos, à *la* Hugo Chaves (Venezuela) e Cristina Kirchner (Argentina). Contudo o filósofo uspiano não perde de vista a resistência oferecida pela esquerda a essa situação, com o surgimento de novas organizações independentes, à maneira do já derrotado partido esquerdista grego Syriza e o partido-movimento Podemos, sediado na Espanha, ou mesmo a campanha em torno da candidatura social-democrata de Bernie Sanders, cujo programa causou um tremor sensível no meio político conservador estadunidense, ligados, de um modo ou de outro, aos movimentos antissistema como Nuit Debout, Occupy Wall Street e os Indignados espanhóis, bem como às mobilizações em prol das lutas de minorias (antirracista, anti-lgbtofobia etc.) e feministas, que, em geral, engrossam a fileira de demandas de esquerda. Além disso, assiste-se à feitura de uma série de obras contrárias à marcha do capitalismo contemporâneo na Alemanha, na França e na Inglaterra, algo que se manifesta nas obras de Axel Honneth, Christian Laval, Pierre Dardot, Rancière etc.

É bom lembrar que o livro em tela é galvanizado por um ponto de vista efetivamente crítico, portanto mais negativo, como o próprio autor alerta nas primeiras páginas. Contudo, não deixa de lado desenvolvimentos com ares mais

programáticos, até porque o fato de privilegiar a crítica de ilusões e erros, por mais que não conte com a definição mais clara de objetivos a serem atingidos, permitiria o enfrentamento mais sistemático e efetivo contra as encarnações quiméricas da esquerda mundial e nacional, as quais serão apresentadas adiante. Nesse bojo, o ponto de fuga político de nosso autor, *grosso modo*, seria constituído por um projeto próximo ao que era conhecido como “socialista” no século XIX. À primeira vista, esse projeto seria por demais difuso, mas contaria com princípios, ou melhor, pressupostos filosóficos e práticos, os quais deveriam ser postos historicamente pela esquerda que leva à sério seu nome e anseios, quais sejam: o antitotalitarismo e também o antiautoritarismo, logo, um programa radicalmente democrático; o anticapitalismo; o caráter republicano, afastando-se da corrupção e das facilidades na administração do bem público; e, por fim, de modo bastante atualizado, o ecologismo. Constitui um projeto estranho ao comunismo, pois, tendo em vista os pontos anteriormente elencados, ele não pretende abolir o Estado, a propriedade privada, e nem mesmo todo o capital, com base numa neutralização extensiva e intensiva do grande capital. Dessa feita, em lugar do capitalismo, deveria se constituir uma sociedade radicalmente democrática, possuidora de uma organização econômica cooperativista, a qual substituiria o Estado, a iniciativa privada, e se utilizaria, por vezes, de capitais não hegemônicos. Tal programa seria inviável de ser colocado em prática no curto prazo, de forma que o que se pretendia, imediatamente, era implantação ou reimplantação de um Estado de Bem-estar, ameaçado de desmonte em todos os quadrantes. Porém, antes de adentrar mais detidamente no desenvolvimento dessas características, é preciso dar dois passos atrás, a fim de dar um para frente, ou seja: precisamos mostrar como o autor expõe as doenças que acometem a esquerda.²

² Linhas do raciocínio desenvolvido neste livro acerca da esquerda e sua crítica já poderiam ser vislumbradas em artigos reunidos em obras anteriores (Fausto, 2007, 2009, 2014).

Fausto lança como hipótese explicativa sobre as enfermidades enfrentadas pela esquerda o fato de que, por razões e formas distintas, vivenciou-se, nos “últimos cem anos, um período de alienação radical do projeto de esquerda em relação ao que ela representou na origem, e deveria continuar representando” (Fausto, 2017, p. 15). Tal projeto era assentado numa ideia de que a sociedade burguesa civilizada não cumpriu, na prática, as promessas de seu discurso, pois ele era baseado principalmente nas ideias de autonomia, liberdade, igualdade e fraternidade, e essas ideias se encontram encalacradas e em potência nas sociedades modernas, de sorte que sua realização se tornaria possível a partir de uma crítica imaneente da sociedade em questão. Contudo o autor se afasta de boa parte da esquerda, a qual, segundo ele, não resiste à tentação de tomar a história como um progresso sucessivo e unilinear, de modo que Fausto prefere uma filosofia complexificada, a qual veria, no âmbito histórico, tanto linhas claras de progresso histórico e civilizatório quanto de regressão bárbara.

Voltando ao assunto, seguindo o nosso autor, três seriam as patologias que assolam a esquerda no mundo e no Brasil: o totalitarismo igualitarista, o reformismo adesista e o populismo. O primeiro se originou a partir de uma tendência da esquerda russa no início do século XX, experimentou uma hegemonia em meio à esquerda mundial a partir da segunda década do mesmo século, e se manifesta ainda como stalinismo, trotskismo, maoísmo e castrismo, presentes atualmente na esquerda europeia, no pensamento de Slavoj Žižek e Alain Badiou. No Brasil, teria sua atuação nas frações estudantis dos partidos como Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e Partido da Causa Operária (PCO), e em frações do Partido dos Trabalhadores (PT). Segundo o autor, o temor de parte da esquerda de se livrar do totalitarismo vem do medo de se isolar da história, ou seja, de perder suas bases reais. Mas, segundo Fausto (2017), isso é uma ilusão, dado que a es-

querda sempre representou ideias de ruptura.

Outra patologia que já assolou a esquerda no Brasil, mas hoje seria apenas um apanágio direitista, é o reformismo adesista – tendência que se formou em torno do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso –, caracterizado pela adesão ao sistema político-econômico vigente e pela ideia de que não haveria alternativa ao liberalismo econômico. Para nosso autor, a mudança da esquerda para direita dessa tendência seria explicada por uma enganosa consciência da necessidade de ser coerente ou fiel à sua classe, enquanto, para eles mesmos, isso seria a expressão de sua própria maturidade.

Por fim, o populismo é a última patologia da esquerda citada pelo autor, representada principalmente pelo PT. É constituída por uma “liderança carismática autoritária, uma política que une, ao menos na aparência, interesses de classes mais ou menos antagônicos e certo laxismo na administração da riqueza pública” (Fausto, 2017, p. 29). Ainda que não tenha os três elementos reunidos, o autor acredita que dá pra ser chamado de populismo, desde que tenha os outros bem marcados, como é o caso do PT, para o qual faltaria o autoritarismo, mas sobraria carisma, aliança de classes e laxismo. O PT logrou colocar em prática políticas positivas, como a diminuição expressiva da pobreza e o aumento real do salário mínimo. Mas, ligados a isso, vieram não só uma política de aliança de classes, mas também o uso abusivo da máquina do Estado em benefício próprio, o que conduziu a esquerda brasileira a um impasse que “não paga o preço de parte dos resultados obtidos pela sua política redistributiva” (Fausto, 2017, p. 31), já que a ela saiu desmoralizada e a direita levantou a cabeça.

Apesar de todo o interesse e a necessidade de uma análise crítica da esquerda, dois elementos não deixam de chamar a atenção. Em primeiro lugar, vê-se que uma mesma categoria pode subsumir os elementos mais díspares, como é o caso do totalitarismo, no qual estão presentes Mao Tsé-Tung, Badiou, partes do PT e frações do movimento estudantil, em

especial a uspiana. Por mais que Fausto possa argumentar que a lógica na qual imantam sua prática seja totalitária, não deixa de ser heurísticamente enfraquecedor manifestações políticas tão diferentes serem colocadas sob a mesma égide categorial. Isso pode levar mesmo ao comprometimento de uma compreensão mais apurada das possibilidades políticas progressistas presentes na realidade, dado que, com essas lentes, poderíamos condenar, de maneira acrítica, movimentos como o da ocupação de escolas por parte dos secundaristas e o das ocupações de moradias sem função social alguma, nas cidades brasileiras – essenciais, salvo engano, para o alargamento da democracia e da civilidade no Brasil (Cf. Medeiros et al., 2016) (Cf. Boulos, 2014), pois eles poderiam promover “ocupações em séries, ‘cadeiraços’ e outros abusos” (Fausto, 2017, p. 23).³ Em segundo lugar, em consonância com o elemento anterior, poderíamos elencar um problema de gênese categorial, visto que Fausto, ao que parece, parte de uma categoria formal e, a partir daí, passa a classificar movimentos e forças políticas presentes na esquerda em geral, pendendo para uma lógica formal e positiva, a qual perderia de vista justamente a complexidade e a concretude propiciadas pela dialética e sua crítica imamente (Cf. Marx, 1974). Outro desdobramento disso pode ser também sentido nas análises de Fausto sobre o Brasil, deixando de lado determinações essenciais do cenário nacional, colocando em tela uma visão abstrata sobre o período de Lula e Dilma, conhecido como lulismo e das raízes do processo de *impeachment*, o qual colocou fim aos governos petistas (Cf. Singer, 2018), legando uma visão fragmentada sobre o tema, caro à esquerda brasileira.

Ligado à crítica anterior, é preciso notar que uma questão sensível no texto de Fausto gira em torno dos limites da política na esquer-

da. De acordo com o filósofo uspiano (Fausto, 2017), Gramsci seria um autor superado para se pensar a contemporaneidade, visto que não havia teorizado o totalitarismo de esquerda, e apenas a noção gramsciana de hegemonia seria produtiva, desde que entendida na chave do consenso e da disputa de perspectiva política. Porém, parece-nos que o programa de esquerda e a crítica, ambos ideados por Fausto, carecem de uma visão mais complexa sobre a política, pois, em meio à efetivação de seu programa, conflitos de grande repercussão e consequências entre grupos e classes necessariamente se dariam, dado que interesses e estruturas sociais demasiado arraigados seriam alterados. Algo que as ideias de Fausto parecem não abarcar, enfatizando por demais as dimensões consensuais da democracia e do político. Nesse bojo, algumas lições do marxista sardo (Cf. Gramsci, 2014) parecem se afigurar como interessantes, até porque abririam para a esquerda, de maneira bastante sugestiva, uma noção do político baseada num nexos indissociável e fundamental entre consenso e coerção, ou o exercício do poder político e a condição de legitimidade desse poder, sem o qual, quiçá, os caminhos de uma nova esquerda possam ser trilhados.

Recebido para publicação em 28 de dezembro de 2017
Aceito em 30 de janeiro de 2019

REFERÊNCIAS

- ARANTES, P. *Um departamento francês de ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (umas experiências nos anos 60)*. São Paulo: Paz e Terra, 1994. 316 p.
- _____. *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2007. 306p.
- _____. *O novo tempo do mundo e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014. 460 p.
- BOULOS, G. *Por que ocupamos? uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo: Scortecci, 2014. 100 p.
- FAUSTO, R. A revolução brasileira de Caio Prado Jr. *Teoria e prática*, São Paulo, v. 1, n. 2, 1967.
- _____. *Marx: lógica e política*. São Paulo: Editora brasiliense, 1987. Tomo 1, 247 p.
- _____. *A esquerda difícil: em torno do paradigma e dos destinos das revoluções no século XX e alguns outros*

³ Com essa colocação, não queremos nem deslegitimar uma crítica mais geral ao autoritarismo e ao totalitarismo ainda bastante presente na esquerda, nem queremos simetrizar movimentos sociais tão dispares. Apenas apontamos que uma moldura por demais formal pode levar a consequências problemáticas do ponto de vista intelectual e político.

- temas. São Paulo: Perspectiva, 2007. 356 p.
- _____. *Outro dia: intervenções, entrevistas, outros tempos*. São Paulo: Perspectiva, 2009. 312 p.
- _____. Na sequência do meu texto “Esquerda/ Direita: em busca dos fundamentos e reflexões críticas” e do seu *postscriptum* (como uma resposta a Vladimir Safatle). *Revista fevereiro*, São Paulo, v. 6, n. 1, abr./maio, 2013.
- _____. A esquerda encapuçada. *Revista Piauí*, São Paulo, 1º dez. 2014.
- _____; SCHWARZ, R. Sobre o raciocínio político de Oliveira S. Ferreira. *Teoria e Prática*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1967.
- GIANNOTTI, J. A. Contra Althusser. In: _____. *Exercícios de Filosofia*. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Cebrap, 1980. p. 85-103.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere: Maquiavel – notas sobre o Estado e a política*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014. v. 3, 431 p.
- MARX, K. Manuscritos econômicos-filosóficos. In: GIANNOTTI, J. A. (Org.). *Manuscritos econômicos-filosóficos e outros textos escolhidos*. São Paulo: Abril, 1974. p. 7-55.
- MEDEIROS, J. et al. *Escolas de luta*. São Paulo: Veneta, 2016. 336 p.
- PRADO JÚNIOR, C. *A revolução brasileira: a questão agrária no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 2014. 463 p.
- SINGER, A. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das letras, 2018. 389 p.

Rafael Marino – Doutorando e mestre em Ciência Política pela FFLCH – USP. Graduado em Ciências Sociais pela mesma instituição. Tem experiência na área de ciência política, com ênfase em pensamento político brasileiro, teoria política, teoria crítica e marxismo. Principal publicação: “*Artes plásticas sob o crivo da formação: a discussão sobre forma e processo social em Gilda de Mello e Souza e Rodrigo Nunes*”. *Plural* (São Paulo. Online), v. 24, p. 207-228, 2017.

Daniela Costanzo – Doutoranda e mestra em ciência política pela Universidade de São Paulo. Possui graduação e licenciatura em ciências sociais pela mesma universidade. Tem experiência na área de ciência política, com ênfase em economia e política, classes sociais e nas relações entre Estado e iniciativa privada. Principal publicação: “*Relações público-privadas no Metrô de São Paulo*” (dissertação de mestrado).

CAPITALISMO IMPRODUTIVO: um infortúnio que assola a economia brasileira

Arnaldo José França Mazzei Nogueira*
Ricardo Lebbos Favoreto**

DOWBOR, Ladislau. *A era do capital improdutivo – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

O que explica a recente estagnação econômica brasileira? Em conversas descompromissadas entre brasileiros, é comum alguém dizer: “Temos tudo. Um país como o nosso não poderia estar como está”. As reflexões, no entanto, raramente vão muito além, suspendendo-se perante um punhado de historietas picarescas, que, quase sempre, deixam a sensação de que a narrativa foi mal contada. Em 14 sucintos capítulos, Ladislau Dowbor desvenda alguns dos motivos que têm bloqueado a consumação de uma governança minimamente sensata no capitalismo brasileiro. Tardiamente, ainda buscamos um processo decisório que faça sentido para a maioria, algo que nos permita entoar, em bom som e sem constrangimento, que estamos no século XXI. “A Era do Capital Improdutivo” é, essencialmente, sobre a improficuidade que assola o sistema de produção de riqueza na sociedade brasileira.

O livro reúne pesquisas diversas, que gravitam em torno do eixo condutor constitu-

ído pela governança. Seu argumento central é contundente: a riqueza produzida socialmente por meio do trabalho tem sido capturada pelo sistema financeiro. Os temas debatidos são, muitos deles, espinhosos. Logo no segundo capítulo, por exemplo, discute-se a rede mundial de controle corporativo, conexão que esbanja e abusa do poder político. No capítulo sexto, outro exemplo, entram em discussão os paraísos fiscais e o papel (estrutural) que exercem no funcionamento do sistema capitalista. Ao longo de todo o texto, busca-se manter os argumentos bastante próximos aos dados apresentados. Pretende-se, dessa forma, atribuir objetividade à argumentação. Ao lado dessa característica, o leitor encontrará um autor impetuoso, que nutre suas convicções com fatos sórdidos: “Hoje 800 milhões de pessoas passam fome, não por culpa delas, mas por culpa de um sistema de alocação de recursos sobre o qual elas não têm nenhuma influência” (Dowbor, 2017, p. 13). A indignação que o move não resulta, portanto, de posições ideológicas, mas de conjunturas que, de qualquer ponto de vista, são, humanitariamente, injustificáveis. Trata-se de um Dowbor que transparece, em alguns trechos, o fastio proveniente da labuta inveterada.

Os desafios com que se lida são demarcados no capítulo primeiro. Todas as tematizações que seguem relacionam-se com eles, de alguma forma. O primeiro consiste na dinâmica ambiental: o planeta está sendo destruído (termo usado pelo autor) em benefício de uma minoria. Privilegiados assenhorearam-se da natureza de um modo iníquo: arrogam a si as benesses e compartilham os ônus. Crescimento econômico, o fino dos desejos, tem-nos custado a degradação dos recursos naturais. Portanto, ainda que os produtos positivos do crescimento fossem equanimemente repartidos, estaríamos (mantidas, por suposição, inalteradas as demais condições) diante de um problema grave, visto que a economia cresce sem limite – e copiosamente – na história recente da humanidade. O custo equivale, conforme dados da *World Wild Fund for Life*, à des-

* Universidade de São Paulo. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Av. Prof. Luciano Gualberto, 908. Sala E-196. Cep: 05508010. Cidade Universitária. São Paulo – São Paulo – Brasil. ajfranca@usp.br

** Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Universidade Estadual de Londrina.
Rodovia Celso Garcia Cid - Pr 445 Km 380 Cx. Postal 10.011 - Campus Universitário. Cep: 86057-970. Londrina – Paraná – Brasil. ricardo.favoreto@hotmail.com

truição de 52% da fauna do planeta entre 1970 e 2010 (Dowbor, 2017, p. 20). Ou seja: não é possível continuar assim.

O segundo desafio é a desigualdade crescente. Os dados são estarrecedores. Citando apenas três: um produto *per capita* médio de 11 mil dólares para um PIB mundial de (arredondando) 80 trilhões de dólares; concentração em oito famílias de mais riqueza que na metade da população mundial; 1% da população mundial concentra mais riqueza que os 99% restantes. Mais alarmante, no entanto, é pensar nas causas que levam a esse cenário: entre outras, um crescimento que reproduz a exclusão, a pobreza estrutural e o aumento de riqueza como produto, essencialmente, de aplicações financeiras. Particularmente com relação ao Brasil, amargamos a triste realidade de ser um dos dez países mais desiguais do mundo.

O terceiro desafio, a esterilização dos recursos financeiros, traduz-se na drenagem que o sistema financeiro exerce sobre a produção. O sistema a obstrui, não a dinamiza. Aplicações financeiras atraem os recursos quando rendem mais que o investimento produtivo. Como resultante, montantes descomunais de recursos multiplicam-se por vias meramente especulativas. Trata-se de um poder que se estabelece à margem e à custa da produção. A mobilidade, muitas vezes não rastreada, dos recursos acentua o problema. Estima-se, consoante editorial da publicação *“The Economist”* resgatado pelo autor, serem 20 trilhões de dólares os recursos acumulados em paraísos fiscais (aproximadamente, 1/4 do PIB mundial). Como coloca o autor, “não é a falta de recursos que assola o mundo, e sim o seu uso descontrolado” (Dowbor, 2017, p. 36). Instaurou-se, no globo, uma ambiência de desordem financeira. As lógicas envolvidas na reprodução financeira e no enriquecimento patrimonial, na medida em que se desprendem do investimento em atividades produtivas, deixam de gerar bem-estar social.

A nova arquitetura do poder é engendradora em função de redes corporativas. Con-

venientemente, as corporações se articulam de modo cada vez mais intenso. A concorrência estabelecida entre competidores difusos tem cedido lugar às associações interfirmas, do que derivam gigantes empresariais. Oligopolizada, a economia passa a girar, prevalentemente, em torno de corporações cuja força se tornou desmesurada. Em diversos trechos, o autor chama a atenção para uma importante dialética envolvida no fenômeno: “essas corporações atuam no mundo, enquanto as instâncias reguladoras estão fragmentadas em 200 países” (Dowbor, 2017, p. 47, 48). Some-se a isso a existência, mundo afora, de dezenas de paraísos fiscais, e conclui-se que o poder vem sendo exercido em um contexto de regulamentação precária.

Em extensa medida, esse poder é praticado por instituições financeiras, organizações preservadas acima do alcance de falências, que, caso ocorressem, seriam por demais danosas para o sistema. O “produto” da atividade empresarial operada por esses atores distingue-se do produto entregue à sociedade pela empresa tal qual tradicionalmente a concebemos. Trata-se de um produto “contratualizado”, papel, ou seja, nada que satisfaça diretamente às necessidades humanas. Fomenta-se um mercado no qual o dinheiro é utilizado para reproduzir dinheiro, amainando-se, assim, o potencial inscrito em atividades produtivas. Os gigantes corporativos funcionam segundo uma dinâmica que pouco tem a ver com o *homo faber* apresentado pelas revistas de negócios. Funcionam em galáxias enormes, das quais toma parte uma legião de empresas, situadas em diferentes países e atuantes em diferentes setores. Em estruturas praticamente ingovernáveis, o único critério de controle que resta é o resultado financeiro.

A mais valia extraída em empresas produtivas não mais é a responsável isolada pelos abismos sociais que se desenvolvem nas sociedades capitalistas. Acompanham-na, hoje, “processos mais sofisticados, baseados na financeirização” (Dowbor, 2017, p. 67). O produto social é, segundo o autor, apropriado

por intermédio de mecanismos globais que transcendem o poder regulador dos Estados – mecanismos apoiados, portanto, na erosão da responsabilidade. A dialética é reiterada: os Estados atuam localmente, enquanto as corporações, globalmente. Isso significa que muitas práticas corporativas se desencadeiam ao largo das jurisdições estatais, em “vácuos jurídicos”. O reflexo é notado no imenso poder granjeado pelas corporações. Entre as páginas 103 e 106, apresentam-se dados sumários de algumas das principais corporações (muitas provavelmente pouco conhecidas do público) que exercem, hoje, o controle financeiro das *commodities*, instituindo um oligopólio no “sistema de acesso às matérias-primas essenciais do planeta” (Dowbor, 2017, p. 107).

No capítulo oitavo, particularmente, o autor discute uma questão crucial para compreender a era que vivenciamos: a apreensão do poder político pelo poder corporativo. Abordam-se assuntos deveras atuais e, infelizmente, em geral ainda pouco comentados pela literatura dominante de boa parte das ciências sociais aplicadas, entre os quais: a expansão dos *lobbies* tradicionais, a captura da área jurídica, o controle da informação e o controle do ensino e das publicações acadêmicas. A articulação do poder político substancializa-se em fenômenos diversos: a normalização de práticas de *lobby*, em que se suprime o interesse público; a proliferação de *settlements*, que isentam executivos de responsabilização criminal; o avolumamento de meios de comunicação produtores de consenso; e o financiamento corporativo direto de projetos científicos e a oligopolização do controle sobre a disseminação da produção acadêmica. Tudo isso leva os governos (a maioria manifestamente democráticos) a um irônico dilema: a quem servir? O poder corporativo – frise-se: não eleito – tem acarretado efeitos sociais drásticos, como a perturbação da democracia e o avançamento de políticas públicas.

O autor reserva o capítulo seguinte para estabelecer um paralelo com Thomas Piketty,

especificamente “O Capital no Século XXI” (Piketty, 2014). O alinhamento entre as ideias é patente. Inicia-se pelo fenômeno da apropriação do recurso público pelos mais ricos, uma das expressões principais do capital improdutivo. Aplicadores dispostos a financiar governos que não conseguem fechar as contas tendem a pressionar os juros para cima, com o propósito de rentabilizar suas aplicações. O quadro é, então, agravado. Os gastos com juros avultam-se, e o resultado é a “transferência massiva de recursos públicos para grupos financeiros privados” (Dowbor, 2017, p. 142). Taxas Selic elevadas (mesmo em períodos de queda) garantem aos aplicadores retornos extraordinários. No Brasil, com o fantasma da inflação sempre circundando, a preservação da Selic nas alturas é justificada, politicamente, como meio de combate à inflação, até (ironicamente) quando o nível de consumo é pífio. O incômodo de Dowbor com a matéria não constitui inovação. No ano anterior ao do lançamento de “A Era do Capital Improdutivo”, o autor publicou, pela Ética Editora, a obra intitulada “Juros Extorsivos no Brasil”. Nela, discute como a demanda das famílias, a atividade empresarial e o investimento público são prejudicados pelos juros elevados incidentes sobre as operações realizadas por pessoas físicas, empresas e governos. Resultado: uma economia detida pelo dreno financeiro. Nas palavras do autor: “... quando o sistema de intermediação financeira, em vez de fertilizar e fomentar, trava as três dinâmicas principais, a economia é paralisada” (Dowbor, 2016, p. 17).

Dowbor passa, na sequência, para a discussão da proposta pikettiana de um imposto mundial e progressivo sobre o capital (Piketty, 2014). A ideia emerge como enfrentamento do capitalismo patrimonial globalizado do século XXI. Os mecanismos de mercado instituídos, ao invés de equilíbrio, têm fabricado desigualdade, e o enriquecimento está cada vez menos associado à contribuição produtiva. Daí a necessidade de uma intervenção institucional. Um imposto nesses moldes evitaria uma espiral

sem fim de desigualdade social e pressionaria os detentores de grandes fortunas a dinamizar o capital por meio do investimento em atividades produtivas, úteis para a sociedade. O ponto de vista defendido converge com o de Piketty, e os argumentos utilizados são praticamente todos pinçados de sua obra magna, já referida. Embora se demonstre convencido, Dowbor não se ilude quanto à dificuldade de implementação da proposta. Relembra, comparativamente, a situação do congresso americano da era Lincoln, integrado por donos de escravos e demandado a apreciar o fim da escravidão.

As contraposições teóricas não vão longe, no entanto, no livro. A despeito de uma lista bibliográfica com conteúdo significativo, o leitor não se deparará com um livro carregado em teorias, o que não abranda seu valor. Dowbor se utiliza abundantemente de inferências lógicas nas argumentações. Muitos dos dados apresentados são facilmente apreensíveis pelo leitor, uma vez que se manifestam no seu cotidiano, como aqueles relativos à concentração de renda ou à oligopolização da economia. A ênfase se concentra nos dados (por sinal, em grande número e muito elucidativos). Na introdução, a indicação pelo autor de duas precauções tomadas dá o tom da obra: a busca pelo diálogo com fontes primárias de informação e a busca por objetividade. O autor reconhece a problemática que envolve a segunda, mas não deixa de exercitá-la ao longo das discussões. Exceto em poucos momentos (aqueles em que se alinha com Piketty ou Ignacy Sachs), as posições teóricas de Dowbor não são explicitadas. Para conhecê-las melhor, talvez seja necessário conhecer obras suas anteriores. Na obra resenhada, a energia é canalizada para a discussão de dados. A perceptibilidade, conquanto, possivelmente, não se processe de imediato. Em *Democracia Econômica* (lançado pela Vozes em 2008 e revisado em 2012), por exemplo, Dowbor proclama, logo no capítulo introdutório, que os dados a que alude são “nus e crus”, não se tratando de “discursos acadêmicos ou de empolamentos políticos”

(Dowbor, 2012). Em tempos de sectarismos de ordem ideológica e política, a leitura de *A Era do Capital Improdutivo* pode constituir, nesse sentido, um exercício bastante instrutivo.

Nos capítulos finais, a crítica segue arrestando a “deformação do sistema financeiro”. Especificamente, o capítulo décimo segundo sistematiza as análises da dimensão brasileira. Nele, polemiza-se a forma como se têm conduzido os quatro motores da economia – comércio externo, demanda interna, atividade empresarial e investimentos públicos. A conclusão, nesse ponto, afunila-se do geral para o particular, culminando no caso da economia brasileira, exemplo pedagógico. No Brasil, a potência do sistema financeiro é colossal. Aceita-se sacrificar investimento público para atender aos interesses do concentrado mundo financeiro. Relembre-se que, em meio ao último período de recessão, os bancos seguiram lucrando muito. A combinação entre os níveis da taxa Selic e do endividamento público faz os recursos escoarem para o topo da pirâmide social. Uma das maiores economias do mundo, o Brasil é também, como se anotou, um dos países mais desiguais. Em terras tupiniquins, as coisas tomaram proporções inimagináveis. Como no livro, o país virou “modelo de sala de aula”. Trata-se de um Brasil alegórico, retrato vivo de tudo quanto compõe o título do livro. Não fosse pelos demais atributos, apenas por isso o livro seria sobremodo recomendável para aqueles que se interessam pela realidade brasileira. Dowbor não assume, todavia, postura derrotista. O livro denuncia desacertos e também apresenta propostas. Aponta como indispensável a recuperação da produtividade da economia, que, a permanecer como está, tende a nos manter encurralados, sob o jugo do sistema financeiro.

Recebido para publicação em 19 de janeiro de 2018
Aceito em 30 de janeiro de 2019

REFERÊNCIAS

DOWBOR, L. *Democracia Econômica: alternativas de gestão social*. 2 edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

_____. *Juros extorsivos no Brasil: como o brasileiro perdeu seu poder de compra*. Imperatriz: Editora Ética, 2016.

_____. *A era do capital improdutivo – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta*. São Paulo: Outras Palavras & Autonomia Literária, 2017.

PIKETTY, T. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca, 2014.

Arnaldo José França Mazzei Nogueira – Professor Livre Docente da FEA-USP. Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor titular e Professor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Mestrado Profissional em Empreendedorismo da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisa no campo das Transformações globais do trabalho e impactos locais, Relações de Trabalho e Recursos Humanos em Processos de Globalização. Suas mais recentes publicações abordam temas como relações de trabalho em empresas globais, sindicalismo e trabalho no Brasil, resistência e contrarresistência organizada e estudos organizacionais. Entre outros livros, publicou *Teoria geral da administração para o século XXI* (Editora Ática) e *A liberdade desfigurada: a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro* (Expressão Popular).

Ricardo Lebbos Favoreto – Doutor em Administração pela Universidade Nove de Julho. Pós-doutorando em Administração pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Estadual de Londrina. Desenvolve pesquisas nos campos de teoria crítica e estratégia. Suas mais recentes publicações abordam temas como: pensamento habermasiano e Administração e práticas estratégicas perpetradas por médias empresas.

9	THEORETICAL ISSUES IN INEQUALITY SOCIAL CONTEMPORARY - INTRODUCTION <i>Angela de Randolpho Paiva, Patrícia Mattos</i>
15	THE RACIAL STATE OF THE UNION: understanding race and racial inequality in the United States of America <i>Aldon Morris, Vilna Bashi Treitler</i>
33	INEQUALITY, DIFFERENCE, ARTICULATION <i>Sergio Costa</i>
47	POST-NATIONAL CONSTELLATIONS AND THE QUESTION OF SOCIAL INTEGRATION <i>Emil A. Sobottka</i>
63	THEORIES ON SOCIAL PARTICIPATION: challenges to understanding social inequalities <i>Maria da Glória Gohn</i>
83	WHAT IS LEFT? Critical note on inequality and justice <i>Josué Pereira da Silva</i>
101	PROGRAMA MAIS MÉDICOS DO BRASIL: the centrality of the doctor-patient relationship for satisfaction with the program <i>Helcimara Telles, Arthur Leandro Alves da Silva, Camila Bastos</i>
125	COMPARING SOCIAL POLICIES IN LEFT GOVERNMENTS <i>Natália G. D. Sátyro, Rosiene Freitas, Danúbia Zanetti, Pedro M. R. Barbosa</i>
149	NOTES ON THE CONSCIENCE OF SUBALTERN CLASSES IN SOME BRAZILIAN STUDIES <i>Dora Vianna Vasconcellos</i>
165	“THERE ISN’T GANG HERE, THERE’S ‘FACÇÃO’”: the social transformations of crime in Fortaleza, Brasil <i>Luiz Fábio S. Paiva</i>
185	DO DEMOCRATS HAVE AFRAID OF PEOPLE? A defense of populism as political resistance <i>Daniel de Mendonça</i>
	REVIEW
203	CAMINHOS DA ESQUERDA: elementos para uma reconstrução of Ruy Fausto <i>Rafael Marino, Daniela Costanzo</i>
209	A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta of Ladislau Dowbor <i>Arnaldo José França Mazzei Nogueira, Ricardo Lebbos Favoreto</i>
215	TABLE OF CONTENTS
216	TABLE DES MATIÈRES

9	QUESTIONS THÉORIQUES DANS L'INÉGALITÉ CONTEMPORAIN SOCIAL - INTRODUCTION <i>Angela de Randolpho Paiva, Patrícia Mattos</i>
15	ÉTAT RACIAL DE L'UNION: comprendre la race et les inégalités raciales aux États-Unis d'Amérique <i>Aldon Morris, Vilna Bashi Treitler</i>
33	INÉGALITÉ, DIFFÉRENCE, ARTICULATION <i>Sergio Costa</i>
47	LES CONSTELLATIONS POST-NATIONALES ET LA QUESTION DE L'INTÉGRATION SOCIALE <i>Emil A. Sobottka</i>
63	THÉORIES SUR LA PARTICIPATION SOCIALE: défis pour la compréhension des inégalités sociales <i>Maria da Glória Gohn</i>
83	WHAT IS LEFT? Note critique sur inégalité et justice <i>Josué Pereira da Silva</i>
101	PROGRAMME MAIS MÉDICOS DO BRASIL: la centralité de relation médecin-patient pour la satisfaction du programme <i>Helcimara Telles, Arthur Leandro Alves da Silva, Camila Bastos</i>
125	COMPARAISON DES POLITIQUES SOCIALES DANS LES GOUVERNEMENTS DE GAUCHE <i>Natália G. D. Sátyro, Rosiene Freitas, Danúbia Zanetti, Pedro M. R. Barbosa</i>
149	NOTES SUR LA CONSCIENCE DES CLASSES SUBALTERNES DANS CERTAINSETUDES BRESILIENS <i>Dora Vianna Vasconcellos</i>
165	"ICI, IL N'Y A PAS DE GANG, IL Y A UNE FACTIONS": les transformations sociales du crime à Fortaleza, Brasil <i>Luiz Fábio S. Paiva</i>
185	LES DEMOCRATES ONT-ILS PEUR DU PEUPLE? Une defense du populisme comme resistance politique <i>Daniel de Mendonça</i>
	REVIEW
203	CAMINHOS DA ESQUERDA: elementos para uma reconstrução de Ruy Fausto <i>Rafael Marino, Daniela Costanzo</i>
209	A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO – a nova arquitetura do poder: dominação financeira, sequestro da democracia e destruição do planeta of Ladislau Dowbor <i>Arnaldo José França Mazzei Nogueira, Ricardo Lebbos Favoreto</i>
215	TABLE OF CONTENTS
216	TABLE DES MATIÈRES

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

ESCOPO E POLÍTICA

O CADERNO CRH – revista quadrimestral de Ciências Sociais, aceita a colaboração livre de textos inéditos, de reconhecido interesse acadêmico e atualidade das ciências sociais, na forma de artigos, ensaios bibliográficos e resenhas. Cada número contém um dossiê temático sobre tema específico organizado a partir de autores convidados, de reconhecida experiência acadêmica, e que represente contribuição original ao debate, os quais são igualmente submetidos ao processo de revisão pelos pares.

Em ambos os casos é imprescindível que os trabalhos sejam enviados para os editores em sua forma final, apresentem consistência teórica, coerência quanto às fundamentações e alguma originalidade. Informações técnicas devem ser evitadas no corpo do texto e se limitarem ao fundamental. Os artigos não devem ser submetidos simultaneamente pelo autor a mais de um periódico nacional.

A publicação dos textos está condicionada a pareceres do Conselho de Redação e Editorial, garantindo o anonimato de autores e avaliadores. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, serão previamente acordadas com os autores. Não serão admitidos acréscimos ou modificações depois que os trabalhos forem entregues para composição final.

NATUREZA DOS ARTIGOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A revista aceita os seguintes tipos de contribuições:

DOSSIÊ TEMÁTICO - o editor convidado (organizador do dossiê) solicita aos autores que encaminhem artigos originais relativos à temática previamente decidida, conforme o planejamento da revista, deliberando sobre a sua publicação com base em pareceres. A Editora faz a leitura final, podendo sugerir eventuais ajustes de estrutura e forma para adequá-lo à política editorial da revista.

ARTIGOS DE DEMANDA LIVRE - Os textos passam inicialmente por uma conferência preliminar relativa às normas exigidas para publicação (o não cumprimento das orientações implicará na interrupção desse processo), sendo remetidos ao Conselho de Redação, que analisa a natureza da matéria e sua adequação à política editorial, deliberando sobre encaminhamentos. Posteriormente seguem para avaliação de pareceristas, garantindo anonimato de autores e consultores.

Todos os artigos (dossiê e demanda livre) podem sofrer eventuais modificações de forma ou conteúdo pela Editora, mas essas serão previamente acordada com os autores. A revista não aceita acréscimos ou modificações dos autores após iniciado o processo de composição final.

RESENHAS - podem se originar tanto de demanda livre como por convite, garantindo o fluxo da programação. O Conselho Editorial e o editor de resenhas decidem quanto à publicação, levando em conta temática, atualidade, qualidade e boa redação.

Os artigos são de inteira responsabilidade de seus autores e a sua publicação não exprime endosso do Conselho Editorial ou do Conselho de Redação às suas afirmações. Os textos não serão devolvidos aos autores e somente após sua revisão (quando for o caso) e aceitação final será indicado em que número será publicado. Os autores receberão dois exemplares do número após publicado.

Situações que possam estabelecer **conflito de interesse** de autores e revisores devem ser esclarecidas. Por conflito de interesses se entende toda situação em que um indivíduo é levado a fazer julgamento ou tomar uma decisão da qual ele próprio possa tirar benefício direto ou indireto. No caso de haver restrições de financiadores e patrocínio de pesquisas, ou de co-autorias e de participações nas pesquisas que deram origem ao texto, o primeiro autor deve trazer autorizações explícitas que garantam a publicação. No caso dos avaliadores, estes devem indicar explicitamente situações que possam resultar em benefício a ele ou a colaborador próximo; ou situações de potenciais conflitos de interesse relativos ao texto em análise.

O CADERNO CRH reserva-se todos os direitos autorais dos artigos publicados, permitindo, no entanto, sua reprodução com a devida citação da fonte.

NORMAS EDITORIAIS

- Os textos deverão ter em torno de 30 páginas em espaço duplo, incluindo notas e referências bibliográficas. Devem ser enviados completos e revisados pelo autor através do site www.cadernocrh.ufba.br ou pelo email revcrh@ufba.br, em Word (fonte Times New Roman, corpo 12). No caso das resenhas os textos devem ter, no máximo, 06 páginas. O dossiê deverá ficar em torno de 180 páginas.
- A **página inicial** (em separado) deve indicar: *título* do artigo (até 70 caracteres); *nome do (s) autor(es)*; *resumo*, *abstract* e *resumé* do artigo (até 150 palavras) e cinco *palavras-chave*. O resumo deve apresentar objetivos, métodos e conclusões do texto. Todos os autores devem ser identificados com endereço institucional e residencial completo, telefones, *email* e sinopse curricular (dados sobre formação acadêmica, afiliação institucional e principal publicação. Até 150 palavras).
- Os textos devem ter no máximo três níveis de **intertítulos**, assim hierarquizados: 1º **INTERTÍTULO - MAIÚSCULAS** em negrito; 2º **Intertítulo** - apenas as **Iniciais Maiúsculas** e em negrito; 3º *Intertítulo* – apenas *Iniciais em Maiúscula* e tipo itálico.

- As **notas** são substantivas e não bibliográficas e dizem respeito a informações e/ou comentários complementares. Não devem ultrapassar cinco linhas.
- As **citações textuais** devem aparecer “entre aspas” e não se utilizará nem **negrito** nem *itálico* para este fim.
- **Uso de itálicas** - as itálicas devem ser usadas para ressaltar conceitos que se constituem em idéias-força que o autor quer destacar. Em nenhum caso deverá usar-se **negrito** ou sublinhado para este fim. As itálicas se aplicam também a todo *termo estrangeiro* que o autor utiliza no texto.
- Os **números cardinais** que se referem a enumerações se escrevem em letras, excetuando-se datas, anos de idade, tabelas e gráficos, volumes ou páginas; quando estão seguidos de unidades de medida; e quando correspondem a porcentagens. Nenhum parágrafo deve começar por um número escrito em cifras.
- **Gráficos e tabelas** devem ser enviados separados do arquivo do texto, numa versão em preto e branco e dentro da mancha da revista, indicando o lugar de sua inclusão no texto.
- As **citações bibliográficas** devem obedecer às normas da ABNT – NBR 10520, incluindo-as no texto. Ex. (Martins, 1986) Quando aparecem entre aspas deve-se acrescentar o número da página Ex.: (Martins, 1986, p. 95). Vários documentos de um mesmo autor com datas iguais devem ser distinguidos mediante acréscimo de letras minúsculas em ordem alfabética. (Ex.: Martins, 1986a) (Martins, 1996b). A referência a idéias de um autor (es) no texto, sem sua transcrição, segue o exemplo. Ex.: (Cf. Martins, 1986). Antes de enviar o texto o autor deve compatibilizar as citações com as referências bibliográficas.
- As **referências bibliográficas** ao final do artigo seguem a ordem alfabética pelo sobrenome do autor (maiúscula), nome, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data da publicação, página e/ou volume, obedecendo às normas da ABNT, conforme exemplos abaixo:

LIVRO

EDER, K. *A nova política de classes*. São Paulo: EDUSC, 2002. 362p.

LIVRO DE VÁRIOS AUTORES

DONIOL-SHAW, G. et al. *Les plans d'égalité professionnelle: Étude/Bilan, 1983-1988*. Paris: La Documentation Française, 1989.

CAPÍTULO DE LIVRO

DINIZ, E. De Sarney a Collor: as metamorfoses da agenda pública. In: _____. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997. p. 113-138.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR

ZICCARDI, Alicia. Las ciudades y la cuestión social. In: _____ (Org.) *Pobreza, desigualdad social y ciudadanía*.

Los límites de las políticas sociales en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 85-126. (Colección grupos de trabajo).

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA PELO AUTOR EM CONJUNTO COM OUTRO

HIRATA, H. Apresentação à edição brasileira. In: MARUANI, M; _____. (Orgs.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: SENAC Editora. 2003. p. 15-20.

ARTIGO EM COLETÂNEA ORGANIZADA POR OUTRO AUTOR

SILVA, Léa da. Somos todos iguais? In: LOVELL, P. (Org.) *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p.161-170.

ARTIGO EM REVISTA

HIRSCH, J. Políticas Ambientais Globais. *Caderno CRH*, Salvador, Centro de Recursos Humanos da UFBA, v. 14, n.35, p.107-122, jul./dez. 2001.

TESE ACADÊMICA

JESUS, S.C.S. *A crise do 'habitus' fordista: um estudo do processo de reestruturação do Banco do Brasil*. 2003. 154 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

OBRAS CONSULTADAS POR MEIO ELETRÔNICO

BOYER, R. Existe una crisis del Estado de bienestar? Estudio comparativo de la política social de Francia. In: OIT. Organización Internacional del Trabajo. 2002. Disponível em <http://www.ilo.com/ses>. Acesso em: 01.11.2003

SEMINÁRIOS E CONGRESSOS

SANTOS, MILTON. INOVAÇÃO METROPOLITANA E ECONOMIA SEGMENTADA. IN: SEMINÁRIO METROPOLITANIZAÇÃO E SEDE URBANA- PERSPECTIVA DOS ANOS 90. RIO DE JANEIRO. RIO DE JANEIRO: IPPUR/CNPQ. 1990.

SEGUNDA OCORRÊNCIA DO MESMO AUTOR

GOFFMAN, E. *Encounters: two studies in the sociology of interaction*. Indianapolis: Bobbs-Merrill Educational Publishing. 1961.

_____. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes. 1983.

INDICAÇÃO DE EDIÇÃO ORIGINAL A OBRA (quando necessário)

No corpo do texto: (Durkheim, [1895] 1989).

Observação: A data entre colchete indica o ano de publicação original da obra. Ela só é indicada na primeira citação da obra no texto. Nas seguintes registra-se apenas a data da edição consultada pelo autor. Ex.: (Durkheim, 1989) (N.E.)

Nas referências bibliográficas:

Durkheim, Émile. *A divisão do trabalho social*. 1ª edição [1895]. Lisboa: Editorial Presença Ltda, 1989.

OBRA EM OUTRO IDIOMA

Não traduzir dados de referência, cf. GOFFMAN (1961) no exemplo acima.